

**UNIVERSIDADE ABERTA**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908):  
relações e importância**

Tiago Daniel Serra Felgueiras da Canhota

Doutoramento em História  
na área de especialização de Representações, Poderes e Práticas  
Culturais

**2023**

**UNIVERSIDADE ABERTA**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908):  
relações e importância**

Tiago Daniel Serra Felgueiras da Canhota

Doutoramento em História  
na área de especialização de Representações, Poderes e Práticas  
Culturais

Tese orientada por:

Professora Doutora Maria Rosário da Costa Bastos (orientadora)

Professor Doutor Olegário Nelson Azevedo Pereira (coorientador)

**Outubro de 2023**

## AGRADECIMENTOS

*Aqueles que passam por nós, não vão sós,  
não nos deixam sós.*

*Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós!<sup>1</sup>*

Trabalho muitas vezes solitário e introspetivo, a realização de uma Tese de Doutoramento, revela-se um labor de muitas contribuições, embora na capa apenas apareça o nome do doutorando.

Em primeiro lugar, mais do que o meu agradecimento, desejo que fique registado o meu reconhecimento à Orientadora, a Professora Doutora Maria Rosário da Costa Bastos, por ter acreditado naquele primeiro esboço que lhe foi apresentado e que visto à distância pouco mais era do que uma intenção! O seu apoio e sapiência dada ao longo deste percurso foram determinantes.

Não em segundo lugar, mas *ex aequo*, ao coorientador, o Professor Doutor Olegário Nelson Azevedo Pereira, pelo aturado, apurado e depurado trabalho de leitura, releitura, indicação e correção, tudo executado com minúcia extrema e uma abnegação sem limites.

O meu agradecimento estende-se também aos técnicos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pelo incansável trabalho e em especial ao Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Marta Páscoa, pela disponibilidade e pela atenção com que abraçou este projeto.

Por último, mas não menos importante, à minha família mais próxima que em troca da paciência que tiveram, do silêncio que me proporcionaram e dos incentivos que me deram, foram presenteadas muitas vezes com a minha ausência como marido e pai.

A todos o meu muito obrigado!

---

<sup>1</sup> SAINT-EXUPÉRY, Antoine de – citador [em linha]. [Consult. 01/01/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.citador.pt/frases/aqueles-que-passam-por-nos-nao-vaos-sos-nao-nos-antoine-de-saintexupery-15366>>.

## **D**EDICATÓRIA

À tríade: Sílvia, Leonor e Sofia,  
porque este trabalho também é vosso!

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE



### DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

### STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 20 de outubro de 2023

Nome completo/Full name: Tiago Daniel Serra Felgueiras da Canhota

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

## RESUMO

Quando no dia 1 de fevereiro de 1908, foram assassinados na Praça do Comércio, el-rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe, liquidou-se igualmente um audacioso e extenso plano político/marítimo. Tomando corpo na sequência da independência brasileira, ele pautou-se pela construção de um *império marítimo em África*. Concomitantemente, desenvolveu-se na Europa uma nova atitude relativamente aos assuntos talássicos, encarado agora como um campo de oportunidades e fruição e não apenas de agruras e laboração. O novo conhecimento científico, a criação do conceito de praia e de práticas vilegiaturais, a revolução dos transportes e a preocupação com a prevenção dos naufrágios e assistência aos náufragos, contribuíram para este novo posicionamento. Se no panorama lusitano, a relação marítima de D. Carlos, era por demais evidente e sobejamente conhecida, com especial destaque para a vertente científica, no caso de D. Luís Filipe, era desconhecida, até mesmo inexistente, para o grande público! Assim, foi esse mesmo binómio príncipe-mar (extensível também à Família Real) com especial destaque para as vertentes política, diplomática, intelectual e lúdica que aqui se expõem e discutem. Do mesmo modo, apresenta-se um trabalho biográfico acerca da vida e dos feitos do príncipe, com elementos até este momento desconhecidos, o qual se pretendeu que fosse o mais abrangente e possível.

**Palavras - chave:** Portugal; D. Luís Filipe; viagens marítimas; D. Carlos e África.

## **A**BSTRACT

When, on February 1, 1908, King D. Carlos and the royal prince D. Luís Filipe were murdered in Praça do Comércio, an audacious and extensive political/maritime plan was also ended. Taking shape in the wake of Brazilian independence, he was guided by the construction of a maritime empire in Africa. Concomitantly, a new attitude towards thalassic matters developed in Europe, now seen as a field of opportunities and fruition and not just hardship and labour. The new scientific knowledge, the creation of the beach concept and summer holidays practices, the transport revolution, and the concern with the prevention of shipwrecks and assistance to the castaways, contributed to this new positioning. If in the Lusitanian panorama, the maritime relationship of D. Carlos, was all too evident and widely known, with special emphasis on the scientific aspect, in the case of D. Luís Filipe, it was unknown, even non-existent, to the public! Thus, it was the same prince-sea binomial (also extended to the royal family) with special emphasis on the political, diplomatic, intellectual, and recreational aspects that are exposed and discussed here. Likewise, a biographical work on the life and deeds of the prince is presented, with elements hitherto unknown, which was intended to be the most comprehensive and complete.

**Keywords:** Portugal; D. Luís Filipe; sea travel; D. Carlos and Africa

## RESUMEN

Cuando, el 1 de febrero de 1908, el rey D. Carlos y el príncipe real D. Luís Filipe fueron asesinados en la Praça do Comércio, también se puso fin a un audaz y extenso plan político/marítimo. Tomando forma tras la independencia de Brasil, estuvo guiado por la construcción de un imperio marítimo en África. Al mismo tiempo, se desarrolló en Europa una nueva actitud hacia los asuntos talásicos, vistos ahora como un campo de oportunidades y disfrute y no sólo de dificultades y trabajo. Los nuevos conocimientos científicos, la creación del concepto de playa y de las prácticas vacacionales, la revolución del transporte y la preocupación por prevenir naufragios y asistir a los naufragos, contribuyeron a este nuevo posicionamiento. Si en el panorama portugués la relación marítima de D. Carlos era muy evidente y conocida, con especial énfasis en el aspecto científico, en el caso de D. Luís Filipe era desconocida, ¡incluso inexistente, para el gran público! Así, se trató de este mismo binomio príncipe-mar (extendido también a la Familia Real) con especial énfasis en los aspectos políticos, diplomáticos, intelectuales y recreativos que aquí se exponen y discuten. Asimismo, se presenta una obra biográfica sobre la vida y gestas del príncipe, con elementos desconocidos hasta el momento, que se pretendía que fuera lo más completa y posible.

**Palabras clave:** Portugal; D. Luís Filipe; los viajes marítimos; D. Carlos y África.

## RÉSUMÉ

Lorsque, le 1<sup>er</sup> février 1908, le roi D. Carlos et le prince royal D. Luís Filipe furent assassinés sur la Place du Comércio, un projet politico/maritime audacieux et vaste fut également mis fin. Née au lendemain de l'indépendance du Brésil, elle a été guidée par la construction d'un empire maritime en Afrique. Dans le même temps, une nouvelle attitude à l'égard des questions thalassiques s'est développée en Europe, désormais considérée comme un domaine d'opportunités et de plaisir et non plus seulement comme un domaine de difficultés et de travail. Les nouvelles connaissances scientifiques, la création du concept de plage et des pratiques de vacances, la révolution des transports et le souci de prévenir les naufrages et d'aider les naufragés ont contribué à ce nouveau positionnement. Si dans le panorama portugais, la relation maritime de D. Carlos était très évidente et bien connue, avec un accent particulier sur l'aspect scientifique, dans le cas de D. Luís Filipe, elle était inconnue, voire inexistante, du grand public ! Ainsi, c'est ce même binôme prince-mer (également étendu à la famille royale) avec un accent particulier sur les aspects politiques, diplomatiques, intellectuels et récréatifs qui est exposé et discuté ici. De même, un ouvrage biographique est présenté sur la vie et les actes du prince, avec des éléments inconnus jusqu'à présent, qui se veut le plus complet et le plus possible.

**Mots clés:** Portugal; D. Luís Filipe; voyages maritimes; D. Carlos et l'Afrique.

## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>III</b>
<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>IV</b>
<b>DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE .....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>VII</b>
<b>RESUMEN.....</b>	<b>VIII</b>
<b>RÉSUMÉ.....</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE GERAL.....</b>	<b>X</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>XIV</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>XIV</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>XVIII</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>I.1 Introdução .....</b>	<b>22</b>
<b>I.2 Fontes e Metodologias .....</b>	<b>36</b>
<b>I.3 Revisão da literatura .....</b>	<b>43</b>

## **CAPÍTULO I – A INFÂNCIA E A JUVENTUDE (1887-1901) ..... 56**

1.1 Os progenitores .....	57
1.2 O nascimento do príncipe .....	59
1.3 O batizado .....	62
1.4 A família .....	64
1.5 A primeira visita ao Porto e ao Norte .....	66
1.6 O espectro da morte .....	73
1.7 Um rei morto, um rei posto ... e um príncipe real jurado .....	74
1.8 A segunda viagem ao Porto e ao Norte .....	80
1.9 A primeira educação .....	87
1.10 O aio Mouzinho de Albuquerque .....	93

## **CAPÍTULO II – A VIDA ADULTA (1901-1908)..... 98**

2.1 O Juramento constitucional.....	99
2.2 O regresso a um lugar feliz: Porto e Norte .....	102
2.3 O liceu .....	107
2.4 A viagem pelo Mediterrâneo .....	113
2.5 Um príncipe socialmente presente .....	114
2.6 Funções e atividades políticas .....	123
2.6.1 Um início auspicioso (1901-1903) .....	124
2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905) .....	125
2.6.3 Amores e desamores de um príncipe (1905) .....	129
2.6.4 D. Luís II? A um passo do trono (1905-1906).....	138

2.6.5 Navegando para o ocaso (1907-1908) .....	141
2.7 A caminho do regicídio .....	142
2.7.1 A situação política: os partidos e o regime monárquico .....	144
2.7.2 Regicídio ou magnicídio? .....	148
2.7.3 O agonizante caminho da monarquia .....	152
2.7.4 Os dias seguintes .....	157

## **CAPÍTULO III – PORTUGAL, A FAMÍLIA REAL E O MAR (C. 1850-1908) ..... 164**

3.1 Portugal e o mar: um novo olhar .....	165
3.1.1 <i>Mare – fabulosus Vs. mare – scientia</i> .....	166
3.1.2 <i>Mare – labor Vs. mare – otium</i> .....	169
3.2 Os melhoramentos marítimos .....	170
3.2.1 A rede portuária e farolar .....	170
3.2.2 A assistência aos naufragos .....	181
3.2.3 D. Luís e D. Carlos: contributos políticos, lúdicos, científicos e artísticos .....	196
3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo ....	203

## **CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO MARÍTIMO AFRICANO: À PROCURA DE UM NOVO BRASIL (C. 1850-1908) ..... 215**

4.1 A exploração geográfica .....	216
4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de <i>Oitocentos</i> .....	223

4.1.2 As grandes campanhas exploratórias .....	227
4.2 A ocupação do território .....	230
4.2.1 Os melhoramentos marítimos: o estabelecimento de carreiras marítimas coloniais .....	231
4.3 O reconhecimento internacional .....	237
4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu .....	238
4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade .....	244
4.3.3 De escravos a serviçais: a longa caminhada civilizacional .....	257
4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África e o reconhecimento político e diplomático .....	268
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>291</b>
<b>FONTES, BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA .....</b>	<b>296</b>
<b>1. FONTES.....</b>	<b>296</b>
1.1. Manuscritas .....	296
1.2 Publicadas .....	300
1.2.1 Periódicos e revistas .....	307
<b>2. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>311</b>
<b>3. WEBGRAFIA .....</b>	<b>330</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>333</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela: 1.1: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1887.....	72
Tabela: 1.2: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1891.....	86
Tabela: 2.1: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1901.....	105
Tabela: 2.2: atividades religiosas, cívicas e lúdicas.....	119
Tabela: 2.3: atividades militares.....	122
Tabela: 2.4: monarcas e príncipes reais da 4. <sup>a</sup> dinastia.....	132
Tabela: 3.1: localização, designação, ano de construção e promotor dos faróis em Portugal continental e insular.....	177
Tabela: 3.2: localização das estações de salvamento do Real Instituto de Socorros a Náufragos e equipamento de socorro disponível.....	193
Tabela: 3.3: etapas e principais acontecimentos da viagem aos arquipélagos.....	201
Tabela: 3.4: súmula dos principais acontecimentos da viagem pelo Mediterrâneo.....	204
Tabela: 4.1: principais etapas para a abolição da escravatura em Portugal.....	263
Tabela: 4.2: roteiro dos principais locais visitados por D. Luís Filipe.....	284

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura: I.1: vista do Pavilhão Real durante o desfile do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (Bilhete postal).....	24
Figura: I.2: o império português nos finais do século XIX (Mapa).....	30
Figura: 1.1: árvore genealógica de D. Luís Filipe de Bragança (Organograma).....	58
Figura: 1.2: a rainha D. Maria Pia e o príncipe D. Luís Filipe (Reprodução fotográfica).....	62

Figura: 1.3: fotografia de grupo durante a visita à cidade do Porto (Reprodução fotográfica).....	68
Figura: 1.4: o príncipe D. Luís Filipe com a sua ama Florinda Pirré (Bilhete postal).....	70
Figura: 1.5: o príncipe real D. Luís Filipe durante a visita à cidade do Porto (Fotografia).....	83
Figura: 1.6: o príncipe real D. Luís Filipe como cavaleiro numa toirinha (Diapositivo duplo em vidro).....	90
Figura: 1.7: o príncipe real D. Luís Filipe com o infante D. Manuel (Bilhete postal) .....	92
Figura: 1.8: Mouzinho de Albuquerque, D. Luís Filipe e D. Manuel em Sintra (Fotografia estereoscópica).....	95
Figura: 2.1: D. Luís Filipe em Monção durante a viagem ao Porto e Norte (Reprodução fotográfica).....	100
Figura: 2.2: avenida D. Luís Filipe em Ponte de Lima (Bilhete postal).....	105
Figura: 2.3: D. Luís Filipe na aula de química com o professor Aquiles Machado (Ilustração).....	109
Figura: 2.4: o príncipe real indo para o banho na praia de Cascais (Reprodução fotográfica).....	110
Figura: 2.5: D. Luís Filipe conduzindo a caminho da Serra da Estrela (Reprodução fotográfica).....	111
Figura: 2.6: barco da autoria de D. Luís Filipe, assinado com as iniciais L.(uís) de B.(ragança) (Desenho).....	113
Figura: 2.7: chegada do rei, da rainha e do príncipe real à igreja de São Roque (Fotografia).....	116
Figura: 2.8: O príncipe real presidindo à festa escolar de 1907. Reconhece-se ainda o presidente do Conselho, João Franco (1.ª pessoa à esquerda do príncipe) (Bilhete postal).....	117

Figura: 2.9: A Família Real com o príncipe real envergando a farda do Real Colégio Militar (Bilhete postal).....	118
Figura: 2.10: D. Luís Filipe e alguns oficiais em observação de exercícios militares no hipódromo (Fotografia). ....	123
Figura: 2.11: comitiva que tomou parte na caçada real (Reprodução fotográfica).....	126
Figura: 2.12: partida do presidente da França Émile Loubet (Fotografia).....	129
Figura: 2.13: visita dos duques de Connaught a Portugal (Reprodução fotográfica).....	136
Figura: 2.14: D. Luís Filipe enquanto regente (Bilhete postal).....	139
Figura: 2.15: os regicidas Manuel Buíça e Alfredo Costa (Bilhete postal).....	156
Figura: 2.16: as urnas do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe no Palácio das Necessidades (Reprodução fotográfica).....	159
Figura: 2.17: marcha fúnebre pelas ruas de Lisboa (Reprodução fotográfica).....	160
Figura: 2.18: composição fúnebre (Bilhete postal).....	162
Figura: 3.1: localização das barras e dos portos intervencionados ao longo do século XIX (Mapa).....	173
Figura: 3.2: localização dos faróis em Portugal continental e insular (Mapa).....	175
Figura: 3.3: naufrágio na Póvoa de Varzim (Ilustração).....	189
Figura: 3.4: localização das estações de salvamento do Real Instituto de Socorros a Náufragos e equipamento de socorro disponível (Mapa).....	195
Figura: 3.5: excursão ao colosso de Ramsés II (Reprodução fotográfica).....	209
Figura: 3.6: o khediva Abbas II com os príncipes (Reprodução fotográfica).....	210
Figura: 3.7: itinerário percorrido no Mediterrâneo (Mapa).....	212
Figura: 4.1: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial em Angola (Mapa).....	220

Figura: 4.2: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial em Moçambique (Mapa).....	221
Figura: 4.3: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial na Guiné (Mapa).....	222
Figura: 4.4: explorações geográficas portuguesas até meados de <i>Oitocentos</i> (Mapa).....	224
Figura: 4.5: explorações geográficas portuguesas na segunda metade de <i>Oitocentos</i> (Mapa).....	227
Figura: 4.6: a Família Real e o presidente francês Loubet em Sintra (Bilhete postal).....	243
Figura: 4.7: o império português de acordo com a Constituição de 1838 (Mapa)..	246
Figura: 4.8: ocupação de Moçambique até 1868 (Mapa).....	247
Figura: 4.9: ocupação de Angola até 1861 (Mapa).....	248
Figura: 4.10: ocupação de Moçambique até 1888 (Mapa).....	249
Figura: 4.11: ocupação de Moçambique em 1908 (Mapa).....	255
Figura: 4.12: ocupação de Angola em 1906 (Mapa).....	256
Figura: 4.13: ocupação de Angola em 1911 (Mapa).....	256
Figura: 4.14: roteiro da viagem africana do príncipe real D. Luís Filipe (Mapa).....	270
Figura: 4.15: multidão esperando D. Luís Filipe à saída da catedral (Bilhete postal).....	273
Figura: 4.16: arco do triunfo erigido em honra de D. Luís Filipe na avenida Teixeira de Sousa (Bilhete postal).....	277
Figura: 4.17: panorâmica sobre o local onde decorreu o batuque (Bilhete postal).....	279
Figura: 4.18: D. Luís Filipe acompanhado por alguns dos oficiais que tomaram parte na batalha de Marracuene (Reprodução fotográfica).....	280

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Abr. – Abril

Ago. – Agosto

Aug. – August

AHCB – Arquivo Histórico da Casa de Bragança

C. – Cerca/aproximado

Cf. – Confronte/confira

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

Consult. – Consultado

Coord. – Coordenação

Cx. – Caixa

Dez. – Dezembro

Dir. – Direção

Doc. – Documento

Dr. – Doutor

Dr.<sup>a</sup> – Doutora

*E.g.* – Por exemplo (*exempli gratia*)

Ed. – Edição/editora

Eng. – Engenheiro

*Et al.* – E outros (*et alii*)

Etc. – E continua (*et cetera*)

Euro – Europeu

Expo – Exposição

FAUP – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Feb. – Febbraio/ February

Fev. – Fevereiro

Fl./fls. – Fólio/fólios

Fund. – Fundação

Gav. – Gaveta

*Idem* – Do mesmo modo

*Ibidem* – No mesmo lugar

*I.e.* – Isto é (*id est*)

Imp./ Impr. – Impressão/impressora

Jan. – Janeiro

Jul. – Julho

Jun. – Junho

Mai. – Maio

Mar. – Março

Mç. – Maço

N.<sup>o</sup> – Número

N.<sup>os</sup> – Números

Nov. – Novembro/ Novembre

O m.q. – O mesmo que

*Op. Cit.* – Na obra citada (*opere citato*)

Org. – Organização

Out. – Outubro

P./pp. – Página/páginas

Pref. – Prefácio

Pt – Portugal

Rev. – Revisão/revisto

S.A. – Sua alteza

S.A.R. – Sua alteza real

S.d. – Sem data

SGL – Sociedade de Geografia de Lisboa

S.l. – Sem local (*sine loco*)

S.M. – Sua Majestade

S.M.F – Sua majestade fidelíssima

S.n. – Sem editor (*sine nomine*)

S.p. – Sem página

S.S. A.A./ SS. AA. – Suas Altezas

Set. – Setembro

Soc. – Sociedade

SS. MM. – Suas Majestades

TMB – Tomás de Mello Breyner

TT – Torre do Tombo

Typ. – Tipografia

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Univ. – Universidade

URL – *Uniform Resource Locator* (endereço de rede)

V. – Verso

Vol./vols. – Volume/volumes

ZEE - Zona Económica Exclusiva

## INTRODUÇÃO

*Quem te sagrou criou-te português.  
Do mar e nós em ti nos deu sinal.  
Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.  
Senhor, falta cumprir-se Portugal!<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> PESSOA, Fernando Pessoa – *Mensagem*. Lisboa: ed. Planeta de Agostini, 2006. p. 49.

## I.1 Introdução

### O tema

Intitulada de *D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância*, a presente Tese de Doutoramento apresenta como principal objetivo o estudo biográfico do príncipe real D. Luís Filipe, a sua relação e a de Portugal com o mar e de como este último esteve presente em alguns dos momentos mais importantes da sua curta vida. Sabendo-se *a priori* que grande parte da memória histórica (gráfica/iconográfica e material/imaterial) nos remetia para a Família Real e em especial para a figura do rei D. Carlos devido aos seus estudos oceanográficos, a persecução desse objetivo revelou-se profundamente desafiadora. Deste modo, o propósito da presente Tese de Doutoramento foi o de procurar estudar a figura do príncipe real D. Luís Filipe, integrando-o no seu contexto histórico e da sua relação direta ou indireta com os assuntos marítimos, culminando numa abordagem que se quis original e diferenciada das demais feitas.

Quando em 1998, Portugal acolheu a Exposição Universal sobre o tema dos oceanos e concomitantemente celebrou o V Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, poucos, porventura, seriam aqueles que sabiam que estes acontecimentos também já tinham sido comemorados uma centúria antes.

Se a festividade do século XX, teve uma abrangência mundial, comparecendo no seu recinto mais de 100 países, aproveitando-se a sua realização para se renovar urbanisticamente a outrora degradada zona oriental da capital de onde sobejaram, entre outros, o emblemático edifício do Oceanário<sup>3</sup>, os festejos de 1898 tiveram um pano de fundo diferente.

Ainda com o *Ultimatum* fresco na memória, as comemorações do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia pautaram-se pela festa cívica, nela tomando parte forças policiais, escolas<sup>4</sup> e academias, associações e grémios, bandas filarmónicas, a Sociedade de Geografia de Lisboa,

---

<sup>3</sup> TRIGUEIROS, Luiz; SAT, Claudio; OLIVEIRA, Cristina ed. – *Lisboa Expo 98: Arquitectura*. Lisboa: Editorial Blau, 1998.

<sup>4</sup> SECRETARIA-GERAL de Educação e Ciência – *Resenha de Legislação* [Em linha]. Repositório Digital da História da Educação. Lisboa: [S.n.], [S.d]. [Consult. 28/07/2023]. Disponível na Internet: <URL: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/escolaridade-obrigatoria/resenha-de-legislacao/>>.

companhias industriais e profissões várias, muitas delas guarnecidas de carros alegóricos<sup>5</sup>. Quanto aos convidados internacionais, a sua presença foi mais modesta uma vez que apenas marcaram presença “(...) algumas tribos indígenas do nosso domínio colonial (...) pretos da Guiné, Inhambane e Cabo Verde (...)”<sup>6</sup>, para além espectadores que assistiram à passagem do cortejo.

Tal como os convidados internacionais, também os investimentos se mostraram parcos, mas não menos importantes e simbólicos: para além da feira franca, erigiram-se, alguns pavilhões, tribunas (cf. Figura: I.1), um coreto em forma de esfera armilar e o Aquário Vasco da Gama, devidamente apetrechado com espécies recolhidas pelo rei D. Carlos nas suas campanhas oceanográficas<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> SILVA, Caetano Alberto da dir. – Centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia: O cortejo. *O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Ano XXI, n.º 701, (jun. de 1898), pp. 138-139.

<sup>6</sup> SILVA, Caetano Alberto da dir. – *Op. Cit.*, p. 138.

<sup>7</sup> *Idem*, pp. 138-139 e 144; BRAGANÇA, Carlos de – *Diário Náutico do yacht "Amélia": campanha oceanográfica realizada em 1897*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1980; FLORES, Jorge Manuel coord. – *O «Centenário da Índia» [1898] e a memória da viagem de Vasco de Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998, p. VII.

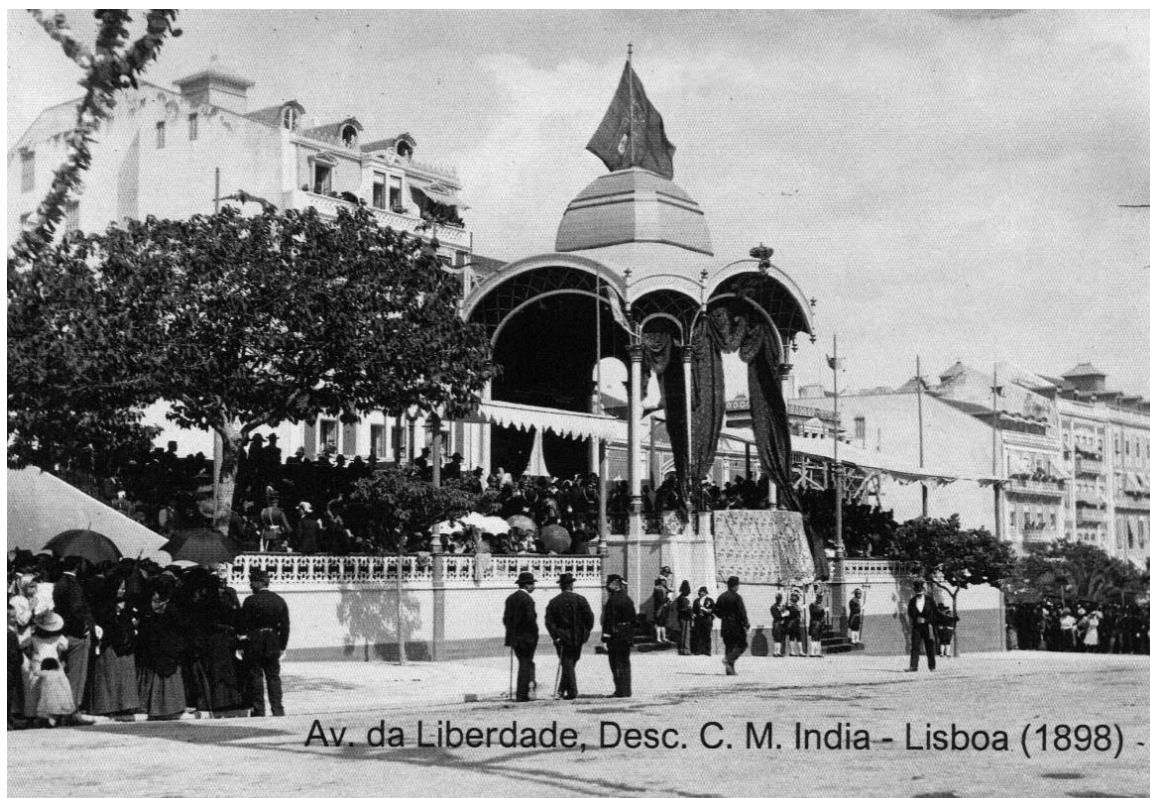


Figura: I.1: vista do Pavilhão Real durante o desfile do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Porém, esta celebração não se cingiu apenas às glórias marítimas passadas, já que encerrou em si uma paulatina, mas contínua novidade oceânica na sociedade portuguesa: a visão do mar, enquanto lugar de lazer<sup>8</sup>, de ciência<sup>9</sup> e de política<sup>10</sup>, e não apenas como o clássico e histórico espaço por onde vogaram as caravelas e os galeões lusitanos.

---

<sup>8</sup> E.g. em 1876 saiu à estampa o livro de Ramalho Ortigão sobre as praias em Portugal. ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*. Ed. fac-símile da 1.ª edição. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.

<sup>9</sup> E.g. as campanhas oceanográficas do príncipe Alberto I do Mónaco no arquipélago dos Açores. TAVARES, Maria da Conceição da Silva – *Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico. Albert I do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a Meteorologia nos Açores* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências. [Consult. 20/07/2023]. Disponível na Internet: <URL: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1264/2/19072\\_ULFC091292\\_TM\\_TESEpdf.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1264/2/19072_ULFC091292_TM_TESEpdf.pdf)>.

<sup>10</sup> E. g. veja-se a viagem que o infante D. Augusto fez à Índia portuguesa em 1871-72, incumbido pelo rei D. Luís com o intuito de acabar com uma revolta que aí tinha eclodido. ARQUIVO

Esta nova realidade, já maturada em parte da Europa<sup>11</sup>, só foi sentida no reinado de D. Luís e apenas plenamente alcançada no reinado seguinte. Se o “Popular” foi, enquanto infante, oficial da marinha tendo a oportunidade de viajar por várias partes do Império atlântico, nomeadamente os arquipélagos dos Açores (1859), da Madeira (1859 e 1861) e de Cabo Verde (1860), e ainda Angola (1861), a ligação ao mar enquanto Rei não foi menor, introduzindo na Família Real esta conexão que perduraria nas gerações seguintes, verificando-se mesmo um incremento durante o reinado de D. Carlos<sup>12</sup>.

Entre os fatores que contribuíram para esta mudança, contam-se o fim das guerras, revoluções e revoltas<sup>13</sup>, a progressiva institucionalização do regime Liberal e da noção de cidadão, sendo ambas fortalecidas pelas celebrações coletivas<sup>14</sup>, a mudança mental e social proporcionada pela industrialização, consubstanciada no aparecimento de uma nova burguesia, que se mostrava ávida de vivenciar os novos conceitos de vigor, lazer e de vilegiatura, inebriada tanto pelos fumos dos casinos e dos comboios, como pronta a experimentar as salutares aragens da praia. Todos estes fatores proporcionaram uma nova união Ser Humano – Mar, dando início ao aparecimento de todo um “novo mundo marítimo”<sup>15</sup>.

---

HISTÓRICO MILITAR – *Carta régia (minuta) de D. Luís I para o infante D. Augusto, seu irmão, anuindo a que integre a expedição que vai partir para a Índia*. [Consult. 20/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=85963>>.

<sup>11</sup> E.g. as viagens políticas e científicas realizadas por James Cook na 2.ª metade do século XVIII ou a viagem de Charles Darwin na década de 30 do século XIX. MONNIER, Jean – *História Universal*. vol. 8. Lisboa/Cacém: Gris Impressores, 1968; MOOREHEAD, Alan – *Darwin: La expedición en el Beagle (1831-1836)*. Barcelona: Reseña, 1991.

<sup>12</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *D. Luís*. vol. XXXII. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2006, pp. 26-27; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908*. vol. XXXIII. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2006, pp. 178 e 180-181.

<sup>13</sup> Tal como em grande parte da Europa, a 1.ª metade do século XIX, foi marcada por conflitos de índole política. No caso português, até à instauração da Regeneração, para além da Guerra Civil (1832-34) tiveram ainda lugar as revoluções e revoltas de Setembro (1836), Belenzada (1836), dos Marchais (1837), do Arsenal (1838), Maria da Fonte (1846), Emboscada (1846) e Patuleia (1846/47): RODRIGUES, António Simões coord. – *História de Portugal em datas*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994, pp. 209-219.

<sup>14</sup> Em Portugal, entre 1880 e 1914 foram festejadas 13 efemérides, participando o país ainda em 2 celebrações internacionais; deste total, 5 relacionaram-se com personalidades/temas marítimos. Para mais informação, atente-se em, JOÃO, Maria Isabel da Conceição – *Memória e império: comemorações em Portugal: 1880-1960*. [em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. Dissertação de Doutoramento em História, pp. 61-63. [Consult. 19/10/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2466>>.

<sup>15</sup> CORBIN, Alain – *Território do vazio: A praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

Se o 5 de Outubro de 1910, erradicou o regime monárquico, não deixou cair esta opção talássica, uma vez que durante todo o regime republicano, e com mais ou menos importância, o mar foi usado nos campos simbólico e histórico<sup>16</sup> como a personificação de uma portugalidade à qual se recorreu aquando dos grandes acontecimentos festivos<sup>17</sup>; no espaço político, o território marítimo foi, também ele, um tema de referência para os mais altos dignitários governamentais<sup>18</sup>, servindo também para estender e delimitar as abstratas fronteiras marítimas<sup>19</sup>, dando azo não raras vezes a intrincadas contendas e disputas geopolíticas<sup>20</sup>.

Atualmente, as sociedades encaram o mar como um vasto campo de oportunidades, permitindo que os Estados daí retirem riqueza através do seu uso recreativo, da extração e/ou transformação de novas matérias-primas, incrementando por sua vez o desenvolvimento tecnológico e científico de modo a maximizarem os usos e as potencialidades desses mesmos recursos.<sup>21</sup> No caso português, este novo olhar sobre a realidade marítima, indo além do tradicional entendimento de grande autoestrada para o transporte de pessoas e bens, ou de espaço de pescaria e salicultura, entre outras (recolha de algas para fins

---

<sup>16</sup> A este propósito, tome-se como paradigma a adoção dos novos símbolos nacionais republicanos. No caso da bandeira, para lá da substituição da coloração (o vermelho remete para a bandeira do Centro Democrático Federal e a cor verde está associada ao positivismo), foi adicionada a esfera armilar. Se no seu âmago ela foi o símbolo pessoal do rei D. Manuel I, com o passar do tempo ganhou uma conotação marítima uma vez que a sua utilização estava praticamente reservada à numismática ultramarina, transformando-se no símbolo maior da universalização do mar português. Para mais informação consulte-se entre outros SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e castelos: sinais de Portugal*. Coleção: Retratos da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019, pp. 91-94 e 98.

<sup>17</sup> Para além da já referida EXPO 98, o tema foi recorrentemente utilizado nomeadamente na Exposição do Mundo Português em 1940, no espetáculo de abertura do EURO 2004 ou nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, transformando-se o Navio-Escola Sagres na casa dos atletas.

<sup>18</sup> O mar como desígnio de Portugal tornou-se recorrente nos políticos, como foi visível nos casos dos Presidentes da República, Mário Soares, Jorge Sampaio, Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa.

<sup>19</sup> Desde 1997 que se encontra delimitada a Zona Económica Exclusiva (ZEE). MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – *Continental Shelf Submission of Portugal: Executive summary*. [Em linha]. Portugal: EMEPC, 2009, pp. 3-4. [Consult. 01/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/prt44\\_09/prt2009executivesummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt2009executivesummary.pdf)>.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>21</sup> GOVERNO DE PORTUGAL – *Estratégia Nacional para o mar 2013-2020*. [Em linha]. Lisboa: Uzinabooks, 2014, pp. 11-14 e 46-51. [Consult. 01/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [26](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj_zdXhrMzyAhWnRUEAHebEBCMqFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.dgrm.mm.gov.pt%2Fdocuments%2F20143%2F43971%2FEstrategia%2BNacional%2BMar.pdf%2F9f8b9fc0-ab72-bbaf-0aa4-524d152ff9c3&usq=AOvVaw0Tv3vmkMt1P6dKoaXHifCA>.</p></div><div data-bbox=)

medicinais, apanha de corais etc.) devemos-lo, em grande parte, à família de D. Luís Filipe.

Relativamente ao ponto de partida do presente trabalho, o objeto de investigação inicial foi a realização de uma biografia do príncipe real D. Luís Filipe de Orleães e Bragança. Personalidade a quem auguravam um futuro brilhante, tanto pela esmerada educação recebida, como pela preparação institucional praticada, acabou um tanto esquecida e ofuscada na História de Portugal, pese embora tenha fatalmente tomado parte num dos mais conhecidos episódios históricos: o regicídio. Mesmo aí, em praticamente toda a documentação produzida, quer seja primária ou secundária, quer seja gráfica ou iconográfica, a sua figura foi tratada de forma sucinta e não raras vezes acessória.

#### A cronologia

No decorrer da pesquisa e levantamento documental, chegou-se à conclusão de que o foco não podia incidir unicamente na realização de uma biografia, mas deveria abarcar também a relação do príncipe e a dos seus mais diretos ancestrais e do país com o mar, consubstanciando-se esta reflexão na indagação, “*Qual a importância do mar nos campos político, económico, diplomático, científico, intelectual, assistencial e lúdico de Portugal durante a vida do príncipe real D. Luís Filipe?*”, desembocando as reflexões no título da tese: “D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância”.

Estudar o príncipe real D. Luís Filipe foi numa primeira e superficial análise compreender as ações, as reações e os acontecimentos que à sua existência estiveram ligados e que decorreram estritamente entre os anos de 1887 e 1908.

Se nos capítulos I e II, estas duas datas (1887-1908) são biologicamente inalteráveis e historicamente satisfatórias<sup>22</sup>, pareceu-nos importante que nos capítulos III e IV, a cronologia fosse revista e aumentada, estendendo-se entre cerca de 1850 a 1908, com o propósito de abranger os reinados de D. Luís e de D. Carlos, já que a eles estiveram ligados direta ou indiretamente os principais

---

<sup>22</sup> O ano de 1887 refere-se ao nascimento e o de 1908 ao da morte do príncipe.

episódios da vida do príncipe real e que foi omnipresente na maior parte desse tempo. Para além disso e, sob pena do presente trabalho se tornar incompleto e conseqüentemente pouco significativo, não puderam deixar de ser analisadas e refletidas as multiplicidades de fatores e até certo ponto a(s) (in)definição(ões) do Portugal de finais do século XIX e inícios do século XX. Este recuo cronológico teve a intenção de melhor se contextualizarem os fenómenos históricos na média/longa duração, contribuindo para um melhor entendimento do principal objeto de estudo.

As alterações verificadas ao longo da segunda centúria de *Oitocentos* nos setores económico e industrial, aliados ao desenvolvimento dos transportes naval e ferroviário, contribuíram tanto para um êxodo rural e uma concentração em dois grandes polos industriais ao redor de Lisboa e do Porto, como para a formação de uma burguesia de índole industrial e comercial, do aumento dos burocratas devido à maior omnipresença do Estado e de um proletariado esmagadoramente faminto e analfabeto, apresentando-se cada um destes novos grupos com devidos interesses e aspirações<sup>23</sup>.

Este movimento demográfico e social, aliado à falência na engrenagem da Regeneração e ao aparecimento e divulgação das teorias emergentes e alternativas como a socialista, a anarquista ou a republicana, foi o gérmen para a criação de um bloco localizado e pequeno, porém heterogéneo, eivado de um radicalismo que ao longo do tempo criou uma permanente fricção e um desgaste institucional, palpáveis em vários momentos<sup>24</sup>, atingindo o clímax no dia 5 de outubro de 1910 com a Implantação da República.

---

<sup>23</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, pp. 8-9 e 63-64; MOURA, Carneiro de – *Historia económica de Portugal*. Lisboa: Typ. Anuario Commercial, 1913, pp. 290-292 e 326-327; MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA: DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DO COMMERÇIO – *Censo da população do reino de Portugal no 1º de dezembro de 1890*. vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1896. [em linha]. [Consult. 04/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://censos.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=211520437&att\\_display=n&att\\_download=y](https://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=211520437&att_display=n&att_download=y)>; MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA: DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES – *Censo da população do reino de Portugal no 1º de dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população)*. [em linha]. vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1905. [Consult. 04/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1900](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900)>.

<sup>24</sup> Indicam-se entre outros, a revolta dos marinheiros do cruzador D. Carlos, o rebentamento de bombas artesanais em 1907 no bairro da Estrela ou a revolta do elevador da biblioteca em 28 de janeiro de 1908. Entre outros veja-se: VALENTIM, Carlos Manuel Batista – *A revolta do cruzador*

Ainda relativamente à política interna, a mesma foi marcada por um desnorte e um desfasamento dos principais atores entre si e entre a sociedade: D. Carlos que pretendia ser (e foi) um rei constitucional, a pouco mais podia aspirar do que ser um poder moderador; no entanto, essa sociedade constitucional e liberal que se pretendeu construir ao longo de 50 anos era em grande parte uma utopia, já que esta apenas podia ser concretizada através de uma comunidade de cidadãos letrados e esclarecidos<sup>25</sup> e de uma imprensa apartidária<sup>26</sup>, quando o Portugal de então não o era de todo! Os Rotativistas agarraram-se à herança de outrora enquanto os mais visionários ou ambiciosos romperam com eles: José Maria de Alpoim, ex-Progressista e antigo delfim de José Luciano de Castro, criou em 1905 o Partido Dissidência Progressista apresentando-se como um adversário do rei chegando mesmo a promover uma hipotética substituição de D. Carlos por D. Luís Filipe<sup>27</sup>, enquanto João Franco que tinha criado em 1901 o Partido Regenerador-Liberal foi o escolhido em 1906 para encabeçar a mudança política preconizada pelo rei<sup>28</sup>. Perante tal constatação, conclui-se que todo este panorama político contribuiu mais para o desprestígio das instituições do que para o seu engrandecimento.

No plano da política externa, atente-se no novo papel e nas novas obrigações de Portugal enquanto (pequena e tolerada) potência colonial internacionalmente reconhecida na Conferência de Berlim. Mesmo assim, a política ultramarina foi marcada durante largos anos por atritos/entendimentos e aproximações/afastamentos, devido a uma cambaleante política diplomática estabelecida intermitentemente com as principais potências europeias: Reino

---

“D. Carlos” (1906). *Uma marinha republicana?* XVIII colóquio de História Militar. IV edição. Lisboa, [S.n.], 2008.

<sup>25</sup> CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda – Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, vol. 1, n.º 17, (1999) p. 168.

<sup>26</sup> E.g. SARDICA, José Miguel – Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). *Análise Social*, vol. 32, n.º 142, (1997); BARROS, Júlia Leitão de – O jornalismo político d’O Século e do Diário de Notícias. *Comunicação Pública: Revista de Multidisciplinar de Comunicação*. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, vol. 10, n.º 17, (2015). [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://journals.openedition.org/cp/928?lang=pt>>.

<sup>27</sup> MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo*. Lisboa: Edição de auctor. [S.d.], p. 305.

<sup>28</sup> E.g. a carta n.º 1 em CASTELLO-BRANCO, João Franco – *Cartas d’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu ultimo presidente do conselho*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 53.

Unido, Alemanha, França e novamente Reino Unido <sup>29</sup>. Para a estabilização e (re)alinhamento da diplomacia portuguesa no pós 1890 muito contribuíram as figuras de D. Carlos e do Marquês de Soveral.

### O espaço

Em relação à delimitação espacial da tese, esta estendeu-se às áreas ocupadas pelos territórios continental e insular da metrópole, do Império Ultramarino nos oceanos Atlântico e Índico (cf. Figura: I.2), assim como às viagens realizadas tanto pela Família Real no geral, como pelo príncipe em particular, alargando-se o espaço de estudo às Ilhas Britânicas, Espanha e às costas sul e norte do Mediterrâneo. Embora amplo, cremos que o alargamento a tão vastas e díspares localizações foi premente para uma análise que se pretendeu que fosse o mais completo retrato de um Portugal marítimo e dos seus ilustres intervenientes reais.



Figura: I.2: o império português nos finais do século XIX (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

---

<sup>29</sup> MOTTA, Carlos C. Lima da Silva – Continuidades e Rupturas da Política Externa Portuguesa em Matéria Colonial (1870-1890). In SANTOS, Maria Emília Madeira org., *Actas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989, pp. 81-83.

### A estrutura

A presente tese de doutoramento foi dividida em quatro capítulos. Os dois primeiros procuraram relevar o percurso biográfico e a figura do príncipe real D. Luís Filipe, tanto ao nível pessoal como institucional. Sob pena de o trabalho se tornar parco e incongruente, se tivermos em conta os objetivos que primordialmente lhe estiveram subjacentes e que o nortearam, designadamente, fazer a biografia do príncipe, não podíamos deixar de abordar outros tópicos que contribuíssem para um melhor entendimento do contexto histórico, nas vertentes espacial e temporal, apresentados nos dois capítulos subsequentes.

Estudado que estava o objetivo primário, (capítulos I e II), revelou-se fundamental apresentar o contexto familiar, a sua ligação e o grau de influência para a formação marítima do príncipe, uma vez que, desde o tempo de então infante e futuro rei D. Luís, os assuntos marinhos estiveram presentes quotidianamente na Família Real, assim como a conjuntura marítima metropolitana. Por fim, apresentaram-se as principais etapas presentes na construção de um novo império marítimo, no caso em África, a partir da segunda metade do século XIX.

O capítulo I – A infância e a juventude (1887-1901) incidiu sobre a infância e a primeira juventude do príncipe real D. Luís Filipe. As duas datas balizam, respetivamente, o nascimento e o seu reconhecimento como herdeiro presuntivo da coroa portuguesa perante os pares do reino. Esta primeira etapa na vida de D. Luís Filipe foi, do ponto de vista familiar um espaço de continuidade, marcado por gestos de grande afetividade e de união, transmitindo-nos uma imagem da atuação e dos deveres cortesãos e da Família Real. Desta última, foi possível ainda vislumbrar os modos e os meios de atuação, que em resultado das transformações políticas sofridas no pós-Guerras Liberais e, ainda, na vinda e na difusão de uma nova mentalidade incutida por D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, a transformaram num núcleo com rituais próprios de uma burguesia cosmopolita.

Em termos organizativos o capítulo I foi dividido em dez subcapítulos. Os quatro primeiros debruçaram-se de forma sucinta sobre os progenitores, os príncipes reais D. Carlos e D. Amélia, dando-se de seguida notícia sobre o nascimento e batizado de D. Luís Filipe. O último destes quatro, alude à

constituição (em parte peculiar) da Família Real. Em 1853, morreu no seu décimo primeiro parto a rainha D. Maria II. Sobreviveram-lhe sete filhos. Passados apenas oito anos, em 1861, a realidade era completamente diferente: o primogénito, o rei D. Pedro V, tinha falecido tal como os infantes João e Fernando; o infante D. Augusto, entre rezas e remédios, conseguiu escapar ao trágico fim dos irmãos, mas ficou incapacitado mentalmente. As infantas Maria Ana e Antónia, estavam casadas com príncipes alemães e ausentes do reino<sup>30</sup>. Se a esta hecatombe juntarmos a morte de D. Fernando, em 1885, e a do próprio rei D. Luís, em 1889, afere-se com facilidade que, aquando do nascimento do príncipe Luís Filipe, a Família Real era parca em membros de sangue e ainda mais exígua naqueles que viviam em Portugal. O nascimento deste infante revestiu-se de um contentamento generalizado e num sentimento de alívio. Agraciado com os títulos de príncipe da Beira e duque de Barcelos aquando do nascimento, obteve os títulos de príncipe real e de duque de Bragança com a morte do avô e a subida ao trono do pai.

Os restantes seis subcapítulos versaram sobre o iniciático trajeto político e educacional do jovem príncipe terminando nas franjas do seu juramento como príncipe herdeiro.

Concomitante a esta ascensão política e institucional, evidenciou-se o campo educacional. Para entendermos o novo dinamismo político e familiar devemos atender que a passagem do regime Absoluto para o Liberal, conferiu ao monarca o novo papel de primeiro cidadão, uma espécie de *primus inter pares*. Esta alteração foi acompanhada de uma sólida preparação intelectual de maneira a permitir um correto desempenho das suas novas funções institucionais: o rei reina, mas não governa.

O capítulo II – A vida adulta (1901-1908) foi estruturado em sete subcapítulos, nos quais foram expostas temáticas ligadas à vida social e familiar, à educação formal (percurso escolar) e informal (viagens marítimas realizadas pelo Mediterrâneo, a Sevilha e por África), à questão do casamento e por fim ao atentado.

---

<sup>30</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, pp. 29-31.

Quanto à cronologia, esta iniciou-se em 1901 quando aos 14 anos prestou juramento à Constituição, na sala das Sessões da Câmara dos Dignos Pares do Reino, tornando-se no herdeiro presuntivo do trono *de jure*, e terminou em 1908 com a sua morte na Praça do Comércio<sup>31</sup>.

A sua marcha política, institucional e social foi aprofundada tanto pelas aparições públicas em que participou e pelas funções que desempenhou, como sejam a tomada de assento no Conselho de Estado quando atingiu os 18 anos e a elevação a regente do reino duas ocasiões, em 1905, aquando da visita oficial do rei a França e em 1906, na sequência da viagem oficial de suas majestades a Espanha, como pelas visitas que fez a diferentes pontos do país e do estrangeiro e à receção e convívio com figuras políticas de proa.

O ano de 1901 e a segunda viagem ao Norte e Porto marcou o começo da sua participação interna e externa em importantes acontecimentos. Em 1902 foi enviado ao Reino Unido como representante oficial de suas majestades para a coroação de Eduardo VII; em 1903 esteve na receção ao rei espanhol Afonso XIII e realizou juntamente com a rainha D. Amélia e o infante D. Manuel uma viagem pelo Mediterrâneo, que teve tanto de lúdica e de instrutória como de institucional; no ano de 1905 foi um dos anfitriões às visitas do imperador alemão Guilherme II e do presidente da República da França Émile Loubet e, em 1906, foi enviado mais uma vez como representante de suas majestades a marcar presença no casamento de Afonso XIII de Espanha.

No entanto, a grande e mais emblemática viagem feita pelo príncipe real D. Luís Filipe teve lugar em 1907, abrangendo grande parte das regiões ultramarinas portuguesas em África e, ainda, uma passagem em alguns territórios ingleses. A realização de tal trajeto, foi o culminar de intensos e espaçados esforços políticos, diplomáticos, económicos e militares empreendidos por Portugal nos últimas seis/sete décadas. A sua concretização serviu tanto propósitos ligados à política interna (reforço do prestígio da dinastia, preparação institucional do herdeiro do trono e consolidação do projeto ultramarino) como à externa (reconhecimento do

---

<sup>31</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X. [S.l.]: Editorial Verbo, 1988, p. 95.

papel civilizador de Portugal e do fim da escravatura nos seus territórios, normalização das relações diplomáticas entre Portugal e o Reino Unido e a consequente validação internacional da posse dos territórios africanos).

Foram igualmente abordados no presente capítulo dois episódios que embora díspares se encontravam interligados, sendo um praticamente desconhecido e o outro uma das datas mais reconhecidas da historiografia portuguesa. O primeiro tem como tema central genérico os casos amorosos de D. Luís Filipe e como assunto particular o seu casamento com a princesa britânica Vitória Patrícia. A segunda ocorrência incidiu sobre o regicídio, evento que ocorreu no dia 1 de fevereiro de 1908 na Praça do Comércio, onde pereceu juntamente com o seu pai e rei D. Carlos.

O capítulo III – Portugal, a Família Real e o mar (c.1850-1908) foi disposto em dois subcapítulos focando-se no papel e na relação histórica da Família Real e do próprio país com o mar relevando-se os novos papéis a ele associados e a importância que este desempenhou, nomeadamente lúdico (e.g. ida a banhos)<sup>32</sup>, científico (e.g. oceanografia)<sup>33</sup>, político e diplomático (e.g. viagem dos monarcas aos arquipélagos dos Açores e da Madeira)<sup>34</sup>, económico (e.g. pescas)<sup>35</sup>, artístico (e.g. pinturas de temática talássica)<sup>36</sup> e até filantrópico (criação do Real Instituto de Socorro a Náufragos)<sup>37</sup>.

Para além destas vertentes, foram ainda abordados alguns melhoramentos infraestruturais no que à atividade marítima diz respeito como sejam a construção/reparação de faróis e dos portos marítimos, que serviram para melhorar e reforçar a economia, a unidade territorial e a segurança das navegações. A finalizar relatou-se o cruzeiro realizado pelo Mediterrâneo em 1903, enquadrando-

---

<sup>32</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – *Op. Cit.*

<sup>33</sup> RAMALHO, Margarida Magalhães – *1908: Um olhar sobre o regicídio*. Lisboa: Sextante Editora, 2008.

<sup>34</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, pp. 168-168.

<sup>35</sup> DIÁRIO da Câmara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.º 33 (24/03/1899), p. 2. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/033/1899-03-24/2>>.

<sup>36</sup> FERNANDES, Carla Varela [et al.] – *Mar! Obra artística do rei D. Carlos*. Estoril: Sete Mares, 2007, p. 87.

<sup>37</sup> PORTARIA de 11 de fevereiro de 1890. Diário do governo, n.º 103 (8 mai. 1890) p. 26 [Consult. 11/11/2019]. Disponível na internet: <URL: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/64/46/p48>>.

o no seu contexto motivacional e apresentando as suas consequências e mais-valias futuras para D. Luís Filipe.

A cronologia indicada baliza, respetivamente, o cada vez maior contacto da Família Real com a realidade marítima através do então Segundo-tenente da marinha, o infante D. Luís, bem como o falecimento de D. Luís Filipe.

O capítulo IV – A construção de um império marítimo africano: à procura de um novo Brasil (c.1850-1908) está organizado em três subcapítulos e debruçou-se no novo plano político e colonial que se seguiu à independência brasileira. Bebendo das ideias do Marquês de Sá da Bandeira para a criação de um *império marítimo africano*, abordaram-se as diversas etapas exploratórias e os meios conseguidos para uma ocupação e reconhecimento internacional desses territórios, nomeadamente através do estabelecimento *in situ* de colonos e do modo de vida europeu ou da abertura de carreiras entre a metrópole e os territórios ultramarinos e entre eles.

Para lá dos sertões africanos, o efetivo reconhecimento jogou-se no quadrante político e diplomático europeu. O fim da escravatura, a Conferência de Berlim, a leitura dos posicionamentos das potências, principalmente do Reino Unido e da Alemanha, e os contactos diplomáticos e familiares mantidos pelo rei D. Carlos revelaram-se fulcrais para que tivesse sido ultrapassado o episódio do *Ultimatum* Inglês e posteriormente se tivesse validado Portugal como uma potência ultramarina em África. O périplo africano do príncipe real, em 1907, transformou-se na pedra de fecho de um ciclo político e diplomático urdido por D. Carlos nas décadas transatas.

#### Os objetivos

Perante o que ficou exposto, infere-se que os objetivos específicos da presente tese passaram pela realização de uma biografia do príncipe real D. Luís Filipe, conferindo o percurso pessoal e público, extrapolando, mas não vaticinando, o papel que lhe estava destinado. Acrescem as mutualidades de D. Luís Filipe com a realidade marítima e a importância do mar na sua formação, já que boa parte da sua existência a ele esteve ligado, nomeadamente nas áreas política e diplomática:

viagens oficiais a países e territórios estrangeiros e à África portuguesa, apresentando esta última um papel que teve tanto de literal como de simbólico nos planos interno e externo. Numa leitura nacional, a viagem lançou a figura do príncipe real para uma linha cimeira no que ao regime diz respeito, validando o domínio português sobre os territórios ultramarinos. Nos desígnios internacionais, serviu: a) para repor e validar a normalidade política e diplomática entre os dois reinos outrora desavindos; b) para incrementar as políticas científica e intelectual com o *Grand Tour* de 1903 pelo Mediterrâneo, bem como e assistencial e lúdica pois para além das viagens particulares, era um frequentador da praia e foi, desde 1893, Comodoro honorário do Real Club Naval de Lisboa<sup>38</sup>.

Quanto aos objetivos gerais, estes abarcaram a leitura da situação de Portugal no contexto político mundial, o registo dos principais acontecimentos biográficos nos campos pessoal e público de D. Luís Filipe, a exposição cronológica dos acontecimentos marítimos mais relevantes para o período em estudo, a avaliação da construção do discurso político e da sua propaganda iconográfica, a importância social, política e económica do mar para o Portugal metropolitano e colonial e a explanação da evolução das relações familiares e educacionais na Família Real e ainda relação desta com os assuntos marítimos.

## 1.2 Fontes e Metodologias

Uma das dificuldades verificadas ao longo da investigação foi a constatação da esparsa documentação que aludisse especificamente ao príncipe, ou que fosse produzida por ou para D. Luís Filipe e que tivesse chegado até nós<sup>39</sup>. Para tal, apontam-se duas grandes razões: tirando alguns escassos episódios, o príncipe viveu na maior parte da sua curta vida no seio familiar, pelo que foi fácil de

---

<sup>38</sup> Cf. Anexo I – D. Luís Filipe usando um boné com o símbolo Real Club Naval de Lisboa. Esta fotografia foi tirada em 1902 durante a viagem para a coroação de Eduardo VII.

<sup>39</sup> Apenas chegaram ao nosso conhecimento algumas cartas enviadas ao infante D. Manuel durante a viagem a África disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma carta do príncipe para a avó a rainha D. Maria Pia de 1900, um telegrama escrito em 1906 para a sua tia a princesa Luísa e duas cartas para D. Luís Filipe: a primeira foi enviada pela sua Dama Isabel Saldanha da Gama (cf. Anexo IV) e a segunda foi escrita em 1897 por Augusta D'Ornellas. No Arquivo Histórico da Casa de Bragança existem de duas caixas designadas de *Correspondência para Luís Filipe* com uma dúzia de cartas.

aferir que as comunicações, sobretudo as familiares, terão sido essencialmente orais como é próprio no estabelecimento da interação como uma criança ou adolescente; acresce a isto, toda a perturbação que se instalou no seguimento da proclamação da República e que também contribuiu para a carência de registos escritos sobre a personagem central do presente trabalho. Neste último ponto, e de acordo com os relatos da rainha D. Amélia<sup>40</sup>, a principal preocupação estava relacionada com as joias pessoais e não com artigos que podemos (pese embora todo o valor sentimental) considerar laterais, como sejam registos escritos ou pictóricos dos infantes.

Quando nos propusemos o desafio de estudar a figura do príncipe real D. Luís Filipe e a sua relação com o mar, assumimos como inultrapassável a consulta obrigatória de alguns arquivos como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico da Casa de Bragança ou a Biblioteca Nacional de Portugal.

Sendo o mais antigo e maior arquivo nacional o levantamento dos documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>41</sup>, era por demais evidente. Não dispondo mais do que alguma informação esparsa, consultámos o *site* do arquivo, onde nos foi chegando informação, recorrendo a palavras/conceitos-chave como «príncipe da Beira»; «sua alteza»; «sua alteza real»; «príncipe real»; «Luís Filipe»; «Luiz Filipe»; «regicídio» e «viagem a África». Entre os documentos consultados e relativos a D. Luís Filipe, indicam-se os autos de nascimento, de batizado, de juramento e entrega do corpo, algumas cartas escritas por si, desenhos de embarcações e o relato escrito pelo futuro rei D. Manuel II, sobre a tragédia do dia 1 de fevereiro de 1908<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> RIBEIRO, José Alberto – *Rainha D. Amélia: Uma biografia*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Esfera dos livros, 2013. p. 205.

<sup>41</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Fundo Presidência do Conselho de Ministros 1932/1974; Fundo Arquivo do Arquivo 1490/1996; Coleção Gavetas 1101/2017; Fundo Família Ferreira do Amaral; Fundo José Luciano de Castro 1852/1918; Fundo Tomás de Mello Breyner 1798/2015; Fundo Companhia de Moçambique 1888/1980; Fundo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria 1852/1910; Fundo Direcção Geral da Fazenda Pública 1910-10-05; Fundo Casa Real 1306/1911; Coleção Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II e Coleção Documentos Referentes à 1.<sup>a</sup> República Portuguesa e Últimos Anos da Monarquia.

<sup>42</sup> Todos foram devidamente referenciados ao longo da Tese.

O Arquivo Histórico da Casa de Bragança<sup>43</sup>, repositório preferencial da dinastia de Bragança, apresenta um precioso espólio pessoal e institucional de D. Luís Filipe, com destaque para as centenas de fotografias aí depositadas<sup>44</sup>. Da demais documentação incluem-se ainda cadernos escolares, correspondência recebida e ainda documentos referentes às viagens, nomeadamente o diário do infante D. Manuel e dois álbuns fotográficos, um relacionado com a viagem pelo Mediterrâneo em 1903 e o outro onde ficou registada a viagem a África em 1907.

Para um levantamento bibliográfico mais abrangente, foi consultado o catálogo geral da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>45</sup>, de onde recolhemos, sobretudo, documentação iconográfica (postais e estampas).

O Arquivo Histórico Parlamentar<sup>46</sup> ofereceu-nos, em grande medida e durante um largo tempo, não apenas a visão e legislação produzida sobre assuntos marítimos (tais como os impostos alfandegários, o serviço de socorro a náufragos, a rede farolar ou as empresas de navegação...), mas também documentação relacionada com a vida do príncipe real D. Luís Filipe, em assuntos tão banais como a constituição da comissão parlamentar que haveria de apresentar os cumprimentos aquando do seu aniversário, ou outros mais institucionais, nomeadamente a preparação da sua viagem a Madrid por ocasião do casamento do rei Afonso XIII, informação sobre a dotação real ou as despesas dos funerais reais em 1908.

O Arquivo Histórico Militar<sup>47</sup> revelou uma assinalável quantidade de documentação fotográfica de D. Luís Filipe enquanto príncipe real entre os anos de 1904 (exercícios militares no Buçaco) e 1907 (visita a um quartel de marinheiros), embora uma parte substancial desses documentos não se mostrassem adequados à sua incorporação na presente tese. Verificou-se, igualmente, que uma parte do

---

<sup>43</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: NNG 3549-3559; NNG 3713/3; NNG 3713/4; NNG 3715 e NNG 3811.

<sup>44</sup> Todas foram devidamente referenciadas ao longo da Tese.

<sup>45</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Arquivo Reservados; Iconografia; Fundo Geral Monografias e o Fundo Geral Jornais.

<sup>46</sup> Foram consultados os seguintes documentos: Diário da Camara dos Dignos Pares do Reino, referentes aos anos de 1836, 1883, 1887, 1899 e 1908; DIÁRIO da Camara dos Dignos Pares do Reino, referentes aos anos de 1826, 1856, 1885, 1887, 1888, 1890, 1903 e 1906.

<sup>47</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Grupo de Fundos Especiais e Grupo de Fundos Divisões.

espólio arrolado como relativo a D. Luís Filipe se encontrava erroneamente catalogado<sup>48</sup>.

A Hemeroteca Digital de Lisboa<sup>49</sup>, mostrou ser um excelente repositório de fontes impressas, com especial incidência em revistas e jornais coevos. A sua consulta permitiu criar, em alguns casos, autênticos diários da vida e das atividades de D. Luís Filipe, da Família Real e da sociedade portuguesa.

A plataforma DIGIGOV – Diário do Governo Digital (1820-1910), como órgão oficial do governo<sup>50</sup>, apresentou-se como um manancial de informação institucional de grande pertinência. Aqui foram consultados documentos entre os anos de 1824 e 1908.

---

<sup>48</sup> PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR1/0163: o retratado é o rei D. Manuel II, logo a data tem de ser 1908 ou posterior; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0164: o retratado é o rei D. Manuel II, logo a data tem de ser 1908 ou posterior; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0165: o retratado é o rei D. Manuel II, logo a data tem de ser 1908 ou posterior; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR1/0172: o retratado é o rei D. Manuel II em 1908; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0174: o retratado é o rei D. Manuel II, logo a data tem de ser 1908 ou posterior. Possivelmente numa visita à cidade do Porto e norte; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0175: o retratado é o rei D. Manuel II em 1908; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0176: o retratado é o rei D. Manuel II em 1908; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0177: o retratado é o rei D. Manuel II em 1908; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0178: o retratado é o rei D. Manuel II em 1908; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0214: o retratado é o rei D. Manuel II; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/1261: o retratado é o infante D. Manuel; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 2/2265: fotografia tirada tapada da Ajuda em 1907; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 2/2271: fotografia tirada tapada da Ajuda em 1907; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 2/2525: o rei D. Carlos e o infante D. Afonso apresentam-se fardados de oficiais alemães enquanto o príncipe real usa a farda do comandante de Lanceiros n.º 2; PT/AHM/FE/CAVE/JB/GR 1/0082: as figuras centrais são o rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe.

<sup>49</sup> Foram consultados os seguintes periódicos: *A Parodia*. Ano de 1901; *A Semana de Lisboa: Suplemento do Jornal do Commercio* Ano de 1893; *Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia* Anos de 1905 e 1906; *Branco e Negro: Semanário Illustrado*. Ano de 1897; *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Anos de 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906 e 1907; *Los sucesos: periodico ilustrado*. Ano de 1910; *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Anos de 1887, 1889, 1891, 1892, 1898, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907 e 1908; *Semanario A Illustração Portuguesa: revista litteraria e artistica*. Ano de 1887 e *Serões: revista mensal ilustrada*. Ano de 1907.

<sup>50</sup> Ao longo do tempo teve várias designações tendo sido consultados os seguintes documentos: *Gazeta de Lisboa*. Anos de 1824 e 1834; *Diário de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez*. Anos de 1860, 1861 e 1865; *Diário do Governo*. Anos de 1836, 1852, 1853, 1854, 1856, 1857, 1858, 1860, 1861, 1865, 1869, 1875, 1877, 1878, 1880, 1881, 1882, 1887, 1890, 1891, 1892, 1896, 1898, 1899, 1901, 1903, 1904, 1906, 1907 e 1908.

O Arquivo Histórico Municipal de Cascais<sup>51</sup>, o Arquivo Distrital do Porto<sup>52</sup>, o The National Archives<sup>53</sup>, o Arquivo do Instituto Diplomático<sup>54</sup> e o Centro Português de Fotografia<sup>55</sup> evidenciaram-se como importantes centros de documentação e imagens, que abarcam contextos familiares e pessoais, institucionais e políticos como sejam a participação do príncipe em eventos públicos, movimentos militares, visitas de Estado ou notícias e documentos relacionadas com o regicídio.

Finalmente, como periódicos e revistas coevas indicam-se, o *Semanario A Ilustração Portuguesa: revista litteraria e artistica*<sup>56</sup>; *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*<sup>57</sup>; *A Semana de Lisboa: Suplemento do Jornal do Commercio*<sup>58</sup>; *Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia*<sup>59</sup>; *Branco & Negro: Semanário Illustrado*<sup>60</sup>; *Diario Illustrado*<sup>61</sup>; *Ilustração Portuguesa*<sup>62</sup>; *O Ocidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*<sup>63</sup>;

---

<sup>51</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Fundo Clube Naval de Lisboa; Coleção Antiga do Município; Coleção José Santos Fernandes e Coleção Família Castelo Branco.

<sup>52</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Fundo Wenceslau de Lima 1809-05-20/1947-01-07 e Fundo Governo Civil do Porto 1611-11-10/2013-12-31.

<sup>53</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição FO800/111, Miscellaneous S e FO800/112, Miscellaneous W.

<sup>54</sup> Foram consultados documentos que se encontram no Instituto Diplomático. Disponível na internet: <URL: <https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClInByXHUwMGVkbmNpcGUqcmVhbCJd>>.

<sup>55</sup> Foram consultados documentos nos seguintes níveis de descrição: Fundo Aurélio da Paz dos Reis 1870/1949.

<sup>56</sup> Veja-se por exemplo: LIMA, Joaquim – Chronica. *Semanário A Ilustração Portuguesa: revista litteraria e artistica*. Ano 3, n.º 40, (abr. de 1887), p. 2.

<sup>57</sup> Veja-se por exemplo: CASTILHO, Augusto de dir. – Visita de Sua Alteza o Príncipe Real ás nossas colónias d’Africa. *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Ano 9, n.º 204 (jul. de 1907), pp. 179-181.

<sup>58</sup> Veja-se por exemplo: EGAS – O Príncipe Real. *A Semana de Lisboa: Suplemento do Jornal do Commercio*. N.º 13, (mar. de 1893), pp. 97-99.

<sup>59</sup> Veja-se por exemplo: FONSECA, Arnaldo dir. – 6.º anno. *Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia*. Ano 6, n.º 61, (jan. de 1905), pp. 1-2 e 7.

<sup>60</sup> Indica-se como mais representativo: CUNHA, Alfredo da – Albergue das Creanças Abandonadas. *Branco e Negro: Semanário Illustrado*. Ano 2, n.º 58, (mai. de 1897), pp. 94-96.

<sup>61</sup> Indica-se como mais representativo: CHAGAS, Álvaro Pinheiro dir. – O aniversário de Suas Majestades e o regresso de Sua Alteza Real. *Diario Illustrado*. Ano 37, n.º 12346, (set. 1907), p. 1.

<sup>62</sup> Indica-se como mais representativo: D., J. – A vida intima de um principe: do berço à regência. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 4, (mar. de 1906), p. 106-144.

<sup>63</sup> Entre outros veja-se: CAMARA, João da – Chronica Occidental. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVI, n.º 870 (fev. de 1903) pp. 41-42.

*Serões: revista mensal ilustrada*<sup>64</sup>, *Los Sucesos: periodico ilustrado*<sup>65</sup>; *The Advertiser*<sup>66</sup>; *The Australian Star*<sup>67</sup>; *The Barre Daily Times*<sup>68</sup>; *The Morning Astorian*<sup>69</sup>; *The Sun*<sup>70</sup>; *Sunday Advertiser*<sup>71</sup>; *L'illustration*<sup>72</sup>; *Le Petit Journal. Supplément illustré*<sup>73</sup>; *The Transvaal Leader*<sup>74</sup>; *The Weekly Star*<sup>75</sup>, *Worthington Advance*<sup>76</sup>; *The Sisseton Weekly Standard*<sup>77</sup> e *Suplement to Black and White*<sup>78</sup>.

Tendo presente o conceito da Escola dos *Annales*, expressamente enunciado por Jacques Le Goff, de que todas as ações humanas são História<sup>79</sup>, tornou-se necessário num trabalho de pesquisa histórica e com maior relevância

---

<sup>64</sup> Entre outros veja-se: Sport Nautico em Portugal. *Serões: revista mensal ilustrada*. N.º 27, (set. de 1907), pp. 155-166.

<sup>65</sup> Entre outros veja-se: Una figura de tragedia. *Los sucesos: periodico ilustrado*. Ano 7, n.º 346, (out. de 1910), p. 4.

<sup>66</sup> Entre outros veja-se: The Advertiser [em linha]. Adelaide, 1907, VOL. L, n.º 15260, p. 13. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/5092651?searchTerm=crown%20prince%20portugal>>.

<sup>67</sup> Entre outros veja-se: *The Australian Star* [em linha]. Sidney, 1907, n.º 6210, p. 4. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: [#](https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/229496454?searchTerm=crown%20prince%20portuga)>.

<sup>68</sup> Entre outros veja-se: *The Barre Daily Times* [em linha]. Barre, 1907, vol. XI, n.º 93, p. 2 [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn91066782/1907-07-03/ed-1/seq-2/#date1=1907&sort=date&rows=20&words=Crown+Portugal+Prince&searchType=basic&sequence=0&index=6&state=&date2=1907&proxtext=crown+prince+portugal&y=0&x=0&dateFilterType=yearRange&page=2>>.

<sup>69</sup> Entre outros veja-se: *The morning Astorian* [em linha]. Astoria, 1907, vol. LVIII, n.º 148, p. 4. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn85042400/1907-06-30/ed-1/seq-4/>>.

<sup>70</sup> Entre outros veja-se: *The Sun* [em linha]. New York, 1907, vol. LXXIV, n.º 305, p. 2. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.loc.gov/resource/sn83030272/1907-07-02/ed-1/?q=crown+prince+portugal&dl=page&sp=2&st=image>>.

<sup>71</sup> *Sunday Advertiser* [em linha]. Honolulu, 1908, vol. VI, n.º 266, p. 1. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.loc.gov/resource/sn85047084/1908-02-02/ed-1/?sp=1&q=crown+prince+portugal&r=-1.144.0.002.3.288.1.469.0>>.

<sup>72</sup> Entre outros veja-se: *L'illustration*. Paris, 1908, dix-neuvième Année, n.º 3389, pp. 49 e 56.

<sup>73</sup> Entre outros veja-se: *Le Petit Journal. Supplément illustré*. Paris, 1908, 66<sup>e</sup> année, n.º 900, pp. capa; 89; 91-97 e 108.

<sup>74</sup> Entre outros veja-se: *The Transvaal Leader*. Johannesburg, 1907 (Aug. 10), vol. VI, n.º 136, [S.p.].

<sup>75</sup> Entre outros veja-se: *The Weekly Star*. Johannesburg, 1907 (Aug. 3), vol. IX, n.º 264, pp. 19-22.

<sup>76</sup> Entre outros veja-se: *Worthington Advance* [em linha]. Worthington, 1907 (nov. 29), p. 8. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.loc.gov/resource/sn85025620/1907-11-29/ed-1/?sp=7&st=image&r=-0.238.0.537.1.403.0.626.0>>.

<sup>77</sup> Entre outros veja-se: *The Sisseton Weekly Standard* [em linha]. Sisseton, 1907 (nov. 29), p. 6. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.loc.gov/resource/sn99062049/1907-11-29/ed-1/?sp=6&st=image&r=-0.169.0.495.1.398.0.624.0>>.

<sup>78</sup> Entre outros veja-se: *Suplement to Black and White*. [S.l.], 1908 (fev. 8), pp. I-IV.

<sup>79</sup> LE GOFF, Jacques – A história nova. In *A nova História*, LE GOFF, Jacques dir. Coimbra: Almedina, 1990, pp. 253-284.

na História Contemporânea (devido não apenas à maior quantidade de documentação disponível, mas à facilidade de acesso e pesquisa) estabelecer balizas iniciais e finais de modo que não existissem divagações na pesquisa nem que se obliterassem a visão e os objetivos a atingir. Se toda a investigação científica pressupõe uma busca, uma explicação e uma solução para um determinado problema, esse caminho deverá ser sustentado na utilização de um método de investigação de modo a racionalizar tanto o tempo como os recursos disponíveis<sup>80</sup>.

A realização de uma investigação em História pode e deve, sempre que possível, basear-se preferencialmente numa abordagem interdisciplinar, recorrendo à consulta de fontes diversas. Sendo a realidade (atual como a de outrora) poliédrica, o recurso a um maior conjunto de indicadores só pode resultar na melhor aproximação ao passado. Assim, dos instrumentos utilizados, para além do recurso à representação pictórica, através das fotografias de época e demais iconografia, sobressaíram uma quase exclusividade de documentação escrita, incidindo principalmente em fontes primárias de carácter pessoal e institucional, nomeadamente epístolas, atas de sessões parlamentares, ou outra documentação oficial, sendo estas complementadas com a consulta a fontes secundárias, principalmente compostas por livros, revistas e artigos. O levantamento, o uso e a intersecção de todas estas fontes tiveram como finalidade última a construção de novo conhecimento ou a transformação de algumas premissas que se tinham por empíricas em rigorosas e maturadas.

Perante o conjunto de dados recolhidos, da consulta feita às fontes como da revisão da literatura, tornou-se imprescindível separar, o que do nosso ponto de vista e do interesse científico, era fundamental ou acessório.

---

<sup>80</sup> CORREA, António Mendes coord. [et al.] – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XVII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [S.d.], p. 114; GALEGO, Carla; GOMES, Alberto – Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*. vol. 5, n.º 5 (2005), pp. 173-184. [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1012>>; CARNEIRO, Ricardo Jorge Dória – *A WebQuest na aula de Estudo do Meio: Um estudo de caso com alunos do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Porto: Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado em Multimédia. [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/74407/2/32227.pdf>>; ROMANO, Ruggiero dir. – *Enciclopédia Einaudi: Método-Teoria/modelo*. vol. 21. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, pp. 55-56.

Assim, para se processar a informação recorreu-se num primeiro momento a uma metodologia que passou por uma revisão e seleção bibliográfica e arquivística, procedendo-se de seguida a uma avaliação crítica e criteriosa, de modo que esta se pudesse enquadrar e acrescentar algo ao que era pretendido. Não se descurou, sempre que se mostrou ser uma mais-valia, a utilização da tipologia quantitativa, com o intuito de objetivar, comparar, completar e/ou aumentar a investigação.

Quanto à hermenêutica das fontes esta, procurou basear-se na interpretação e na compreensão não apenas de textos e imagens, mas igualmente nos fenómenos e nos contextos sociais e até familiares, assim como situar o objeto de estudo, neste caso o príncipe real D. Luís Filipe, perante o todo, isto é, a sua posição face aos discursos e às ações políticas, culturais, etnográficos e sobretudo históricos.

Embora inserido na historiografia biográfica, o trabalho teve a pretensão de ser o mais interdisciplinar possível de modo que se complementasse e/ou abandonasse a compartimentação histórica, recorrendo-se à história económica, diplomática, social e geográfica e ambiental, numa visão que se quis holística, na medida em que cada análise contribuiu para um resultado pleno e no qual o todo final é maior que a soma das partes individuais. O acesso e o estudo aturado das diferentes fontes históricas permitiram a compreensão mais aprofundada das relações e da importância entre o mar, Portugal e o príncipe real D. Luís Filipe entre 1887, respondendo às questões de *quem, como, onde, quando e porquê*.

### 1.3 Revisão da literatura

Vulto a quem almejavam um futuro promissor, o príncipe real D. Luís Filipe personificava o Portugal novo, em oposição ao sentimento de decadência finissecular que se vinha instaurando no país. No entanto, o regicídio e a imagem cimeira do rei seu pai contribuíram para o esquecimento e ofuscaram em parte a sua existência, não sendo de admirar a pouca produção textual que lhe foi dedicada e ainda mais escassa as vezes que o seu nome surgiu individualizado.

Todo este “esquecimento histórico” ficou patente num diminuto e tardio trabalho de levantamento e produção biográfica sobre D. Luís Filipe. Quanto à revisão da literatura indicam-se, para o capítulo I – A infância e a juventude (1887-1901) e para o capítulo II – A vida adulta (1901-1908) as obras, *Príncipe real D. Luiz Filipe*, de Ayres de Sá, editada apenas em 1929, cerca de vinte e um anos depois da sua morte<sup>81</sup>. Algo difusa, abordou grandemente os ascendentes paternos e maternos do príncipe, já que das suas quase cinco centenas de páginas, apenas cinquenta lhe são dedicadas. Apresentou, no entanto, os méritos de ter sido a primeira e de aí estarem coligidos depoimentos de pessoas que privaram com o príncipe, como a ama Carlota de Campos (Calita), que nos fornece elementos valiosos relativos à vida familiar e à infância; o segundo trabalho, *O príncipe real Luiz Filipe de Bragança*, de Ana Vicente e António Pedro Vicente<sup>82</sup>, apresenta-se completo, num trabalho que poderíamos catalogar de uma biografia. Não sendo uma obra de investigação profunda, tem o mérito de passar em revista os principais acontecimentos biográficos (infância e juventude, viagem às colónias africanas e a morte), sendo complementada com um bom rol bibliográfico.

Bastante curiosas e peculiares são as publicações, *Diário de um monárquico – 1902-1904*; *Diário de um monárquico – 1905-1907* e *Diário de um monárquico – 1908-1910*, de Thomaz de Mello Breyner<sup>83</sup>. Médico e íntimo da Família Real, deu-nos um panorama alargado, embora em pequenos apontamentos diários, da vida do país e da envolvente monárquica.

No mais, chegaram-nos alguns textos avulsos ou referências ao seu percurso de vida nas obras, *Memories of Queen Amélie of Portugal*, de Lucien Corpechot<sup>84</sup>, *Cartas de sua majestade a rainha senhora D. Amélia a D. Manuel de Bastos Pina bispo-conde, de Coimbra* de Rodrigues Carvalho<sup>85</sup> e em *Memórias do*

---

<sup>81</sup> SÁ, Ayres de – *Príncipe Real D. Luiz Filipe*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.

<sup>82</sup> VICENTE, Ana; VICENTE António Pedro – *O príncipe real Luiz Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: Ed. INAPA, 1998.

<sup>83</sup> BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1902-1904*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005; BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1905-1907*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2003; BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1908-1910*. 2.ª ed., Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2004.

<sup>84</sup> CORPECHOT, Lucien – *Memories of Queen Amélie of Portugal*. London: Eveleigh Nash, 1915.

<sup>85</sup> CARVALHO, Rodrigues pref. – *Cartas de sua majestade a rainha senhora D. Amélia a D. Manuel de Bastos Pina bispo-conde de Coimbra*. 1.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1948.

*sexto marquês de Lavradio*, de José Luiz Almeida<sup>86</sup>, onde os autores nos concederam algumas memórias privadas do ambiente familiar referente aos anos mais pueris do príncipe.

No que relaciona com o seu trajeto escolar, foi possível analisá-lo em *Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança*, de Mouzinho de Albuquerque<sup>87</sup>, *Júlio de Castilho: mestre de príncipes*, de António Rodrigues Cavaleiro<sup>88</sup>, *A Educação do Príncipe Real D. Luís Filipe*, de Carlos Leite<sup>89</sup> e *A educação dos príncipes, nas colecções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*, de Maria Antónia Lopes<sup>90</sup>.

A primeira obra destaca-se por ser um documento escrito pelo preceptor diretamente para o príncipe, onde são apresentadas de uma maneira muito clara a postura e os objetivos de ter sido nomeado para o cargo. Crítico do estado moral e ético do reino, Mouzinho de Albuquerque teve uma clara influência da formação do príncipe.

Nas duas obras seguintes, os autores incidiram especialmente sobre os seus perceptores e professores, o dia-a-dia ou as disciplinas estudadas<sup>91</sup>, servindo para clarificar a abrangente preparação intelectual do príncipe.

A última obra, *A educação dos príncipes, nas colecções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*, foi o catálogo resultante da exposição que decorreu entre os dias 3 de novembro de 2017 e 2 de setembro de 2018 no Paço Ducal de Vila Viçosa. Debruça-se sobre o programa educativo, tanto a educação formal, nas áreas das Letras e Humanidades, Ciências e Musical, como o informal, através das viagens instrutórias que os príncipes da casa de Bragança usufruíram a partir da segunda

---

<sup>86</sup> ALMEIDA, José Luiz de coord. – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa: Edições Ática, 1947, [S.p.].

<sup>87</sup> ALBUQUERQUE, Mouzinho de – Um documento notável: Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real Luís Filipe de Bragança. Lisboa: *Edição da revista «Defesa nacional»*, 1964.

<sup>88</sup> CAVALHEIRO, António Rodrigues – Júlio de Castilho: Mestre de príncipes in *Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. vol. 18, 2.<sup>a</sup> série (1969), pp. 33-92.

<sup>89</sup> LEITE, Carlos – *A Educação do Príncipe Real D. Luís Filipe*. Porto: Tipografia Bloco Grafico, 1967.

<sup>90</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *A educação dos príncipes, nas colecções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança Museu-Biblioteca, 2017.

<sup>91</sup> Mencionam-se ainda a existência de cadernos de várias disciplinas no Arquivo do Palácio de Vila Viçosa.

metade do século XIX. Tem o mérito de proporcionar ao leitor uma visão diferente do habitual uma vez que extratexto apresenta um grande conjunto fotográfico (cadernos e livros, trabalhos, instrumentos e material de apoio e fotografias), contribuindo para alargar o conhecimento sobre a temática.

O mar era, ainda no último quartel do século XIX, o meio privilegiado tanto para efetivar as ligações entre as diferentes partes do mundo como para viagens de lazer. Assim, não é estranho que estas grandes viagens realizadas pelo príncipe encerrassem em si mesmas vários ângulos de abordagem.

Quanto às viagens marítimas realizadas, apontam-se como principais obras, o *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946*, do comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto<sup>92</sup>. Dividida em 8 volumes, a obra foi escrita por um dos melhores e mais reputados oficiais da armada portuguesa, apresentando-se como um pertinente manancial de informações entre os anos de 1879 e 1946. Para o presente trabalho tiveram especial interesse as descrições feitas no volume 4 *Viagem ao Mediterrâneo de S.M. a Rainha D. Amelia e S.S. A.A. o Príncipe e o infante em 1903* e os volumes 5 *Viagem a Sevilha com sua majestade a Rainha e os Príncipes D. Luís e D. Manuel*. No caso da viagem pelo Mediterrâneo, esta não foi apenas uma viagem de índole cultural/intelectual, na qual os infantes contactaram *in loco* com as civilizações do Norte de África e de parte da Itália, mas apresentou igualmente contornos familiares (e.g. convívio com a avó e tias maternas) e político-diplomáticos (e.g. encontros com o kedhiva do Egito e com o rei Eduardo VII), se analisadas as ligações que aí efetuaram. Escritos em jeito de diário de bordo, os apontamentos são curtos, apresentando tanto notas técnicas (velocidade, vento, ondulação, etc.), como episódios quotidianos (receções a bordo, saídas a terra, encontros, etc.), sendo ilustrados com belas aguarelas devidamente tituladas e datadas.

---

<sup>92</sup> BASTO, António Pinto – *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946* [em linha]. vol. 4, [S.p.]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/28033/4/cod-13494/cod-13494\\_item4/index.html](https://purl.pt/28033/4/cod-13494/cod-13494_item4/index.html)>; BASTO, António Pinto – *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946* [em linha]. vol. 5, [S.p.]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/28033/4/cod-13495/cod-13495\\_item4/cod-13495\\_PDF/cod-13495\\_PDF\\_24-C-R0150/cod-13495\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/28033/4/cod-13495/cod-13495_item4/cod-13495_PDF/cod-13495_PDF_24-C-R0150/cod-13495_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)>.

A partilha e ocupação de África levaram a constantes jogos e pressões políticas, assinaturas de tratados de amizade e proteção e a disputas territoriais. Depois de vários episódios de maior tensão as relações normalizam. Neste contexto, foi realizada, em 1907, uma grande viagem a algumas das colónias portuguesas e britânicas em África, abarcando propósitos políticos e diplomáticos.

Para além de registos nos periódicos contemporâneos, destacam-se as obras *No commando do África: memórias e impressões 1907-1914*, comandante Guilherme Vidal Júnior<sup>93</sup> e *Cartas d'África: Viagem do príncipe real. Julho-setembro 1907*, de Ayres d'Ornellas<sup>94</sup>. O primeiro livro foi escrito num tom de registo diário, apresentando-se, exaustivo nas descrições de carácter técnico e rotineiro. Com exceção das viagens mais prolongadas a terra, como a que decorreu na África do Sul, o comandante do navio descreveu todo o itinerário com a minúcia possível. O segundo livro, consiste num levantamento de epístolas escritas pelo então ministro da Marinha e Ultramar e acompanhante do príncipe, Ayres d'Ornellas, ao presidente do Conselho, João Franco e à esposa, pondo-os ao corrente dos acontecimentos, adequando o estilo e a linguagem ao destinatário. Acompanhantes privilegiados do périplo africano, ambos os livros são muito favoráveis em reconhecer a importância institucional da viagem, elevando a postura e o comportamento adequado do príncipe real durante todo o percurso.

Indicam-se, ainda, o artigo *A imprensa e o império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África*, de Miguel Ribeiro Pedras<sup>95</sup>, onde se estudou o posicionamento da imprensa pró ou contra o regime e como esta visita foi transmitida à sociedade, e o jornal, *Cabo Verde, Numero comemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Filipe*, de José Bernardo Alfama<sup>96</sup>,

---

<sup>93</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *No commando do África: memórias e impressões 1907-1914*. Lisboa: Tipografia Santos, 1915.

<sup>94</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Cartas d'África: Viagem do príncipe real, Julho-Setembro 1907*. Lisboa: Escola Tipográfica das oficinas de S. José, 1928.

<sup>95</sup> PEDRAS, Miguel Ribeiro – *A Imprensa e o Império na Viagem do Príncipe D. Luís Filipe a África*. *Revista Brasileira da História da Mídia*. Vol. 5, n.º 1, (jan.-jul. 2016), pp. 33-43. [em linha]. [Consult. 19/04/2019]. Disponível na internet: <URL: <http://ihc.fcsb.unl.pt/miguel-ribeiro-pedras/>>.

<sup>96</sup> ALFAMA, José Bernardo – *Nhô Luís Filipe. Cabo Verde, Numero comemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza o Príncipe Real Senhor Dom Luiz Filipe*. (21 set. 1907), p. 2. [em linha]. [Consult. 19/08/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://fiidotempo.files.wordpress.com/2010/03/senhor-dom-l-filipe2.pdf>>.

onde em laudativos versos escritos em português e crioulo se celebra a visita de tão insigne personalidade.

Se atendermos à singularidade e espetacularidade do acontecimento *per se*, foi natural que existissem mais publicações sobre a temática. No entanto e, mais uma vez, a grande parte da bibliografia produzida sobre o regicídio incidiu principalmente na figura do rei, não descurando ainda assim as referências ao príncipe, sobretudo numa dupla vertente: o seu carácter e a preparação intelectual e o ter sido mais vítima colateral do que alvo primordial. João Franco, D. Carlos ou toda a Família Real? Acontecimento premeditado ou oportunidade? Continuação da gorada conspiração do elevador da biblioteca de 28 de janeiro ou uma combinação de última hora? Carbonária ou apenas fanáticos? Dois ou mais participantes? Muito se tem dito e escrito sobre o atentado do dia 1 de fevereiro, mas poucas ou nenhuma são as certezas, abundando as indagações na mesma proporção que escasseiam as explicações.

Se o *Diário de D. Manuel: Notas absolutamente íntimas*, de D. Manuel de Bragança<sup>97</sup>, redigido nos dias imediatos à tragédia, foi a publicação mais próxima do regicídio, já que se tratou de um relato escrito (ainda que emocionado) na 1.<sup>a</sup> pessoa e por vir de alguém que esteve e sentiu literalmente a história, muitas outras publicações se lhe seguiram.

Um dos melhores estudos que se publicaram foi o *Diário de Dom Manuel e estudo sobre o regicídio*, de Miguel Sanches de Baêna<sup>98</sup>, que teve como base de trabalho, mas não exclusivamente, o documento escrito por D. Manuel II *Diário de D. Manuel: Notas absolutamente íntimas*. Para além de fazer a análise ao episódio do regicídio, insere-o no espaço e no tempo, não descurando as principais personagens individuais (rei D. Carlos, príncipe real D. Luís Filipe e o presidente do Conselho João Franco) e coletivas (republicanos, a maçonaria e a carbonária) que lhe estavam adstritas. Refere ainda as famosas e desaparecidas atas, as investigações e o processo relativos ao regicídio, que tanto contribuiriam para o

---

<sup>97</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas* [em linha]. [Consult. 15/02/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908157>>.

<sup>98</sup> BAËNA, Miguel Sanches de – *Diário de Dom Manuel e estudo sobre o regicídio*. Coleção testemunhos contemporâneos. Lisboa: Alfa, 1990.

deslindar de forma permanente sobre os mandantes da tragédia do 1.º de fevereiro de 1908. A grande mais-valia do trabalho e que o distingue dos demais, foi o recurso à perícia técnico-balística em colaboração com o Laboratório da Polícia Científica, usados no landau que transportava a Família Real, nas roupas usadas por D. Carlos e por D. Luís Filipe e na balística. Este estudo científico, colocou um ponto final, pelo menos nas dúvidas que ainda subsistiam, quanto às armas utilizadas, ao posicionamento dos regicidas, às trajetórias efetuadas pelas balas e quanto ao grau de mortalidade dos ferimentos recebidos. Foi também a primeira vez que o manuscrito foi impresso e transcrito, permitindo assim o seu acesso e leitura por parte do grande público.

Aproveitando as comemorações dos 100 anos do regicídio, publicaram-se as obras *O regicídio*, de Maria Alice Samara e Rui Tavares<sup>99</sup> e *Regicídio: a contagem decrescente – 100 anos 1908-2008*, de Jorge Morais<sup>100</sup>. Não sendo obras de investigação que revelem novos pontos de vista, documentação ou estudos inéditos, expuseram a efeméride numa linguagem dirigida ao público em geral. Retratando o contexto histórico do Portugal na viragem do século e relevando os principais atores, foi complementada por fotografias e imagens, cumprindo o propósito da sua publicação. Seguindo a mesma linha editorial, a obra de *Regicídio: a contagem decrescente – 100 anos 1908-2008*, apresentou-se mais densa, resultado de um maior aprofundamento do tema e do cruzamento de várias fontes.

Não sendo uma publicação estritamente ligada ao regicídio indica-se o livro *Um escritor confessa-se*, de Aquilino Ribeiro<sup>101</sup>. Não tomando parte nem tendo estado na Praça do Comércio naquele 1.º de fevereiro, Aquilino frequentou os círculos anárquicos, carbonários e republicanos, que desde o último quartel do século XIX pululavam na capital. Amigo dos futuros regicidas, também ele esteve preso por ter participado no célebre episódio da explosão de bombas na Rua do Carrião. Como livro de memórias tem a desvantagem da falha de documentação, mas como vantagem a possibilidade de oferecer ao leitor uma visão espontânea, vívida e biográfica dos membros do contrapoder monárquico na viragem do século

---

<sup>99</sup> SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui – *O regicídio*. 2.ª ed.. Lisboa: Tinta da China, 2008.

<sup>100</sup> MORAIS, Jorge – *Regicídio: a contagem decrescente - 100 anos 1908-2008*. Sintra: edições Zéfiro, 2007.

<sup>101</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Um escritor confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora, 2006.

XX. Defensor da teoria em que o presidente do Conselho João Franco era o principal, mas não obrigatoriamente o único, alvo a abater, a obra tornou-se numa fonte obrigatória quando ao tema do assassinato do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe.

O *post mortem* foi marcado por um conjunto de publicações de cariz panegírico onde se enaltecem as virtudes das reais vítimas e se denigrem os perpetradores do assassinato, verificável nas obras *A oração funebre de S.M.F. D. Carlos I, Rei de Portugal e de S.A. D. Luiz Felipe, Príncipe Real e Duque de Bragança*, proferida pelo cónego João Crolet<sup>102</sup>, ou em *D. Carlos I e D. Luís Filipe: palavras de evocação e apreço, seguido de psicografia de um rei*, por A. Luiz Gomes e Delfim Santos<sup>103</sup>, como pelas manifestações de pesar, como se verifica no artigo *Suspensões do Quotidiano: Manifestações Públicas de Pesar, no Funchal, pelos Falecimentos de D. Luís (1889) e de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe (1908)*, de Filipe dos Santos<sup>104</sup>, onde são apresentadas as exéquias mandadas fazer pela Câmara do Funchal. Menos laudatório e mais acusatório foi o livro *Os culpados da queda da monarquia*, de António Cabral<sup>105</sup>. Antigo ministro pelo Partido Progressista, elenca os erros e os culpados daqueles que segundo a sua opinião foram os detratores e os coveiros do regime monárquico.

Indicam-se ainda dois artigos sobre os reais periclitados: no primeiro, *Causas da morte de Rei D. Carlos e do príncipe Real D. Luís Filipe*, de Asdrúbal de

---

<sup>102</sup> CROLET, João – *Oração fúnebre de S. M. F. D. Carlos I, Rei de Portugal e de S. A. D. Luiz Felipe, Príncipe Real e Duque de Bragança*. Pará: Typ. Gutenberg, 1908.

<sup>103</sup> GOMES, A. Luiz; SANTOS, Delfim – *D. Carlos I e D. Luís Filipe: Palavras de Evocação e Apreço Seguidas de psicografia de um rei: análise grafocaracterológica*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1958.

<sup>104</sup> SANTOS, Filipe dos – *Suspensões do Quotidiano: Manifestações Públicas de Pesar, no Funchal, pelos Falecimentos de D. Luís (1889) e de D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe (1908)*. In *República e Republicanos na Madeira – 1880-1926*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Coleção: Debates, n.º 3, 2010, pp. 604-626. [em linha]. [Consult. 10/12/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/469774/SANTOS\\_Filipe\\_dos\\_2010\\_Suspens%C3%B5es\\_do\\_Quotidiano\\_Manifesta%C3%A7%C3%B5es\\_P%C3%BAblicas\\_de\\_Pesar\\_no\\_Funchal\\_pelos\\_Falecimentos\\_de\\_D\\_Lu%C3%ADs\\_1889\\_e\\_de\\_D\\_Carlos\\_e\\_do\\_Pr%C3%ADncipe\\_D\\_Lu%C3%ADs\\_Filipe\\_1908\\_in\\_Rep%C3%BAblica\\_e\\_Republicanos\\_na\\_Madeira\\_1880\\_1926\\_Semin%C3%A1rio\\_Funchal\\_CEHA\\_pp\\_605\\_626](https://www.academia.edu/469774/SANTOS_Filipe_dos_2010_Suspens%C3%B5es_do_Quotidiano_Manifesta%C3%A7%C3%B5es_P%C3%BAblicas_de_Pesar_no_Funchal_pelos_Falecimentos_de_D_Lu%C3%ADs_1889_e_de_D_Carlos_e_do_Pr%C3%ADncipe_D_Lu%C3%ADs_Filipe_1908_in_Rep%C3%BAblica_e_Republicanos_na_Madeira_1880_1926_Semin%C3%A1rio_Funchal_CEHA_pp_605_626)>.

<sup>105</sup> CABRAL, António – *Os culpados da queda da monarquia*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1945.

Aguiar<sup>106</sup>, o autor apresenta os relatórios oficiais dos exames feitos aos cadáveres do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe, seguindo-se uma crítica à maneira leviana de como foram realizados e à falta de uma autópsia para se apurarem verdadeiramente as causas concretas das mortes, já que “(...) não indo além de tal afirmativa, não satisfazem, pois cientificamente”<sup>107</sup>. O segundo artigo, *Uma nosografia de D. Carlos I no centenário do regicídio*, de José Barata<sup>108</sup>, para além de breves apontamentos sobre a saúde e as doenças do rei, apresenta as mesmas conclusões que o artigo anteriormente referido.

O tempo no qual se situam o capítulo III – Portugal, a Família Real e o mar (c.1850-1908) e o capítulo IV – A construção de um império marítimo africano: à procura de um novo Brasil (c.1850-1908), correspondem a um período na qual a realidade marítima sofreu mudanças e incrementos.

Num âmbito nacional, os contributos oferecidos pela Família Real em diversos domínios, as transformações sociais, infraestruturais e económicas, foram fundamentais para esta mudança perante esta nova realidade marítima. Neste contexto, referem-se as obras políticas, *Cartas d’el-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*, de António Cabral<sup>109</sup>; *Notas da minha vida e do meu tempo*, de Homem Christo<sup>110</sup>; *Cartas d’el-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último presidente do Conselho*, de João Franco<sup>111</sup>; *João Franco e o seu tempo*, de Rocha Martins<sup>112</sup> e, por último, *História Diplomática de Portugal*, de Pedro Soares Martinez<sup>113</sup> e *Portugal e a guerra anglo-boer*, de Fernando Costa<sup>114</sup>, as quais abordam o posicionamento da política diplomática ultramarina e a importância de Moçambique e de Portugal no pós *Ultimatum*.

---

<sup>106</sup> AGUIAR, Asdrúbal de – Causas da morte do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe. *Separata da «IMPrensa MÉDICA»*. Ano XXIII (out. de 1959).

<sup>107</sup> *Idem*, pp. 1-26.

<sup>108</sup> BARATA, José – Uma nosografia de D. Carlos I no centenário do regicídio. *Medicina Interna: Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*. Vol. 15, n.º 2 (abr./jun. 2008), pp. 141-144.

<sup>109</sup> CABRAL, António – *Cartas d’el-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro: Um grande rei – Um notável estadista – memórias políticas*. Lisboa: Soc. Ed. Portugal-Brasil, [S.d.].

<sup>110</sup> CHRISTO, Homem – *Notas da minha vida e do meu tempo*. vol. II. Lisboa: Ed. Guimarães, 1936.

<sup>111</sup> CASTELLO-BRANCO, João Franco – *Cartas d’El-Rei D. Carlos I... Op. Cit.*

<sup>112</sup> MARTINS, Rocha – *Op. Cit.*

<sup>113</sup> MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: Verbo, 1992.

<sup>114</sup> COSTA, Fernando – *Portugal e a guerra anglo-boer: política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

No que se refere ao mar como espaço de lazer<sup>115</sup>, de arte e de filantropia, podemos dizer que a literatura científica não abunda. No primeiro caso, para além de breves apontamentos que nos foram oferecidos nos livros *D. Luís*, de Luís Nuno Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes<sup>116</sup> e *D. Carlos*, de Rui Ramos<sup>117</sup>; referimos também o livro de Ramalho Ortigão<sup>118</sup>, *Praias de Portugal* e o artigo, *D. Carlos em Cascais, cenas do quotidiano da Família Real Portuguesa*, publicado pela Câmara Municipal de Cascais<sup>119</sup>. Para o segundo *item* indicam-se as obras de Ramalho Ortigão e Aberto Girard<sup>120</sup>, *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua Obra artística e científica* e *Mar! Obra artística do rei D. Carlos*, de Carla Varela Fernandes [et al.]<sup>121</sup>

A crescente relação entre o reino e o mar exponenciou-se no reinado de D. Carlos. Espírito curioso e perspicaz, seguiu certamente e por influência paterna (D. Luís fora marinheiro enquanto infante) uma paixão pelo mar, tendo sido o responsável pela introdução da Oceanografia no nosso país, em 1896, aquando da realização da sua primeira expedição oceanográfica, que prolongou até 1906. Destas explorações legou-nos, *Yacht Amélia: Campanha oceanographica de 1896*, do rei D. Carlos<sup>122</sup>, *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas. vol. I. – A pesca do atum no Algarve em 1898*<sup>123</sup>, *Resultados das investigações científicas*

---

<sup>115</sup> Sobre as temáticas vejam-se: CORBIN, Alain – *Op. Cit.*; Joana Gaspar de – FREITAS, Joana Gaspar de – *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências: os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, 2011. Tese de doutoramento, pp. 41-52. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3004>>;

<sup>116</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*.

<sup>117</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*.

<sup>118</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal*. Ed. fac-símile da 1.ª edição. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.

<sup>119</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – *Cascais Cultura* [em linha]. Cascais, Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 2020. [Consult. 15/10/2019]. Disponível na internet: <URL: [https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/fc\\_ii\\_d\\_carlos\\_em\\_cascais.pdf](https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/fc_ii_d_carlos_em_cascais.pdf)>.

<sup>120</sup> ORTIGÃO, Ramalho; GIRARD, Alberto – *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua Obra artística e científica*. Lisboa: [S.n.], 1908.

<sup>121</sup> FERNANDES, Carla Varela [et al.] – *Op. Cit.*.

<sup>122</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Yacht Amélia: campanha oceanográfica de 1896*. Lisboa: Imp. Nacional, 1897. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://archive.org/details/yachtameliacampa00lib>>.

<sup>123</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas* [em linha]. vol. I. – A pesca do atum no Algarve em 1898. Lisboa: Imp. Nacional, 1899. [Consult. 14/11/2020].

feitas a bordo do yacht "Amélia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: *ichthyologia*<sup>124</sup> e o *Diário Náutico do Yacht Amélia. Campanha oceanográfica realizada em 1897*, do rei D. Carlos<sup>125</sup>. Se ambas as obras são descrições dos trabalhos científicos, o diário de 1897 foi acompanhado enriquecido com fotografias e aquarelas da sua autoria. Indicam-se, ainda, *Diário de um Monárquico: Viagens entre 1898-1909 a bordo Yatch Real «Amélia»*, de Thomaz de Mello Breyner<sup>126</sup>, que segue no essencial a tipologia descritiva dos trabalhos anteriores e S. M. *El-Rei D. Carlos I e a Sua Obra Artística e Científica*, de Ramalho Ortigão e Alberto Girard<sup>127</sup>.

No caso da filantropia marítima, esta foi principalmente consubstanciada na criação do Real Instituto de Socorros a Náufragos pela rainha D. Amélia<sup>128</sup>. Remetidas para um plano secundário, as consortes desempenham e estão tradicionalmente ligadas à filantropia, tentando acorrer a situações socialmente periclitantes. Para além de um capítulo dedicado ao sistema de proteção e socorro em Portugal: evolução e desenvolvimento, do livro *Riscos e Crises: Da teoria à plena manifestação*<sup>129</sup>, por Luciano Lourenço e António Amaro, onde foi feita uma pequena retrospectiva, o contributo mais importante advém da discussão e da legislação produzida, que culminou na efetivação do Real Instituto de Socorros a

---

Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2774-a/res-2774-a\\_PDF/res-2774-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2774-a/res-2774-a_PDF/res-2774-a_0000.pdf)>.

<sup>124</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amélia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: ichthyologia* [em linha]. vol. II. – Esqualos obtidos nas costas de Portugal durante as campanhas de 1896 a 1903. Lisboa: Imp. Nacional, 1904. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2775-a/res-2775-a\\_PDF/res-2775-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2775-a/res-2775-a_PDF/res-2775-a_0000.pdf)>.

<sup>125</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Diário Náutico do yacht "Amélia"...* Op. Cit..

<sup>126</sup> BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: Viagens entre 1898-1909 a bordo Yatch Real «Amélia»*. Campanhas oceanográficas de el-rei D. Carlos I de Portugal. Transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen. [S.n.], [S.l.], [1996].

<sup>127</sup> ORTIGÃO, Ramalho; GIRARD, Alberto – Op. Cit..

<sup>128</sup> Entre outros veja-se, CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – "O socorro aos desgraçados": medidas de mitigação e de auxílio aos naufragos ao largo da costa portuguesa no século XIX. *Sociedade, ambiente e tecnologia: Mar afora, costa adentro Tomo X da Rede BRASPOR*. (set. de 2021), pp. 247-265.

<sup>129</sup> AMARO, António – Sistema de proteção e socorro em Portugal: evolução e desenvolvimento. In LOURENÇO, Luciano; AMARO, António coord. *Riscos e Crises: Da teoria à plena manifestação*. [em linha]. Coimbra: Imp. Da Univ. de Coimbra, 2018, p. 383 [Consult. 01/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC\\_VI/eBook-Riscos-e-Crises.-Da-teoria-%C3%A0-plena-manifesta%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_VI/eBook-Riscos-e-Crises.-Da-teoria-%C3%A0-plena-manifesta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>.

Náufragos, tornando possível e institucionalizando este meio de socorro em Portugal.

Internacionalmente, este período foi um espaço de charneira na ocupação e no domínio de África por parte das potências europeias. Desde meados do século XX que exploradores britânicos, franceses ou portugueses, como sejam Livingstone, Brazza, ou Serpa Pinto, percorreram o interior africano. Se por um lado os fascínios pelos mistérios geográficos africanos se faziam sentir, os grandes catalisadores destas travessias foram de ordem económica e política. O acesso tanto a matérias-primas, como a novos mercados consumidores, foi decisivo para a corrida a África! Este período foi marcado na vida interna nacional pelo acompanhar do movimento expansionista internacional e por uma reconexão entre o país e o mar, tornando-o num espaço prioritário para domínios tão díspares como o económico, o lazer, o político, ou o científico.

Relativamente ao enquadramento histórico internacional e, de modo a perceber-se o contexto e as negociações que mediaram não apenas a partilha do continente, mas estabeleceram as fronteiras e regulamentaram a navegação e o comércio, recorreu-se às obras, *História Geral de África* de Albert Adu Boahen<sup>130</sup>; *Ata Geral Redigida em Berlim em 26 de fevereiro de 1885*<sup>131</sup> e *Acto Geral da Conferência Internacional de Bruxelas*<sup>132</sup>.

O período que mediou os anos de 1887 a 1908 foi marcante para a dinastia de Bragança enquanto família, para a monarquia enquanto regime institucional e para Portugal enquanto potência ultramarina, não sendo assim de estranhar que, atendendo à importância do momento histórico e aos acontecimentos que aí decorreram, muito e bem se tenha investigado e escrito sobre este período final da monarquia constitucional.

---

<sup>130</sup> BOAHEN, Albert Adu ed. – *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev.. vol. VII. Brasília: UNESCO, 2010.

<sup>131</sup> ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. [em linha]. [Consult. 19/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://web.archive.org/web/20131029200637if/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf\\_berlim.pdf](https://web.archive.org/web/20131029200637if/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf)>.

<sup>132</sup> ACTO GERAL DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BRUXELAS (...). [em linha]. [Consult. 7/02/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1391.pdf>>.

Finalizado o enquadramento (introdução, fontes e metodologias e revisão da literatura) da presente Tese passamos agora à sua análise e explanação mais detalhada.

## CAPÍTULO I – A INFÂNCIA E A JUVENTUDE (1887-1901)

*Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e sete aos vinte e um do mês de Março (...) teve logar pelas nove da noute o nascimento (...) [de] Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Dom Luiz Filippe Maria Carlos Amelio Fernando Victor Manoel Antonio Lourenço Miguel Rafael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco d'Assis Bento de Bragança Orleans Saboya e Saxe Coburgo Gotha, Principe da Beira (...) <sup>133</sup>.*

---

<sup>133</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira, D. Luís Filipe, primeiro filho do príncipe D. Carlos.* [em linha]. Lisboa: [S.n.],

### 1.1 Os progenitores

Depois de alguma procura, marcada pelos tradicionais jogos diplomáticos de avanços e recuos, medindo os prós e os contras, aferindo possibilidades e indisponibilidades, em parte resultante das diferenças religiosas e dos interesses geopolíticos europeus, encontrou-se finalmente uma consorte para o príncipe real D. Carlos<sup>134</sup>. Seguindo o conselho da infanta D. Antónia, que indicou ao seu irmão e rei D. Luís, a filha do conde de Paris, partiu no início de 1886, o príncipe D. Carlos com destino a França. Em maio concretizou-se o casamento de Carlos de Bragança com Amélia de Orleães<sup>135</sup>.

Se entre a viagem a França e o casamento se passaram apenas cerca de cinco meses, não é menos verdade que desde os encontros iniciais as primeiras impressões dos nubentes são mutuamente muito efusivas. A eles se referiu D. Amélia nos seguintes termos: “Plus je le connais, plus je suis persuadée que notre vie sera heureuse.”<sup>136</sup>. Uma enorme cumplicidade ligou o casal, manifestando-se em pequenos simbolismos, como sejam o mesmo dia de aniversário, os gostos muito idênticos, como por exemplo, as touradas, a relação com o mar, a leitura dos mesmos livros, a pintura dos mesmos temas, que foram em parte resultado de uma educação abrangente<sup>137</sup>. Realce-se que embora D. Amélia tivesse beneficiado uma educação cuidada “A sua formação não se equiparava à do marido, em profundidade e abrangência, mas isso seria difícil de alcançar, fosse qual fosse a princesa escolhida.”<sup>138</sup>. Não foi de estranhar, como se viria a constatar, que o plano educativo dos seus filhos tivesse seguido os mesmos moldes, de modo a preparar

---

Gavetas, Gav. 22, mç. 1, n.º 1-24. [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=7790145>>.

<sup>134</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908...* *Op. Cit.*, pp. 47-48, indicou que devido à pressão alemã, feita por intermédio do chanceler Bismarck que se opôs, não se chegou a efetivar o matrimónio entre a princesa Amélia e o herdeiro do Império Austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, que veio a ser assassinado no ano de 1914 em Sarajevo.

<sup>135</sup> *Idem*, pp. 46-47.

<sup>136</sup> Quanto mais o conheço, mais me convenço de que a nossa vida será feliz (Tradução livre do autor). CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, p. 466.

<sup>137</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *A educação dos príncipes, nas coleções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança Museu-Biblioteca, 2017, p. 20, indica que no campo educacional, pese embora a educação que D. Amélia recebeu, não se poderia equiparar à de D. Carlos.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

o jovem príncipe Luís Filipe para as funções de chefe de Estado, necessitando tanto de uma sólida preparação escolar, como política e social.

Alternando entre os palácios do Alentejo, de Cascais, de Belém ou da Pena, o casal real (Carlos e Amélia), passava os dias numa existência idílica e numa harmoniosa convivência familiar, que dificilmente se haveria de repetir<sup>139</sup>.



Figura: 1.1: árvore genealógica de D. Luís Filipe de Bragança (Organograma).

Fonte: imagem do autor.

Nos anos seguintes, entre 1887 e 1889, nasceram os três filhos do casal, o príncipe Luís Filipe, a infanta Maria e o infante Manuel, constituindo-se assim, o seu núcleo familiar (cf. Figura: 1.1).

<sup>139</sup> Encontrei a mais absoluta felicidade que alguém poderia sonhar ter (Tradução livre do autor). “I have found the most absolute happiness one could dream of (...)”. CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, pp. 90-91.; “Apesar de tantas nuvens, de tantas ameaças que já nos rodeavam, vivia-se (...). Muito lhe agradeço e á Maria de Jesus, a fiel lembrança do dia 28 de Setembro – hoje tão dolorosa para mim.”. D’ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 15.

### 1.2 O nascimento do príncipe

A 20 de março de 1887 a princesa manifestou os primeiros sinais do que viria a acontecer. Ao seu lado no Palácio de Belém, para dar apoio médico ou apenas alento, encontravam-se, entre outros, os médicos Artur Ravara, da Real Câmara, Gueneu de Mussy, amigo dos Orleães, a parteira e, ainda, a mãe da princesa<sup>140</sup>.

Sabendo-se da notícia chegaram ao Palácio aqueles, que por inerência oficial ou por deferência particular<sup>141</sup>, foram convidados a registarem o nascimento daquele que, sem o saberem, foi o penúltimo príncipe real português. Por entre gritos, suores, tremores, nervos, passos perdidos e após um intenso trabalho de parto que durou 16 horas<sup>142</sup>, eis que surgiu a frase que todos (des)esperavam ouvir: nasceu o príncipe! Formalmente foi anunciado no Diário do Governo que “(...) Sua Alteza Real a Sereníssima Princeza D. Maria Amélia (...) deu á luz um perfeito Príncipe.”<sup>143</sup>. Ainda nessa mesma noite e nesse mesmo Paço foi batizado “(...)

---

<sup>140</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado*. Estoril: Oficinas do ABC, 1926 [i.e. 1927], p. 141.

<sup>141</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira... Op. Cit.*, indica que assinaram o auto de nascimento: José Luciano de Castro; marquesa do Funchal, camareira-mor; José, cardeal patriarca; duque de Palmela; duque de Loulé; conde das Alcáçovas; marquês de Sabrosa; duque de Albuquerque; Henrique de Barros Gomes; Francisco António da Veiga Beirão; Henrique de Macedo; conde de São Januário; Emídio Júlio Navarro; António de Serpa Pimentel; conde de Valbom; Mariano Cirilo de Carvalho; Augusto César Barjona de Freitas; João de Andrade Corvo; conde de Linhares; conde Vila Nova de Cerveira; conde de Mossâmedes; conde de Ficalho; Artur Ravara. Assistiram ainda ao nascimento, os médicos e facultativos da real câmara e os oficiais-mores da Casa Real.

<sup>142</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 443; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 64 (22/03/1887), p. 641. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=3&tipo=a-diario&filename=1887/03/22/D\\_0064\\_1887-03-22&pag=1&txt=principe](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=3&tipo=a-diario&filename=1887/03/22/D_0064_1887-03-22&pag=1&txt=principe)>; ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR – *Auto de Nascimento do Infante Luís Filipe*. [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://ahpweb.parlamento.pt/Detalhe/?&pesq=pa&t=8&id=93264&tx=&q=AND\\_topic\\_type\\_id\\_9\\_29321](https://ahpweb.parlamento.pt/Detalhe/?&pesq=pa&t=8&id=93264&tx=&q=AND_topic_type_id_9_29321)>; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira... Op. Cit.*

<sup>143</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 64 (22/03/1887), p. 641... *Op. Cit.*

como em caso de necessidade pelo Eminentíssimo Cardeal Patriarcha (...)”<sup>144</sup>. O nome escolhido foi Luís Filipe<sup>145</sup>.

O júbilo foi enorme e não era para menos! Ao repique das campanas nas igrejas e às salvas dos canhões vindas dos fortes de São Julião da Barra e do Bom Sucesso, que anunciaram e oficializaram à capital o real nascimento<sup>146</sup>, juntaram-se, também, as instituições políticas: a Câmara dos Pares do Reino saudou o neófito, e

“(...) não desejando adiar a manifestação do seu jubilo pelo auspicioso nascimento de Sua Alteza Real, o Serenissimo Principe (...) nomeia uma grande deputação, para conjunctamente com a mesa ir aos paços da Ajuda e Belem comprimentar Suas Magestades e Altezas Reaes (...)”<sup>147</sup>.

Por seu turno, a Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa deu conta do ânimo nacional, não apenas pelo nascimento em si, mas de tudo o que representava para a continuidade dinástica:

“A noticia (...) foi acolhida com manifestações do mais intimo e sincero jubilo em todo o paiz, que viu n'esse fausto acontecimento mais uma garantia da firmeza das instituições liberaes, da estabilidade do throno constitucional, e da dynastia reinante (...)”<sup>148</sup>.

Para assinalar o acontecimento, decretaram-se três dias de feriado nos serviços públicos<sup>149</sup>. No primeiro dia de gala, isto é, no dia 22, celebrou-se na Sé Patriarcal, às 15 horas, um *Te Deum*, em sinal de agradecimento à Providência. No

---

<sup>144</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* *Op. Cit.*

<sup>145</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 141, indica que existiu uma disputa entre a rainha D. Maria Pia e o conde de Paris, insistindo a primeira para que se chamasse Manuel e o segundo de Filipe, todavia, indica-os erradamente como padrinhos.

<sup>146</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 141; VICENTE, Ana; VICENTE António Pedro – *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>147</sup> DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 2 (11/04/1887), p. 4. [Consult. 05/05/2020]. Disponível na internet: <URL:<https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/002/1887-04-11/4?q=principe&from=1887&to=1887&pOffset=20&pPeriodo=mc&pPublicacao=cp2>>.

<sup>148</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 5 (13/04/1887), p. 38. [Consult. 05/06/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/005/1887-04-13/38?q=principe%2B&from=1887&to=1887&pOffset=30&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>>.

<sup>149</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908...* *Op. Cit.*, p. 51.

dia 24, às 13 horas, decorreu a receção oficial no Paço da Ajuda e à noite realizou-se uma récita no teatro de S. Carlos<sup>150</sup>.

Toda a Família Real ficou radiante com o nascimento do príncipe. O rei D. Luís tornou-se presença assídua no Palácio de Belém para o admirar<sup>151</sup>, mas ainda mais feliz, se mostrou a rainha D. Maria Pia. Numa carta escrita pela condessa das Alcáçovas a Ayres de Sá, diz-nos que na

“(...) 1ª vez que a Rainha D. Maria Pia sahiu de carruagem com o Principe Real acompanhava eu S.M. como Dama, Sua Magestade levava o Principe nos braços e eram saudados entusiastamente em todas as ruas do percurso; no Rossio, foi tal a ovação que a carruagem Real não podia avançar; então S.M. pôs-se de pé e levantando o Seu Augusto Neto nos braços mostrou-O ao povo, ao passo que as lágrimas Lhe cahiam de comoção pela cara”<sup>152</sup>.

Esta adoração pelo neto mais velho foi uma constante ao longo da sua vida<sup>153</sup> (cf. Figura: 1.2).

---

<sup>150</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 64 (22/03/1887), p. 641... *Op. Cit.*

<sup>151</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>152</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, pp. 446 - 447.

<sup>153</sup> Veja-se, a título de exemplo, o ternurento retrato da rainha D. Maria Pia com D. Luís Filipe em: MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 157.

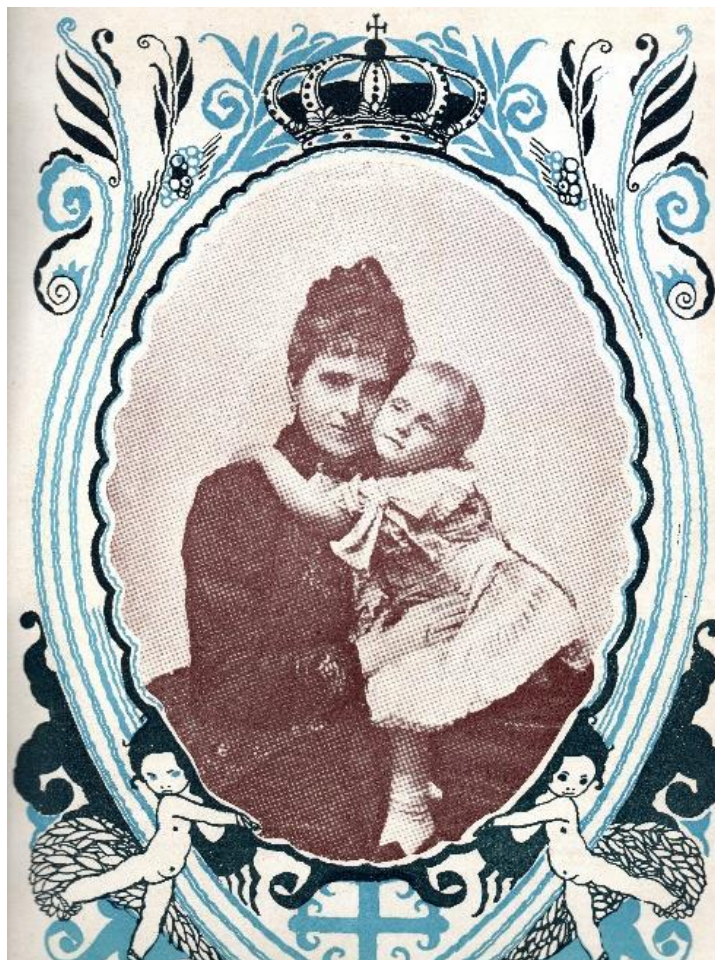


Figura: 1.2: a rainha D. Maria Pia e o príncipe D. Luís Filipe (Reprodução fotográfica).

Fonte: MARTINS, Rocha - *D. Carlos: História do seu reinado*. Estoril: Oficinas do ABC, 1926 [i.e. 1927], [S.p.].

### 1.3 O batizado

Cerca de 3 semanas após o nascimento, teve lugar na capela do Palácio da Ajuda, a primeira cerimónia oficial do novo príncipe, o batizado<sup>154</sup>, ocorrido no dia

---

<sup>154</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 4 (12/04/1887), p. 29. [Consult. 05/06/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/004/1887-04-12/29?q=principe%2B&from=1887&to=1887&pOffset=30&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>>.

14 de abril. O sacramento foi administrado pelo cardeal-patriarca D. José<sup>155</sup> e contou, como ajudantes de cerimónia, com alguns dos filhos da nobreza,

“(…) Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes (...) filho (...) do Conde de Tarouca, (...) António Vasco de Mello, mais tarde Conde de São Lourenço, João Maria Pinheiro de Mello, (...) depois Conde de Arnoso, Manuel de Carvalho e Daun e Lorena, hoje Marquez de Pombal, Eduardo Corrêa de Sá, filho do (...) Visconde de Asseca, D. Vicente de Paula Gonçalves Zarco da Camara, hoje Conde da Ribeira Grande, e José Mauricio Corrêa Henriques, hoje Conde de Seisal”<sup>156</sup>.

Levado à pia batismal nos braços da condessa de Sabugosa, recebeu o nome completo de Luiz Filipe Maria Carlos Amelio Fernando Victor Manoel Antonio Lourenço Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Bento de Bragança Orleans Saboia e Saxe Coburgo Gotha<sup>157</sup> e os títulos de príncipe da Beira e de duque de Barcelos<sup>158</sup>. Teve como padrinho, o seu avô paterno, “(...) Sua Magestade Fidelissima El-Rei o Senhor Dom Luiz Primeiro (...)” e como madrinha, a avó materna, “(...) a Serenissima Princeza a Senhora Maria Isabel Francisca d’Assis de Orleans, Condessa de Paris.”<sup>159</sup>

Estiveram presentes na cerimónia os infantes D. Augusto, duque de Coimbra, e D. Afonso, duque do Porto, membros da corte<sup>160</sup>, os príncipes de Hohenzollern-Sigmaringen D. Antónia<sup>161</sup> e Leopoldo<sup>162</sup>, a avó<sup>163</sup>, as irmãs da rainha

---

<sup>155</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* Op. Cit.

<sup>156</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 449.

<sup>157</sup> *Idem*, p. 142; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* Op. Cit. Optou-se por manter a grafia original do nome, conforme o auto de batismo. Seguindo a tradição onomástica da Família Real portuguesa, o nome próprio era composto ou estava relacionado com várias origens. No caso do príncipe real, os oito primeiros nomes referem-se a familiares: Luiz Filipe: avô paterno e materno; Maria: mãe, avó paterna e materna; Carlos: pai; Amelio: mãe; Fernando: avô paterno; Victor Manoel: avô materno. Os dez nomes seguintes, Antonio, Lourenço, Miguel, Raphael, Gabriel, Gonzaga, Xavier, Francisco de Assis e Bento, relacionam-se com santos e protetores da Igreja Católica. Por último, mencionam-se as diferentes Casas monárquicas a que estava ligado: Bragança, Orleães, Saboia e Saxe Coburgo Gotha.

<sup>158</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908...* Op. Cit., p. 51.

<sup>159</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* Op. Cit.; MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 141.

<sup>160</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* Op. Cit.

<sup>161</sup> DIÁRIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 2 (11/04/1887), p. 4... Op. Cit.

<sup>162</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 142.

<sup>163</sup> *Ibidem*.

D. Amélia, diversos representantes das monarquias europeias<sup>164</sup>, o presidente do Conselho e vários dos seus ministros<sup>165</sup>, deputações da Câmara dos Pares do Reino<sup>166</sup> e da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa<sup>167</sup>. Ao Palácio afluíram tanto as multidões de populares incógnitos, como os votos e os cumprimentos da alta sociedade internacional, incluindo a bênção do Sumo Pontífice Leão XIII, transmitida pelo Núncio Apostólico<sup>168</sup>.

#### 1.4 A família

Aquando do seu nascimento, a Família Real portuguesa apresentava uma constituição pequena (se tivermos em conta os padrões da época), assim como, poucos vínculos familiares diretos em território nacional. O núcleo familiar<sup>169</sup> mais próximo, incluía para além dos pais D. Carlos e D. Amélia, os avós paternos D. Luís e D. Maria Pia<sup>170</sup>, o tio D. Afonso e o tio-avô D. Augusto.

Para este panorama contribuíram algumas vicissitudes e acasos. Dos descendentes do primeiro casamento do rei D. Pedro IV, só a filha primogénita se ficou em Portugal, tornando-se na rainha D. Maria II. Se a sua família foi uma «casa farta» de filhos, a partir de 1861 sofreu uma hecatombe e poucos resistiriam

---

<sup>164</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, pp. 449-450.

<sup>165</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>166</sup> DIÁRIO da Câmara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 2 (11/04/1887), p. 4... *Op. Cit.*, indica-se que a deputação era composta, para além da Mesa, pelos seguintes pares: duques de Albuquerque e de Palmella; marqueses de Fronteira, de Rio Maior e de Vallada; condes das Alcáçovas, de Alte, de Cabral, de Castro, de Ficalho, de Paraty, e de Valbom; viscondes de Arriaga, de Bivar e da Silva Carvalho; Agostinho de Ornellas, António Augusto de Aguiar, António de Sousa Silva Costa Lobo, António Correia de Sequeira Pinto, Ernesto Hintze Ribeiro, Vasconcellos de Gusmão, José Joaquim de Castro, Mexia Salema e António de Serpa Pimentel.

<sup>167</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 5 (13/04/1887), p. 39. [Consult. 05/06/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/005/1887-04-13/39?q=principe%2B&from=1887&to=1887&pOffset=30&pPeríodo=mc&pPublicacao=cd>>.

Informa-se que a deputação foi composta pelos seguintes deputados: Julio Cesar de Faria Graça; José Maria de Oliveira Matos; João Lobo Santiago de Gouveia; Manuel d'Assumpção; Eduardo José Coelho; Lopo Vaz de Sampaio e Mello; Carlos Lobo d'Avila; Joaquim do Almeida Correia Leal; Victoriano Estrella Braga; Conde de Villa Real; José Joaquim de Oliveira Vale; Manuel Pinheiro Chagas e José Dias Ferreira.

<sup>168</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>169</sup> Sobre o tema cf. Figura: 1.1: árvore genealógica de D. Luís Filipe de Bragança (Organograma).

<sup>170</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira...* *Op. Cit.*

até à idade adulta. O primogénito, o rei D. Pedro V, embora casado, não gerou sucessão e tal como os irmãos, João e Fernando, faleceram no fatídico ano de 1861, com 24, 19 e 15 anos, respetivamente; as duas irmãs, D. Maria Ana e D. Antónia, casaram com príncipes alemães. A primeira contraiu matrimónio com Jorge da Saxónia e a segunda com Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, ficando ambas por terras germânicas. Restavam dois filhos: D. Augusto, que escapou à mortandade de 61 mas ficou física e mentalmente incapacitado, e o infante D. Luís, que ascendeu ao trono nesse ano de 1861, casando com Maria Pia de Saboia. Deste enlace nasceram dois filhos: o futuro rei D. Carlos e o infante D. Afonso, que casou tardiamente<sup>171</sup> (já depois de proclamada a república) mas que, também ele, não deixou descendência. Por último, registe-se ainda que do casamento morganático do viúvo D. Fernando II com a condessa d'Edla, também não se registaram nascimentos. Assim se compunha o panorama familiar mais próximo do príncipe aquando do seu nascimento<sup>172</sup>.

As ligações familiares em Portugal, como já se aludiu, eram escassas e afastadas: os Cadaval, os Lafões (ambos Miguelistas e que não conviviam com a Família Real) e os Loulé (Ana de Jesus Maria, filha de D. João VI, que em resultado de ter casado morganaticamente com Nuno de Mendonça Rolim de Moura Barreto, 1.º Duque de Loulé, eram presença assídua entre a Família Real, mas não eram considerados como tal)<sup>173</sup>.

Em contraposição, o leque familiar na Europa era vasto e alargado<sup>174</sup>, como se podia comprovar pela nomenclatura dinástica: Bragança Orleães Saboia e Saxe-Coburgo-Gotha. Pelos Braganças, eram familiares da Casa reinante do Brasil e do braço Miguelista que se encontrava exilado; os Orleães que já tinham sido, e aspiravam novamente ao trono da França, estavam também ligados ao ramo brasileiro dos Bragança; por sua vez, os Saboia eram a Casa reinante na Itália, enquanto os Saxe-Coburgo-Gotha ligavam-se aos governantes da Bélgica, da Bulgária, do Reino Unido e do império alemão. Mantinham ainda relações familiares

---

<sup>171</sup> Contraiu casamento morganático, em 1917, com a americana Nevada Stoodly Hayes.

<sup>172</sup> Sobre o tema cf. Figura: 1.1: árvore genealógica de D. Luís Filipe de Bragança (Organograma).

<sup>173</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, pp. 29-31.

<sup>174</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

entre muitas outras Casas, como os Bourbon-Bragança de Espanha ou com a Família Real da Roménia<sup>175</sup>.

#### 1.5 A primeira visita ao Porto e ao Norte

Ultrapassada a turbulência sentida na primeira metade do século XIX, causada por fatores externos (Bloqueio Continental e Invasões Francesas) e internos (fuga da Família Real, revolução e contrarrevolução Liberal, independência do Brasil, Guerras Liberais, etc.), que resultaram numa disrupção política, económica, financeira e social, a segunda metade da centúria foi caracterizada por uma acalmia e estabilização política e por progresso material, económico e financeiro. O início do período da Regeneração criou, não só a ideia, mas também as condições, para que o reino se alinhasse com as nações mais desenvolvidas<sup>176</sup>.

Para lá destes campos, esta nova realidade alargou-se também à propaganda política e dinástica. A presença da Família Real no lançamento de obras ou nas suas inaugurações que ocorriam um pouco por todo o território (e.g. o porto de Lisboa, lançamento de navios, abertura de linhas de caminho de ferro ou exposições industriais e agrícolas)<sup>177</sup>, as viagens que faziam, as estampas e as fotografias que saiam na imprensa periódica, os postais que circulavam, ou a sua associação à publicidade de diversos produtos, tornaram o presente monarca e a sua família incomparavelmente mais conhecidos que os seus antecessores, levando a que, de agora em diante, os principais atores monárquicos estivessem mais expostos. Esse reconhecimento público e o consequente registo biográfico

---

<sup>175</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Casa de Cadaval*. [Consult. 10/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908656>>; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Casa de Lafões*. [Consult. 10/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910456>>; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, pp. 29-31.

<sup>176</sup> MATTOSO, José dir. – *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V, [S.l.]: Editorial Estampa, 1993, pp. 23-24; 26; 38-40; 56-57; 70-71; 90-94 e 290-291; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX. [S.l.]: Editorial Verbo, 1986, pp. 16-18.

<sup>177</sup> MOURA, Carneiro de – *Op. Cit.*, pp. 290-292; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 229. Sobre o tema cf. Anexo II – A Família Real no lançamento da canhoneira Pátria.

foram, literalmente, uma constante desde os primeiros aos últimos dias de vida do príncipe da Beira<sup>178</sup>.

Com apenas seis meses de existência, D. Luís Filipe iniciou-se na vida pública, numa visita que a Família Real efetuou pelo Norte do país (cf. Tabela: 1.1). Entre os dias 25 de setembro e 28 de outubro de 1887, visitaram o Porto e as suas imediações e algumas zonas de Trás-os-Montes e do Minho<sup>179</sup>.

Partindo da estação ferroviária de Santa Apolónia, o séquito real foi acompanhado por Luciano de Castro, presidente do Conselho, e Emídio Navarro, ministro das Obras Públicas. Seguiram ainda na comitiva, os condes de Ficalho, de Seisal e de Tarouca, as condessas de Moçâmedes e de Seisal, o major Duval Teles, D. Francisco de Almeida e o médico da Casa Real Dr. Artur Ravara (cf. Figura: 1.3). Uma das particularidades desta visita e que está relacionada com a crescente importância da imagem da Família Real para com um grande público, foi a inclusão de jornalistas do Porto e de Lisboa, para que pudessem cobrir e divulgar de forma mais assertiva e abrangente a viagem<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> Sobre o tema cf. Capítulo I Subcapítulo 1.5 A primeira visita ao Porto e ao norte. Sobre a exposição mediática do príncipe real D. Luís Filipe veja-se a Nota de Rodapé n.º 321.

<sup>179</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 257.

<sup>180</sup> R. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente...Op. Cit.*. Ano X, n.º 316, (out. de 1887), p. 218; SANTILHANA – Chronica. LIMA, Joaquim – Chronica. *Semanário A Ilustração Portuguesa...* *Op. Cit.*. Ano 4, n.º 12, (out. de 1887), pp. 1-2.



Figura: 1.3: fotografia de grupo durante a visita à cidade do Porto<sup>181</sup> (Reprodução fotográfica).

Fonte: MARTINS, Rocha - *D. Carlos: História do seu reinado*. Estoril: Oficinas do ABC, 1926 [i.e. 1927], [S.p.].

Todo o percurso a caminho do Norte do reino, constituiu uma demonstração do afeto e entusiasmo dos populares para com a Família Real, não deixando de ter propósitos de transmissão propagandísticos, tanto ao nível político como dinástico. Se com o neófito se consolidou o papel da dinastia, garantia da sua continuidade, não menos eivado de simbolismo foi o destino da viagem e os seus propósitos infraestruturais. Se o velho burgo portuense era para os Braganças um baluarte da conquista e da consolidação da coroa, as inaugurações e as visitas às obras que decorriam, simbolizavam o progresso e a ideia real ou pelo menos almejada que se pretendia alcançar: Portugal como um país avançado e civilizado!

---

<sup>181</sup> Da esquerda para a direita, em primeiro plano encontram-se a rainha D. Maria Pia com o príncipe da Beira D. Luís Filipe, a princesa real D. Amélia e o rei D. Luís. De pé estão D. Francisco de Almeida, o conde de Tarouca, o príncipe real D. Carlos, o conde de Ficalho, a condessa de Moçâmedes, o infante D. Afonso, o conde de Moçâmedes, a condessa de Seisal, o conde de Seisal, o major Duval Teles e o tenente Benjamim Pinto.

Na Póvoa de Santa Iria, foram cumprimentados pelos empregados da Companhia Promotora de Agricultura Portuguesa; em Santarém, para além da população, receberam as saudações por parte da edilidade; em Pombal, o alvo preferencial das atenções foi o pequeno príncipe, manifestando “A galante creança (...) o seu contentamento com meiguices e sorrisos [o] que mais augmentaram o entusiasmo da multidão.”<sup>182</sup>; na estação de Coimbra, estavam presentes os representantes camarários, o corpo docente universitário, populares e ainda um amigo íntimo dos Príncipes, o Bispo-conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina<sup>183</sup>. Prosseguido viagem, a comitiva foi recebida em Aveiro com especial aparato, uma vez que a ama de D. Luís Filipe, Florinda Pirré, era natural daquela cidade (cf. Figura: 1.4). A concentração de populares foi tão estrondosa que a criança “(...) irrompeu em sentidos choros sendo necessário leval-a para a carruagem”<sup>184</sup>; antes de chegarem ao Porto, o comboio efetuou paragem nas estações de Ovar, Espinho, Granja e Devesas - Vila Nova de Gaia, tendo sempre o pequeno príncipe como principal alvo dos olhares e das manifestações.

---

<sup>182</sup> R. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 316, (out. de 1887), p. 218.

<sup>183</sup> Para além de manter uma grande amizade em especial com D. Amélia, haveria de ser o confessor dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel. Para mais informações ver: CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*

<sup>184</sup> R. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 316, (out. de 1887), p. 218.



Figura: 1.4: o príncipe D. Luís Filipe com a sua ama Florinda Pirré (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Finalmente, por volta das 16 horas, chegaram à estação de Campanhã. À sua espera, como de costume, estava um mar de gente anónima, às quais se juntaram os representantes militares, eclesiásticos, consulares e políticos, como sejam os casos do ministro da Guerra, dos ministros de Estado honorários, Barjona de Freitas e Lopes Vaz e o presidente da Câmara Municipal, que recebeu Suas Majestades e Altezas no terminal ferroviário. Finalizados os cumprimentos e protocolos, toda a comitiva, com exceção do príncipe da Beira e das condessas de Moçâmedes e Seisal que já haviam partido para o Palácio das Carrancas, seguiu

em cortejo para os Paços do Concelho. Nesta travessia pela cidade, não faltaram os «Vivas» e as aclamações de júbilo, sendo estes prontamente retribuídos pelos visitantes reais. À noite, para finalizar este primeiro dia de visita, foram iluminados a gás o edifício camarário, a praça D. Pedro IV, as ruas de santo António e dos clérigos, e ainda, diversos edifícios particulares e públicos<sup>185</sup>.

Os dias seguintes foram dedicados a visitar o Porto e os seus arredores. Para lá dos compromissos e encontros sociais e culturais, visitaram a grande obra que nesta altura decorria no norte: a construção do porto de Leixões. Construção maior da engenharia portuguesa, os planos para a sua execução remontavam à década de 50, não passando, no entanto, de uma intenção que acabaria por se materializar apenas em 1883. Se atendermos à cada vez maior frequência naval, ao aumento dos calados das embarcações e aos perigos que a entrada da barra portuense representava, esta obra revestiu-se da maior importância para toda a região<sup>186</sup>.

A tarde do dia 28 foi reservada a funções institucionais. No Paço Real (Palácio das Carrancas), toda a Família Real, incluindo o príncipe da Beira, recebeu os cumprimentos dos mais altos dignatários e das principais instituições portuenses.

Para além do simbolismo do príncipe e da princesa reais aí terem comemorado o seu aniversário e da apresentação do neto, a viagem teve também propósitos materiais. No dia 29, procedeu a Família Real, com exceção de D. Amélia e do seu filho, à inauguração da linha de caminho de ferro entre Foz-Tua e Mirandela, fazendo uma breve incursão por terras transmontanas<sup>187</sup>.

---

<sup>185</sup> R. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 316, (out. de 1887), pp. 218-219; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 215 (26/09/1887), p. 2143. [Consult. 15/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=9&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>186</sup> R. – A família real no Norte do reino II. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 317, (out. de 1887), pp. 226-227; CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – “O socorro aos desgraçados”: *Op. Cit.*, pp. 252-253.

<sup>187</sup> R. – A família real no Norte do reino III. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 318, (out. de 1887), pp. 234-235; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 220 (01/10/1887), p. 2199. [Consult. 15/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=10&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

A 4 de outubro partiram para o Minho, onde permaneceram até ao dia 28, tomando o comboio com direção a Lisboa, finalizando-se, assim, a visita régia ao Norte<sup>188</sup>.

Tabela: 1.1: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1887.

<b>Dia</b>	<b>Percurso</b>	<b>Acontecimento/atividade</b>
<b>25 de set.</b>	Lisboa	Partida da estação de Santa Apolónia.
	Póvoa de Santa Iria; Santarém; Coimbra; Aveiro; Ovar; Espinho; Granja e Vila Nova de Gaia	Cumprimentos e saudações várias.
	Porto	Chegada à estação de Campanhã; receção oficial na Câmara Municipal e visita a várias instituições e edifícios.
<b>26 de set.</b>	Porto	Visita a instituições sociais e culturais e a fábricas.
<b>27 de set.</b>	Matosinhos	Inspeção às obras do porto de Leixões.
<b>28 de set.</b>	Porto	Funções institucionais: receção às altas dignidades e instituições da cidade.
<b>29 de set.</b>	Mirandela	Inauguração do caminho de ferro entre o Tua e Mirandela.
	Porto	Comemoração dos aniversários do príncipe D. Carlos e da princesa D. Amélia.
<b>4 a 28 de out.</b>	Minho (Braga, Guimarães e Gerês)	Visita a igrejas, instituições escolares e fabris; participação e caçadas e batidas.
<b>28 de out.</b>	Lisboa	Chegada à estação de Santa Apolónia.

Fonte: tabela do autor.

<sup>188</sup> R. – A família real no Norte do reino V. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 321, (nov. de 1887), pp. 258-260; R. – A família real no Norte do reino V. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 322, (dez. de 1887), pp. 267-268; R. – A família real no Norte do reino V. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano X, n.º 324, (dez. de 1887), pp. 282-284 e 286.

Esta visita por uma parte do Norte, mais especificamente à cidade Invicta, revestiu-se de todo um significado especial para a ala liberal da dinastia de Bragança. Afinal de contas, tinha sido aqui que a mesma havia disputado e ganho as Guerras Liberais. Essa mesma importância foi registada pelo monarca nos seguintes termos: “(...) havia vinte annos que viera como rei a esta cidade (...), apresentando por essa occasião o [m]eu filho primogénito e (...) hoje já trazia em (...) [minha] companhia um neto (...)”<sup>189</sup>. Para além disso, as visitas a instituições culturais, a estaleiros de obras e à inauguração do troço ferroviário em Trás-os-Montes, inseriram-se nesse desígnio da Regeneração de um aumento do bem-estar e do progresso do reino. Apesar de algumas atoardas dadas por setores ligados ao Miguelismo<sup>190</sup>, a viagem foi descrita pelo rei D. Luís como um grande sucesso, chegando mesmo a adjectivá-la numa epístola enviada à irmã Antónia como “(...) uma viagem triunfal (...)”<sup>191</sup>, mas na qual a grande estrela foi outra, já que “Toda a gente queria ver a princesa e o pequenino Príncipe D. Luís Filipe.”<sup>192</sup>.

Se para o pueril príncipe esta não foi, nem a sua última visita à cidade, nem a última vez que aí havia de ser recebido em êxtase, para o experiente monarca, marcou o início do seu ocaso, em consequência da rápida degradação da sua saúde.

#### 1.6 O espectro da morte

Encaminhava-se vagarosamente a década de 80 para o seu término. Embora a mesma tivesse sido auspiciosa do ponto de vista familiar e dinástico, com o casamento do príncipe real D. Carlos, o nascimento do seu filho e a entusiástica aclamação de toda a Família Real na visita ao Norte, ninguém conseguia prever, em finais de 1887, a catadupa de mortandade que se abateu sobre os dignitários reais.

---

<sup>189</sup> R. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente...* *Op. Cit.*. Ano X, n.º 318, (out. de 1887), p. 235.

<sup>190</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, pp. 144-146; R. – A família real no Norte do reino V. *O Occidente...* *Op. Cit.*. Ano X, n.º 321, (nov. de 1887), p. 260.

<sup>191</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge - *Op. Cit.*, p. 257

<sup>192</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* *Op. Cit.*, p. 144.

Em dezembro de 1887, achavam-se os duques de Bragança em Vila Viçosa. No final do dia 14, um incêndio começou no quarto do príncipe D. Luís Filipe, encontrando-se este, a dormir no berço. Novamente grávida, numa gestação que levava já sete meses, mas não contendo o impulso da natureza que faz avançar uma progenitora perante o perigo, precipitou-se a princesa real D. Amélia para a divisão em chamas, conseguindo salvar *in extremis* o bebé, mas não se livrando de um parto prematuro, dando à luz um nado-morto: a infanta Maria<sup>193</sup>. O seu corpo foi transportado para Lisboa, onde no dia 17, foram realizadas as exéquias, repousando os seus restos no Panteão Real de São Vicente de Fora<sup>194</sup>.

Menos de 24 meses depois, no ano de 1889, também os dois últimos filhos varões do rei D. Fernando II e da rainha D. Maria II, o rei D. Luís e o infante D. Augusto, se finaram.

#### 1.7 Um rei morto, um rei posto ... e um príncipe real jurado

Embora o tema fosse do domínio público, só a partir dia 14 de outubro de 1889 e perante o agravar da enfermidade, foi publicada no Diário do Governo a notícia de que o rei D. Luís sofria de uma paralisação nos membros inferiores<sup>195</sup>.

Para evitar o calor diurno, o falatório e a visão decadentista, daquele que era um dos senhores do mundo, o monarca foi transportado na madrugada do dia 23 de setembro do Paço de Sintra para a cidadela de Cascais, onde pôde vislumbrar o oceano, cheirar a maresia trazida pela brisa marinha e ouvir a rebentação das ondas, envolto no seu perpétuo mar<sup>196</sup>!

---

<sup>193</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Autos do nascimento e morte da infanta D. Maria, segunda filha do rei D. Carlos I.* [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=7790146>>; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>194</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Termo da entrega do corpo da infanta D. Maria...* *Op. Cit.*

<sup>195</sup> DIÁRIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 233 (15/10/1889), p. 2363. [Consult. 08/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=10&tipo=a-diario&filename=1889/10/15/D\\_0233\\_1889-10-15&pag=1&txt=neveralqias](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=10&tipo=a-diario&filename=1889/10/15/D_0233_1889-10-15&pag=1&txt=neveralqias)>.

<sup>196</sup> LOBATO, Gervasio – *Chronica Occidental. O Occidente...* *Op. Cit.*. Ano XII, n.º 390, (out. de 1889), p. 234; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 260.

Os boletins do estado de saúde de dia 17 de outubro de 1889, publicados no Diário do Governo do dia seguinte, já não auspiciavam nada de bom. No primeiro, realizado às 8 horas da manhã, informava-se da debilidade física de sua majestade<sup>197</sup>; no segundo, feito às 14 horas, as notícias não eram mais animadoras, encontrando-se em estado febril<sup>198</sup>; e no terceiro, saído às 20 horas, comunicava-se que a falta de forças e a diminuição de sinais vitais eram cada vez mais pronunciados<sup>199</sup>. No dia 18 morreu, após uma longa agonia, o rei D. Luís, findando-se assim o seu martírio<sup>200</sup>!

De maneira a minimizar grandes emoções, a princesa real D. Amélia, que se encontrava na fase final da gravidez, não esteve presente nos últimos suspiros, nem presenciou a saída de cena da rainha D. Maria Pia, relegada para um papel secundário na vida monárquica, entregando o papel principal ao seu primogénito e à sua esposa. Ao sair do quarto do rei, visivelmente comovida, a agora rainha viúva, dirigiu-se aos presentes anunciando: «O Rei está morto, viva o Rei. Abençoou-te, meu filho e praza a Deus que sejas tão bom Rei como elle o foi e como tu desejas sel-o.»<sup>201</sup>. Estava passado o testemunho.

Era decretado em Diário do Governo do dia 19 outubro e publicado no dia 21 o fim de um ciclo e o início de outro<sup>202</sup>. Como fim de ciclo, foi ordenado,

“Que se tome luto geral por espaço de tres mezes, sendo o luto na primeira metade d`este praso e aliviado no seguinte; Que por oito dias sucessivos, contados de hoje se suspenda o despacho nos tribunais e repartições publicas, exseptuando as casas fiscaes, que só estarão cerradas em Lisboa no dia do funeral, e exceptuando tambem as estações de saude publica quanto aos actos impreteriveis de fiscalisação sanitaria; Que estes oito dias sejam contados nas provincias e ilhas adjacentes desde o dia em

---

<sup>197</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 236 (18/10/1889), p. 2395. [Consult. 10/10/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=10&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>198</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 236 (18/10/1889), p. 2395... *Op. Cit.*

<sup>199</sup> *Ibidem.*

<sup>200</sup> LOBATO, Gervasio – *Chronica Occidental. O Occidente... Op. Cit.*. Ano XII, n.º 390, (out. de 1889), p. 234; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 260.

<sup>201</sup> LOBATO, Gervasio – *Chronica Occidental. O Occidente... Op. Cit.*. Ano XII, n.º 390, (out. de 1889), p. 234.

<sup>202</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 238 (21/10/1889), p. 2411. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=10&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

que ali se receber tão infausta noticia; Que nos theatros e fóra d'elles não se permittam espectaculos que costumam praticar-se em occasiões semelhantes; Que no dia do enterro do fallecido Monarcha (...) se apresentem as pessoas que concorrem aos actos funebres, com os seus uniformes ou trajas correspondentes de luto pesado (...)”<sup>203</sup>.

O novo ciclo, teve o seu princípio, aquando da proclamação realizada pelo rei:

“Portuguezes! Quiz Deus pôr termo prematuro á vida de El-Rei D. Luiz I, meu augusto e muito amado pae, depois de um reinado de vinte e oito annos, que ficará assignalado na historia do paiz, como periodo de paz, de tolerancia e liberdade (...) [sendo eu agora] chamado a presidir aos destinos do reino, (...) jur[ando] manter a religião catholica apostolica romana, a integridade do reino. Observar e fazer observar a constituição politica da nação portuguesa e mais leis do reino, e prover ao bem geral da nação, quanto a mim couber [...] prometto ratificar em breve este juramento nas côrtes geraes da nação portuguesa (...) [e] que os actuaes ministros e secretarios d'estado continuem no exercicio das suas funções”<sup>204</sup>.

A prometida ratificação teve lugar no dia 28 de dezembro. Pelas 10 horas e 30 minutos da manhã, encontravam-se reunidos no edifício do parlamento, os pares e os deputados da nação. Sob a presidência do Conselheiro João Crisóstomo e Abreu e Sousa, foi nomeada a grande deputação que deveria ir receber o rei, a rainha e o infante D. Afonso ao vestíbulo, entrando a comitiva por volta das 11 horas na sala das sessões<sup>205</sup>.

Trajando de uniforme de generalíssimo e com o manto real, subiu as escadas e tomou o seu lugar defronte do trono, juntamente com a rainha e tendo à sua direita o infante D. Afonso que, como Condestável do reino, erguia o estoque real. Três crianças seguravam uma almofada onde repousavam uma bíblia e um crucifixo; empunhando o cetro real com mão esquerda e com a mão direita pousada sobre os santos evangelhos, confirmou a promessa feita anteriormente sobre o artigo 76.º da Carta Constitucional, afirmando “Jur[ar] manter a religião catholica apostolica romana, a integridade do reino, observar e fazer observar a constituição

---

<sup>203</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 238 (21/10/1889), p. 2411... *Op. Cit.*

<sup>204</sup> *Ibidem*; LOBATO, Gervasio – *Chronica Occidental. O Occidente...Op. Cit.*. Ano XII, n.º 390, (out. de 1889), p. 235.

<sup>205</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 296 (30/12/1889), pp. 3019-3020. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/30/D\\_0296\\_1889-12-30&pag=1&txt=juramento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/30/D_0296_1889-12-30&pag=1&txt=juramento)>.

política da nação portuguesa e mais leis do reino, e prover ao bem geral da nação, quanto a mim couber.”<sup>206</sup>.

De seguida, o monarca dirigiu-se à assembleia reafirmando o que havia jurado no dia 19 de outubro e que há minutos havia repetido nesta assembleia. Para além disso, leu um discurso laudatório ao senhor seu pai e aos ensinamentos que o mesmo lhe havia transmitido, enaltecendo a gloriosa História do reino e as qualidades e virtudes dos seus súbditos. Findada esta oratória, discursou o presidente das Cortes Gerais que na essência apresentava os ditames da praxe. Principiou com os desejos de bons augúrios para o reinado que se seguia, fazendo mais uma vez o panegírico ao pretérito rei e ao seu reinado, passando pelo povo e pela sua ligação e entreadajuda à Casa reinante<sup>207</sup>.

Finalizados os discursos, foi aclamado em unísono pelos presentes dizendo: “Ao muito Alto e muito Poderoso e Fedelissimo Rei de Portugal, o Senhor D. Carlos I.”<sup>208</sup>. De seguida, o marquês de Sabugosa, alferes-mor do reino, dirigiu-se à varanda do edifício, e perante a multidão que ali se encontrava, proferiu em voz solene e de forma audível: “Real, real, real, pelo muito alto, muito poderoso e fidelissimo Rei de Portugal, o Senhor D. Carlos I.”<sup>209</sup>, tendo sido a declaração correspondida com gritos de «Viva!». Concluída a cerimónia, abandonaram a sala suas majestades, o rei e a rainha, e sua alteza o infante, tomando a direção da igreja de São Domingos, para um *Te Deum*, seguindo depois para a Câmara Municipal onde simbolicamente recebeu da vereação, as chaves da cidade. Aí, o edil fez da varanda dos Paços do Concelho novamente a proclamação pública. Sobre este longo dia escreveu a rainha no seu diário: “Carlos, très, très, bien.”<sup>210</sup> em sinal de aprovação e de reconhecimento.

---

<sup>206</sup> DIARIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 296 (30/12/1889), p. 3020... *Op. Cit.*.

<sup>207</sup> *Idem*, pp. 3019-3020.

<sup>208</sup> *Idem*, p. 3020.

<sup>209</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 52.

<sup>210</sup> *Idem*, pp. 51-52; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1890, vol. XIII, n.º 398, p. 11; DIARIO do Governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 64 (30/12/1889), pp. 3019-3020. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/30/D\\_0296\\_1889-12-30&pag=1&txt=juramento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/30/D_0296_1889-12-30&pag=1&txt=juramento)>.

No dia seguinte, teve lugar uma parada militar, composta maioritariamente pelos corpos militares da guarnição de Lisboa, aos quais se juntaram alguns vindos da província, totalizando cerca de 7500 homens. A formatura deu-se na Praça do Comércio e na avenida D. Carlos I, desfilando as tropas na avenida da Liberdade, perante el-rei, o Estado-maior e o arquiduque Eugénio d'Áustria. Depois do reconhecimento como chefe de Estado estava agora oficializado como novo chefe militar<sup>211</sup>.

Poucos meses depois de ter subido ao trono e duas semanas após a ratificação do Juramento, o *Ultimatum* britânico<sup>212</sup> impactou fortemente o início do seu reinado. A corrida a África provocou algumas fricções diplomáticas entre as potências europeias, devido à ocupação do território ou às pretensas esferas de influência. As intermitências Luso-britânicas nas questões do Congo e de Lourenço Marques, a inflexão na política externa portuguesa de privilegiar a França e Alemanha ao invés do Reino Unido e a reivindicação dos territórios entre Angola e Moçambique, levaram à declaração britânica. Este incidente de 11 de janeiro de 1890, tornou-se, a curto prazo, a evidência que os decadentistas necessitavam para provar a teoria do desaparecimento de Portugal e o rastilho que os republicanos esperavam para incendiarem a sociedade<sup>213</sup>.

Foi neste ambiente conturbado que se iniciou o reinado de D. Carlos, profetizando o que D. Luís havia proferido em 1884 quando afirmara: “Não te apresses, Carlos, que o ofício não é tão bom como se julga.”<sup>214</sup>. Seguindo-se à

---

<sup>211</sup> *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1890, vol. XIII, n.º 398, p. 11.

<sup>212</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade.

<sup>213</sup> Entre outros atente-se na criação da Liga Patriótica do Norte ou na publicação da obra, JUNQUEIRO, Guerra – *Finis Patriae* [em linha]. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1891. [Consult. 06/07/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://books.google.pt/books/about/Finis\\_patriae.html?id=6q5LAQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books/about/Finis_patriae.html?id=6q5LAQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>; MOTTA, Carlos C. Lima da Silva – Continuidades e Rupturas da Política externa Portuguesa em Matéria Colonial (1870-1890). In SANTOS, Maria Emília Madeira org. – *Actas da I reunião internacional de história de África: Relação Europa-África no 3.º quartel do Séc. XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, pp. 82-83.

<sup>214</sup> GALLIS, Alfredo – *História de Portugal: um reinado trágico*. vol. I. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1908-1909, p. 23.

aclamação de D. Carlos a rei, em 1890 ascendeu igualmente na hierarquia real o pequeno D. Luís Filipe<sup>215</sup>, publicando-se em Diário do Governo que

«(...) no dia 14 do corrente mez [de junho] pela hora do meio-dia se effectue o acto do reconhecimento pelas mesmos côrtes, do Principe Real, D. Luiz Filippe, meu muito amado e prezado filho, como successor do throno d'este reino, e [...] que aquelle dia seja de grande gala (...)»<sup>216</sup>.

No dia anunciado, decorreu a sessão solene para o reconhecimento do príncipe Luís Filipe como legítimo sucessor ao trono. Reunidos no Palácio das Cortes, a assembleia era constituída pelos pares e deputados do reino. A mesa responsável pela condução dos trabalhos era composta por António Telles Pereira de Vasconcelos Pimentel, presidente da Câmara dos Dignos Pares do Reino, pelo primeiro secretário, o conde d'Ávila, par do reino e pelo segundo-secretário, José Joaquim de Sousa Cavalheiro. Feita a chamada, contaram-se cento e vinte e três presentes na sala dando-se início aos trabalhos.

Primeiramente foram lidos, pelo 1.º secretário, os Autos de nascimento e de batismo do príncipe D. Luís Filipe; de seguida, dirigiu-se o presidente à assembleia, dizendo de forma perceptível,

“As cortes geraes da nação portugueza reconhecem por successor do throno d'este reino, na conformidade do artigo 15.º § 3.º da carta constitucional da monarchia, a Sua Alteza Real o Príncipe D. Luiz Filippe Maria Carlos Amelio Fernando Victor Manuel Antonio Lourenço Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Bento de Bragança Orleans Saboya e Saxe Çoburgo Gotha, filho legitimo de Suas Magestades o Rei de Portugal e Algarves, o Senhor D. Carlos I e a Rainha a Senhora D. Amélia de Orleans, sua augusta esposa”<sup>217</sup>.

---

<sup>215</sup> Sobre o tema cf. Anexo III – D. Luís Filipe por altura do seu reconhecimento como príncipe real.

<sup>216</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto de reunião das Cortes Gerais para o reconhecimento do príncipe D. Luís Filipe*. [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: <https://digitarg.arquivos.pt/details?id=7796720>>; DIÁRIO do governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 129 (10/06/1890), p. 1333. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/10/D\\_0129\\_1890-06-10&pag=1&txt=Principe%20Real,%20D.%20Luiz%20Filippe](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/10/D_0129_1890-06-10&pag=1&txt=Principe%20Real,%20D.%20Luiz%20Filippe)>; COLLECÇÃO OFFICIAL de legislação portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. (11/06/1890), pp. 261-262. Disponível na internet: <URL: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/64/46/p283>>.

<sup>217</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 133 (16/06/1890), p. 1385. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/16/D\\_0133\\_1890-06-16&pag=1&txt=reconhecimento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/16/D_0133_1890-06-16&pag=1&txt=reconhecimento)>.

Após a leitura desta declaração, o 2.º secretário procedeu à chamada de cada um dos presentes, que responderam individual e sucessivamente com a palavra «reconheço». Em contínuo, foi lavrado e lido a toda a Câmara, pelo 1.º secretário, o Auto de reconhecimento. Não existindo reparos ou modificações a fazer, foi assinado pelos membros da mesa, pelos pares e deputados.

Para oficializar o ato, foi anunciado pelo presidente que

“Esta[va] reconhecido pelas côrtes geraes da nação portugueza, como successor do throno d’este reino, o Príncipe Real, o Senhor D. Luiz Filippe Maria Carlos Amelio Fernando Victor Manuel Antonio Lourenço Miguel Raphael Gabriel Gonzaga Xavier Francisco de Assis Bento de Bragança Orleans Saboya e Saxe Coburgo Gotha”<sup>218</sup>.

Por último, foram escolhidos, pelo presidente, os elementos constituintes para a deputação<sup>219</sup> encarregue de entregar uma cópia do Auto a el-rei, finalizando-se a sessão.

#### 1.8 A segunda viagem ao Porto e ao Norte

Se institucionalmente o regime prosseguiu no seu trilho com os novos representantes (rei D. Carlos e príncipe real D. Luís Filipe), nas ruas, os clamores republicanos contra a situação político-diplomática causada pelo conflito luso-britânico, mantinham-se ainda audíveis. Como consequência de toda esta efervescência social e política, teve lugar no dia 31 de janeiro de 1891, na cidade

---

<sup>218</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 133 (16/06/1890), p. 1385. [Consult. 09/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/16/D\\_0133\\_1890-06-16&pag=1&txt=reconhecimento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=6&tipo=a-diario&filename=1890/06/16/D_0133_1890-06-16&pag=1&txt=reconhecimento)>.

<sup>219</sup> Entre os Pares do Reino foram escolhidos: Barros e Sá; Duque de Palmela; Marquês da Praia e de Monforte; Conde de Valbom; Conde de São Januário; Conde de Gouveia; Conde de Carnide; Bispo da Guarda; Visconde de Moreira de Rei; Visconde de Azarujinha; Visconde de Paço d’Arcos; José Luciano de Castro; José de Mello Gouveia; Augusto César Cari da Costa; Tomás Ribeiro; Barros Gomes; António Emílio Correia de Sá Brandão; Ornelas Vasconcelos; Simões Margiochi; José Baptista de Andrade; Costa Lobo; Lourenço António de Carvalho; Bernardo de Serpa Pimentel; Peito de Carvalho e Jerónimo Pimentel. Como Deputados foram indicados: Pedro Augusto de Carvalho; António de Azevedo Castelo Branco; Emídio Júlio Navarro; Joaquim Germano de Sequeira; António dos Santos Viegas; Luciano Cordeiro; Carlos Lobo d’Ávila; João de Barros Mimoso; Serpa Pinto; António Augusto Correia da Silva Cardoso; Amândio Mota Veiga; Alberto Pimentel; Júlio César Cau da Costa; António Teixeira de Sousa; Carlos Roma do Bocage; Júlio António Luna de Moura e Columbano Pinto Ribeiro de Castro. DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 133 (16/06/1890), p. 1385... *Op. Cit.*

do Porto, a primeira tentativa de implementação da república que, pese embora a sua duração se tenha limitado a umas horas, teve o condão de lançar o alerta à monarquia! A resposta possível, por parte da Coroa, passou por buscar o apoio popular. Na sequência da visita efetuada à Beira Baixa, meses antes, e que tão promissores resultados haviam dado do ponto de vista do reconhecimento e da simbiose entre a população e o seu rei<sup>220</sup>, foi programada outra viagem oficial ao Porto e ao Minho (cf. Tabela: 1.2)<sup>221</sup>.

De acordo com a revista *O Occidente*, o intento da viagem era o de “(...) elucidarem-se SS. MM. sobre o estado das nossas industrias e proverem de remedio ás suas necessidades (...)”<sup>222</sup>. Porém não a podemos dissociar do momento político vivido, sendo uma forma de acalmar eventuais hostilidades ou ressentimentos e, ao mesmo tempo, um meio de exhibir a vitalidade e a força do regime, uma vez que se vaticinou que tão cedo o monarca não se atreveria a pisar o solo portuense! Planeada como uma autêntica campanha de propaganda pelo ministro da Fazenda Mariano de Carvalho, este aconselhou a D. Carlos que a figura central fosse o pequeno príncipe, uma vez que o simples vislumbre do petiz produziria o melhor dos efeitos no povo nortenho. Plena de todo um simbolismo para a dinastia, a capital do Norte não deixava de ser desconfiada, segundo as palavras do rei D. Luís ao então príncipe real D. Carlos, daí a importância desta visita<sup>223</sup>.

Partindo de Lisboa no dia 18 de novembro, acompanharam Suas Majestades e Alteza, os condes de Ficalho, de Sabugosa e de Tarouca, a condessa de Sabugosa, António de Vasconcellos, Bernardo Pindela, o ministro das Obras Públicas, João Franco, e ainda, o general João Chrisóstomo de Abreu e Souza e o coronel Vito Moreira<sup>224</sup>.

---

<sup>220</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 257.

<sup>221</sup> CARVALHO, Mariano de – *Os planos financeiros do sr. Marianno de Carvalho*. Lisboa: Typ. da companhia nacional editora, 1893, p. 18.

<sup>222</sup> M. – A viagem da família real ao Norte. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XIV, n.º 467, (11 de dez. de 1891), p. 275.

<sup>223</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908...* Op. Cit., p. 91.

<sup>224</sup> M. – A viagem da família real ao Norte. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XIV, n.º 467, (11 de dez. de 1891), p. 275.

No seu trajeto setentrional, a comitiva parou no Entroncamento, em Santarém, em Pombal e em Coimbra, ocorrendo nesta última localidade a primeira enchente popular; entre os «Vivas!» dirigidos aos monarcas e ao príncipe real, e as manifestações feitas pelos estudantes, deram-se confrontos entre os que “(...) vitoriavam o Monarca e outros, [que] berravam pela amnistia para João Chagas (...)”<sup>225</sup>; seguiram-se paragens em Aveiro, em Estarreja e nas Devesas - Vila Nova de Gaia, chegando à estação de Campanhã por volta 14 horas. À sua espera, estavam as autoridades municipais, religiosas, militares e judiciais, o corpo consular, vários políticos, os diretores dos estabelecimentos escolares e científicos, e uma multidão de pessoas anónimas. Apeando-se do comboio, e ainda na estação, emergiu dos braços do conde de Sabugosa uma figurinha envolta num vestido azul granada com chapéu a condizer (cf. Figura: 1.5) que saudou os populares, batendo-lhes a continência. Perante este ato e quando ainda mal tinham pousado um pé em terra, já esta turba (se ainda dúvidas subsistem) exultava com a visita<sup>226</sup>!

---

<sup>225</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado... Op. Cit.*, p. 257.

<sup>226</sup> M. – A viagem da família real ao Norte. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XIV, n.º 467, (dez. de 1891), pp. 275-276; MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado... Op. Cit.*, p. 258. DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 262 (19/11/1891), p. 2803. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.



Figura: 1.5: o príncipe real D. Luís Filipe durante a visita à cidade do Porto (Fotografia).

Fonte: arquivo do autor.

Escortada pelo esquadrão de cavalaria n.º 6, seguiu em cortejo a carruagem régia, sucedida por mais outras 280, em direção à igreja da Lapa, onde os esperava o cardeal D. Américo. Depois de um *Te Deum*, seguiram para um jantar de gala no Palácio das Carrancas. Aí chegados, novo banho de multidão, tanto que “(...) a

rainha tomara a criança real nos braços e mostrava-a entre aplausos.”<sup>227</sup> para mais uma demonstração de júbilo popular.

No dia 19, teve lugar a receção oficial, à qual, como seria de esperar, concorreram os mais altos dignatários e os cidadãos mais ilustres da cidade. Os dias seguintes foram preenchidos com o programa do costume: visitaram indústrias, escolas, hospitais, o porto de Leixões e quartéis, entregaram prémios escolares aos melhores alunos, assistiram a peças no teatro de São João e presidiram a inaugurações, como foi o caso da Bolsa da cidade<sup>228</sup>.

Tomado o pulso às forças vivas da sociedade e da economia, viraram-se atenções para os campos político e militar. No dia 24, e aproveitando a visita dos monarcas, vários municípios dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e de Vila Real, apresentaram os seus cumprimentos. A 25, o rei assistiu a uma parada militar no campo de Santo Ovídio, e à noite teve, lugar um jantar oficial com as autoridades militares. No entanto, a cerimónia mais importante e emblemática decorreu no dia 26, defronte do Paço Real. Perante o revoltoso regimento de infantaria 18, que fora agora renomado de “Príncipe Real”, assentou praça o príncipe real D. Luís Filipe com o n.º 24 da 1.ª Companhia; tomando a palavra, o rei, declarou em nome do seu filho, perante os oficiais e soldados aí presentes: “É um soldadinho muito pequenino, mas há de aprender depressa os seus deveres...”<sup>229</sup>. Seguiu-se um desfile por parte dos seus novos camaradas de regimento. A cidade burguesa rendeu-se mais uma vez a um dos seus! A profecia do ministro concretizou-se<sup>230</sup>!

---

<sup>227</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 258.

<sup>228</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 258; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 263 (20/11/1891), p. 2811. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 264 (21/11/1891), p. 2819. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 265 (23/11/1891), p. 2827. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>229</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 258.

<sup>230</sup> M. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente...* Op. Cit., Ano XIV, n.º 467, (dez. de 1891), pp. 276-278; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 44; MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...* Op. Cit., p. 258. DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

Ainda nesse dia, à tarde, seguiram para o Minho, de modo a cumprirem o que faltava do itinerário: Braga, Guimarães e Viana do Castelo. Também aqui as manifestações para com a Família Real foram as mais entusiásticas. Visitaram diversas instituições escolares, culturais, religiosas e de beneficência. Mais uma vez, o príncipe real foi o alvo de todas as deferências: na cidade dos arcebispos, não se coibiu o petiz, de se mostrar solícito e pronto a responder aos jornalistas, como o caso registado aquando da visita ao santuário do Bom Jesus, quando alguém lhe perguntou como se chamava, retorquiu: “Olhe, eu não sei. O papá chama-me Luiz; a mamã Luizinho: e toda a outra gente príncipe.”<sup>231</sup>. Na cidade Berço foi apresentado com o diploma de presidente honorário da Associação Académica<sup>232</sup>.

Finalizado este périplo pelo Minho, regressaram a Lisboa no dia 1 de dezembro, não sem antes pararem em Coimbra, onde o príncipe real foi tomado nos braços do então estudante de direito e futuro 2.º conde de Margaride e mostrado à multidão.

---

Sessão n.º 267 (25/11/1891), p. 2847. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 268 (26/11/1891), p. 2855. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 270 (28/11/1891), p. 2871. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>231</sup> M. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XIV, n.º 467, (dez. de 1891), p. 275.

<sup>232</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.º 271 (30/11/1891), p. 2879. [Consult. 14/02/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1891&mes=11&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; M. – A família real no Norte do reino I. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XIV, n.º 467, (dez. de 1891), p. 275.

Tabela: 1.2: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1891.

Dia	Percurso	Acontecimento/atividade
18 de nov.	Lisboa	Partida da estação de Santa Apolónia.
	Entroncamento; Santarém; Pombal; Coimbra; Aveiro; Estarreja e Vila Nova de Gaia	Cumprimentos e saudações várias.
	Porto	Chegada à estação de Campanhã e receção das autoridades municipais, religiosas, militares e judiciais, o corpo consular, vários políticos entre outros. <i>Te Deum</i> na igreja da Lapa e jantar de gala no Palácio das Carrancas.
19 de nov.	Porto	Receção oficial com altas dignidades e instituições da cidade.
20 a 23 de nov.	Porto	Visitas a instituições (indústrias, escolas, hospitais, o porto de Leixões e quartéis) e participação em eventos de cariz diverso (entregaram prémios escolares aos melhores alunos, assistência de peças no teatro de São João e inauguração da Bolsa da cidade).
24 de nov.	Porto	Cumprimentos de vários municípios dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e de Vila Real.
25 de nov.	Porto	Parada militar no campo de Santo Ovídio e jantar oficial com as autoridades militares.
26 de nov.	Porto	Cerimónia de assentamento de praça por parte do príncipe real D. Luís Filipe no regimento doravante denominado de “Príncipe Real”.
26 a 30 de nov.	Minho (Braga, Guimarães e Viana do Castelo)	Visita a igrejas, escolas e instituições culturais e de beneficência.
1 de dez.	Lisboa	Chegada à estação de Santa Apolónia.

Fonte: tabela do autor.

Tendo em conta o contexto político, designadamente a tentativa frustrada de instauração de um regime republicano em Portugal, não deixou de transparecer em toda a visita a preocupação da monarquia se relacionar e de ser reconhecida pelos diferentes atores do poder político local e regional, mas sobretudo, pelo exército, uma vez que foi daí, especificamente do regimento aquartelado em Santo Ovídio, que saiu a intentona para a mudança de regime escassos meses antes. Perante todas as agradáveis demonstrações de que foram alvo, aferiu-se o grande sucesso da viagem, saindo reforçada a ligação do eixo, Monarquia - Exército - Povo.

### 1.9 A primeira educação

Mimetizando os cuidados educacionais e os afetos familiares de que usufruíram, os príncipes reais D. Carlos e D. Amélia, foram muito presentes na educação do(s) seu(s) filho(s). Esta tradição e visão familiar, na qual a afetividade era demonstrada não só no lar, mas também em público, não era nada usual entre nós nem na generalidade das famílias reais europeias. No caso português, ela foi trazida e implementada na Família Real pelo futuro rei D. Fernando II, marido da rainha D. Maria II, sendo adotada e passada às gerações seguintes. Para além disso, ela era uma parte de um todo, no qual se incluía também um exigente programa de formação cívica e educacional de que falaremos mais à frente<sup>233</sup>.

Apesar desta nova postura, os infantes foram entregues a amas conhecendo-se dois nomes: Ana de Jesus Santos<sup>234</sup> e Florinda Pirré<sup>235</sup>. Ignora-se se estiveram as duas ao serviço em simultâneo, nem quando, ou se foram, dispensadas de todos os serviços na Casa Real. Foi, ainda assim, muito provável que por volta de 1890 tivessem sido dispensadas, uma vez que a sua incumbência estaria apenas adstrita aos primeiros anos de vida e, à medida que o príncipe ia crescendo, o que necessitava era de aprender os códigos sociais e as primeiras

---

<sup>233</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 121. Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.3 O liceu.

<sup>234</sup> MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado...*, p. 141. Diz-nos o autor que estava presente no Paço de Belém aquando do nascimento. Era oriunda da localidade de Reguengo Grande no concelho da Lourinhã.

<sup>235</sup> CRISTO, Homem – *Op. Cit.*, p. 230. Segundo o escritor, veio de Aveiro para a capital, trazida pelo Dr. Ravara, médico da Real Câmara; sobre ela cf. Figura: 1.4: D. Luís Filipe acompanhado pela sua ama Florinda Pirré (Bilhete postal).

letras, conhecimentos esses que estas duas senhoras dificilmente possuiriam, já que “Como professora dos primeiros anos haviam tido D. Carlota de Campos, supervisionada por D. Isabel Saldanha da Ponte”<sup>236</sup>, que desde 1890 tinha sido nomeada “(...) para o ofício de Dama ao serviço dos Príncipes.”<sup>237</sup>. Além do pessoal indicado, refira-se que os Príncipes tinham ainda ao seu serviço, designado de «Quarto dos Príncipes», “(...) um conjunto de funcionários composto por indivíduos de ambos os sexos e de estratos sociais diferenciados.”<sup>238</sup>.

Contudo, apesar de todo o carinho e atenção que demonstrou pelo filho, como se verificou nas cartas que escreveu à mãe, a condessa de Paris, dizendo-lhe que “He is adorably pretty, and very strong (...)”<sup>239</sup> ou à duquesa de Luynes como “My little Louis is a love: he is very big for his age and very intelligent.”<sup>240</sup> e «Mom petit Louis se porte à merveille, j'aimerais bien que vous le connaissiez. Il est très intelligent, espiègle et éveillé comme tout.”<sup>241</sup>, a rainha D. Amélia tinha plena consciência das agruras, das dificuldades e das obrigatoriedades que o esperariam enquanto príncipe real, e mais tarde enquanto soberano, daí ter-se mostrado preocupada e algumas vezes intransigente na sua formação e educação. Uma das primeiras recomendações transmitidas à dama D. Isabel Saldanha da Ponte incidiam sobre a moral<sup>242</sup>, a ética<sup>243</sup> e o mérito pessoal<sup>244</sup>. Estas instruções foram

---

<sup>236</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>237</sup> MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama – *Nos bastidores da Corte: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908* [em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 165. Tese de Doutoramento em História. [Consult. 07/04/2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/12317>>.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>239</sup> Ele é adoravelmente bonito e muito forte (Tradução livre do autor). CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, p. 91.

<sup>240</sup> O meu pequeno Luís é um amor: ele é muito desenvolvido e inteligente para a sua idade (Tradução livre do autor). *Idem*, p. 101.

<sup>241</sup> O meu pequeno Luís porta-se maravilhosamente, e adoraria que o conhecesse. Ele é muito inteligente, travesso e sempre alerta (Tradução livre do autor). SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 468.

<sup>242</sup> Eu quero que eles sejam e íntegros e verdadeiros. (Tradução livre do autor). “I want them to be upright and true (...)”. *Idem*, p. 115.

<sup>243</sup> Afastando do Príncipe Real toda a espécie de adulação. (Tradução livre do autor). “(...) begging her to keep all kind of flattery from the Crown Prince (...)”. *Ibidem*.

<sup>244</sup> Desejo que na sua vida sejam amados pela sua personalidade e não pelo seu nascimento (Tradução livre do autor). “I wish my children to be loved later on for their personal worth and not because of their birth.”. *Ibidem*.

mais tarde também transmitidas a D. José de Almeida, 6.<sup>o</sup> marquês de Lavradio, quando entrou ao serviço do príncipe<sup>245</sup>.

Como já foi referido anteriormente, a educação dos príncipes da Casa de Bragança foi, a partir do reinado de D. Maria II, alvo de um entendimento e de uma preocupação sem precedentes e “Graças a D. Fernando, as duas gerações seguintes de reis portugueses foram pessoas esmeradamente cultas e para quem os formalismos religiosos eram indiferentes (...)”<sup>246</sup>. Se atentarmos nestes antecedentes não será de estranhar que o plano educativo do príncipe, D. Luís Filipe, mas também o do infante D. Manuel, tenha seguido os mesmos moldes, de modo a prepará-lo para as funções de chefe de Estado.

Se tivermos presente o papel que estava cada vez mais reservado às monarquias constitucionais: a) às quais foi cambiado o seu poder divino pelo dever cívico; b) registando-se uma maior acutilância, circulação e acesso da sociedade civil à imprensa periódica, que tanto serviu de ataque às instituições como de veículo propagandístico; c) e, ainda, a melhoria e a eficácia dos meios de comunicação que permitiam uma deslocação mais célere e em maior número; somos levados a induzir que todas estas alterações requeriam aos monarcas a capacidade de se misturarem socialmente e de terem «um saber estar» perante qualquer situação. Esta aprendizagem social foi bastante trabalhada pela Casa Real para que os príncipes se fossem “(...) habituando ao papel por vezes ingrato, que teriam de desempenhar na sociedade.”<sup>247</sup>.

A rainha, ciosa do seu dever, ofereceu na mesma medida, amor e rigidez, almejando que os “(...) Seus Filhos fossem perfeitos em tudo (...)”<sup>248</sup>, não aprovando que “(...) tivessem mais divertimentos ou distrações do que as próprias

---

<sup>245</sup> “S.M. a Rainha foi mais explícita: disse-nos que nos lembrássemos de que o Príncipe Real devia um dia ser Rei e que nos pedia que não o lisonjeássemos, que nunca deixássemos de lhe dizer com franqueza o que sentíamos, nunca lhe ocultássemos a verdade, embora o pudéssemos desgostar, sempre lhe abrissemos os olhos quanto aos homens e às coisas;”. ALMEIDA, José Luíz de coord. – *Op. Cit.*, p. 52.

<sup>246</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>247</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, pp. 447-448. A este respeito veja-se o interessante e lapidar comentário: “Não deve ser muito agradável ser Príncipe; ser-se obrigado a entrar em intimidade com pessoas que se não conhecem, não poder escolher os seus amigos e ter de aceitar como companheiros os escolhidos por outrem. É evidente que a boa educação simplifica muito a situação.”. ALMEIDA, José Luíz de coord. – *Op. Cit.*, p. 52; MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, pp. 20-21.

<sup>248</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 447.

de Suas edades (...)”<sup>249</sup>, assumindo em parte, a responsabilidade da sua educação social. Em correspondência, datada de 1893, D. Amélia deu-nos conta que ela própria se havia tornando na professora de equitação do filho: “Le petit Prince est sorti à cheval avec moi pour fois. Il a un poney très pacifique, je le tenais en longe.”<sup>250</sup>.

Para além das “(...) lições de dança (com o professor Zonoglio) para os Príncipes, no Paço das Necessidades, para que eram sempre convidados os Seus companheiros e algumas pessoas de suas famílias e ainda outras (...)”<sup>251</sup>, foi provavelmente da mãe do príncipe a iniciativa da festa tauromáquica, também designada de toirinhas, que se organizou no Palácio da Pena em 1899, de onde se destacava o cavaleiro Luís Filipe (cf. Figura: 1.6) no meio de umas quantas crianças mascaradas de campinos, ganadeiros e espadachins.

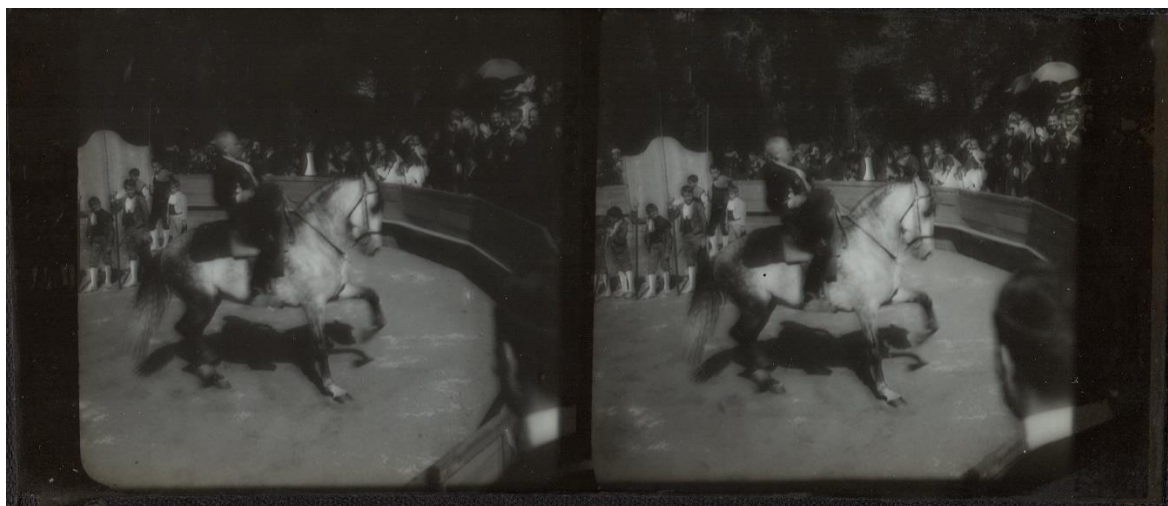


Figura: 1.6: o príncipe real D. Luís Filipe como cavaleiro numa toirinha (Diapositivo duplo em vidro).

Fonte: arquivo do autor.

Pensando a longo prazo, foi também ela que providenciou e selecionou os companheiros de convívio e que, hipoteticamente, seriam a corte do futuro rei. Na

---

<sup>249</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 448.

<sup>250</sup> *Idem*, p. 468. O pequeno príncipe saiu a cavalo comigo pela primeira vez. Ele tem um pônei muito tranquilo e eu segurei-o pelas rédeas (Tradução livre do autor).

<sup>251</sup> *Idem*, p. 447.

correspondência da condessa das Alcáçovas para o livro de Ayres de Sá, destacam-se dois episódios reveladores: diz a condessa que,

“Desde pequenos quiz S.M. a Rainha que Seus Filhos convivessem com outras crianças e para isso Os rodeava de algumas de Suas Edades: Sabugosas, Figueirós, Abrantes, Castro Pereira, Ruy Ribeira, Seisal, Nuno Pombal, D. Izabel Ferrão, filhos de D. Francisco Galvêas, etc., e ainda meus filhos: Maria Luiza, hoje Marquês de Ficalho, e Luiz, hoje Visconde de Torrão.”<sup>252</sup>.

Ainda relacionado com o convívio, sempre que o filho da aludida condessa fizesse anos “(...) era certo S.S.A.A. [...] os convidarem para irem brincar para a Tapada da Ajuda.”<sup>253</sup>. Alvo de todas as atenções e deferências, o príncipe real era objeto de uma quase veneração pela sua Dama, Isabel Saldanha da Gama (que deixou registados para a posteridade um conjunto de dizeres pueris, próprios de uma criança e que na sua maioria estão ligados a temas/passagens religiosas<sup>254</sup>), pelo infante D. Manuel (cf. Figura: 1.7) e pela rainha, que projetou na figura deste menino a sua vontade de ação política sendo alguém que poderia moldar à sua imagem e visão. Tenhamos presente, que como filha mais velha dos pretendentes ao trono francês, a sua opinião política, era bastante tida em conta pelo pai, o conde de Paris<sup>255</sup>, pelo que esta vontade de atuar estava-lhe no sangue, sendo à falta de mais e de melhores oportunidades, canalizada para as obras sociais<sup>256</sup>.

---

<sup>252</sup> SÁ, Ayres de – *Op. Cit.*, p. 447.

<sup>253</sup> *Ibidem*.

<sup>254</sup> *Idem*, pp. 454-463. Sobre o tema atente-se na linguagem ternurenta que utiliza na carta que escreveu ao príncipe e da qual transcrevemos um excerto: “Meu queridíssimo Príncipe da minh’alma que g[ran]de gosto me deram as suas duas cartas, tão boas, tão bem escriptas. Mas onde foi o meu amôr de Príncipe descobrir tanta gataria?”. Sobre o tema cf. em Anexo IV – Carta remetida por D. Isabel Saldanha da Gama para D. Luís Filipe.

<sup>255</sup> RAMOS, Rui – D. Amélia, a Grande. *Revista Análise Social*. [em linha]. Lisboa: Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. 36, n.º 160, (2001), pp. 915-924. [Consult. 14/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <http://www.jstor.org/stable/41011558>>.

<sup>256</sup> Papel destinado às consortes, a rainha D. Maria Pia foi apelidada de “Anjo da Caridade” (cf. LITOGRAFIA PALHARES – O anjo da caridade. A Rainha Snr.<sup>a</sup> D. Maria Pia de Saboya e Bragança. Protectora dos desvalidos [em linha]. [Consult. 10/08/2023]. [S/I]: [s/n.], 1879. Gravura: litografia aguarelada. Disponível na internet: <URL: [https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/34052/download?file=e-116-p\\_0000.pdf&type=pdf&navigador=1](https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/34052/download?file=e-116-p_0000.pdf&type=pdf&navigador=1)>. Entre as intervenções humanitárias e beneméritas da Rainha D. Amélia, contam-se: 1892: fundação do Real Instituto de Socorros a Náufragos; 1893: fundação do Dispensário da Rainha, em Alcântara; 1899: fundação da Assistência Nacional aos Tuberculosos; 1901: inauguração da Associação Protectora da Primeira Infância, e em 1907: inauguração do Lactário n.º 2, em Santos. Impulsionou a criação de sanatórios em Portalegre, no Outão e na Guarda e de dispensários no Porto, Viana do Castelo e Bragança. Sobre este último, existirá alguma relação com as duas missivas endereçadas ao Dr. Cagigal nas quais a monarca



Figura: 1.7: o príncipe real D. Luís Filipe com o infante D. Manuel (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Se houve algo na monarquia constitucional, que a diferenciou da maioria das suas congéneres, foi a sua pouca propensão para o campo religioso, não se excedendo, pelo menos publicamente, do estritamente necessário às funções inerentes de chefe de Estado. Inserida esta prática por D. Fernando II, foi a mesma reforçada pelo casal Luís - Maria Pia<sup>257</sup> e mantida pelo sucessor. A rainha D.

---

envia donativos monetários para os pobres de Bragança? Na primeira, datada do ano de 1900 enviou 200 mil réis e na segunda, remetida em 1904, enviou 50 mil réis. Para uma leitura mais aprofundada, consultem-se: PINA, Madalena Esperança – A Rainha D. Amélia, a Assistência e a Saúde em Portugal [em linha]. In *Actas da XVIII Colóquio de História Militar: Política diplomática, militar e social do reinado de D. Carlos no centenário da sua morte*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2008, pp. 717-720. [Consult. 26/12/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4861/1/Coloquio%20Militar%20D.%20Amelia.pdf>>; BAPTISTA, Virginia – *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 218 e CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – “O socorro aos desgraçados”: *Op. Cit.*, pp. 247-265; sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.2 A assistência aos náufragos.

<sup>257</sup> Veja-se o comentário, “(...) o príncipe [D. Luís] foi-se logo embora depois do baptizado (...). Acho que não lhe fazia mal nenhum ter ficado mais meia hora para assistir, mas aqui, para os atos religiosos, há sempre pressa (...)” em MÓNICA, Maria Filomena org. – Isabel, Condessa de Rio Maior. *Correspondência Para Seus Filhos, 1852-1865*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004, p. 334.

Amélia, claramente mais devota<sup>258</sup>, foi, tal como aconteceu com a educação social e escolar, a grande impulsionadora da educação religiosa do príncipe e do infante<sup>259</sup>.

Em 1899, foram dispensadas do seu percurso educacional a dama Isabel de Saldanha da Gama e a aia Carlota Campos, tendo em conta que “(...) o Príncipe Real atingiu os 12 anos, idade a partir da qual a presença de mulheres na sua educação e formação não seria necessária, segundo os parâmetros pedagógicos da época”<sup>260</sup>, entrando em cena, mesmo que por um brevíssimo período, um dos heróis das campanhas africanas, o tenente-coronel Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque e o austríaco Franz Kerausch<sup>261</sup>.

Também no campo religioso este ano se mostrou iniciático, uma vez que, no dia 28 de maio, o príncipe fez a sua primeira comunhão, tendo a mesma sido solenemente anunciada no Diário do Governo<sup>262</sup>.

#### 1.10 O aio Mouzinho de Albuquerque

De um modo geral e ao contrário do que se pensa, a real ocupação africana por parte de Portugal, foi efetuada apenas no último quartel do século XIX. Sucedendo ao tempo dos feitos científicos e geográficos perpetrados por alguns intrépidos aventureiros e descobridores, surgiu uma nova etapa marcada por um belicismo que visou subjugar e ocupar administrativa e economicamente o território, dando azo ao aparecimento aos “heróis dos sertões ultramarinos”<sup>263</sup>. Um deles, foi

---

<sup>258</sup> A questão religiosa foi uma das pedras de arremesso dos republicanos contra D. Amélia e D. Manuel II.

<sup>259</sup> Atente-se nas missivas XVII; XXVII; LIX; LV; LVI; LVII; LXI e LXXV em CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*, pp. 35; 57; 111; 113; 115; 117; 141 e 153.

<sup>260</sup> MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama – *Op. Cit.*, p. 105.

<sup>261</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>262</sup> CABRAL, António – *Op. Cit.*, pp. 248-249; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.º 116 (24/05/1899), p. 1337. [Consult. 28/11/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=5&tipo=a-diario&filename=1899/05/24/D\\_0116\\_1899-05-24&pag=1&txt=communh%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=5&tipo=a-diario&filename=1899/05/24/D_0116_1899-05-24&pag=1&txt=communh%C3%A3o)>; Vejam-se as missivas LV e LV em CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*, pp. 113 e 115.

<sup>263</sup> Porventura o episódio mais famoso do domínio africano tenha sido a captura do régulo de Gaza, Gungunhana. DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Sessão n.º 62 (17/03/1896), p. 597. [Consult. 14/03/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1896&mes=3&tipo=a-diario&filename=1896/03/17/D\\_0062\\_1896-03-17&pag=1&txt=gungunhana](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1896&mes=3&tipo=a-diario&filename=1896/03/17/D_0062_1896-03-17&pag=1&txt=gungunhana)>. Sobre o tema cf.

o tenente-coronel Mouzinho de Albuquerque. Orbitando junto do trono, foi enviado para Moçambique em 1896, como governador geral<sup>264</sup>, onde fez algumas reformas administrativas na governação colonial, com o intuito de prover uma certa autonomia governativa, que embora elogiada, foi contra os interesses da «cáfila de politikeiros»<sup>265</sup> da metrópole; este embate levou-o a pedir a exoneração do cargo em 1897<sup>266</sup>, mas mantendo-o D. Carlos sempre próximo de si, uma vez que todo este *élan* que tinha conseguido, não devia, nem podia ser desperdiçado.

Nos finais de 1898, Mouzinho de Albuquerque foi nomeado oficial-mor da Casa Real, e “(...) aio, da educação de Sua Alteza o Príncipe Real.”<sup>267</sup> (cf. Figura: 1.8) revelando esta designação a confiança que os monarcas depositavam no seu carácter e nas suas qualidades.

---

Capítulo IV Subcapítulo 4.1 Ponto 4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de Oitocentos.

<sup>264</sup> Por decreto de 25 de novembro de 1896 foi elevado a comissário régio na província de Moçambique. DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Sessão n.º 62 (17/03/1896), p. 609... *Op. Cit.*

<sup>265</sup> ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de – *Cartas de Mouzinho de Albuquerque ao conde de Arnoso*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1957, pp. xxvi-xxvii; A este respeito ver igualmente: CARVALHO, Rodrigues, pref. – *Op. Cit.*, pp. 259-260.

<sup>266</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. Sessão n.º 217 (29/IX/1898), p. 2585. [Consult. 14/03/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1898&mes=9&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>267</sup> *Ibidem*.



Figura: 1.8: Mouzinho de Albuquerque, D. Luís Filipe e D. Manuel em Sintra (Fotografia estereoscópica).

Fonte: arquivo do autor.

Em carta dirigida ao presidente do Conselho, José Luciano de Castro, datada de 7 de novembro, el-rei D. Carlos disse-lhe que depois da Família Real, ele "(...) foi o primeiro a saber que resolvi nomear preceptor e aio do Príncipe Real o Joaquim Mousinho."<sup>268</sup> reforçando a sua escolha pela certeza de que este "(...) ha de fazer de meu filho, *um homem* (...) [uma vez que] não posso pôr deante dos olhos de meu filho, nem mais valentia, nem mais amôr ao seu rei, nem mais lealdade á sua Patria."<sup>269</sup> A este respeito, também a rainha D. Amélia demonstrou a mesma opinião que D. Carlos. Em várias epístolas enviadas a um dos seus grandes confidentes e apoiantes, o bispo-conde de Coimbra D. Manuel de Bastos Pina, foi visível o seu agrado pela escolha ter recaído em Mouzinho, elogiando-lhe as qualidades e a confiança que depositava nela<sup>270</sup>. Relativamente à escolha, não

<sup>268</sup> CABRAL, António – *Op. Cit.*, p. 243.

<sup>269</sup> *Idem*, pp. 243-244.

<sup>270</sup> Sem dúvida, tu sabes que o príncipe herdeiro está agora nas mãos dos homens, e que Mouzinho de Albuquerque é seu tutor. Eu tenho a maior das confianças nele. Eu coloquei nas suas mãos tudo o que me é mais precioso no mundo, isto é, toda a nossa fortuna (Tradução livre do autor). "No doubt you know that the Crown Prince is now in men's hands, and that Monshino d'Albukerque is his tutor. I have the greatest confidence in him. I have put into his hands all that is most precious

deixa de ser curiosa a similitude da terminologia usada por D. Carlos para o presidente do Conselho José Luciano de Castro e por D. Amélia para o bispo D. Manuel: “Não quero que saiba por ninguém, senão por mim, da resolução (...) de chamar Mousinho d’Albuquerque [para] a educação do Príncipe (...)”<sup>271</sup>.

Grande adepta de viagens<sup>272</sup> e do conhecimento que elas possibilitavam, D. Amélia, proporcionou aos filhos itinerários instrutórios e informais, já que para ela “(...) não é em viagens oficiais que eles podem ver para aprender bem.”<sup>273</sup>. A primeira de várias dessas viagens ocorreu logo em 1899. Dos poucos elementos de que dispomos podemos indicar a comitiva, (pelo menos parte do) percurso e a estadia. A comitiva era composta pelo príncipe, pelo seu perceptor, pelo secretário particular e ainda por um moço de estrebaria. Não dispondo de fidedignos dados quantitativos quanto à duração nem qualitativos quanto aos locais visitados aferiu-se, no entanto, em correspondência de D. Amélia e de Mouzinho de Albuquerque para o bispo-conde D. Manuel, que o percurso se iniciou pelo mosteiro da Batalha, onde teriam andado 2 a 3 dias, instando-se no Paço Episcopal de Leiria<sup>274</sup>.

Embora, de curta duração, (haveria de terminar inesperada e abruptamente em 1902), esta ligação entre discípulo e mestre não deixou de inculcar no imberbe príncipe o sentido de dever e do brio da vida militar, a importância das colónias e o amor pátrio<sup>275</sup>.

Quanto ao pensamento político e à visão institucional, o principal elemento de que dispomos, é a célebre “Carta de Mouzinho de Albuquerque ao príncipe real D. Luís Filipe de Bragança”<sup>276</sup> que, não estando datada, nos parece que será coeva da sua nomeação régia para tutor, isto é, de 1898 ou 1899. Esta epístola, pode ser considerada a primeira lição do mestre para o seu discípulo, sendo importante por

---

to me in the world, and all our fortune.”. CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, pp. 157-158; CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*, pp. 99; 101 e 107.

<sup>271</sup> *Idem*, p. 99.

<sup>272</sup> Para este ponto indica-se a leitura de RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, 2013.

<sup>273</sup> CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*, p. 171; sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo e o Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.5 Navegando para o ocaso (1907-1908).

<sup>274</sup> CARVALHO, Rodrigues pref. – *Op. Cit.*, pp. 121; 161 e 245.

<sup>275</sup> O organizador e acompanhante de D. Luís Filipe na viagem a África em 1907, foi Ayres d’Ornellas, então ministro da Marinha e Ultramar, antigo companheiro de armas de Mouzinho de Albuquerque nas campanhas africanas e um dos seus principais defensores.

<sup>276</sup> ALBUQUERQUE, Mouzinho de – *Um Documento Notável... Op. Cit.*

vários fatores: em primeiro lugar, informa-nos sobre os objetivos que el-rei D. Carlos pretendia atingir com a sua nomeação: «Faze dele um homem e lembra-te de que há-de ser Rei»<sup>277</sup>; em segundo lugar, diz-nos os objetivos que o próprio Mouzinho almejava alcançar: “Proporciona[r] a Vossa Alteza o conhecimento do que fizeram em África os seus mais leais servidores, apontando-lhe o seu exemplo, procurando temperar-lhe a alma para as mais duras provas por que pode vir a passar (...)”<sup>278</sup>; e, por último, oferece-nos uma visão do seu pensamento sobre quais seriam os deveres do exército e dos militares, o papel e a responsabilidade de um príncipe perante o seu povo, não deixando, no entanto, de aí ressoarem críticas às atitudes e à postura dos seus contemporâneos metropolitanos e coloniais.

Desiludido com o rumo da vida política, com o não reconhecimento dos feitos militares africanos e uma possível crise melancólica, Mouzinho de Albuquerque suicidou-se em janeiro de 1902.

Traçados que foram as principais etapas e acontecimentos que marcaram a infância e a juventude do príncipe real D. Luís Filipe, desde o seu nascimento, à sequência de acontecimentos políticos que o colocaram como sucessor de D. Carlos, bem como, as principais figuras que acompanharam a sua infância e juventude, cumpre agora prosseguir para uma nova etapa abordando a formação e afirmação do herdeiro da coroa portuguesa.

---

<sup>277</sup> ALBUQUERQUE, Mouzinho de – *Um Documento Notável...* Op. Cit., p. 12.

<sup>278</sup> *Ibidem*.

## CAPÍTULO II – A VIDA ADULTA (1901-1908)

*O príncipe real foi uma vítima, sem dúvida. Tenho d'ele a pena que se tem d'um rapaz que morre, tragicamente, aos 20 anos*<sup>279</sup>.

---

<sup>279</sup> FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES – *Notícias recebidas na Índia portuguesa sobre malogro de movimento revolucionário. Prisão de republicanos, entre os quais António José de Almeida. Morte do rei D. Carlos e do príncipe real. Boato sobre fuga de João Franco e sobre organização de gabinete presidido por Ferreira do Amaral* [em linha]. [Consult. 15/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07004.065#!2>>.

## 2.1 O Juramento constitucional

No dia 20 de maio de 1901, pelas 13 horas, reuniram-se na sala das Sessões da Câmara dos Dignos Pares do Reino as Cortes Gerais, para os seus integrantes assistirem e validarem o Juramento de fidelidade à Constituição do príncipe real e herdeiro presuntivo do trono D. Luís Filipe de Bragança (cf. Figura: 2.1). Atingindo no dia seguinte os 14 anos, cumpriu-se nesta formalidade o artigo 79.º da Carta Constitucional<sup>280</sup>.

Deu início à sessão o presidente da Câmara dos Pares do Reino, Luiz Frederico de Bivar Gomes da Costa, nomeando uma comissão composta por vários pares<sup>281</sup>, com a finalidade de receberem Suas Majestades, o rei e a rainha, e Suas Altezas, o príncipe real D. Luís Filipe e o infante D. Afonso, enquanto Condestável do reino.<sup>282</sup>

Às 14 horas e 15 minutos entraram na sala das Sessões Suas Majestades e Altezas, acompanhados pela comissão de deputados e pares. Seguindo todos para os respetivos lugares, tomou a palavra el-rei D. Carlos e a partir do trono dirigiu-se à assembleia nos seguintes termos:

“É para mim e para Sua Magestade a Rainha, unir solenne e jubiloso este acto, em que o Príncipe Real, meu sobre todos, muito amado e prezado Filho, vem perante os representantes da Nação, cumprir o preceito do artigo 79.º da Carta Constitucional da Monarquia, prestando juramento de fidelidade à constituição e às leis do reino. A santidade do juramento, as tradições dos seus ascendentes e os sentimentos, em que tem sido

---

<sup>280</sup> PORTUGAL – *Carta constitucional da monarquia portuguesa, decretada, e dada pelo Rei de Portugal e Algarves Dom Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de Abril de 1826*. Lisboa: Impressão Régia, 1826, p. 19.

<sup>281</sup> Estiveram presentes os seguintes Pares do Reino: Eduardo José Coelho, Fernando Larcher, Visconde de Athouguia, D. João de Alarcão Velasquez Sarmiento Osorio, Conde de Avila, Elvino José de Sousa e Brito, Antonio Candido Ribeiro da Costa, Bispo de Coimbra, Conde da Sabugosa, Bispo de Bragança, Antonio Emilio Correia Sá Brandão, Bispo de Portalegre, Julio Carlos de Abreu e Sousa, Manuel Augusto Pereira Cunha, Bispo de Beja, Wenceslau de Sousa Pereira de Lima, Francisco Eduardo Barahona Fragoso, Marquez de Alvito e [pelos] Srs. Deputados Amandio Eduardo da Matta Veiga, José Joaquim de Sousa Cavalheiro, José Jeronimo, Rodrigues Monteiro, Alberto Allen Pereira de Sequeira Bramão, Ernesto Nunes da Costa Ornellas, José Joaquim Mendes Leal, Jayme Arthur da Costa Pinto, Alberto Ferreira da Silva Oliveira, Custodio Miguel Borja, João de Sousa Tavares, Antonio Tavares Festas, Antonio José Boavida, José Maria de Oliveira Mattos, José Pereira Teixeira de Vasconcellos, José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral, Luciano Augusto da Silva Monteiro, Augusto Cesar da Rocha Lousa e Joaquim Jardim.

<sup>282</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Certidão da cópia da acta da sessão do juramento de fidelidade do príncipe D. Luís Filipe nas Cortes Gerais*, Gavetas, Gav. 16, mç. 4, n.º 32, anverso.

educado, de veneração pelas heroicas tradições d'este nobre povo, de firme dedicação ás nossas instituições liberaes e de fervoroso empenho nas prosperidades da pátria, me asseguram que Sua Alteza Real fiel aos deveres jurados, saberá sempre guardar a religião do reino, sustentar a liberdade da nação e merecer o affecto do povo portuguez, que é o melhor e mais decoroso galardão dos Príncipes”<sup>283</sup>.

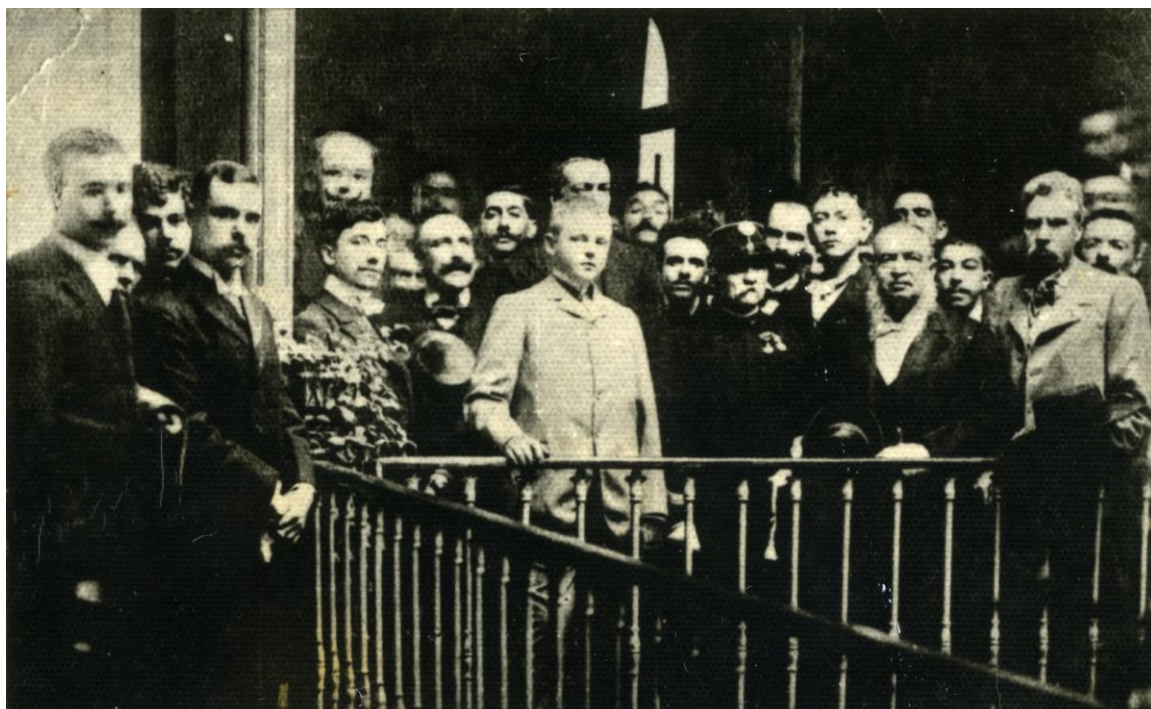


Figura: 2.1: D. Luís Filipe em Monção durante a viagem ao Porto e Norte (Reprodução fotográfica).

Fonte: LUGAR DO REAL [em linha] [Consult. 23/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://lugardoreal.com/imaxe/o-principe-d-luis-filipe-em-monco>>.

Terminada a comunicação, foram apresentados ao príncipe real D. Luís Filipe os Sagrados Evangelhos, sobre os quais proferiu a fórmula de Juramento indicada no artigo 79.º: “Juro manter a Religião católica, apostólica Romana, observar a Constituição Política da nação Portuguesa, e ser obediente às Leis e ao Rei”<sup>284</sup>. De seguida o presidente da Câmara dos Pares voltou-se para o trono dizendo:

---

<sup>283</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Certidão da cópia da acta da sessão do juramento de fidelidade...* *Op. Cit.*, Gav. 16, mç. 4, n.º 32, verso.

<sup>284</sup> PORTUGAL – *Carta constitucional da monarquia portuguesa...* *Op. Cit.*, p. 19.

“Senhor! As Côrtes geraes da nação, reunidas n`este dia de verdadeiro jubilo e grande regozijo, ouviram com a mais viva satisfação e profundo respeito a real allocução que Vossa Magestade proferiu do alto de throno no acro solenne de Sua Alteza Real, o Principe D. Luiz Filippe, ter de prestar, como herdeiro presumptivo da Côroa e perante os legitimos representantes da nação, o juramento preceituado no artigo 79.º da Carta Constitucional da Monarchia. O jovem Principe prometteu solennemente manter a Religião Catholica e Apostolica Romana, observar a constituição politica da nação e ser obediente ás leis e ao Rei. A superior intelligencia e ínclitos dotes, que resplandecem na Augusta Pessoa de Sua Alteza, e a esmerada educação que tem recebido, garças aos sabios conselhos, assiduos cuidados e constantes exemplos das sublimes virtudes de cumprir religiosamente o seu juramento. As Cortes geraes assim o esperam, e confiam em que a Providência, perseverante e disvelada protectora d`estes reinos, inspirará o herdeiro da Corôa, para que seja sempre estremo e glorioso defensor da Religião e das instituições liberaes do Estado, conquistando pelo fiel desempenho da alta missão que lhe é confiada, o affecto do povo portuguez e as bênçãos da posteridade. Digne-se Vossa Magestade acceitar, benevola e graciosamente, as sinceras felicitações dos Pares do reino e dos Deputados da nação, e a respeitosa, e a respeitosa expressão dos sentimentos de fidelidade e dedicação, que consagram a Vossa Magestade, a Sua Magestade a Rainha, a Sua Magestade a Rainha D. Maria Pia, a Sua Alteza Real, o Principe Real, e a toda a familia Real”<sup>285</sup>.

Finalizada a sessão protocolar, abandonaram a sala Suas Majestades e Altezas, acompanhados pela comitiva que os haviam recebido. Voltando à sala, o presidente deu por encerrados os trabalhos.

Com a realização e a validação deste ato, e do subsequente reconhecimento pelas câmaras dos pares e dos deputados, D. Luís Filipe tornou-se *de jure* no futuro monarca do reino, marcando a entrada oficial do jovem príncipe na vida política, que se manteria uma constante até ao seu desaparecimento. Os eventos em que participou, as viagens que fez e as representações diplomáticas em que tomou parte, foram degraus ascendidos na escadaria do poder, ao qual nunca chegaria<sup>286</sup>.

A entrada do novo milénio, trouxe consigo a morte do decano das monarquias europeias: finava-se a rainha Vitória e a sua Era e principiava o governo de Eduardo VII. Apesar de todo o formalismo de dia 20 de maio, D. Luís

---

<sup>285</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Certidão da cópia da acta da sessão do juramento de fidelidade...* Op. Cit., Gavetas, Gav. 16, mç. 4, n.º 32, verso.

<sup>286</sup> Sobre os temas cf. Capítulo II Subcapítulos 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo; 2.5 Um príncipe socialmente presente e 2.6 Funções e atividades políticas; Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo e Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África e o reconhecimento político e diplomático.

Filipe não iniciou aí funções diplomáticas, uma vez que Portugal se fez representar no funeral por D. Carlos, nem funções governativas, já que a rainha D. Amélia assumiu as funções de regente, estando, todavia, para breve a sua entrada na cena política.

## 2.2 O regresso a um lugar feliz: Porto e Norte

Em outubro de 1901, D. Luís Filipe visitou mais uma vez o Porto e partes do Norte litoral de Portugal (cf. Tabela: 2.1). Se nas visitas anteriores, era ainda um bebé e teve por companhia a família<sup>287</sup>, nesta apresentou-se como herdeiro presuntivo do trono (cf. Figura: 2.1), tendo sido acompanhado pelo aio Mouzinho de Albuquerque e pelo perceptor Franz Kerausch, mantendo no entanto inalterado todo o simbolismo das visitas anteriores: marcar a sua posição dinástica perante do Porto e do Norte<sup>288</sup>.

Embora idealizada para ser uma viagem anónima, longe das formalidades e dos discursos da praxe, dando liberdade para que o príncipe se pudesse comportar mais como o cavalheiro que retribuiu um cumprimento na rua tirando o chapéu, do que atado às etiquetas de herdeiro da coroa, a verdade é que dificilmente assim poderia ser. Uma vez comunicada a sua presença às Câmaras Municipais e demais entidades, estas naturalmente apressaram-se a assinalar, o mais condignamente possível, a presença de tão ilustre visitante, com as mais diversas atividades. Acresce-se, ainda, que o seu recente juramento como herdeiro presuntivo tornava esta visita especialmente importante do ponto de vista institucional, não se descurando, no entanto, mas num plano muito secundário, a oportunidade de o príncipe contactar e ter a perceção do país real, ganhando “(...) a noção de muitas coisas que se escondem quasi sempre aos Príncipes”<sup>289</sup>.

---

<sup>287</sup> Sobre o tema cf. Capítulo I Subcapítulo 1.5 A primeira visita ao Porto e ao norte e Subcapítulo 1.8 A segunda visita ao Porto e ao norte.

<sup>288</sup> Já tinha visitado grande parte destas localidades em 1887 como duque da Beira e em 1891 como príncipe real. Sobre as temáticas cf. Capítulo I Subcapítulos 1.5 A primeira visita ao Porto e ao norte e 1.8 A segunda viagem ao Porto e ao norte.

<sup>289</sup> CUNHA, Amadeu – *Mousinho. A sua obra e a sua época*. Lisboa: Agência geral das colónias, 1964, p. 411.

No dia 30 de setembro, partiu no «sud-express» com direção ao Luso e ao Buçaco, o príncipe real D. Luís Filipe, o aio Mouzinho de Albuquerque, o percetor Franz Kerausch e o infante D. Manuel. No dia seguinte, com exceção do infante, na estação da Pampilhosa tomaram o comboio com destino ao Porto, onde chegaram por volta do meio-dia. Na gare de São Bento, sob a melodia do hino da Carta, desembarcaram, tendo à sua espera as entidades municipais, industriais e comerciais, para além de uma multidão de povo anónimo. Depois do almoço, e devidamente fardado, visitou o “seu” regimento de infantaria n.º 18, onde tinha assentado praça no ano de 1891<sup>290</sup>, visitando ainda a igreja da Lapa e o Palácio de Cristal<sup>291</sup>.

Na manhã do dia 2, deslocou-se de bicicleta com Kerausch à Foz, a Leixões e a Leça. No regresso à cidade visitou, já na companhia de Mouzinho, a igreja de São Francisco, o Palácio da Bolsa, a biblioteca pública, o museu e a academia Belas-Artes, reunindo-se com os membros da Associação Comercial<sup>292</sup>.

Os dois dias imediatos foram dedicados aos arredores do Porto, nomeadamente à vila de Penafiel e ao sítio da Granja. No primeiro caso, visitou várias instituições (Câmara Municipal, quartéis, edifícios religiosos, ...) podendo admirar a exemplar instalação agrícola da Quinta da Aveleda<sup>293</sup>. No segundo, a jornada de vilegiatura na praia da Granja permitiu-lhe contactar com importantes personalidades, como a condessa de Samodães e as filhas, os condes de Resende, ou o par do reino Macário de Castro<sup>294</sup>.

No dia 5, visitou o atelier fotográfico de Emílio Biel e, na parte da tarde, os armazéns do vinho de Porto da Casa Ferreirinha, sendo abertas em sua honra várias garrafas do precioso néctar, do qual provou e comentou “É muito doce!”<sup>295</sup>. Visitou, ainda, os armazéns da Companhia Vinícola no Norte de Portugal, onde foi finalizada esta jornada dionisíaca<sup>296</sup>.

---

<sup>290</sup> Sobre o tema cf. Capítulo I Subcapítulo 1.8 A segunda visita ao Porto e ao Norte.

<sup>291</sup> High-life. *Diário Ilustrado*. Ano 31, n.º 10.263, (out. de 1901), p. 1; *Idem*, n.º 10.264, (out. de 1901), p. 1.

<sup>292</sup> *Idem*, n.º 10.266, (out. de 1901), p. 1.

<sup>293</sup> *Idem*, n.º 10.267, (out. de 1901), p. 1.

<sup>294</sup> High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.268, (out. de 1901), p. 1.

<sup>295</sup> CUNHA, Amadeu – *Op. Cit.*, p. 412.

<sup>296</sup> High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.268, (out. de 1901), p. 1.

Os dois dias subsequentes foram dedicados à cidade dos Arcebispos, Braga. Aqui chegados, verificou-se mais uma vez um genuíno entusiasmo da população que se encontrava na gare, juntamente com os representantes das autoridades municipais, religiosas, militares e civis. Visitaram a catedral, o Paço e o Santuário do Bom Jesus<sup>297</sup>.

Os três dias seguintes, 8, 9 e 10, foram dedicados a conhecer o Alto Minho: Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca, Caminha, Valença e Arcos de Valdevez. Comuns a todas as localidades, foram os banhos de multidão e as saudações institucionais de quadrantes diversos. Em Viana, subiu ao Monte de Santa Luzia e em Monção ao Pátio dos Neris, de onde contemplou a vastidão da paisagem<sup>298</sup>.

Não obstante todas estas demonstrações de júbilo, foi em Ponte de Lima que elas foram mais efusivas e de uma maneira geral foi representativa da importância da visita e do cuidado e das diligências feitas pelas edilidades. Quando, por intermédio do governador distrital, a autarquia soube da visita, logo tratou dos preparativos. Os cicerones, depois de esperarem D. Luís Filipe e Mouzinho de Albuquerque, na ponte dos Corvos, que marcava o início do concelho, dirigiram-se montados em solípedes para os Paços do Concelho onde foi servido o almoço. À tarde, saiu a comitiva em cortejo procedendo o príncipe à inauguração da avenida D. Luís Filipe (cf. Figura: 2.2), retirando-lhe o título e o nome para a toponímia. Finda esta cerimónia, seguiram os dois cavaleiros a galope em direção a Viana do Castelo<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.270, (out. de 1901), p. 1; High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.271, (out. de 1901), p. 1.

<sup>298</sup> High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.27, (out. de 1901), p. 1; High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.273, (out. de 1901), p. 1; High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.274, (out. de 1901), p. 1.

<sup>299</sup> ABREU, Rodrigo dir. – *Almanaque de Ponte de Lima – 8º ano, 1933*. Viana do Castelo: Tipografia Gutenberg, 1932, pp. 205-206.



Figura: 2.2: avenida D. Luís Filipe em Ponte de Lima (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Iniciado o regresso para sul, dirigiram-se ainda a Guimarães, no dia 12, visitando a Sociedade Martins Sarmento, a Colegiada da Oliveira e o castelo, seguindo depois para a cidade do Porto.

No dia 13, finalizou-se esta viagem, chegando D. Luís Filipe e os acompanhantes a Lisboa<sup>300</sup>.

Tabela: 2.1: locais visitados durante a viagem ao Norte do país em 1901.

Data	Localidade	Principais acontecimentos
1 de out.	Chegada ao Porto	Receção oficial; visita ao quartel de infantaria n.º 18, à igreja da Lapa e ao Palácio de Cristal.

<sup>300</sup> High-life... *Op. Cit.*, n.º 10.275, (out. de 1901), p. 1.

#### D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

Data	Localidade	Principais acontecimentos
2 de out.	Porto	Passeio de bicicleta pela Foz, Leixões e Leça; visita a instituições culturais.
3 de out.	Penafiel	Visita à Quinta da Aveleda.
4 de out.	Praia da Granja	Convívio na praia da Granja.
5 de out.	Porto e Gaia	Visita e prova de vinhos nos armazéns do vinho de Porto da Companhia Vinícola no Norte de Portugal.
6 e 7 de out.	Braga	Receção por parte das autoridades políticas, religiosas e militares; visita a espaços religiosos.
8 de out.	Viana do Castelo e Ponte de Lima	Receção por parte das autoridades; subida ao monte de Santa Luzia; Visita a igrejas; inauguração da avenida príncipe real D. Luís Filipe.
9 de out.	Viana do Castelo, Caminha, Valença e Monção	
10 de out.	Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	
11 de out.	Braga	Pernoita.
12 de out.	Braga, Guimarães e Porto	Visita à Sociedade Martins Sarmento, à Colegiada da Oliveira e ao castelo.
13 de out.	Chegada a Lisboa	-----

Fonte: tabela do autor.

A organização de mais uma viagem pelo Porto e Norte de Portugal, neste caso a região minhota, inseriu-se na contínua política de propaganda do regime e da dinastia. Seguindo-se ao Juramento feito na capital, tonava-se premente que o futuro monarca se apresentasse fisicamente perante a segunda cidade do reino, não podendo de deixar de ser feita uma leitura política e alegórica dos acontecimentos. Nesse sentido, conforme se verificou, a comitiva visitou particularmente instituições ou lugares relacionados com as autoridades concelhias e eclesiásticas locais.

### 2.3 O liceu

As exigências da função agora atribuída a D. Luís Filipe e o seu concomitante papel enquanto príncipe real, nomeadamente na relação com os diferentes representantes dos poderes locais, impunha a necessidade de uma educação esmerada. Deste modo, tal como os seus antecessores, também a sua educação foi uma componente primordial, mantendo-se ao longo da sua vida, tanto de um modo formal como informal.

Ao contrário do que acontecia há já algum tempo em diversas cortes europeias<sup>301</sup>, a Casa Real portuguesa optou ainda por aulas particulares, conquanto os príncipes devessem prestar provas públicas nos 3.º, 5.º e 7.º anos do ensino secundário, sendo que no caso do príncipe real, estes foram realizados anualmente até aos 21 anos<sup>302</sup>. Nestas provas, a assistência era composta pela Família Real, representantes da corte, políticos, entre os quais o presidente do Conselho e o ministro da Marinha e Ultramar, o bibliotecário da Casa Real e os diretores de várias instituições de ensino, como do curso superior de letras de Lisboa, das escolas do exército e naval, do colégio militar e os reitores dos liceus de Lisboa. A título de curiosidade, refira-se que no último ano de provas, depois de ter realizados os exames de matemática e de física, defendeu o seguinte tema de filosofia: os grandes efeitos de pequenas causas na história da civilização<sup>303</sup>.

O plano de estudo, supervisionado pela rainha, tinha lugar no Palácio das Necessidades<sup>304</sup> e era bastante exigente, uma vez que decorria de segunda-feira

---

<sup>301</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 94. Vejam-se os exemplos descritos por D. Antónia de Bragança sobre os seus filhos. Para além de estudarem em escolas públicas frequentaram igualmente o ensino superior.

<sup>302</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>303</sup> ORTIGÃO, Ramalho – *Rei D. Carlos: O martyrisado*. Lisboa: Typografia A Editora, 1908, p. 15; MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 20; LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>304</sup> De acordo com o arrolamento do Palácio nacional das Necessidades, feitas na sequência da instauração do regime republicano, existia aí um gabinete de trabalho para os príncipes (n.º de ordem 4311-4354) e dois quartos de estudo para o príncipe D. Luís Filipe (n.º de ordem: 3640-3759 e 3760-3887). ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades - Volume 2* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Direcção Geral da Fazenda Pública 1910-10-05, Arrolamentos dos Paços Reais. [Consult. 23/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4685499>>.

a sábado, num horário muito preenchido que se estendia das 6 às 19 horas, apenas entrecortado por pequenos intervalos, refeições e atividades físicas<sup>305</sup>.

Embora seguissem o calendário e o programa educativo oficial, resultante da reforma liceal de 1894/95, a este juntaram-se algumas adaptações decorrentes do nascimento, de modo que o príncipe real foi submetido a um extenso rol de disciplinas e áreas de estudos: Religião e Moral (Pe. Domingos Frutuoso), Desenho (Enrique Casanova), Direito Constitucional e Filosofia (Lopes Praça), Física e Química (Aquiles Machado) (cf. Figura: 2.3), Geografia (Garcia Guerreiro), História de Portugal (Júlio de Castilho e mais tarde Oliveira Ramos), História Universal, História Natural e Latim (Franz Kerausch), Língua e Literatura Portuguesa (Júlio de Castilho e mais tarde Oliveira Ramos), Alemã (Franz Kerausch), Francesa e Inglesa (Alfred King), Literaturas Clássicas (Franz Kerausch), Matemática (Marques Leitão e Fontoura da Costa), Música (Juan de Gouda e Alexandre Rey Colaço), Topografia, Balística e Tática (tenente-coronel José Joaquim de Castro) e ainda Economia Política<sup>306</sup>.

---

<sup>305</sup> CAVALHEIRO, António Rodrigues – *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>306</sup> ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 54; LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, pp. 10 e 12; MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, pp. 20 e 43; VICENTE, Ana; VICENTE António Pedro – *Op. Cit.*, p. 31; HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – *Cadernos escolares*, NNG 3549-3559; *Ilustração Portuguesa*. Série 1, n.º 4, (nov. de 1906), p. 59.



Figura: 2.3: D. Luís Filipe na aula de química com o professor Aquiles Machado (Ilustração).

Fonte: Ilustração Portuguesa. Lisboa, 1903, n.º 4, p. 54.

Fora do âmbito escolar e cumprindo tanto a etiqueta social como o desidério de *mens sana in corpore sano*, muito em voga a partir de finais do século XIX<sup>307</sup>, dedicou-se à prática da vilegiatura (cf. Figura: 2.4), de esgrima, de equitação, ao

---

<sup>307</sup> A título de exemplo, refiram-se os seguintes acontecimentos desportivos: 1871, primeiro jogo de Rugby; 1888, primeiro campeonato de futebol em Inglaterra; 1896, primeiro Jogos Olímpicos da Era Moderna; 1897, primeira corrida da maratona de Boston e em 1903, o Tour de France. Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.1 Portugal e o mar: um novo olhar.

ténis, à caça<sup>308</sup>, à tauromaquia<sup>309</sup>, aos desportos aquáticos, e demonstrou, tal como o seu tio, o infante D. Afonso, uma predileção por automóveis<sup>310</sup> (cf. Figura: 2.5).



Figura: 2.4: o príncipe real indo para o banho na praia de Cascais (Reprodução fotográfica).

Fonte: Serões: revista mensal ilustrada, 1906, n.º 16, p. 278.

---

<sup>308</sup> Sobre o tema venatório, a documentação compulsada revela alguns episódios: “(...) apesar disso fomos à caça meuda. De tarde fomos à caça grossa e matamos umas 50 das quaes o rei d’Espanha 10 (...) e eu 5 ou 6. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel: 1903-1907*. Lisboa: [S.n.], Cartório da Extinta Casa Real, cx. 42-A, mç. 775, n.º 1.

<sup>309</sup> Sobre o tema cf. Figura: 1.6: o príncipe real D. Luís Filipe como cavaleiro numa toirinha (Diapositivo duplo em vidro).

<sup>310</sup> MAGALHÃES, Raquel Maria Guilherme Guedes Pinheiro de – *A Reforma de Jaime Moniz (1894/95): Notas Dissonantes – Um estudo à luz do Jornal Educação Nacional*. Porto. FLUP, 2011. Mestrado em História e Educação, p. 38; MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, pp. 20; 38 e 43; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 101; CAVALHEIRO, António Rodrigues – *Op. Cit.*, pp. 47 e 51; LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, pp. 10; 12; 15 e 19; ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA, caixa NNG 3549-3559, caderno 30/280; sobre a paixão automobilística indicam-se duas situações: a primeira teve lugar no dia anterior ao casamento de Afonso XIII, dizendo ao infante que tinha “Gui[ado] hontem um 30 cavallos que não andou mal”. Na segunda carta, também para o irmão refere que “O meu automovel parte hoje para Paris para ser arranjado (...)”. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel... Op. Cit.*, n.ºs 5 e 14. Atente-se igualmente nos comentários do sexto marquês do Lavradio: “O Príncipe era alto, loiro, tipo nortenho, cultivava os desportos, principalmente o automobilismo e a caça;” e do coronel António Costa: «O Infante é um cavalo de cortesia, o Príncipe um cavalo de combate.». ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 52.

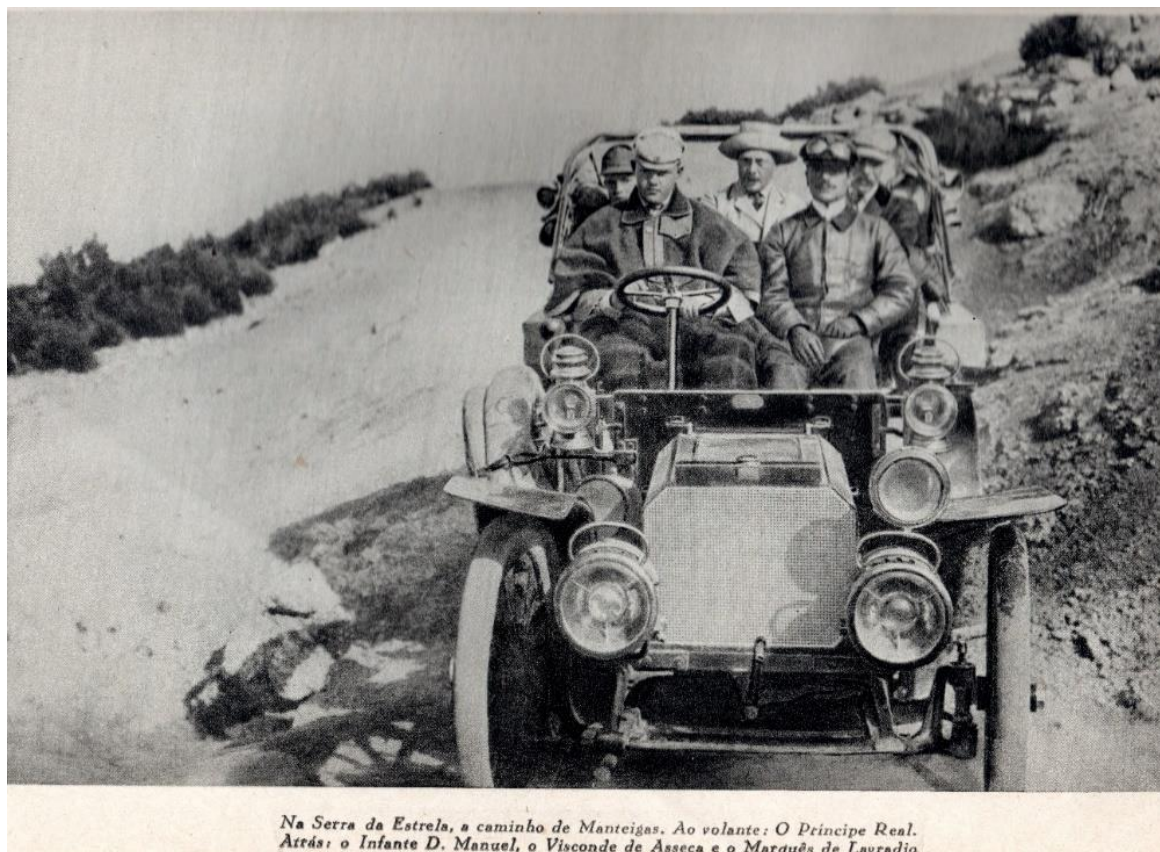


Figura: 2.5: D. Luís Filipe conduzindo a caminho da Serra da Estrela (Reprodução fotográfica).

Fonte: ALMEIDA, José Luíz de coord. – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa: Edições Ática, 1947, [S.p.].

Após o suicídio de Mouzinho de Albuquerque, foi nomeado para ocupar o lugar vago, não com o ofício de Aio, mas como Camarista do Rei ao Serviço dos Príncipes, o 8.º visconde de Asseca, António Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara, doutorado em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade de Lovaina<sup>311</sup>.

Dos vários professores, destacou-se Franz Kerausch pela importância institucional, temporal e até afetiva<sup>312</sup>. Desde 1899, manteve-se como perceptor

---

<sup>311</sup> MONGE, Maria de Jesus coord. – *Op. Cit.*, p. 20; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 50-52.

<sup>312</sup> São várias as demonstrações de afeto para com Franz Kerausch. A título de exemplo indica-se a carta para D. Manuel, onde depois de relatar o terrível atentado ocorrido durante o casamento

(desempenhou iguais funções com o infante D. Manuel). Para lá deste cargo, foi também professor de Latim e de Língua, Literatura e História alemã e acompanhou-o na viagem pelo Mediterrâneo<sup>313</sup> em 1903. Sempre fiel à Família Real, seguiu com eles para o exílio em 1910<sup>314</sup>.

As informações que nos foram possíveis apurar sobre o seu percurso educativo são algo escassas e esparsas, nomeadamente os períodos de lecionação ou as avaliações. Mesmo assim, são por demais as evidências do seu gosto pela aprendizagem e pelo domínio de várias matérias, demonstrando, no entanto, uma predileção tanto pelas ciências como pelas atividades de exercício físico<sup>315</sup>.

Júlio de Castilho, diz-nos que era

“(…) cultíssimo, apesar dos seus poucos anos, senhor da História Pátria, da Geografia, do Desenho, da Matemática, etc., falava como um nacional o francês, o inglês, o alemão, além de peritíssimo no jogo das armas [e] na equitação (...)”<sup>316</sup>.

Outro dos seus professores, Oliveira Ramos, refere-se ao príncipe como alguém com uma inteligência “(...) mais firme e precisa do que brilhante, tinha talvez mais de germânica do que de meridional. Era se assim posso dizer-lo, muito objetiva e pouco propensa às abstrações.”<sup>317</sup> e que era amante de literatura, música e de pintura. Quanto à literatura, inclinava-se para o Realismo de João de Deus, de Antero de Quental ou de Eça de Queirós; na música, tinha uma predileção por Beethoven, Chopin e principalmente por Wagner e o seu lado artístico, para além de admirador de Holbein, Rembrandt, Rubens e Ticiano, era também ele próprio um fazedor, gostando de “(...) vagabundear com o lápis sobre o papel, comprazendo-se em pequeninas marinhas, *silhouettes* de navios de guerra, ou

---

do rei Afonso XII, não se esquece do seu percetor: “Um abraço apertado e recados ao Kerausch”. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel...* Op. Cit., n.º 5.

<sup>313</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo e Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>314</sup> PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, pp. 18 e 121; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>315</sup> LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>316</sup> CAVALHEIRO, António Rodrigues – *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>317</sup> *Idem*, p. 50.

perfis dos nossos barcos populares, que conhecia na sua infinita variedade.”<sup>318</sup>, chegando até nós alguns desses desenhos (cf. Figura: 2.6)<sup>319</sup>.



Figura: 2.6: barco da autoria de D. Luís Filipe, assinado com as iniciais L.(uís) de B.(ragança) (Desenho).

Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Professor Tomás de Mello Breyner, cx. 14, doc. 2378 (PT/TT/TMB/02397).

#### 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo

Mimetizando o que já haviam feito o seu avô, o rei D. Luís, e o seu pai, o rei D. Carlos, também o príncipe real completou a sua educação formal com uma viagem ao estilo do *Grand Tour* pelo Mediterrâneo<sup>320</sup>.

---

<sup>318</sup> CAVALHEIRO, António Rodrigues – *Op. Cit.*, pp. 48 e 50.

<sup>319</sup> Também estas *silhouettes* de navios são visíveis em algumas capas dos cadernos escolares que se encontram no Arquivo Histórico da Casa de Bragança e ainda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sobre o tema veja-se Anexo V – Desenho de D. Luís Filipe retratando um navio de guerra.

<sup>320</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo.

Entre 26 de fevereiro e 11 de maio de 1903, partiram a bordo do iate *D. Amélia* o príncipe real D. Luís Filipe, a rainha D. Amélia e o infante D. Manuel, para além da comitiva que os acompanhavam, atracando e visitando vários portos no norte de África e no sul da Europa.

Partindo de Lisboa, visitaram na Península Ibérica as cidades de Cádiz, Gibraltar, Algeciras; percorrendo a costa africana passearam por Oran, Tlemcen, Argel e Túnis; passando pela ilha de Malta, regressaram novamente a África, para a passagem obrigatória pelo Egito, onde puderam contactar presencialmente com alguns dos seus mais famosos monumentos, visitando as cidades do Cairo, Luxor e Port Said; seguindo para norte, chegaram à Península Itálica, aportando em Palermo, Monreale, Nápoles, Capri, Pompeia e Livorno; de caminho novamente a Lisboa, passaram ainda pelo Sul de França, fundeando nas cidades de Menton, Mónaco, Nice e Cannes.

A realização desta viagem cumpriu diversos propósitos: proporcionar um período de descanso à rainha, rever e estreitar os laços familiares com a família materna, introduzir os príncipes nos círculos políticos internacionais, e por último, proporcionar-lhes o contacto com monumentos, civilizações, usos e costumes diferentes.

#### **2.5 Um príncipe socialmente presente**

O levantamento e a compilação das atividades do príncipe revelaram-se algo complicado de filtrar, na medida em que a mesma atividade poderia ser encaixada em diferentes tipologias. A participação em eventos ou a sua presença no espaço público, mesmo uma simples aparição quotidiana e que não acarretasse outra intenção do que apenas estar, era, mesmo de maneira involuntária, uma forma de promoção pessoal e dinástica.

Ao longo dos anos, com especial enfoque depois de realizado o Juramento perante as cortes em 1901, o príncipe real D. Luís Filipe foi sendo introduzido progressivamente em eventos de cariz diverso, o que lhe possibilitou o contacto pessoal com políticos, com chefes militares ou com o povo anónimo. Este convívio permitiu-lhe uma identificação ao regime como o legítimo herdeiro, a criação de um

círculo social e mediático através dos meios de comunicação<sup>321</sup>, tornando-se deste modo num ícone cada vez mais familiar, numa sociedade que paulatinamente se ia alfabetizando.

Nos anos que medeiam 1901 e 1908, foram frequentes as aparições, tanto do príncipe como de elementos da Família Real, em acontecimentos públicos de índole diversa (cf. Tabela: 2.2):

- Religiosos: tanto podiam ser um trivial e despreocupado passeio que os dois irmãos davam entre a população de Sintra durante o arraial popular das festas de Santa Eufémia<sup>322</sup>, como a comparência nas sempre solenes procissões do Senhor dos Passos da Graça (cf. Figura: 2.7) ou do Corpo de Deus<sup>323</sup>, na qual participavam todos os dignatários governamentais e camarários;

---

<sup>321</sup> Este acompanhamento foi, em grande parte, o resultado dos novos meios de comunicação e de técnicas de registo e reprodução, como por exemplo, a publicação de fotografias, a edição de postais e até o uso da sua imagem em material publicitário. Cf. Anexo III – D. Luís Filipe por altura do seu reconhecimento como príncipe real; Anexo VI – Reportagem sobre a viagem pelo Mediterrâneo; Anexo VII – Postal da série Collection Félix Potin; Anexo VIII – D. Luís Filipe retratado, numa sessão fotográfica, como um gentleman; Anexo IX – Ilustração publicitária ao chocolate *Guérin-Boutron*; Anexo X – Os retratos do príncipe real e do rei usado em cintas dos charutos (vitofilia); Anexo XI – Calendário semanal com as fotografias dos membros da Família Real (incompleto); Anexo XII – Composição fúnebre alusiva às vítimas do regicídio e Anexo XIII – Cortejo fúnebre dirigindo-se para o Mosteiro de São Vicente de Fora.

<sup>322</sup> BRAGA, Alberto – O Verão em Cintra. *Brasil-Portugal...Op. Cit.*. Ano 6, n.º 134, (ago. de 1904), pp. 594-598.

<sup>323</sup> CARVALHO, Pinto de – A procissão do Corpo de Deus. *Brasil-Portugal...Op. Cit.*. Ano 9, n.º 202, (jun. de 1907), pp. 147-149.



Figura: 2.7: chegada do rei, da rainha e do príncipe real à igreja de São Roque (Fotografia).

Fonte: coleção do autor.

- Cívicos: a participação nestes eventos era uma das principais formas de ligação da monarquia ao país. Como exemplo, indicam-se a sua presença em inaugurações<sup>324</sup>, em festas escolares (cf. Figura: 2.8)<sup>325</sup> ou em exposições agrícolas<sup>326</sup>.

---

<sup>324</sup> Uma festa escolar. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 130, (16 de jun. de 1904), pp. 532-533.

<sup>325</sup> ALBERTO, Caetano – A festa das escolas. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXX, n.º 1038, (out. de 1907), pp. 234-235.

<sup>326</sup> S. A. R. o príncipe D. Luiz Filipe assistindo ao desfile do gado no pavilhão da real tapada d' Ajuda em 17 de maio. *Ilustração Portuguesa*. Ano 2, n.º 81, (mai. de 1905), p. 449.



Figura: 2.8: O príncipe real presidindo à festa escolar de 1907. Reconhece-se ainda o presidente do Conselho, João Franco (1.<sup>a</sup> pessoa à esquerda do príncipe) (Bilhete postal).

Fonte: coleção do autor.

Outra componente cívica, muito do agrado do regime, foram os convites endereçados para a presidência honorária de diversas instituições<sup>327</sup>(cf. Figura: 2.9);

---

<sup>327</sup> Sociedade “Propaganda de Portugal”. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 8, n.º 174, (abr. de 1906), pp. 89. Sobre o tema cf. Anexo XIV – O príncipe real D. Luís Filipe usando a farda dos Pupilos do Exército.



Figura: 2.9: A Família Real com o príncipe real envergando a farda do Real Colégio Militar (Bilhete postal).

Fonte: coleção do autor.

- Lúdico: incluem-se atividades como a vilegiatura<sup>328</sup>, caça<sup>329</sup>, a participação em eventos automobilísticos<sup>330</sup> ou a publicação de fotografias da sua autoria<sup>331</sup>.

<sup>328</sup> A praia de Cascaes. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XXV, n.º 852, (ago. de 1902), p. 188.

<sup>329</sup> Suas magestades em Vila Viçosa. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 102, (fev. de 1908), p. 156-160.

<sup>330</sup> As corridas de Vallada em 16 de março. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 5, (mar. de 1906), p. 136.

<sup>331</sup> O coronel Ben-Daoud na Pena. *Boletim photographico...* Op. Cit.. Ano 6, n.º 61, (jan. de 1905), p. 7. Sobre o tema cf. Anexo XV – Fotografia tirada por D. Luís Filipe ao coronel Ben Daoud.

Tabela: 2.2: atividades religiosas, cívicas e lúdicas.

Índole	Data	Atividade
Religioso	1904	Participação na procissão da Quinta-Feira Santa <sup>332</sup> .
		Passeio pelo arraial de Santa Eufémia na serra de Sintra <sup>333</sup> .
	1906	Participação na procissão do Senhor dos Passos da Graça <sup>334</sup>
	1907	Participação na procissão de Ramos no Palácio das Necessidades <sup>335</sup> .
Cívico <sup>336</sup>	1901	Nomeado comandante honorário do batalhão do Real Colégio Militar <sup>337</sup> .
	1902	Participação na inauguração do monumento a Afonso de Albuquerque <sup>338</sup> .
	1904	Participação na inauguração do pavilhão da escola académica <sup>339</sup> .
	1905	Participação na inauguração do Centro Nacional de Esgrima <sup>340</sup> .
		Nomeado comandante honorário do batalhão do Real Colégio Militar <sup>341</sup> .
		Presença na exposição máquinas, produtos industriais <sup>342</sup> e de gado <sup>343</sup> .

<sup>332</sup> S. M. a rainha senhora D. Amélia com SS. AA. visitando as igrejas em Quinta-feira Santa. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 23, (abr. de 1904), pp. 360-361.

<sup>333</sup> As festas a santa Eufémia na serra de Sintra. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 41, (ago. de 1904), p. 646.

<sup>334</sup> A procissão dos Passos da Graça. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXIX, n.º 980, (mar. de 1906), p. 61.

<sup>335</sup> A procissão de Ramos nas Necessidades. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 58, (abr. de 1907), p. 390.

<sup>336</sup> Embora não esteja abrangido pela baliza temporal, indica-se que desde 1897 era presidente honorário do Albergue das Crianças Abandonadas. CUNHA, Alfredo da – Albergue das Crianças Abandonadas. *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*. Ano 2, n.º 58, (mai. de 1897), pp. 94-96.

<sup>337</sup> Sua Alteza o Príncipe Real. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 3, n.º 63, (set. de 1901), p. 233.

<sup>338</sup> Inauguração do monumento a Afonso d'Albuquerque. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXV, n.º 856, (out. de 1902), p. 219.

<sup>339</sup> O pavilhão da escola académica. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVII, n.º 916, (jun. de 1904), p. 124.

<sup>340</sup> A inauguração do Centro Nacional de Esgrima. *Ilustração Portuguesa*. Ano 2, n.º 67, (fev. de 1905), p. 229.

<sup>341</sup> SANTOS, João Correia dos Santos – Real Collegio Militar. *Ilustração Portuguesa*. Ano 2, n.º 69, (fev. de 1905), pp. 262-263.

<sup>342</sup> OLIVEIRA, J. A. Macedo d' – Congresso de leitaria, olivicultura e industria dos azeites. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 950, (mai. de 1905), pp. 106-108.

<sup>343</sup> Exposição na tapada da Ajuda. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 952, (jun. de 1905), p. 123.

## D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

Índole	Data	Atividade
Cívico	1906	Presença no concurso hípico na Ajuda <sup>344</sup> .
		Nomeado presidente honorário do Asilo-oficina de Santo António de Lisboa <sup>345</sup> .
		Participação na exposição de equídeos <sup>346</sup> .
		Participação na festa escolar e entrega de prémios aos alunos <sup>347</sup> .
Lúdico	1902	Vilegiatura real em Cascais <sup>348</sup> .
	1904	Participações em diversos torneios de tiro aos pombos <sup>349</sup> .
		Entrega de prémio de rally-paper <sup>350</sup> .
	1905	Presença no velódromo <sup>351</sup> .
		Publicação de fotografia da sua autoria <sup>352</sup> .
	1902	Vilegiatura real em Cascais <sup>353</sup> .
	1904	Participações em diversos torneios de tiro aos pombos <sup>354</sup> .

<sup>344</sup> Concurso hyppico na tapada d`Ajuda. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 19, (jul. de 1906), p. 606.

<sup>345</sup> PHIM, Costa Goodoi – Asylo Officina Santo Antonio de Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 952, (jun. de 1905), pp. 125-126.

<sup>346</sup> Exposição de solípedes. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 8, n.º 178, (jun. de 1906), p. 158.

<sup>347</sup> ALBERTO, Caetano – A festa escolar. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXIX, n.º 1001, (out. de 1906), pp. 226-229; A festa dos bebés. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 9, n.º 211, (nov. de 1907), p. 295.

<sup>348</sup> Um aspecto da praia de Cascaes: hora do banho de S. A. R. o senhor D. Luiz Filippe. *Ilustração Portuguesa*. Ano I, n.º 48, (out. de 1904), pp. 755 e 765.

<sup>349</sup> O concurso de tiro aos pombos. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 26, (mai. de 1904), p. 402; Tiros aos pombos – tres taças. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 9, n.º 200, (mai. de 1907), p. 124; Tiro aos pombos na tapada da Ajuda. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 127, (mai. de 1904), pp. 484 e 491.

<sup>350</sup> Corridas de «Rally-paper» em Cintra. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVII, n.º 922, (ago. de 1904), pp. 171-172.

<sup>351</sup> O velodromo da Palhavã. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 957, (jul. de 1905), pp. 161-162.

<sup>352</sup> O coronel Ben-Daoud na Pena. *Boletim photographico... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 61, (jan. de 1905), p. 7.

<sup>353</sup> Um aspecto da praia de Cascaes: hora do banho de S. A. R. o senhor D. Luiz Filippe. *Ilustração Portuguesa*. Ano I, n.º 48, (out. de 1904), pp. 755 e 765.

<sup>354</sup> O concurso de tiro aos pombos. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 26, (mai. de 1904), p. 402; Tiros aos pombos – tres taças. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 9, n.º 200, (mai. de 1907), p. 124; Tiro aos pombos na tapada da Ajuda. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 127, (mai. de 1904), pp. 484 e 491.

Índole	Data	Atividade
Lúdico	1906	Vilegiatura em Sintra <sup>355</sup> .
		Vilegiatura em Cascais <sup>356</sup> .
		Na caça em Vila Viçosa <sup>357</sup> .
		Presença em tourada <sup>358</sup> .
		Presença em festa desportiva <sup>359</sup> .
	1907	Participação no torneio de tiro aos pombos <sup>360</sup> .

Fonte: tabela do autor.

A componente militar foi outra das áreas mais importantes e visíveis da vida quotidiana do príncipe. Como militar que era, e comandante das forças armadas que seria, não foi de estranhar a sua presença nos meios militares (cf. Tabela: 2.3 e Figura: 2.10) nomeadamente nas manobras de Outono<sup>361</sup> ou na observação de exercícios no terreno<sup>362</sup>.

<sup>355</sup> Cintra: Vilegiatura da nobreza. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 31, (set. de 1906), pp. 239-252.

<sup>356</sup> VASCONCELLOS, Henrique de – Cascaes: praia da corte. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 35, (out. de 1906), pp. 364-372.

<sup>357</sup> S.A. o príncipe real caçando em Villa Viçosa. *Boletim photographico... Op. Cit.*. Ano 7, n.º 73, (jan. de 1906), p. 7.

<sup>358</sup> Tourada em Cintra. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 8, n.º 182, (ago. de 1906), pp. 220-222.

<sup>359</sup> No velodromo: concurso de sports athleticos. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 8, n.º 190, (dez. de 1906), p. 345.

<sup>360</sup> Torneio de tiro aos pombos: Tacas Eduardo VII e Affonso XIII. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 63, (mai. de 1907), pp. 553-555.

<sup>361</sup> As manobras militares do Outomno. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXV, n.º 854, (set. de 1902), p. 202.

<sup>362</sup> S.A.R. o príncipe D. Luiz Filippe no exercicio da cavallaria no hipódromo. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 31, (jun. de 1904), p. 481 e 486.

Tabela: 2.3: atividades militares.

Índole	Data	Atividade
Militar	1900	Observação de manobras e de exercícios <sup>363</sup> .
	1901	Observação de manobras e de exercícios <sup>364</sup> .
	1902	Revista à esquadra inglesa no Tejo <sup>365</sup> .
	1904	Observação de manobras e de exercícios <sup>366</sup> .
	1904	Festejo natalício do batalhão de Infantaria 18 <sup>367</sup> .
	1905	Exercícios militares no hipódromo <sup>368</sup> .
	1907	Juramento de bandeira <sup>369</sup> .
		Entrega das novas viaturas para o exército <sup>370</sup> .
		Receção a Alves Roçadas <sup>371</sup> .
		Revista às tropas <sup>372</sup> .
Escolta dos reis na abertura das cortes <sup>373</sup> .		

Fonte: tabela do autor.

<sup>363</sup> Manobras de Outomno. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 2, n.º 42, (out. de 1900), pp. 282-284.

<sup>364</sup> Manobras de Outomno. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 3, n.º 65, (out. de 1901), pp. 259-261.

<sup>365</sup> A esquadra inglesa do canal, no Tejo. *O Occidente....* Ano XXV, n.º 861, (nov. de 1902), p. 2.

<sup>366</sup> Os exercicios na escola pratica de cavallaria. *Ilustração Portuguesa*. Ano I, n.º 44, (set. de 1904), p. 694; Manobras militares no Bussaco. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 45 (set. de 1904), p. 709; As manobras militares no Bussaco. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVII, n.º 925, (set. de 1904), pp. 195-197; Manobras militares no Bussaco. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 136, (set. de 1904), pp. 628-630.

<sup>367</sup> Os festejos de Infantaria 18. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 125, (abr. de 1904), p. 452.

<sup>368</sup> Cf. Figura: 2.10: D. Luís Filipe e alguns oficiais em observação de exercícios militares no hipódromo (Fotografia).

<sup>369</sup> A cerimonia militar no hyppodromo. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 9, n.º 193, (fev. de 1907), pp. 3-4.

<sup>370</sup> As novas viaturas para o exercito. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXX, n.º 1041, (nov. de 1907), pp. 259-260 e 262.

<sup>371</sup> ALBERTO, Caetano – Chronica Occidental. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXX, n.º 1043, (dez. de 1907), pp. 273-274.

<sup>372</sup> Revista de cavalaria em Belem em 29 de maio. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. 9, n.º 202 (jun. de 1907), p. 160.

<sup>373</sup> Abertura do parlamento. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXX, n.º 1009, (jan. de 1907), p. 4.



Figura: 2.10: D. Luís Filipe e alguns oficiais em observação de exercícios militares no hipódromo (Fotografia).

Fonte: coleção do autor.

## 2.6 Funções e atividades políticas

Limitado pelo tempo, o seu percurso político foi, ainda que brevemente, marcado por alguns acontecimentos relevantes, nos quais se denotou uma preocupação com a sua preparação institucional. Estas ocorrências são balizadas entre os anos de 1901 e 1907, evidenciando-se as deslocações ao Reino Unido e a Espanha enquanto representante do monarca, as viagens terrestres e marítimas, a receção a personalidades políticas internacionais, a participação em eventos institucionais ou os períodos de regência.

2.6.1 Um início auspicioso (1901-1903)

Atingidos os 14 anos de idade e feito o Juramento da Constituição, o príncipe real e herdeiro presuntivo da coroa, D. Luís Filipe, iniciou a sua vida política plena. O primeiro grande evento de cariz político e dinástico, como anteriormente se abordou, foi a viagem ao Porto e norte no ano de 1901, acompanhado pelo perceptor Franz Kerausch e pelo aio Mouzinho de Albuquerque<sup>374</sup>.

Quanto à sua estreia nos meandros da vida política internacional, ocorreu no ano de 1902. No dia 19 de junho zarparam de Lisboa com destino a Londres os cruzadores D. Carlos e D. Amélia. A bordo do primeiro navio seguiu o príncipe real e a sua comitiva, composta pelo visconde de Asseca (camarista), pelo conde de Arnosos (secretário) e pelo seu perceptor-militar, o tenente-coronel António Costa (ajudante). O objetivo da viagem foi o de representar “(...) o Augusto Chefe de Estado nas festas [de entronização] de Eduardo VII (...)”<sup>375</sup>, coroação essa, que acabou por não se realizar devido a motivos de saúde do novo soberano<sup>376</sup>. Alvo de deferências pela corte inglesa, foi agraciado com a mais alta condecoração inglesa, a Ordem da Jarreta, regressando a Lisboa no dia 2 de julho, acabando por ser o marquês do Soveral a representar Portugal e o monarca lusitano na cerimónia de coroação do rei britânico<sup>377</sup>.

Apesar deste batismo político em Terras de Sua Majestade, a regência do reino exigia outro nível de preparação política e, como veremos mais à frente, de experiência para os jogos de bastidores e influências, levando a que D. Amélia ficasse como regente, entre outubro e dezembro de 1902, devido a uma deslocação de D. Carlos ao Reino Unido e a França<sup>378</sup>.

---

<sup>374</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.2 O regresso a um lugar feliz: Porto e Norte.

<sup>375</sup> A missão portuguesa. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 4, n.º 83, (jul. de 1902), p. 558.

<sup>376</sup> Sobre o tema cf. Anexo XVI – Assinatura (em livro de presenças?) na coroação de Eduardo VII e Anexo XVII – Lista de convidados presentes na coroação de Eduardo VII (excerto).

<sup>377</sup> CÂMARA, João da – Chronica occidental. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXV, n.º 847 (jul. de 1902), p. 147; A missão portuguesa. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 4, n.º 83, (jul. de 1902), p. 555; MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado*. Estoril: Oficinas do ABC, 1926 [i.e. 1927], p. 421; BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um monárquico 1905-1907... Op. Cit.*, pp. 56-57.

<sup>378</sup> CÂMARA, João da – Chronica occidental. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXV, n.º 857, (out. de 1902), p. 225.

### 2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905)

O período compreendido entre 1903 e 1905, colocou Portugal no mapa da política europeia. Se parte desse destaque se deveu a fatores exógenos, em resultado das tensões que se verificavam principalmente entre a Alemanha e o Reino Unido, não devemos depreciar o hábil papel desempenhado por D. Carlos, no então periclitante equilíbrio diplomático. O resultado foi a vinda a Lisboa dos principais chefes de Estado (mas também a retribuição de visitas feitas por D. Carlos), permitindo ao jovem príncipe vislumbrar o jogo político, embora tenha desempenhando, como não poderia deixar de ser, um papel secundário.

Já no fim de 1903, entre 10 e 17 de dezembro, visitou Portugal, o rei de Espanha, Afonso XIII. A presença do príncipe real na comitiva de acolhimento foi um elemento que atestou da sua importância e do seu papel ascendente. Juntamente com o rei D. Carlos esperou-o na estação, acompanhando-os no mesmo coche no cortejo que percorreu Lisboa. Nos dias seguintes, Afonso XIII, sempre acompanhado pelo rei D. Carlos e pelo príncipe D. Luís Filipe, visitaram o museu da Artilharia<sup>379</sup>, o castelo de São Jorge e participaram num baile que se realizou no Palácio da Ajuda. A convite do rei espanhol, almoçou no couraçado Carlos V toda a Família Real, com exceção dos infantes D. Afonso e D. Manuel. Seguindo para Vila Viçosa (cf. Figura: 2.11), na manhã do dia 14, deixam para trás as etiquetas cortesãs, imbuindo-se no ambiente rural e venatório dessa localidade, tão caro à realeza lusitana. Despedindo-se afetuosamente dos anfitriões, Afonso XIII seguiu em direção à fronteira, no dia 17<sup>380</sup>.

---

<sup>379</sup> Cf. Anexo XVIII – D. Carlos com vários oficiais à entrada do museu de Artilharia esperando a chegada de Afonso XIII.

<sup>380</sup> Visita de S.M. D. Afonso XIII a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVI, n.º 900, (dez. de 1903), p. 286.



Figura: 2.11: comitiva que tomou parte na caçada real (Reprodução fotográfica).

Fonte: *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1903, n.º 900, p. 281.

Em retribuição à viagem oficial realizada no ano anterior por Eduardo VII<sup>381</sup>, partiram, em novembro de 1904, para o Reino Unido, o rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, tendo sido esta a última vez que a regência do reino não foi assumida por D. Luís Filipe, mas pela sua avó a rainha D. Maria Pia<sup>382</sup>. Na viagem de regresso, os soberanos portugueses foram recebidos também pelo presidente da república francesa Émile Loubet, que mais haveria de visitar Lisboa em 1905<sup>383</sup>. Nesse ano,

---

<sup>381</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

<sup>382</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. Sessão n.º 255 (12/11/1904), p. 3997. [Consult. 09/11/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1904&mes=11&tipo=a-diario&filename=1904/11/12/D\\_0255\\_1904-11-12&pag=17&txt=regente](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1904&mes=11&tipo=a-diario&filename=1904/11/12/D_0255_1904-11-12&pag=17&txt=regente)>; RODRIGUES, António Simões coord.– *Op. Cit.*, p. 253.

<sup>383</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

para além dele, aportaram na capital portuguesa a rainha Alexandra do Reino Unido (acompanhada pela filha, a princesa Maud, e pelo genro, o príncipe Carlos) e o imperador Guilherme II da Alemanha<sup>384</sup>.

A primeira destas visitas decorreu entre os dias 22 a 25 de março, podendo ser classificada de familiar e/ou lúdica e não tendo, deste modo, o peso institucional das demais. Aliás, o príncipe D. Luís Filipe fez sobretudo companhia ao príncipe Carlos da Dinamarca<sup>385</sup>.

Ao contrário da “fraternal” visita de Afonso XIII<sup>386</sup>, na qual D. Luís Filipe desempenhou um papel principal, na receção a Guilherme II a postura e o contacto foram outros. Não sendo propriamente um adversário, o império alemão e os ideais expansionistas e belicistas do seu imperador, chocavam com a posição pró-britânica de D. Carlos. Com exceção da receção feita ainda a bordo do *Hamburg* e do elogio ao corretíssimo alemão falado pelo príncipe real, foram poucos os momentos de ligação pública entre D. Luís Filipe e o imperador<sup>387</sup>. Registou-se, ainda, a particularidade de o príncipe real não seguir no coche onde iam o anfitrião e o visitante. Como referiu Tomás de Mello Breyner no seu diário, esta visita não teve o carinho popular com que foram brindados os reis do Reino Unido<sup>388</sup>.

De cariz menos geopolítico e mais científico foi a visita a Portugal de Alberto, príncipe do Mónaco. A bordo do seu iate *Princess Alice*, o príncipe monegasco atracou no porto de Lisboa, em trânsito para os Açores, para mais uma campanha científica. Companheiro e, até certo ponto iniciador e tutor de D. Carlos quanto aos assuntos e pesquisas marítimas, nomeadamente no âmbito da oceanografia, aproveitou a curta estadia para se encontrar com a Família Real e algumas figuras políticas, como o presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro e o ministro dos Negócios Estrangeiros Wenceslau de Lima visitando, ainda, a convite da

---

<sup>384</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 362; RODRIGUES, António Simões coord.– *Op. Cit.*, pp. 253-254. Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

<sup>385</sup> Visita da rainha Alexandra. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XVIII, n.º 945, (mar. de 1905), pp. 66-68.

<sup>386</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

<sup>387</sup> LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>388</sup> BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um monárquico 1905-1907... Op. Cit.*, p. 44.

rainha, o Palácio da Pena. No dia 24 de julho partiu rumo às Canárias tendo como destino o arquipélago açoriano<sup>389</sup>.

Entre os dias 27 e 29 de outubro, visitou Portugal o presidente da república francesa Émile Loubet. Apesar do potencial mal-estar provocado pela presença de um chefe de Estado republicano e do conseqüente exílio a que se viu forçada a família de D. Amélia, não se verificaram constrangimentos de maior, com exceção de uns “Vivas!” gritados por republicanos locais. À sua espera, na estação do Rossio, estavam o rei e o príncipe real, seguindo os três no mesmo coche. No mais, cumpriu-se o programa do estilo: discursos laudatórios, jantar de gala e visita a Sintra<sup>390</sup> e ao mosteiro do Jerónimos, destacando-se na imprensa da época a participação de D. Luís Filipe em todas as cerimónias públicas. No dia 29, o presidente Loubet acompanhado pela Família Real (cf. Figura: 2.12) e demais dignatários, dirigiu-se para o cais das colunas onde embarcou no cruzador *Léon Gambetta* findando a visita a Portugal<sup>391</sup>.

---

<sup>389</sup> CÂMARA, João da – *Chronica Occidental. O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVII, n.º 921, (30 de jul. de 1904), p. 162; As expedições oceanographicas de S.A.R. o senhor principe do Monaco. *Ilustração Portuguesa*. Ano 1, n.º 39, (ago. de 1904), pp. 614-617; As nossas gravuras. *Brasil-Portugal... Op. Cit.*. Ano 6, n.º 133, (ago. de 1904), p. 579.

<sup>390</sup> Sobre o tema cf. Figura: 4.6: a Família Real e o presidente francês Loubet em Sintra (Bilhete postal).

<sup>391</sup> *Chronica Occidental. O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 966, (out. de 1905), pp. 233-238; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1905, vol. XXVIII, n.º 967, pp. 241-243.



Figura: 2.12: partida do presidente da França Émile Loubet<sup>392</sup> (Fotografia).

Fonte: arquivo do autor.

### 2.6.3 Amores e desamores de um príncipe (1905)

Se a essência do regime monárquico é a continuação dinástica, não deixamos de registar a nossa estranheza pela ausência deste tópico nos estudos biográficos do príncipe real D. Luís Filipe.

Para além das relações pueris sem qualquer relevância, interesse e registo que eventualmente puderam ter acontecido em Mafra ou Cascais, três delas chegaram até ao nosso conhecimento. Se nos dois primeiros relacionamentos foi palpável a ânsia desenfreada e própria da juventude, na qual o príncipe se pôde remeter para um papel de plebeu, a quem o nascimento não impediu de se

---

<sup>392</sup> Em segundo plano, a rainha D. Amélia e o presidente da França Émile Loubet seguidos pelo rei D. Carlos. Num plano posterior, entre a rainha e o presidente, e usando o icónico capacete de Lanceiros Chapska, seguia D. Luís Filipe.

relacionar livremente, no último dos relacionamentos teve, por inerência do berço, de se manter no elevado pedestal real.

O primeiro episódio amoroso, se assim o podemos classificar, já que foi apenas unidirecional, apareceu-nos em forma de epístola, diga-se, bastante singular, proveniente da América, mais concretamente da Califórnia. Nela, uma jovem de seu nome Madeleine de Courcey declarou-se ao príncipe D. Luís Filipe, informando-o que vira uma fotografia sua numa revista e imediatamente ali se quedou apaixonada. Como não podia deixar de ser, tinha sangue azul e logo português, perdendo-se, no entanto, nas brumas da História, a informação sobre a Casa dos seus ancestrais lusitanos! Estando de momento recolhida num convento, encontrou maneira de expedir a carta e, num futuro, dependendo da resposta do príncipe, também ela encontraria forma de vir para os braços do seu amado. De forma sub-reptícia, para não deixar extinguir o ardor, disse-lhe que teria todo o gosto em lhe enviar uma fotografia numa próxima correspondência, missiva essa que a ter existido, não foi por nós localizada<sup>393</sup>.

O segundo episódio, apareceu no jornal “O Notícias Ilustrado” no ano de 1932, onde se dava conta do caso amoroso entre D. Luís Filipe e Margarida de \*\*\*<sup>394</sup>. No referido artigo, fez-se referência aos encontros entre os dois, que tiveram lugar no Jardim Botânico da escola Politécnica onde o príncipe tinha as suas aulas de química, como se comprova num bilhete dirigido a Guida, dizendo-lhe que “Vou hoje às 3. Saio pela porta da Botânica. O conselheiro não me acompanha”<sup>395</sup>. Embora sem estarem datados, estes escritos podem situar-se entre os anos de 1904 e 1905. Segundo se descreveu no artigo, a família da “namorada” ao descobrir a relação (que terá sido mais platónica do que carnal), enviou-a para a França, rematando ali a mesma<sup>396</sup>.

É deveras estranho que tendo sido analisada e reanalisada a figura diplomática (as visitas que realizou ao estrangeiro e os chefes de Estado e de governo que

---

<sup>393</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – Correspondência para Luís Filipe, NNG 3713/4, fls. 20-23.

<sup>394</sup> No artigo o apelido não foi revelado aparecendo no seu lugar três asteriscos tal como se indica neste texto.

<sup>395</sup> O repórter mistério - O único amor do príncipe real. *O Notícias Ilustrado*. Série II, n.º 193, (fev. de 1932), p. 22.

<sup>396</sup> *Idem*, pp. 21-22.

recebeu) e política (a percepção da caducidade do Rotativismo e a nomeação de João Franco para juntamente consigo poderem reconfigurar o sistema político) de D. Carlos, nunca se tenham colocado em evidência as medidas que permitissem a continuidade da dinastia e as formas de alcançar este desígnio, operadas na figura do príncipe real D. Luís Filipe.

Analisando a Tabela 2.4, rapidamente se concluiu que desde a Restauração e, salvo raras exceções, a continuidade sanguínea dos Braganças foi sempre algo periclitante já que foram poucos os primogénitos que efetivamente reinaram, tomando até proporções quase catastróficas aquando da aclamação de D. Luís.

Tabela: 2.4: monarcas e príncipes reais da 4.<sup>a</sup> dinastia.

Rei/Rainha	Primogénito	Idade de falecimento	Secundogénito
D. João IV	Teodósio	19	Afonso
D. Afonso VI*	-----	-----	-----
D. Pedro II	João	18 dias	João
D. João V	Pedro	2	José
D. José I	Maria	-----	-----
D. Maria I	José	27	João
D. João VI	Francisco	6	Pedro
D. Miguel	-----	-----	-----
D. Pedro IV	Maria	-----	-----
D. Maria II	Pedro	-----	Luís
D. Pedro V	-----	24	-----
D. Luís	Carlos	-----	Afonso
D. Carlos	Luís Filipe	18	Manuel
D. Manuel II	-----	-----	-----

	Filho primogénito que foi rei/rainha		Filho primogénito que não foi rei
	Filho secundogénito que foi rei		Filho secundogénito que não foi rei
	Filho Não – Primogénito e Não – secundogénito que foi rei		

\* Deposto pelo irmão.

Fonte: tabela do autor.

Se o casamento real era um assunto estatal da maior importância, no caso do príncipe D. Luís Filipe, ele adquiriu uma relevância ainda maior. Diríamos até que, para além da sobrevivência dinástica, estava em jogo a própria continuidade

do regime monárquico. Perante tal realidade e olhando para o espectro político europeu, quem poderia salvar a monarquia portuguesa em horas de tanta aflição interna e externa? Apenas a monarquia britânica tinha esse poder! E foram precisamente nessas águas que os soberanos portugueses foram “pescar”.

Ao observar a escolha e comparando-a com os casamentos dos predecessores algo de particular salta à vista: a crença religiosa das desposadas. Se na escolha das noivas de D. Luís e de D. Carlos, esse foi o motivo para que tais enlaces não se tivessem realizado<sup>397</sup>, porquê insistir-se agora numa fórmula que anteriormente havia falhado? Em grande medida, por necessidades e interesses mútuos e, residualmente, pela grande amizade das duas Casas reinantes.

Auscultando fatores internos, como a malparada e desprestigiante situação política, a sempre agonizante realidade financeira e económica, e as movimentações sociais empoladas por republicanos e anarquistas, verifica-se que este casamento se assomava como uma garantia para a estabilização e manutenção do trono, feita tanto através da pressão da diplomacia, como sobretudo pelo poder da armada britânica<sup>398</sup>. No plano externo, o Reino Unido apareceria como a garantia para a manutenção do território colonial face à Alemanha, e do metropolitano, em relação a Espanha e à Alemanha<sup>399</sup>.

Para o Reino Unido, esta ligação a Portugal apresentava uma significativa importância por 3 motivos: i) restabelecia e reforçava as ligações diplomáticas ao seu aliado natural depois das mesmas terem atingido o seu ponto mais baixo, em 1890, na sequência do *Ultimatum*; ii) na geopolítica, as colónias portuguesas serviam tanto de tampão como poderiam ser usadas como moeda de troca perante

---

<sup>397</sup> Num pedido feito por D. Luís à rainha D. Vitória para desposar uma das suas filhas, a decana monarca responde que tal não era possível devido à diferença de religiões. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 38. Tal como para D. Luís, também não foi fácil arranjar uma noiva para D. Carlos, sendo um dos obstáculos a diferença de religião. RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 46.

<sup>398</sup> MORAIS, Jorge – *Regicídio: a contagem decrescente – 100 anos 1908-2008*. Sintra: edições Zéfiro, 2007, p. 52; “Agora com a aliança inglesa é muito pior. Ainda outro dia dizia o José Luciano: – Podem vir os republicanos todos juntos, os de cá e os de Espanha, que não fazem nada. É da aliança que, se houver qualquer movimento, desembarcam tropas e defendem o rei”. BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. I. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.], p. 88.

<sup>399</sup> CASTRO, Luís Vieira de – *D. Carlos I (elementos de história diplomática)*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Editorial Império Limitada, 1941, pp. 150; 154-155; 158; 165 e 233-234. No caso alemão o temor assentava sob uma hipotética tomada do arquipélago ou alguma das ilhas dos Açores.

o avanço colonial germânico<sup>400</sup>, enquanto o território metropolitano era uma mais valia na nova política externa inglesa com a formação da *Entente Cordial* e, por fim, iii) era a possibilidade de colocar mais uma princesa num trono com todas as influências e benesses que daí pudessem advir<sup>401</sup>.

A estes fatores juntou-se ainda, embora de importância mais diminuta, mas carregada de simbolismo, a relação de proximidade entre os Saxe-Coburgo-Gotha ingleses e portugueses, que eram de longe os que mantinham uma maior relação de proximidades política e familiar com a Família Real portuguesa, em especial o rei Eduardo VII e a rainha Alexandra<sup>402</sup>.

Depois de analisados os prós e os objetivos que tanto Portugal como o Reino Unido almejavam, faltava apresentar a pretendente.

A escolha, recaiu sobre a filha mais nova dos duques de Connaught, a princesa Vitória Patrícia, que era cerca de um ano mais nova que o príncipe real D. Luís Filipe. O encontro entre D. Amélia, Luís Filipe e Manuel com os duques de Connaught que aconteceu em 1903 na ilha de Malta, durante um cruzeiro que os primeiros efetuavam pelo Mediterrâneo<sup>403</sup>, pôde ter sido o momento em que tal hipótese tenha sido levantada.

Os contactos entre as duas famílias estreitavam-se. Em novembro de 1904, os monarcas visitaram o Reino Unido. Oficialmente tratava-se de retribuir a visita feita anteriormente por Eduardo VII a Portugal, mas, oficiosamente, a viagem serviu para tratar do noivado de Luís Filipe com a princesa Vitória<sup>404</sup>. Apesar de todo o interesse, em especial da rainha, que os monarcas se fizessem acompanhar pelo

---

<sup>400</sup> Atente-se na assinatura dos secretos tratados Anglo-germânico de 30 de agosto de 1898 e de 13 de agosto de 1913, no qual o tema exclusivo incidiu sob a ocupação/repartição das colónias portuguesas pelos signatários.

<sup>401</sup> CASTRO, Luís Vieira de – *Op. Cit.*, pp. 174-175; 184-189 e 231-232.

<sup>402</sup> Visível através das várias visitas dos monarcas ingleses a Portugal e vice-versa. Muito elucidativo e de grande significado foi a fotografia tirada aquando do casamento da princesa Luísa de Orleães com Carlos de Bourbon, onde se notou a cumplicidade e a amizade transmitida pelas mãos dadas entre as rainhas Alexandra de Inglaterra e Amélia de Portugal. Uma reunião de soberanos da Europa no castélo de Windsor. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXX, n.º 1041, (nov. de 1907), p. 257.

<sup>403</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo e Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>404</sup> O autor refere a princesa Margarida, irmã mais velha. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, p. 112; sobre o tema cf. Anexo XIX – Retrato da princesa Margarida Vitória.

príncipe herdeiro, este não foi autorizado pelo presidente do Conselho Hintze Ribeiro a embarcar, gorando-se a hipótese de se conhecerem e conviverem pessoalmente<sup>405</sup>.

No ano seguinte, 1905, os duques, acompanhados das duas filhas, efetuaram uma visita a Lisboa, sendo a princesa Vitória Patrícia alvo de destaque na imprensa nacional e internacional<sup>406</sup>, referindo-se a ela como a eleita para contrair matrimónio com o herdeiro da coroa portuguesa. Ainda nesta visita e, sabendo-se do protocolo e das deferências que a composição de uma simples fotografia de grupo tinha, foi significativo que os dois se encontrem lado a lado<sup>407</sup> (cf. Figura: 2.13).

---

<sup>405</sup> RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 124.

<sup>406</sup> *Bendigo Advertiser* [em linha]. Bendigo, 1907, vol. LV, n.º 16265, p. 10. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/89859563?searchTerm=crown%20prince%20portugal>>; *The Advertiser* [em linha]. Adelaide, 1907, VOL. L, n.º 15260, p. 13, *Op. Cit.*

<sup>407</sup> A visita dos duques de Connaught. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 938, (jan. de 1905), pp. 10-11.



Figura: 2.13: visita dos duques de Connaught a Portugal<sup>408</sup> (Reprodução fotográfica).

Fonte: *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1905, vol. XXVIII, n.º 938, p. 12.

Esta ideia foi ainda corroborada na correspondência da legação portuguesa no Reino Unido, dando conta das notícias sobre o casamento publicadas em jornais ingleses<sup>409</sup> e, por uma anotação do infante D. Manuel deveras elucidativa: “Sábado. Dia da chegada dos Duques de Connaught e da linda noiva para S.A. o Príncipe Real”<sup>410</sup>. Não obstante estas evidências, a mais simbólica aconteceu durante o primeiro período de regência do jovem príncipe. Numa curta missiva, remetida de Londres pelo marquês do Soveral, este fez votos para que tudo estivesse a correr bem lembrando a importância do momento, mandando “(...) as mais afetuosas

---

<sup>408</sup> Da esquerda para a direita, num plano anterior encontram-se D. Isabel Saldanha da Ponte, a rainha D. Amélia, o infante D. Manuel, a princesa Margarida e o rei D. Carlos. No plano posterior, entre outros, encontram-se o duque e a duquesa de Connaught, a princesa Vitória e o príncipe real D. Luís Filipe.

<sup>409</sup> AFONSO, Aniceto; VLADIMIRO, Vítor – A correspondência oficial da legação de Portugal em Londres: 1900-14. *Revista Análise Social*, vol. XVIII, p. 720.

<sup>410</sup> PROENÇA, Maria Cândida – *Op. Cit.*, p. 23.

lembranças [a D. Luís Filipe] (...)” o rei Eduardo VII, a rainha Alexandra e a princesa Vitória<sup>411</sup>...

A não realização deste casamento pela importância vital que tinha, finou-se literalmente em fevereiro de 1908, mas mais do que a morte do príncipe, foi seguramente uma das causas para a liquidação da monarquia. Seguidamente ao que ficou exposto duas questões ficam em aberto: será lícito fazer a leitura de que a monarquia não caiu devido à morte de D. Carlos, mas à morte do príncipe real D. Luís Filipe e à não realização deste matrimónio? Tendo presente a Tabela 2.4, porque não desposou a princesa o então monarca D. Manuel<sup>412</sup>? Terá o regicídio transmitido um sentimento de fim de regime, não se dispondo o Reino Unido a “sacrificar” uma das suas princesas? Ou era tal o desnorte interno que não se deram conta da urgência do momento?

No ano de 1909, o rei D. Manuel II efetuou visitas oficiais a Espanha e ao Reino Unido<sup>413</sup>. Neste último e, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, o rei deslocou-se a Londres com o intuito de “(...) assentar noivado com a princesa Vitória Patrícia (...)”<sup>414</sup>. Mais, no seguimento da visita que os duques de Connaught fizeram a Portugal em finais desse ano, a princesa foi apresentada na revista *Ilustração Portuguesa* como a futura rainha de Portugal. No entanto, e apesar desta derradeira aproximação, não se materializou o enlace real<sup>415</sup>. Subsistem as interrogações!

---

<sup>411</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – Correspondência para Luís Filipe, NNG 3713/3, fls. 22-23.

<sup>412</sup> Tome-se como comparação a expectável crise dinástica e a urgência do momento em 1668, ano em que foi deposto D. Afonso VI e anulado o seu matrimónio com Maria Francisca de Saboia, que casou com novo regente o infante D. Pedro, mais tarde D. Pedro II.

<sup>413</sup> A viagem do chefe do Estado às Côrtes de Hespanha e de Inglaterra. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 195, (nov. de 1909), pp. 716-722.

<sup>414</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X. *Op. Cit.*, p. 283; posteriormente à realização do presente texto e num completo acaso foi localizado na revista *Ilustração Portuguesa*, o seguinte (e curioso) artigo, *A futura rainha de Portugal*. Para uma leitura completa veja-se: *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 199, (dez. de 1909), pp. 761-762. Sobre esta princesa cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.3 Amores e desamores de um príncipe (1905).

<sup>415</sup> A futura rainha de Portugal. *Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 199, (dez. de 1909), pp. 761-762.

2.6.4 D. Luís II? A um passo do trono (1905-1906)

Os anos de 1905 e de 1906 marcaram a ascensão efetiva de D. Luís Filipe às altas esferas do poder, através da atribuição da regência e da sua incorporação no Conselho de Estado.

Retribuindo a visita feita neste ano de 1905 por parte do presidente francês, Émile Loubet<sup>416</sup>, o rei D. Carlos deslocou-se em viagem oficial a terras gaulesas entre 20 de novembro e 20 de dezembro. Devido à ausência física do rei e cumprindo o artigo 96.º da Carta Constitucional, foi reconhecido como Regente do Reino, o príncipe real D. Luís Filipe (cf. Figura: 2.14), procedendo-se a todas as formalidades necessárias<sup>417</sup>.

---

<sup>416</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905) e Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

<sup>417</sup> Sua Alteza O Príncipe Regente D. Luiz Filippe. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XXVIII, n.º 969, (abril de 1905), p. 258; LEITE, Carlos – Op. Cit., pp. 15-16. Sobre o tema cf. Anexo XX – Auto de reconhecimento da regência de 1905.



Figura: 2.14: D. Luís Filipe enquanto regente (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Aproveitando a ausência do monarca no reino e a inexperiência do imberbe regente, acreditou a oposição Regeneradora que podia patrocinar uma abdicação. No dia seguinte, no teatro D. Amélia, aclamaram-no como Luís II, na esperança de despertar alguma eventual vaidade e vontade de reinar por parte do regente. Não demonstrando qualquer emoção no teatro, a reação do príncipe já no Palácio das Necessidades foi elucidativa do seu estado de espírito: "Miseráveis! Com seus vivas insultaram meu Pai!... Aquilo diante de mim são bofetadas no rei ausente.

Canalhas!...”<sup>418</sup>. Esta ideia de substituição dos monarcas através de uma abdicação politicamente forçada<sup>419</sup> apresentava-se altamente improvável, atendendo ao amor filial e à lealdade institucional que ligava D. Luís Filipe a seu pai e rei D. Carlos<sup>420</sup>. Entretanto, a hipótese de uma eventual abdicação não foi totalmente posta de parte, já que segundo o registo que Tomás de Mello Breyner, médico da Casa Real e amigo do monarca, fez no seu diário no dia 25 de janeiro de 1906, o rei D. Carlos sofria de diabetes. Não existindo à altura tratamento médico, a probabilidade do monarca se finar ou ficar incapacitado era bastante alta<sup>421</sup>.

Apesar dos agiões que se perspetivaram, decorrentes da instabilidade política, nada de substancial ocorreu, podendo assim cumprir-se o artigo 97.º da Carta Constitucional que determinava o fim da regência quando terminasse a impossibilidade de o monarca assumir trono<sup>422</sup>.

Continuando o seu percurso institucional, em 1906, o príncipe real tomou assento no Conselho de Estado, cumprindo o artigo 112.º da Carta Constitucional<sup>423</sup>. Entre 11 e 16 de março, na sequência da visita que os monarcas realizaram a Espanha, foi-lhe entregue novamente a regência do reino<sup>424</sup>. Ainda nesse ano, D. Luís Filipe foi enviado mais uma vez ao estrangeiro em representação do monarca português, numa “(...) Missão especial a Madrid, para

---

<sup>418</sup> LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>419</sup> O mesmo já tinha sido proposto com o rei D. Luís. SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 177; LEITE, Carlos – *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>420</sup> *Idem*, p. 15; sobre este tema veja-se o cometário do marquês de Lavradio: “Era amável e delicado como El-Rei seu pai, a quem procurava imitar em tudo, e por quem tinha uma admiração, uma paixão que enterneciam. Para ele ninguém neste mundo se podia comparar com El-Rei, nem em inteligência, nem em cultura, nem em arte; nunca nenhum rei o igualara”. ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 54. Esta admiração filial ficou também ela espelhada na similitude das assinaturas de D. Carlos e D. Luís Filipe. Sobre o tema cf. Anexo XXI – Assinaturas de D. Carlos (1903) e de D. Luís Filipe (1906).

<sup>421</sup> “Fui depois às Necessidades procurar a rainha para lhe dizer que o rei é um diabético. Com 22g 560 d'assucar por litro. É uma má notícia para todos, mas entendi que devia dal-a à rainha em primeiro lugar. Foi o Virgílio Machado que fez a analyse. Bem desconfiava eu quando há menos de um mez lhe cahiram uns dentes molares. Vamos a ver se conseguimos, pelo menos, um régimen”. BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um monárquico 1905-1907... Op. Cit.*, pp. 138-139.

<sup>422</sup> PORTUGAL – Carta constitucional da monarquia portuguesa... *Op. Cit.*, p. 22; Chronica Occidental. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 971, (dez. de 1905), p. 274.

<sup>423</sup> PORTUGAL – Carta constitucional da monarquia portuguesa... *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>424</sup> RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 362. Cf. Anexo XXII – Auto de reconhecimento da regência de 1906 (excerto).

assistir ao casamento de Sua Majestade Catholica El-Rei de Espanha.”<sup>425</sup>, onde não faltaram os encontros diplomáticos e familiares entre a realza europeia<sup>426</sup>. Na manhã do dia 1 de junho, depois de finalizada a cerimónia e no meio de efusivas manifestações de apreço, entrava o novo casal real no coche; concomitantemente, foi enviado em direção à carruagem dos noivos um buquê de flores onde se encontrava dissimulado um artefacto explosivo que, por mero acaso, não atingiu o seu alvo real. Apesar da gravidade e do susto, o príncipe D. Luís Filipe que acompanhou o cortejo, não sofreu nenhum ferimento. No dia seguinte, escreveu uma carta para tranquilizar os familiares e amigos na qual, entre outros assuntos, relatou o episódio do atentado, descrevendo-o como “(...) uma coisa terrível (...)”<sup>427</sup>.

#### 2.6.5 Navegando para o ocaso (1907-1908)

É seguro afirmar que durante toda a sua vida, o príncipe D. Luís Filipe esteve sempre ligado ao mar, tanto forma indireta e inconsciente, através das ligações familiares (o seu avô, o rei D. Luís foi oficial da marinha e o seu pai, o rei D. Carlos um reputado oceanógrafo), como de maneira direta e consciente (através da prática da vilegiatura, ou nas várias viagens marítimas que fez). Na contagem decrescente, que inexoravelmente se abatia sobre a sua existência, foram vários e de extrema importância os episódios marítimos.

Entre 25 de março e 6 de abril de 1907, D. Luís Filipe, a rainha D. Amélia e o infante D. Manuel, realizaram uma viagem a Sevilha. Se a viagem cumpriu primordialmente um desígnio familiar, já que a mãe da rainha e avó dos príncipes vivia na Andaluzia em Villamanrique, foi também uma oportunidade para aí

---

<sup>425</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.º 119 (29/05/1906), p. 1827. [Consult. 08/10/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1906&mes=5&tipo=a-diario&filename=1906/05/29/D\\_0119\\_1906-05-29&pag=3&txt=casamento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1906&mes=5&tipo=a-diario&filename=1906/05/29/D_0119_1906-05-29&pag=3&txt=casamento)>.

<sup>426</sup> Casamento dos reis de Hespanha. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XXIX, n.º 988, (jun. de 1906), p. 122; O Atentado. *O Occidente...* Op. Cit.. Ano XXIX, n.º 988, (jun. de 1906), p. 123; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.º 123 (02/06/1906), p. 1885. [Consult. 08/10/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1906&mes=6&tipo=a-diario&filename=1906/06/02/D\\_0123\\_1906-06-02&pag=1&txt=casamento](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1906&mes=6&tipo=a-diario&filename=1906/06/02/D_0123_1906-06-02&pag=1&txt=casamento)>.

<sup>427</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Casa-Forte. Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel, Cartório da Extinta Casa Real, Doc. 5.

celebrarem a Semana Santa, ao que se juntou uma componente cultural, tão ao gosto da rainha, aproveitando para passearem e visitarem museus<sup>428</sup>.

No dia 1 de julho de 1907, teve lugar uma das mais emblemáticas viagens reais em muitos anos<sup>429</sup>. Na verdade, para além de terem pisado areais de Ceuta, em 1415, ou em 1860 quando o então infante D. Luís, visitou Cabo Verde e Angola mais nenhum membro da Família Real tinha posto um pé no império português em África<sup>430</sup>. Bem o havia tentado fazer D. Amélia um par de anos antes, tendo sido brindada com um rotundo não<sup>431</sup>! Cumprir-se-ia agora, esse pretérito desidério.

A bordo do paquete *África* seguiu o herdeiro do trono, acompanhado por Ayres d'Ornellas, então ministro da Marinha e Ultramar. Previsto para regressar a Lisboa no dia 27 de setembro, o roteiro contemplou paragens em todas colónias nacionais, com exceção da Guiné-Bissau, e ainda passagem por territórios ingleses.

## 2.7 A caminho do regicídio

Sendo presumivelmente um dos maiores mistérios da história política contemporânea portuguesa, o regicídio foi comumente estudado sob um ponto de vista enviesado e apaixonado e, não raras vezes, analisado dicotomicamente: ora heroico ou indolente; ora justificado ou infame, oscilando as opiniões de acordo com o grupo político que o auscultou. Uma vez que a História é, em regra, escrita pelos vencedores, esta seria em grande medida caligrafada pelas penas republicanas, com todas as parcialidades e os subterfúgios possíveis.

---

<sup>428</sup> BASTO, António Pinto – *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atougia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946* [em linha]. vol. 5... *Op. Cit.*.

<sup>429</sup> O presente texto, com exceção de algumas modificações, foi originalmente apresentado no XII Encontro da Rede BRASPOR. Veja-se em: CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – *Nhõ Dom Luiz Filipe: um príncipe real em terras africanas* [em linha]. "Gestão das zonas costeiras: a influência continental na qualidade ambiental", XII encontro da Rede BRASPOR. João Pessoa: 8 a 11 de Novembro de 2022. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=Qlzbw7r-y7k&t=12499s>>. Sobre o tema cf. Capítulo IV Subtítulo 4.3 Ponto 4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África e o reconhecimento político e diplomático.

<sup>430</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, pp. 28-29 e 283.

<sup>431</sup> "(...) antes desta, extendendo-se a todas as Colonias, tinha eu sonhado quasi 20 annos antes, mas realizada pelo então Principe D. Carlos e eu. Chegou-se a fallar com o Barros Gomes – mas já se vê não consegui". D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 15.

Se subsistiram os corpos das vítimas e dos regicidas, se conheceu o local e o momento em que decorreu tal carnificina, pouco mais se sabe sem entrar numa grande conjectura, uma vez que foram poucos, aqueles que souberam efetivamente o que se passou até aquele fatídico dia. Entre esses, quer por terem tido uma participação passiva ou ativa e, por terem escrito memorandos, contam-se o infante D. Manuel<sup>432</sup>, Aquilino Ribeiro<sup>433</sup>, Raúl Brandão<sup>434</sup>, António de Albuquerque<sup>435</sup> e José Maria Nunes<sup>436</sup>. Quantos foram os assassinos? Eram maçons, republicanos, carbonários, anarquistas? Qual o envolvimento dos chefes republicanos? Qual(ais) o(s) alvo(s)? João Franco, D. Carlos ou a Família Real? Assassinato premeditado ou oportunidade? Existiu verdadeiramente algum relatório de investigação sobre o regicídio, ou não passaram de boatos e insinuações?

De acordo com a *vox populis*, que foi em grande parte a teoria republicana posterior, o regicídio foi um ato que teve tanto de necessidade, como de desespero: o país era atrasado e pobre; o rei, alheado nas suas caçadas em Vila Viçosa, nada ligava à política, entregando o país ao ditador João Franco e, ainda por cima, vivendo à custa dos adiantamentos que o erário público fazia à Casa Real. A assinatura do decreto de 31 de janeiro que autorizava o degredo aos inimigos políticos foi a gota de água, obrigando Alfredo Costa e Manuel Buiça a sacrificarem-se por desígnios maiores<sup>437</sup>, aplicando-se a máxima de que os fins justificam os meios. Mas... terá sido mesmo assim ou podemos aplicar a máxima do prémio

---

<sup>432</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas... Op. Cit.*

<sup>433</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Um escritor confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora, 2006.

<sup>434</sup> BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vols. I, II e III. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.].

<sup>435</sup> ALBUQUERQUE, António de – *A execução do rei D. Carlos: monarchicos e republicanos*. Bruxelles: Antonio Albuquerque Imprimerie Liberté, 1909.

<sup>436</sup> NUNES, José Maria – *A bomba explosiva (28 de janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910)*. Edição fac-símile. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

<sup>437</sup> Sobre a forma como os regicidas e a perpetuação da sua memória presente e futura foi tratada cf. Figura: 2.15: os regicidas Manuel Buiça e Alfredo Costa (Bilhete postal). Ao invés de terem sido utilizadas as fotografias de Joshua Benoliel, onde aparecem mortos, desgrenhados e ensanguentados, aqui, foram apresentados de forma diametralmente oposta. Fotografias de estúdio com o devido fato, camisa e gravata. Para além dos nomes foram, igualmente, apresentadas as profissões. Isto numa sociedade em que o traje e a profissão remetiam para uma determinada condição social e financeira, sustentando as ideias de que não se tratava de uns quaisquer transeuntes ou lunáticos mas de alguém pronto a um sacrifício pessoal por algo superior.

Nobel da literatura Halldór Laxness de que “A História é sempre completamente diferente do que aquilo que aconteceu”<sup>438</sup>?

### 2.7.1 A situação política: os partidos e o regime monárquico

A dissidência de João Franco em 1901 e de José Maria de Alpoim em 1905, com a criação dos respetivos partidos Centro Regenerador-Liberal e Dissidência Progressista, vieram alterar a roleta do jogo do Rotativismo, mas, acima de tudo, fizeram regurgitar as pequenas misérias e vendetas, colocando em xeque as decrépitas coutadas políticas dos mandarins do Estado lusitano: o Progressista José Luciano de Castro e o Regenerador Hintze Ribeiro. Sem exceção, todos estes partidos fiéis à monarquia, uma vez fora da redoma do poder, carregavam sobre o rei e corriam para os braços do sempre arrivista partido Republicano através de acordos parlamentares que, mais do que a construção de uma solução política viável, tinham apenas em mente o “bota-abaixo” do partido que estava no poder<sup>439</sup>.

Foi sobretudo a partir do episódio produzido pelo *Ultimatum* Inglês de 11 de janeiro de 1890 que as forças, mais antimonárquicas do que propriamente republicanas, se lançaram numa campanha de desgaste contínuo, servindo-se de jornais, do humor satírico e da literatura<sup>440</sup> como veículos privilegiados para combater o trono, desaguando esta insatisfação no levantamento republicano de 31 de janeiro de 1891 ocorrido no Porto. Ao longo das quase duas décadas seguintes, muitas oportunidades foram dadas aos opositores do regime, levando a que progressivamente os conceitos de Monarquia e República se ligassem a

---

<sup>438</sup> LAXNESS, Halldór – citador [em linha]. [Consult. 15/12/2022]. Disponível na internet: <URL: <http://www.citador.pt/frases/a-historia-e-sempre-completamente-diferente-do-qu-halldor-laxness-25121>>.

<sup>439</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, pp. 115-120; MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI, [S.l.]: Editorial Estampa, 1993, pp. 249-251 e 259-260.

<sup>440</sup> No humor satírico, devido à sua compleição física, ao bigode e ao sempre presente charuto, D. Carlos era facilmente caricaturável. Um dos artistas que melhor o retratou foi Leal da Câmara; na sátira aos costumes e à política destacou-se Bordalo Pinheiro; na literatura evidenciaram-se os poemas “À Inglaterra” ou o “Caçador Simão” da autoria de Guerra Junqueiro. JUNQUEIRO, Guerra – *Op. Cit.*; Brito Camacho, referiu que sobre o monarca pouco se sabia, com exceção de ser um dos homens mais gordos do reino. CAMACHO, Brito – *D. Carlos, íntimo*. Lisboa: Guimarães, 1912.

descrédito e esperança, respetivamente. Se os monárquicos e a monarquia se foram desprestigiando com questões como a de Lourenço Marques, em 1891, a verborreia e a inépcia parlamentar e governativa, o motim do cruzador D. Carlos, o monopólio dos tabacos, os adiantamentos à Casa Real, ou a crise universitária de 1907, para além de inúmeros boatos e calúnias, as forças republicanas foram aproveitando todas estas circunstâncias, as quais exponenciaram através de uma acutilante retórica parlamentar e de uma mobilização e radicalização das bases. Estas ações combinadas traduziram-se no (re)aparecimento da Carbonária Portuguesa e da Lusitana, na proliferação dos grupos secretos conspirativos, nas revoltas e na instabilidade no exército e na armada, no fabrico e rebentamento de bombas, nos disputados comícios e na penetração social de uma sociedade urbano-burguesa ou militar, ávida de uma esperançosa mudança que a república traria. Foi desta conjuntura que haveria de sair o regicídio<sup>441</sup>.

Como ficou claro, os anos que antecederam o regicídio foram plenos de acontecimentos sociais, financeiros e políticos, para os quais os partidos do Rotativismo<sup>442</sup> já não se afiguravam como parte da solução. A demissão de Hintze Ribeiro tornou possível a ascensão de João Franco, que encarnava um caminho novo e, representava para o monarca, a possibilidade de "(...) seguir por caminho diferente d'aquelle trilhado até hoje (...)"<sup>443</sup> e de cortar com "(...) os erros que de longe veem (...)"<sup>444</sup>. Se as eleições de 1906 deram a vitória ao partido Regenerador-liberal de João Franco, colocaram também no parlamento quatro deputados republicanos: Alexandre Braga, António José de Almeida, João de Meneses e Afonso Costa, que tantas mossas haveriam de fazer<sup>445</sup>!

De espírito determinado e voluntarioso, João Franco representou para D. Carlos a solução política para se reformar o regime. Se

---

<sup>441</sup> Entre as publicações que mais sucesso fizeram entre os detratores dos monarcas indica-se ALBUQUERQUE, António de – *Marquês da Bacalhôa: romance*. Bruxelles: Imprimerie Liberté, 1908.

<sup>442</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, p. 117; MATOSSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI *Op. Cit.*, pp. 260-264.

<sup>443</sup> FRANCO, João - *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>444</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>445</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, pp. 116-120.

num primeiro momento acabou com a interminável Questão dos Tabacos<sup>446</sup>, que tantos ministérios havia deitado abaixo, não teve, no entanto, a mesma sagacidade com os adiantamentos à Casa Real<sup>447</sup>, tratando do assunto com muito pouca a

---

<sup>446</sup> Qualquer negócio que movesse muito dinheiro tinha sobre si os holofotes da análise pública; qualquer negócio que movesse muito dinheiro feito com um Estado sob dificuldades financeiras, encerrava em si uma grande dose de obscurantismo e aproveitamento. Quando em 1904, rebentou o escândalo sob o arrendamento do contrato do tabaco, já ninguém ficou surpreendido. Desde 1891 que o negócio do tabaco se encontrava nas mãos da Companhia dos Tabacos, que pertencia ao 1º conde de Burnay. Habitualmente deficitário, no que concerne a finanças, o Estado pretendeu renegociar esse mesmo contrato em 1904, chamando à mesa das negociações a Companhia dos Fósforos. Como esta última foi preterida e aproveitando o facto de alguns deputados pertencerem à Companhia dos Fósforos, denunciou-se o contrato, caiu o governo. Não seria este o primeiro nem o último! A sua arrematação proporcionava lucros certos e privilégios alargados aos interessados e receitas adiantadas ao governo que a lançava, tornando-se, no entanto, uma fonte de negociações e de pressões, deitando abaixo diversos governos. A concessão do tabaco tornou-se reveladora da promiscuidade entre os aparelhos político e económico, expôs a fragilidade económica estatal e mostrou em grande parte a falência industrial, já que, como afirmou MÓNICA (p. 494), “Não era pela metalurgia ou pelo têxtil que os investidores portugueses se interessavam, mas por um sector arcaico, que lhes garantia lucros seguros. Em Portugal era sobretudo nos contratos com o Estado que se ganhava dinheiro”. Consulte-se entre outra bibliografia: MÓNICA, Maria Filomena – Negócios e política: os tabacos (1800-1890). *Revista Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp. 461-469; SERRÃO, Joel dir. – *Dicionário de História de Portugal*. vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, pp. 105-107; MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI... *Op. Cit.*, pp. 260-262.

<sup>447</sup> No rescaldo da vitória Liberal em 1834 e, em resultado da separação de poderes e do novo papel político do monarca, este passou a ser dotado pecuniariamente pelo Tesouro Público, cumprindo o Artigo 84.º da Carta Constitucional. Ainda nesse ano, e de acordo com o parecer n.º 69, votado pela Câmara dos Dignos Pares do Reino, foi atribuído ao monarca a quantia de 1 conto de réis por dia. Refere-se que esta quantia se manteve inalterada nos reinados restantes, e que para além das despesas pessoais, da inflação e das crises financeiras dos anos seguintes, também serviu de acordo como a Constituição de 1838 para a aquisição/reparação/renovação dos palácios Reais e até para pagar receções oficiais. Perante este rol de despesas, a quantia mostrou-se exígua e, os diferentes partidos sabiam desta realidade. Em vez de afrontarem a realidade, todos eles ao longo do tempo recorreram a empréstimos = adiantamentos à Família Real, contabilizando uma dívida de cerca de 771 contos de réis em 1907; para a sua liquidação, o governo arranjou habilmente uma fórmula que contemplava a incorporação do iate Amélia (306 contos de réis) na marinha e a entrega de vários bens ao Estado (465 contos de réis). Todo este panorama foi explorado até à exaustão pelos deputados republicanos. A título de curiosidade indicam-se, as dotações dos membros da Família Real e de outras casas reinantes na Europa. Dotação para o ano de 1907-08: rei D. Carlos – 366 contos de réis; rainha D. Amélia – 60 contos de réis; rainha viúva D. Maria Pia – 60 contos de réis; príncipe real D. Luís Filipe – 20 contos de réis; infante D. Manuel – 10 contos de réis e infante D. Afonso – 10 contos de réis. Em comparação, a dotação do monarca português com alguns congéneres europeus similares, mostrou-se inferior à da Espanha, Bélgica, Holanda e até dos Estados subsidiários do Império alemão como os reinos da Saxónia e da Baviera. Entre outra bibliografia, veja-se: GAZETA Oficial do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834. Sessão n.º 142 (12/12/1834), p. 329. [Consult. 03/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1834&mes=12&tipo=b-gazeta&filename=1834/gazeta/12/12/gazeta\\_0142\\_1834-12-12&pag=5&txt=dota%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1834&mes=12&tipo=b-gazeta&filename=1834/gazeta/12/12/gazeta_0142_1834-12-12&pag=5&txt=dota%C3%A7%C3%A3o)>; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.º 155 (16/07/1907), p. 2107. [Consult. 03/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=7&tipo=a-diario&filename=1907/07/16/D\\_0155\\_1907-07-16&pag=3&txt=dota%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=7&tipo=a-diario&filename=1907/07/16/D_0155_1907-07-16&pag=3&txt=dota%C3%A7%C3%A3o)>;

agilidade e cuidado. Tendo abordado o tema no dia 17 de junho num comício no Porto, João Franco foi advertido pelo rei que estavam “(...) deante d`uma fogueira que desejamos apagar, e não se apaga fogo lançando-lhe lenha (...)”, pelo que, toda a prudência era pouca. Vendo à distância de mais de um século, o problema de João Franco foi a forma e não o conteúdo, isto é, tendo a razão do seu lado, uma vez que a dotação da Família Real não era atualizada desde os tempos de D. Maria, não a soube explicar nem vincular o parlamento a uma decisão final. Tendo levado o tema dos adiantamentos a discussão ao parlamento, na sessão de 12 de novembro de 1906, a reação republicana não se fez esperar! Espírito indomável, orador mordaz e inflamador de multidões, Afonso Costa haveria de espremer este favor que lhe haviam concedido, proferindo na sessão de 20 de novembro a célebre frase: “Por menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI”<sup>448</sup>. No entanto, o pior estava ainda por vir, já que foi aprovada a regularização das contas da Casa Real à revelia do parlamento, a 30 de agosto de 1907. Autêntico maná para os republicanos, foi uma das pedras basilares que fizeram cair a monarquia, a qual nunca se recuperou deste descrédito<sup>449</sup>.

Não dominando a opinião pública e defendendo uma via construtiva e não violenta, o monarca decidiu encerrar o parlamento no dia 9 de maio de 1907, entrando-se no período de ditadura franquista. Pretendendo renovar este sistema político, João Franco tornou-se no elemento que extremou posições. Quer tenha

---

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.º 197 (04/09/1907), pp. 2809-2810. [Consult. 03/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=9&tipo=a-diario&filename=1907/09/04/D\\_0197\\_1907-09-04&pag=1&txt=dota%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=9&tipo=a-diario&filename=1907/09/04/D_0197_1907-09-04&pag=1&txt=dota%C3%A7%C3%A3o)>; SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui – *O regicídio*. 2.ª ed.. Lisboa: Tinta da China, 2008, p. 105; MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI... *Op. Cit.*, p. 283; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908*... *Op. Cit.*, pp. 243-244; MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado*... *Op. Cit.*, pp. 504-505; ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA da extinta monarquia – *Adiantamentos à Família Real Portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910: relatório elaborado pela Comissão de Sindicância à Direcção Geral da Tesouraria*. vols. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

<sup>448</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.º 34 (20/11/1906), p. 17. [Consult. 05/05/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/034/1906-11-20/17?q=xvi&from=1906&to=1906>>. MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI... *Op. Cit.*, p. 283.

<sup>449</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, pp. 120-122.

sido pelo papel reformador a que se propunha, pelo temor político que exalava ou pelo apoio incondicional de D. Carlos às suas políticas, a verdade é que Franco se tornou numa figura de amor-ódio: para uns o salvador do país, para outros o coveiro da monarquia<sup>450</sup>!

### 2.7.2 Regicídio ou magnicídio?

O último ano de vida do príncipe D. Luís Filipe foi pródigo em acontecimentos políticos e sociais (greve académica, lei contra a imprensa, fecho do parlamento, greves na indústria e a dissolução da Câmara Municipal de Lisboa)<sup>451</sup> que só podiam acabar em “(...) em revolução ou crime (...)” como profetizou Júlio de Vilhena<sup>452</sup>.

Se a frugal investigação judicial<sup>453</sup> e a abundante investigação histórica, se focaram, como não poderia deixar de ser, nas figuras do rei D. Carlos e do príncipe D. Luís Filipe, não é menos verdade que as suas mortes apenas são decididas a um nível superior e em cima dos acontecimentos, uma vez que o principal visado e o nome que circulava era o de João Franco<sup>454</sup>.

Será então plausível que o objetivo daqueles que se encontravam na Praça do Comércio fosse a eliminação do presidente do Conselho e que a Família Real se apresentasse como um objetivo secundário, ou fosse um prémio de consolação?

---

<sup>450</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, pp. 123-124; MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação*. vol. VI... *Op. Cit.*, p. 278; veja-se o comentário da D. Maria Pia após o regicídio: «Dizia-se por aí que o senhor era o coveiro da Monarquia, mas o senhor foi pior, foi o assassino do meu filho e do meu neto!». BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. I... *Op. Cit.*, p. 132.

<sup>451</sup> RODRIGUES, António Simões coord.– *Op. Cit.*, pp. 255-257.

<sup>452</sup> CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *Julio Marques de Vilhena e o seu livro Antes da Republica*. Coimbra: Livraria França & Armenio, 1918, p. 97.

<sup>453</sup> Sobre a investigação pouco foi apurado com a devida certeza, ou por falta de habilidade ou por falta de vontade. No primeiro caso veja-se *DOCUMENTOS POLÍTICOS: encontrados nos Palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910*. Edição ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte em sessão de 13 de Julho de 1911. 2º milhar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915, pp. 6-7; para o segundo veja-se BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, pp. 123-136.

<sup>454</sup> BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, pp. 118 e 135; MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, p. 165.

Uma espécie de lugar errado à hora errada? Uma coisa é certa: não seriam elas as últimas personagens que por meros acasos mudariam o curso da História<sup>455</sup>.

Atentando tanto no *modus faciendi* como nos implicados são erros assaz comuns: (i) considerar-se o acontecimento de 1 de fevereiro como um ato perfeita e independentemente gizado, não o relacionando com a intentona do elevador da biblioteca em 28 de janeiro e com o que daí resultou: (ii) partir-se do princípio que os interesses e os objetivos dos autores morais (para além dos republicanos têm especial enfoque duas figuras da Dissidência Política, José Maria de Alpoim e Francisco Correia de Herédia, 1.º visconde da Ribeira Brava) eram os mesmos que os dos autores materiais e que, mesmo dentro destes dois grupos, as motivações eram homogéneas.

Pelo explanar dos acontecimentos que assolaram o reinado de D. Carlos no geral e nos últimos meses em particular, foi de fácil constatação a ebuliente vida política portuguesa<sup>456</sup>, tendo-se inclusive verificado o rebentamento de bombas em agosto e novembro de 1907<sup>457</sup>. Após as festas natalícias e os formalismos institucionais de Ano Novo no qual os partidos se encontravam protocolarmente com os monarcas, a Família Real seguia para Vila Viçosa, para aí passar uns dias, sendo para o rei e príncipe real os derradeiros!

Pesem embora todos os relatórios que transmitiam uma acalmia da situação, como seja a missiva enviada pelo presidente do Conselho à rainha, datada de 15 de janeiro, onde o mesmo lhe assegurou que tudo se encontrava controlado e pacificado, a realidade era bem diferente, dando disso conta o marquês do Lavradio indicando que desde o início do ano se comentava francamente que algo de importante iria acontecer...<sup>458</sup> e aconteceu.

---

<sup>455</sup> Vejam-se nos seguintes casos, os acasos e atente-se na mudança histórica que cada um deles encerrou: 1491: morte de D. Afonso, filho único de D. João II; 1500: morte de D. Miguel da Paz; 1907/08: Hitler foi recusado na Academia de Belas-Artes de Viena ou 1937: Salazar escapou a um atentado.

<sup>456</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.7 Ponto 2.7.1 A situação política: os partidos e o regime monárquico. Sobre o tema vejam-se as reportagens feitas por jornais americanos: *The Worthington Advance*. *Op. Cit.* e *The Sisseton Weekly Standard*. *Op. Cit.*

<sup>457</sup> MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, p. 164; NUNES, José Maria – *Op. Cit.*, introdução; RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, p. 191.

<sup>458</sup> *DOCUMENTOS POLÍTICOS...* *Op. Cit.*, pp. 4-5; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 92.

A contagem decrescente para a tragédia, iniciou-se algures nos finais de 1907, quando, segundo José Maria Nunes, teve lugar em Paris uma reunião entre revolucionários portugueses e franceses com o intuito primário de abaterem João Franco, sendo este plano “(...) extensivo ao rei D. Carlos, se as circunstâncias fossem favoráveis à sua morte”<sup>459</sup>. Foram! O primeiro capítulo deste drama teve então lugar no dia 28 de janeiro de 1908.

A intentona de 28 de janeiro, ou o golpe do elevador da biblioteca, foi uma congregação de duas forças oposicionistas à monarquia Carlista, mas com objetivos díspares entre eles. A Dissidência Progressista, de José Maria de Alpoim, interessava uma abdicação de D. Carlos no príncipe real, almejando tornarem-se “(...) nos ministros de D. Luís Filipe, aclamado sob o nome de Luís II”<sup>460</sup>. Aos republicanos, a sua retirada do poder era uma condição *sine qua non*, para a instauração de uma *Res Publica*, mas a sua eliminação definitiva (pelo menos por agora) não era uma prioridade. Aliás, a morte do rei foi encarada por alguns republicanos como contraproducente e até contrária aos seus interesses, uma vez que para além da condenação e do repúdio nacional e internacional que tal episódio pudesse suscitar, era também ele potencializador de uma união em torno do novo monarca<sup>461</sup>. Não deixou de ser elucidativo que, depois deste fracasso revolucionário, pouco se falasse do monarca, mas continuasse sob atenção o nome de João Franco e a sua aura de poder, afirmando o oficial de armada Marinha de Campos, a Alfredo da Costa que a tropa se recusava a sair dos quartéis enquanto este se mantivesse no poder e que a única maneira de se fazer a revolução era neutralizá-lo<sup>462</sup>.

Mas que temor era este e o que teriam a perder os seus adversários? Para os partidos políticos monárquicos, representava um longo hiato longe das esferas do poder, reforçando o plano iniciado em 1906, uma vez que D. Carlos contava com ele para “(...) seguir por caminho diferente d’aquelle trilhado até hoje (...)”<sup>463</sup>;

---

<sup>459</sup> Sublinhado nosso. MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, p. 124.

<sup>460</sup> MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo*. Edição de autor. Lisboa: oficina Gráficas do «ABC», [S.d.], p. 168.

<sup>461</sup> *Idem*, p. 442.

<sup>462</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, p. 137.

<sup>463</sup> FRANCO, João – *Op. Cit.*, p. 53.

para os republicanos era uma ameaça na medida em que pretendia caçar politicamente nos seus terrenos, isto é, arvorar a bandeira da ética e da moralização para a atribulada vida política portuguesa, *itens* dos quais se julgavam paladinos; e, por fim, quanto aos conspiradores, Franco representava o atraso do país e mais do que isso, era ele o poder executivo que os perseguia e os enviava para povoarem Timor ou para outra colónia qualquer.<sup>464</sup> Todos tinham um motivo para assassinar João Franco e ele, astuto como era, sabia-o bem e escapava-se!

Tendo algo de pueril, a intentona pretendeu, em traços simples, o derrube da monarquia e a proclamação da república. Marcada para as 16 horas, o seu início seria dado com o assassinato de Franco<sup>465</sup> pelo “Grupo dos 18”, do qual faziam, ainda, parte um catalão, um francês e um italiano, que o esperariam na sua residência. Seguir-se-ia uma marcha composta pelo povo e pelos dirigentes políticos em direção à Praça do Comércio, findando assim a monarquia. Gorados os planos, foram presos os principais cabecilhas com exceção da José Maria de Alpoim que conseguiu escapar para Espanha. Só após este fracasso de dia 28 e a prisão de António José de Almeida no dia anterior, se iriam extremar posições. Mesmo assim, apenas no dia 31 de janeiro se debateu abertamente o assassinato de D. Carlos, aquando de uma reunião feita de madrugada em Xabregas, onde se formaram as equipas que atuaram na Praça do Comércio, mas mesmo aqui, continuava a não ser D. Carlos o alvo principal<sup>466</sup>!

A ter existido um plano firmemente convicto para a morte de D. Carlos e/ou da Família Real, este foi apenas proposto a um alto nível da Carbonária, num grupo ultrassecreto designado de “Coruja” e do qual poucos teriam acesso e ainda menos saberiam da sua existência<sup>467</sup>. Teriam pertencido a este grupo Buiça e Costa? Nem por sombras! Ter-lhe-iam sido emanadas ordens claras e diretas neste sentido? Altamente improvável!

---

<sup>464</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, p. 262.

<sup>465</sup> MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo... Op. Cit.*, pp. 423-428.

<sup>466</sup> Ainda nesta reunião Manuel Buiça afirmou que estar «(...) seguro da sua morte [João Franco] pois já haveriam sido transmitidas ordens para tal.» MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, pp. 138-139.

<sup>467</sup> BAËNA, Miguel Sanches de - *Op. Cit.*, p. 112; José Maria de Alpoim gabava-se, sob palavra de honra, que só existiam duas pessoas que sabiam tudo sobre o regicídio: ele e outra (o visconde da Ribeira Brava); BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, p. 136.

Raiou o sol em Lisboa e Alfredo Costa encontrou-se às primeiras horas do dia com um seu conhecido para liquidar uma dívida, relatando o seu plano: “Hoje vamos matar o João Franco [...] na rua Alexandre Herculano [...] ainda que no Terreiro do Paço os liquidássemos toda a cambada de uma vez”<sup>468</sup>. Esta versão foi também corroborada por Aquilino Ribeiro. Imbuído nos meios conspirativos, embora não se encontrasse na Praça do Comércio em fevereiro, o aspirante a escritor era amigo dos futuros regicidas, concedendo-nos muita informação na 1.ª pessoa. Ainda nessa manhã, o futuro regicida dirigiu-se ao quarto alugado de Aquilino, confidenciando-lhe “mesmo (...) que há-de ir esperar João Franco...”<sup>469</sup> com um grupo composto por Buíça, dois guardas-fiscais despedidos por Franco e Domingos Rebelo.<sup>470</sup> Mais uma vez, a perseguição incidia sobre João Franco. Despistando os conspiradores, estes seguiram para a Praça do Comércio, sabendo que se encontraria aí para receber a Família Real, que chegaria nesse dia a Lisboa. Apercebendo-se da sentença de morte, despistou-os novamente atravessando o edifício do Arsenal da Marinha até ao cais, mesclando-se com os convivas que aí esperavam pelos monarcas e pelo príncipe<sup>471</sup>. Vendo-se novamente ludibriados, e vergados agora à desistência, foi num último estímulo de Costa para Buíça, que se jogou o futuro do monarca, do príncipe real e da própria monarquia: “E agora?... se liquidássemos a cambada?” “Vamos a ele”, retorquiu Buíça...<sup>472</sup>

### 2.7.3 O agonizante caminho da monarquia

No seguimento do golpe falhado de 28 de janeiro e, como medida repressiva, o ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, deslocou-se no dia seguinte a Vila Viçosa de modo que o rei assinasse o Decreto de 31 de janeiro<sup>473</sup>. Neste

---

<sup>468</sup> BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. II. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.], p. 149; RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, pp. 262-263.

<sup>469</sup> RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, pp. 262-263.

<sup>470</sup> *Idem*, pp. 260-261. A este respeito recorremos mais uma vez às memórias de Aquilino Ribeiro: “José Maria Nunes foi um (...) dos que estiveram no Terreiro do Paço com Alfredo Costa e Buíça. Livrou-se, porém, de dizer que foi para ali no intuito de esperar João Franco e não o rei”. RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, p. 284.

<sup>471</sup> *Idem*, p. 269.

<sup>472</sup> Sobre este desiderato veja-se também BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, pp. 163-164; RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, pp. 270-271; MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, pp. 150-151.

<sup>473</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. Sessão n.º 25 (01/02/1908), p. 361. [Consult. 09/07/2022]. Disponível na internet: <URL:

arrogava-se ao governo o direito de expulsar ou degredar todo aquele que coloque em causa a “(...) segurança do Estado, [a] tranquilidade pública e [os] interesses gerais da nação (...)”<sup>474</sup>; tendo em conta os implicados na intentona; revogava-se igualmente a imunidade de que gozavam os parlamentares implicados nos crimes anteriormente descritos. De acordo com o Diário de D. Manuel, o rei não se mostrava com vontade de regressar. A rainha, pelo contrário, deixou registada para a posteridade a sua vontade de que “Só se eu quebrar uma perna é que não volto para Lisboa no dia 1 de Fevereiro”<sup>475</sup>. Não havendo membros quebrados seguiram Suas Majestades e Alteza para a capital.

Tomando o comboio, este teve um pequeno descarrilamento perto da estação de Casa Branca, provocado pelas agulhas ferroviárias, mas nada que uns voluntários à força braçal não resolvessem em pouco tempo. Depois deste percalço ferroviário chegavam à estação ferroviária do Barreiro, tomando o vapor com destino à outra bando do Tejo, onde desembarcaram por volta das 17 horas, na estação fluvial da Praça do Comércio. À sua espera, para lá dos infantes D. Manuel e D. Afonso, estavam integrantes da corte e do governo, entre os quais, o visconde de Asseca, o ministro da Guerra Vasconcellos Porto e o próprio presidente de Conselho, João Franco, o qual numa conversa de circunstância com D. Manuel, lhe assegurou que a situação estava controlada e os ânimos tranquilos<sup>476</sup>.

---

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1908&mes=2&tipo=a-diario&filename=1908/02/01/D\\_0025\\_1908-02-01&pag=1&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1908&mes=2&tipo=a-diario&filename=1908/02/01/D_0025_1908-02-01&pag=1&txt=>); a assinatura deste famigerado

Decreto por parte do monarca foi, durante algum tempo, comumente aceite como a principal causa que levou ao Regicídio. No entanto, para lá da falta de fundamento histórico, esta explicação mostrou-se errónea uma vez que se baseou numa premissa na qual não existiam planos anteriores para o que se passou no dia 1 de fevereiro. Apresentava, ainda, uma cadeia de acontecimentos que se tornavam muito difícil, se não impossível, de executar. Vejamos: se a assinatura de D. Carlos do Decerto não era certa que se materializasse, era necessário que alguém com importância (para poder ter acesso a determinadas áreas, documentos ou conversas) depois de confirmar a assinatura fosse telegrafar/telefonar para Lisboa avisando do sucedido. Assim, no espaço de c. 48 horas, todos os implicados teriam sido avisados e ficado coléricos com tal informação. Ainda nesta baliza temporal, tinham comprado armas de ponta, gizado um plano e até feito o testamento, como no caso de Manuel Buíça.

<sup>474</sup> BAËNA, Miguel Sanches de - *Op. Cit.*, pp. 99-103.

<sup>475</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas...* *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>476</sup> MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, pp. 150-151; A este propósito atente-se no comentário de D. Manuel II: “O João Franco escreveu-me então uma carta que eu tenho a maior pena de ter rasgado, porque nessa carta dizia-me que tudo estava sussegado e que não havia nada a recear! Que cegueira!” ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas...* *Op. Cit.*, pp. 5-6.

Fatalmente, quer por convicção de que ele, João Franco, era, de facto, o alvo a abater, quer pelo monarca pretender transmitir a ideia de serenidade pública, não foram tomadas excepcionais medidas de segurança, tirando o destacamento de alguns polícias à paisana na Baixa, sendo escolhido expressamente pelo monarca um landau descoberto e sem escolta<sup>477</sup>. Entre cumprimentos e felicitações (à rainha D. Amélia fora oferecido por um bouquet de Flores) teve início a marcha da comitiva com destino ao Palácio das Necessidades, seguindo à cabeça, o landau real que transportava o rei e a rainha tendo defronte de si o príncipe real e o infante. Sucederam-lhes os restantes coches e por fim o automóvel do infante D. Afonso<sup>478</sup>.

Pesem embora todas as narrativas e descrições do acontecimento, socorremo-nos para esta primeira parte do relato ocular produzido por D. Manuel. Na obra, “Diário de D. Manuel II: Notas Absolutamente Íntimas”, disse-nos o ainda infante que iniciando o coche a sua marcha, a rainha discorria sobre o descarrilamento que tinha ocorrido na viagem de regresso a Lisboa, quando reparou ele “(...) [n]um homem de barba preta com um grande “gabão” (...) [a] abrir a capa e tirar uma carabina”<sup>479</sup>. Longe de imaginar o que passaria a seguir pensou para si: “(...) que má brincadeira”<sup>480</sup>.

Em ato contínuo iniciou-se a batida! Manuel Buíça<sup>481</sup>, “(...) o homem das barbas, que tinha uma cara de meter medo (...)”<sup>482</sup> genufletiu um dos joelhos no chão para ter mais estabilidade. Fazendo uso da sua carabina *Browning* e da sua

---

<sup>477</sup> Interessante o comentário do marquês de Lavradio: “O visconde de Asseca (...) recebeu de manhã ordem para mandar os «landaus» para o Terreiro do Paço (...) decidiu mandar os automóveis (...) mas refletindo (...) concluiu, que era uma desobediência às ordens de El-Rei (...) e, alterou as primeiras instruções, enviando os «landaus»”. ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>478</sup> BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, p. 157; MORAIS, Jorge – *Op. Cit.*, pp. 152-153.

<sup>479</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas...* *Op. Cit.*, p. 10.

<sup>480</sup> *Ibidem*.

<sup>481</sup> Era à época professor no Colégio Moderno situado na Rua das Pedras Negras e que em nada está relacionada com o homónimo situado na zona do Campo Grande/Cidade Universitária. CARROMEU, Francisco – Do 28 de Janeiro de 1908 ao 5 de Outubro de 1910. Documentos (jan. 2008). [em linha]. [Consult. 02/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2008/02/carromeu-2008-02.pdf>>.

<sup>482</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 - *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas...* *Op. Cit.*, p. 11.

destreza e precisão de tiro, acertando de forma mortal e instantânea no destacado colarinho encarnado do uniforme de D. Carlos<sup>483</sup>.

Logo depois dos tiros de Buíça, precipitou-se Alfredo Costa sobre a carruagem. Apoiando-se nos degraus, disparou novamente sobre o cadáver inerte de D. Carlos, de modo a certificar-se do óbito; de imediato atingiu ainda D. Luís Filipe na zona pulmonar, descarregando o príncipe sobre ele 4 balas que o fulminaram<sup>484</sup>. Devido à rapidez do acontecimento, o infante apenas se lembrava de ver a rainha a defender-se como podia, fazendo uso do bouquet e D. Luís Filipe com uma ferida enorme no rosto provocada por um tiro de Buíça, de onde “(...) o sangue jorrava como de uma fonte!”<sup>485</sup>. Levados para o edifício do Arsenal da Marinha, o rei era já cadáver, enquanto o príncipe, poucos minutos mais teve de vida. Estava consumada a batida<sup>486</sup>!

Como num primeiro momento apenas remanesceram dois cadáveres, foi comumente aceite que os participantes foram apenas dois<sup>487</sup> (cf. Figura: 2.15).

---

<sup>483</sup> BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, p. 212.

<sup>484</sup> *Idem*, p. 222.

<sup>485</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas...* *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>486</sup> BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>487</sup> Na verdade foram três e não dois os homens mortos naquela tarde na Praça do Comércio. O terceiro era João Sabino, e não esteve relacionado de modo algum com os acontecimentos. RIBEIRO, Aquilino – *Op. Cit.*, p. 271.



Figura: 2.15: os regicidas Manuel Buíça e Alfredo Costa (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Soube-se mais tarde, aquando da publicação de memórias e de descrições do acontecimento, que se encontravam na Praça do Comércio várias pessoas à espera de João Franco<sup>488</sup>. As marcas de balas no edifício do então Ministério da Fazenda e no landau corroboram esta visão e validam as confissões de dois participantes, nomeadamente, Fabrício de Lemos e António de Albuquerque<sup>489</sup>. A análise criminal, só chegaria quase um século depois, através de provas balísticas ao landau e às roupas dos assassinados<sup>490</sup>.

---

<sup>488</sup> BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. II... *Op. Cit.*, p. 150.

<sup>489</sup> ALBUQUERQUE, António de – *A execução do rei D. Carlos...* *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>490</sup> Para mais informações sobre todas as perícias balísticas realizadas cf. BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, pp. 201-221.

#### 2.7.4 Os dias seguintes

Sendo por demais evidentes as causas das mortes do rei e do príncipe real e, não podendo os perpetradores serem levados a julgamento, não foram por ordem ministerial realizadas autópsias aos cadáveres. Foram, ainda assim, realizados relatórios um tanto superficiais devido à pressa de se embalsamarem os corpos, pelo professor de medicina-legal na Escola Médico-cirúrgica, o Dr. José Joaquim da Silva Amado<sup>491</sup>.

No dia seguinte ao regicídio, para procederem ao embalsamento dos corpos e efetuarem um relatório pericial, reuniram-se no Palácio das Necessidades os médicos da Real Câmara: António Lencastre; Oliveira Feijão; Barros da Fonseca; Carlos Tavares; Artur Ravara; Azevedo Meireles e Tomás de Mello Breyner, para além do já referido Silva e Amado. Cruzando os dados fornecidos pelo relatório médico<sup>492</sup> e as perícias balísticas realizadas pelo Laboratório da Polícia Científica<sup>493</sup>, podemos reconstruir cientificamente o crime chegando-se às seguintes conclusões:

1 – O príncipe foi atingido por dois tiros: um, no lado esquerdo da cara, e o outro, no tórax;

2 – O ferimento facial, era de grandes dimensões; a lesão torácica era de pequenas dimensões, perfurando apenas cerca de 15 milímetros de tecido mole;

3 – No primeiro caso, de acordo com a balística e com os ferimentos, o projétil seguiu uma trajetória “(...) da esquerda para a direita e um tanto de baixo para cima (...)”, provindo de alguém que estava “(...) à esquerda e pousado num plano um pouco inferior àquele em que se encontrava o Príncipe (...)”<sup>494</sup> e, esse

---

<sup>491</sup> AGUIAR, Asdrúbal – *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>492</sup> *Idem*, pp. 1-26. Nos finais do anos 80 foi realizada uma peritagem técnico-balística ao landau e às roupas do rei e o do príncipe. Para mais informações consulte-se BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, pp 200-223. Sobre o tema cf. Anexo XXIII – Camisa usada por D. Luís Filipe e Anexo XXIV – Camisa usada por D. Luís Filipe (pormenor).

<sup>493</sup> Para mais informações consulte-se entre outros BAËNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.* pp. 200-225.

<sup>494</sup> AGUIAR, Asdrúbal – *Op. Cit.*, p. 23.

alguém, era Manuel dos Reis Buíça. Quanto ao segundo projétil, de pequenas dimensões, foi disparado por Alfredo Costa e ficou alojado na zona externa<sup>495</sup>.

4 – O projétil de calibre 351 que lhe atingiu a parte esquerda da cabeça, foi a causa do óbito, provocando “(...) hemorragias das artérias carótidas externas e internas esquerdas e da veia jugular interna do mesmo lado.”; a bala que o atingiu na zona externa era de pequeno calibre, 7.65, não sendo de forma alguma mortal<sup>496</sup>.

À medida que a notícia se espalhava, através dos canais diplomáticos e jornalísticos foram chegando, das mais diversas partes do globo<sup>497</sup>, as missivas de condolências<sup>498</sup> e a realização de missas<sup>499</sup> e homenagens aos falecidos<sup>500</sup>. Outro aspeto de registo, foram a quantidade de notícias que os periódicos estrangeiros dedicaram ao regicídio, com especial enfoque para as ilustrações do momento fatídico<sup>501</sup>.

---

<sup>495</sup> BAÊNA, Miguel Sanches de – *Op. Cit.*, p. 222. O relatório médico feito ao cadáver do príncipe erra no julgamento desta ferida, uma vez que indicou que o tiro veio da zona da estátua de D. José e que esta bala acertou de raspão no braço de D. Manuel. Com efeito, Baena, apresentou um esquema colocando nesse lado o anarquista e bombista José Maria Nunes. Terá sido, este ferimento no braço de D. Manuel da autoria de José Maria Nunes? *Idem*, p. 211.

<sup>496</sup> *Idem*, p. 223; AGUIAR, Asdrúbal – *Op. Cit.*, p. 26.

<sup>497</sup> Sobre o tema vejam-se o Anexo XXV – Notícia do regicídio e da aclamação do novo monarca na cidade do Porto; Anexo XXVI – Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o regicídio e a subida ao trono do novo monarca Anexo XXVII – Comunicado aos habitantes de Hong-Kong sobre o regicídio e a subida ao trono de D. Manuel II.

<sup>498</sup> Vejam-se os telegramas de condolências provenientes do Senado brasileiro, DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. Sessão n.º 3 (09/05/1908), p. 1. [Consult. 15/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/003/1908-05-09/1>>; do imperador Mutsuhito do Japão, MUTSUHITO, Imperador do Japão – *Cartas de Mutsuhito, Imperador do Japão a D. Carlos e D. Manuel II*. [Consult. 15/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/26133>>; da Casa Real de Sundém, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Carta da Real Casa de Sundém enviando felicitações pela nomeação de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral a chefe de governo e condolências pelo doloroso "transe que acaba de passar a augusta casa reinante de Portugal*. [Consult. 15/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6073064>>. Sobre o tema cf. Anexo XXVIII – Cartão de recordações enviado por parte da rainha, e assinado pelo conde de Figueiró, ao comandante do iate Amélia João Agnelo Vélez Caldeira Castelo-Branco.

<sup>499</sup> Sobre o tema vejam-se o Anexo XXIX – Requiem por D. Carlos I e D. Luís Filipe em Goa; CROLET, João – *Op. Cit.*

<sup>500</sup> Sobre o tema cf. Anexo XXX – Pagela fúnebre de Zanzibar.

<sup>501</sup> E.g. MÓNICO, Reto – O regicídio na imprensa suíça. *Caleidoscópico: Revista de Comunicação e Cultura*, n.º 5/6, 2004-2005, pp. 253-263 [Consult. 09/12/2020]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/2647/1/o%20regicidio.pdf>>; ALVES, Francisco das Neves; MÓNICO, Reto – O regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina. Coleção Documentos, n.º 4, 2016, pp. 7-168 [Consult. 09/12/2020]. Disponível na internet: <URL: Disponível em:

Embalsamados os corpos, as urnas foram colocadas na capela do Palácio das Necessidades, em câmara ardente, durante uma semana<sup>502</sup> (cf. Figura: 2.16).



Figura: 2.16: as urnas do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe no Palácio das Necessidades (Reprodução fotográfica).

Fonte: arquivo do autor.

No dia 8, por volta das 11 horas da manhã, os esquifes foram colocados em coches e levados com destino à igreja de São Vicente de Fora. À frente do coche que transportava o corpo do príncipe seguiu o conde de Figueiró; na retaguarda seguiram o visconde de Asseca e o marquês do Lavradio, transportando

---

[https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28631/1/O\\_regicidio\\_portugues\\_nas\\_paginas\\_da\\_imprensa\\_rio-grandina.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28631/1/O_regicidio_portugues_nas_paginas_da_imprensa_rio-grandina.pdf)>. Entre os jornais estrangeiros indicam-se o italiano *La Tribuna Illustrata*. Roma, 1908, ano XVI, n.º 6, (9 de Feb.), o americano *Sunday Advertiser*, *Op. Cit.*, o francês *Le Petit Journal*, *Op. Cit.* (cf. Anexo XXXI – O atentado visto em França), e o inglês *Suplement to Black and White*. *Op. Cit.*, pp. I-IV.

<sup>502</sup> Sobre o tema cf. Anexo XXXII – Programa fúnebre (Diário do Governo) e Anexo XXXIII – Documento com orientações sobre as cerimónias fúnebres.

respetivamente a espada e o capacete de D. Luís Filipe<sup>503</sup>. A urna foi coberta com a bandeira nacional, apresentando-se os coches e os cavalos cobertos com panos negros<sup>504</sup> (cf. Figura: 2.17).

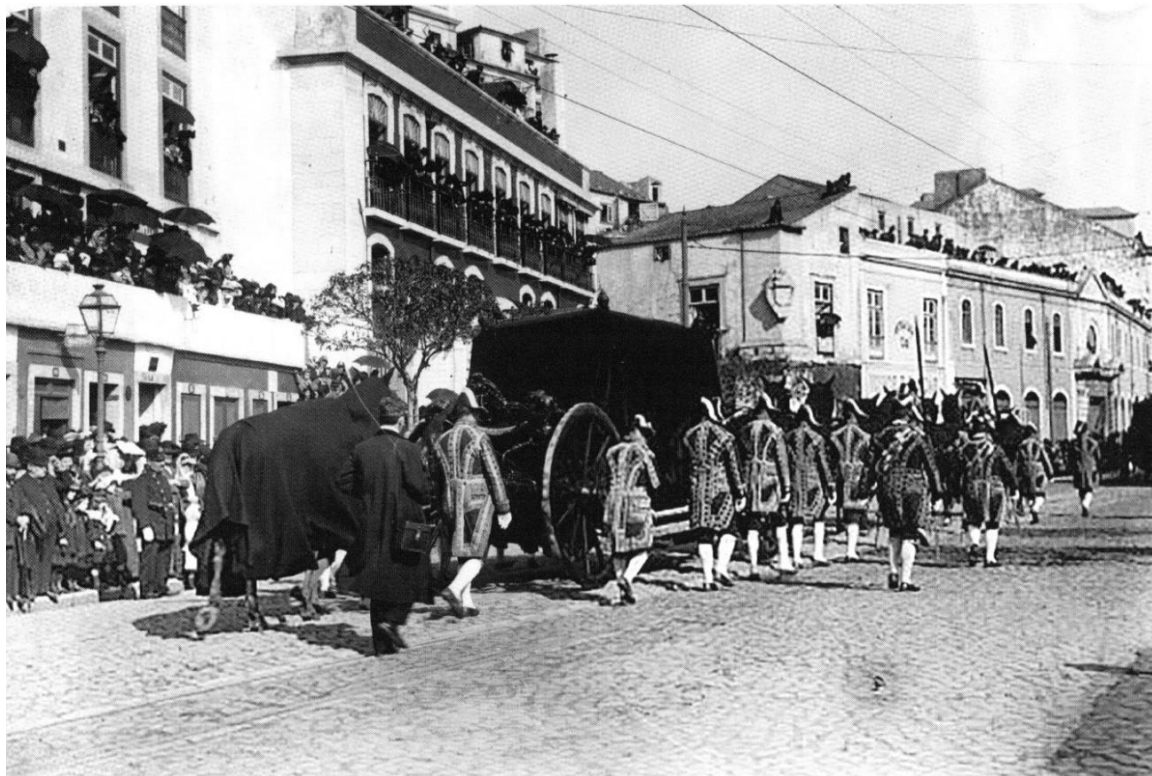


Figura: 2.17: marcha fúnebre pelas ruas de Lisboa<sup>505</sup> (Reprodução fotográfica).

Fonte: arquivo do autor.

O cortejo entre o Palácio das Necessidades e a igreja de São Vicente foi ladeado por uma numerosa assistência de curiosos, tomando parte no desfile fúnebre diversos batalhões de cavalaria e de infantaria do exército e da marinha, e para além de uma extensa fila de carruagens onde seguiram representantes de quadrantes militares, políticos, académicos, judiciais, do funcionalismo público, industriais, comerciais, entre outros. Depois destes, seguiram 12 coches que

---

<sup>503</sup> Sobre o tema cf. Anexo XXXIV – Espada e capacete de D. Carlos e D. Luís Filipe durante o cortejo fúnebre.

<sup>504</sup> Os funeraes de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luis Filipe. *O Occidente... Op. Cit..* Ano XXXI, n.º 1049, (fev. de 1908), p. 34.

<sup>505</sup> Vê-se em primeiro plano, o coche que transportava a urna de D. Luís Filipe, acompanhado à retaguarda pelo seu cavalo favorito.

transportavam amigos mais próximos, família, representantes estrangeiros e demais dignidades, sendo fechado este cortejo na retaguarda por forças militares. O coche que seguiu na posição 11 levou o corpo do príncipe e o seguinte o corpo do rei<sup>506</sup>.

Finalizadas as exéquias, presididas pelo patriarca D. António I, as urnas ficaram expostas durante dois dias, sendo vistas por cerca de 100 mil pessoas. No dia 10 seguiram para o panteão dos Braganças, situado no mesmo edifício de São Vicente, oficializando-se a entrega dos corpos ao patriarcado<sup>507</sup>. Terminava de maneira abrupta o reinado de D. Carlos, não se iniciando sequer o de D. Luís Filipe, remanescendo, no entanto, a memória do seu óbito<sup>508</sup> (cf. Figura: 2.18).

---

<sup>506</sup> Os funeraes de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luis Filipe. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXXI, n.º 1049, (fev. de 1908), pp. 34-35; sobre os funerais veja-se: FUNERAIS RÉGIOS [em linha]. [S.a.]. Lisboa: [S. n.], 1908. [Consult. 30/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=X7qPcgjnfCE&t=258s>>; sobre a ordem do cortejo fúnebre cf. Anexo XXXV – Funeral de D. Carlos e D. Luís Filipe: precedência dos coches cortejo fúnebre

<sup>507</sup> Os funeraes de El-Rei D. Carlos e do Principe D. Luis Filipe. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXXI, n.º 1049, (fev. de 1908), pp. 34-38; ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Termo da entrega do corpo do príncipe D. Luís Filipe*. [Consult. 04/04/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4739678>>.

<sup>508</sup> Cf. Anexo XII – Composição fúnebre alusiva às vítimas do regicídio e Anexo XXXVI – Pagela *In Memoriam* (capas e miolo).

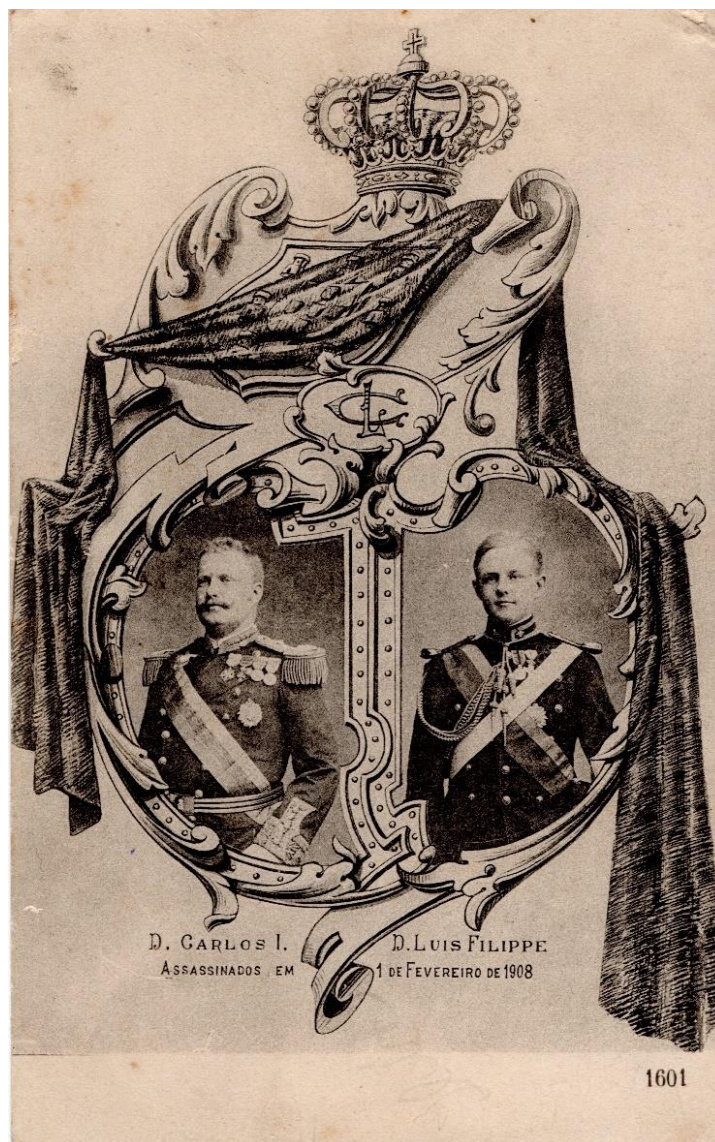


Figura: 2.18: composição fúnebre (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

A tragédia do dia 1 de fevereiro de 1908, gorou as expectativas de sucessão do reinado de D. Carlos por parte de D. Luís Filipe: o tal príncipe cuja educação formal e informal e a condução dos próprios afetos o preparavam para uma solução de continuidade, fazendo ascender ao trono, de modo inesperado, o seu filho mais novo. Tomando o nome de Manuel II, foi o último rei de Portugal <sup>509</sup>.

---

<sup>509</sup> A morte de um rei e do príncipe herdeiro ao mesmo tempo, pode considerar-se um acontecimento extremamente raro se não mesmo inédito, catapultando para a ribalta alguém que por deferência

---

dinástica se encontrava num plano secundário. Embora tenha figurado em revistas e jornais estrangeiros, da Família Real portuguesa eram conhecidos sobretudo o rei e a rainha, seguidos pelo príncipe real, sendo o infante D. Manuel relativamente desconhecido. Esse desconhecimento, aliado aos ainda incipientes meios de comunicação e à necessidade de informar a sociedade com rapidez levaram à produção de um bilhete postal erróneo, figurando uma fotografia do príncipe D. Luís Filipe nomeado como Manuel II. Sobre o tema cf. Anexo XXXVII – D. Manuel II: o novo rei de Portugal (com fotografia de D. Luís Filipe).

## CAPÍTULO III – PORTUGAL, A FAMÍLIA REAL E O MAR (c. 1850-1908)

*Tudo é pequeno neste nosso Portugal de hoje. O mar já não é «curral das nossas naus» mas sim pastagem de couraçados estranhos; foram-se-nos mais de três partes do Império Além-Mar e Deus sabe que dolorosas surpresas nos reserva o futuro<sup>510</sup>.*

---

<sup>510</sup> ALBUQUERQUE, Mouzinho de – *Um Documento Notável...* Op. Cit., p. 9.

### 3.1 Portugal e o mar: um novo olhar

Ao longo da História, a visão que a civilização europeia possuiu do mar esteve eivada de repulsa e de distância. Os contactos mantidos entre si, eram baseados e limitados ao estritamente necessário: alimentação e comércio. Embora presente para uma boa parte da população e das atividades económicas da Europa, as zonas litorais apresentaram-se, como lhe chamou Alain Corbin, como um “território do vazio”<sup>511</sup>.

Na realidade portuguesa esta mudança efetivou-se de forma gradual, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX. A paz política e, por conseguinte, a estabilidade do regime monárquico de cariz constitucional, reanimou uma nação que se encontrava exaurida, possibilitando que Portugal se reaproximasse e relevasse os assuntos marítimos, tanto ao nível interno (metropolitano) como externo (províncias do ultramar e estrangeiro).

Para a efetivação deste novo paradigma marítimo, muito contribuíram as vagas de melhoramentos que as redes portuárias e farolares sofreram ao longo da centúria, mas também, o papel desempenhado pela Família Real, especialmente depois de D. Pedro V, já que sucessivamente gravitaram no trono ou à volta deste, figuras reais ligadas à causa marítima<sup>512</sup>.

Com o rei D. Luís, esta talassofilia real permitiu a adoção, a posterior reprodução pelas classes mais altas da sociedade, e a difusão pelas que se seguiam, de uma série de rituais e práticas relacionadas com o mar que se encontravam já disseminadas pela Europa; se para D. Carlos o mar foi preferencialmente um imenso laboratório científico, para D. Amélia foi o local onde pôde reproduzir as terrenas causas humanitárias e beneméritas<sup>513</sup>. Por fim, para o príncipe real D. Luís Filipe, o mar foi também um lugar de eleição uma vez que aí

---

<sup>511</sup> CORBIN, Alain – *Op. Cit.*

<sup>512</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.3 D. Luís e D. Carlos: contributos políticos, lúdicos, científicos e artísticos.

<sup>513</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.2 A assistência aos náufragos e a Nota de Rodapé n.º 256.

teve a oportunidade de adquirir, nas duas grandes viagens que fez (Mediterrâneo<sup>514</sup> e África<sup>515</sup>), uma larga bagagem intelectual, social e política.

### 3.1.1 *Mare – fabulosus Vs. mare – scientia*

Durante largos séculos o mar e as áreas litorâneas foram percebidos como locais de perdição e de perigos vários. As criaturas bestiais que sulcavam as suas águas, os ataques bélicos e as atividades relacionadas com a pirataria que não raras vezes resultavam no rapto dos seus habitantes, as tragédias causadas por fenómenos naturais, e ainda, os fortes contrastes climáticos, tornavam estes espaços de interface terrestre e marítima, genericamente, em locais a evitar<sup>516</sup>.

Este posicionamento perante tal realidade foi-se alterando gradualmente. De forma titubeante, o Renascimento iniciou este percurso através de uma rejuvenescida visão antropológica perante o mundo e os seus elementos, que se tornou mais consistente entre finais do século XVII e o início do seguinte. As novas teorias filosófico-naturais, ocorridas na França e no Reino Unido, franquearam as portas para uma leitura renovada sobre os assuntos marítimos<sup>517</sup>.

Assim, foram vários os fatores que contribuíram para que a partir de meados do século XVIII, o mar tivesse entrado definitivamente no ideário europeu: em

---

<sup>514</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>515</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África e o reconhecimento político e diplomático.

<sup>516</sup> CORBIN, Alain – *Op. Cit.*, pp. 11-20; FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*, Neste ponto, o terramoto e o tsunami de Lisboa de 1755, foi um momento de análise, confrontando-se duas teorias explicativas: a teológica e a científico-filosófica, abrindo esta última o caminho para o nascimento da sismologia; ALMEIDA, António Betâmio de – Um terramoto em Lisboa (1755): uma reflexão de agora, 260 anos depois [em linha]. In Terramoto de Lisboa de 1755: o que aprendemos 260 anos depois? Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. [Consult. 05/12/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digitalis.uc.pt/download/wprCkW3Ck8KYwpLCnmFhYWhuaWbCncKZ/um\\_terramoto\\_em\\_lisboa\\_1755\\_uma\\_reflex\\_o\\_de\\_agora\\_260\\_anos\\_depois.pdf](https://digitalis.uc.pt/download/wprCkW3Ck8KYwpLCnmFhYWhuaWbCncKZ/um_terramoto_em_lisboa_1755_uma_reflex_o_de_agora_260_anos_depois.pdf)>; O impacto da catástrofe foi de tal magnitude que nem o maior escritor da época, Voltaire, não se escusou de escrever (satiricamente) sobre tal em, VOLTAIRE – *Cândido, ou o Optimismo*. Tradução, notas e posfácio: Rui Tavares. 1.ª ed.. Lisboa: Tinta da China, 2015; ALVEIRINHO DIAS, João; BERNARDO, Paula; BASTOS, Rosário – The occupation of the Portuguese Littoral in 19th and 20th Centuries [em linha]. *Littoral*, (September 2002), p. 85. [Consult. 04/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://www.researchgate.net/profile/RosarioBastos/publication/228900434\\_The\\_occupation\\_of\\_the\\_Portuguese\\_Littoral\\_in\\_19th\\_and\\_20th\\_Centuries/links/0c96051b75f5be6213000000/The\\_occupation-of-the-Portuguese-Littoral-in-19th-and-20th-Centuries.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/RosarioBastos/publication/228900434_The_occupation_of_the_Portuguese_Littoral_in_19th_and_20th_Centuries/links/0c96051b75f5be6213000000/The_occupation-of-the-Portuguese-Littoral-in-19th-and-20th-Centuries.pdf?origin=publication_detail)>.

<sup>517</sup> CORBIN, Alain – *Op. Cit.*, pp. 20-22 e 33-44; FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*, pp. 41-43.

primeiro lugar, a realização do *Grand Tour*, por parte de um pequeno grupo social endinheirado e desejoso de novas intelectualidades. Se para esses viajantes, o Egito, a Grécia, ou a Itália, despertaram sentimentos históricos perante as grandes civilizações pretéritas, as repúblicas holandesa e veneziana e as suas existências marítimas, foram também dignas da admiração dos visitantes. Afinal de contas, estes dois territórios não foram apenas contruídos à beira-mar; através dos esforços das suas gentes, dominaram esse mar outrora tenebroso, ganharam-lhes terrenos e fizeram nele a sua fortuna. O século XIX, trouxe à custa da ciência marítima, da expansão do caminho-de-ferro e de uma sociedade burguesa cada vez mais ávida de tempo livre e das novas teorias relativas à *sanitas*, uma modificação da opinião marítima e a “invenção” da praia. Na Arte, o advento do Romantismo, com a sua contemplação perante a Natureza e os sentimentos que ela proporcionou<sup>518</sup> – o inalcançável, o espanto e a emoção – transformaram para sempre o paradigma do binómio antropotálássico<sup>519</sup>.

No caso português, a ligação histórica ao mar foi sempre apresentada como multiseular e até indissociável da própria existência do reino. Se do ponto de vista histórico – após a conquista territorial culminada em 1249<sup>520</sup> e o estabelecimento fronteiriço em 1397<sup>521</sup> – a existência do país assentou em grande medida na navegação e, concretamente, na navegação marítima, bem como, no posterior domínio ultramarino, no campo literário esta realidade não foi menos evidente, uma vez que duas das maiores obras<sup>522</sup> – os *Lusíadas* e a *Mensagem* – separadas por

---

<sup>518</sup> CORREA, António Mendes coord. [et al.] – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XVI. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [S.d.], p. 152; no caso das artes plásticas, o pintor germânico Caspar David Friedrich, foi possivelmente aquele que melhor soube transmitir estes valores Românticos nas obras, *O viajante sobre o mar de névoa* (1818) e *O mar de gelo* (1823-1824).

<sup>519</sup> CORBIN, Alain – *Op. Cit.*, pp. 44-52; FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*, pp. 61-64 e 74-78.; ORTIGÃO, Ramalho – *As praias de Portugal... Op. Cit.*, p. 5.

<sup>520</sup> A conquista do reino dos Algarves em 1249, por D. Afonso III, marcou o fim da Reconquista em Portugal. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Estado, pátria e nação (1080-1415)*. 3ª ed.. vol. I. [S.l.]: Editorial Verbo, 1979, p. 138.

<sup>521</sup> Com a assinatura do Tratado de Alcañises, entre o rei português D. Dinis e castelhano Fernando IV, ficaram praticamente definidas as fronteiras de Portugal. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Estado, pátria e nação (1080-1415)*. 3ª ed.. vol. I. [S.l.]: Editorial Verbo, 1979, p. 150.

<sup>522</sup> Veja-se igualmente a História Trágico-marítima.

mais de trezentos e cinquenta anos<sup>523</sup>, versaram também sobre a mesma temática, o mar e, até o primeiro estilo artístico conotado com Portugal, o Manuelino<sup>524</sup>, está interligado com ele<sup>525</sup>.

Como foi afirmado, em Portugal, este novo posicionamento perante a realidade marítima ocorreu durante a segunda metade do século XIX, finalizados que estavam todos os acontecimentos e mudanças ocorridas na primeira metade da centúria. O aparecimento e a valorização das indústrias, com especial destaque para as transformadoras do pescado<sup>526</sup>, a construção do caminho-de-ferro e a disponibilidade de outros meios de transporte, uma crescente valorização dos conceitos de saúde e bem-estar, a burocratização do aparelho Estatal e o impulso conferido pela Família Real – científico, vilegiaturo ou desportivo – levaram ao aparecimento de uma maior massa populacional com disponibilidade temporal e

---

<sup>523</sup> Data de publicação dos Lusíadas: 1572 e da Mensagem: 1934. CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Edição nacional. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005; PESSOA, Fernando Pessoa... *Op. Cit.*

<sup>524</sup> A catalogação do Manuelino com estilo arquitetónico ou apenas decorativo foi, e é, ainda hoje, um tema que divide os historiadores da arte. Para a corrente nacionalista, foi um estilo que propagandeou a índole, o génio e a originalidade lusitana, enquanto para os internacionalistas ele não é mais, nem menos, do que aquilo que se fazia na Alemanha, na Itália ou na Espanha (estilo Isabelino). Em bom rigor, no que concerne à conceção estrutural, o Manuelino não apresentou inovações significativas, continuando a usar a gramática arquitetónica gótica ao qual se juntaram alguns apontamentos renascentistas. No campo decorativo, a sua linguagem iconográfica também não destoa do que era produzido além-fronteiras (cachos de uva, alcaçofras, cordas, conchas, etc.), o que não é de estranhar, uma vez que uma boa parte dos seus mestres eram provenientes do estrangeiro. Onde o Manuelino evidenciou a sua originalidade foi na inclusão de motivos que não sendo marítimos se relacionaram com ele, nomeadamente a cruz de Cristo (financiadora de parte das expedições desde o século XV), a esfera armilar (arma pessoal do monarca), na apropriação de elementos exóticos (escultura do rinoceronte e cúpulas gomadas na Torre de Belém) e ainda na propagação de influências portuguesas (arte Indo-Portuguesa). No entanto, e atendendo ao contexto histórico, não podemos dissociar a arte manuelina dos Descobrimentos portugueses. Sobre o tema vejam-se entre outros, PEREIRA, Paulo dir. – *História da Arte Portuguesa*. vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1995; DIAS, Pedro – *Arte portuguesa: a arquitectura manuelina*. vol. 5. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009; SEIXAS, Miguel Metelo de... *Op. Cit.*

<sup>525</sup> Para um aprofundamento sobre a temática da ocupação do litoral português, vejam-se entre outras as obras: BASTOS, Rosário – *O baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da Monarquia aos finais do reinado de D. Dinis* [em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 2006. Tese de Doutoramento. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/781>> e FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*; ORTIGÃO, Ramalho – *As praias de Portugal...* *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>526</sup> E.g. as fábricas de conservas Ramirez em Vila Real de Santo António ou a Brandão, Gomes & C.<sup>a</sup> em Espinho.

capacidade financeira para o usufruto da vilegiatura consolidaram entre nós esta nova moda marítima<sup>527</sup>.

### 3.1.2 *Mare – labor Vs. mare – otium*

Ao invés de hoje, o veraneante de *Oitocentos* não procurava na praia a ociosidade, o sol e as águas cálidas do sul do país; ele valorizava sobretudo as águas frias e a capacidade terapêutica que proporcionavam<sup>528</sup>. De acordo com o roteiro de “As praias de Portugal”<sup>529</sup> de Ramalho Ortigão, estas praias “primitivas” estavam localizadas nas zonas norte e centro do reino: a mais setentrional na Póvoa de Varzim e mais meridional em Cascais, com exceção de Setúbal, que se apresentava, sobretudo, como uma praia usada por veraneantes vindos do Alentejo e da Extremadura espanhola.

O uso ou a ausência na praia era só por si esclarecedor enquanto elemento diferenciador das condições sociais e económicas, distinguindo aqueles que nela usufruíam, os que nela trabalhavam e os que não tinham meios nem tempo livre para nela se deleitarem<sup>530</sup>.

Assim, para uma parte da sociedade portuguesa, o mar deixou de ser apenas um sítio laboral ou histórico para passar a ter, entre outras, uma componente social ou lúdica.

---

<sup>527</sup> Para uma leitura mais aprofundada vejam-se, entre outras, as obras: FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*, pp. 62-79 e 84-90; ALVEIRINHO DIAS, João; BERNARDO, Paula; BASTOS, Rosário... *Op. Cit.*.

<sup>528</sup> CORBIN, Alain – *Op. Cit.*, pp. 74-85; ORTIGÃO, Ramalho – *As praias de Portugal... Op. Cit.*, pp. 115-123.

<sup>529</sup> *Ibidem*.

<sup>530</sup> Para uma descrição mais pormenorizada, apelando por vezes para o pictórico veja-se: *Ibid.*; FREITAS, Joana Gaspar de – *Op. Cit.*, pp. 74 e 76; ALVEIRINHO DIAS, João; BERNARDO, Paula; BASTOS, Rosário... *Op. Cit.*, pp. 2-3.

### 3.2 Os melhoramentos marítimos

#### 3.2.1 A rede portuária e farolár<sup>531</sup>

À aproximação ao mar, ao cada vez maior uso do litoral e à valorização dos recursos marítimos, não ficou alheia a Família Real nem D. Luís Filipe. Se num primeiro momento estes melhoramentos foram aproveitados e até incentivados pelos reis D. Luís<sup>532</sup> (vertentes política e lúdica) e D. Carlos<sup>533</sup> (campos políticos, científico e artístico) e pela rainha D. Amélia<sup>534</sup> (sobretudo no âmbito de assistencial), posteriormente foi também o príncipe real D. Luís Filipe<sup>535</sup> a usufruir desses mesmos avanços infraestruturais e tecnológicos.

O progresso da tecnologia e das comunicações, a crescente e contínua internacionalização da economia verificada desde os inícios do século XIX, bem como, a utilização de maiores e mais rápidos barcos a velame e/ou a vapor, apresentaram novos problemas às nações marítimas<sup>536</sup>.

Todas as vicissitudes presentes nas primeiras décadas do século XIX estiveram refletidas na desorganização social, económica e infraestrutural. Os portos e as barras nacionais apresentavam dois problemas de fundo: causas antrópicas e de origem natural. No primeiro caso, o apetrechamento e organização das construções costeiras eram nitidamente insuficientes e limitativas levando sempre que possível a um afastamento dos portos nacionais, sendo que já em 1822, Balbi referiu o mau estado dos portos de Viana, Vila do Conde, Sagres, Faro, Tavira, entre outros, resultado de uma imperdoável negligência<sup>537</sup>. No segundo, e

---

<sup>531</sup> O presente texto, com exceção de algumas modificações, foi originalmente publicado no Tomo X da rede BRASPOR. Veja-se em: CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – “O socorro aos desgraçados”: *Op. Cit.*, pp. 247-265.

<sup>532</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2.3 D. Luís, D. Carlos: contributos políticos, lúdicos, científicos e artísticos.

<sup>533</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2.3 D. Luís, D. Carlos: contributos políticos, lúdicos científicos e artísticos.

<sup>534</sup> Sobre o tema cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2.2 A assistência aos náufragos.

<sup>535</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo e Capítulo III Subcapítulo 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>536</sup> MATTOSO, José dir. – *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V, [S.l.]: Editorial Estampa, 1993, p. 369; MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 54.

<sup>537</sup> BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un coup'oeil sur l'État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishéres* [em linha]. Tome 1<sup>er</sup>. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1822, pp. 179-180. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL:

salvo algumas exceções, a costa portuguesa continental caracterizava-se por apresentar alguns entraves à navegação, tais como “(...) rochedos e bancos d'arêa, os baixos, as correntes, e ainda a variedade ou a intensidade de ventos (...)”<sup>538</sup>.

Perante este panorama, encarou-se como urgente o melhoramento material e o acesso aos portos do reino, levando a que a navegação marítima e fluvial se apresentasse como um desígnio estratégico dos governos de então, levado a termo através do lançamento e da execução<sup>539</sup> de “(...) grandes Obras Hydraulicas da criação ou melhoramento dos Portos maritimos (...) com grandes proveitos do seu Commercio”<sup>540</sup>. Assim se podia receber ou enviar mercadoria e passageiros de uma forma mais cómoda, rápida e barata.

Neste sentido, a partir da década de 30, iniciaram-se obras de melhoramento nas barras e nos portos de Caminha<sup>541</sup>, Esposende<sup>542</sup>, Figueira da Foz<sup>543</sup>, Funchal<sup>544</sup>, Horta<sup>545</sup>, Lisboa<sup>546</sup>, Porto<sup>547</sup>, Tavira, Vila do Conde<sup>548</sup>, Vila Franca do Campo e Vila Nova de Mil Fontes<sup>549</sup> (cf. Figura: 3.1) entre outras realizações, que ficaram, entretanto, paradas<sup>550</sup>.

Os governos adotaram ao longo da segunda metade do século XIX e até à queda da monarquia, uma política de fomento infraestrutural. Foram melhorados

---

[https://purl.pt/23598/4/hg-5487-p/hg-5487-p\\_item4/hg-5487-p\\_PDF/hg-5487-p\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-5487-p\\_0000\\_anterrosto-480\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/23598/4/hg-5487-p/hg-5487-p_item4/hg-5487-p_PDF/hg-5487-p_PDF_24-C-R0150/hg-5487-p_0000_anterrosto-480_t24-C-R0150.pdf)>.

<sup>538</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados, que sua magestade fidelissima, o senhor D. Miguel Primeiro, Mandou erigir em S. João da Foz do Douro, á entrada da Barra da Cidade do Porto, debaixo da inspecção da Illustrissima Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro [em linha]. Porto: Typ. de viúva Alvares Ribeiro & filho, 1832, p. 4. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://play.google.com/books/reader?id=oDI7AQAAMAAJ&hl=pt\\_PT&pg=GBS.PA1](https://play.google.com/books/reader?id=oDI7AQAAMAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PA1)>.

<sup>539</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. vol. VIII. [S.l.]: Editorial Verbo, 1986, p. 226.

<sup>540</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. *Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados...* Op. Cit., p. 4.

<sup>541</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, estampa I.

<sup>542</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Idem*, estampa IV.

<sup>543</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. II, estampa II.

<sup>544</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. V, estampas III – V.

<sup>545</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. V, estampa XVI.

<sup>546</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. III, estampas I – XXV.

<sup>547</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. I, estampas VII-XII.

<sup>548</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Idem*, estampa VI.

<sup>549</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. IV, estampa IV.

<sup>550</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. vol. VIII... Op. Cit., pp. 229-230; MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX... Op. Cit., pp. 74-75.

alguns dos principais portos, barras e docas do reino, como em Aveiro<sup>551</sup>, Esposende<sup>552</sup>, Figueira da Foz, Horta<sup>553</sup>, Lagos<sup>554</sup>, Vila Nova de Portimão<sup>555</sup>, Nazaré<sup>556</sup>, Ponta Delgada<sup>557</sup>, Porto<sup>558</sup> e Viana do Castelo<sup>559</sup>. Para além destes (cf. Figura: 3.1), destacam-se duas obras de grande importância económica e estratégica: os portos de Lisboa<sup>560</sup> e de Leixões<sup>561</sup> (cf. Figura: 3.1).

---

<sup>551</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. II, estampa I.

<sup>552</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. I, estampa IV.

<sup>553</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. V, estampa XVI.

<sup>554</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. IV, estampa V.

<sup>555</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Idem*, estampas VI - VIII.

<sup>556</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. II, estampa III.

<sup>557</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. V, estampa XV.

<sup>558</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*, vol. I, estampas VII-XII.

<sup>559</sup> FRANZINI, Marino Miguel – *Roteiro das costas de Portugal ou instruções nauticas: para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principaes portos* [em linha]. Lisboa: Impressão Regia, 1812, p. 16. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=87961#page/1/mode/2up>>;

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX. [S.l.]: Editorial Verbo, 1986, pp. 229 e 231; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, pp. 407-409; PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo coord. – *História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000*. 1.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Objectiva, 2019, p. 109; LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes. vol. I... *Op. Cit.*, estampas II - III.

<sup>560</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.* vol. III, estampas I – XXV.

<sup>561</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.* vol. I, estampas XII – XV; LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.* vol. II, estampa XVI.



■ Intervencionado na 1ª metade do século XIX

\* Intervencionado na 2ª metade do século XIX

+ Intervencionado na 1ª e na 2ª metade do século XIX

Figura: 3.1: localização das barras e dos portos intervencionados ao longo do século XIX (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

No caso Oisiponense, e seguindo a política Fontista de melhoramentos das vias de comunicação, tiveram lugar a partir 1854 os trabalhos de beneficiação do seu porto. Após vários anos de estudos e projetos, o porto da capital sofreu obras de monta, tendo sido iniciadas no dia 31 de outubro de 1887, com a presença do rei D. Luís, e terminadas já no século XX<sup>562</sup>.

Quanto ao porto de Leixões, e respondendo às barreiras naturais, foram apresentados diversos projetos desde a década de 50 do século XIX. O estrangulamento da entrada do Douro, os assoreamentos e os naufrágios, foram motivos que levaram a que tivessem início, em 1883, as obras para construção do porto de Leixões, atribuindo-se um crédito suplementar de quase 25:000\$000 réis<sup>563</sup>.

Se dúvidas houvesse sobre a localização estratégica do novo porto nortenho, a mesma fica demonstrada no texto da autoria de António Pinto<sup>564</sup>, reconhecendo-se que

“(...) Leixoens (...) por mais que as tempestades embravecidas ostentem nelles com encapellada inchação (...) nunca nelles se vio haver naufrágio, antes fim seguro asylo a toda a embarcação, [...] para salvar-se de todo, o que de outra sorte seria infallivel estrago, e notório perigo, conseguindo deste modo bonança na mais furiosa tormenta”.

O melhoramento dos portos e barras foi complementado com uma outra infraestrutura, também ela conducente a uma melhor e mais segura navegação marítima: referimo-nos à construção e melhoramento da estrutura farol português (cf. Figura: 3.2 e Tabela: 3.1).

---

<sup>562</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 228-229; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, p. 409; RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908*... *Op. Cit.*, p. 354; PRATA, Ana Filipa da Conceição – *Atlas Portuário Nacional: Contributos Metodológicos para a sua elaboração* [em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012, p. 54. Dissertação de Mestrado. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/7619?locale=en>>.

<sup>563</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, p. 229; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X... *Op. Cit.*, p. 409; <sup>563</sup> LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*. vol. I, estampas XII – XV; LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Op. Cit.*. vol. II, estampa XVI.

<sup>564</sup> PINTO, António Cerqueira – *História da prodigiosa imagem de Christo crucificado* [em linha]. Lisboa ocidental: Officina de António Isidoro da Fonseca, 1737, p. 14. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://archive.org/details/historiadaprodig00pint>>.



Figura: 3.2: localização dos faróis em Portugal continental e insular (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

Perdem-se na espuma do tempo os esforços para sinalizar a costa portuguesa. Entre as primeiras tentativas, indicam-se os faróis da Nossa Senhora do Cabo (Espichel) em 1430, o da torre do convento de São Vicente, situado no cabo de São Vicente, patrocinado pelo bispo de Silves, D. Fernando Coutinho, em 1520, o de São Miguel-o-Anjo situado na foz do rio Douro, na cidade do Porto, tendo sido ordenada a sua construção em 1527 pelo bispo D. Miguel da Silva, ou ainda, o de Nossa Senhora da Guia, em Cascais, por volta do ano de 1537, mandado levantar pelos frades da Irmandade (cf. Tabela: 3.1 e Figura: 3.2).

Apesar de boa vontade, estas tentativas de sinalizar a costa foram muito esparsas e incipientes nos meios disponibilizados e na distribuição territorial, estando associadas as suas construção, manutenção e denominação, ao mundo eclesiástico. Se a localização dos primitivos cenóbios (Nossa Senhora do Cabo, Convento de São Vicente e Nossa Senhora da Guia em Cascais) obedeceu a uma busca espiritual de recolhimento, a função dos faróis a eles adstritos deveu-se a causas altruístas relacionadas com a salvação dos corpos e das almas. Já no caso do farol de São Miguel-o-Anjo, à sua edificação subjazeram motivos económicos (devido ao crescimento mercantil do burgo portuense e as dificuldades de acesso ao seu porto), assim como artísticos (almejando-se uma renovação urbanística renascentista)<sup>565</sup>.

---

<sup>565</sup> AGUILAR, J. Teixeira de – *Onde a Terra Acaba: História dos Faróis Portugueses*. Lisboa: Pandora, 1998, pp. 9; 112; 148 e 164; BAPTISTA, Carlos Manuel Maximino – *Guardiães do Litoral Oeste*. Cadaval: Leader Oeste - Associação para o Desenvolvimento Rural do Oeste, 2004, pp. 15 e 17; OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de – *Porto, São Miguel o Anjo: uma torre-farol e capela. Memória para uma intervenção na obra* [em linha]. Porto: FAUP, 2005, pp. 39; 103-105 e 119-120. Relatório Técnico. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70155?mode=full>>; REIS, Cleber da Silva – *De sinalizador a atractivo cultural: faróis portugueses numa perspectiva turística* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008, pp. 45-46. Dissertação de Mestrado. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1757>>; BUESCU, Ana Isabel – D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito. In: MACÁRIO, Rui ed. – *D. Miguel da Silva: a Obra ao Tempo*. Viseu: Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015. pp. 39-40. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/23909551/D\\_Miguel\\_da\\_Silva\\_e\\_a\\_Coroa\\_portuguesa\\_diplomacia\\_e\\_conflito](https://www.academia.edu/23909551/D_Miguel_da_Silva_e_a_Coroa_portuguesa_diplomacia_e_conflito)>; SOUZA, Maria Luiza Zanatta de – D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e o seu destacado papel na eclosão de um novo repertório artístico e cultural renascentista em Portugal em meados do século XVI [em linha]. *Revista Diálogos Mediterrânicos - Dossiê "Renascimento e renascimentos"*. N.º 8 (Jun. 2015), pp. 162 e 167-171. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.dialogosmediterranicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/148>>.

A partir do século XVIII e, resultado de uma maior centralização do poder estatal, a farolagem passou para a dependência da Junta do Comércio, como se pode depreender pela compilação apresentada na Tabela: 3.1.

Tabela: 3.1: localização, designação, ano de construção e promotor dos faróis em Portugal continental e insular.

Localização	Designação	Data	Promotor	Fonte
Cabo Espichel, Sesimbra	Nossa Senhora do Cabo	1430	Irmandade Nossa Senhora do Cabo	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004; OLIVEIRA 2005; REIS, 2008.
Cabo de São Vicente, Vila do Bispo	Convento de São Vicente	1520	D. Fernando Coutinho (Bispo de Silves)	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004; OLIVEIRA 2005; REIS, 2008.
Foz do rio Douro, Porto	São Miguel - o - Anjo	1527	D. Miguel da Silva (Bispo do Porto)	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004; OLIVEIRA 2005; REIS, 2008.
Cabo da Guia, Cascais	Nossa Senhora da Guia	1537	Irmandade de Nossa Senhora da Guia	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Porto	Nossa Senhora da Luz	1761	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Cabo da Guia, Cascais	Nossa Senhora da Guia (reconstrução)	1761	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Forte de São Lourenço, rio Tejo	Bugio	1775	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Forte de São Julião da Barra, Oeiras	São Julião	1775	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004

D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

Localização	Designação	Data	Promotor	Fonte
Sintra	Cabo da Roca	1772	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Sesimbra	Cabo Espichel	1790	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Peniche	Cabo Carvoeiro	1790	Junta do Comercio	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Ilha Grande, Berlengas	Berlenga	1840	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Vila do Bispo	São Vicente (reconstrução)	1846	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Cabo de Santa Maria, Faro	Santa Maria	1851	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Figueira da Foz	Cabo Mondego	1858	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Póvoa do Varzim	Póvoa do Varzim	1855	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Esposende	Esposende	1866	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Ilha da Madeira	Ponta de São Lourenço	1870	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Ilha de São Miguel, Açores	Ponta do Amel	1876	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004
Ílhavo	Aveiro	1893	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004

Localização	Designação	Data	Promotor	Fonte
Forte de São Brás de Sanxete, Cascais	Cabo Raso	1894	Ministério da Fazenda	AGUILAR, 1998; BAPTISTA & SOUSA, 2004

Fonte: tabela do autor.

Neste sentido, e de forma a prover uma melhor sinalização e aumentar a visibilidade costeira à noite, foi emanado o Alvará Régio de 1 de fevereiro de 1758, pelo qual foram mandados construir pois era evidente a

“(…) falta de Faróis, que possam servir aos Navegantes de Marca, e de Guia, para se desviarem opportunamente de fazerem naufrágio; na mesma forma que se pratica útil, e necessariamente nos outros Lugares Marítimos da Europa, onde se temem semelhantes perigos (…)”<sup>566</sup>.

Destacou-se ainda, no mesmo documento, a ordem para a construção de um conjunto de faróis (cf. Figura: 3.2)

“Os quaes todos seram erigidos, e acabados com a mayor brevidade, que couber no possível, para ficarem nas noutes perpetuamente accezos com fogos taes, que sempre do alto Mar, e de longe se possaõ distinguir em soccorro dos referidos Navegantes”<sup>567</sup>.

Todavia não se cumpriu o desiderato régio, visto que do programa inicial só foram construídos num curto/médio prazo os faróis de Nossa Senhora da Luz na barra do Douro e de Nossa Senhora da Guia, em 1761, e os de São Lourenço do Bugio e de São Julião da Barra em 1775 (cf. Figura: 3.2), embora este último já fosse referenciado em 1755, tratando-se porventura não de uma construção de base, mas de uma reconstrução devido ao terramoto de 1755. Apesar deste primeiro intento de dotar o litoral de uma sinalização eficaz a questão só seria retomada com afinco no pós-guerra Liberais (1832-34).

<sup>566</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará com força de lei mandando erigir seis faróis nas barras e costas destes reinos, ordenando de uma nova forma de despacho para os navios mercantes que navegam para os domínios ultramarinos, revogando e cessando o alvará estabelece o troço* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Junta do Comércio, liv. 105, fl. 131v. [Consult. 01/04/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4500396>>.

<sup>567</sup> *Idem*, fl. 132.

Em 1833, o sistema de farolagem transitou para o Ministério da Fazenda, procedendo-se a uma nova vaga de investimentos. Logo em 1835 foi projetada a construção de cinco faróis, mas apenas saíram do papel os faróis das Berlengas, São Vicente, Santa Maria e Cabo Mondego (cf. Figura: 3.2)<sup>568</sup>. Esta iniciativa teve continuidade durante a 2.<sup>a</sup> metade do século, não só com a construção dos já referidos faróis dos cabos de Santa Maria e do Mondego, mas igualmente dos faróis da Póvoa do Varzim, Esposende, da Ponta de São Lourenço, na ilha da Madeira, da Ponta do Arnel, nos Açores, Aveiro e Cabo Raso (cf. Figura: 3.2 e Tabela: 3.1)<sup>569</sup>. Conquanto todas estas edificações, dizia em 1885 o deputado Augusto Fuchini, que “Da nossa cota, mal iluminada foge a (...) colossal navegação que sulca o oceano em busca das costas americanas!”<sup>570</sup>.

Pesem embora os estudos e levantamentos feitos, como em 1866 o Plano de Aluminação Marítimo, em 1881 a Comissão de Faróis e Balizas e em 1883 o Plano Geral de Aluminação e Balizagem das Costas Marítimas e Portos do Continente e Ilhas Adjacentes<sup>571</sup>, o aumento e a distribuição territorial que incluiu os arquipélagos dos Açores e da Madeira (cf. Figura: 3.2 e Tabela: 3.1) ou, ainda, as atualizações tecnológicas em especial na parte ótica que a rede farolar sofreu, mesmo assim, no ano de 1903 e em plena Câmara dos Deputados, Lourenço Cayolla, expunha de forma crua o persistente problema, “(...) que de vez termine o vergonhoso cognome de costa negra, com que os navegantes denominam a costa portuguesa”<sup>572</sup>.

Para este espaço-tempo (entre finais do século XIX e inícios do século XX nas colónias), e que tenhamos conhecimento, existiu apenas um trabalho de levantamento da rede farolar, incidindo o mesmo sobre Moçambique<sup>573</sup>. De resto,

---

<sup>568</sup> AGUILAR, J. Teixeira de – *Op. Cit.*, pp. 10; 52; 164 e 188; BAPTISTA, Carlos Manuel Maximino – *Op. Cit.*, pp. 15 e 35.

<sup>569</sup> AGUILAR, J. Teixeira de – *Op. Cit.*, pp. 31; 48; 105; 221 e 244; BAPTISTA, Carlos Manuel Maximino – *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>570</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Sessão n.º 13 (21/01/1885), p. 205. [Consult. 10/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/013/1885-01-21/205>>.

<sup>571</sup> AGUILAR, J. Teixeira de – *Op. Cit.*, pp. 11-12; BAPTISTA, Carlos Manuel Maximino – *Op. Cit.*, p. 16.

<sup>572</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. Sessão n.º 50 (18/04/1903), p. 17. [Consult. 10/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/050/1903-04-18/7>>.

<sup>573</sup> PAIS, António da Silva – *Ports, phares et navigation commerciale: Colonie de Moçambique*. Lourenço Marques: Impr. Nationale, 1931.

apenas algumas poucas referências em textos<sup>574</sup> e listagens de faróis<sup>575</sup>. No entanto, se tivermos em conta o anteriormente exposto, isto é, a deficitária rede de faróis na metrópole e nas ilhas adjacentes, podemos facilmente extrapolar que nos territórios ultramarinos, esta rede não seria abundante em quantidade nem em qualidade. Essa mesma ideia foi-nos transmitida em várias ocasiões pelo comandante do *África*, Guilherme Vidal Júnior. Durante a sua travessia em águas moçambicanas, informou que devido a persistentes protestos, o Governador-geral iniciou um plano de farolagem, mas mesmo com a construção dos faróis da ponta Závora e do cabo Bazaruto, a costa da África oriental portuguesa não deixou de ser reputada de costa negra<sup>576</sup>. Também em Angola, encontramos o mesmo cenário de falta de iluminação costeira, uma vez que “Não exist[ia] ahi um unico pharol para segurança da navegação que do Sul venha a demandar a costa (...)”, não obstante os acidentes geográficos e a neblina persistente, estando prevista a construção de uma torre farolar<sup>577</sup>.

Pelo exposto, verifica-se que mesmo demorado e falho, o litoral português foi apetrechado com melhorias ao nível das infraestruturas, de forma a prevenir os naufrágios e as suas consequências. No entanto, tão ou mais atribulado, foram também os de ligação marítima às colónias e o de implementação de um serviço de socorro aos náufragos.

### 3.2.2 A assistência aos náufragos<sup>578</sup>

A derrota da França Napoleónica em 1815 catapultou o Reino Unido para o papel de potência (marítima) mundial, criando na Europa um clima propício à paz política e a uma prosperidade económica assente nas trocas comerciais marítimas. Pelo contrário, na década que se seguiu à partida das tropas

---

<sup>574</sup> AMARAL, Ilídio – Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*. Vol. 4, n.º 7 (1969), pp. 76-93.

<sup>575</sup> THE LIGHTHOUSE Directory [em linha]. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <http://www.ibiblio.org/lighthouse/>>.

<sup>576</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>577</sup> *Idem*, pp. 96-97.

<sup>578</sup> O presente texto, com exceção de algumas modificações, foi originalmente publicado no Tomo X da rede BRASPOR. Veja-se em: CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – “O socorro aos desgraçados”... *Op. Cit.*, pp. 247-265.

napoleónicas do território nacional, assistiu-se em Portugal a convulsões políticas, sociais e económicas e a um comércio continuamente decrescente<sup>579</sup>.

Em resultado deste panorama tornava-se a realidade desoladora e com grandes inconvenientes ao bom funcionamento e dinamismo comercial, urgindo, assim, acompanhar o que de melhor se ia fazendo na Europa marítima com destaque para as ilhas Britânicas, onde a proliferação de estabelecimentos de auxílio serviram para acudir a muitos naufragos<sup>580</sup>.

De modo a minimizar os recorrentes e danosos afundamentos foi mandada erigir no reinado de D. Miguel, em 1828, uma Casa de Asilo para os Naufragados<sup>581</sup>. Apresentado e aprovado, o projeto foi construído na Foz do Douro a referida Casa<sup>582</sup>. A principal causa para tal obra aí ter tido lugar foi que, apresentando a cidade uma geografia tão vantajada ao comércio marítimo, era, no entanto, servida infortunadamente por uma desembocadura pouco profunda, pejada de funestos rochedos e propícia ao assoreamento<sup>583</sup> e pesem embora todos os melhoramentos de que havia sido alvo, ainda assim, era um espaço de perigosidade onde as embarcações naufragavam amiúde e onde “(...) costumava acontecer os naufragios, assim de Navios mercantes, como de Lanchas e Barcos de pescaria”<sup>584</sup>. Situado na zona da Cantareira<sup>585</sup>, o edifício apresentava uma arquitetura singela: planta retangular e piso térreo, sendo composto pelas casas da

---

<sup>579</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da – Aspectos da evolução das finanças públicas nas primeiras décadas do século XIX (1800-27) [em linha]. *Revista Análise Social*. Vol. 23, n.º 97 (1987), p. 513. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.jstor.org/stable/41010637?seq=1>>; RAMOS, Rui coord.– *História de Portugal*. vol. V. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, pp. 47-48.

<sup>580</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados... *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>581</sup> GAZETA de Lisboa [em linha]. Lisboa: na impressão régia, 1824. Sessão n.º 104 (03/05/1824), p. 482. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1824&mes=5&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados... *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>582</sup> *Idem*, p. 10.

<sup>583</sup> E.g. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Memórias paroquiais*. vol. 16, n.º 139, fls. 883-884.

<sup>584</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados... *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>585</sup> PERES, Damião; CRUZ António – *História da cidade do Porto*. vol. III. Porto: Portucalense Editora, 1965, p. 466.

enfermaria, das máquinas, das roupas, do Fiel do Asilo, e ainda, por uma cozinha<sup>586</sup>.

Para um melhor e mais rápido socorrer das vítimas, a dita Casa d'Asylo era guarnecida de uma embarcação salva-vidas, devidamente apetrechada para efetuar a assistência aos navios em perigo ou para salvamento de pessoas que tivessem caído ao mar. Para o auxílio físico, existiam um médico e um cirurgião que deveriam viver nas proximidades sendo "(...) obrigados a comparecer, assim que tiverem aviso ou notícia do perigo (...)"<sup>587</sup>. Para além deste e outro pessoal permanente e afeto à Casa, era requerida e muito valorizada a participação do Piloto-mor, pilotos da barra e de remadores para se aproximarem dos barcos ou dos náufragos de maneira a efetivarem o respetivo salvamento<sup>588</sup>.

Por fim, indica-se que para além de ser a "(...) responsável pela administração do Asilo dos naufragados de S. João da Foz do Douro e do barco salva-vidas entre 1830-1834.", a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro assumiu as despesas relativas à construção, ficando as demais a cargo da Barra do Porto<sup>589</sup>. Apesar da grande importância para o socorro aos náufragos, a sua existência não foi duradoura porque "(...) o governo liberal vendeu-[a] por [8]00\$000 réis, em 1835 (tendo custado 6:400\$000!)"<sup>590</sup>. Com isto se privou o tráfego marítimo de assistência visto que "Por 17 anos foi a casa do Salva Vidas uma residência particular"<sup>591</sup>.

Enquanto na cidade do Porto se procedia à venda da Real Casa d'Asylo, nesse mesmo ano, temos notícia de uma instituição localizada em Lisboa. Referimo-nos à Sociedade Geral dos Naufrágios, cuja notícia da aprovação e envio

---

<sup>586</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados... *Op. Cit.*, pp. 11-15.

<sup>587</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>588</sup> COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados... *Op. Cit.*, pp. 7-9.

<sup>589</sup> SOUSA, Fernando de – *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: Real Companhia Velha*. Porto: CEPESE, 2003, p. 275.

<sup>590</sup> LEAL, Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. vol. 7. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876, p. 336.

<sup>591</sup> LEAL, Pinho – *Op. Cit.*, vol. 3. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 223.

dos seus estatutos ao Ministério do Reino, nos chegou pelo governador da praça de São Julião da Barra<sup>592</sup>. Em correspondência de Cláudio Adriano da Costa para o secretário de Estado da Marinha, Marino Miguel Franzini, indicava-se que a pedido de D. Maria II, deveria a Associação Comercial Lisbonense, formar “(...) uma Sociedade Geral dos Naufragios a exemplo da Sociedade geral dos Naufragios estabelecida em Paris (...)”<sup>593</sup>.

Na noite de 29 de março de 1852, uma tragédia marítima abateu-se sobre a cidade do Porto, levantando muita comoção em todo o país. O desastre do vapor “Porto” foi uma ilustração das dificuldades que sobejavam, tanto na navegação da barra portuense, como no salvamento e na assistência aos náufragos<sup>594</sup>. Do relato, e no que diz respeito ao presente trabalho, ficaram registadas as precárias condições de salvamento. Não aguentando ouvir os esdrúxulos brados dos passageiros, avançou numa catraia juntamente com doze remadores o piloto da barra, Manuel Francisco, com o objetivo de lançar um cabo para o navio, mas como “(...) os passageiros em montão correram todos a puxar a catraia (...)” e temendo-se o seu afundamento, foi necessário largar o cabo<sup>595</sup>. Para poderem ver o triste espetáculo e servir de guia aos intrépidos que se lançassem ao mar, foram acesas fogueiras, tentando-se enviar novamente as catraias ao mar e lançar um cabo recorrendo a foguetes, mas todas as tentativas foram votadas ao insucesso.

Ironicamente ou não, o naufrágio deu-se defronte da antiga Casa dos Naufragados, levando a que o povo da cidade amaldiçoasse “(...) os que deram cabo d'um tão prestante estabelecimento.”<sup>596</sup> e a que se gerasse uma indignação local. Perante a descrição resumida deste espetáculo macabro era necessário

---

<sup>592</sup> COLLECÇÃO de leis e outros documentos officiaes: Publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. 1837 [em linha]. Série 4.<sup>a</sup>. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, p. 314. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://play.google.com/books/reader?id=NJUvAQAAMAAJ&hl=pt\\_PT&pg=GBS.PP1](https://play.google.com/books/reader?id=NJUvAQAAMAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PP1)>.

<sup>593</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Carta para Marino Miguel Franzini de Cláudio Adriano da Costa sobre formação de uma sociedade geral dos naufrágios*. Lisboa: [S.n.], Coleção Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.74, fl. 1.

<sup>594</sup> PALMA-FERREIRA, João – *Naufrágios, Viagens, Fantasias & Batalhas: Seleção prefácio, leitura de texto e notas de*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, p. 123; LEAL, Pinho – *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. vol. 3... *Op. Cit.*, p. 223.

<sup>595</sup> PALMA-FERREIRA, João – *Op. Cit.*, p. 124.

<sup>596</sup> LEAL, Pinho – *Op. Cit.*, vol. 3, p. 223.

tomar medidas que evitassem ou pelo menos minorassem os acidentes marítimos futuros. Tomando conhecimento da tragédia no dia posterior, através de um ofício enviado pelo Intendente da Marinha, ordenou a Rainha (em 3 de abril) ao Governador Civil do Porto, a abertura de um inquérito para o apuramento: i) das causas humanas ou materiais, nomeadamente das condições de navegabilidade da embarcação; ii) do motivo para a ausência do capitão do navio não obstante as condições atmosféricas adversas; iii) da veracidade vinculada na imprensa acerca da contradição na informação prestada à embarcação, nomeadamente o aviso de não entrada na barra transmitido pelo piloto da barra e a autorização por parte do Castelo da Foz e iv) da chocante falta de instrumentos para se acorrer à salvação<sup>597</sup>.

Seguidamente foi decretada a criação de duas comissões. A primeira, constituída pelos majores Belchior José Garcez, Plácido António da Cunha e Abreu, e pelo capitão Sebastião Lopes Calheiros de Menezes, todos pertencentes ao Corpo de Engenheiros do exército. Ficou esta incumbida de proceder aos levantamentos necessários para a construção de um porto a norte do Douro, de maneira que se ultrapassassem as dificuldades de penetração da barra portuense com os inerentes prejuízos económicos, materiais e humanos. Iniciou-se um longo percurso até à construção do que mais tarde seria o porto de Leixões, projeto que apresentava a particularidade da ligação por via-férrea entre este e a cidade Invicta. Na segunda comissão figuravam o Governador Civil do Porto (presidente), o Intendente da Marinha dessa cidade (vice-presidente), o Juiz do Tribunal do Comércio de 1.<sup>a</sup> Instância, dois vereadores indicados pela edilidade e dois membros da Associação Comercial, tendo como encargo, a mobilização dos recursos para providenciarem assistência a todas as embarcações que se encontrassem em perigo de naufrágio ao largo da barra do Douro<sup>598</sup>. Estava lançado o germen para criação da Real Sociedade Humanitária,

---

<sup>597</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Sessão n.º 81 (05/04/1852), p. 381. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1852&mes=4&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>598</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Sessão n.º 81 (05/04/1852), p. 381. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL:

“(...) instituída no Porto a 15 de abril de 1852, para a salvação de pessoas em naufrágios, nas costas ao norte e sul da barra do Porto, desde Caminha até Aveiro inclusive, e no rio Douro, e em epidemias, incêndios, inundações, e outras semelhantes calamidades que sobrevierem n’esta cidade, e suas imediações [...] sendo presidentes perpetuos Sua Magestade El-Rei D. Pedro V, e Sua Alteza Serenissima o Senhor Infante D. Luiz, Duque do Porto (...)”<sup>599</sup>.

Para tal, expropriou-se a antiga Casa do Asylo dos Naufragados ou do Salvadas pelo valor de 5:000\$000 reis, passando a servir como local de recobro dos náufragos, encontrando-se devidamente apetrechado com equipamento de salvamento<sup>600</sup>. A sua importância ficou atestada num ofício datado de 11 de setembro de 1853, onde, relativamente ao desastre do vapor “Porto”, se deu notícia do salvamento realizado e dos náufragos salvos<sup>601</sup>, estendendo-se o seu raio de atuação, sempre que fosse possível, ao restante território continental<sup>602</sup>. Para além do Porto, temos notícia da existência de uma instituição humanitária similar em Aveiro, no ano de 1853<sup>603</sup> e em Matosinhos em 1860<sup>604</sup>. Refira-se ainda, que como instituição humanitária que era, premiou através de condecorações e recompensas pecuniárias, aqueles que revelando coragem e altruísmo se destacaram no socorro marítimo aos naufragados.

---

<https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1852&mes=4&tipo=a-diario&pm=&res=>>.

<sup>599</sup> DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Sessão n.º 73 (22/02/1865), p. 854. [Consult. 16/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1865&mes=2&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>600</sup> LEAL, Pinho – *Op. Cit.*, vol. 3, p. 223; PONTE, Nunes da – Casa De Asilo Dos Naufragados. *Revista Tripeiro*. Série IV, ano 4, n.º 9, (set. de 1964), p. 280.

<sup>601</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Sessão n.º 220 (19/09/1853), p. 1350. [Consult. 16/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1853&mes=9&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>602</sup> DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Sessão n.º 159 (10/07/1861), p. 7. [Consult. 16/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1861&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>603</sup> REGULAMENTO da Sociedade Humanitária do Districto d’Aveiro: Filial da Real Sociedade Humanitária do Porto [em linha]. Aveiro: Typ. de M. F. A. M., 1853, p. 7. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://bibria.cm-aveiro.pt/Catalog/winlibimg.aspx?skey=878328E2ABE54898B8E86BCD77E097F6&doc=155&img=156>>.

<sup>604</sup> DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Sessão n.º 149 (04/07/1860), p. 4. [Consult. 16/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1860&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

Em Lisboa, era criada com a ajuda da *Associação Commercial* da cidade, no ano de 1855, a Companhia de Socorros a Náufragos<sup>605</sup>. Na sequência da celebração do tricentenário da morte de Camões, foi proposto pela dita Associação, e aceite pelo governo através da portaria de 21 de maio de 1880, a criação de uma instituição de socorro a náufragos em Cascais<sup>606</sup>.

Embora as antigas instituições de socorro aos náufragos apresentassem boas intenções, não serviam o seu propósito de forma contínua, nem abrangiam todo o território nacional, tornando-se premente rever o apoio aos náufragos. Para este efeito foi criada, em 1879, uma comissão de estudo para a criação do Serviço Nacional de Socorros a Náufragos, do qual viria a ser publicado em 1881 a obra «Relatório acerca do serviço de socorros a náufragos nas costas do Continente do Reino e Ilhas adjacentes». Com base no relatório constatou-se de forma oficial o deplorável estado em que se encontrava o apoio aos náufragos, verificando-se que entre as desembocaduras dos rios Minho e Guadiana, só existiam barcos salva-vidas no Porto, na Póvoa do Varzim, em Paço d'Arcos, para além do de Cascais, já referido anteriormente. Mais, entre Paço d'Arcos e Vila Real de Santo António, não existiam meios de socorros marítimos!<sup>607</sup>.

De forma a acompanhar o que de melhor se fazia no estrangeiro e a minorar o flagelo dos naufrágios que entre 1870 e 1878 condenou 224 navios e 229 vítimas, foi proposta a criação de 30 estações e 32 postos de apoio a náufragos, distribuídos pelo território continental e insular. Quanto às estações, 24 localizavam-se no continente e as restantes 6 nas ilhas, estando equipadas para além de uma casa, com barcos salva-vidas e respetivo carro condutor, ambulância, coletes, boias, foguetes de sinalização, aparelhos de porta cabos e de socorro médico. Os postos

---

<sup>605</sup> CÂMARA de Comércio e Indústria Portuguesa – *História* [em linha]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [www.ccip.pt/pt/quem-somos/historia](http://www.ccip.pt/pt/quem-somos/historia)>.

<sup>606</sup> COLEÇÃO oficial de legislação portuguesa: anno de 1880 [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 70. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112103828986&view=1up&seq=952>>.

<sup>607</sup> DIÁRIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Sessão n.º 20 (09/03/1883), p. 167. [Consult. 19/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/020/1883-03-09/167>>; FANGUEIRO, Oscar – Naufrágios Poveiros, desde o século XVIII. *Póvoa do Varzim – Boletim Cultural* [em linha]. vol. XXV, n.º 2 (1987), p. 366. [Consult. 01/02/2021]. Disponível na internet: <URL: [http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim\\_cultural/bc\\_xxv\\_2\\_355\\_391.pdf](http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim_cultural/bc_xxv_2_355_391.pdf)>; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 293.

seriam servidos por uma habitação mais modesta, mas igualmente equipados materialmente. Porém, e apesar de todas as recomendações, os anseios e as necessidades, a avultada verba de aproximadamente 138:000\$000 réis retirou todo o interesse ao projeto, acabando por não se efetivar<sup>608</sup>. Mesmo com esta reprovação, a problemática da assistência aos náufragos não caiu no esquecimento. Em 1883 organizou-se uma nova comissão por forma a estabelecerem-se 63 estações e postos de socorro com uma subvenção de 30:000\$000 réis anuais durante 5 anos<sup>609</sup>.

No dia 27 de fevereiro de 1892, uma violenta tempestade abateu-se sobre o norte do país. Vacilando entre o pavor do mar e a necessidade do ganha-pão, fizeram-se ao mar 46 embarcações com 128 pescadores, originários da Póvoa do Varzim e da Afurada (cf. Figura: 3.3). Destes, pereceram 105 no mar e mais 3 em terra nos dias seguintes.

---

<sup>608</sup> DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Sessão n.º 20 (09/03/1883), pp. 166-167. [Consult. 15/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/020/1883-03-09/166>>; FANGUEIRO, Óscar - *Op. Cit.*, p. 367.

<sup>609</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. Sessão n.º 57 (03/04/1888), p. 976. [Consult. 15/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/057/1888-04-03/976>>; PAULO, Jorge Silva – Contributos para a história institucional da Autoridade Marítima. *Revista Eletrónica de Direito* [em linha]. N.º 3 (out. 2016), pp. 38-39. [Consult. 15/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5\\_656.pdf](https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5_656.pdf)>; RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia* [em linha]. vol. XVIII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1892, pp. 109-110. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/173/4/hg-7152-v/hg-7152-v\\_item4/hg-7152-v\\_PDF/hg-7152-v\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-7152-v\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/173/4/hg-7152-v/hg-7152-v_item4/hg-7152-v_PDF/hg-7152-v_PDF_24-C-R0150/hg-7152-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)>.



Figura: 3.3: naufrágio na Póvoa de Varzim (Ilustração).

Fonte: *O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1892, n.º 476, p. 57.

Perante tal catástrofe, organizaram-se quermesses e bailes e pediram-se contribuições pecuniárias, estando a Família Real entre os principais contribuidores<sup>610</sup>, mas mais importante do que uma ajuda *ad hoc*, o país tomou consciência da urgência de se criar uma instituição permanente e funcional para o salvamento aos náufragos.

A tragédia ocorrida na Póvoa do Varzim, foi o início para a criação de um corpo de salvamento aos náufragos. Após vários avanços e recuos, foi publicado no Diário do Governo do dia 8 de março de 1892, o projeto de lei 14-I que visou a

---

<sup>610</sup> *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1892, vol. XV, n.º 476, pp. 58-59.

criação de “(...) uma organização eficaz e permanente de socorros a naufragos todas as condições, que devam concorrer para a instalação definitiva e geral a toda a costa e rios navegáveis do paiz (...)”<sup>611</sup>. Seguidamente, e de acordo com o regulamento de 21 de abril de 1892, publicado no Diário do Governo em 11 de junho do mesmo ano (n.º 131), efetivou-se no terreno a longa utopia no que diz respeito ao serviço de salvamento dos náufragos, com a criação do Instituto de Socorros a Náufragos (I.S.N), sob a presidência da rainha D. Amélia<sup>612</sup>.

Do ponto de vista organizacional e administrativo, o Instituto dividiu-se em comissões central (Lisboa), departamental (Porto, Faro, Funchal e Angra do Heroísmo) e local.

À comissão central estavam atribuídas competências que abrangiam os campos administrativo e institucional; económico e financeiro; comunicacional; e científico, sendo as mesmas replicadas nas comissões departamentais e locais.

De acordo com o artigo 2.º, a direção da comissão central era composta, para além da rainha (presidente); pelo ministro da Marinha e Ultramar (vice-presidente); pelo inspetor do Serviço de Socorros a Náufragos (secretário); pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa; pelo presidente da Associação Comercial de Lisboa; pelo chefe do departamento marítimo do centro; pelo chefe da 3.ª circunscrição hidráulica; pelo médico naval inspetor; pelo inspetor do Serviço dos Incêndios; por um construtor naval, nomeado pelo governo; pelo presidente da Associação de Bombeiros Voluntários, e ainda, por vinte vogais.

Tendo em conta o artigo 3.º, todas as comissões departamentais tinham a rainha como presidente honorária, sendo as direções constituídas pelos seguintes elementos:

---

<sup>611</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Sessão n.º 53 (08/03/1892), p. 487. [Consult. 15/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1892&mes=3&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>612</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Sessão n.º 131 (11/06/1892), p. 1338. [Consult. 08/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1892&mes=6&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

- Porto: prelado diocesano (vice-presidente), ajudante do chefe do departamento (secretário); Governador Civil; presidente da Câmara Municipal; presidente da Associação Comercial ou pelo presidente do Centro Comercial; presidente do Ateneu Comercial; chefe do departamento do norte; chefe da circunscrição hidráulica; inspetor do Serviço dos Incêndios; presidente da Associação de Bombeiros Voluntários, e ainda, por dez vogais.

- Faro: prelado diocesano (vice-presidente); ajudante do chefe do departamento (secretário); Governador Civil; presidente da Câmara Municipal; presidente da Associação Comercial; chefe do departamento do sul; inspetor do Serviço dos Incêndios; presidente da Associação de Bombeiros Voluntários, e ainda, por sete vogais.

- Funchal e em Angra do Heroísmo: prelado diocesano (vice-presidente); Governador Civil; presidente da Câmara Municipal; presidente da Associação Comercial; capitães dos portos; inspetor do Serviço dos Incêndios; presidente da Associação de Bombeiros Voluntários, e ainda, por sete vogais.

Por fim, e segundo o artigo 4.<sup>o</sup>, as direções dos departamentos locais eram constituídas pelos seguintes elementos: Governador Civil na sede do distrito e administrador do concelho na sede do concelho (presidente); capitão do porto (vice-presidente); escrivão da administração (secretário); presidente da Câmara Municipal; pároco da freguesia; presidente de Irmandade de Compromisso Marítimo; presidente da Associação de Bombeiros Voluntários e quatro vogais. Nos casos em que não exista o posto de capitão de porto, o presidente da Câmara Municipal tomava o cargo de vice-presidente. No caso do departamento se localizar fora da sede de concelho, a sua direção era constituída pelos seguintes elementos: pároco da freguesia (presidente); escrivão da Junta de Paróquia (secretário); regedor da Paróquia; presidente da Junta da Paróquia; tesoureiro da Junta da Paróquia; presidente da Irmandade do Compromisso Marítimo e três vogais<sup>613</sup>.

Pese embora, coubesse ao Estado a sua constituição e tivesse nele um interesse institucional, económico e até reputacional, uma parte da sua manutenção

---

<sup>613</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Sessão n.º 131 (11/06/1892), p. 1338... *Op. Cit.*

económica provinha do pagamento da joia e das quotas dos seus sócios e das Câmaras Municipais que tivessem costa oceânica. Quanto às despesas, eram consideradas ordinárias, os pagamentos ao pessoal permanente, as pensões, o expediente, os exercícios de ensino e formação, a conservação do material, e ainda, as pinturas e pequenas reparações. Como despesas extraordinárias, consideraram-se, o pagamento de trabalho avulso, a aquisição de material e grandes reparações, o pagamento pecuniário resultado de salvamentos ou o apoio em roupas e alimentos às vítimas e família nos dias seguintes ao acidente, entre outros<sup>614</sup>.

Do equipamento utilizado, ressalvam-se os barcos salva-vidas, carros portacabos, sinais de mau tempo de dia e de noite, varadouros e abrigos, e ainda, material de ambulâncias e enfermarias. De forma a participar na realização do serviço, ficavam responsáveis pelos barcos, sinais, varadouros e abrigos, os capitães dos portos ou os seus delegados, enquanto os bombeiros, ficavam encarregues dos carros e do material de socorro médico<sup>615</sup>.

De modo a valorizar o altruísmo inerente às ações de salvamento praticadas, estas eram reconhecidas e recompensadas através de condecorações, assim como, constituíam um fator de preferência na admissão a empregos públicos<sup>616</sup>.

Em 1903, na sequência da publicação do decreto de 7 de maio, foi aprovado o novo regulamento de 18 de junho de 1901. Este novo regulamento, mantendo no geral as linhas orientadoras do anterior foi, como seria de esperar, mais abrangente, revendo e aperfeiçoando algumas normas<sup>617</sup>. No entanto, a maior modificação adveio do reconhecimento, elevando-lhe o estatuto e modificando-lhe a designação para «Real Instituto»<sup>618</sup>.

---

<sup>614</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Sessão n.º 131 (11/06/1892), p. 1340... Op. Cit..

<sup>615</sup> *Idem*, p. 1339.

<sup>616</sup> *Idem*, p. 1340.

<sup>617</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. Sessão n.º 102 (09/05/1903), pp. 1507-1514. [Consult. 07/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1903&mes=5&tipo=a-diario&filename=1903/05/09/D\\_0102\\_1903-05-09&pag=3&txt=real%20instituto](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1903&mes=5&tipo=a-diario&filename=1903/05/09/D_0102_1903-05-09&pag=3&txt=real%20instituto)>.

<sup>618</sup> A denominação de *Real*, apareceu pela primeira vez em março de 1901. DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 168 (31/07/1901), p. 1340. [Consult. 07/11/2022]. Disponível na internet: <URL:

Através de um mapa datado de 1905, produzido pelo “Real Instituto de Socorros a Náufragos”, foi possível aferir a localização das estações de salvamento e do equipamento disponível para prestar o socorro, estando os mesmos dispersos um pouco por todo o litoral português (cf. Tabela: 3.2 e Figura: 3.4).

Tabela: 3.2: localização das estações de salvamento do Real Instituto de Socorros a Náufragos e equipamento de socorro disponível.

Localização		Equipamento	
		Barco salva-vidas (sv)	Aparelho porta-cabos (pc)
1	Caminha e Moledo	X	X
2	Viana do Castelo	X	X
3	Póvoa do Varzim	X(2)	X
4	Vila do Conde	X	X
5	Matosinhos	X	X
6	Aveiro	X	----
7	Buarcos	X	X
8	Figueira da Foz	X (2)	X
9	Pederneira/Nazaré	X	---
10	Peniche	X	X
11	Ericeira	---	X
12	Cascais	X	X
13	Lisboa	X	X
14	Sesimbra	X	---
15	Setúbal	X	---

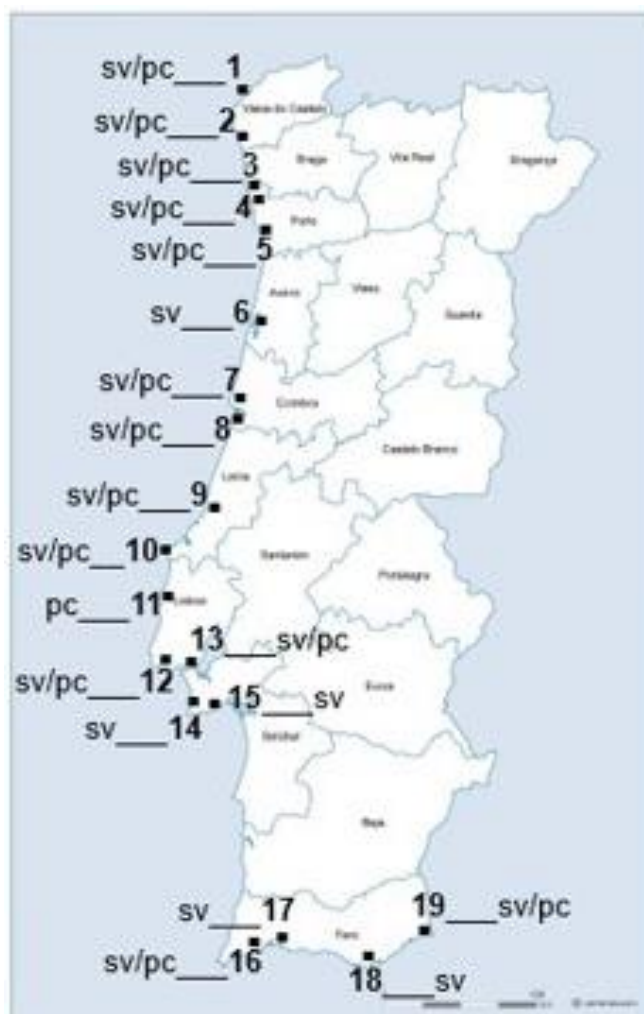
<https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=diario&pm=&res=>>.

**D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.**

---

Localização		Equipamento	
		Barco salva-vidas (bsv)	Aparelho porta-cabos (apc)
16	Lagos	X	X
17	Portimão	X	---
18	Faro	X	---
19	Vila Real de Santo António	X	X

Fonte: tabela do autor.



Barco salva-vidas (bsv)		Aparelho porta-cabos (apv)	
1 Caminha e Moledo	2 Viana do Castelo	3 Póvoa do Varzim	4 Vila do Conde
5 Matosinhos	6 Aveiro	7 Buarcos	8 Figueira da Foz
9 Pederneira/Nazaré	10 Peniche	11 Ericeira	12 Cascais
13 Lisboa	14 Sesimbra	15 Setúbal	16 Lagos
17 Portimão	18 Faro	19 Vila Real de Santo António	

Figura: 3.4: localização das estações de salvamento do Real Instituto de Socorros a Náufragos e equipamento de socorro disponível (Mapa).

Fonte: imagem do autor

O desenvolvimento desta instituição benemérita, com especial destaque para a rainha D. Amélia, contribuiu para o edificar de uma sociedade mais fraterna e humanitária, praticando ao longo da sua existência um trabalho ímpar na ajuda ao próximo.

**3.2.3 D. Luís e D. Carlos<sup>619</sup>: contributos políticos, lúdicos, científicos e artísticos**

A primeira grande ligação real com o mar, para lá do histórico vínculo Portugal-Descobrimentos, deu-se com o então infante e futuro monarca D. Luís<sup>620</sup>. Ao contrário da tradição familiar, que privilegiou a carreira no exército, D. Luís enveredou pela marinha, tendo aí iniciado a sua vida militar em 1846, com o posto de guarda-marinha, ascendendo nos anos seguintes às mais altas patentes<sup>621</sup>.

Esta circunstância, inusitada, proporcionou-lhe um contacto *in loco* com outras partes da Europa e do império português no Atlântico. Entre 1858 e 1861, efetuou viagens internacionais a portos britânicos, belgas, espanhóis, gibraltinos e marroquinos. Em território nacional, aportou nos arquipélagos da Madeira e dos Açores entre 5 de outubro e 7 de novembro de 1859. Entre 1 de agosto e 15 de outubro do ano seguinte, como comandante da corveta *Bartolomeu Dias*, visitou as

---

<sup>619</sup> No caso da rainha D. Amélia, para se aferirem os seus contributos assistenciais cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.2 A assistência aos naufragos e a Nota de Rodapé n.º 256.

<sup>620</sup> Para além de D. Luís, indicam-se ainda as viagens marítimas que diversos membros da Família Real fizeram a diferentes partes constituintes do império português: em 1871, a ida do infante D. Augusto à Índia, como comandante das tropas. Sobre a viagem veja-se ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – *Carta régia (minuta) de D. Luís I para o infante D. Augusto, seu irmão, anuindo a que integre a expedição que vai partir para a Índia*. [Consult. 20/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=85963>>; em 1896, o envio do infante D. Afonso Henriques, como comandante das tropas expedicionárias à Índia. Sobre a viagem veja-se ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – *Expedição militar à Índia sob o comando do infante D. Afonso, duque do Porto* [Consult. 21/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=38988>>; em 1901, o rei D. Carlos, a rainha D. Amélia e o infante D. Manuel visitaram os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Sobre a viagem cf. Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.3 D. Luís e D. Carlos: contributos políticos, lúdicos, científicos e artísticos; e em 1907, o príncipe real D. Luís Filipe visitou os domínios africanos. Sobre a viagem cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África e o reconhecimento político e diplomático.

<sup>621</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 26.

colónias de Cabo Verde e de Angola, numa missão de transporte de soldados, ficando decepcionado com o panorama aí vislumbrado<sup>622</sup>.

Se enquanto príncipe a proximidade ao mar se pautou no campo político, a sua ascensão ao trono, levou para o seio da casa reinante este sentimento de ligação ao mar, mas agora mais em contexto lúdico e de vilegiatura, visível na adoção ritualista da ida a banhos, normalmente realizado entre setembro e outubro (primeiro em Pedrouços e mais tarde, a partir de 1870, em Cascais), com a aquisição de embarcações de recreio, e ainda, na participação em regatas<sup>623</sup>. Esta talassofilia, transmitiu-a aos seus filhos D. Carlos e D. Afonso (sobretudo ao primogénito), e aos netos, D. Luís Filipe e D. Manuel.

Se com o novo monarca, o mar se manteve como espaço lúdico, de vilegiatura (tal como o seu pai, manteve os hábitos da ida a banhos em Cascais e de navegação, tendo recebido como prenda dos quinze anos, o palhabote *Nautilus*) e de política, este foi largamente valorizado nas suas potencialidades, nomeadamente no conceito de mar-ciência e no campo artístico<sup>624</sup>.

Espírito curioso, desde cedo se mostrou inclinado para as ciências naturais, escolhendo como campos de atração primários, a ornitologia<sup>625</sup> e a ictiologia. Acompanhando o crescente movimento científico que se operava no estrangeiro sobre assuntos marinhos, com especial relevância para o trabalho científico desenvolvido pelo príncipe Alberto I do Mónaco<sup>626</sup> (tendo este procedido a estudos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores), também D. Carlos se dedicou à

---

<sup>622</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, pp. 26-29. Sobre o tema, não nos coibimos de apresentar uma anotação sarcástica do infante sobre Angola: «Una quasi stación de quasi buques de guerra; mandados por un quasi jefe, e entregados a quasi tenientes haciendo un quasi servicio en el puerto de Luanda. Teniendo una quasi instrucción de artellería e una quasi contabilidad, quasi dirigida por un quasi teniente. En fin esa quasi stación es una quasi burla. La gente es quasi vestida con una quasi irregularidad comendo con una quasi farina e viviendo quasi contente, en una quasi abandono. Deixando de parte o jocosos direi que a estação naval de Angola está reduzida à última expressão duma estação». SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>623</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>624</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>625</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Catálogo Ilustrado das aves de Portugal (Sedentarias, de arribação e accidentaes)*. 2 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903 e 1907.

<sup>626</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905).

investigação marinha, transformando-se no iniciador de uma nova disciplina em Portugal: a oceanografia<sup>627</sup>.

O ano de 1896 marcou o início das célebres “Campanhas Oceanográficas”, que teriam o seu término em 1907, doze campanhas depois. Segundo Albert Girard, “(...) conseguiu em 290 estações, sem contar muitas observações secundárias, realizar 339 sondagens e 172 dragagens, e lançar 10 cóvos, 11 aparelhos de linha e 29 vezes o espinhel”<sup>628</sup>. As primeiras “Campanhas” decorreram entre o Cabo da Roca e Sines, incidindo principalmente no estudo barométrico da plataforma continental portuguesa. Porém, para lá da vertente científica, este conhecimento teve também propósitos económicos, mormente na indústria piscícola<sup>629</sup>. Nos anos subsequentes, foram frequentes as campanhas científicas no mar algarvio com o fito de compreender “(...) as causas do aparecimento e da maior ou menor abundância do atum no mar do Algarve, ou, para melhor dizer, determinar ahi o seu regimen”<sup>630</sup>.

---

<sup>627</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Bulletin des campagnes scientifiques accomplies sur le yacht "Amelia"* [em linha]. vol. I – Rapport préliminaire sur les Campagnes de 1896 à 1900. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1902, pp. 15-16. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2774-a/res-2774-a\\_PDF/res-2774-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2774-a/res-2774-a_PDF/res-2774-a_0000.pdf)>;

RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908... Op. Cit.*, p. 180.

<sup>628</sup> COLLAÇO, Jorge; PALHARES, António; TORRALBA, Roiz – *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua obra artística e científica*. Lisboa: António Palhares, 1908, p. 71.

<sup>629</sup> Para mais informações sobre os resultados consultem-se entre outros: BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas* [em linha]. vol. I. – A pesca do atum no Algarve em 1898. Lisboa: Imp. Nacional, 1899, pp. 9-10. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2774-a/res-2774-a\\_PDF/res-2774-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2774-a/res-2774-a_PDF/res-2774-a_0000.pdf)>;

BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: ichthyologia* [em linha]. vol. II. – Esquais obtidos nas costas de Portugal durante as campanhas de 1896 a 1903. Lisboa: Imp. Nacional, 1904, p. 8. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2775-a/res-2775-a\\_PDF/res-2775-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2775-a/res-2775-a_PDF/res-2775-a_0000.pdf)>; BRAGANÇA, Carlos de – *Bulletin des campagnes scientifiques accomplies sur le yacht "Amelia"* [em linha]. vol. I... *Op. Cit.* e BRAGANÇA, Carlos de – *Yacht Amélia: campanha oceanográfica de 1896... Op. Cit.*

<sup>630</sup> BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas* [em linha]. vol. I... *Op. Cit.*, p. 10.

Todo este saber acumulado foi partilhado e reconhecido com e pelos seus pares científicos, através de publicação de relatórios<sup>631</sup> e diários<sup>632</sup>, na participação em exposições nacionais<sup>633</sup> e internacionais<sup>634</sup>, condecorações<sup>635</sup> e diplomas<sup>636</sup>, e ainda, pela construção e aquisição de edifícios e de equipamentos científicos<sup>637</sup>.

Todavia, se a vertente oceanográfica foi aquela que mais facilmente associamos a D. Carlos, o mar como campo político e diplomático<sup>638</sup>, não esteve ausente do seu reinado, nomeadamente na visita que os monarcas efetuaram aos arquipélagos da Madeira<sup>639</sup> e dos Açores<sup>640</sup> em 1901.

A bordo do cruzador D. Carlos, escoltados pelos São Gabriel e D. Amélia, seguiram o rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, acompanhados pelo presidente do Conselho Hintze Ribeiro, pelo ministro da Marinha e pelo infante D. Manuel, num périplo que se estendeu entre os dias 20 de junho e 14 de julho.

---

<sup>631</sup> Para informações mais relevantes consulte-se entre outros: BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amélia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas* [em linha]. vol. I... *Op. Cit.*; BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amélia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: ichthyologia* [em linha]. vol. II... *Op. Cit.* e BRAGANÇA, Carlos de – *Bulletin des campagnes scientifiques accomplies sur le yacht "Amélia"* [em linha]. vol. I... *Op. Cit.*

<sup>632</sup> Para informações mais relevantes consulte-se entre outros: BRAGANÇA, Carlos de – *Yacht Amélia: campanha oceanográfica de 1896*... *Op. Cit.* e BRAGANÇA, Carlos de – *Diário Náutico do yacht "Amélia"*...*Op. Cit.*

<sup>633</sup> 1897: escola politécnica de Lisboa; 1898: aquário Vasco da Gama; 1902: exposição internacional do Porto; 1903/04: exposição agrícola do Porto e 1904: exposição internacional da Sociedade de Geografia de Lisboa.

<sup>634</sup> 1906: exposição internacional de Milão.

<sup>635</sup> 1906: placa de bronze de «Grand Prix», da exposição internacional de Milão; medalha de ouro, da exposição internacional de Milão; medalha de ouro, do III congresso nacional de pescas e agricultura de Milão.

<sup>636</sup> 1900: sócio protetor da Sociedade espanhola de História Natural; 1901: alto protetor – presidente honorário, da Sociedade de Oceanografia do golfo da Gasconha; 1905: sócio honorário da Sociedade Zoológica de França; sócio honorário da Sociedade Zoológica de Londres; sócio honorário da Sociedade de Geografia de Paris e correspondente do Museu da História Natural de Paris.

<sup>637</sup> Instalação de um laboratório na cidadela de Cascais; 1896: iate *Amélia I*; 1897: iate *Amélia II*; 1899: iate *Amélia III* e 1901: iate *Amélia IV*.

<sup>638</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Capítulo 4.3 Ponto 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu e Ponto 4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade.

<sup>639</sup> Apesar de pertencer a Portugal desde o século XV, o arquipélago nunca tinha sido visitado por nenhum membro na Família Real portuguesa.

<sup>640</sup> Se no caso madeirense a visita real foi uma novidade, no caso açoriano, por motivos díspares, indicam-se a presença neste território do pretendente ao trono português, António, o Prior do Crato, do rei deposto Afonso VI, do duque de Bragança e futuro rei D. Pedro IV e ainda do infante e futuro rei D. Luís. *O Occidente*... *Op. Cit.* Lisboa, 1901, vol. XXIV, n.º 810, p. 137. Sobre o tema cf. Anexo XXXVIII – Suas Majestades nos Açores.

Nos arquipélagos, desembarcaram nas ilhas principais tendo sido recebidos em todas pelas principais entidades municipais, religiosas e por uma imensa massa de curiosos. Ao programa e às visitas habituais a escolas, instituições de beneficência, receções oficiais e cerimónias religiosas, juntou-se ainda a contemplação das belezas e dos acidentes naturais, ali tão pródigos (cf. Tabela: 3.3)<sup>641</sup>!

<sup>641</sup> Sobre o tema cf. RAMOS, Rui – D. Carlos, 1863-1908... *Op. Cit.*, pp. 168-169; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1901, vol. XXIV, n.º 809, p. 130; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1901, vol. XXIV, n.º 810, pp. 137-139; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1901, vol. XXIV, n.º 811, p. 145; *O Occidente... Op. Cit.*. Lisboa, 1901, vol. XXIV, n.º 812, pp. 153-155 e MESQUITA, Alfredo – A viagem real á Madeira e ao Açôres. *Brasil-Portugal...Op. Cit.*. Ano 3, n.º 61, (ago. de 1901), pp. 194-197. Para informações mais detalhadas consultem-se os telegramas oficiais enviados pelo presidente do Conselho Hintze Ribeiro em: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 138 (25/06/1901), p. 1701. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=6&tipo=a-diario&filename=1901/06/25/D\\_0138\\_1901-06-25&pag=1&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=6&tipo=a-diario&filename=1901/06/25/D_0138_1901-06-25&pag=1&txt=>)>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 139 (26/06/1901), p. 1709. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=6&tipo=a-diario&pm=&res=jpg>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 141 (28/06/1901), p. 1733. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=6&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 142 (01/07/1901), p. 1749. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 143 (02/07/1901), p. 1765. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&filename=1901/07/16/D\\_0155\\_1901-07-16&pag=3&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&filename=1901/07/16/D_0155_1901-07-16&pag=3&txt=>)>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 144 (03/07/1901), p. 1777. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 145 (04/07/1901), p. 1789. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 146 (05/07/1901), p. 1801. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 147 (06/07/1901), p. 1813. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 148 (08/07/1901), p. 1821. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 150 (10/07/1901), p. 1845. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 151 (11/07/1901), p. 1853. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>

Tabela: 3.3: etapas e principais acontecimentos da viagem aos arquipélagos.

Continente		
Dia	Localidade	Acontecimento
20 de jun.	Lisboa	Partida da comitiva do Arsenal da Marinha.
Arquipélago da Madeira		
Dia	Localidade	Acontecimento
22 de jun.	Porto Santo	Receção das entidades oficiais e continuação com destino ao Funchal.
22 de jun. a 25 de jun.	Madeira	Chegada ao Funchal com receção dos representantes políticos e religiosos. Inauguração da Feira Franca, récita no teatro D. Maria Pia, visitas a instituições.
25 de jun.	Madeira	Partida com destino aos Açores.
Arquipélago dos Açores		
Dia	Localidade	Acontecimento
27 de jun.	Santa Maria	Chegada à ilha com receção de cumprimentos a bordo.
28 de jun. a 30 de jun.	Faial	Receção dos representantes políticos e religiosos. Visita a instituições de caridade e à Caldeira. Inauguração da estação meteorológica internacional e do posto semafórico dos Capelinhos.
1 de jul.	Faial	Partida com destino à ilha Terceira.

[diario&pm=&res=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>); DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 152 (12/07/1901), p. 1861. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 153 (13/07/1901), p. 1873. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>> e DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.º 155 (16/07/1901), pp. 1889-1892. [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

Arquipélago dos Açores		
Dia	Localidade	Acontecimento
1 de jul.	Graciosa	Chegada com receção dos representantes políticos e visita à Furna.
1 de jul.	Terceira	Chegada a Angra do Heroísmo com receção oficial dos representantes políticos, religiosos, civis e militares. Assistência a uma corrida de touros com corda e lançamento da 1. <sup>a</sup> pedra para um monumento comemorativo da sua visita.
4 de jul.	São Miguel	Chegada a Ponta Delgada. Inauguração da Exposição de gado e da Feira Franca e visita às Furnas e à Lagoa das Sete Cidades.
11 de jul.	São Miguel	Partida com destino a Lisboa.
Continente		
Dia	Localidade	Acontecimento
14 de jul.	Lisboa	Chegada da comitiva.

Fonte: tabela do autor.

Além de parcialmente inédita, a visita às ilhas adjacentes teve um importante significado político, não apenas de reforço da ligação continente-arquipélagos, mas igualmente, de afirmação da soberania portuguesa sobre estes territórios estrategicamente localizados<sup>642</sup>.

Tais viagens enriqueceram, certamente, a obra pictórica de D. Carlos. Com efeito, inserida na corrente Naturalista, focou em dois grandes temas: assuntos

---

<sup>642</sup> Ainda a propósito do interesse estrangeiro nas ilhas, refira-se a polémica que teve lugar em 1903, aquando da pretensão alemã de contruir uma série de sanatórios na ilha da Madeira, prontamente contestada pelo Reino Unido e atendida pelo governo português. Sobre a construção desta rede de sanatórios alemães nos arquipélagos da Madeira e das Canárias, consulte-se entre outros: MATOS, Rui Manuel Carneiro de Campos – *A Arquitectura do Turismo Terapêutico: Madeira e Canárias, 1800-1914* [em linha]. Lisboa: Universidade de Arquitetura, 2016. Tese de doutoramento [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11481/1/A%20Arquitectura%20do%20Turismo%20Terapeutico.pdf>>.

marítimos e a paisagem alentejana. Obra sóbria do ponto de vista pictórico, a sua originalidade plasmou-se nos temas retratando embarcações, atividades relacionadas com o mar, partes da costa e do litoral e ainda alguns faróis<sup>643</sup>.

Perante este panorama familiar, não se pode estranhar a relação e a influência que o mar teve nos contextos privado e público do príncipe real D. Luís Filipe, estando a ele ligados alguns dos episódios mais marcantes da sua curta existência, como de seguida veremos.

#### 3.2.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem pelo Mediterrâneo<sup>644</sup>

Com exceção da relação proporcionada pelo contexto familiar (vilegiatura, pequenos passeios náuticos ou assistência a provas de natação ou canoagem), o mais significativo contacto de D. Luís Filipe com a realidade marinha aconteceu em 1903, aquando da sua primeira - mas não última - grande viagem marítima<sup>645</sup>.

Quando em 1903, a rainha D. Amélia e os príncipes, zarparam de Lisboa com destino ao Mediterrâneo, já fazia mais de um século que se havia iniciado a epopeia das grandes viagens lúdicas e culturais por parte de outros reinos europeus. A realização de uma viagem com uma finalidade eminentemente cultural e educacional, designada de *Grand Tour*, surgiu na Grã-Bretanha no século XVII<sup>646</sup>. Em Portugal, o casamento da rainha D. Maria II com o futuro rei D. Fernando II, permitiu uma mudança cultural e educacional na Família Real que se prolongou

---

<sup>643</sup> PORFÍRIO, José Luís; BARREIROS, Maria Helena – *Arte portuguesa: da expressão romântica à estética naturalista*. vol. 15. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009, pp. 70-71. Sobre o tema farolar cf. Anexo XXXIX – Farol da Guia. Para um conhecimento sobre a produção artística do rei D. Carlos vejam-se entre outras FERNANDES, Carla Varela [et al.] – *Cit. e Ramalho*; GIRARD, Alberto – *Op. Cit.*.

<sup>644</sup> O presente texto, com exceção de algumas modificações, foi originalmente publicado no Tomo XI da rede BRASPOR. Veja-se em: CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – Um príncipe real em trânsito: a viagem de D. Luís Filipe pelo Mediterrâneo (1903). “*Entre-margens: a eterna «torna-viagem»*. *Vivendo no limite dos recursos costeiros e marinhos?*” Tomo XI da Rede BRASPOR. (out. de 2022), pp. 201-212. Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>645</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.5 Navegando para o ocaso (1907-1908).

<sup>646</sup> SALGUEIRO, Valéria – Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*. Vol. 22, n.º 44 (2002), pp. 290-292.

nas gerações futuras. O *Grand Tour*, tornou-se, assim, uma parte integrante da formação intelectual da Casa Real.

Nesta viagem, D. Luís Filipe foi acompanhado pela rainha D. Amélia, sua mãe, pelo infante D. Manuel, seu irmão e pela restante comitiva. Seguindo a bordo do iate *Amélia*, sob o comando de António Jervis de Atougua Ferreira Pinto Basto, a viagem prologou-se de 26 de fevereiro a 11 de maio, amarrando em diversos portos mediterrânicos onde presenciaram realidades diversas<sup>647</sup> (cf. Tabela: 3.4).

Tabela: 3.4: súmula dos principais acontecimentos da viagem pelo Mediterrâneo.

Fevereiro					
Dia	Local	Acontecimento	Familiar/ social	Político/ Diplomático	Lúdico/ Cultural
27	Espanha	Encontro com a condessa de Paris (avó) e a princesa Luísa (tia).	X		
Março					
Dia	Local	Acontecimento	Familiar/ social	Político/ Diplomático	Lúdico/ Cultural
2 a 9	Argélia	Visita a monumentos e convívio com o coronel Ben Daoud.			X
11 a 14	Tunísia	Encontro com o bey de Túnis e visita a escavações arqueológicas.		X	X
15 a 17	Malta	Convívio com os duques de Connaught.		X	

<sup>647</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

Março					
Dia	Local	Acontecimento	Familiar/ social	Político/ Diplomático	Lúdico/ Cultural
20 a 31	Egipto	Comemoração do aniversário de D. Luís Filipe; visita às pirâmides e encontro com o kedhiva.		X	X
Abril					
Dia	Local	Acontecimento	Familiar/ social	Político/ Diplomático	Lúdico/ Cultural
1 a 11	Egipto	Visita a vários monumentos e travessia do Canal do Suez.			X
15 a 28	Itália	Encontro com os príncipes alemães, o rei Eduardo VII e os duques d'Aosta; visita a Pompeia.	X	X	X
28 a 29	França	Encontro com a princesa Clementina, tia de D. Amélia.	X		
30	Mónaco	Encontro com os príncipes do Mónaco e visita ao aquário.		X	X

Fonte: tabela do autor.

Se no início, a viagem foi pensada e preparada apenas para D. Amélia, de modo a propiciar-lhe uma fuga ao quotidiano pejado de intrigas palacianas e parlamentares, procurando restabelecer a “(...) saúde um bocadinho abalada (...)”<sup>648</sup>, rapidamente foi alterada, passando a incluir outros passageiros<sup>649</sup>. Para

<sup>648</sup> *O Occidente... Op. Cit.*, 1903, vol. XXVI, n.º 870, p. 41.

<sup>649</sup> RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 105.

além disso, para o príncipe real que tinha 15 anos (celebrou o 16.º aniversário no Egito) era a altura ideal para “ganhar mundo”, ver e ser visto!

Para além dos príncipes que ficaram radiantes com a notícia, a rainha decidiu convidar Franz Kerausch, o perceptor dos mesmos, os condes de Figueiró (António de Vasconcelos e Sousa e Josefa de Sandoval e Pacheco, ou Pepita, como era carinhosamente chamada na intimidade), o visconde de Asseca (António Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara), o médico da real câmara, António de Lencastre, o capelão, Pe. João Fiadeiro e o pintor Casanova<sup>650</sup>.

Finalizados todos os preparativos, reuniram-se em 26 de fevereiro no porto de Lisboa alguns dignatários da corte e ministros para apresentarem os cumprimentos de estilo e saudar os viajantes. Lçada a âncora por volta das 14 horas e 25 minutos, o iate *Amélia* sulcava as águas do Tejo acompanhado por vários navios: o *Lisbonense* e o *Vitória* seguiam cheios de curiosos que saudavam os reais viajantes; o *Josephine* transportava algumas famílias importantes como os Strauss ou os Pinto Basto, e no *Utile* seguiu a imprensa. Para além destes, nos navios de guerra, que se encontravam estacionados na capital, “(...) toda a marinhagem subiu às vergas dando intrépidos *hurrahs*”<sup>651</sup>. Depois de uma tão visível e ruidosa manifestação de júbilo, rumaram em direção a sul, dobrando o cabo de São Vicente às 22 horas e 25 minutos<sup>652</sup>.

Dirigindo-se para este, aportaram em Cádiz no dia 27. À chegada, a real comitiva foi recebida pelas autoridades da cidade e os príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel encontraram-se com a avó, a condessa de Paris, e a tia, a princesa Luísa, seguindo as duas a bordo do iate durante os dias seguintes. Tal como em Lisboa, também aqui, a sua partida foi afetuosamente marcada, uma vez que foram entusiasticamente saudados por 500 estudantes da Universidade valenciana, que seguiram durante algum tempo o iate<sup>653</sup>.

---

<sup>650</sup> *O Occidente... Op. Cit.*, 1903, vol. XXVI, n.º 870, p. 41; RIBEIRO, José Alberto – *Rainha D. Amélia: uma biografia*. 2.ª edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013, p. 105.

<sup>651</sup> *O Occidente... Op. Cit.*, 1903, vol. XXVI, n.º 871, p. 50.

<sup>652</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; *O Occidente... Op. Cit.*, 1903, vol. XXVI, n.º 871, p. 50; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>653</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; *O Occidente... Op. Cit.*, 1903, vol. XXVI, n.º 871, p. 50; ORLEÃES, Amélia de – *Viagem de sua majestade a Rainha D. Amélia ao Egito, em 1903: álbum fotográfico* [em linha]. [S.l.], [S.n.], 1903, Tlemcen, [S.p.]. [Consult. 30/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/28017>>; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 106.

Continuando o périplo, no dia 28 ocorreu um pequeno atrito diplomático. Na chegada ao porto inglês de Gibraltar, a condessa de Paris e Pepita, como (boas) espanholas de nascimento recusaram-se a colocar um só pé no “Rochedo”, o que não foi impeditivo para que a restante comitiva tivesse ido a terra<sup>654</sup>.

No dia 1 de março chegaram a Algeciras onde visitaram a cidade e se despediram dos familiares anteriormente embarcados, encaminhando-se o iate para o norte de África, mais concretamente para a Argélia, onde percorreram várias cidades e tiveram o primeiro encontro com o exótico, visão tão cara aos viajantes do *Grand Tour*<sup>655</sup>.

No dia 2, entraram no porto de Oran, sendo cumprimentados pelas autoridades. Nos dias seguintes percorreram várias cidades próximas, numa descoberta patrimonial e antropológica: em Tlemcen visitaram o Marabout (túmulo) de Sidi Jacoub, o minarete de Agadir ou as ruínas da mesquita de Mansourah, registando ainda os seus habitantes, as modestas habitações e os trajes tradicionais. Ainda em Oran, foram convidados no dia 6 para um almoço (couscous com borrego inteiro assado) na casa do coronel da armada francesa, Ben Daoud<sup>656</sup>, tendo sido o café acompanhado por música e danças árabes<sup>657</sup>.

Entre os dias 8 e 9 encontravam-se em Argel. Para além dos rotineiros passeios pedestres, efetuaram visitas a monumentos, a uma escola de bordados e a uma fábrica de tapetes. Em ambas, a rainha adquiriu peças<sup>658</sup>.

Ainda no norte do continente africano, aportaram na Tunísia, entre 10 e 14 de março. Em Túnis repartiram os dois dias seguintes entre meandros políticos e diplomáticos. Foram cumprimentados pelo filho do bey<sup>659</sup> e, mais tarde, foi o próprio príncipe D. Luís Filipe que se dirigiu ao Palácio Real para apresentar os cumprimentos ao mesmo governante, enquanto a rainha D. Amélia se encontrou com a esposa deste<sup>660</sup>. Em Cartago, visitaram a catedral e o túmulo de São Luís

---

<sup>654</sup> ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Tlemcen; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>655</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 106.

<sup>656</sup> Em 1905 visitou Portugal, ficando registada a sua passagem por Cintra numa fotografia tirada por D. Luís Filipe. *Boletim photographico... Op. Cit. Lisboa, 1905*, vol. 6, n.º 61, p. 7; sobre a fotografia cf. Anexo XIV – Fotografia tirada por D. Luís Filipe ao coronel Ben Dauod.

<sup>657</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4... *Op. Cit.*; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Tlemcen; CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, p. 165; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, pp. 106-107.

<sup>658</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>659</sup> Título usado pelos monarcas da Tunísia.

<sup>660</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

dos Franceses e, acompanhados pelo missionário e arqueólogo Alfredo Delattre, visitaram o museu e escavações arqueológicas<sup>661</sup>.

Deixando temporariamente o continente africano para trás, dirigiram-se para a estratégica ilha de Malta, onde chegaram no dia 15. Aqui encontraram estacionada a esquadra inglesa, encontrando-se nela os duques de Connaught, que haviam chegado de uma visita às possessões britânicas nas Índias. Seguindo a nova política externa portuguesa, este encontro informal foi aproveitado para fortalecimento das relações pessoais, mas sobretudo institucionais, entre os dois reinos, que tão profundamente tinham sido abaladas na sequência do *Ultimatum*<sup>662</sup>. Durante os dias seguintes foram diversas as visitas que ambas as famílias reais fizeram confraternizando através de um produto afamadamente britânico que os portugueses haviam introduzido na ilha por D. Catarina de Bragança: o chá<sup>663</sup>.

Quer pela duração da estadia (22 dias), quer pelo interesse que a antiga civilização egípcia sempre exerceu sobre os seus conquistadores e viajantes, quer ainda, pela quantidade e qualidade dos locais visitados, a permanência no país dos faraós foi sem dúvida o apogeu deste *Grand Tour*. No dia 17, “(...) quando nasceu a Lua começa[ram] a desamarar o navio.”<sup>664</sup>, tomaram a direção de Alexandria, onde chegaram três dias mais tarde e onde, a 21 de março, D. Luís Filipe comemorou o seu 16.º aniversário, recebendo os cumprimentos dos cônsules de Itália e de França e ainda do comandante do navio inglês *Pandora*. Os próximos dias, já no Cairo, foram dedicados na sua maior parte à componente cultural, passando revista aos principais monumentos. Iniciaram-se pela visita às catacumbas de Kom el Shoqafa. Nos dias seguintes realizaram excursões às Pirâmides de Gizé – aproveitando os príncipes para as subirem, e a Shakará; posaram em cima do colosso de Ramsés II (cf. Figura: 3.5) e deliciam-se nas mastodônticas ruínas do complexo funerário de Ramesseum em Luxor, no templo

---

<sup>661</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Carthago, Cairo; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>662</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade.

<sup>663</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Malta, Carthago, Cairo... *Op. Cit.*; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 108.

<sup>664</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

de Karnak ou no Vale dos Reis e admirando o parcialmente submerso tempo de Filae<sup>665</sup>.

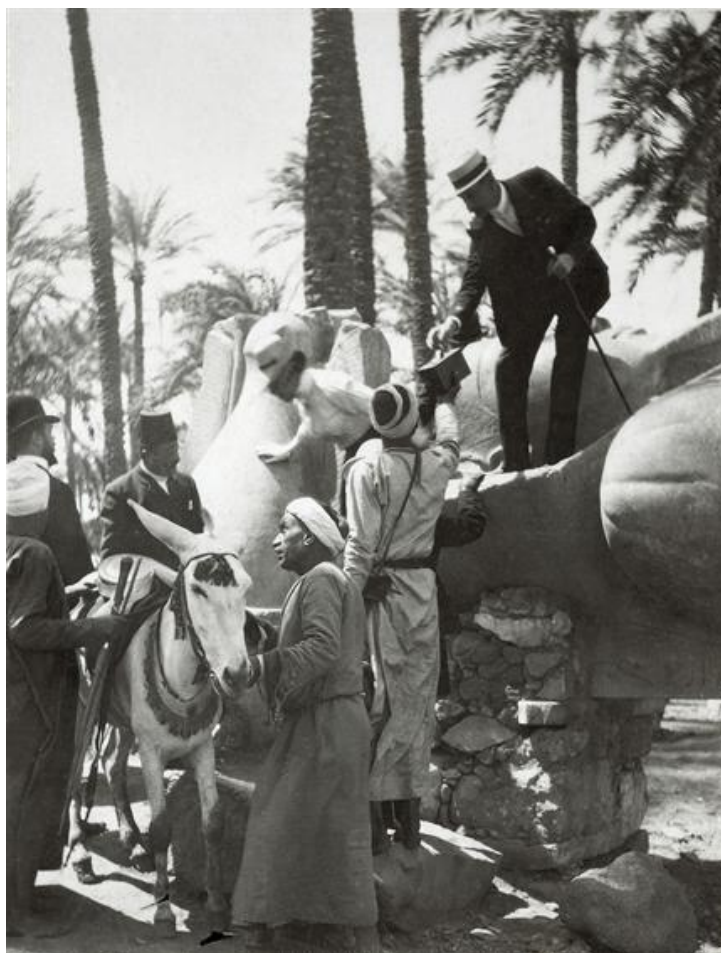


Figura: 3.5: excursão ao colosso de Ramsés II (Reprodução fotográfica).

Fonte: ORLEÃES, 1903, Cairo [S.p.].

Mas nem só de antiguidades se fez o percurso: foram recebidos pelo khediva<sup>666</sup> Abbas II (cf. Figura: 3.6) que lhes colocou o seu iate à disposição. Visitaram o museu de Gizé, o bazar, onde fizeram compras, e navegaram naquela que era considerada a maravilha da engenharia moderna: o canal do Suez. Finda esta aventura egípcia, no dia 11 de abril seguiram de Port Said para a Itália<sup>667</sup>.

---

<sup>665</sup> ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Cairo.

<sup>666</sup> Título honorífico usado no império Otomano para designar os vice-reis do Egipto.

<sup>667</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Cairo; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 109-112; LEME, Paulo; *et al.* – *Tirée par...: A Rainha D. Amélia e a fotografia*. 1.<sup>a</sup> ed.. Vila Viçosa: Fundação Casa de Bragança, 2016, p. 118.



Figura: 3.6: o khediva Abbas II com os príncipes (Reprodução fotográfica).

Fonte: ORLEÃES, 1903, Cairo [S.p.].

Na chegada a Palermo, no dia 15, foram recebidos com salvas pela armada italiana que se encontrava no porto, subindo a bordo o cônsul português em Roma, Mathias de Carvalho e Vasconcellos. Aproveitaram o resto do dia para verem o Palácio Real e a Capela Palatina, e à noite, foram ao teatro “(...) onde a rainha teve uma grande ovação”<sup>668</sup>. No dia seguinte, aproveitando a estadia na Sicília, dirigiram-se a Monreale, registando a catedral e o claustro em fotografias<sup>669</sup>.

---

<sup>668</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

<sup>669</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Monreale; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 112.

No dia 17, largaram rumo a Nápoles onde chegaram a 18, mas não sem sobressaltos. Devido à agitação marítima “Partiu-se muita coisa [e até] o sr. Infante partiu a cabeça”<sup>670</sup>. Os dias subsequentes foram passados nas proximidades da cidade do Vesúvio (Capri, Pompeia, Caserta e Posilipo) percorrendo museus, monumentos e as obrigatórias ruínas pompeianas. Foi também uma ocasião para encontros e convívios reais, já que aí aportou o navio *Saphire* que trazia a bordo os príncipes alemães Guilherme e Eitel e a esquadra inglesa que transportava o rei Eduardo VII e que ali havia chegado, vindo de Portugal em visita oficial<sup>671</sup>. Durante todo este tempo e em grupo fizeram visitas, organizaram passeios e almoçaram nas diferentes embarcações, ficando os momentos registados em muitas fotografias<sup>672</sup>.

Viajando para norte, o iate *Amélia* chegou a Livorno no dia 26. Aí, D. Amélia reencontrou os duques de d’Aosta, Emanuel Felisberto e a sua irmã Helena que não via há mais de 6 anos<sup>673</sup>. Aqui, tal como o seu tio Pedro e seu avô Luís haviam presenciado *in loco* meio século antes o expoente evolutivo dos transportes, o comboio, também agora os príncipes viam *in situ*, os grandes estaleiros navais italianos, os estaleiros Orlando<sup>674</sup>.

Deixando a península itálica para trás, tomaram a direção de oeste entrando em águas gaulesas, atracando na estância balnear de Menton, onde a rainha D. Amélia se encontrou com a sua tia, a princesa Clementina. No dia 30, aportaram em terras monegascas, recebendo a bordo os príncipes do Mónaco e da Bulgária. No principado visitaram o ainda provisório aquário, patrocinado pelo pioneiro da oceanografia, e um dos mentores científicos do rei D. Carlos, o príncipe Alberto<sup>675</sup>.

---

<sup>670</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

<sup>671</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3. Ponto 4.3.1. Portugal: o anfitrião (familiar) europeu.

<sup>672</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Capri, Pompeia; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, pp. 111-114; LEME, Paulo; *et al.* – *Op. Cit.*, p. 122.

<sup>673</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; ORLEÃES, Amélia de – *Op. Cit.*, Livorno; CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, p. 166; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>674</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4.

<sup>675</sup> *Idem*; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 115. Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905) e Capítulo III Subcapítulo 3.2 Ponto 3.2.3 D. Luís e D. Carlos: contributos políticos, lúdicos e científicos.

Já na Côte d'Azur, visitaram Nice no dia 1 de maio e Cannes no dia seguinte. A 4 de maio, a rainha despediu-se da comitiva e tomou o comboio com destino a Paris, seguindo os restantes tripulantes para Portugal<sup>676</sup>.

No dia 11, "(...) às 11 em ponto amar[aram] (...)" em Lisboa. Recebidos com salvas, foram cumprimentos pelo rei e ministros que subiram a bordo. Após navegarem durante 74 dias e visitarem 24 locais, às 11 horas e 45 minutos, desembarcavam na capital do império português, os príncipes findando-se deste modo o seu *Grand Tour*<sup>677</sup> (cf. Figura: 3.7).

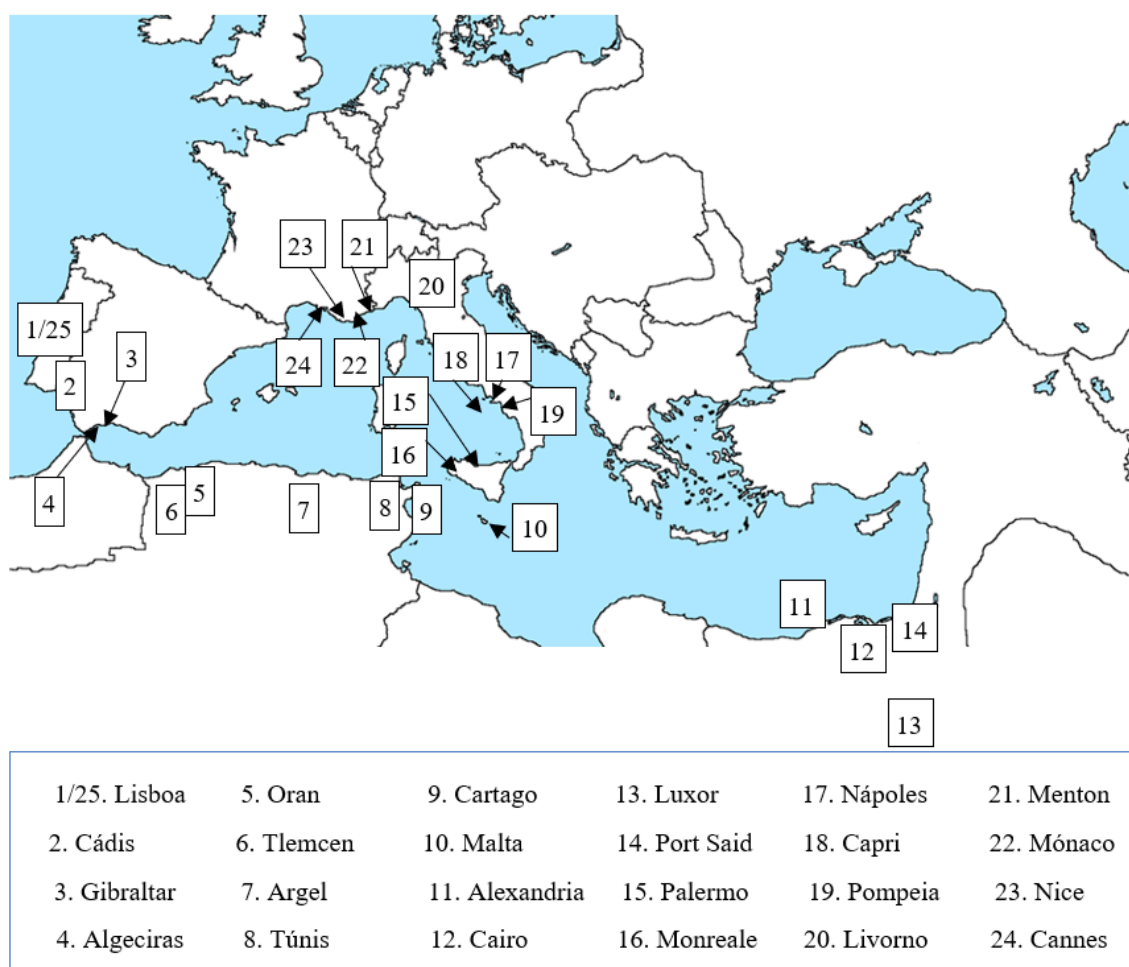


Figura: 3.7: itinerário percorrido no Mediterrâneo (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

<sup>676</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; CORPECHOT, Lucien – *Op. Cit.*, p. 166; RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>677</sup> BASTO, António Pinto – *Op. Cit.*, vol. 4; BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um monárquico 1905-1907...* *Op. Cit.*, p. 154.

No entanto, esta não foi a derradeira viagem marítima do herdeiro real, D. Luís Filipe; se agora, o mar lhe serviu para deambular pelas costas mediterrânicas, proporcionando-lhe contactar com civilizações antigas e personalidades presentes, mais tarde, foi também através desta estrada marítima que conheceu outras latitudes e outros povos, desempenhando funções menos lúdicas e mais institucionais.

A realização desta viagem cumpriu diversos propósitos (ócio, rever e estreitar os laços familiares, introdução dos príncipes nos círculos políticos internacionais, etc.), nem sempre separados ou de fácil deslinde, uma vez que eles se complementam e interligam, podendo o mesmo acontecimento ser incluído em áreas díspares. O primeiro desses objetivos, foi o de ter proporcionado a D. Amélia, um período de descanso e um afastamento da vida da corte, do cenário político e da, nem sempre benévola, comunicação social. Quanto a D. Luís Filipe, esta viagem mostrou-se vantajosa sob vários aspetos: lúcida e cultural, familiar e social, política e diplomática.

Estando inserida num plano educativo de carácter informal (*Grand Tour*) mas nem por isso menosprezável ou inferior, bem pelo contrário, a viagem mediterrânica proporcionou momentos lúdicos mas também culturais, através da visita a monumentos, espetáculos, instituições culturais e científicas e do contactos com outras civilizações, usos e costumes, bem diferentes daqueles com os quais se deparava quotidianamente, o que de certa forma acompanhava o movimento cultural das demais monarquias europeias.

Pese embora a correspondência escrita ou o envio de fotografias entre os membros da família e amigos fosse habitual, os encontros presenciais eram menos frequentes, em resultado dos constrangimentos apresentados pelos meios de transporte. Deste modo, o périplo descrito revelou-se também profícuo em relações familiares e convivências sociais com outras Casas reinantes ou individualidades. Por último, e porventura as áreas mais importantes enquanto atual príncipe real e futuro monarca, foram o espaço mediático e propagandístico da visita e dos seus intervenientes, e sobretudo os contactos políticos e diplomáticos estabelecidos ao longo da rota e nos diferentes países por onde passou. Estes permitiram-lhe, não obstante a idade, conhecer e ser conhecido por alguns dos intervenientes da

política mundial, conferindo-lhe ainda a possibilidade de criar uma útil rede de ligações político-diplomáticas internacionais, a usar num futuro mais ou menos próximo.

Não obstante toda a relevância da sua jornada mediterrânica, em 1907, fará aquela que foi a sua grande, e derradeira, viagem marítima, colocando em prática todos os ensinamentos educacionais, sociais, políticos e diplomáticos aprendidos.

## **CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DE UM IMPÉRIO MARÍTIMO AFRICANO: À PROCURA DE UM NOVO BRASIL (c. 1850-1908)**

*Por ora não fallemos d'isso João Franco; lá para mais tarde, quando houver precisão ou fôr oportunidade. Do que eu gostava, isso sim, era de fazer uma viagem ás colónias ver e conhecer por mim o que é nosso e os lugares onde fizemos tão grandes coisas.<sup>678</sup>*

---

<sup>678</sup> FRANCO, João – *Op. Cit.*, p. 191.

#### 4.1 A exploração geográfica

As disrupções política, institucional, social e económica causadas pelas invasões francesas, foram uma das maiores e das mais diretas causas para a secessão do Brasil e, de forma menor e indireta, o fator que contribuiu para um realinhamento das agulhas lusitanas quanto à realidade ultramarina<sup>679</sup>.

Ainda antes da desagregação do Reino de Portugal, dos Algarves e do Brasil, já Manuel Fernandes Tomás, o “patriarca da liberdade portuguesa”<sup>680</sup>, apresentava às Cortes Gerais e Extraordinárias de Portugal o seu relatório sobre as dificuldades do depauperado reino. Nele, o paladino do Vintismo, alertava para as “(...) críticas circunstancias em nos achamos (...)”, sendo necessário ter cada vez mais em conta as possessões africanas, uma vez que

“Quem sabe, quaes serão um dia nossos recursos, e nossos meios? Quem póde conhecer, qual será em toda a sua extensão nosso futuro e futura relação de nossas relações commerciaes com os portos do Brazil, e da Asia?”<sup>681</sup>.

Refira-se que a maior parte das análises sobre o período da secessão brasileira se centram, sobretudo, na separação política de 1822, ou de 1825, mas o primeiro grande corte nas relações políticas e económicas, Portugal-Brasil, foi desferido em 1808. A abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro fez esmorecer, com exceção de um breve período coincidente com a criação do Reino de Portugal, dos Algarves e do Brasil, a relação umbilical entre as duas partes do império<sup>682</sup>. Estava assim aberto o caminho para África onde, até à independência

---

<sup>679</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da coord. – *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro 1750-1822*. vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, pp. 382-384; ALEXANDRE, Valentim – O liberalismo português e as colónias de África (1820-39). Revista *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62 (1980), p. 322.

<sup>680</sup> PARLAMENTO – *Manuel Fernandes Tomás* [em linha]. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/manuel-fernandes-tomas.aspx>>.

<sup>681</sup> TOMÁS, Manuel Fernandes – *Relatório feito às cortes geraes e extraordinarias de Portugal nas secções de 3 e 5 de fevereiro de 1821 pelo deputado Manoel Fernandes Thomaz sobre o estado e administração do Reino durante o tempo da Junta do Governo Supremo* [em linha]. Lisboa: Imp. Nacional, 1821, p. 15. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/6655/5/hg-10129-v\\_PDF/hg-10129-v\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-10129-v\\_0000\\_rosto-p\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/6655/5/hg-10129-v_PDF/hg-10129-v_PDF_24-C-R0150/hg-10129-v_0000_rosto-p_t24-C-R0150.pdf)>.

<sup>682</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da coord. – *Op. Cit.*, pp. 201-204. BALBI, Adrien – *Op. Cit.*, p. 441. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. vol. 4. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, pp. 40-41.

do Brasil, a presença portuguesa se limitava a alguns portos e territórios dispersos entre si<sup>683</sup>, num domínio que era mais tolerado do que efetivo<sup>684</sup>.

Importa referir, mesmo que de forma breve, que este novo olhar ultramarino sobre África não foi movido, nem se deveu no seu âmago, por questões ideológicas ou sentimentos nostálgicos sobre os feitos marítimos pretéritos, mas por questões económicas e financeiras, nomeadamente, a busca de novos territórios que absorvessem as exportações de produtos manufacturados, os quais originalmente eram dirigidos para o Brasil e que, desde a transferência da corte e da consequente perda da exclusividade de comércio, vinham num movimento paulatino e contínuo de decréscimo<sup>685</sup>.

Embora se tivessem apresentado diversas propostas com vista à dinamização demográfica, económica e financeira dos territórios africanos, a atribulada vida política, que culminou na Guerra Civil, contribuiu para que a realidade luso-africana entre meados das décadas de 20 e 30 pouco se tenha alterado<sup>686</sup>. Ainda assim, e nesta nova conjuntura pós-sucessão brasileira, três propostas se destacaram: i) com o reconhecimento oficial do novo reino por parte de Portugal e, analisando a abrangente proposta de Projeto de Lei do deputado José António Ferreira Bracklami<sup>687</sup>, parece ter tido a pretensão de substituir o Brasil

---

<sup>683</sup> A título de exemplo cf. Figura: 4.7: o império português de acordo com a Constituição de 1838 (Mapa).

<sup>684</sup> COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil 1808 [em linha]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 1. [Consult. 06/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18319/collecao\\_leis\\_1808\\_parte1.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18319/collecao_leis_1808_parte1.pdf?sequence=4&isAllowed=y)>; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 39; ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Nova história da expansão portuguesa: o império africano 1825-1890*. vol. X. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 24-25 e 27.

<sup>685</sup> Sobre a evolução das relações económicas e os produtos transacionados entre os dois territórios cf. o Anexo XL – Exportação de Portugal para o Brasil (1796-1831) e o Anexo XLI – Exportações das manufaturas nacionais para o Brasil e domínios (1796-1830). BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 40-41 e 218.

<sup>686</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Nova história da expansão portuguesa Op. Cit.*, pp. 24-25 e 30-38; ALEXANDRE, Valentim – O liberalismo português e as colónias de África (1820-39) *Op. Cit.*, pp. 326-327 e 340; COSTA, Fernando – *Op. Cit.*, p. 43.

<sup>687</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1826. Sessão n.º 30 (11/12/1826), pp. 155-158. [Consult. 06/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/030/1826-12-11/155>>.

nas vertentes demográfica<sup>688</sup>, económico-financeira<sup>689</sup>, marítima<sup>690</sup> e com grande pertinência o campo científico<sup>691</sup>; ii) em 1827, foi apresentado pelo deputado Alexandre Thomaz Moraes Sarmiento<sup>692</sup>, o Projeto de Lei que visava a criação de um colégio, na dependência da Universidade de Coimbra, designado de Real Instituto Africano. No critério da admissão dos 15 alunos, que seriam enviados pelos governados dos diferentes territórios, deviam levar em conta aqueles que apresentassem mais “(...) talento, bons costumes, e docilidade”; e por último iii) a proposta do deputado António José de Lima Leitão<sup>693</sup>, no ano de 1828. Nela, propunha-se a criação de uma Companhia Comercial, designada de *Companhia d’entre os Trópicos*, ficando abrangidas todos os territórios africanos e asiáticos, com exceção de Macau. Teria como benefícios o exclusivo, por um período de vinte anos, da importação e exportação de açúcar, algodão, café, chá e arroz e, como objetivos, a promoção da agricultura, da indústria, do comércio, da navegação, contribuindo para o aumento da população branca, e por último, preparar os territórios de Angola, Moçambique e Goa para o fim do comércio de escravos.

Pesem embora todas as boas intenções, praticamente estas medidas esbarraram na desorganização do Estado português. No final da década de 30, o império português em África apresentava-se ainda como uma realidade não totalmente consubstanciada, mas, ainda assim, acreditava-se na sua construção, sendo o principal proponente para a *criação de uma ideia de império marítimo em*

---

<sup>688</sup> Entre as medidas para o incentivo demográfico contam-se, a facilidade, ou em alguns casos gratuidade, de embarque de portugueses para os novos territórios africanos.

<sup>689</sup> Entre as medidas de índole económico-financeira indicam-se, redução ou em alguns casos inexistência de tarifas aduaneiras e procura de novos mercados para o vinho e produtos manufaturados. Foram elencados os seguintes produtos: vinhos, panos portugueses de lã, linho ou de algodão provenientes de fábricas ou teares particulares, instrumentos e utensílios agrícolas e o sal.

<sup>690</sup> Entre as medidas de abrangência marítimos indicam-se a manutenção de uma frota naval ao largo de África para proteção da marinha mercante.

<sup>691</sup> Referem-se como medidas para o incremento científico, o envio de homens instruídos nas “Philosophias Experimentais” de maneira que se fizessem incursões no interior dos territórios com as finalidades de lhes conhecerem os recursos naturais, mas também, para se entabularem relações políticas com os chefes tribais.

<sup>692</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1827. Sessão n.º 50 (08/03/1827), p. 592. [Consult. 20/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/050/1827-03-08/542>>.

<sup>693</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1828. Sessão n.º 47 (08/03/1828), pp. 732-734. [Consult. 20/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/047/1828-03-08/732>>.

África, o marquês de Sá da Bandeira<sup>694</sup>. Se, sob a batuta de Mouzinho da Silveira, se partiu para o reconhecimento da independência do novo país, assinando-se um Tratado de Amizade, Paz e Comércio com o Brasil, salvaguardando-se a permanência e os negócios dos comerciantes portugueses e mantendo abertas as rotas migratórias de modo a conservar as sempre apetecíveis e rentáveis remessas dos emigrantes<sup>695</sup>, sob a visão de Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, mais tarde marquês de Sá da Bandeira, partiu-se para a construção da nova realidade ultramarina, lançando as grandes questões: *iniciar a delimitação, continuar a exploração e findar a escravidão*<sup>696</sup>.

Iniciado em 1836, com a apresentação do relatório a 19 de fevereiro perante a Câmara dos Deputados<sup>697</sup>, o plano de Sá da Bandeira só teve exequibilidade a partir dos anos 50, quando o país serenou politicamente e se robusteceu financeiramente. Para além disso, nesse ano, foi encerrado o tráfico de escravos no Brasil e, no ano seguinte, reorganizou-se o Conselho Ultramarino<sup>698</sup>. Todos estes fatores permitiram uma constância na aplicação das medidas, embora os resultados apenas tivessem sido vistos no longo prazo e já com outros protagonistas.

Relativamente ao plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial, este incidiu sobre os seus três territórios continentais africanos<sup>699</sup>:

---

<sup>694</sup> BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 68 e 75; ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp. 38-39.

<sup>695</sup> MATTOSO, José dir. – *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V... *Op. Cit.*, pp. 291-292.

<sup>696</sup> Negrito do autor; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. vol. VIII... *Op. Cit.*, pp. 127-129; ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp. 39-41; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 69-76; ALEXANDRE, Valentim – *O liberalismo português e as colónias de África (1820-39)* *Op. Cit.*, p. 335.

<sup>697</sup> BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 68-69.

<sup>698</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp. 66-67; COSTA, Fernando – *Op. Cit.*, pp. 43-44.

<sup>699</sup> Embora aqui se apresentem como territórios já delimitados e reconhecíveis, nesta altura estamos ainda longe desta realidade, como fica demonstrado na constituição de 1838: Na África Ocidental, Bissau e Cacheu, o Forte de São João Baptista d'Ajudá, na Costa da Mina, Angola e Benguela e suas dependências, Cabinda e Molembo, as Ilhas de Cabo Verde, as de São Tomé e Príncipe e suas dependências; Na Africa Oriental, Moçambique, Rios de Sena, Baía de Lourenço Marques, Sofala, Inhambane, Quelimane e as Ilhas de Cabo Delgado. PORTUGAL – *Constitucional política da monarquia portuguesa* [em linha]. Lisboa: [S.n.], 1838. [Consult. 01/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>>; sobre estes territórios cf. Figura: 4.7: o império português de acordo com a Constituição de 1838 (Mapa).

Angola: ocupação e domínio desde a região do Molembo (Cabinda) até ao Cabo Fria (atual Cape Fria, na Namíbia). Para além do litoral, fizeram-se tentativas de estabelecimento de colonos mais para o interior, com intuítos económicos, mas com pouco sucesso<sup>700</sup> (cf. Figura: 4.1).

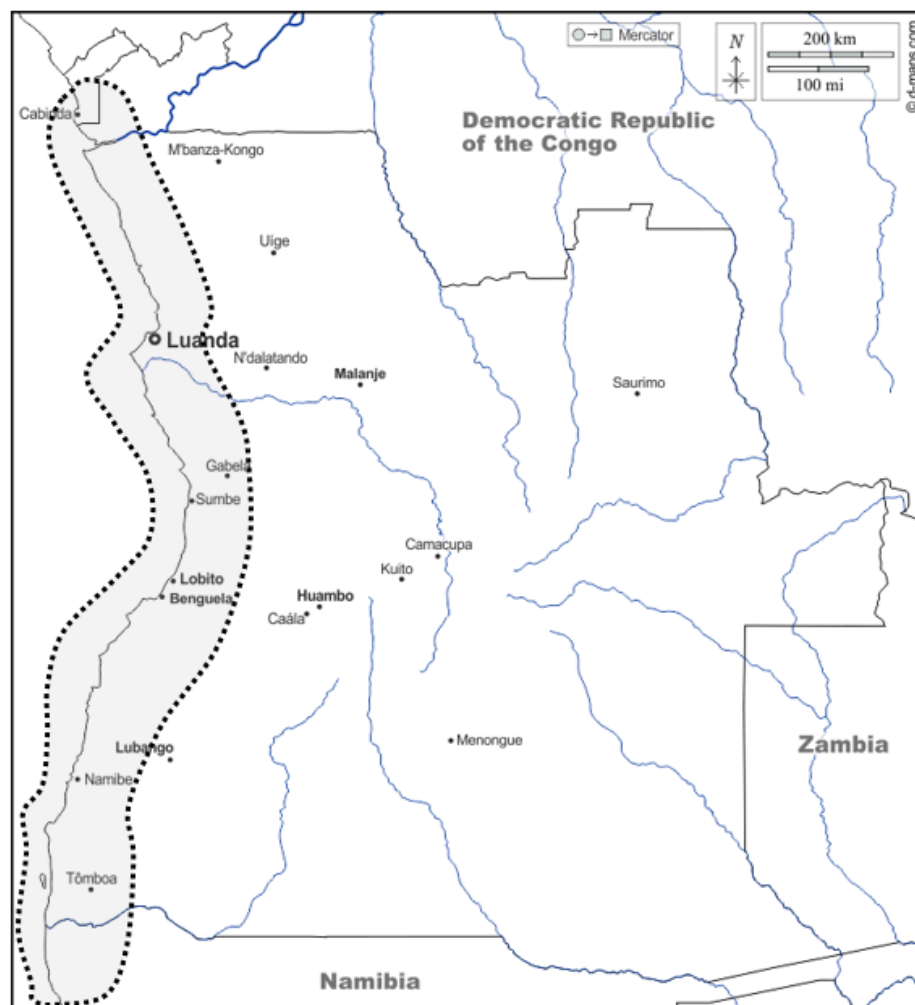


Figura: 4.1: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial em Angola (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

Moçambique: a sua ocupação assentou em dois grandes polos – a norte, nos territórios de Cabo Delgado (ilha de Moçambique e Pemba), infletindo para o

<sup>700</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp. 67-70; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 77.

interior na direção de Tete, onde o domínio português já se fazia sentir; a sul, na zona de Lourenço Marques, valorizando a magnífica baía natural e mantendo à distância os interesses territoriais britânicos e bóeres<sup>701</sup> (cf. Figura: 4.2).

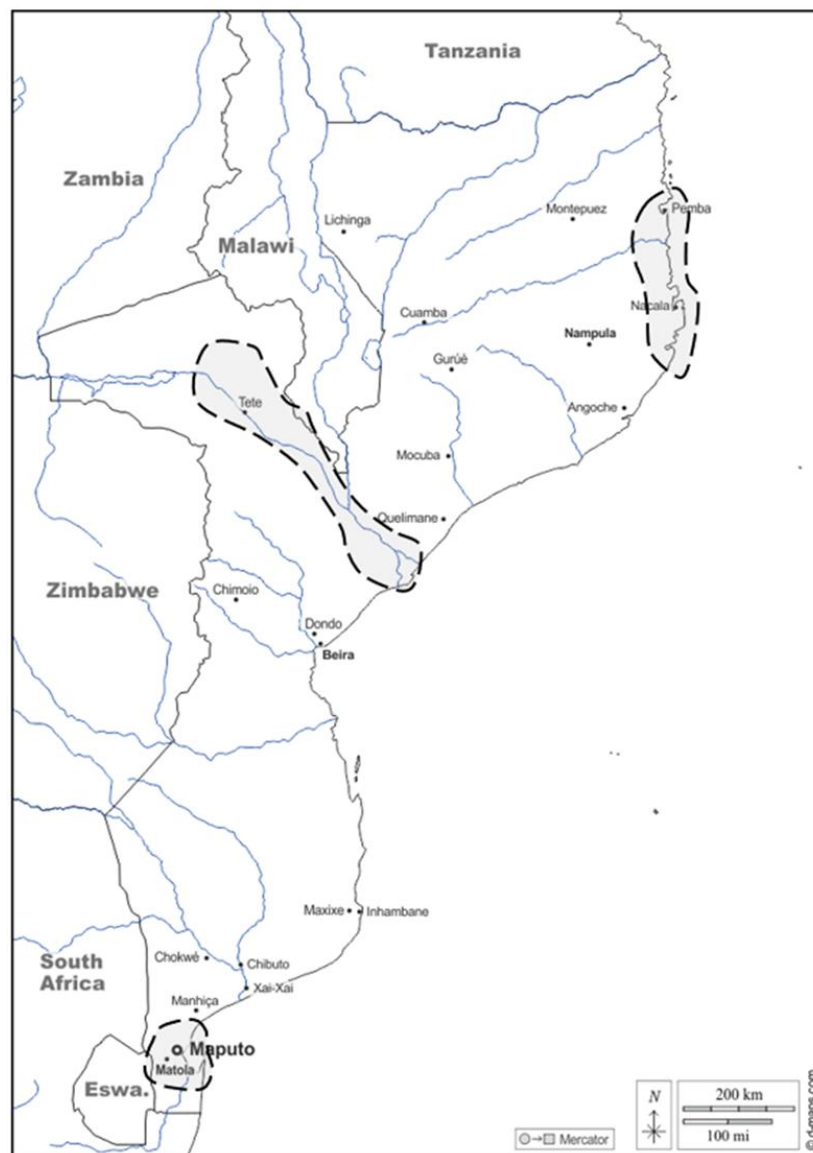


Figura: 4.2: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial em Moçambique (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

<sup>701</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, 1998, p. 70; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 77. Para uma leitura mais aprofundada na ocupação portuguesa em Moçambique, vejam-se: PÉLISSIER, René – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Histórias de Portugal, n.º 11. 3.ª ed.. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.e PÉLISSIER, René – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Histórias de Portugal, n.º 11. 3.ª ed.. vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

Guiné: a delimitação territorial, passou pela construção de fortalezas no norte, nomeadamente no Cacheu e do território de Casamansa<sup>702</sup> (cf. Figura: 4.3).

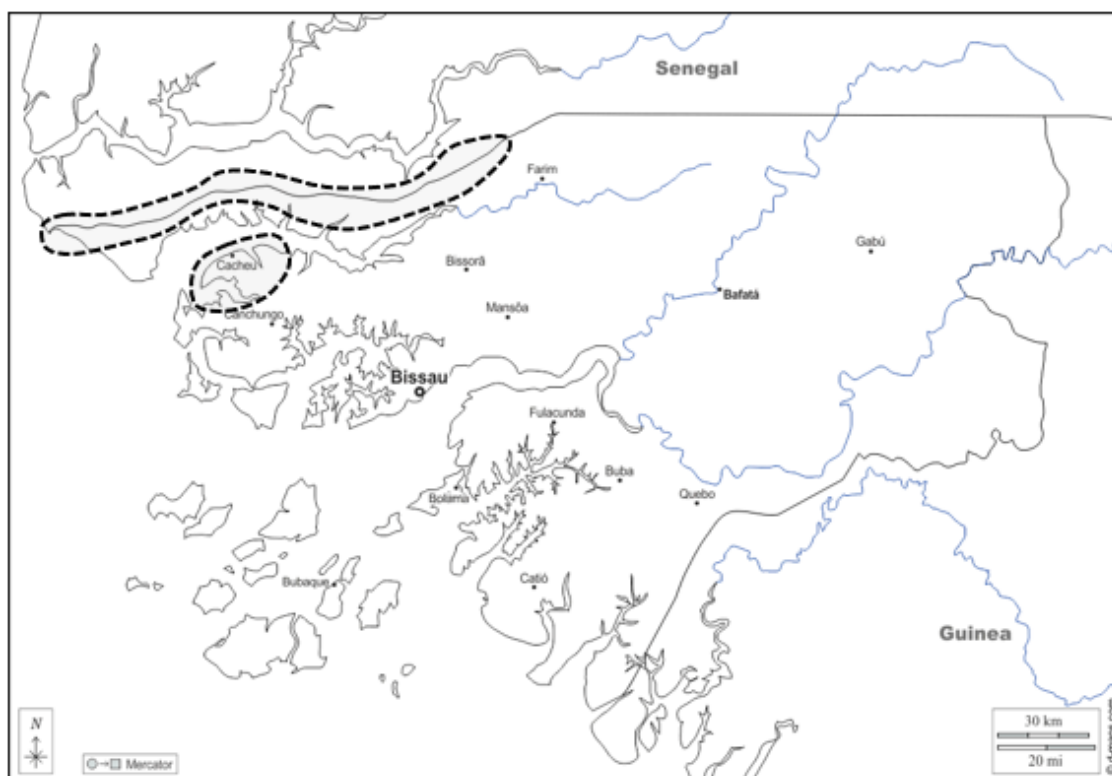


Figura: 4.3: Plano de delimitação de fronteiras e de ocupação territorial na Guiné (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

O segundo objetivo de Sá da Bandeira, passou pela exploração do território<sup>703</sup>, abrangendo não apenas o seu conhecimento físico, mas também as ligações marítimas entre os diferentes territórios<sup>704</sup>.

<sup>702</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp. 70-71; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 77. Para uma leitura mais aprofundada na ocupação portuguesa na Guiné, vejam-se: PÉLISSIER, René – *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Histórias de Portugal, n.º 31. 2.ª ed.. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 2001 e PÉLISSIER, René – *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Histórias de Portugal, n.º 31. 2.ª ed.. vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

<sup>703</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.1 Ponto 4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de Oitocentos e Ponto 4.1.2 As grandes campanhas exploratórias.

<sup>704</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, p. 71. Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.2 Ponto 4.2.1 Os melhoramentos marítimos: o estabelecimento de carreiras marítimas coloniais.

Quanto à terceira parte, o fim da escravidão<sup>705</sup>, tratou-se de uma questão que se inseriu não apenas num plano pessoal, mas civilizacional. Iniciado em 1836, foi alvo de pressões internas, aliciamentos externos, e contratempos económicos e financeiros, ocorrendo o seu fim oficial apenas em 1869<sup>706</sup>.

Todos estes esforços políticos para a *criação de um império marítimo em África*, apenas ficaram completos no século XX. Delimitadas em grande parte as fronteiras, dominados militarmente os territórios, iniciadas as carreiras marítimas entre as diferentes partes do ultramar e entre estas e a metrópole, conhecidas e exploradas algumas riquezas e estabelecidos alguns milhares de colonos, faltava, no entanto, o conhecimento do poder político perante o território indígena e o reconhecimento dos indígenas perante o chefe de Estado.

Neste contexto, a viagem a África do príncipe real D. Luís Filipe foi, assim, o culminar de todos os esforços para a criação, consolidação e afirmação de um “novo Brasil” em terras africanas.

#### 4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de *Oitocentos*

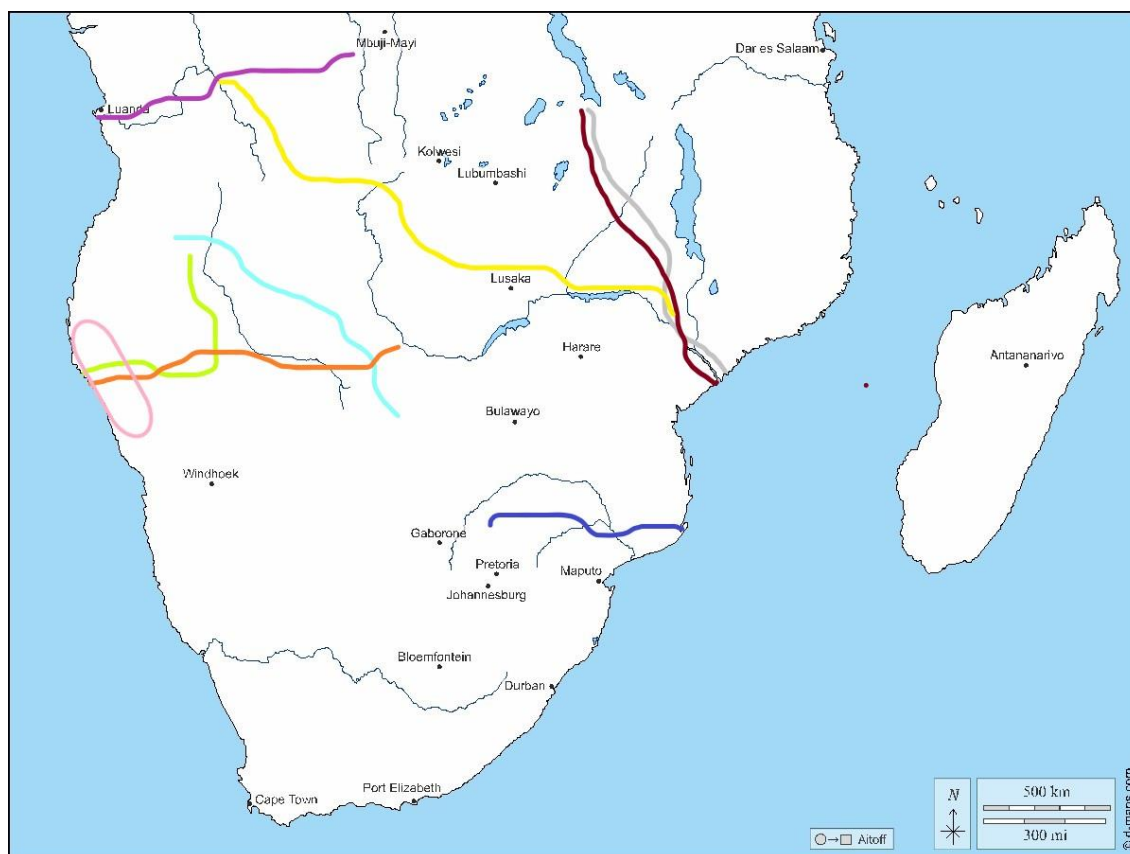
Datam ainda do século XVIII as primeiras tentativas para a exploração do desconhecido e fascinante interior africano, com o intuito de serem recoletadas informações geográficas e políticas sobre esse lugar (cf. Figura: 4.4).

---

<sup>705</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.3 De escravos a serviçais: a longa caminhada civilizacional.

<sup>706</sup> ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, pp 74-75 e 469.

## D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.



Francisco de Lacerda e Almeida (1798)	João Baptista e Amaro José (1806-15)	José Monteiro e António Gamito (1831-32)	Joaquim Rodrigues Graça (1846-48)	Bernardino José Brochado (1847-50)
Silva Porto e os seus pombeiros (1853)	Friedrich Welwitsch (1853)	Caetano Ferreira (1854)	Montanha e Teixeira (1855)	

Figura: 4.4: explorações geográficas portuguesas até meados de *Oitocentos* (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

Desconhecedores, em grande parte, das vias de comunicação, principalmente fluviais, dos reinos e tributos a pagar, das distâncias a percorrer e da conseqüente logística necessária, mas também das doenças endémicas, estas primeiras campanhas foram votadas ao fracasso, mas contribuíram de maneira decisiva para o sucesso e fama das seguintes. A primeira dessas tentativas de se ligar por terra Angola e Moçambique é conhecida pelo menos desde 1725, tendo

sido preparada uma expedição (1755-1756) pelo governador de Angola, António Álvares da Cunha, Conde da Cunha, e comandada por Manuel Correia Leitão<sup>707</sup>. A segunda, decorreu no ano de 1798, e foi realizada pelo militar e lente da Universidade de Coimbra, Francisco de Lacerda e Almeida (cf. Figura: 4.4), que explorou uma parte do interior de Moçambique, entre Tete e Cazende, onde acabou por falecer<sup>708</sup>.

Se as grandes explorações africanas estariam reservadas de um modo geral para o último quartel do século XIX, ainda assim, não deixaram de se revelarem importantes as que foram feitas até meados da centúria.

A primeiras das expedições na nova centúria decorreram entre 1806-15, levadas a termo por João Baptista e Amaro José (cf. Figura: 4.4). Partindo de Cassange (Angola), percorreram o vasto interior austral africano, chegando a Tete (Moçambique) e regressando novamente à costa ocidental, naquela que terá sido porventura a primeira travessia desta tipologia feita por um europeu<sup>709</sup>. A segunda campanha teve lugar entre 1831 e 1832, foi liderada pelo major João Correia Monteiro e pelo capitão António Pedroso Gamito (cf. Figura: 4.4). Saindo de Tete, seguiram a rota que Lacerda e Almeida havia feita anos antes, chegando ao lago Mweru (atuais República Democrática do Congo e Zâmbia), regressando depois ao ponto de partida. Até meados da centúria registaram-se ainda as seguintes incursões: entre 1846-48, realizou-se uma nova missão exploratória, por intermédio do sertanejo Joaquim Rodrigues Graça, que partindo de Luanda se dirigiu ao norte e nordeste do atual território angolano (cf. Figura: 4.4) e entre 1847-50, Bernardino

---

<sup>707</sup> PERES, Damião dir. – *História de Portugal*. Edição monumental. vol. VI. Barcelos: Portucalense Editora, 1934, pp. 747-748. Veja-se igualmente: SEBESTYÉN, Evá., & VANSINA, Jan – Angola's Eastern Hinterlands in the 1750s: A Text Edition and Translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage" (1755–1756). *History in Africa* [em linha]. Vol. 26 (1999) pp. 299-364. [Consult. 20/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/D9915F1CBAC51428C9EA927F8C6AD1FB/S0361541300002722a.pdf/angola-as-eastern-hinterlands-in-the-1750s-a-text-edition-and-translation-of-manoel-correia-leitaos-voyage-17551756.pdf>>.

<sup>708</sup> ROSA, Francisco Delgado – As expedições científicas. *Visão História*. N.º 31 (out. 2015), p. 61; VERDE, Filipe – Portugueses em África: defender as cores do mapa. *Visão História*. N.º 65 (jun. 2021), pp. 58-60; OGOT, Bethwell Allan ed. – *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. vol. V, Brasília: UNESCO, 2010, p. 713; MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais*. 13.ª ed., vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 451.

<sup>709</sup> *Idem*, p. 448.

José Brochado (cf. Figura: 4.4), percorreu a zona sul de Moçâmedes (Angola) até rio Cunene, resultando desta etapa o mapeamento do curso fluvial<sup>710</sup>.

Entre estes exploradores, que eram na sua maioria militares encarregados pela metrópole de efetuarem reconhecimentos territoriais, destacou-se António Francisco Ferreira da Silva Porto. Estabeleceu-se primeiramente no Brasil de onde transitou para Angola, em 1838. Dedicado ao comércio, seria posteriormente transformado numa espécie de diplomata, devido aos inúmeros contactos que detinha com os sobas<sup>711</sup>. Tanto ele como os seus pombeiros (encarregados de negócios mestiços) percorreram os sertões da África austral (cf. Figura: 4.4). Os seus conhecimentos mostram-se preciosos no que concerne às rotas, aos produtos e ainda aos povos e à sua etnologia, facilitando o contacto e a progressão de alguns exploradores europeus, chegando a encontrar-se com Livingstone na região do Barotze (Zâmbia)<sup>712</sup>.

Já depois de meados do século tiveram lugar algumas incursões: em 1853, o botânico austríaco Friedrich Welwitsch (cf. Figura: 4.4), foi enviado para o sul de Angola pelo governo português numa campanha científica, da qual resultou a recolha de mais de mil novas espécies de plantas. Em 1854, Caetano Ferreira (cf. Figura: 4.4), partindo do sueste angolano descobre a nascente do rio Cuando, e por fim, no ano seguinte, os exploradores Montanha e Teixeira (cf. Figura: 4.4), partiram do Inhambane (Moçambique) chegando aos Transval (África do Sul), findando o primeiro grande ciclo exploratório africano<sup>713</sup>.

---

<sup>710</sup> PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 577.

<sup>711</sup> O m. q. chefes tribais.

<sup>712</sup> Sobre esta tema, veja-se e.g.: PORTO, António Francisco Ferreira da Silva – *Silva Porto e Livingstone: manuscripto de Silva Porto encontrado no seu espólio*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias/Sociedade de Geographia de Lisboa, 1891; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, p. 72; PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, pp. 577-578; PORTO, António Francisco Ferreira da Silva – *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos*. Coimbra: Bibl. Geral da Universidade, 1986.

<sup>713</sup> PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, pp. 579; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX ... *Op. Cit.*, p. 104; MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III. Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 167; PORTUGAL – *Annaes do Conselho Ultramarino: Parte não oficial* [Em linha]. Série 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, pp. 77 e 593. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL:

#### 4.1.2 As grandes campanhas exploratórias

Acompanhando as grandes campanhas exploratórias internacionais protagonizadas por Livingstone, Stanley ou Brazza, também no último quartel de Oitocentos Portugal se mostrou produtivo em termos espaciais, científicos e políticos, lançando as bases daquele que haveria de ser o seu último ciclo imperial. Os seus protagonistas mais conhecidos foram Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, Alexandre de Serpa Pinto e Henrique de Carvalho<sup>714</sup> (cf. Figura: 4.5).

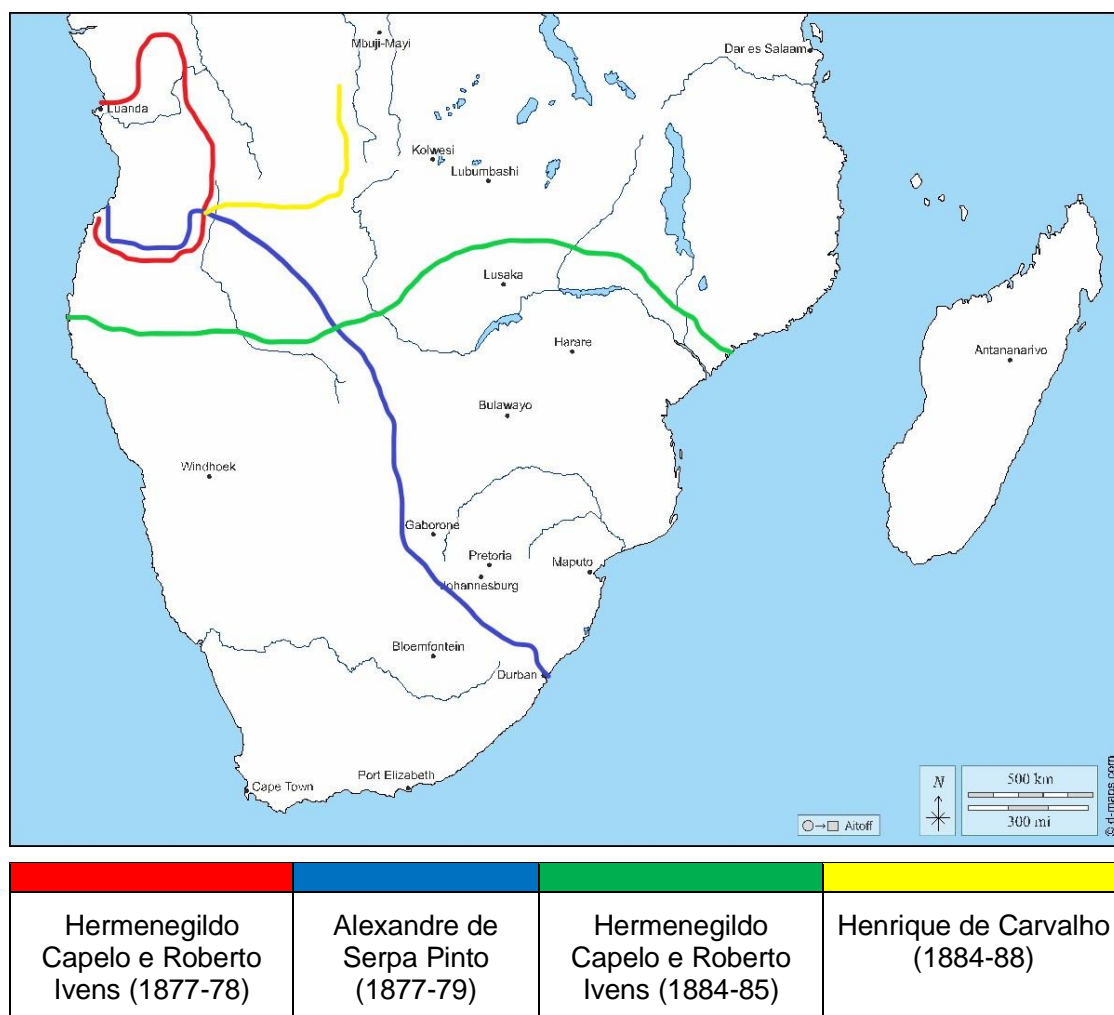


Figura: 4.5: explorações geográficas portuguesas na segunda metade de Oitocentos (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

<https://books.google.pt/books?id=2cOAQAIAAJ&vq=Fernando%20da%20Costa%20Lea&hl=pt-PT&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>.

<sup>714</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 72-73 e 75.

Visto durante muito tempo como um “depósito de escravos” com destino às américas, o continente africano foi paulatinamente ganhando importância por diversos fatores: a redescoberta da civilização egípcia com os seus mistérios, as explorações que decorreram desde finais do século XVIII até meados do subsequente mitificaram e mistificaram África na mentalidade europeia, as campanhas antiescravagistas, as missões religiosas “civilizadoras” e a entrada nas economias-mundo de novas nações industrializadas, sedentas tanto de novas fontes de matérias-primas, como de mercados absorvedores e de influência política e territorial, levaram a uma nova perspectiva sobre o continente, iniciando “a corrida a África”<sup>715</sup>.

Cientes dos interesses e das movimentações diplomáticas que principalmente o Reino Unido, a Alemanha, a França ou a Bélgica, faziam em busca de novas esferas de influência<sup>716</sup>, foi criada em 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), que desempenhou um papel crucial na exploração científica, mas também política do território<sup>717</sup>. Foi neste contexto de disputa, que sob o alto patrocínio do rei dos belgas Leopoldo II, decorreu no ano de 1876 em Bruxelas a Conferência Geográfica, participando nela representantes da Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Grã-Bretanha, Itália e Rússia<sup>718</sup>. O não endereçamento de convite a Portugal foi sintomático da visão que dele tinham: pequeno, pobre, pouco industrializado, dispensável e até certo ponto incómodo! O protesto de Portugal, veio sobre a forma de explorações, no intuito de elevar e cimentar a sua voz neste novo concerto das nações, tendo-se realizado quatro grandes viagens entre 1877 e 1888<sup>719</sup>.

A primeira expedição científica (que mais tarde se haveria de dividir em duas), organizada pela recém-criada Sociedade de Geografia de Lisboa através de

---

<sup>715</sup> MATTOSO, José dir. – *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V... *Op. Cit.*, pp. 305-306.

<sup>716</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, pp. 217-220.

<sup>717</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 72-73.

<sup>718</sup> BANNING, Emile – *L'Afrique et la Conférence géographique de Bruxelles* [em linha]. Bruxelles: Librairie Eropéenne C. Muquardt, 1877, pp. 119-121. [Consult. 02/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://books.google.com.br/books?id=xE-TJCtixl8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=xE-TJCtixl8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.

<sup>719</sup> PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, p. 593.

subscrição pública, teve como comandantes os oficiais da marinha Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, e do exército, Alexandre de Serpa Pinto<sup>720</sup>.

Partindo de Benguela em 1877, dirigiram-se para norte. Quando se encontravam no planalto do Bié e, devido a desentendimentos pessoais sobre qual o roteiro a seguir, a expedição dividiu-se em dois: Capelo e Ivens, queriam cumprir as ordens emanadas de Lisboa para estudarem as bacias hidrográficas dos grandes rios angolanos e os recursos geológicos, enquanto Serpa Pinto pretendia atravessar o continente. Os dois primeiros seguiram em direção ao Estado Livre do Congo e, não o alcançando, infletiram na direção de Luanda, onde chegaram em 1879<sup>721</sup> (cf. Figura: 4.5). Ao invés desta viagem, que alcançou resultados aquém do esperado, a viagem de Serpa Pinto entrou para os anais da História de Portugal, já que foi a primeira de costa a costa. Depois da separação, seguiu em grande parte a rota de Silva Porto e dos seus pombeiros, atravessando as terras do Império Barotze, atingindo a cidade de Durban em 1879. Este tremendo sucesso, só não foi completo, por não ter tocado as costas moçambicanas<sup>722</sup> (cf. Figura: 4.5).

Apostados em se redimir do fracasso anterior, sendo novamente apadrinhados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, Capelo e Ivens, realizaram a mais épica e simbólica das viagens de exploração portuguesas pelo interior do continente africano. Realizada em plena Conferência de Berlim, iniciou-se em 1884 com a partida de Moçâmedes (Angola) e termo em Quelimane (Moçambique), em 1885 (cf. Figura: 4.5). Se Serpa Pinto foi o primeiro português a ligar as duas costas do continente por terra, Capelo e Ivens tiveram o mérito de interligar as duas possessões portuguesas, servindo para reforçar no terreno os intentos de conectar

---

<sup>720</sup> RODRIGUES, António Simões coord.– *Op. Cit.*, p. 226; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>721</sup> *Idem*, pp. 115-116; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, p. 74; PERES, Damião dir. – *História de Portugal*. Edição monumental. vol. VII... *Op. Cit.*, pp. 590-591. Para mais informações consultar as obras: CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto – *De Benguella às terras de lácça: descrição de uma viagem na África Central e Occidental*. vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881; CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto – *De Benguella às terras de lácça: descrição de uma viagem na África Central e Occidental*. vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881; FONSECA, João Abel da – A Sociedade de Geografia de Lisboa e As Explorações Geográficas de Angola À Contra Costa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 133, n.º 1-12 (jan-dez 2015), p. 64.

<sup>722</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, p. 74; PERES, Damião dir. – *História de Portugal*. Edição monumental. vol. VII... *Op. Cit.*, p. 591.

Angola à contracosta, através de uma faixa de terra contínua que ficaria recordado para a posteridade como o Mapa Cor-de-Rosa<sup>723</sup>.

A derradeira expedição científica e diplomática de grande envergadura decorreu entre 1884-88 e foi comandada pelo oficial do exército Henrique de Carvalho (cf. Figura: 4.5). O destino foi o reino da Muatiânvua, no atual nordeste de Angola, onde já havia estado cerca de 40 anos antes Joaquim Rodrigues Graça<sup>724</sup>. Embora esta área não estivesse contemplada no Mapa Cor-de-Rosa, estas duas explorações foram fundamentais para que mais tarde fosse integrada no território angolano aquando do tratado de 1891<sup>725</sup>.

#### 4.2 A ocupação do território

A história da evolução dos modos e dos meios de comunicação entre a metrópole e as colónias foi, também ela, paralela à ocupação e ao desenvolvimento desses territórios ultramarinos. Sem uma ligação efetiva entre as diferentes parcelas territoriais, qualquer tentativa de desenvolvimento ultramarino não passava de uma grande quimera, um império parcelado composto por terras dispersas, tornando-se este tema num dos pilares basilares para a construção de *um império marítimo africano*. A sua constituição foi um objetivo perseguido por diversos governos, mas a sua implementação no terreno repercutiu não apenas a boa vontade e a instabilidade política vivida, mas, sobretudo, as dificuldades financeiras sentidas, levando a uma execução deficitária, intermitente e tardia<sup>726</sup>.

---

<sup>723</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 74-75.

<sup>724</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.1 Ponto 4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de *Oitocentos*.

<sup>725</sup> BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 163; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>726</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III... *Op. Cit.*, pp. 201-202.

4.2.1 Os melhoramentos marítimos: o estabelecimento de carreiras marítimas coloniais

Praticamente até à década de 60, as ligações entre Portugal e as suas colónias foram muito ténues e esporádicas. A única ligação contínua era assegurada por navios da *Companhia Anglo-Luso-Brazileira* os quais, no seu trajeto para o Brasil, faziam escala em Cabo Verde<sup>727</sup>.

As primeiras tentativas para efetivar o desejo de uma carreira regular a vapor entre a metrópole e as colónias africanas, ocorreram na segunda metade da década de cinquenta. A 25 de janeiro de 1856, o governo, assinou com a *Low Brothers e Companhia*, um contrato para a navegação entre Lisboa e os Açores<sup>728</sup>; em 18 de abril, celebrou-se um contrato com o representante de vários capitalistas, Theofilo Bernex Philippon, com vista à navegação entre Portugal e os seus portos da África ocidental<sup>729</sup>. Por fim, em 26 de junho de 1856, o Estado procedeu à aprovação dos estatutos da *Companhia Real Portuguesa de Navegação a Vapor*<sup>730</sup> cedendo os dois contraentes anteriormente citados, a esta companhia, os respetivos contratos. Deste modo, e de acordo com o Aviso publicado no Diário do Governo, tencionava a Companhia “(...) emprender carreiras para os Açores, África Occidental, Algarve e outros portos (...)”, tendo como diretores, José António

---

<sup>727</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, pp. 201-202; ALEXANDRE, Valentim Alexandre; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, p. 156; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Sessão n.º 130 (08/06/1860), p. 601. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1860&mes=6&tipo=a-diario&filename=1860/06/08/D\\_0130\\_1860-06-08&pag=2&txt=Companhia%20Anglo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1860&mes=6&tipo=a-diario&filename=1860/06/08/D_0130_1860-06-08&pag=2&txt=Companhia%20Anglo)>; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Sessão n.º 17 (21/01/1860), p. 68. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1860&mes=1&tipo=a-diario&filename=1860/01/21/D\\_0017\\_1860-01-21&pag=4&txt=Companhia%20Anglo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1860&mes=1&tipo=a-diario&filename=1860/01/21/D_0017_1860-01-21&pag=4&txt=Companhia%20Anglo)>.

<sup>728</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. Sessão n.º 129 (03/06/1857), p. 708. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1857&mes=6&tipo=a-diario&filename=1857/06/03/D\\_0129\\_1857-06-03&pag=6&txt=low%20brothers](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1857&mes=6&tipo=a-diario&filename=1857/06/03/D_0129_1857-06-03&pag=6&txt=low%20brothers)>.

<sup>729</sup> *Ibidem*.

<sup>730</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Índice. (01/01/1856), [S.p.] [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=1&tipo=b-indice&filename=1856/indice/indice\\_1856&pag=1&txt=COMPANHIA%20REAL](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=1&tipo=b-indice&filename=1856/indice/indice_1856&pag=1&txt=COMPANHIA%20REAL)>; DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 183 (05/08/1856), pp. 1202-1203. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=8&tipo=a-diario&filename=1856/08/05/D\\_0183\\_1856-08-05&pag=4&txt=estatutos](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=8&tipo=a-diario&filename=1856/08/05/D_0183_1856-08-05&pag=4&txt=estatutos)>.

Pereira Serzedello; Fortunato Chamiço Jr.; Duarte Midlicott; Joaquim Henriques Fradesso da Silveira; Cândido de Freitas Abreu e Augusto Ferreira Pinto<sup>731</sup>.

Reconhecendo a importância do estabelecimento de carreiras regulares a vapor para o incremento de trocas e deslocações de pessoas, bens e capitais, assim como, para a unidade da pátria comum, o poder central empenhou-se nesta demanda mas sem alcançar os resultados esperados.

A 6 de maio de 1858, o ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, declarou nulas todas as concessões feitas anteriormente à companhia *Low Brothers e Companhia* e ao representante, Theofilo Bernex Philippon, uma vez que ambas não tinham cumprido o estipulado contratualmente, enquanto a *Companhia Real Portuguesa de Navegação a Vapor*, nunca chegara a efetivar-se administrativamente<sup>732</sup>.

Ainda neste ano, foi atribuída à *Companhia União Mercantil*, o monopólio das ligações para os Açores, África ocidental e Algarve. O trajeto açoriano, foi concedido por um período de doze anos, estando a Companhia obrigada à realização de viagens regulares, com recursos a barcos a vapor, entre os portos de Lisboa, Angra, Horta e Ponta Delgada. Quanto à rota africana, foi concedida por um período de vinte anos, com direito a um subsídio ordinário de 58.000 réis anuais. Em contrapartida, a *Companhia* estava obrigada ao estabelecimento de uma carreira regular, por meio de barcos a vapor, entre os portos de Lisboa, Ambriz, Benguela, Moçâmedes e Luanda, estando ainda obrigada a fazer escala nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Estipulou-se igualmente que dentro do prazo máximo de um ano, devesse a *Companhia*, colocar uma embarcação a vapor, ligando as ilhas cabo-verdianas e o território guineense<sup>733</sup>.

---

<sup>731</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 254 (27/10/1856), p. 1532. [Consult. 02/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=10&tipo=a-diario&filename=1856/10/27/D\\_0254\\_1856-10-27&pag=4&txt=COMPANHIA%20REAL](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=10&tipo=a-diario&filename=1856/10/27/D_0254_1856-10-27&pag=4&txt=COMPANHIA%20REAL)>.

<sup>732</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 202; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Sessão n.º 109 (11/05/1856), p. 601. [Consult. 02/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/11/D\\_0109\\_1858-05-11&pag=3&txt=COMPANHIA%20REAL%20PORTUGUEZA](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/11/D_0109_1858-05-11&pag=3&txt=COMPANHIA%20REAL%20PORTUGUEZA)>.

<sup>733</sup> *Idem*, p. 602.

Pelo menos no papel, estabeleceu-se a ansiada ligação entre a metrópole e a costa ocidental africana.

Apesar das boas perspectivas, a *Companhia União Mercantil*, nunca cumpriu o contrato estipulado na totalidade, e da subvenção estatal no valor de 58.000 réis para a rota de África, de 9.600 réis para a do Algarve e de 11.400 réis para a dos Açores, logo em 1861, se reportou que as viagens com destino aos portos africanos não se efetuavam com a regularidade prevista<sup>734</sup>. Não resistindo, fechou em 1865, tendo os seus barcos sido colocados à venda em hasta pública<sup>735</sup>.

Até 1880, não existiam companhias de navegação a vapor portuguesas que efetuassem ligações marítimas direta ou indiretamente entre Lisboa e os restantes territórios. Essas ligações eram subsidiadas pelo Estado a companhias francesas, alemãs, holandesas, mas sobretudo, inglesas - *British Índia Steam Navigation Company Limited* - que através da rota do Cabo e mais tarde pelo canal do Suez, faziam escala nos portos moçambicanos e indianos. No caso macaense, essa ligação apenas se deu em 1890, e para Timor, apenas em 1910 se iniciaram as ligações diretas. Até essa data, a viagem era feita de forma indireta através de embarcações holandesas que viajavam para as Índias Orientais Holandesas<sup>736</sup>.

Decidido a alterar esta realidade, a qual agravava a posição de potência colonizadora que pretendia alcançar no exterior e se efetivava nos sertões africanos, foi lançado no dia 4 de outubro de 1880, pelo Estado, através do

---

<sup>734</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Sessão n.º 47 (28/02/1861), pp. 449-450. [Consult. 02/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1861&mes=2&tipo=a-diario&filename=1861/02/28/D\\_0047\\_1861-02\\_28&pag=9&txt=companhia%20uni%C3%A3o%20mercantil](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1861&mes=2&tipo=a-diario&filename=1861/02/28/D_0047_1861-02_28&pag=9&txt=companhia%20uni%C3%A3o%20mercantil)>.

<sup>735</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 202; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Sessão n.º 101 (05/05/1865), p. 1164. [Consult. 02/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1865&mes=5&tipo=a-diario&filename=1865/05/05/D\\_0101\\_1865-05-05&pag=12&txt=extincta%20companhia%20uni%C3%A3o%20mercantil](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1865&mes=5&tipo=a-diario&filename=1865/05/05/D_0101_1865-05-05&pag=12&txt=extincta%20companhia%20uni%C3%A3o%20mercantil)>.

<sup>736</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 202; ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Op. Cit.*, p. 157; DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. Sessão n.º 17 (21/01/1882), p. 149. [Consult. 03/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1882&mes=1&tipo=a-diario&filename=1882/01/21/D\\_0017\\_1882-01-21&pag=5&txt=navega%C3%A7%C3%A3o%20entre%20lisboa](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1882&mes=1&tipo=a-diario&filename=1882/01/21/D_0017_1882-01-21&pag=5&txt=navega%C3%A7%C3%A3o%20entre%20lisboa)>.

ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, um concurso para a adjudicação da navegação entre os portos de Lisboa e da África ocidental portuguesa. Para serem válidas, as propostas deveriam ser apresentadas em envelope fechado, escrevendo-se no exterior do mesmo, caso fossem aceites, todas as obrigações «Proposta conforme completamente com as condições do programma» e acompanhadas por um comprovativo de depósito, no valor de 9.000 réis. Demonstrativa da ambição e da importância concedida a uma real efetivação das ligações coloniais, o caderno de encargos foi revelador dessa minúcia, relevando-se o artigo 1.º, especialmente as três primeiras alíneas:

“Alínea 1ª: Os vapores sairão tanto do porto de Lisboa, como do porto de Loanda, em dias certos, devendo a empresa realizar pelo menos doze viagens redondas de ida e volta em cada anno.

Alínea 2ª: Farão escala, tanto na ida como na volta, nos seguintes portos: Funchal, S. Vicente e S: Thiago, Bolama, ilhas do Principe e S. Tnomé; podendo a escala de Bolama ser substituída por viagens especiaes realizadas por vapor de pequenas dimensões, navegando entre esta ilha e S. Vicente de Cabo Verde.

Alínea 3ª: A empresa é obrigada a fazer a navegação regular, por barcos de vapor de pequena lotação, entre Loanda, Benguella, Mossamedes e Ambriz, estabelecendo carreiras que coincidam com a chegada e saída dos vapores que fizerem a viagem de Lisboa a Loanda<sup>737</sup>”.

Findo o prazo estipulado no dia 13 de novembro de 1880, foram remetidas ao ministério três propostas, sendo a vencedora, a proposta apresentada por Henry Burnay, representante da firma Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, assinando-se o respetivo contrato em 29 de janeiro de 1881<sup>738</sup>. Tomado pelo maior capitalista português das últimas décadas do século XIX, também esta área de negócios não escapou, segundo as palavras de Bordalo Pinheiro, à “grande mão”<sup>739</sup>.

---

<sup>737</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880. Sessão n.º 226 (04/10/1880), p. 2555. [Consult. 01/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1880&mes=10&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>738</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Sessão n.º 25 (03/02/1881), pp. 292-293. [Consult. 01/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=2&tipo=a-diario&filename=1881/02/03/D\\_0025\\_1881-02-03&pag=4&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=2&tipo=a-diario&filename=1881/02/03/D_0025_1881-02-03&pag=4&txt=>)>.

<sup>739</sup> A grande mão. *A parodia*. Ano 2, n.º 101, (dez. de 1901), capa. Sobre o tema cf. Anexo XLII – Revista *A parodia* – “A grande mão”.

Estes grandes concursos lançados pelo Estado, não estiveram isentos de movimentações obscuras, cadernos de encargos não cumpridos e alterações feitas à medida. Cerca de uma semana depois da assinatura do contrato de navegação, foi discutido, na sessão de 8 de fevereiro da Câmara dos Pares, um abaixo-assinado promovido por vários comerciantes. E qual foi o motivo de tal protesto?

No auto de adjudicação era expressamente referido que os concorrentes que concordassem e satisfizessem plenamente o caderno de encargos, deveriam escrever de forma visível e legível, no exterior do envelope: «Proposta conforme completamente com as condições do programma». Esta indicação era uma garantia que assegurava a prioridade na abertura do invólucro no caso do aparecimento de várias propostas: se de entre as propostas recebidas apenas uma referisse a frase, essa proposta sobrepunha-se automaticamente às restantes; apenas no caso de terem aparecido várias propostas, e todas ou nenhuma apresentassem a referida frase, se procedia à abertura de todos os envelopes e se escolhia a melhor proposta. Os peticionários argumentavam que os envelopes das duas outras propostas tinham sido devolvidos intactos, sinal de que o vencedor concordava com a totalidade dos encargos estipulados indicados no edital. Vendo publicado o contrato no *Diário do Governo*, decidiram os concorrentes, previsivelmente os derrotados, contestá-lo, expondo veementemente o seu protesto<sup>740</sup>.

Quer tenha sido pelas irregularidades expostas, ou pela impossibilidade de cumprimento do estipulado, a verdade, é que foi solicitada no dia 29 de julho e publicada no dia 3 de agosto, a rescisão do contrato assinado em 29 de janeiro. Entre as causas que levaram a tal desfecho, indicam-se a não operacionalização do serviço dentro do prazo de seis meses e também a não apresentação dos navios destinados às carreiras<sup>741</sup>. Assim, foi reiniciando o processo de adjudicação.

---

<sup>740</sup> Para uma análise minuciosa dos argumentos, veja-se: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Sessão n.º 30 (09/03/1881), pp. 351-352. [Consult. 20/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=2&tipo=a-diario&filename=1881/02/09/D\\_0030\\_1881-02-09&pag=7&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=2&tipo=a-diario&filename=1881/02/09/D_0030_1881-02-09&pag=7&txt=>)>.

<sup>741</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Sessão n.º 174 (06/08/1881), p. 1896. [Consult. 30/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

A mais importante e duradoura companhia de navegação foi a *Empresa nacional de navegação a vapor para a África portuguesa*, criada em 1881. Na sequência da rescisão do contrato entre o Estado e a companhia Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, foi novamente aberto concurso para a adjudicação da rota Portugal – África ocidental portuguesa. Quando finalizou o prazo para a receção de proposta, apenas a da *Empresa nacional de navegação* foi submetida para apreciação, tendo por isso sido aceite e assinado o contrato a 30 de dezembro de 1881, ficando estipulados os portos de Lisboa, Ambriz, Benguela, Funchal, Luanda, Moçâmedes, Príncipe, Rio Zaire, São Tiago, São Tomé e São Vicente, e ainda, entre as diferentes ilhas de Cabo Verde e entre este e a Guiné (Bolama)<sup>742</sup>.

A persecução de ligar por via marítima as diferentes partes do império mantinha-se viva pelo poder político. Nesse sentido, foi publicada a 5 de dezembro de 1896, a abertura de um concurso de adjudicação da carreira Lisboa – Lourenço Marques<sup>743</sup>. Mais uma vez, apenas a *Empresa nacional de navegação* se apresentou a concurso e apenas na condição de o Estado subsidiar a carreira em 225.000 réis anuais, quantia que se manifestou incompatível com o erário público<sup>744</sup>.

Dessa lacuna bem se queixava a Câmara dos Deputados em 1899, clamando,

“Senhores. — A ligação da metropole com todas as nossas provincias ultramarinas, por meio de carreiras regulares de navegação a vapor com bandeira nacional, constitue uma justa aspiração que, por emquanto, não

---

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=8&tipo=a-diario&filename=1881/08/06/D\\_0174\\_1881-08-06&pag=6&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1881&mes=8&tipo=a-diario&filename=1881/08/06/D_0174_1881-08-06&pag=6&txt=>).

<sup>742</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. Sessão n.º 19 (24/01/1882), pp. 169-170. [Consult. 30/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1882&mes=1&tipo=a-diario&filename=1882/01/24/D\\_0019\\_1882-01-24&pag=1&txt=Nacional%20de%20Navega%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1882&mes=1&tipo=a-diario&filename=1882/01/24/D_0019_1882-01-24&pag=1&txt=Nacional%20de%20Navega%C3%A7%C3%A3o)>.

<sup>743</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Sessão n.º 277 (05/1/1896), p. 3288. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1896&mes=12&tipo=a-diario&filename=1896/12/05/D\\_0277\\_1896-12-05&pag=4&txt=louren%C3%A7o%20marques](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1896&mes=12&tipo=a-diario&filename=1896/12/05/D_0277_1896-12-05&pag=4&txt=louren%C3%A7o%20marques)>.

<sup>744</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.º 43 (23/02/1899), p. 416. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=2&tipo=a-diario&filename=1899/02/23/D\\_0043\\_1899-02-23&pag=8&txt=empresa%20nacional%20de%20navega%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=2&tipo=a-diario&filename=1899/02/23/D_0043_1899-02-23&pag=8&txt=empresa%20nacional%20de%20navega%C3%A7%C3%A3o)>.

tem podido tornar-se efectiva, apesar dos numerosos esforços para isso empregados.

Muito desejaria o governo que se estabelecesse em Lisboa a séde de uma grande companhia nacional de navegação que mandasse alguns dos seus vapores pelo Cabo da Boa Esperança até Moçambique, e outros pelo canal de Suez até Timor, fazendo escala, por Mormugão e Macau, e que ligasse ainda Mormugão com Moçambique por carreiras suplementares; mas as circunstancias actuaes do thesouro publico não têm permitido estabelecer largos subsidios a qualquer companhia portugueza, que por ventura se organisasse, e nenhuma, sem esse auxilio pecuniário, tomaria sobre si tamanho encargo<sup>745</sup>.

Finalmente, em 1903, foi assinado um contrato entre o Estado e a *Empresa nacional de navegação*, no qual se estabeleceram carreiras regulares entre os portos de Leixões, Lisboa, Lourenço Marques e Beira, fazendo escala em São Tomé e em Luanda<sup>746</sup>. Quase meio século depois, desde o distante ano de 1856, aquando da criação da *Companhia Real Portuguesa de Navegação a Vapor*, efectivou-se o que durante muitos anos não passou de uma utopia: a criação de uma rota, assegurada por uma companhia de navegação portuguesa, que ligasse a metrópole às suas colónias africanas. Paulatina e concomitantemente se erguia um dos pilares fundamentais para a concretização da ideia de império marítimo africano. Em 1907, a empresa e a rota receberam a bordo o seu passageiro mais ilustre: o príncipe real D. Luís Filipe.

#### 4.3 O reconhecimento internacional

A antiga ordem internacional do primeiro quartel do século XIX, no qual o Reino Unido se apresentou como a maior e incontestável potência marítima, industrial e económica, foi progressivamente sendo colocada em causa ao longo da restante centúria, identificando-se vários fatores que para tal contribuíram: o recrudescimento francês na política internacional, o aparecimento de novos e

---

<sup>745</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.º 43 (23/02/1899), p. 416. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=2&tipo=a-diario&filename=1899/02/23/D\\_0043\\_1899-02-23&pag=8&txt=empresa%20nacional%20de%20navega%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1899&mes=2&tipo=a-diario&filename=1899/02/23/D_0043_1899-02-23&pag=8&txt=empresa%20nacional%20de%20navega%C3%A7%C3%A3o)>.

<sup>746</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. Sessão n.º 13 (17/01/1903), p. 203. [Consult. 02/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1903&mes=1&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

importantes Estados na Europa, do qual a Alemanha foi o expoente máximo, a independência de praticamente todo o continente americano ou, ainda, a concorrência na busca por novos mercados que servissem de base para matérias-primas como de escoamento dos produtos transformados. Em virtude destas novas movimentações diplomáticas, políticas e económicas, a Praça do Comércio tornar-se-ia num dos palcos da política internacional, acolhendo aí alguns dos principais chefes de Estado e da realeza da europeia<sup>747</sup>.

#### 4.3.1 Portugal: o anfitrião (familiar) europeu

Retribuindo as visitas feitas anteriormente pelo monarca português, deslocaram-se a Lisboa, na primeira década do século XX, os monarcas ingleses Eduardo VII (1903) e Alexandra (1905), o rei de Espanha Afonso XIII (1903), os duques de Connaught (1905), os príncipes da Dinamarca Carlos e Maud (1905), o *kaiser* Guilherme II (1905), o presidente da república francesa Émile Loubet (1905) e o rei da Saxónia Frederico Augusto III (1907). Com exceção do presidente francês, todos os demais mantinham uma relação de parentesco com a casa real portuguesa. De reino e potência colonial menor, Portugal tornar-se-ia no anfitrião (familiar) europeu, transformando-se numa paragem obrigatória os representantes para as maiores potências económicas e colonizadoras, podendo mesmo afirmar-se que apenas faltaram à visita o rei dos belgas e da Bulgária<sup>748</sup>. Todos estes encontros, para além de elevarem o prestígio nacional tanto interna como externamente, foram importantes para o príncipe real D. Luís Filipe, uma vez que para além da convivência e da consequente introdução nos círculos familiares e estatais, lhe proporcionou observar os rituais e as formalidades inerentes.

Face ao despertar da Alemanha enquanto potência económico-militar e da sua política externa, a visita do rei inglês adquiriu um significado mais profundo e representou mais do que a receção a um convidado internacional. Depois da tensão diplomática luso-inglesa (e da comoção nacionalista lusitana) que se seguiu ao

---

<sup>747</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.2 Portugal diplomático (1903-1905).

<sup>748</sup> Bélgica: Leopoldo II; Bulgária: Fernando I. Ambas as Casas descendiam do ramo Saxe-Coburgo-Gotha.

*Ultimatum*, a política externa de D. Carlos influiu sempre para o Reino Unido, ficando célebre a frase “(...) poderemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra.”<sup>749</sup>. Se esta visita, a inaugural enquanto monarca britânico, não foi um sinal de renúncia inglesa às assinaturas da Convenção Anglo-Alemã e da Convenção Secreta, ambas firmadas no dia 30 de agosto de 1898, contribuiu de forma indelével para o fortalecimento dos laços de amizade, não apenas entre os dois primos e monarcas, mas também, entre os dois reinos, reforçada pela assinatura da Declaração Secreta Anglo-Portuguesa de 14 de outubro de 1899 e preparando o caminho para o Tratado de Arbitragem entre Portugal e o Reino Unido, de 16 de novembro de 1904<sup>750</sup>.

Partindo de Londres, no dia 30 de março, chegou a Lisboa no dia 2 de abril, a bordo do imponente iate real *Victoria and Albert*. A chegada a terra firme deu-se no cais das colunas, onde o bergantim real atracou. Lá, à sua espera, para além de D. Carlos, estavam presentes a corte, os pares e deputados, e ainda as entidades municipais<sup>751</sup>.

Os dias seguintes foram ocupados com visitas de índole diversa: palácios da Pena e de Monserrate em Sintra, tiro aos pombos na tapada da Ajuda, tourada no Campo Pequeno, jantar de gala no Palácio da Ajuda com récita da gala em São Carlos, convívio com a comunidade inglesa, revista ao regimento de cavalaria n.º 3, do qual Eduardo VII era comandante honorário, ou ainda, o simbolismo da utilização dos uniformes do outro reino. Se durante toda a visita o entusiasmo popular foi flagrante, a catarse estava guardada para o fim. Dos muitos discursos proferidos, destacou-se o da Associação Comercial, no qual o monarca inglês garantiu que “(...) tanto elle como o seu governo tratarão de auxiliar Portugal no seu desenvolvimento colonial, empenhando-se em manter e defender a integridade das nossas vastas possessões ultramarinas.”<sup>752</sup>. Despedindo-se de Lisboa,

---

<sup>749</sup> FRANCO, João – *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>750</sup> CASTRO, Luís Vieira de – *Op. Cit.*, pp. 257-271.

<sup>751</sup> BRAGA, Alberto – O Rei de Inglaterra em Portugal. *Brasil-Portugal... Op. Cit.* Ano 5, n.º 102, (abr. de 1903), p. 83; CÂMARA, João da – Visita de Eduardo VII: a chegada. *O Occidente... Op. Cit.* Ano XXV, n.º 838, (jul. de 1902), p. 74.

<sup>752</sup> O Rei de Inglaterra em Portugal. *Brasil-Portugal... Op. Cit.* Ano 5, n.º 102, (abr. de 1903), p. 86.

navegou em direção a terras gaulesas, num contexto que se adivinhava menos festivo.

Curiosa, mas estranhamente, tanto a rainha como os príncipes não o receberam, uma vez que já se encontravam a navegar pelo Mediterrâneo<sup>753</sup>, havendo de encontrá-lo em abril, ao largo da baía napolitana. No ano seguinte, os monarcas portugueses, retribuíram a visita, sendo a última em que a regência do reino não foi entregue ao príncipe real D. Luís Filipe.

No dia 10 de dezembro, chegou à estação ferroviária do Rossio, o monarca espanhol Afonso XIII. À sua espera, no cais de embarque, estavam el-rei D. Carlos, o príncipe real D. Luís Filipe, membros da corte, pares e deputados e as entidades municipais<sup>754</sup>.

A recepção e os eventos realizados não fugiram aos que Eduardo VII teve, até pela proximidade temporal dos dois acontecimentos. Praticou-se o tiro aos pombos na tapada da Ajuda, serviram-se banquetes, deram-se vivas às duas Casas, visitaram o museu de Artilharia<sup>755</sup> e visitaram a obrigatória Sintra. No dia 14, partiram para Vila Viçosa, sendo nos dias seguintes, acompanhados pelo Rei e pelo príncipe real em caçadas e batidas. Na tarde do dia 17, seguiu de comboio com destino a Badajoz, terminando a real visita. Conforme relatou a imprensa nacional, a mesma foi um sucesso, e se dela se pudessem extrapolar leituras políticas, poderiam ficar descansados Portugal e o Reino Unido<sup>756</sup>.

Entre os dias 7 e 12 de janeiro, Lisboa recebeu mais um ilustre visitante: o Duque de Connaught e a sua família, a Duquesa Luísa e as filhas Margarida e Vitória<sup>757</sup>.

---

<sup>753</sup> Sobre este episódio algo peculiar, a rainha tomou conhecimento da visita britânica em março quando se encontrava na Argélia. Numa epístola para o conde de Arnoso revelou a sua surpresa pela visita e mostrou-se algo receosa que algo pudesse correr mal. RIBEIRO, José Alberto – *Op. Cit.*, pp. 108-109.

<sup>754</sup> Visita de S. M. D. Afonso XIII a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVI, n.º 899, (dez. de 1903), p. 274.

<sup>755</sup> Cf. Anexo XVIII – D. Carlos com vários oficiais à entrada do museu de Artilharia esperando a chegada de Afonso XIII.

<sup>756</sup> Visita de S. M. D. Afonso XIII a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVI, n.º 899, (dez. de 1903), pp. 273-278; Visita de S. M. D. Afonso XIII a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVI, n.º 900, (dez. de 1903), pp. 283-286.

<sup>757</sup> A visita dos duques de Connaught. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 938, (jan. de 1905), p. 10.

Atracado o *Essex* no Arsenal da Marinha, tinham à sua espera o rei D. Carlos, o infante D. Afonso, o corpo diplomático do Reino Unido e da Holanda e entidades políticas várias. Seguiram para os palácios de Belém e da Ajuda onde foram recebidos pela restante Família Real. Os dias seguintes foram preenchidos em convívios, visitaram o castelo de São Jorge, o museu da artilharia, não podendo ficar de fora do roteiro a vila de Sintra e os seus palácios da Pena e de Monserrate<sup>758</sup>.

Do ponto de vista da importância institucional, esta visita, não era de forma alguma comparável às duas pretéritas, mas tinha um suplemento que as anteriores não tinham: um possível enlace matrimonial do príncipe real D. Luís Filipe<sup>759</sup>.

No ano de 1905, a Europa continuava num turbilhão de jogos políticos e diplomáticos, e Portugal mantinha a sua posição de fiel da balança, num cada vez mais ténue equilíbrio.

No seguimento de um encontro com Afonso XIII, em Vigo, o imperador Guilherme II visitou Portugal entre os dias 27 de 30 de março. Atracando no navio *Hamburg*, o bergantim real, levou a bordo o monarca e o príncipe real, fazendo-se a receção ainda no mar. Já em terra firme, foram recebidos por populares, pelos alunos da escola alemã, pelos seus conterrâneos que se encontravam em Portugal e pelo presidente da edilidade, onde num discurso do estilo, lhe deu as boas-vindas. Em cortejo, seguiram para o Palácio de Belém onde tinham à espera a restante Família Real e alguns cortesãos. O que remanesce do dia foi dedicado à receção do corpo diplomático e ao jantar de gala que teve lugar no Palácio da Ajuda<sup>760</sup>.

Com exceção de um acontecimento, nada de relevante se passou, limitando-se o convidado e os anfitriões a fazerem as visitas usuais: visitaram dependências militares, assistiram a uma récita de gala em São Carlos, foram à Pena e ficaram deleitados com as suas vistas. Atendendo ao momento político, o discurso proferido

---

<sup>758</sup> / A visita dos duques de Connaught. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 938, (jan. de 1905), pp. 10-11.

<sup>759</sup> A visita dos duques de Connaught. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 938, (jan. de 1905), p. 10. Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.3 Amores e desamores de um príncipe (1905).

<sup>760</sup> S. M. o Imperador Guilherme II em Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 945, (mar. de 1905), pp. 70-71.

na Sociedade de Geografia de Lisboa, revestiu-se de uma importância acrescida. Olvidado, porventura, das maquinações realizadas em tempos mais recuados, com o objetivo de tomar o total ou uma parte das colónias portuguesas em África, ou das palavras ainda frescas que tinha dito a Afonso XIII, aconselhando-o “(...) a ser prudente com a Inglaterra e desconfiado com Portugal<sup>761</sup>”, Guilherme II fez o panegírico usual. Este consistiu em enumerar as personalidades ligadas aos Descobrimentos (Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, etc.) e os feitos passados, assim como as relações presentes que, nas palavras do *Kaiser*, eram de lealdade e de boa vizinhança, lançando já previsões de que num “(...) acordo ulterior, podem estar certos de encontrar em mim a melhor vontade e um espírito que saberá conciliar todos os interesses”<sup>762</sup>. O futuro encarregou de desmentir estas intenções.

O último dos chefes de Estado a visitar Portugal, foi o presidente da república de França, Émile Loubet (cf. Figura: 4.6). A finalização da questão marroquina em 1904, entre o Reino Unido e a França, permitiu uma aproximação aos dois países, que resultou na assinatura da *Entente Cordial* nesse mesmo ano. Mais uma vez, o objetivo da visita era o de fechar o círculo político à Alemanha de Guilherme II e às suas ambições tanto expansionistas quanto belicistas, no que Portugal era agora tomado por um fiel e importante aliado<sup>763</sup>

---

<sup>761</sup> CASTRO, Luís Vieira de – *Op. Cit.*, p. 233.

<sup>762</sup> S. M. o Imperador Guilherme II em Lisboa. *O Occidente...* *Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 945 (mar. de 1905), pp. 74-75.

<sup>763</sup> CASTRO, Luís Vieira de – *Op. Cit.*, pp. 186-187.



Figura: 4.6: a Família Real e o presidente francês Loubet em Sintra (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

Na manhã de 27 de outubro, chegou à estação ferroviária do Entroncamento o comboio que transportava o presidente francês, tendo sido logo ali recebido por vários políticos com cargos internacionais (ministro da França em Portugal), nacionais (ministro das Obras Públicas), regionais (Governo Civil de Santarém) e locais (representações camarárias). Escutada a Marselhesa, apertadas as mãos, seguiu o comboio para a capital, onde chegou às 11 horas e onde era esperado pelo monarca, pelo príncipe real e pelo infante D. Afonso<sup>764</sup>.

Tal como tinha acontecido aquando da visita do imperador alemão, também esta foi presenteadada por manifestações populares nas ruas, por jantares de gala, visitas a Sintra, encontro com a colónia francesa residente, estando o apogeu reservado para a Sociedade de Geografia de Lisboa. Ao discurso de Ferreira do

<sup>764</sup> Visita do presidente Loubet a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 966, (out. de 1905), p. 234.

Amaral, respondeu Loubet, afirmando que “(...) a França [...] colaborará com Portugal na civilização das raças africanas que os dois povos colonizam (...)”<sup>765</sup>. Estava desta forma quase completa a teia diplomática que Eduardo VII estava tecendo.

A partida do presidente Loubet, encerrou um período áureo da diplomacia portuguesa, colocando-a, se não numa primeira linha de importância, pelo menos num patamar superior, estando muito longe daquele em que se encontrava em 1890. O rei D. Carlos bem mereceu o cognome de o «Diplomata», uma vez que – não esquecendo o papel do marquês do Soveral – foi o grande obreiro desta trama de relações internacionais, conseguindo que a unidade geográfica dos territórios metropolitano e ultramarino saíssem incólumes numa Europa que se digladiava por conquistar terras e área de influência em África.

#### 4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade

A Conferência de Berlim, como mais tarde seria a reação ao *Ultimatum*, foi no (seu tempo) e ainda continua a ser no atual discurso histórico, alvo de leituras apaixonadas, levando a emoções extremas e a visões desvirtuadas. A primeira dessas ideias feitas, logo minimalistas, foi que aqui se partilhou efetivamente o continente africano entre as potências europeias, ficando imediatamente delineados os territórios que cabiam a cada uma, não se percebendo que estes processos são dinâmicos e diluídos no tempo<sup>766</sup>.

---

<sup>765</sup> Visita do presidente Loubet a Lisboa. *O Occidente... Op. Cit.*. Ano XXVIII, n.º 966, (out. de 1905), p. 235.

<sup>766</sup> Atente-se no caso das possessões portuguêsas da África austral: em Angola, as delimitações das fronteiras decorreram entre 1884, por ocasião das negociações luso-britânicas sobre a delimitação do Congo, e terminaram apenas na década de 20 do século seguinte. MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, pp. 221 e 225. No caso moçambicano, as delimitações de fronteiras estenderam-se desde os anos 70 do século XIX até 1929, aquando da sua ratificação. ROQUE, Ana Cristina – O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento. *Africana Studia*. N.º 17, 2011.

Como já foi referido anteriormente<sup>767</sup>, até 1860/70 as possessões europeias eram escassas em território ocupado e delimitado<sup>768</sup> (cf. Figura: 4.7, Figura: 4.8 e Figura: 4.9) e ainda mais rarefeitas em população estabelecida de forma permanente. Os países optaram por exercer um controlo indireto, uma vez que nenhum governo ou Estado escolheria “(...) incorrer em gastos e se expor aos riscos de uma anexação formal, podendo extrair as mesmas vantagens de um controlo indireto”<sup>769</sup>.

---

<sup>767</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.1 Ponto 4.1.1 As explorações geográficas portuguesas até meados de *Oitocentos*.

<sup>768</sup> No caso português, a exceção verificou-se no sul de Moçambique, onde em 1864 foi criada a Comissão Mista para a Delimitação da Fronteira entre o Transvaal e o Distrito de Lourenço Marques, tendo resultado na assinatura em 1869 do Tratado de Paz, Amizade e Fronteiras. Pesem embora todas as contrariedades encontradas e o longo período para a sua efetiva ratificação em 1929, não deixou de ser um dos poucos casos de diplomacia pré-Conferência de Berlim. ROQUE, Ana Cristina – O sul de Moçambique na viragem do século XIX... *Op. Cit.*, pp. 106-117 e ROQUE, Ana Cristina – Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Universidade do Porto, 2008. [Consult. 16/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/19.pdf>>; BOAHEN, Albert Adu ed. – *Op. Cit.*, pp. 1-3.

<sup>769</sup> BOAHEN, Albert Adu ed. – *Op. Cit.*, p. 31.

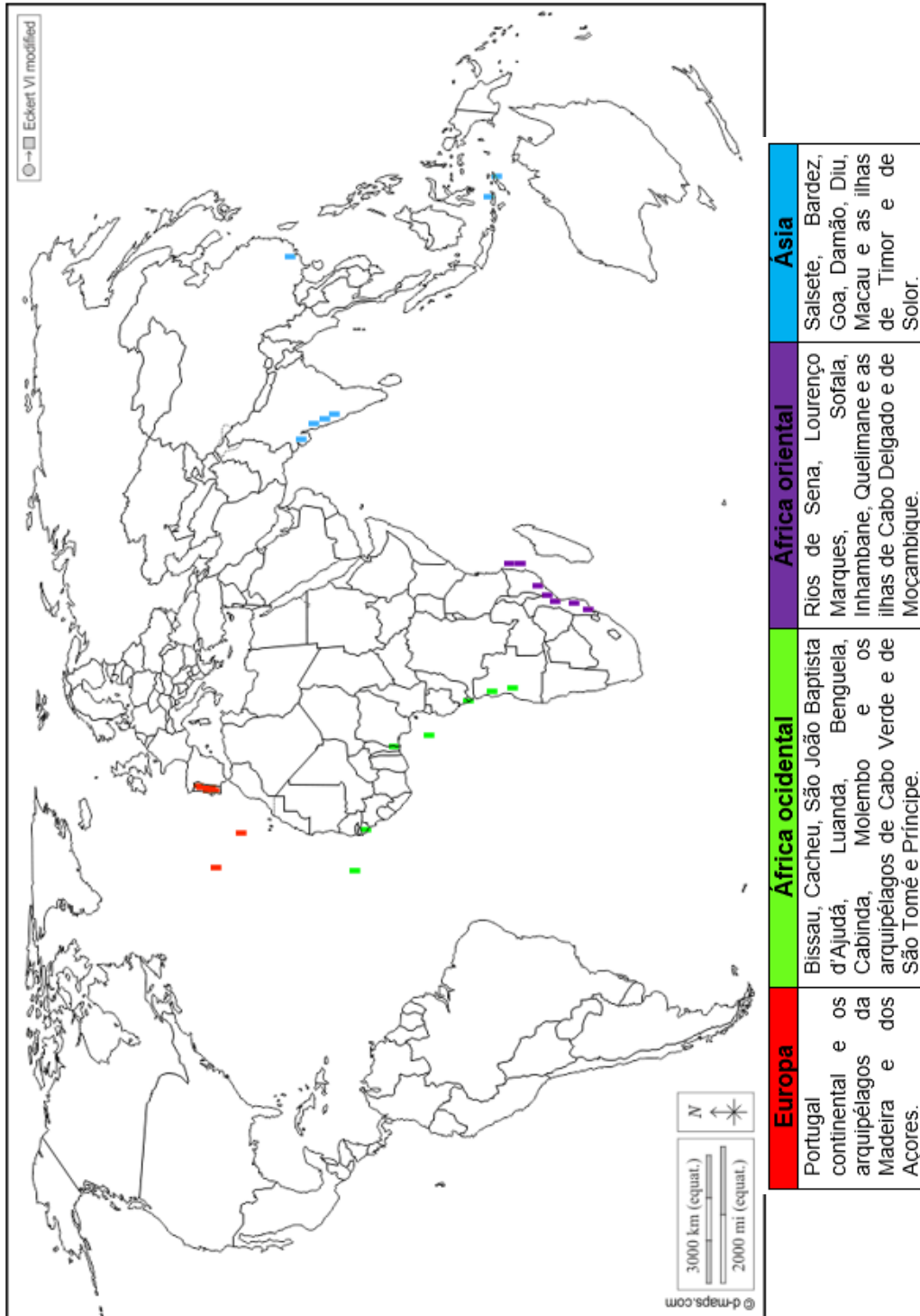


Figura: 4.7: o império português de acordo com a Constituição de 1838 (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

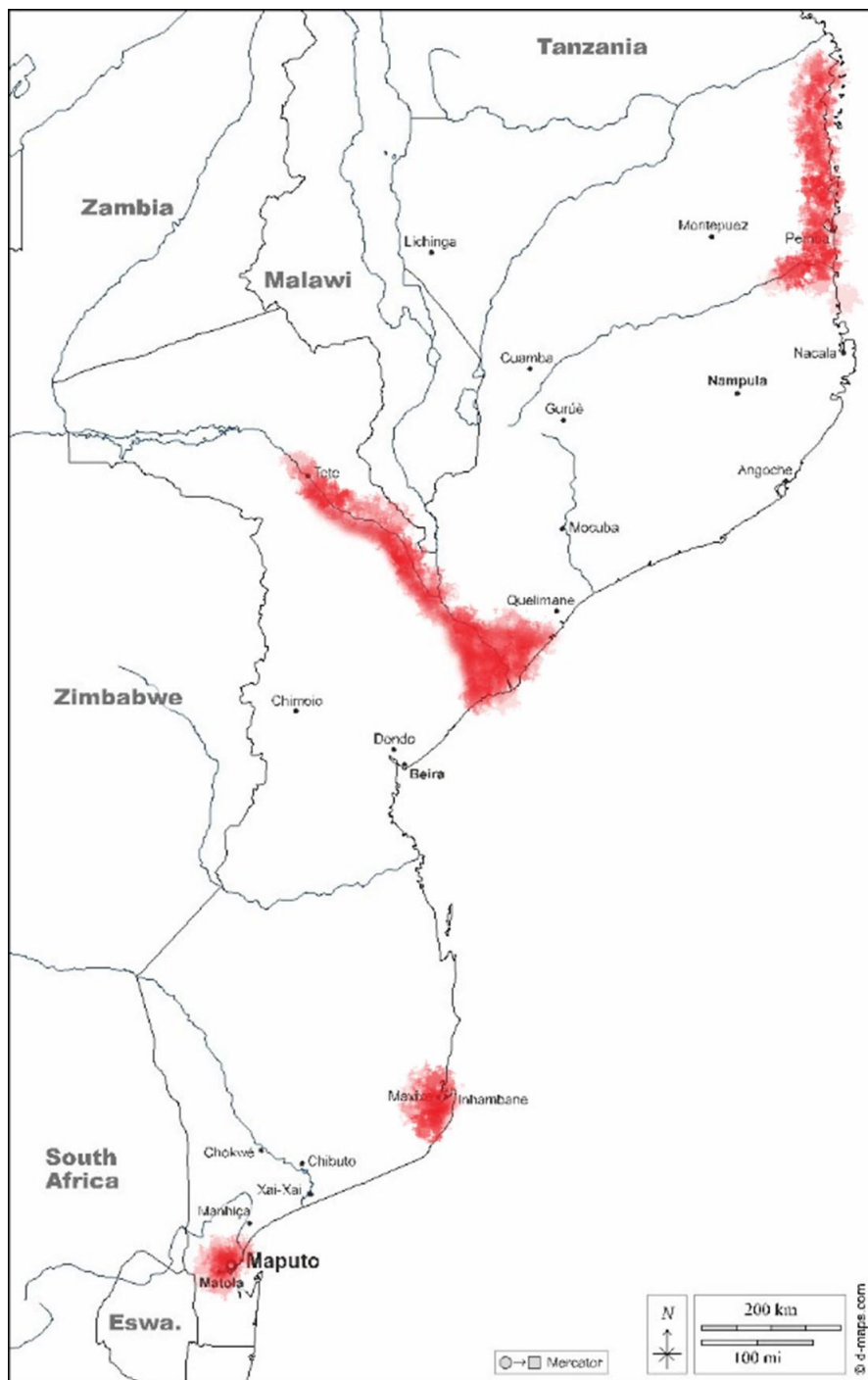


Figura: 4.8: ocupação de Moçambique até 1868 (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

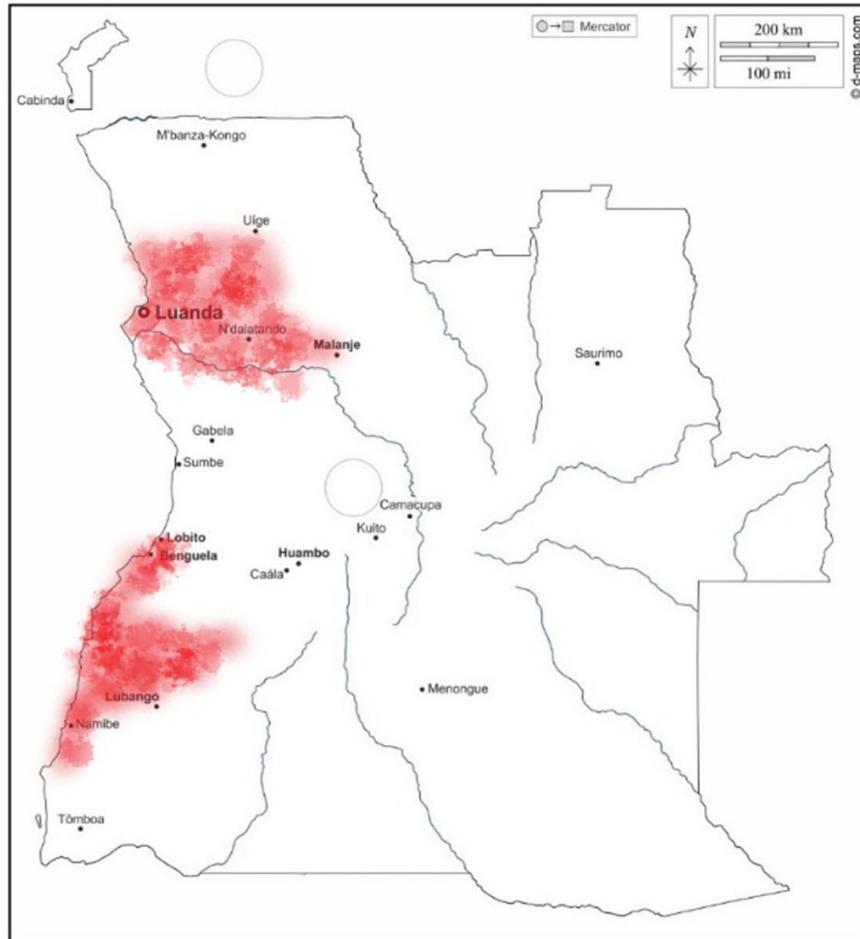


Figura: 4.9: ocupação de Angola até 1861 (Mapa).

Fonte: adaptado de MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 173.

Segundo alguns historiadores, a alteração do posicionamento europeu face a África (cf. Figura: 4.10) foi iniciado por três fatores: em 1876, com a criação e o reconhecimento do Estado Livre do Congo, na peugada da realização da Conferência Internacional de Bruxelas; em 1876/77, através do segundo ciclo de campanhas geográficas e científicas realizadas por Portugal<sup>770</sup>; e em 1879/80, devido à política expansionista de França no norte, centro e este do continente.

<sup>770</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.1 Ponto 4.1.2 As grandes campanhas exploratórias.

Estes acontecimentos precipitaram a que o Reino Unido e a Alemanha se lançassem também em direção a África<sup>771</sup>.

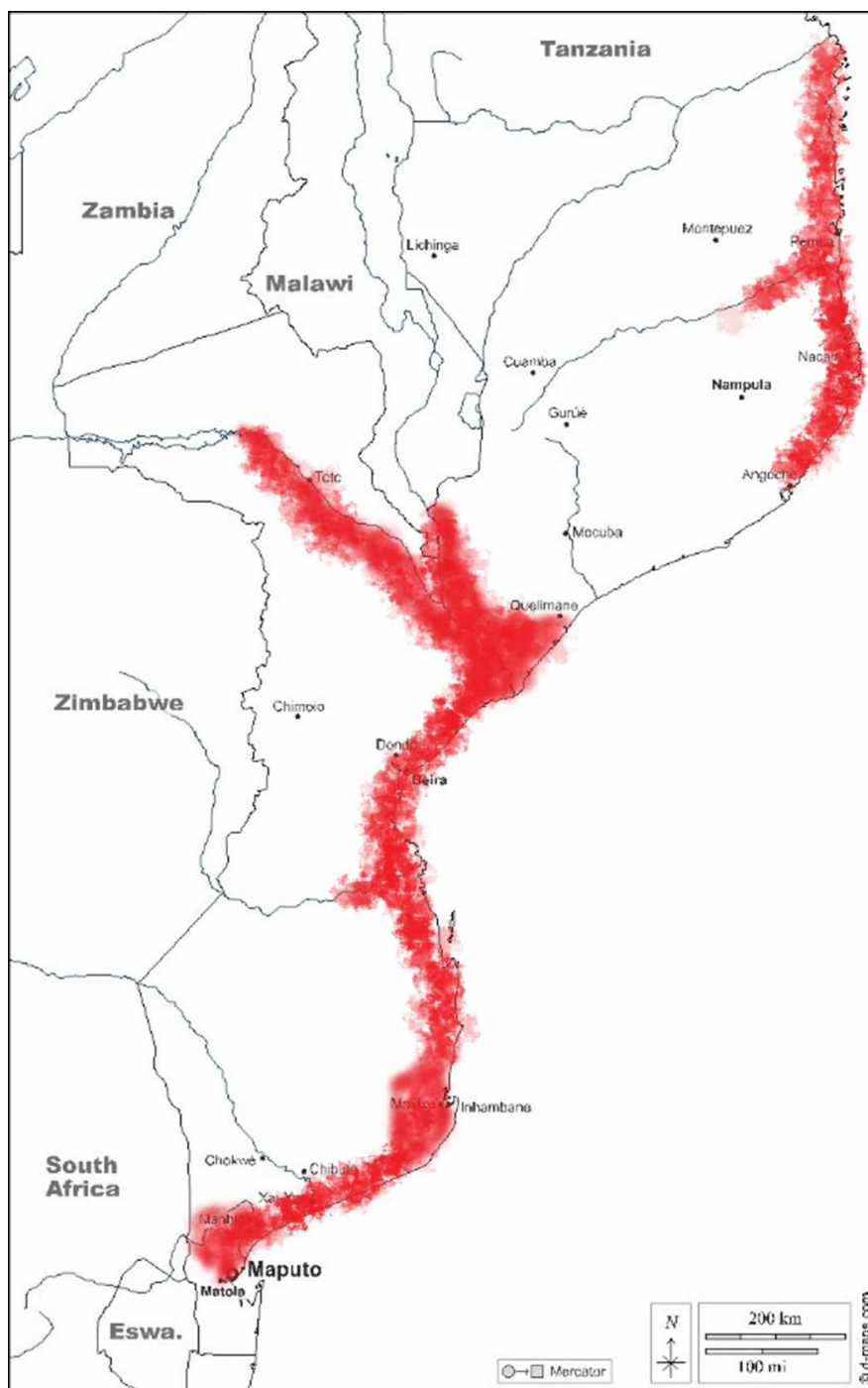


Figura: 4.10: ocupação de Moçambique até 1888 (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

<sup>771</sup> BOAHEN, Albert Adu ed. – *Op. Cit.*, p. 32; MATTOSO, José dir. – *História de Portugal – O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V... *Op. Cit.*, p. 306.

O primeiro incidente de monta deu-se em 1884, na sequência do Tratado de Londres, no qual o Reino Unido reconhecia a Portugal o direito de ocupar as duas margens do rio Zaire. Denunciado pelas outras potências, em especial pela Alemanha, França e Bélgica, que também aí tinham interesses, este episódio levou a que Portugal propusesse a realização de uma conferência internacional, onde os conflitos à época pudessem ser sanados e evitados no futuro. O recuo do Reino Unido alimentou uma ideia antibritânica, levando a que Portugal procurasse no futuro novos parceiros que lhe viabilizassem os planos coloniais<sup>772</sup>.

Esta Conferência realizou-se, mas por iniciativa do chanceler alemão Otto von Bismarck, em Berlim, entre 15 de novembro de 1884 e 26 fevereiro de 1885. Estiveram presentes comitivas da Alemanha, França, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Portugal, Suécia e Noruega, Rússia e Turquia. Portugal fez-se representar pelo marquês de Penafiel (Ministro Plenipotenciário em Berlim), António de Serpa Pimentel, Luciano Cordeiro, Carlos Roma do Bocage, António José da Serra, José Ferreira Felício e Manuel de Sousa Coutinho<sup>773</sup>.

Como já fizemos referência anteriormente, em vez da repartição efetiva do continente africano pelos países europeus, as grandes temáticas versaram sobre a delimitação fronteiriça do Estado do Congo, regulamentação do comércio dos rios Congo e Níger, a necessidade de acabar com a escravatura por mar ou terra e a uniformização das regras de uma futura ocupação para lá do interior<sup>774</sup>. Detenhamo-nos sobre este último ponto e os dois artigos que o compõem:

“Artigo 34.º: A Potência que de agora em diante tomar posse de um território nas costas do continente africano situado fora de suas possessões atuais, ou que, não os tendo tido até então, vier a adquirir algum, e no mesmo caso a Potência que aí assumir um protetorado, fará acompanhar a Ata respectiva de uma notificação dirigida às outras

---

<sup>772</sup> RAMOS, Rui coord.– *História de Portugal*. vol. VI. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, p. 63; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 75-77.

<sup>773</sup> *Idem*, pp. 76-77; PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, p. 593; PINTO, Rui Miguel da Costa – Das Raízes do Mapa Cor de Rosa ao Ultimatum. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 129, n.º 1-12 (jan-dez 2011), p. 35; AMARAL, Ilídio do - O Papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na Delimitação das Fronteiras das Antigas Colónias Portuguesas em África e de Timor. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 133, n.º 1-12 (jan-dez 2015), pp. 41-42.

<sup>774</sup> PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, p. 593;

Potências signatárias da presente Ata, a fim de lhes dar os meios de fazer valer, se for oportuno, suas reclamações<sup>775</sup>.

Este artigo, recorda-nos que a influência europeia ainda se cingia largamente às zonas costeiras, mas dá como imparável a ocupação do *hinterland*, pretendendo-se de alguma forma evitar um confronto direto, recorrendo-se à diplomacia.

“Artigo 35.º: As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do Continente africano, a existência de unia autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada”<sup>776</sup>.

Aqui, mais do que uma demarcação efetiva do território, o que se pretendeu foi uma constituição de *esferas de influência*, que podiam ser alcançadas: a) por meios materiais e humanos europeus, com a implantação de cidades, fortes, telégrafos, etc.; b) ou através da assinatura de tratados com os povos autóctones, onde estes se submetessem à proteção de um determinado país europeu, de maneira a que, no futuro, se pudesse reclamar a posse desse território e demarcarem-se fronteiras, recorrendo à teoria do direito efetivo e não histórico. Esta última era a tese de Portugal.

Dos tratados assinados antes de 1890, ressalva-se o Tratado luso-alemão, assinado em 30 de dezembro 1886, e que estaria na base da crise de 1890. Antes de o analisarmos é necessário termos em conta o papel secundário com que Portugal era visto. Se em várias ocasiões Portugal foi tratado como um joguete, não deixou de ser visível no campo diplomático, e na mesma medida, uma certa dose de ingenuidade, boa-fé e veleidade<sup>777</sup> (não se podendo descurar o clima

---

<sup>775</sup> ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885 [em linha]. Cap. VI... *Op. Cit.*

<sup>776</sup> *Ibidem.*

<sup>777</sup> Não sendo especialista na matéria e fugindo a mesma ao tema central da presente Tese de Doutoramento, permitam-nos expor em breves traços algumas questões que nos sobejaram aquando da realização do texto sobre as causas do *Ultimatum*, e que, por falta de tempo na investigação ou de engenho do autor, não vimos totalmente esclarecidas. 1. Se sabemos a posição da opinião pública portuguesa, falta-nos a mesma do lado inglês, nomeadamente os seus posicionamentos prós e contras e as pressões exercidas; 2. Qual o real efeito, sobretudo, nos campos político e diplomático, que a não ratificação do Tratado de Londres em 1884, teve nas relações bilaterais, com especial interesse no lado português? 3. Análise profunda sobre o redirecionamento diplomático, das garantias e dos deveres com as outras duas grandes

ultracompetitivo, nem a busca de novos parceiros depois do recuo britânico em 1884), por demais evidente nos tratados de 1886 com a França<sup>778</sup> e com a Alemanha<sup>779</sup> e, posteriormente, no tratado recusado de 1890, com o Reino Unido<sup>780</sup>.

Pesem embora todas as campanhas que tenham decorrido até então nos territórios situados entre Angola e Moçambique, à luz das novas diretrizes berlinenses, essas explorações apenas indicavam que alguém tinha passado por lá, não conferindo obrigatoriamente direito à sua apropriação, e uma vez que o Reino Unido tinha também interesses aí, nunca reconheceu uma hipotética posse lusitana. Perante isto, o gabinete Progressista de José Luciano de Castro, através do seu ministro dos Estrangeiros, Henrique de Barros Gomes, lançou-se numa “fuga em frente”, indo de vitória em vitória até à derrota final<sup>781</sup>!

Em linhas gerais o Tratado luso-germânico de 1886 foi em boa verdade o criador do Mapa Cor-de-Rosa. Delimitou as fronteiras norte de Moçambique, no rio Rovuma e a sul de Angola, no rio Cunene, quando as reivindicações históricas portuguesas a levavam para o Cabo Fria. Em suma, em troca de um território *de jure*, deixou

“(...) consignado o solemne reconhecimento por parte *da Alemanha da* exclusiva faculdade, reservada para Portugal, de ampliação de domínio e alargamento de influencia nas vastas regiões *da África* central situadas entre as nossas provincias de Angola e Moçambique [...] sem prejuizo dos direitos que ahi possam ter adquirido até agora outras potencias, e obriga-se, em harmonia com este reconhecimento, a não fazer n'aquelles territorios aquisições de dominio, a não acceitar n'elles protectorados, e,

---

potências coloniais – França e Alemanha; 4. Até que ponto se tentou replicar e acreditar numa vitória, usando a estratégia diplomática pretérita (arbitragem internacional favorável a Portugal), nomeadamente em 1870 na ilha de Bolama (presidente americano Ulysses Grant) e 1875 em Lourenço Marques (presidente francês Mac-Mahon) para a resolução deste novo atrito geográfico e diplomático na África austral? e 5. Perante os novos adversários “africanos” (França mas sobretudo a Alemanha) qual o grau de força que a Grã-Bretanha teve de mostrar, e usar perante o seu mais fiel aliado, para tentar dissuadir eventuais tentativas de confronto francesas e alemãs?

<sup>778</sup> Foi-lhe cedido o território de Casamansa, no norte da Guiné. BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 151.

<sup>779</sup> Foram-lhes cedidos os territórios compreendidos entre o rio Cunene e o Cabo Frio.

<sup>780</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 224.

<sup>781</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 74-75; PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, p. 596.

finalmente, a não pôr ahi quaesquer obstaculos á extensão da influencia portugueza<sup>782</sup>.

Como a Alemanha não tinha qualquer interesse naqueles territórios e muito menos em hostilizar o Reino Unido, quando este protestou, a Alemanha deixou cair o que havia previamente assinado.

Agravando esta situação, verificaram-se pequenos incidentes, como a criação<sup>783</sup> e nomeação de um governador<sup>784</sup> para o novo distrito de Zumbo<sup>785</sup>, em 1899, que se estendia por territórios do Mashonas, e que sendo este um protetorado britânico desde 1888, originou protestos por parte do governo do Reino Unido<sup>786</sup>. As notícias falsas de que Serpa Pinto tinha substituído a bandeira da *Union Jack* pela portuguesa durante um ataque aos Macololos, foram a gota que fez transbordar o copo... e estava lançado o *Ultimatum*<sup>787</sup>!

A 11 de janeiro de 1890, o Reino Unido exigiu a retirada imediata de todas as forças militares portuguesas que se encontrassem estacionadas nos territórios do Chire, Macololos e Mashonas, sob pena de se iniciar um conflito armado. Perante tal posição, e atendendo à desproporcionalidade de recursos militares, humanos e financeiros, ao governo português não restou alternativa que não fosse cumprir a ordem, deixando de forma clara a sua oposição e remetendo o seu protesto para o artigo 12.º de Conferência de Berlim, no qual se afirmava que todas

---

<sup>782</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.º 125 (06/06/1887), p. 1245. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=6&tipo=a-diario&filename=1887/06/06/D\\_0125\\_1887-06-06&pag=14&txt=reservada%20para%20Portugal](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1887&mes=6&tipo=a-diario&filename=1887/06/06/D_0125_1887-06-06&pag=14&txt=reservada%20para%20Portugal)>.

<sup>783</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 254 (09/11/1889), p. 2563. [Consult. 25/09/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=11&tipo=a-diario&filename=1889/11/09/D\\_0254\\_1889-11-09&pag=1&txt=zumbo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=11&tipo=a-diario&filename=1889/11/09/D_0254_1889-11-09&pag=1&txt=zumbo)>.

<sup>784</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 266 (23/11/1889), p. 2704. [Consult. 25/09/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=11&tipo=a-diario&filename=1889/11/23/D\\_0266\\_1889-11-23&pag=1&txt=zumbo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=11&tipo=a-diario&filename=1889/11/23/D_0266_1889-11-23&pag=1&txt=zumbo)>.

<sup>785</sup> Depois de toda a cealuma que originou, de acordo com o tratado luso-britânico este território ficaria integrado em Moçambique.

<sup>786</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.º 278 (07/11/1889), pp. 2839-2841. [Consult. 25/09/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/07/D\\_0278\\_1889-12-07&pag=1&txt=zumbo](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1889&mes=12&tipo=a-diario&filename=1889/12/07/D_0278_1889-12-07&pag=1&txt=zumbo)>.

<sup>787</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 82-84; PERES, Damião dir. – *Op. Cit.*, vol. VII, pp. 596-598.

as disputas entre as Potências deveriam ser resolvidas sem o recurso à beligerância<sup>788</sup>.

Ainda nesse ano de 1890, foi proposto pelo Reino Unido a assinatura de um tratado que delimitasse as fronteiras portuguesas em África<sup>789</sup>, tendo o mesmo sido amplamente rejeitado na Câmara dos Deputados<sup>790</sup>. No ano seguinte foi ratificado um novo tratado, embora menos favorável, uma vez que o anterior concedia uma faixa de terreno permitindo a ligação ferroviária e telegráfica entre Angola e Moçambique, outorgava, no entanto, cerca de 2 000 000 de km<sup>2</sup> de territórios “(...) onde Portugal jamais pôs um pé”<sup>791</sup> (cf. Figura: 4.11, Figura: 4.12 e Figura: 4.13).

---

<sup>788</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 10 (14/01/1890), p. 85. [Consult. 25/09/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=1&tipo=a-diario&filename=1890/01/14/D\\_0010\\_1890-01-14&pag=10&txt=salisbury](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=1&tipo=a-diario&filename=1890/01/14/D_0010_1890-01-14&pag=10&txt=salisbury)>; sobre a declaração inglesa e a resposta portuguesa cf. Anexo XLIII – O *Ultimatum* Inglês e a resposta portuguesa (excerto).

<sup>789</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 210 (16/09/1890), pp. 2150-2152. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=9&tipo=a-diario&filename=1890/09/16/D\\_0210\\_1890-09-16&pag=2&txt=ultimatum](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=9&tipo=a-diario&filename=1890/09/16/D_0210_1890-09-16&pag=2&txt=ultimatum)>.

<sup>790</sup> DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 122 (15/10/1890), pp. 1892-1897 [Consult. 26/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/122/1890-10-15/1892>>.

<sup>791</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 224.

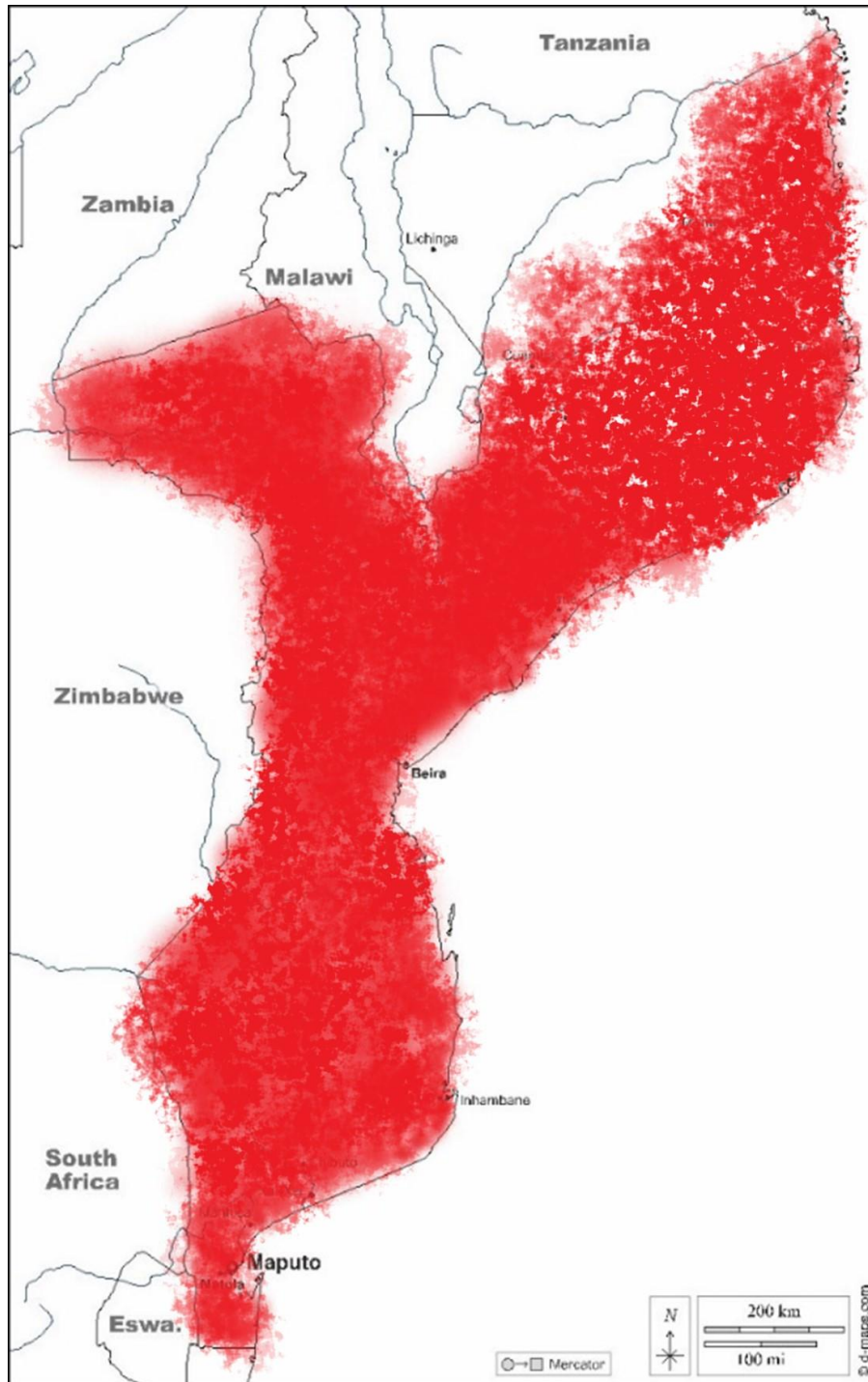


Figura: 4.11: ocupação de Moçambique em 1908 (Mapa).

Fonte: imagem do autor.

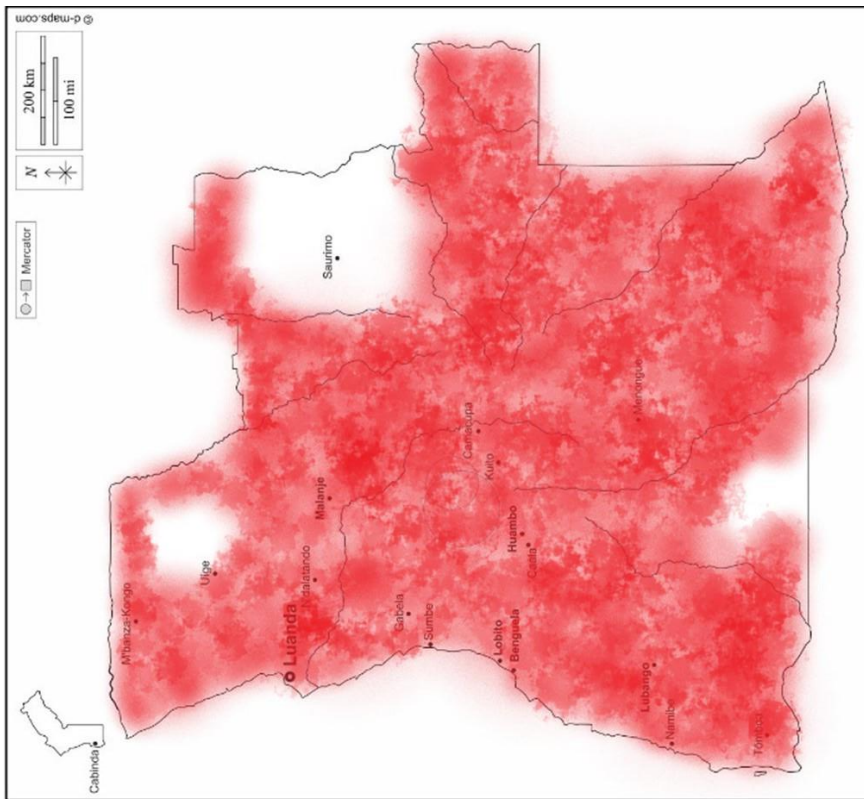


Figura: 4.13: ocupação de Angola em 1911 (Mapa).

Fonte: adaptado de MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III... Op. Cit., p. 175.

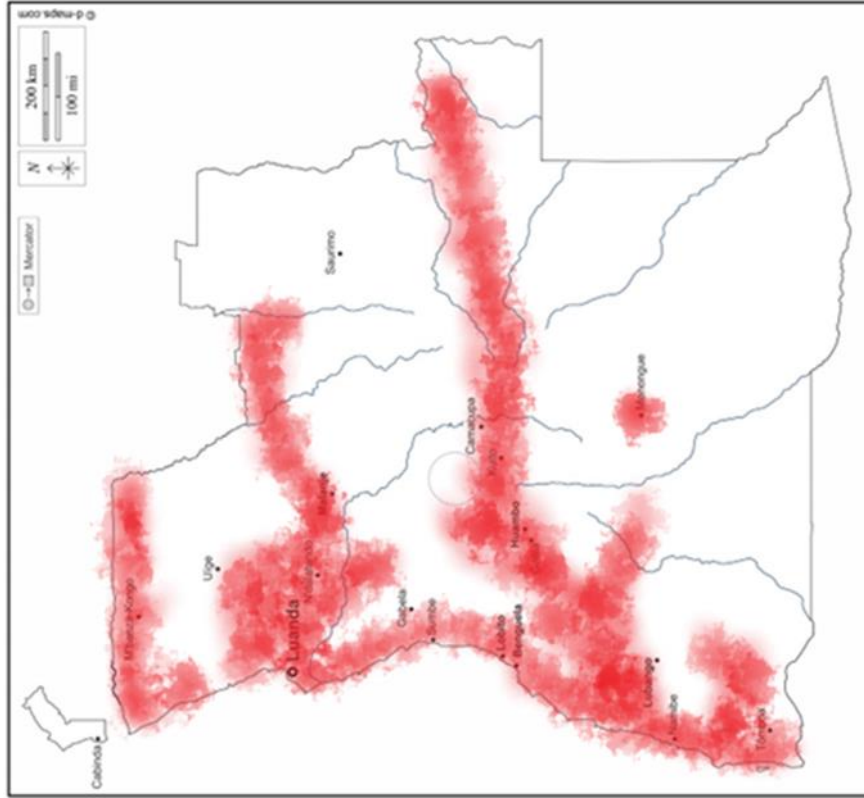


Figura: 4.12: ocupação de Angola em 1906 (Mapa).

Fonte: adaptado de MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III... Op. Cit., p. 174.

Estava conseguido “o novo Brasil”. Embora se mantivessem por delimitar algumas fronteiras, o mapa colonial português de 1891 manteve-se praticamente inalterado até 1975, afirmando Portugal como uma potência marítima nos campos económico, político e diplomático. Tal não implicou que estivesse-necessariamente a salvo de apetites externos, como em 1898, quando Alemanha e Reino Unido, assinaram um acordo de assistência financeira a Portugal, agregando-lhe uma adenda secreta que contemplava a repartição territorial: norte de Moçambique, sul de Angola e Timor para a Alemanha e sul de Moçambique e norte de Angola para o Reino Unido.

O apoio concedido por Portugal ao Reino Unido durante a Guerra dos Bóeres, a coroação de Eduardo VII, a crescente concorrência da Alemanha (que estiveram na base da criação da *Entente Cordiale* e da *Tríplice Entente*), o exímio trabalho diplomático do marquês de Soveral e as receções e visitas feitas por D. Carlos, normalizaram as relações não só com o Reino Unido, mas com as restantes grandes potências coloniais europeias<sup>792</sup>.

#### **4.3.3 De escravos a serviçais: a longa caminhada civilizacional**

O tráfico e a exploração do Homem pelo Homem, tem raízes profundas e alargou-se praticamente a todas as civilizações, não escapando a este flagelo todo o tipo de pessoas independentemente do credo, cor de pele, ou estado civilizacional. As civilizações da Antiguidade que nos habituámos a admirar, foram elas próprias construídas com fundações escravagistas. As construções dos zigurates sumérios, das pirâmides egípcias, dos templos helénicos ou das vias romanas, apenas foram possíveis de erigir devido à mão de obra escrava. Essa realidade, foi também vivenciada em tempos menos longínquos, nos continentes americano, africano e asiático nomeadamente nas civilizações pré-colombianas, nos potentados africanos ou no extenso mundo muçulmano.

---

<sup>792</sup> MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III... *Op. Cit.*, pp. 227-228.

No que diz respeito ao território português, são por demais conhecidos os sequestros de cristãos no Algarve e nas ilhas da macaronésia, perpetrados por piratas berberes, exigindo para a sua libertação o pagamento pecuniário<sup>793</sup>. Ainda assim, não podemos nem nos devemos esquecer que, se por um lado, foi a civilização europeia que contribuiu de forma ativa para um dos pontos baixos da História da Humanidade, no qual milhões de seres humanos foram transportados em condições muitas vezes abjetas pelo atlântico em direção às américas, não foi ela a iniciadora, mas a terminadora da escravatura<sup>794</sup>.

Antes de fazermos um breve levantamento cronológico sobre a problemática desta questão, é seguramente uma mais valia fazer o seu enquadramento histórico e apontarmos as causas da sua persistência.

O primeiro decreto português contra o tráfico de escravos foi publicado em 19 de setembro de 1761<sup>795</sup>. Nele, foi proibido mesmo o tráfico para a metrópole, proveniente da América, de África, ou da Ásia, não tendo, no entanto, efeitos retroativos. A causa para esta preocupação Pombalina, não se prendeu certamente com questões humanitárias, mas financeiras, uma vez que estes escravos se

---

<sup>793</sup> Entre outros consulte-se: ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins – *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna* [em linha]. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 2010. Disponível na internet: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13440>>.

<sup>794</sup> Tendo sempre presente a falibilidade dos números, tomámos em consideração os que foram indicados por Valentim Fernandes. Entre 1500 e 1800, foram transportados desde África para o Novo Mundo cerca de 8,3 milhões, atribuindo a Portugal uma fatia de 1,8 milhões. Veja-se em: ALEXANDRE, Valentim – Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Revista Análise Social*, vol. XXVI, n.º 111 (1991): p. 293; sobre as condições de transporte atente-se na descrição coeva, “Os vivos, os moribundos e os mortos amontoados em uma única massa. Alguns desafortunados no mais lamentável estado de varíola, sofrivelmente doentes com oftalmia, alguns completamente cegos, outros, esqueletos vivos, arrastando-se com dificuldade para cima, incapazes de suportarem o peso de seus corpos miseráveis. Mães com crianças pequenas penduradas em seus peitos, incapazes de darem a elas uma gota de alimento. Como os tinham trazido até aquele ponto parecia surpreendente: todos estavam completamente nus.”, BIBLIOTECA NACIONAL org. – *Para uma história do negro no Brasil*. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988, p. 29.

<sup>795</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará com força de lei determinando que os escravos pretos que forem trazidos da América, África e Ásia, passando o tempo que menciona, sejam considerados livres logo que cheguem aos portos deste reino, sem outra formalidade mais que passarem-lhes nas respectivas alfândegas, a competente certidão de terem nelas entrado* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e Ordenações, Leis, mç. 6, n.º 40.2. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4662332>> Sobre o tema cf. Anexo XLIV – *Alvará com força de lei determinando que os escravos pretos que forem trazidos da América, África e Ásia...* (excerto).

tornavam concorrência “desleal” para a criadagem do reino<sup>796</sup>. Em 16 de janeiro 1773, em resultado do elevado número de escravos que ainda existiam no Algarve, publicou-se a Lei do ventre livre, que concedia alforria imediata aos nados filhos de escravas<sup>797</sup>. Apesar disto, o comércio de escravos manteve-se bastante ativo e lucrativo nas décadas seguintes<sup>798</sup>.

No mundo pós-napoleónico, em 1815, foi assinado entre Portugal e o Reino Unido um tratado que proibia o tráfico de escravos ao norte do Equador, o que no caso das colónias de Cabo Verde e da Guiné, não era particularmente representativo<sup>799</sup>.

Chegados a 1834, se o país político era um mundo completamente novo, a economia e a sociedade pouco haviam mudado. O apartamento da Revolução Industrial e Agrícola e conseqüentemente da Demográfica, resultou num fraco crescimento da população (verificando-se até um decréscimo) e numa necessidade de mão de obra permanente especialmente na agricultura. A estas premissas, juntaram-se o parco dinamismo empreendedor e a escassez de mão de obra disposta a trabalhos duros e em climas pouco propícios a europeus, e, ainda, o aliciante e sempre lucrativo comércio de escravos para o Brasil ou Cuba. Por fim, e como veremos, não podemos deixar de referir o fraco poder central político para impor as leis e o financiamento necessário para pagar as alforrias, criando-se ou

---

<sup>796</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O Despotismo Esclarecido (1750-1807)*. vol. VI. [S.l.]: Editorial Verbo, 1982, pp. 135-138.

<sup>797</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal, vive ainda uma grande quantidade de negros e mestiços* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e ordenações, Leis, mç. 7, n.º 108. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662389>>. Sobre o tema cf. Anexo XLV – *Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal...* (excerto). BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, p. 94.

<sup>798</sup> Entre outros veja-se: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará confirmando certa concessão para o estabelecimento de uma feitoria em cabo Negro para o comércio livre de escravatura*. Lisboa: [S.n.], Leis e ordenações, Leis, mç. 9, n.º 101. [Consult. 19/10/2022].

<sup>799</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Ratificação pelo rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ao tratado com D. João, príncipe regente de Portugal* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Tratados, Inglaterra, cx. 7, n.º 5. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4615132>>. Sobre o tema cf. Anexo XLVI – *Ratificação pelo rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ao tratado com D. João...* (excerto). MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.ª ed., vol. III... *Op. Cit.*, p. 185.

mantendo-se desta forma as condições propícias para a manutenção de um E(e)stado escravagista<sup>800</sup>.

No seguimento do projeto de lei de 26 de março de 1836, apresentado na Câmara dos Pares<sup>801</sup> pelo então Visconde de Sá da Bandeira, foi aprovado no dia 10 de dezembro e publicado no Diário do Governo de 21 de dezembro desse ano, o decreto de Abolição da Escravatura<sup>802</sup>. Na realidade, tratava-se de uma “abolição inacabada”<sup>803</sup>, uma vez que não terminava com a escravatura, mas focava-se no tráfico de escravos, proibindo a exportação e importação, mas deixando a possibilidade da sua circulação entre as colónias do Reino (de Portugal). Apesar das constantes violações da lei, das resistências e do seu mal recebimento por parte de alguns setores da sociedade, a verdade é que este foi o início de uma marcha lenta, labiríntica, mas imparável, com vista à irradicação da escravatura nos domínios portugueses. Mesmo sendo parcial, esta foi a primeira batalha de uma longa guerra travada pelo paladino da causa antiescravagista em Portugal: o marquês Sá da Bandeira.

Apesar de pequenos, os passos dados levavam um sentido irrevogável para a liberdade. Em 1854<sup>804</sup>, procedeu-se à obrigatoriedade de registo de todos os escravos e, em 1856<sup>805</sup>, determinou-se a liberdade aos filhos nascidos de escravas.

---

<sup>800</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Op. Cit.*, pp. 13-17 e 121-129; BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 228-237; MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX... *Op. Cit.*, pp. 15-17; 92-95 e 112-124.

<sup>801</sup> DIÁRIO da Câmara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Sessão n.º 60 S1 (26/03/1836), p. 441. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp1/01/01/01/060S1/1836-03-26>>.

<sup>802</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Sessão n.º 302 (21/12/1836), pp. 1415-17. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1836&mes=12&tipo=a-diario&filename=1836/12/21/D\\_0302\\_1836-12-21&pag=2&txt=Aboli%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1836&mes=12&tipo=a-diario&filename=1836/12/21/D_0302_1836-12-21&pag=2&txt=Aboli%C3%A7%C3%A3o)>. Sobre o tema cf. Anexo XLVII – Decreto de Abolição da Escravatura (excerto).

<sup>803</sup> NETO, Maria da Conceição – De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*. 2017, n.º 33, pp. 111-112.

<sup>804</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Sessão n.º 305 (28//12/1854), pp. 1574-1575. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1854&mes=12&tipo=a-diario&filename=1854/12/28/D\\_0305\\_1854-12-28&pag=3&txt=escravatura](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1854&mes=12&tipo=a-diario&filename=1854/12/28/D_0305_1854-12-28&pag=3&txt=escravatura)>.

<sup>805</sup> DIÁRIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 66 (23/06/1856), p. 147. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/066/1856-06-23/147?q=filhos%2Bde%2Bescravas&from=1856&to=1856&pPeriodo=mc>>.

Vinte anos depois de ter iniciado esta demanda, Sá da Bandeira fez o relato da realidade “Em Angola porém este revoltante abuso ainda não pôde ser desarraigado [...] elevando-se as maiores contrariedades para obstar á sua extinção;”<sup>806</sup>. Paulatinamente, a escravatura ia sendo erradicada em algumas partes dos territórios coloniais (e.g. Ambriz, Cabinda e de Molembo<sup>807</sup>), levantando-se amiúde a questão das indenizações, interrogando-se a este propósito o Visconde de Ourém, acerca de como “(...) o Governo tenciona indemnizar os proprietários destes escravos;”<sup>808</sup>. Ora, era aqui que residia o cerne da questão da escravatura: a falta de capacidade financeira do Estado para indemnizar os detentores dos réditos provenientes do tráfico escravagista.

O decreto de 29 de abril de 1858 contornou de forma engenhosa este problema, adiando o pagamento das referidas indenizações em vinte anos<sup>809</sup>. Percebendo a dura realidade, Sá da Bandeira tentou “(...) estabelecer ao menos um limite áquella duração, pois que as actuaes circumstancias da Fazenda Publica não permitem pôr-lhe termo desde já (...)”<sup>810</sup>. Em suma, ao fim dos vinte anos estabelecidos pelo decreto, existiriam menos escravos, logo também os valores a serem pagos seriam mais reduzidos. Ficou então estabelecido no artigo 1.º, que em 29 de abril de 1878, a condição escrava acabaria sem qualquer exceção, enquanto no artigo 2.º, se atenta, caso existissem, no pagamento devido, pelas alforrias<sup>811</sup>.

---

<sup>806</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 67 (19/03/1856), p. 343. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=3&tipo=a-diario&filename=1856/03/19/D\\_0067\\_1856-03-19&pag=3&txt=Em%20Angola](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=3&tipo=a-diario&filename=1856/03/19/D_0067_1856-03-19&pag=3&txt=Em%20Angola)>.

<sup>807</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 165 (15/07/1856), p. 997. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=7&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>808</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 158 (07/07/1856), p. 952. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=7&tipo=a-diario&filename=1856/07/07/D\\_0158\\_1856-07-07&pag=6&txt=our%C3%A9m](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1856&mes=7&tipo=a-diario&filename=1856/07/07/D_0158_1856-07-07&pag=6&txt=our%C3%A9m)>.

<sup>809</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Sessão n.º 101 (01/05/1858), p. 567. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/01/D\\_0101\\_1858-05-01&pag=1&txt=vinte%20annos](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/01/D_0101_1858-05-01&pag=1&txt=vinte%20annos)>.

<sup>810</sup> *Idem*, p. 567. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/01/D\\_0101\\_1858-05-01&pag=1&txt=vinte%20annos](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1858&mes=5&tipo=a-diario&filename=1858/05/01/D_0101_1858-05-01&pag=1&txt=vinte%20annos)>.

<sup>811</sup> *Ibidem*.

Em resultado da legislação anteriormente produzida, foi possível antecipar em cerca de uma década, o fim do sistema de escravatura, consumado através do decreto de 25 de fevereiro de 1869<sup>812</sup>.

Deste modo, segundo os artigos 1.º e 2.º, ficou abolida a escravatura, e todos aqueles que se encontravam em condição escrava, passariam para a condição de libertos, tendo, no entanto, e de acordo com artigo 3.º, de manter-se a trabalhar para os seus senhores no máximo até 1878; recebiam um pequeno salário e eram marcados com um ferro em brasa com a palavra “liberto”<sup>813</sup>. Este sistema tentou de alguma forma reproduzir o sistema de contratos que vigoravam nas colónias francesas e inglesas<sup>814</sup>.

De acordo com o legislador, Portugal (que conjuntamente com Espanha eram os dois únicos países ainda com sistemas de escravocratas), acabava com a escravatura e concomitantemente garantia alguma estabilidade laboral aos antigos senhores, que de outro modo seriam seriamente afetados<sup>815</sup>.

À medida que 1878 se aproximava, os proprietários rurais, em especial os de São Tomé e Príncipe, deparavam-se com um problema: onde e como arranjarão mão de obra para a dinâmica e ascendente indústria de cacau? Para responder a estes anseios criaram-se meios transitórios para se minimizar o impacto previsto. Assim, pela lei de 19 de abril de 1875, concedeu-se teoricamente a liberdade a todos os indivíduos decorrido um ano. Na prática, só foram abrangidos por esta medida os indivíduos que “(...) professarem alguma arte ou afficio, que exerçam e souberem ler e escrever, ou que se ocuparem no ensino publico ou particular.”<sup>816</sup>. Todos os demais, isto é, os que não possuíssem conhecimento

---

<sup>812</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Sessão n.º 45 (27/02/1869), pp. 251-252. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1869&mes=2&tipo=a-diario&filename=1869/02/27/D\\_0045\\_1869-02-27&pag=1&txt=aboli%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1869&mes=2&tipo=a-diario&filename=1869/02/27/D_0045_1869-02-27&pag=1&txt=aboli%C3%A7%C3%A3o)>. Sobre o tema cf. Anexo XLVIII – Decreto de abolição da escravatura em todos os domínios portugueses. (excerto).

<sup>813</sup> NETO, Maria da Conceição – *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>814</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Sessão n.º 45 (27/02/1869), p. 252... *Op. Cit.*

<sup>815</sup> *Ibidem*.

<sup>816</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Sessão n.º 104 (11/05/1875), p. 862. [Consult. 16/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1875&mes=5&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

oficial ou algum modo de sobrevivência, ficavam sujeitos a uma tutela por parte do Estado, na figura do curador, que lhes reconhecia a condição de livres, mas os obrigava a assinarem contratos, com a duração máxima de dois anos, de preferência com os antigos donos<sup>817</sup>.

No ano seguinte, em 1876, foi criada a Curadoria Geral dos Serviçais e dos Colonos<sup>818</sup>, com a qual se pretendeu regulamentar os contratos entre a presente mão de obra liberta e a futura mão de obra serviçal. Para esse efeito, foi criado em 1877 um grupo de trabalho para estudar a forma de

“(…) regular d’esta data diante as relações entre patrões e trabalhadores, de modo que os respectivos contratos tenham plena e reciproca satisfação, attendendo-se ás circumstancias especiaes do trabalho nas mencionadas provincias ultramarinas, pela transição do estado servil para a liberdade”<sup>819</sup>.

Chegado o dia 29 de abril de 1878, data comemorativa da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV, cumpriam-se as instruções, que vinte anos antes, emanaram do decreto de 29 de abril de 1858 e que foram confirmadas pelo decreto de 25 de fevereiro de 1869: oficialmente, Portugal deixava de ter trabalho coercivo e não pago, em todas as suas formas e territórios (cf. Tabela: 4.1).

Tabela: 4.1: principais etapas para a abolição da escravatura em Portugal.

Data	Acontecimentos
1761	Proibição do tráfico de escravos para a metrópole, provenientes da América, de África ou da Ásia.
1773	Publicação da Lei do ventre livre.

---

<sup>817</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Sessão n.º 104 (11/05/1875), p. 862. [Consult. 16/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1875&mes=5&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

<sup>818</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre o tema veja-se: CEITA, Maria Nazaré de – *A Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos (S. Tomé e Príncipe 1875/1926)*. Coleção Nexus. Famalicão: Editorial Novembro, 2021.

<sup>819</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877. Sessão n.º 157 (16/07/1877), pp. 1319-1320. [Consult. 16/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1877&mes=7&tipo=a-diario&filename=1877/07/16/D\\_0157\\_1877-07-16&pag=4&txt=regulamento>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1877&mes=7&tipo=a-diario&filename=1877/07/16/D_0157_1877-07-16&pag=4&txt=regulamento>)>.

Data	Acontecimentos
1815	Tratado luso-britânico, proibindo o tráfico escravos ao norte do Equador.
1836	Decreto de Abolição da Escravatura.
1854	Obrigatoriedade de registo de todos os escravos.
1856	Liberdade para os filhos nascidos de mãe escrava.
1858	Prazo de vinte anos para a abolição da escravatura.
1869	Abolição oficial da escravatura, passando para a condição de libertos.
1878	Fim do prazo estabelecido em 1858 para a existência de qualquer forma de escravatura em Portugal e em todos os seus domínios.

Fonte: tabela do autor.

Como vimos, um dos receios dos proprietários das roças de cacau de São Tomé e Príncipe, na realidade pós 1878, prendeu-se com a mão de obra. O Estado respondeu com a criação de uma nova figura laboral e jurídica: o serviçal. Assim,

“Considerando, outrossim, que o estado de civilização entre os indígenas não os habilita ainda a promoverem, por si próprios, a manutenção dos seus direitos de cidadãos livres, e que, por tal razão, uma protecção especial da auctoridade se lhes torna essencial, o que foi attendido no mencionado projecto de regulamento<sup>820</sup>”.

Longe de acabar aqui, esta argumentação mante-se em vigor até aos anos 60 do século XX<sup>821</sup>.

Tomando em conta o *Regulamento para os contratos de serviçães e colonos nas províncias da Africa portugueza*, de 22 de novembro de 1878, afere-se que a

---

<sup>820</sup> DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Sessão n.º 267 (25/11/1878), p. 2852. [Consult. 16/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1878&mes=11&tipo=a-diario&filename=1878/11/25/D\\_0267\\_1878-11-25&pag=4&txt=Curadoria%20Geral%20dos%20Servi%C3%A7aes](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1878&mes=11&tipo=a-diario&filename=1878/11/25/D_0267_1878-11-25&pag=4&txt=Curadoria%20Geral%20dos%20Servi%C3%A7aes)>.

<sup>821</sup> As argumentações que a Monarquia Constitucional utilizou foram no geral as mesmas que foram utilizadas pela República e mais tarde, até 1961, com a revogação do Estatuto do Indigenato, pelo Estado Novo: 1.º o indígena era alguém que necessitava de um tutor uma vez que o seu estado civilizacional não lhe permitia ter consciência do seu estado livre, arrogando-se ao Estado esse papel e 2.º o trabalho era o caminho para indígena se civilizar.

legislação foi produzida para ter em conta a figura do africano “inferior” perante um europeu “superior”. Sabendo do desconhecimento escolar e legislativo dos antigos escravos/libertos e das resistências e vicissitudes que as leis abolicionistas enfrentaram, não foi de estranhar esta preocupação. A legislação foi até ao pormenor de estar dividida em dois grandes grupos: a) os serviçais que já se encontrassem, de acordo com a lei de 1875, a trabalhar para o seu patrão, na sua província; b) os que fossem contratados para outras províncias. Insere-se nesta última tipologia, o caso de São Tomé e Príncipe.

Quanto aos contratos, estes tiveram de ser escritos de acordo com a nova realidade, podendo ser revogados sempre que a lei fosse violada e no caso de incumprimento das obrigações patronais perante o serviçal (tendo este último direito a indemnizações). Passou também a estar estipulado qual o salário e os eventuais benefícios que pudessem existir, a sua duração ordinária (que se fixou em 5 anos) e que no caso de aprendizes de ofícios podiam atingir uma duração extraordinária de até 10 anos<sup>822</sup>.

Estas disposições gerais foram também aplicadas aos serviçais que provinham de outras províncias, acrescentando-se vários artigos com vista à sua proteção<sup>823</sup>, mas que viriam a ser alvo de objeção na comunicação social inglesa. Atentemos neles:

- Artigo 60.º: os contratos feitos pelos patrões ou senhorios, deveriam ser registados e validados pelo curador geral;

- Artigo 63.º: nenhum serviçal podia embarcar sem o seu contrato ter sido visto e aprovado pelo curador geral;

- Artigo 65.º: era terminantemente proibido o embarque para menores de 15 anos. Neste caso, e de acordo com o artigo 104.º, extrapola-se que esta proibição era apenas ficada para os menores desacompanhados e/ou com o intuito de laborarem;

---

<sup>822</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Sessão n.º 267 (25/11/1878), pp. 2852-2855... *Op. Cit.*

<sup>823</sup> *Ibidem.*

- Artigo 67.º: finalizado a duração do contrato, os empregadores estavam obrigados ao pagamento da viagem de repatriamento para o serviçal e restante família; caso não desejassem o regresso à sua terra de origem, recebiam a peculiarmente a quantia equivalente à viagem por parte da entidade patronal;

- Artigo 68.º: obrigatoriedade por parte da entidade patronal de pagamento de internamentos hospitalares;

- Artigo 69.º: as roças ou outros estabelecimentos com mais de 20 empregados estavam obrigados a ter um enfermaria para tratamento de doentes;

- Artigo 70.º: no caso de acidentes de trabalho com invalidez, estava a entidade patronal obrigada manter o salário e a habitação ao serviçal, até ao seu repatriamento;

- Artigo 72.º: o seu transporte apenas podia ser feito em navios portugueses ou no caso de embarcações estrangeiras, estas deviam estar devidamente autorizadas para o efeito.

Aplicando-se aos serviçais autóctones ou aos que provinham de diferentes províncias, destacam-se<sup>824</sup>:

- Artigo 103.º: os serviçais deviam frequentar a escola local aos domingos e dias santos;

- Artigo 104.º: os menores entre os 7 e os 15 deviam frequentar a escola;

- Artigo 105.º: todos os indivíduos que tivessem a seu cargo 200 ou mais serviçais, deviam prover à manutenção de uma escola elementar.

Não obstante toda a legislação produzida, que no contexto português era uma novidade, verificaram-se alguns comportamentos arbitrários e contra a lei, que se deveram na sua maioria a uma dificuldade de verificação no terreno de todos os requisitos legislados.

Quer tenha sido pela concorrência que o cacau de São Tomé representava para as plantações inglesas no sudeste asiático, por motivos genuinamente

---

<sup>824</sup> DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Sessão n.º 267 (25/11/1878), p. 2855... *Op. Cit.*

altruístas em auge no Reino Unido, ou pela incompreensão britânica perante um sistema totalmente novo implantando por um país atrasado e falho de estruturas materiais e humanas para atuar de forma eficaz nas suas distantes colónias e que não sendo perfeito, era incomparavelmente melhor que o sistema anterior proporcionando aos seus trabalhadores melhores condições laborais e de bem-estar, a verdade é que em 1901, começaram a aparecer as primeiras insinuações sobre o trabalho escravo na produção do cacau santomense.

Em 1903, William Cadbury, deslocou-se a Portugal, no sentido de tentar descobrir os fundamentos dos rumores. Dois anos depois, Joseph Burt, visitou São Tomé e Príncipe e Angola, resultando da visita um relatório, do qual pudemos retirar algumas ideias<sup>825</sup>:

- A falta de mão de obra era notória;
- Fizeram-se no passado, tentativas de recrutamento de chineses e goeses, tendo resultados aquém do esperado;
- As fontes de recrutamento focavam-se no arquipélago de Cabo Verde e nas colónias de Cabinda e de Angola;
- Relativamente aos dois primeiros grupos, não se verificaram problemas no seu recrutamento nem no seu repatriamento;
- O grave problema prendia-se com o recrutamento que se fazia no interior de Angola, com contornos de escravatura e no seu não repatriamento, quando findavam os 5 anos do contrato;
- Quanto ao salário, horas de trabalho, alimentação, habitação, tratamento de doenças e aplicação de castigos, as considerações são no geral positivas.

A partir daqui a imprensa britânica interessou-se e o caso ganhou foros de escândalo nacional e internacional. **O cacau português era produzido com recurso à escravatura!** Embargou-se a sua importação, iniciaram-se as movimentações diplomáticas e o caso ganhou contornos reais, resultando deste

---

<sup>825</sup> CADBURY, William A. – *Os serviços de S. Thomé : relatório d'uma visita às ilhas de S. Thomé e Príncipe e a Angola, feita em 1908, para observar as condições da mão d'obra empregada nas roças de cacau da África portuguesa*. Lisboa: Bertrand; Porto: Chardron, 1910, pp. 86-91.

problema a realização da viagem do príncipe real D. Luís Filipe às colónias africanas<sup>826</sup>.

#### 4.3.4 O príncipe real D. Luís Filipe e o mar: a viagem a África<sup>827</sup> e o reconhecimento político e diplomático

Havia já alguns anos que a organização laboral com a qual era processada a indústria cacauceira do arquipélago de São Tomé e Príncipe estava sujeita a denúncias internacionais, em especial pela comunicação social britânica. Por entre desmentidos públicos e negações de tal realidade, uma vez que desde 1878 estava proibido qualquer forma de escravidão em todos os territórios portugueses<sup>828</sup>, a publicação em 1907 de um relatório da autoria de Joseph Burt provocou um forte impacto diplomático na Praça do Comércio. O alarido

---

<sup>826</sup> Sobre a relação entre o problema escravagista santomense e a viagem de D. Luís Filipe vejame-se entre outros: PEDRAS, Miguel Ribeiro – O Príncipe D. Luís Filipe a África e os escravos de São Tomé. In CRUZ, Ana Rosa dir., *O ideário patrimonial* [em linha]. Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, 2013, pp. 72-86. [Consult. 25/08/2023]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n3\\_dezembro\\_2014/ideario-patrimonial-dez-2014.pdf](http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n3_dezembro_2014/ideario-patrimonial-dez-2014.pdf)>; não obstante todas as tentativas para acabar com a escravatura e/ou o trabalho forçado, a questão apareceu novamente em documentação inglesa posterior à viagem africana de D. Luís Filipe. Sobre o tema consulte-se, entre outra, a seguinte documentação: NATIONAL ARCHIVES – *San Thomé Cocoa Labour* [em linha]. FO800/112, Miscellaneous W, pp. 173-174. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/checkout/downloadpreparedfile?id=FO-800-112\\_3.pdf&iaid=C4267211&reference=FO%20800/112&ordernumber=C/259805207607308K&digitalreceipt=C/259805207607308K,0.GBP,0,&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/checkout/downloadpreparedfile?id=FO-800-112_3.pdf&iaid=C4267211&reference=FO%20800/112&ordernumber=C/259805207607308K&digitalreceipt=C/259805207607308K,0.GBP,0,&cp=&srt=&p)>; NATIONAL ARCHIVES – *Slavery in Zanzibar and Pemba* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., p. 250. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>; NATIONAL ARCHIVES – *Ditto (Copy of letter from Sir E. Grey to the Bishop of Southwark)* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., p. 251. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)> e NATIONAL ARCHIVES – *Slavery in Portuguese West Africs* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., pp. 348-350. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_5.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_5.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

<sup>827</sup> O presente texto, com exceção de algumas modificações, foi originalmente apresentado no XII Encontro da Rede BRASPOR. Veja-se em: CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – Nhô Dom Luiz Filipe: um príncipe real em terras africanas [em linha]. *"Gestão das zonas costeiras: a influência continental na qualidade ambiental"*, XII encontro da Rede BRASPOR. João Pessoa: 8 a 11 de Novembro de 2022. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=Qlzbw7r-y7k&t=12499s>>.

<sup>828</sup> Sobre o tema cf. Tabela: 4.1: principais etapas para a abolição da escravatura em Portugal.

internacional conferido ao referido relatório obrigava a pôr cobro a um certo imobilismo por parte das autoridades portuguesas, levando à necessidade de se proceder a um levantamento *in loco*, de modo a verificar-se qual o grau de veracidade de tais afirmações.

Foi neste contexto que se planeou e organizou a viagem a África. Originalmente pensada para ser uma visita institucional por parte do ministro da Marinha e Ultramar, Ayres d'Ornellas, ela tomou, no entanto, um caminho bem diferente. Dum encontro ocorrido em junho de 1907, no hotel Bragança, entre o referido ministro e o embaixador português em Londres, marquês de Soveral, resultou a épica viagem do príncipe por terras africanas, extravasando assim todas as fronteiras que haviam sido anteriormente planeadas e estabelecidas. A resposta afirmativa que Ayres d'Ornellas deu à pergunta: “Porque não levas tu o Príncipe Real e prolongas a viagem a Moçambique e á Africa e do Sul?”, feita por Soveral, alterou os atores, os cenários e os objetivos originalmente propostos, que passavam pela aferição de existência de escravatura<sup>829</sup>.

Tal como a viagem pelo Mediterrâneo<sup>830</sup> também a jornada africana se imbuíu numa lógica de aprendizagem. Se na primeira, essa aprendizagem versou essencialmente uma lógica de complemento a uma abrangente e profunda preparação intelectual e escolar, não descurando as demais vertentes, esta última expedição, visou fundamentalmente objetivos políticos, tanto internos como externos, transformando-se numa espécie de debute nas lides da política ultramarina.

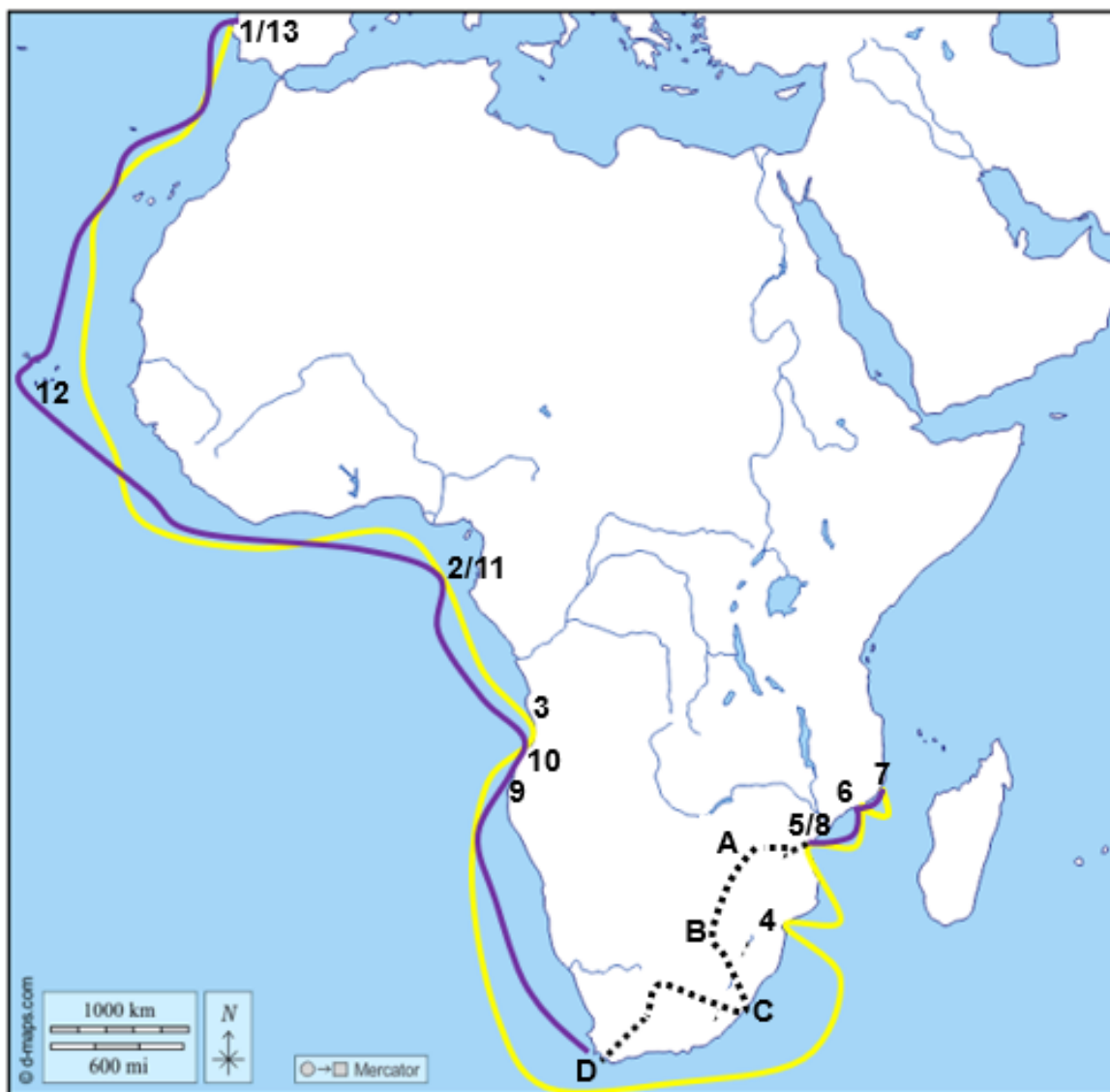
Aproveitando a volta redonda, Lisboa – Moçambique – Lisboa, realizada pela *Empresa Nacional de Navegação*, a viagem do príncipe real D. Luís Filipe foi feita no mais recente e no melhor pacote, o *África*, entre os dias 1 de julho e 28 de setembro de 1907, tocando os portos portugueses de São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Cabo Verde e o britânico da África do Sul. Visitou ainda, por via ferroviária as colónias britânicas da Rodésia e da África do Sul<sup>831</sup> (cf. Figura: 4.14).

---

<sup>829</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 5-6.

<sup>830</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.4 A viagem pelo Mediterrâneo.

<sup>831</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 8-10; JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 5.



Viagem marítima de ida	Viagem terrestre de regresso	Viagem marítima de regresso
1 – Lisboa	A – Umtali e Macequece	8 – Beira
2 – S. Tomé	B – Pretória e Joanesburgo	9 – Mossâmedes
3 – Luanda	C – Maritzburgo e Durban	10 – Benguela e Lobito
4 – Lourenço Marques	D – Cidade do Cabo	11 – S. Tomé
5 – Beira		12 – S. Tiago e S. Vicente
6 – Quelimane		13 – Lisboa
7 – Ilha de Moçambique		

Figura: 4.14: roteiro da viagem africana do príncipe real D. Luís Filipe (Mapa).

Fonte: adaptado de D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 9.

O dia 1 de julho amanheceu com tempo de feição. A bordo do *África*, seguiam 219 passageiros: 108 na 3.<sup>a</sup> classe; 49 na 2.<sup>a</sup> classe e 62 em 1.<sup>a</sup> classe<sup>832</sup>. Às 13 horas subiram a bordo o príncipe real D. Luís Filipe, a comitiva acompanhante, Suas Majestades, os infantes Manuel e Afonso, e ainda membros do governo e outras dignidades, tornando-se notada a ausência de qualquer representante da Sociedade de Geografia de Lisboa. Após uma breve visita ao paquete e de um brinde, despediram-se do príncipe<sup>833</sup>, não sem um último gesto por parte da rainha D. Amélia para o comandante: “(...) entrego-lhe parte da minha alma, mas entrego-a com completa confiança.”<sup>834</sup>. Pouco tempo depois o navio iniciou a sua marcha, sendo saudado por sinais ou tiros de canhão, provenientes de navios (iate *Amélia*, e os navios de guerra *São Rafael* e *Vasco da Gama*) ou de baterias (Bom Sucesso e São Julião da Barra)<sup>835</sup>.

Ao contrário do que seria de esperar, a viagem não foi realizada numa embarcação da armada portuguesa mas, como já vimos, no navio de uma companhia particular (*Empresa Nacional de Navegação*). Ainda mais peculiar foi o relatório contabilístico, uma vez que para além das passagens terem sido pagas pelo ministério da Marinha e Ultramar, alguns dos viajantes tiveram direito a um desconto de 15%, já que o bilhete foi adquirido na modalidade Ida e Volta e, outros um abono de 10% devido a serem trabalhadores estatais<sup>836</sup>!

---

<sup>832</sup> Segundo as informações oficiais disponibilizadas pelo comandante, o total de passageiros era de 209 e os que viajavam em 1.<sup>a</sup> classe eram 52. *Ibid.*, p. 6. No entanto, a este total adicionámos o príncipe D. Luís Filipe, o ministro da Marinha e Ultramar Ayres d’Ornellas e as respetivas comitivas. A do príncipe era composta por: ajudante de campo, coronel de cavalaria, António Francisco da Costa; oficial às ordens: tenente da armada, marquês do Lavradio; médico da real câmara: dr. Barros Fonseca; capelão da Casa Real: padre José Vicente da Costa e pelo secretário pessoal. A do ministro era composta por: chefe de gabinete; capitão-tenente, José Francisco da Silva; ajudante de campo: 1.<sup>o</sup> tenente da armada, conde da Ponte; secretário: 1.<sup>o</sup> secretário da Inspeção da fazenda, Higinio Durão. *Ibid.*, pp. 8 e 17-18; D’ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 10-11.

<sup>833</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 7; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 64.

<sup>834</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>835</sup> *Idem*, p. 8; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>836</sup> D’ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 104; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 85. De acordo com a contabilidade apresentada, aferiu-se entre outros que o total da viagem cifrou-se em mais de 18.000 réis. Sobre o tema cf. Anexo XLIX – Despesas da viagem a África (excerto). DIÁRIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.º 232 (15/10/1907), p. 3260. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=10&tipo=a-diario&filename=1907/10/15/D\\_0232\\_1907-10-15&pag=4&txt=despesa%20da%20viagem](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=10&tipo=a-diario&filename=1907/10/15/D_0232_1907-10-15&pag=4&txt=despesa%20da%20viagem)>.

Entre 1 (partida de Lisboa) e 12 (chegada a São Tomé) de julho, os dias foram passados no navio, mas nem assim foram pautados pela monotonia ou pelo ócio, sendo entrecortados com pequenas distrações como o vislumbre dos picos de algumas ilhas do arquipélago das Canárias, o avistamento e saudação de alguns navios portugueses, o desvio para que fosse possível matar a curiosidade do real passageiro em relação ao porto de Dakar, ou a realização de exercícios com os salva-vidas<sup>837</sup>. Quanto à postura, as descrições oferecidas pelo comandante Guilherme Vidal Júnior e por Ayres d'Ornellas (cartas pessoais e telegramas oficiais<sup>838</sup>) transmitiram-nos um príncipe de modos e tratamento simples sem grande etiqueta e com uma abordagem afável, relacionando-se com os demais passageiros, não dispensando, todavia, alguns rituais como o passeio matinal, a prática de tiro<sup>839</sup>, o estudo da história colonial com Ayres d'Ornellas<sup>840</sup> e o convite diário para almoçar e jantar com dois passageiros, tendo o cuidado de selecionar aqueles que primeiro terminavam a viagem<sup>841</sup>.

---

<sup>837</sup> Indicam-se ainda o tiro a focas e a baleias. JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>838</sup> Quer tenha sido por lapso do autor ou por indisponibilidade de os localizar, na obra de Ayres d'Ornellas, encontram-se em falta três telegramas oficiais, respeitantes aos dias 1 de agosto (2 telegramas) DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.º 170 (02/08/1907), p. 2397. [Consult. 20/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=8&tipo=a-diario&filename=1907/08/02/D\\_0170\\_1907-08-02&pag=1&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=8&tipo=a-diario&filename=1907/08/02/D_0170_1907-08-02&pag=1&txt=>) e 12 de setembro (1 telegrama) DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.º 205 (13/09/1907), p. 2929. [Consult. 20/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=9&tipo=a-diario&filename=1907/09/13/D\\_0205\\_1907-09-13&pag=1&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1907&mes=9&tipo=a-diario&filename=1907/09/13/D_0205_1907-09-13&pag=1&txt=>).

<sup>839</sup> Durante a travessia africana, foram vários os episódios onde o príncipe demonstrou o seu gosto pela prática do tiro, muito em voga no seu tempo. Numa série de missivas trocadas com o seu irmão, o infante Manuel foram várias as referências: “Vimos no dia 5 um tubarão mto grande, eu mandei-lhe logo dois bilhetes de visita e elle ficou tão atrapalhado que...morreu.”; “Matei ao pé de Umtali um macaco enorme (...).”; “(...) mtas phocas (...). Matei uma 4 ou 5 e varias bichesas, taes como pinguins dos grandes, albatrozes e varios passaros cá do sul.” e “Assertei hoje com 2 balas n`uma baleia, que pareceu não gostar da brincadeira”. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel...* *Op. Cit.*, n.ºs 2; 4; 6 e 12.

<sup>840</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 24-25.

<sup>841</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 9 e 11-14; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 23-25. Sobre o à-vontade do príncipe atente-se na seguinte passagem: “O Príncipe tem encantado toda a gente e com razão porque é um encanto. Perfeitamente amavel, fallando com todos com muita naturalidade e uma pachorra para uns menininhos insuportaveis que vão a bordo que é o pasmo geral e o meu em especial. O pae de alguns d'elles já levou um bom sabão meu por os deixar sempre á roda do príncipe”. D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 25; os navios indicados pelo comandante foram: *Malange*, da *Mala Real Portuguesa*, o navio austríaco *Alga* e o paquete *Portugal*, vindo da África oriental com destino a Portugal; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 65-66.

São Tomé e Príncipe: 12 a 14 de julho

Por volta das onze horas, o *África* entrou no porto. Para assinalar o momento foram brindados com salvas pelas baterias do forte de São Sebastião e pelo cruzador *Adamastor*<sup>842</sup>. Seguiram depois num escaler até ao cais onde desembarcaram, iniciando uma série de visitas e de formalidade<sup>843</sup>.

O primeiro dia foi dedicado atos e aparições públicas: *Te-Deum* na Sé (cf. Figura: 4.15), boas-vindas na Câmara Municipal, aclamações populares e participação numa homenagem ao conde Vale Flor e ao seu soberbo trabalho agrícola, que projetou a ilha para os píncaros dos produtores de cacau, esse malfadado produto, que andava nas bocas do mundo, e que neste caso, não era para degustar, mas para desgostar a diplomacia e a imagem externa do país.



Figura: 4.15: multidão esperando D. Luís Filipe à saída da catedral (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

---

<sup>842</sup> Cf. Anexo L – O cruzador *Adamastor* na baía à chegada de D. Luís Filipe.

<sup>843</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 20.

O resto do dia foi repartido entre passeios pelas ruas da cidade<sup>844</sup>, visitas às maravilhas naturais da ilha e lançamento do primeiro tramo de linha de caminho de ferro, terminando a jornada com um banquete<sup>845</sup>.

No dia visitaram-se as riquezas de São Tomé: as roças de cacau, *Blu-Blu*, *Rio do Ouro*, propriedade do conde de Vale Flor e *Boa Entrada*<sup>846</sup>, de Henrique de Mendonça. Delas se elogiaram a grandeza

“(...) que tão injustamente tem sido [...] maculados [...] pelos inimigos de Portugal e do seu progresso colonial [...] [e] por aventureiros e sindicatos que para fins ilícitos procuram deprimir essa grande obra!”<sup>847</sup>. Sobre a hipótese de escravatura, que tinha sido afinal o gatilho da presente viagem, nem uma referência, preferindo-se elogiar o trabalho civilizador que aí recebe “(...) o preto que tudo aprende [...] exist[indo] n`elles centenas de artifices que trabalham perfeitamente e na melhor ordem”<sup>848</sup>.

Por fim, no dia 14, visitaram a roça *Água Izé*<sup>849</sup> propriedade da *Companhia da Ilha do Príncipe*, largando de São Tomé por volta das 19 horas em direção a Angola<sup>850</sup>.

#### Angola: 17 a 20 de julho

Seguindo as ordens telegráficas, recebidas ainda em São Tomé, o *África*, devidamente escoltado pela corveta *Afonso de Albuquerque*, pelo cruzador *Adamastor* e, ainda, por canhoneiras e vapores nacionais e estrangeiros, ancorou em Luanda por volta das 9 horas e 30 minutos. Depois de ter recebido a bordo o Governador Geral Paiva Couceiro, e as principais entidades civis, militares e eclesiásticas, D. Luís Filipe dirigiu-se por entre uma multidão delirante para o

---

<sup>844</sup> Cf. Anexo LI – Populares saúdam o príncipe na rua, vindo da Câmara Municipal e cf. Anexo LII – Casa Lima & Gama decorada. Observando-se atentamente para a imagem é perceptível, no eixo central ao nível do 1.º andar: a tarja com a palavra «bemvindo» encimada com o monograma com as iniciais dos seus nomes próprios «LF»; as janelas estão decoradas com cordames a imitar o Manuelino, estilo artístico português, conotado com as Descobertas, o que de certo modo esta visita também almejava ser e os pendentés nas janelas apresentam-se decorados com as armas nacionais.

<sup>845</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 20-22; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 27-28 e 55-56; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>846</sup> Cf. Anexo LIII – Panorâmica sobre os terreiros de secagem do cacau.

<sup>847</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 25; No paiz do cacau – viagem de S.A. o Príncipe Real. *A Ilustração Portuguesa*. Série 2, n.º 74, (JUL. de 1907), pp. 113-121.

<sup>848</sup> *Idem*, p. 126; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 66.

<sup>849</sup> Cf. Anexo LIV – Trecho da roça com os serviçais em formatura.

<sup>850</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 29; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 59; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 66.

Palácio do Governo, tendo dedicado o resto do dia a atividades institucionais e educacionais (inauguração do Seminário-Liceu e do Curso de Intérpretes Eduardo Costa) ou culturais (inauguração do museu provincial D. Luís Filipe)<sup>851</sup>.

Nos dias seguintes, a comitiva visitou novamente propriedades agrícolas, como a fazenda *Tentativa* e a *Companhia Agrícola do Cazengo* e indo até Cassoalala<sup>852</sup>, reconhecendo-se neste percurso os trabalhos realizados pelos portugueses em terras africanas. No dia 19, teve lugar uma festa de despedida, ficando iluminada a baía com projéteis elétricos transportados por centenas de embarcações. Ainda nessa noite suspendeu o paquete com destino a Lourenço Marques<sup>853</sup>.

#### Moçambique: 29 de julho a 12 de agosto

Embora tenham chegado a Moçambique no dia 28, por ordem do Governador Geral, Freire d'Andrade, que se deslocou a bordo do *África*, só no dia seguinte teve ordem de atracar devido à finalização dos preparos festivos. Ao invés do que aconteceria posteriormente com Angola (a representar a grande colónia africana, durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX) esse papel político e económico pertenceu a Moçambique, especialmente depois da transferência da capital, situada na ilha de Moçambique para Lourenço Marques<sup>854</sup>.

Às 8 horas, depois de hasteado o pavilhão real, o *África* dirigiu-se para o porto de Lourenço Marques, vindo no seu encaço os vapores *Azevedo Coutinho* e

---

<sup>851</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 30; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 59-60; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, 1947, pp. 67-68. Sobre a criação do museu, veja-se: RODRIGO, António Fernando Lino Gonçalves - *Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: Sustentáculo de Reprodução e Apologia de Soberania Imperial* [em linha]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018. Tese de Doutoramento em História. [Consult. 06/04/2021]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/lino\\_rodrigo.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/lino_rodrigo.pdf)>.

<sup>852</sup> Cf. Anexo LV – D. Luís Filipe acompanhado por uma comitiva na estação ferroviária de Cassoalala.

<sup>853</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 29; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 60-62; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 68-69.

<sup>854</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 30-31.

o *Liberal*, transportando este último uma orquestra indígena e alguns régulos<sup>855</sup>, levantando entusiásticos vivas à pátria portuguesa. À sua passagem em direção a terra, navios portugueses, ingleses e alemães saudavam os ilustres visitantes. Atracada a nave, subiram a bordo para os habituais cumprimentos, o Governador Geral, o chefe de Estado Maior com os respetivos ajudantes. No cais, à sua espera, milhares de indivíduos, distribuídos entre o funcionalismo público, militares, comerciantes, entidades eclesiásticas, diplomatas e o povo miúdo. Depois dos discursos de boas-vindas, perante o primeiro “(...) Príncipe de Portugal [que] piza o solo d’estas paragens longínquas (...)”<sup>856</sup>, iniciou-se o cortejo que atravessou o arco do triunfo levantado em sua honra (cf. Figura: 4.16).

O percurso foi ladeado por cerca de dois mil indígenas que à sua passagem gritavam “Bahete InKosso” (Salve nosso Senhor)<sup>857</sup>. Durante o préstito, um casal de transeuntes pediu ao príncipe para ser o padrinho do seu bebé, anuindo este de imediato ao solicitado<sup>858</sup>.

---

<sup>855</sup> O m. q. chefes tribais. Existe aqui um equívoco por parte do comandante do navio uma vez na descrição que faz os denomina de sobas e não de régulos. A designação de soba era utilizada para os líderes tribais em Angola, enquanto o título de régulo era usado para designar os chefes tribais de Moçambique.

<sup>856</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>857</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel... Op. Cit.*, n.º 3.

<sup>858</sup> Os progenitores eram Alfredo José Gomes e Domitília Rosa. Desconhecemos se o pedido foi aceite apenas por gentileza ou se de facto foi consumado eclesiasticamente. *Ibid.*, p. 57; D’ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 62-64; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 69.



Figura: 4.16: arco do triunfo erigido em honra de D. Luís Filipe na avenida Teixeira de Sousa (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

O dia 30 foi reservado a assuntos mais institucionais e políticos. Depois de um almoço no Grémio Militar, onde se fez um brinde à memória dos soldados tombados e sepultados em Marracuene<sup>859</sup>, valorizando-se os sacrifícios feitos, muitas vezes à custa da própria vida, para o engrandecimento da pátria, lembraram-se igualmente os "(...) que áquella hora se estavam batendo pela pátria e pelo rei no sul d'Angola."<sup>860</sup> Depois do almoço, teve lugar no hipódromo o acontecimento que só pela sua importância se justificava uma viagem à costa oriental.

No alto da tribuna, levantada propositadamente para o evento, tomaram os seus lugares o príncipe D. Luís Filipe, o ministro da Marinha e Ultramar Ayres

---

<sup>859</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 63.

<sup>860</sup> *Ibidem*. Estavam-se a referir aos combates que decorriam no sul de Angola entre os Cuamatos e as tropas portuguesas comandadas pelo capitão Alves Roçadas.

d'Ornellas, o Governador Geral Freire d'Andrade e as suas comitivas. Ladeando a tribuna central, mais dois palanques foram erigidos para acolherem os demais convidados nacionais e estrangeiros, ficando estes últimos espantadíssimos com a grandeza e ordem do que presenciaram<sup>861</sup>. Cerca de vinte e cinco mil guerreiros indígenas (os mesmos que meia dúzia de anos antes tinham combatido as tropas portuguesas!) devidamente guarnecidos com os seus artefactos bélicos, e bandeiras portuguesas<sup>862</sup>, desfilavam perante o representante do rei, reconhecendo agora a autoridade portuguesa sobre as suas cabeças (cf. Figura: 4.17). Terminado o desfile, dispersaram os indígenas para os seus territórios e os convidados para mais um jantar, seguindo-se um concerto musical<sup>863</sup>.

---

<sup>861</sup> Indicam-se algumas reportagens em jornais ingleses: Guardian: "(...) 20.000 indígenas da província de Moçambique se mostraram perfeitamente satisfeitos em terem ocasião de prestarem homenagens à sua moda ao Príncipe Real. (...) Uma circunstancia admiravel no meio d'estes ajuntamentos de indígenas completamente armados e semi-civilizados foi o não ser preciso estarem sob nenhuma autoridade; gozavam pleníssima liberdade d'acção, contiveram-se por uma questão moral e de respeito para com o país a quem deve obediência e disciplina e apesar do ardor com que fizeram a sua demonstração mostravam-se como se estivessem ali soldados os mais bem disciplinados.(...) Como é que os portugueses contêm um tão grande numero de indígenas completamente armados; como os reúnem e dispersão sem o minimo sinal de força militar?"; Star: Mais de 17.000 indígenas formaram no terreno da parada. Na mais perfeita ordem desfilaram diante da tribuna Real (...). Não havia tropas brancas algumas e toda esta marcha era mantida em ordem por trez brancos a cavalo e uns sessenta cipaes. (...) na mesma ordem tornaram a desfilar diante do Principe saudando-o calorosamente quando retiravam para os seus acampamentos. D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 106-108.

<sup>862</sup> Cf. Anexo LVI – Grupo de guerreiros indígenas empunhando uma bandeira de Portugal.

<sup>863</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 66-68; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 64-65; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 69-72.



Figura: 4.17: panorâmica sobre o local onde decorreu o batuque<sup>864</sup> (Bilhete postal).

Fonte: arquivo do autor.

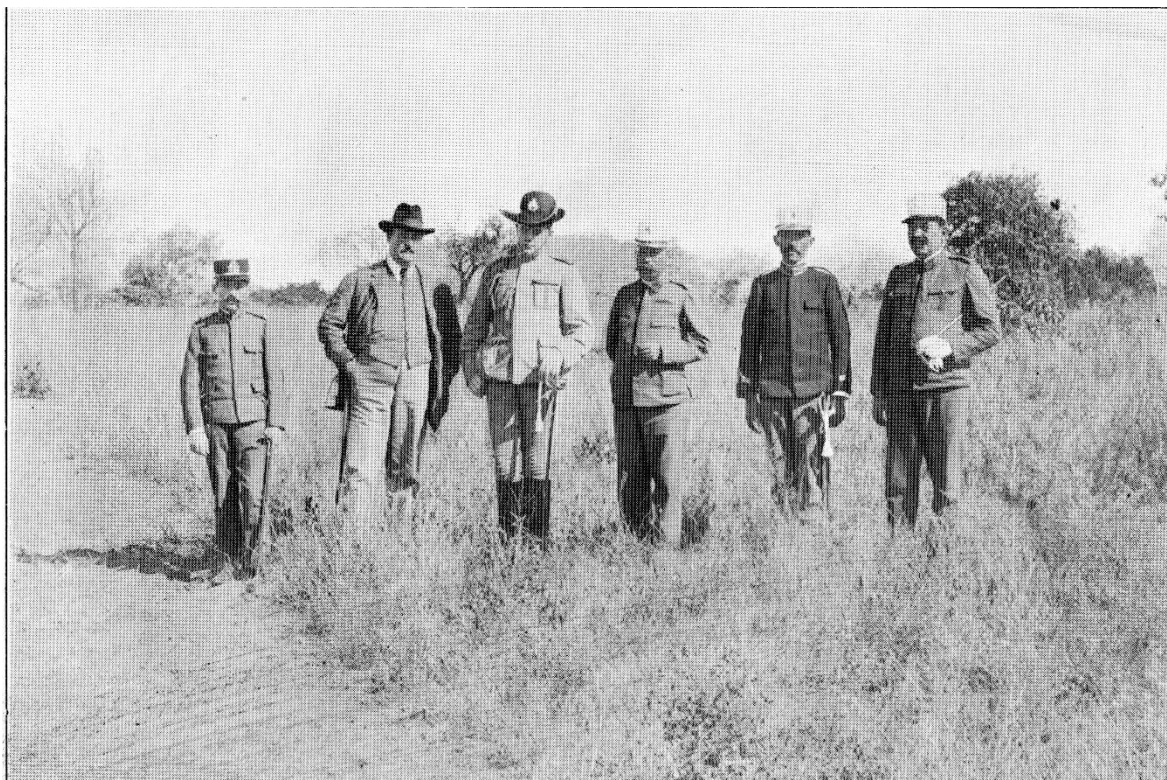
Não se esquecendo das palavras que o seu perceptor e aio, Mouzinho de Albuquerque, lhe havia dito «Este reino é obra de soldados.»<sup>865</sup>, foi mais uma vez prestada homenagem ao exército visitando, na companhia de alguns oficiais que tinham tomado parte, o local onde havia decorrido a batalha de Marracuene<sup>866</sup> (cf. Figura: 4.18).

---

<sup>864</sup> O m.q. dança guerreira. Em segundo plano vêem-se a tribuna e os palanques.

<sup>865</sup> ALBUQUERQUE, Mouzinho de – Um Documento Notável... *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>866</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 69-70; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 66.



Grupo d'antigos combatentes do Marracuene com o Príncipe Real no terreno da acção.  
Da esquerda para a direita: T.<sup>te</sup> Graça, Ayres d'Ornellas, Cap. Roque d'Aguiar, T.<sup>te</sup> Praça, Alferes Abobora

Figura: 4.18: D. Luís Filipe acompanhado por alguns dos oficiais que tomaram parte na batalha de Marracuene (Reprodução fotográfica).

Fonte: D'ORNELLAS, Ayres – *Cartas d'Africa: viagem do príncipe real, Julho-Setembro 1907*. Lisboa: Escola tipográfica das oficinas de S. José, 1928, [S.p.].

Entre os dias 4 e 12 de agosto, visitaram as localidades da Beira, Moçambique, Quelimane, regressando novamente à Beira. Devido sobretudo à exiguidade de tempo, pouco de relevante se passou para além das habituais receções por parte das entidades oficiais e dos populares, dos discursos de circunstância, jantares e visita a estabelecimentos públicos. Na ilha de Moçambique, visitou a fortaleza e procedeu ao lançamento da 1.<sup>a</sup> pedra para a construção do tribunal; em Quelimane as visitou as instalações da *Companhia do*

*Boror* e na Beira, onde, entretanto havia chegado a notícia da sua elevação a cidade, inaugurou a Escola de Artes e Ofício<sup>867</sup>.

#### Rodésia: 13 a 14 de agosto

A inclusão de visitas a territórios britânicos (Rodésia e África do Sul), revestiu-se de uma grande importância, na medida em que era o fechar de um ciclo de confrontações e disputas territoriais, diplomáticas e políticas. Partindo da Beira, visitou as cidades rodesianas de Macequece e de Umtali, tendo sido recebido em ambas, com efusivas aclamações tanto dos populares como por parte das entidades oficiais. Em Umtali, teve lugar um episódio caricato. O administrador da Rodésia “(...) um velho de 84 anos (...) teve uma espécie de ataque cerebral (...)”<sup>868</sup> e levantando-se “(...) começou um verdadeiro sermão, falando de Nosso Senhor Jesus Cristo, ameaçando prolongar-se indefinidamente (...)»<sup>869</sup>, salvando o jovem príncipe a situação. Da curta estadia relevaram-se as visitas aos complexos mineiros desta região que outrora havia sido integrada no Mapa Cor-de-Rosa<sup>870</sup>.

#### África do Sul: 20 a 31 de agosto

Partindo da gare ferroviária de Lourenço Marques, dirigiram-se para o ponto crucial da viagem em termos de diplomacia externa. Parando na localidade fronteiriça de Ressano Garcia, foram aí recebidos pelos ajudantes do Alto-Comissário Lord Selborne e pelo comandante das tropas britânicas no Transval, seguindo para terras sul africanas<sup>871</sup>.

A chegada a Pretória, fez-se de noite, num apeadeiro quase deserto onde “(...) autoridades, Governo, etc..., tudo brilhava pela ausência, porque Selborne

---

<sup>867</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 75-90; D`ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 67-72; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 74. A toponímia adotada em 1887 honrou, também ela, D. Luís Filipe, príncipe da Beira. AMARAL, Ilídio do – Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*. Vol. 4, n.º 7, (1969).

<sup>868</sup> D`ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>869</sup> ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 75.

<sup>870</sup> D`ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 73-76; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 75. Sobre o tema cf. Capítulo IV Subcapítulo 4.3 Ponto 4.3.2 Berlim-Lisboa-Londres: entre a ilusão e realidade.

<sup>871</sup> ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 75; D`ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 77.

não avisara do dia e hora da chegada.”, apresentando-se mesmo o Alto-Comissário sem o grande uniforme protocolar<sup>872</sup>. Da parte deste nos próximos dias, foram feitas uma série de desconsiderações mostrando-se “(...) ostensivamente desagradável (...)”<sup>873</sup> para com comitiva<sup>874</sup>.

Durante os dias seguintes, e já com os egos mais dominados, o programa oscilou entre o protocolo com a participação em eventos protocolares (encontros com representantes governativos, corpo consular, entidades religiosas, jantares oficiais e até com a comunidade portuguesa de Pretória) e mais informais (participação em caçadas, vista a minas no Transval ou presença num espetáculo feito pela comunidade chinesa)<sup>875</sup>. A visita foi um rotundo sucesso para o próprio (validando-o enquanto ator político-diplomático), para as relações das duas colónias, mas sobretudo, para a ligação entre as duas potências. A presença nas importantes cidades de Pretória, Joanesburgo, Maritzburgo, Durban, Bloemfontein e Cabo, são elucidativas do como esta viagem foi encarada pelos dois lados, não sendo menos simbólica a visita à casa de Cecil Rhodes<sup>876</sup>.

#### Angola e São Tomé e Príncipe: 4 a 14 de setembro

Finalizado o percurso pela colónia britânica da África do Sul, regressaram novamente ao *África*, iniciando a subida do Atlântico, atracando no dia 4 de setembro em Moçâmedes, recebendo, a bordo o Governador Geral Paiva Couceiro e em terra a notícia da vitória das tropas portuguesas sobre os Cuamatos<sup>877</sup>,

---

<sup>872</sup> ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>873</sup> *Ibidem*.

<sup>874</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 47. Em resultado das queixas apresentadas perante o governo português, Selborne foi exonerado do cargo de Alto-Comissário. Sobre o assunto veja-se a missiva enviada por Selborne ao secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros Edward Grey explicando as queixas de que foi alvo. NATIONAL ARCHIVES – *Reception of Crown Prince of Portugal* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S, pp. 120-125. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_2.pdf&iid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_2.pdf&iid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

<sup>875</sup> Sobre a visita vejam-se as reportagem fotográficas feitas em periódicos sul-africanos: *Transvaal Leader*. *Op. Cit.*, [S.p.]; *Transvaal Leader*. *Op. Cit.*, [S.p.]; *The Weekly Star*. *Op. Cit.*, pp. 19-22.

<sup>876</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 49-51 e 80-88; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 77-80.

<sup>877</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 98; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 89-95; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 81.

batalha essa que tinha sido alvo de um brinde no Grémio Militar em 30 de julho. Nos dois dias seguintes, visitaram novamente uma das marcas mais distintas e perenes da colonização: latifúndios agrícolas, neste caso as fazendas *Santa Teresa do Luacho* e *Tenda Grande*, continuando a viagem por Benguela, Lobito e mais uma vez Luanda, prosseguindo de seguida para o arquipélago de São Tomé e Príncipe<sup>878</sup>.

#### Cabo Verde: 21 a 22 de setembro

No seu caminho para Cabo Verde, “(...) lança-se subitamente ao mar n`um verdadeiro acesso de loucura.” um dos passageiros, sendo prontamente resgatado e louvados pelo príncipe os socorristas pela prontidão das manobras realizadas. Entre 21 e 22 de setembro, visitaram-se as ilhas de Santiago e de São Vicente, repetindo-se o mesmo manancial de regozijo institucional e popular, embarcando em direção a Portugal<sup>879</sup>.

#### Portugal: 27 a 28 de setembro

Devido ao mau tempo e à ondulação marítima foi decidido lançar âncora na baía de Cascais. Aí foram visitados pelo rei D. Carlos e “Abraçando-se e beijando-se repetidamente vezes seguiram para os aposentos particulares de Sua Alteza (...)”<sup>880</sup>, cumprimentando e sendo cumprimentado de seguida pelos restantes passageiros<sup>881</sup>.

Por fim, no dia seguinte, 28 de setembro, entrou na barra lisboeta o *África*, devidamente embandeirado. Diversos navios da marinha, esperavam-no e saudavam-no à sua passagem. Terminada a última e a mais importante viagem

---

<sup>878</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 94; 97-101; 104 e 106; D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, pp. 95-97; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 81-82.

<sup>879</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 106 -111; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, pp. 82-83; no caso cabo-verdiano, a passagem do príncipe real originou inclusive a criação de um jornal especial, *Cabo Verde: numero commemorativo da passagem por esta provincia de Sua Alteza o Principe Real Senhor Dom Luiz Fillipe* [em linha]. [Consult. 04/03/2021] Cidade da Praia, 1907, n.º único. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/38713/2/>>. Sobre o tema cf. Anexo LVII – Jornal editado em Cabo Verde (excerto).

<sup>880</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, p. 116.

<sup>881</sup> *Idem*, pp. 115-116; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 83.

marítima realizada por um elemento da Família Real ao império africano<sup>882</sup>, torna-se pertinente fazer o balanço de tal empreendimento.

A viagem, que foi um triunfo diplomático e político, contribuindo de forma decisiva para o crescimento político do príncipe, não teve, no entanto, a aceitação e o reconhecimento por parte da classe política, refletindo este alheamento um ambiente de crispação e de antagonismo, tendo o seu clímax, alguns meses depois<sup>883</sup>.

Depois de descrito todo o itinerário, tanto o marítimo como o terrestre, e apresentadas que foram as principais iniciativas, contactos e situações vividas, pelo príncipe real D. Luís Filipe em África, foi chegado o momento de o analisarmos, sob pena de o mesmo se tornar, simplesmente, num conjunto de datas, factos e personalidades, o que, na análise histórica não é um assunto de somenos, mas, por vezes, insuficiente.

Se durante o texto, foram respondidas as questões, quem (o príncipe Luís Filipe como figura de proa), onde (aos territórios ultramarinos portugueses de São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique e aos ingleses da Rodésia e da África do Sul) (cf. Tabela: 4.2), como (maioritariamente a bordo do navio, da *Empresa Nacional de Navegação, África* e também de comboio) e quando (entre julho e setembro de 1907), tonava-se, agora, premente responder à questão, porquê.

Tabela: 4.2: roteiro dos principais locais visitados por D. Luís Filipe.

Dia	Território	Acontecimento
1 de jul.	Portugal	Partida de Lisboa.
12 a 14 de jul.	São Tomé e Príncipe	Chegada e receção oficial em São Tomé; visita às roças <i>Blu Blu, Rio do Ouro, Boa Entrada e Água-Izé</i> .

---

<sup>882</sup> JÚNIOR, Guilherme Vidal – *Op. Cit.*, pp. 116-117; ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>883</sup> “É incrível que uma sociedade como a de Geografia (...) que tem entre outros o fim de auxiliar o desenvolvimento das Colónias, que tem a sua origem e razão de ser nas Colónias (...) não seja a primeira a ir apresentar a S.A. os seus desejos de boa viagem (...)” ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 64.

#### D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

Dia	Território	Acontecimento
17 a 20 de jul.	Angola	Chegada a Luanda com receção oficial; inaugurações várias e visita às fazendas <i>Tentativa</i> e <i>Companhia Agrícola do Cazengo</i> .
29 de jul. a 12 de ago.	Moçambique	Desembarque e receção oficial em Lourenço Marques, com as principais autoridades civis, militares, religiosas e diplomáticas; visitas e inaugurações várias; assistência ao desfile de guerreiros indígenas (Batuque) no hipódromo e visita a outras localidades (Beira, Quelimane e ilha de Moçambique).
13 a 14 de ago.	Rodésia	Receção com as entidades oficiais nas cidades de Umtali e Macequece e visita a complexos mineiros auríferos.
20 a 31 de ago.	África do Sul	Chegada de comboio a Pretória e encontros com diversas autoridades civis e militares e com representantes da colónia portuguesa; reuniões políticas e visita a várias cidades (Joanesburgo, Maritzburgo, Durban, Bloemfontein e Cabo).
4 a 12 de set.	Angola	Chegada e desembarque em Mossamedes; visita às fazendas do <i>Dombe Grande</i> , <i>Santa Teresa do Lucho</i> e <i>Tenda Grande</i> ; celebração da vitória das tropas portuguesas na Campanha dos Cuamatos e derrota para norte com passagem nas cidades de Benguela e Lobito.
14 de set.	São Tomé e Príncipe	Passagem pela ilha de São Tomé onde recebeu cumprimentos a bordo.
21 a 22 de set.	Cabo Verde	Chegada ao arquipélago e visita às ilhas de São Tiago e São Vicente.
27 a 28 de set.	Portugal	Chegada a Lisboa e desembarque no dia seguinte.

Fonte: tabela do autor.

Para se compreender em toda a plenitude a(s) motivação(ões) de tão particular acontecimento na monarquia portuguesa, não podemos encarar nem explicar a viagem de uma forma única e singular, mas de maneira plural, uma vez que a ela estiveram associados um plêiade de objetivos. Entre eles, contam-se os lúdicos e sociais (convívio com os demais passageiros ou a participação em batidas), culturais (inauguração do museu provincial D. Luís Filipe ou a impressão do jornal de Cabo Verde) e, ainda, educacionais e intelectuais (lições de história

leccionadas por Ayres d'Ornellas ou a visita às minas de ouro e diamantes sul africanas). Pensada cerca de vinte anos antes por D. Amélia, enquanto princesa real, foi bastante plausível que tal empreendimento tenha servido não apenas como um elemento de agregação em torno da monarquia, naqueles tempos tão conturbados<sup>884</sup>, mas igualmente, como uma “rampa de lançamento” político e dinástico para o príncipe real<sup>885</sup>. No entanto, o grande valor estava reservado aos domínios **político** e **diplomático**, aplicados tanto a um contexto interno como externo.

Do ponto de vista **político**, a viagem serviu para uma afirmação do regime e de legitimação do domínio político ultramarino. A inauguração de edifícios administrativos, o encontro com as mais altas entidades civis, militares, políticas e religiosas, o reconhecimento político por parte de colonos e de indígenas, desenvolvimento do território, o findar das guerras de pacificação e ocupação<sup>886</sup> mas sobretudo o episódio do batuque em Lourenço Marques, onde cerca de 20.000 indígenas legitimaram Portugal, na figura do príncipe, como o seu chefe político, fecharam o círculo do pensamento político de Sá da Bandeira com vista à criação de um império marítimo e África<sup>887</sup>.

Se o intuito primordial para a sua realização foram as queixas inglesas sobre a persistência de trabalho escravo nas roças e em todo o aparelho produtivo de cacau no arquipélago de São Tomé e Príncipe, este tema foi largamente suplantado, podendo até ser afirmado que se tornou secundário, mas não ausente,

---

<sup>884</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.7 Ponto 2.7.1 A situação política: os partidos e o regime monárquico.

<sup>885</sup> Tenha-se presente o estado de saúde de D. Carlos. Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.4 D. Luís II? A um passo do trono (1905-1906).

<sup>886</sup> Para o território de Angola indicam-se, entre outras: campanha dos Cuamatos (1907) e a campanha dos Dembos (1907); para o território de Moçambique indicam-se, entre outras: Campanha do Barué (1901); campanhas ao sul do Save (1894-95); batalha de Marracuene (1895); batalha de Coolela (1895); batalha de Chaimite (1895) e a campanha dos Namarrais (1896). Como obra generalista consulte-se: VENTURA, António – *Batalhas da História de Portugal – Campanhas coloniais: 1850-1925*. vol. 17. Matosinhos: QuidNovi, 2006; como obra de referência consulte-se: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *Op. Cit.*, pp. 182-202; para uma leitura mais pormenorizada consultem-se, para lá das obras já indicadas do autor: PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas: 1845-1941*. Histórias de Portugal, n.º 50. vol. I. Lisboa: Imprensa universitária/Editorial Estampa, 1986 e PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas: 1845-1941*. Histórias de Portugal, n.º 51. vol. II. Lisboa: Imprensa universitária/Editorial Estampa, 1986.

<sup>887</sup> Sobre o tema cf. Capítulo IV – A construção de um império marítimo africano: à procura de um novo Brasil (c. 1850-1908).

bem pelo contrário! As reportagens realizadas por alguns periódicos nacionais<sup>888</sup>, os registos fotográficos e, mais tarde, a sua transformação em postais, permitiram uma maior e mais rápida difusão, em Portugal e no estrangeiro, de um ultramar ocupado, desenvolvido e civilizado, enquanto os trabalhadores indígenas usufruíam de condições de vida, incomparavelmente melhores, nomeadamente ao nível da habitação, remuneração, higiene e acesso a instalações de cuidados de saúde. A este interesse jornalístico não ficaram, também, alheios alguns meios de comunicação internacionais, o que atesta a visibilidade e a importância que a mesma teve no exterior<sup>889</sup>.

Concomitantemente, a escolha das roças não resultou de um simples acaso. Sendo as maiores, as mais produtivas e tomadas como modelos de desenvolvimento pelas demais, as roças *Rio do Ouro* e *Boa Entrada*, tinham ainda o extra de terem sido desenvolvidas pelo então conde de Villa Flor<sup>890</sup> e Henrique de Mendonça<sup>891</sup> dois empreendedores portugueses, que tinham todo o interesse em as valorizar e manter junto do poder<sup>892</sup>.

---

<sup>888</sup> A título de exemplo refira-se a reportagem publicada no periódico *Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1907, Série 2, n.º 72, pp. 33-34; n.º 74, pp. 113-121; n.º 75, pp. 143-145; n.º 77, pp. 217-220; n.º 79, pp. 257-259; n.º 80, pp. 292-294; n.º 82, pp. 366-370; n.º 84, pp. 430-432 e n.º 85, pp. 449-450, 453-455 e 473.

<sup>889</sup> Entre os jornais que referiam a viagem de D. Luís Filipe a África, indicam-se os australianos *The Advertiser* [em linha]. Adelaide, 1907, vol. L, n.º 15320, p. 16. [Consult. 30/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/5108635?searchTerm=crown%20prince%20portugal>>; *The Australian Star* [em linha]. Sidney, 1907, n.º 6210, p. 4, *Op. Cit.*; os americanos *The Barre Daily Times* [em linha]. Barre, 1907, vol. XI, n.º 93, p. 2, *Op. Cit.*; *The Sun* [em linha]. New York, 1907, vol. LXXIV, n.º 305, p. 2, *Op. Cit.*; *The Morning Astorian* [em linha]. Astoria, 1907, vol. LVIII, n.º 148, p. 4, *Op. Cit.* e os sul-africanos *Transvaal Leader*. *Op. Cit.*, [S.p.]; *Transvaal Leader*. *Op. Cit.*, [S.p.]; *The Weekly Star* *Op. Cit.*, pp. 19-22.

<sup>890</sup> Vejam-se como breves notas introdutórias e biográficas. Disponível na internet: <URL: <https://archeevo.amap.pt/details?id=33225>>.

<sup>891</sup> Vejam-se como breves notas introdutórias e biográficas. Disponível na internet: <URL: <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/article/download/228/189>>.

<sup>892</sup> Naturalmente como homens de negócios importantes que eram, despertaram interesses, muitas vezes próprios, nos políticos da metrópole. Sobre esse episódio atente-se nos comentários do sexto marquês de Lavradio: “Por ocasião destas viagens era costume distribuírem-se mercês a quem recebia as pessoas reais. O Henrique de Mendonça, pediu-me, por isso, para ser nomeado Par do Reino (...) e, falando com aires de Ornelas, este disse-me que achava que o Mendonça estaria muito bem na Câmara dos Pares, mas não o propunha porque tinha a certeza de que João Franco o não queria por ele ser amigo pessoal de José de Alpoim. Por seu lado, o Val-Flor também havia manifestado o mesmo desejo. Esse, chegou a ser proposto, mas o João Franco não o aceitou porque (...) não queria que o Val-Flor ficasse agradecido a El-Rei por essa mercê, que desejava ser ele (...) a ficar credor do agradecimento e contar assim com o voto do grande homem de São Tomé”. ALMEIDA, José Luiz coord. – *Op. Cit.*, p. 67.

Se para os territórios de Angola e Moçambique, Cabo Verde e São Tomé se identificaram ainda motivos de ordem económica (visita a roças, fazendas, desenvolvimento de infraestruturas portuárias, rodoviárias e ferroviárias, etc.) e demográficas (criação/desenvolvimento de centros urbanos, aumento da população com origem na metrópole, etc.), a visita aos territórios britânicos da Rodésia e da África do Sul, incidiu nas vertentes política e diplomática.

Assim, esta estadia oficial representou a pedra de fecho no arco das relações entre Portugal e o Reino Unido, que se seguiu ao episódio de 11 de janeiro de 1890. Se por um lado, foi o ano do *Ultimatum*, em certo sentido o ponto mais baixo das relações externas entre Portugal e o Reino Unido, foi também o ponto de partida para uma crescente aproximação diplomática. Para tal desfecho, muito contribuíram as habilidades e as relações feitas em Londres pelo marquês de Soveral e em Lisboa pelo rei D. Carlos, posteriormente reforçadas com a subida ao trono britânico do rei Eduardo VII<sup>893</sup>.

As diversas visitas que o príncipe e os monarcas portugueses fizeram a Londres e as estadias de diversos membros da Família Real britânica em Lisboa e, até, o expectável casamento entre o herdeiro do trono português e a princesa britânica Vitória<sup>894</sup>, foram sintomáticas desta aproximação.

Se para o Reino Unido, Portugal representava um parceiro, ainda que menor, a ter em conta no presente e no futuro, perante o agigantamento da Alemanha, para Portugal o Reino Unido significava a manutenção de um regime cada vez mais periclitante, perante uma sociedade mais buliçosa e espicaçada pela retórica e pela propaganda republicana, não descartando os interesses alemães (e ingleses) sempre presentes, sobre partes dos territórios angolanos e moçambicanos<sup>895</sup>. Esta

---

<sup>893</sup> Neste ponto não podemos deixar de ter em conta tanto a ascensão do império alemão como o novo posicionamento britânico na África austral. No primeiro caso destacam-se as ambições territoriais germânicas em África e de como uma hipotética partilha dos territórios portugueses foram utilizados para aplacar tais ambições. No segundo ponto, a Guerra Anglo-Boer (1899-1902) evidenciou a importância de Moçambique e especialmente do porto de Lourenço Marques para o desenrolar e o desfecho do conflito. Sobre o tema consulte-se entre outros: COSTA, Fernando – *Op. Cit.*

<sup>894</sup> Sobre o tema cf. Capítulo II Subcapítulo 2.6 Ponto 2.6.3 Amores e desamores de um príncipe (1905).

<sup>895</sup> Sobre o tema cf. *The Advertiser* [em linha]. Adelaide, 1907, n.º 15320, p. 16, *Op. Cit.*: A viagem que o Príncipe Herdeiro de Portugal tem feito pelos domínios africanos daquele Estado, é uma lembrança de que este ainda tem alguma pretensão de ser considerado uma potência colonial. O itinerário (que se estendeu por três meses incluiu o extremo oeste, o sudeste e o sudoeste do

visão e preocupação ficaram registada na célebre frase de D. Carlos a que anteriormente nos referimos: "Podemos estar de mal com tudo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra". A inclusão no roteiro e a preocupação de visitar colónias britânicas, nomeadamente a Rodésia e a África do Sul, as deferências com as quais foi recebido e até a visita, evada de simbolismo, à antiga casa de Cecil Rhodes, foram a assunção desta nova aproximação luso-britânica.

Podemos então assumir que, para além da mais-valia pessoal, do peso simbólico e da grande importância política e diplomática, a realização desta jornada por terras africanas por parte do príncipe permitiu e de certo modo completou a criação de *uma ideia de império marítimo africano*, culminando os pretéritos esforços históricos, exploratórios, legislativos, sociais e económicos, legitimando a ocupação perante os indígenas e as potências europeias, começando, nas palavras

---

continente, bem como algumas ilhas periféricas. Na verdade, percorreu todas as possessões portuguesas em África, e algumas que têm, ou que provavelmente terão em breve, um interesse internacional. Assim, Angola será em breve atravessada por uma ferrovia, ainda em construção, por uma empresa britânica, desde o porto da Baía do Lobito até à fronteira oriental. muito para promover o desenvolvimento da Rodésia do Norte e para ligar os interesses da Grã-Bretanha e de Portugal. A Alemanha, mais uma vez, como a "Cologne Gazette" tem lembrado aos seus leitores, está interessada no território português a norte do rio Cunene, incluindo Porto Alexandre, e consideraria a sua pronta aquisição "extremamente desejável". Não há lugar fora da Europa que a Alemanha gostaria mais de possuir do que a Lourenço Marques, mas é igualmente certo que os portugueses nunca se separarão voluntariamente de uma colónia que não é apenas uma fonte de lucro em si mesma, mas que serve para os lembrar de sua antiga fama como navegadores e exploradores. A nossa aliança com Portugal envolve-nos, se os rumores estiverem corretos, na defesa, se necessário, daquele porto; pelo menos isto pareceria óbvio na Convenção de Lisboa de 1901, que proibiu Portugal de ceder qualquer parte do seu território sul-africano a qualquer potência que não fosse a Grã-Bretanha. É lamentável que Portugal tenha até agora feito tão pouco uso das suas oportunidades africanas. O domínio que ela reivindica cobre mais de um milhão de milhas quadradas e se estende de mar a mar, de Moçambique, no Oceano Índico, até Luanda, no Atlântico. Embora os portugueses estejam estabelecidos em Moçambique desde 1497, ou apenas há 500 anos, nunca adquiriram um domínio forte do país, nunca sequer tentaram explorar, muito menos desenvolver, os seus recursos. Eles têm sido tão indolentes e pouco progressistas quanto qualquer um dos nativos com quem tiveram contato, e se não foram diretamente coniventes com o comércio de escravos, como fizeram, segundo algumas autoridades excelentes, sua falta de energia diminuiu. contribuiu largamente para a sua acusação. No entanto, há quem veja na visita do Príncipe Herdeiro uma evidência, entre outras, de um desejo por parte de Portugal de reviver as glórias nacionais do século XVI. Aqueles que têm em conta as capacidades das vastas regiões do Continente Negro, donas do domínio de Portugal - as grandes extensões de terras férteis e bem irrigadas - com solo adequado para todos os produtos tropicais e semitropicais - os planaltos - e as cadeias de montanhas adequadas para a morada de um recesso europeu, não há razão para que este sonho (de seriamente garantido) não deva ser realizado. Se o sonho de um Império Transafricano realmente tomou forma em Portugal, o capital necessário deverá facilmente surgir. (Tradução livre do autor).

de Ayres d'Ornellas "(...) a nação (...) a realizar a valia do seu prolongamento alem mar"<sup>896</sup>.

---

<sup>896</sup> D'ORNELLAS, Ayres – *Op. Cit.*, p. 7.

## CONCLUSÃO

*Não sejamos corretos, sejamos parciais, parcialíssimos (...).  
Sejamos ingleses sobretudo enquanto a Inglaterra encontrar  
dificuldades.*<sup>897</sup>

Chegados ao término do nosso trabalho, afigura-se ser esta a hora de procedermos a uma reflexão crítica sobre o mesmo. De seguida debruçamo-nos sobre o que foi realizado, não sem termos a plena consciência que muito caminho existe ainda a desbravar nos diversos tópicos abordados, com especial enfoque na figura do príncipe real D. Luís Filipe.

Se o período biográfico se limitou ao tempo que decorreu a vida de D. Luís Filipe, a análise histórica e as partes que a compõem, política, social, económica, financeira, científica e geográfica, viram o seu início alargado temporalmente para meados do século XIX, de maneira a pudessem ser devidamente contextualizadas, nomeadamente, a política marítima ultramarina, da qual ainda hoje somos indireta e inconscientemente herdeiros, através dos resquícios do império, entretanto (re)transformado na Comunidade da Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Aliás, este período relativo à Monarquia Constitucional foi muitas vezes (e até certo ponto ainda hoje assim o é) alvo de esquivos, desconfianças, maldizeres e até branqueamentos, tanto por parte de uma historiografia oficial, como de alguma classe dirigente ligada tanto à República, como mais tarde ao Estado-Novo.

Para os republicanos, era inconcebível que não tivessem sido eles os paladinos das liberdades políticas, individuais e de consciência, o que em grande parte dos seus dezasseis anos de existência, esteve muito longe de ser.

Quanto aos entusiastas do Estado-Novo, a Monarquia Constitucional foi em grande medida não apenas a sua antítese, uma vez que era Liberal, apologista das liberdades individuais e dentro das suas limitações, democrática (tenha-se em

---

<sup>897</sup> Marquês de Soveral. COSTA, Fernando – *Op. Cit.*, p. 123.

atenção que um dos ideólogos seguidos pelo Estado-Novo e em participar pelo cardeal Cerejeira, foi Leon Daudet, autor do livro “O estúpido século XIX”), como a sua precursora na construção do projeto ultramarino, uma vez que este não foi construído nas décadas de 30 e 40 do século XX, como não raras vezes se quis fazer crer, mas muito antes, nomeadamente entre os anos 80 do século XIX e a primeira década da centúria seguinte.

Ainda assim, nenhum destes três regimes (1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> República) quis ser verdadeiramente o herdeiro ou reconhecer a importância da Monarquia Constitucional para a construção de um aparelho Estatal e de uma identidade nacional!

Quanto ao trabalho propriamente dito, ou melhor, escrito, cremos que foram atingidos os objetivos específicos inicialmente propostos, que passavam, em primeiro lugar, pela realização de uma biografia do príncipe real D. Luís Filipe, conferindo o percurso pessoal e público, extrapolando, mas não vaticinando o papel que lhe estaria destinado, contribuindo desta forma para acrescentar algo mais ao que previamente tinha sido escrito sobre ele. Quanto ao segundo objetivo ele passava pela aferição da importância do mar, tanto para o Portugal metropolitano como para o colonial e, sobre esse aspeto, acreditamos também ter atingido os propósitos iniciais.

Relativamente aos objetivos gerais, estes abarcaram a situação de Portugal no contexto político mundial, o registo dos principais acontecimentos biográficos nos campos pessoal e público de D. Luís Filipe, a exposição cronológica dos acontecimentos marítimos mais relevantes para o período em estudo, a avaliação da construção do discurso político e da sua propaganda iconográfica, a análise social, política, diplomática e económica da metrópole e das colónias e a explanação da evolução das relações familiares e educacionais na Família Real.

Corroborando tudo o que foi anteriormente elencado, foi nossa intenção, que o trabalho focasse três grandes temas estruturantes: o príncipe real D. Luís Filipe (extensível, sempre e quando se mostrasse necessário ou se tornasse uma mais-valia, à Família Real), a oceanicidade de Portugal e a relação entre o príncipe e os assuntos talássicos.

Para a construção biográfica do príncipe real D. Luís Filipe, foram coligidos documentos gráficos e icnográficos. O seu levantamento, o estudo e análise crítica ofereceram-nos a oportunidade de possuir uma maior e melhor ideia de conjunto, mas também poder aglutinar às pretéritas investigações novos pontos de vista e interpretações, almejando-se o aumento do conhecimento sobre a personalidade e a sua época.

O período que mediou os anos de 1887 a 1908 foi marcante, tanto para a dinastia de Bragança enquanto família, como para a monarquia enquanto regime institucional, e para Portugal enquanto potência marítima colonial.

O nascimento do então príncipe da Beira, D. Luís Filipe, no dia 21 de maio de 1887, revestiu-se de uma maior relevância. Para além de ter sido o primeiro nascimento real desde 1865, serviu para “validar” o papel da então princesa e futura rainha D. Amélia enquanto geradora e continuadora dinástica.

A morte do rei D. Luís, em 1889, catapultou o seu neto para a frente da linha sucessória, tendo sido reconhecido oficialmente como herdeiro presuntivo em 20 de maio de 1901, aquando do Juramento constitucional.

Ao exigente percurso escolar formal (*e.g.* percurso escolar e intelectual e ainda os rituais sociais e institucionais) e informal (*e.g.* realização de viagens e atividades ou a formação de um núcleo de apoiantes) foi acrescentado, a partir de 1901, uma intensa aprendizagem institucional. As viagens que efetuou (*e.g.* ao Porto e Norte, pelo Mediterrâneo, e por África) e as cerimónias em que participou (*e.g.* coroação do Rei Eduardo VII, receção a chefes de Estado, a participação como representante do rei no casamento de Afonso XIII. ou os períodos de regência) foram prova disso. Em todas elas se verificou pelo menos dois objetivos comuns: por um lado um crescimento intelectual e, por outro, uma preocupação política de apresentar e associar D. Luís Filipe ao trono.

O seu assassinato, que de acordo com a nossa leitura dos testemunhos coevos, foi fruto de alguns acasos, uma vez que o ódio republicano, mas também monárquico, não incidia na figura do rei e muito menos do príncipe (chegando mesmo a desejar-se a abdicação de D. Carlos por D. Luís Filipe), mas na figura do chefe de governo, João Franco. Naquela tarde de 1 de fevereiro de 1908, à falta do

alvo esperado, aproveitou-se o momento para matar o rei, que seguia num landau descapotável (acaso n.º 1); o local de assento no landau (acaso n.º 2), o posicionamento em linha de tiro direta e desimpedida perante um excelente atirador que estava munido de uma excelente carabina (acaso n.º 3), e o ato de valentia que o impulsionou a levantar-se para defender os seus (acaso n.º 4), contribuíram para um desfecho fatídico. No entanto, esta realidade parecia estar muito longe, quando em setembro transato aportou em Lisboa vindo da sua viagem africana.

A independência brasileira e o término da Guerra Civil em 1834 alteraram o sistema político, económico e social de Portugal. Foi neste contexto, encabeçado pelo marquês de Sá da Bandeira, que emergiram as novas teorias políticas com vista ao aproveitamento das terras esparsas pelas costas africanas. A construção deste *império marítimo africano* revelou-se de difícil implementação, em especial devido a limitações infraestruturais e político-geográficas. Quanto à primeira, a criação e manutenção de uma carreira regular de vapores entre as diferentes partes do território metropolitano e ultramarino e a carência nos sistemas de apoio a navegação, portos, faróis e assistência aos naufragos, contribuíram para o atraso português. Relativamente ao campo político e geográfico, e embora a exploração no terreno tenha começado ainda no século XVIII, foram as que se realizaram a partir da 2.ª metade do século XIX, que deram corpo ao desidério ultramarino, consubstanciado no Mapa Cor-de-Rosa e que, por sua vez, esteve na base do atrito diplomático luso-britânico.

A viagem a África por parte do príncipe real D. Luís Filipe tornou-se assim no zénite da longa travessia, por vezes quimérica, africana, para a qual o rei D. Carlos deu um alto contributo, recorrendo à diplomacia, às funções institucionais e até mesmo servindo-se das ligações familiares. A estadia do príncipe nos diversos territórios ultramarinos lusitanos serviu para afirmar a soberania lusitana e ligá-los à dinastia. Para além destes, destacaram-se pela importância e pelo simbolismo as visitas realizadas aos territórios britânicos da África austral (alguns deles incluídos no Mapa Cor-de-Rosa) e aos contactos aí mantidos com as chefias governativas e institucionais, garantindo não apenas o regular convívio e a normalidade diplomática entre as suas nações e os respetivos apêndices africanos, mas assegurando a indivisibilidade das possessões portuguesas.

A chegada a Portugal do vapor *África* e do príncipe real D. Luís Filipe no dia 27 de setembro de 1907 e a recepção oficial no dia subsequente foram a validação política do projeto africano (com as devidas mudanças, ajustes, acrescentos e subtrações) idealizado pelo marquês Sá da Bandeira.

Para finalizar, reforça-se que se procurou criar uma simbiose entre os temas previamente indicados, isto é, procurámos fazer a ligação entre os três vetores-chave: D. Luís Filipe, Portugal e o mar. Para isso, foi necessário proceder-se a um levantamento do Portugal coetâneo, da sua nova ligação oceânica e de como estes dois campos estiveram ligados a D. Luís Filipe e que de certo modo apenas foram possíveis por um contexto familiar muito específico, nomeadamente com os reis D. Luís (político e lúdico), D. Carlos (político, científico e artístico) e a rainha D. Amélia (assistencial).

Longe de concluída, a temática aqui apresentada deverá ser sempre alvo de uma revisão, uma vez que ao longo deste percurso fomos sempre limitados pela escassez de “matéria-prima”, ou seja, de documentação própria e relacionada com o príncipe real D. Luís Filipe, socorrendo-nos muitas vezes de fontes secundárias, mas nem assim menos representativas. Neste campo, não deixamos de assinalar a quantidade de documentação que se encontra em mãos particulares, o que se tornou sempre um entrave ao conhecimento da sua existência e posteriormente ao seu estudo.

Figura relativamente subalterna na historiografia portuguesa, o nome e o vulto do príncipe real D. Luís Filipe viveram associados ao trágico momento do seu assassinato e à figura do seu pai e rei D. Carlos, também ele fulminado na Praça do Comércio no dia 1 de fevereiro de 1908. Entrecortado entre a morte do rei e a morte institucional do próprio regime, pouco mais de dois anos depois, a sua memória foi relegada para a margem do esquecimento. Foi nossa intenção resgatá-la para este flanco.

## FONTES, BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA

### 1. FONTES

#### 1.1. Manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Correspondência expedida a diversas autoridades*. [Consult. 04/06/2023]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=413121>>.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – *Correspondência para Luís Filipe*, NNG 3713/3, fls. 22-23.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – *Correspondência para Luís Filipe*, NNG 3713/4, fls. 20-23.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA, cx. NNG 3549-3559, caderno 30/280.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CASA DE BRAGANÇA – *Cadernos escolares*, NNG 3549-3559.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – *Carta régia (minuta) de D. Luís I para o infante D. Augusto, seu irmão, anuindo a que integre a expedição que vai partir para a Índia*. [Consult. 20/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=85963>>.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – *Expedição militar à Índia sob o comando do infante D. Afonso, duque do Porto* [Consult. 21/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=38988>>.

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR – *Auto de Nascimento do Infante Luís Filipe*. [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://ahpweb.parlamento.pt/Detalle/?&pesq=pa&t=8&id=93264&tx=&q=AND\\_topic\\_type\\_id\\_9\\_29321](https://ahpweb.parlamento.pt/Detalle/?&pesq=pa&t=8&id=93264&tx=&q=AND_topic_type_id_9_29321)>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará com força de lei determinando que os escravos pretos que forem trazidos da América, África e*

*Ásia, passando o tempo que menciona, sejam considerados livres logo que cheguem aos portos deste reino, sem outra formalidade mais que passarem-lhes nas respectivas alfândegas, a competente certidão de terem nelas entrado* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e Ordenações, Leis, mç. 6, n.º 40.2. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4662332>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará com força de lei mandando erigir seis faróis nas barras e costas destes reinos, ordenando de uma nova forma de despacho para os navios mercantes que navegam para os domínios ultramarinos, revogando e cessando o alvará estabelece o troço* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Junta do Comércio, liv. 105, fl. 131v. [Consult. 01/04/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4500396>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará confirmando certa concessão para o estabelecimento de uma feitoria em cabo Negro para o comércio livre de escravatura.* Lisboa: [S.n.], Leis e ordenações, Leis, mç. 9, n.º 101. [Consult. 19/10/2022].

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal, vive ainda uma grande quantidade de negros e mestiços* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e ordenações, Leis, mç. 7, n.º 108. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662389>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Arrolamento do Palácio Nacional das Necessidades - Volume 2* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Direcção Geral da Fazenda Pública 1910-10-05, Arrolamentos dos Paços Reais. [Consult. 23/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4685499>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Auto do nascimento e termo de batismo do príncipe da Beira, D. Luís Filipe, primeiro filho do príncipe D. Carlos* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Gavetas, Gav. 22, mç. 1, n.º 1-24. [Consult.

01/04/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7790145>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Autos do nascimento e morte da infanta D. Maria, segunda filha do rei D. Carlos I.* [Consult. 04/03/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7790146>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Carta da Real Casa de Sundém enviando felicitações pela nomeação de Francisco Joaquim Ferreira do Amaral a chefe de governo e condolências pelo doloroso "transe que acaba de passar a augusta casa reinante de Portugal.* [Consult. 15/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=6073064>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Carta para Marino Miguel Franzini de Cláudio Adriano da Costa sobre formação de uma sociedade geral dos naufrágios.* Lisboa: [S.n.], Coleção Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.74, fl. 1.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Carta para Marino Miguel Franzini de Cláudio Adriano da Costa sobre formação de uma sociedade geral dos naufrágios.* Lisboa: [S.n.], Coleção Adília Mendes, mç. 7, n.º 13.74, fl. 1.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Cartas do Príncipe Real D. Luiz Filipe ao Infante D. Manuel: 1903-1907.* Lisboa: [S.n.], Cartório da Extinta Casa Real, cx. 42-A, mç. 775, n.ºs 1-14.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Casa de Cadaval.* [Consult. 10/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908656>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Casa de Lafões.* [Consult. 10/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3910456>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Casa-Forte. Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel, Cartório da Extinta Casa Real, Doc. 5.*

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Certidão da cópia da acta da sessão do juramento de fidelidade do príncipe D. Luís Filipe nas Cortes Gerais, Gavetas, Gav. 16, mç. 4, n.º 32, verso.*

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Memórias paroquiais*. vol. 16, n.º 139, fls. 883-884.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Professor Tomás de Mello Breyner, cx. 14, doc. 2378. PT/TT/TMB/02397.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Ratificação pelo rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ao tratado com D. João, príncipe regente de Portugal* [em linha]. Lisboa: [S.n.], Tratados, Inglaterra, cx. 7, n.º 5. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4615132>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Termo da entrega do corpo do príncipe D. Luís Filipe*. [Consult. 04/04/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4739678>>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II, doc. 3 – *Diário de D. Manuel II: Notas absolutamente íntimas*[em linha]. [Consult. 04/03/2021]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908157>>.

BASTO, António Pinto – *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946* [em linha]. vol. 4, [S.p.]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/28033/4/cod-13494/cod-13494\\_item4/index.html](https://purl.pt/28033/4/cod-13494/cod-13494_item4/index.html)>.

BASTO, António Pinto – *Diário das viagens do Comandante António Jervis de Atouguia Ferreira Pinto Basto: 1879-1946* [em linha]. vol. 5, [S.p.]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/28033/4/cod-13495/cod-13495\\_item4/cod-13495\\_PDF/cod-13495\\_PDF\\_24-C-R0150/cod-13495\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/28033/4/cod-13495/cod-13495_item4/cod-13495_PDF/cod-13495_PDF_24-C-R0150/cod-13495_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)>.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES – Notícias recebidas na Índia portuguesa sobre malogro de movimento revolucionário. Prisão de republicanos, entre os quais António José de Almeida. Morte do rei D. Carlos e do príncipe real. Boato sobre fuga de João Franco e sobre organização de gabinete presidido por Ferreira do

Amaral [em linha]. [Consult. 15/07/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07004.065#!2>>.

MUTSUHITO, Imperador do Japão – *Cartas de Mutsuhito, Imperador do Japão a D. Carlos e D. Manuel II.* [Consult. 15/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/26133>>.

NATIONAL ARCHIVES – *San Thomé Cocoa Labour* [em linha]. FO800/112, Miscellaneous W, pp. 173-174. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/checkout/downloadpreparedfile?id=F0-800-112\\_3.pdf&iaid=C4267211&reference=FO%20800/112&ordernumber=C/259805207607308K&digitalreceipt=C/259805207607308K,0,GBP,0,&cp=&srt=&\\_p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/checkout/downloadpreparedfile?id=F0-800-112_3.pdf&iaid=C4267211&reference=FO%20800/112&ordernumber=C/259805207607308K&digitalreceipt=C/259805207607308K,0,GBP,0,&cp=&srt=&_p)>.

ORLEÃES, Amélia de – *Viagem de sua majestade a Rainha D. Amélia ao Egipto, em 1903: álbum fotográfico* [em linha]. [S.l.], [S.n.], 1903. [Consult. 30/01/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/28017>>.

## 1.2 Publicadas

ACTO GERAL DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BRUXELAS (...). [em linha]. [Consult. 7/02/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://www.fd.unl.pt/anexos/investigacao/1391.pdf>>.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA da extinta monarquia – *Adiantamentos à Família Rial portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910: relatório elaborado pela Comissão de Sindicância à Direcção Geral da Tesouraria.* vols. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

ATA GERAL REDIGIDA EM BERLIM EM 26 DE FEVEREIRO DE 1885. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. [em linha]. [Consult. 19/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://web.archive.org/web/20131029200637if/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf\\_berlim.pdf](https://web.archive.org/web/20131029200637if/http://www.casadehistoria.com.br/sites/default/files/conf_berlim.pdf)>.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS – *Cascais Cultura* [em linha]. Cascais, Portugal: Câmara Municipal de Cascais, 2020. [Consult. 15/10/2019]. Disponível na internet: <URL: [https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/fc\\_ii\\_d\\_carlos\\_e\\_m\\_cascais.pdf](https://cultura.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/fc_ii_d_carlos_e_m_cascais.pdf)>.

CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto – *De Benguella ás terras de lácça: descrição de uma viagem na Africa Central e Occidental*. vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto – *De Benguella ás terras de lácça: descrição de uma viagem na Africa Central e Occidental*. vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

COLECÇÃO official de legislação portugueza: anno de 1880 [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível na internet: <URL: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.35112103828986&view=1up&seq=952>>.

COLLEÇÃO de Leis do Império do Brasil 1808 [em linha]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. [Consult. 06/11/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18319/collecao\\_leis\\_1808\\_parte1.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18319/collecao_leis_1808_parte1.pdf?sequence=4&isAllowed=y)>.

COLLECÇÃO de leis e outros documentos officiaes: Publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835 [em linha]. Série 4.<sup>a</sup>. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://play.google.com/books/reader?id=NJUvAQAAMAAJ&hl=pt\\_PT&pg=GBS.PP1](https://play.google.com/books/reader?id=NJUvAQAAMAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PP1)>.

COMPANHIA Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. *Exposição do estado actual da Real Casa d'Asylo dos Naufragados, que sua magestade fidelissima, o senhor D. Miguel Primeiro, Mandou erigir em S. João da Foz do Douro, á entrada da Barra da Cidade do Porto, debaixo da inspecção da Illustrissima Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro* [em linha]. Porto: Typ. de viúva Alvares Ribeiro & filho, 1832. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL:

[https://play.google.com/books/reader?id=oDI7AQAAMAAJ&hl=pt\\_PT&pg=GBS.PA1](https://play.google.com/books/reader?id=oDI7AQAAMAAJ&hl=pt_PT&pg=GBS.PA1)>.

- DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Sessão n.º 60.
- DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Sessão n.º 20.
- DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.ºs 2 e 5.
- DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.º 33.
- DIARIO da Camara dos Dignos Pares do Reino [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. Sessão n.º 3.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1826. Sessão n.º 40.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.º 66.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885. Sessão n.º 13.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.ºs 4 e 5.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888. Sessão n.º 57
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 122.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. Sessão n.º 50.
- DIARIO da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.º 34.

DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Sessão n.º 149.

DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Sessão n.º 159.

DIARIO de Lisboa – Folha Official do Governo Portuguez [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Sessão n.º 73.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Sessão n.º 302.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Sessão n.º 81.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Sessão n.º 220.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Sessão n.º 335.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856. Sessão n.ºs índice; 67; 101; 158; 165; 183 e 254.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. Sessão n.º 129.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Sessão n.º 109.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. Sessão n.ºs 17 e 130.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Sessão n.º 47.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. Sessão n.º 101.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Sessão n.º 45.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Sessão n.º 104.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877. Sessão n.º 157.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Sessão n.º 267.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880. Sessão n.º 226.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Sessão n.ºs 25; 30 e 171.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. Sessão n.ºs 17 e 19.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887. Sessão n.<sup>os</sup> 64; 125; 215; 220 e 236.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.<sup>os</sup> 103; 133 e 210.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.<sup>os</sup> 10; 122 e 210.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891. Sessão n.<sup>os</sup> 262-265; 268; 270 e 271.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. Sessão n.<sup>os</sup> 53 e 131.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896. Sessão n.<sup>os</sup> 62 e 277.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898. Sessão n.<sup>o</sup> 217.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899. Sessão n.<sup>os</sup> 43 e 116.

DIARIO do Governo, [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. Sessão n.<sup>os</sup> 64; 233; 238; 254; 266; 278 e 296.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901. Sessão n.<sup>os</sup> 138; 139; 141; 142; 143; 144; 145; 146; 147; 148; 150; 151; 152; 153; 155 e 168.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. Sessão n.<sup>os</sup> 13 e 102.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. Sessão n.<sup>o</sup> 255.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. Sessão n.<sup>o</sup> 263.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.<sup>os</sup> 56; e 119.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907. Sessão n.<sup>os</sup> 155; 170; 197; 205 e 232.

DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. Sessão n.<sup>o</sup> 25.

*DOCUMENTOS POLÍTICOS: encontrados nos Palácios reais depois da revolução republicana de 5 de Outubro de 1910.* Edição ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte em sessão de 13 de Julho de 1911. 2.º milhar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1915.

FERNANDES, Carla Varela [et al.] – *Mar! Obra artística do rei D. Carlos.* Estoril: Sete Mares, 2007.

FRANZINI, Marino Miguel – *Roteiro das costas de Portugal ou instrucções nauticas: para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principaes portos ou instrucções nauticas: para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principaes portos* [em linha]. Lisboa: Impressão Regia, 1812. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=87961#page/1/mode/2up>>.

GAZETA de Lisboa [em linha]. Lisboa: na impressão régia, 1824. Sessão n.º 104.

GAZETA Oficial do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834. Sessão n.º 142.

JÚNIOR, Guilherme Vidal – *No commando do África: memórias e impressões 1907-1914.* Lisboa: Tipografia Santos, 1915.

LITOGRAFIA PALHARES – *O anjo da caridade. A Rainha Snr.ª D. Maria Pia de Saboya e Bragança. Protectora dos devalidos* [em linha]. [Consult. 10/08/2023]. [S/I]: [s/n.], 1879. Gravura: litografia aguarelada. Disponível na internet: <URL: [https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/34052/download?file=e-116-p\\_0000.pdf&type=pdf&navigator=1](https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/34052/download?file=e-116-p_0000.pdf&type=pdf&navigator=1)>.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA: DIRECÇÃO GERAL DA ESTATÍSTICA E DO COMMERCIO – *Censo da população do reino de Portugal no 1º de dezembro de 1890.* vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1896. [em linha]. [Consult. 04/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://censos.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=211520437&att\\_display=n&att\\_download=y](https://censos.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=211520437&att_display=n&att_download=y)>.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA: DIRECÇÃO GERAL DA ESTATISTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES – *Censo da população do reino de Portugal no 1º de dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população)*. [em linha]. vol. 1. Lisboa: Imprensa nacional, 1905. [Consult. 04/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1900](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900)>.

NATIONAL ARCHIVES – *Ditto (Copy of letter from Sir E. Grey to the Bishop os Southwark)* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., p. 251. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

NATIONAL ARCHIVES – *Reception of Crown Prince of Portugal* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S, pp. 120-125. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_2.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_2.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

NATIONAL ARCHIVES – *Slavery in Portuguese West Africs* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., pp. 348-350. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111\\_5.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile?id=FO-800-111_5.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

NATIONAL ARCHIVES – *Slavery in Zanzibar and Pemba* [em linha]. FO800/111, Miscellaneous S., p. 250. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://discovery.nationalarchives.gov.uk/downloadorder/downloadpreparedfile>>

[?id=FO-800-111\\_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p](https://books.google.pt/books?id=FO-800-111_4.pdf&iaid=C4267210&reference=FO%20800/111&ordernumber=C/259778961107385V&cp=&srt=&p)>.

PORTUGAL – *Annaes do Conselho Ultramarino: Parte não oficial* [Em linha]. Série 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://books.google.pt/books?id=2cOAQAIAAJ&vq=Fernando%20da%20Cоста%20Lea&hl=pt-PT&pg=PP7#v=onepage&q&f=false>>.

PORTUGAL – *Carta constitucional da monarquia portuguesa, decretada, e dada pelo Rei de Portugal e Algarves Dom Pedro, Imperador do Brasil aos 29 de Abril de 1826*. Lisboa: Imprensa Régia, 1826.

PORTUGAL – *Constituição política da monarquia portuguesa* [Em linha]. Lisboa: [S.n.], 1838. [Consult. 01/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf>>.

REGULAMENTO da Sociedade Humanitária do Districto d'Aveiro: Filial da Real Sociedade Humanitária do Porto [em linha]. Aveiro: Typ. de M. F. A. M., 1853. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://bibria.cm-aveiro.pt/Catalog/winlibimg.aspx?skey=878328E2ABE54898B8E86BCD77E097F6&doc=155&img=156>>.

TOMÁS, Manuel Fernandes – *Relatório feito às cortes geraes e extraordinarias de Portugal nas secções de 3 e 5 de fevereiro de 1821 pelo deputado Manoel Fernandes Thomaz sobre o estado e administração do Reino durante o tempo da Junta do Governo Supremo* [em linha]. Lisboa: Imp. Nacional, 1821. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/6655/5/hg-10129-v\\_PDF/hg-10129-v\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-10129-v\\_0000\\_rosto-b\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/6655/5/hg-10129-v_PDF/hg-10129-v_PDF_24-C-R0150/hg-10129-v_0000_rosto-b_t24-C-R0150.pdf)>.

### 1.2.1 Periódicos

*A parodia*. Lisboa, 1901, ano 2, n.º 101.

*A Semana de Lisboa: Suplemento do Jornal do Commercio*. Lisboa, 1893, n.º 13.

*Bendigo Advertiser*. Bendigo, 1907, n.º 16265

*Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia*. Lisboa, 1905, vol. 6, n.º 61.

*Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia*. Lisboa, 1906, vol. 7, n.º 73.

*Branco e Negro: Semanário Illustrado*. Lisboa, 1897, n.º 58.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1900, ano 2, n.º 83.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1901, ano 3, n.ºs 61; 63 e 65.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1902, ano 4, n.º 83.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1903, ano 5, n.º 102.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1904, ano 6, n.ºs 125; 127; 130; 133; 134 e 136.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1905, ano 7, n.º 165.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1906, ano 8, n.ºs 174; 178; 182 e 190.

*Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa, 1907, ano 9, n.ºs 193; 200; 202; 204 e 211.

*Cabo Verde: numero commemorativo da passagem por esta provincia de Sua Alteza o Principe Real Senhor Dom Luiz Fillipe* [em linha]. [Consult. 04/03/2021] Cidade da Praia, 1907, n.º único. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/38713/2/>>.

*Diario Illustrado*. Lisboa, 1901, ano 31, n.ºs. 10263; 10264; 10266; 10267; 10268; 10270; 10271; 10272; 10273; 10274 e 10275.

*Diario Illustrado*. Lisboa, 1907, ano 37, n.º 12346.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1903, Ano 1, n.º 4.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1904, Ano 1, n.ºs 23; 26; 31; 39; 44; 45 e 48.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1905, Ano 2, n.ºs 67; 69 e 81.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1906, Série 2, n.<sup>os</sup> 4; 5; 19; 31 e 35.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1907, Série 2, n.<sup>os</sup> 58; 63; 72; 74, 75; 77; 80; 82; 84 e 85.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1908, Série 2, n.<sup>o</sup> 102.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1909, Série 2, n.<sup>o</sup> 195.

*Ilustração Portuguesa*. Lisboa, 1909, Série 2, n.<sup>o</sup> 199.

*La Tribuna Illustrata*. Roma, 1908, ano XVI, n.<sup>o</sup> 6.

*La Vie Illustrée*. Paris, 1903, n.<sup>o</sup> 237.

*Le Petit Journal. Supplément illustré*. Paris, 1908, n.<sup>o</sup> 900.

*L'illustration*. Paris, 1908, n.<sup>o</sup> 3389.

*Los sucesos: periodico ilustrado*. Madrid, ano 7, n.<sup>o</sup> 346.

*O Notícias Ilustrado*. Lisboa, 1932, série II, n.<sup>o</sup> 193.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1887, n.<sup>os</sup> 316-318; 321; 322 e 324.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1889, n.<sup>o</sup> 390.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1890, n.<sup>o</sup> 398.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1891, n.<sup>o</sup> 467.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1892, n.<sup>o</sup> 476.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1898, n.<sup>o</sup> 701.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1901, n.<sup>os</sup> 809; 810; 811 e 812.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1902, n.<sup>os</sup> 838; 847; 852; 854; 856; 857 e 861.

*O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa, 1903, n.<sup>os</sup> 870; 871; 899 e 900.

- O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, 1904, n.<sup>os</sup> 916; 921; 922 e 925.
- O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, 1905, n.<sup>os</sup> 938; 945; 950; 952; 957; 966; 967; 969 e 971.
- O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, 1906, n.<sup>os</sup> 980; 988 e 1001.
- O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, 1907, n.<sup>os</sup> 1009; 1038; 1041 e 1043.
- O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero*. Lisboa, 1908, n.<sup>o</sup> 1099.
- Semanario A Illustração Portuguesa: revista litteraria e artistica*. Lisboa. 1887, n.<sup>os</sup> 12 e 40.
- Serões: revista mensal ilustrada*. Lisboa, 1907, vol. V, série II, n.<sup>o</sup> 27.
- Sunday Advertiser* [em linha]. Honolulu, 1908, n.<sup>o</sup> 266.
- Suplement to Black and White*. [S.l.], 1908 (8 de fev.).
- The Advertiser* [em linha]. Adelaide, 1907, n.<sup>os</sup> 15260 e 15320
- The Australian Star* [em linha]. Sidney, 1907, n.<sup>o</sup> 6210
- The Barre Daily Times* [em linha]. Barre, 1907, n.<sup>o</sup> 93
- The Morning Astorian* [em linha]. Astoria, 1907, n.<sup>o</sup> 148.
- The Sun* [em linha]. New York, 1907, n.<sup>o</sup> 305.
- The Sisseton Weekly Standard* [em linha]. Sisseton, 1907 (nov. 29).
- The Weekly Star. Johannesburg, 1907 (aug. 3), vol. IX, n.<sup>o</sup> 264.*
- Transvaal Leader. Johannesburg, 1907 (aug. 10), vol. VI, n.<sup>o</sup> 136.*
- Transvaal Leader. Johannesburg, 1907 (aug. 24), vol. VI, n.<sup>o</sup> 138.*
- Worthington Advance* [em linha]. Worthington, 1907 (nov. 29).

## 2. BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Rodrigo dir. – *Almanaque de Ponte de Lima* – 8.º ano, 1933. Viana do Castelo: Tipografia Gutenberg, 1932.
- AFONSO, Aniceto; VLADIMIRO, Vítor – A correspondência oficial da legação de Portugal em Londres: 1900-14. *Revista Análise Social*, vol. XVIII.
- AGUIAR, Asdrúbal – Causas da morte do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe. *Separata da «IMPRENSA MÉDICA»*. Ano XXIII (out. de 1959).
- AGUILAR, J. Teixeira de – *Onde a Terra Acaba: História dos Faróis Portugueses*. Lisboa: Pandora, 1998.
- ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins – *Um negócio piedoso: o resgate de cativos em Portugal na época moderna* [em linha]. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 2010. Disponível na internet: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13440>>.
- ALBUQUERQUE, António de – *A execução do rei D. Carlos: monarchicos e republicanos*. Bruxelles: Antonio Albuquerque Imprimerie Liberté, 1909.
- ALBUQUERQUE, António de – *Marquês da Bacalhôa: romance*. Bruxelles: Imprimerie Liberté, 1908.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de – *Cartas de Mouzinho de Albuquerque ao conde de Arnoso*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1957.
- ALBUQUERQUE, Mouzinho de – *Um documento notável: Carta de Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real Luís Filipe de Bragança*. Lisboa: Edição da revista «Defesa nacional», 1964.
- ALEXANDRE, Valentim – O liberalismo português e as colónias de África (1820-39). *Revista Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62 (1980).
- ALEXANDRE, Valentim – Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Revista Análise Social*, vol. XXVI, n.º 111 (1991).
- ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill coord. – *Nova história da expansão portuguesa: O império africano 1825-1890*. vol. X. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ALMEIDA, António Betâmio de – Um terramoto em Lisboa (1755): uma reflexão de agora, 260 anos depois [em linha]. In *Terramoto de Lisboa de 1755: o que aprendemos 260 anos depois?* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. [Consult. 05/12/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digitalis.uc.pt/download/wprCkW3Ck8KYwpLCnmFhYWhuaWbCncKZ/um\\_terramoto\\_em\\_lisboa\\_1755\\_uma\\_reflex\\_o\\_de\\_agora\\_260\\_anos\\_depois.pdf](https://digitalis.uc.pt/download/wprCkW3Ck8KYwpLCnmFhYWhuaWbCncKZ/um_terramoto_em_lisboa_1755_uma_reflex_o_de_agora_260_anos_depois.pdf)>.

ALMEIDA, José Luíz de coord. – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*. Lisboa: Edições Ática, 1947.

ALVES, Francisco das Neves; MÓNICO, Reto – *O regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina*. Coleção Documentos, n.º 4, 2016. [Consult. 09/12/2020]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28631/1/O\\_regicidio\\_portugues\\_nas\\_p\\_aginas\\_da\\_imprensa\\_rio-grandina.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/28631/1/O_regicidio_portugues_nas_p_aginas_da_imprensa_rio-grandina.pdf)>.

ALVEIRINHO DIAS, João; BERNARDO, Paula; BASTOS, Rosário – The occupation of the Portuguese Littoral in 19th and 20th Centuries [em linha]. *Littoral*, (September 2002). [Consult. 04/09/2023]. Disponível na internet: <URL: [https://www.researchgate.net/profile/RosarioBastos/publication/228900434\\_The\\_occupation\\_of\\_the\\_Portuguese\\_Littoral\\_in\\_19th\\_and\\_20th\\_Centuries/links/0c96051b75f5be6213000000/The-occupation-of-the-Portuguese-Littoral-in-19th-and-20th-Centuries.pdf?origin=publication\\_detail](https://www.researchgate.net/profile/RosarioBastos/publication/228900434_The_occupation_of_the_Portuguese_Littoral_in_19th_and_20th_Centuries/links/0c96051b75f5be6213000000/The-occupation-of-the-Portuguese-Littoral-in-19th-and-20th-Centuries.pdf?origin=publication_detail)>.

AMARAL, Ilídio do – Beira, cidade e porto do Índico. *Finisterra*. Vol. 4, n.º 7, (1969).

AMARAL, Ilídio do – O Papel da Sociedade de Geografia de Lisboa na Delimitação das Fronteiras das Antigas Colónias Portuguesas em África e de Timor. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 133, n.º 1-12 (jan-dez 2015).

AMARO, António – Sistema de proteção e socorro em Portugal: evolução e desenvolvimento. In LOURENÇO, Luciano; AMARO, António coord. *Riscos e Crises: Da teoria à plena manifestação* [em linha]. Coimbra: Imp. Da Univ. de Coimbra, 2018. [Consult. 01/10/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC\\_VI/eBook-Riscos-e-Crises.-Da-teoria-%C3%A0-plena-manifesta%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/SRC_VI/eBook-Riscos-e-Crises.-Da-teoria-%C3%A0-plena-manifesta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>.

- BAËNA, Miguel Sanches de – *Diário de Dom Manuel e estudo sobre o regicídio*. Coleção testemunhos contemporâneos. Lisboa: Alfa, 1990.
- BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres États de l'Europe, et suivi d'un coup'oeil sur l'État actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémishères* [em linha]. Tome 1<sup>er</sup>. Paris: Rey et Gravier Libraires, 1822. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/23598/4/hg-5487-p/hg-5487-p\\_item4/hg-5487-p\\_PDF/hg-5487-p\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-5487-p\\_0000\\_anterrosto-480\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/23598/4/hg-5487-p/hg-5487-p_item4/hg-5487-p_PDF/hg-5487-p_PDF_24-C-R0150/hg-5487-p_0000_anterrosto-480_t24-C-R0150.pdf)>.
- BANNING, Emile – *L'Afrique et la Conférence géographique de Bruxelles* [em linha]. Bruxelles: Librairie Eropéenne C. Muquardt, 1877. [Consult. 02/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://books.google.com.br/books?id=xE-TJCtixl8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=xE-TJCtixl8C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>.
- BAPTISTA, Carlos Manuel Maximino – *Guardiães do Litoral Oeste*. Cadaval: Leader Oeste - Associação para o Desenvolvimento Rural do Oeste, 2004.
- BAPTISTA, Virgínia – *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- BARATA, José – Uma nosografia de D. Carlos I no centenário do regicídio. *Medicina Interna: Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna*. Vol. 15, n.º 2 (abr./jun. 2008).
- BARROS, Júlia Leitão de – O jornalismo político d'O Século e do Diário de Notícias. *Comunicação Pública: Revista de Multidisciplinar de Comunicação*. Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, vol. 10, n.º 17, (2015). [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://journals.openedition.org/cp/928?lang=pt>>.
- BASTOS, Rosário – *O baixo Vouga em tempos medievos: do preâmbulo da Monarquia aos finais do reinado de D. Dinis* [em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 2006. Tese de Doutoramento. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/781>>.

- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. vol. 4. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.
- BIBLIOTECA NACIONAL org. – *Para uma história do negro no Brasil*. Catálogo de exposição. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.
- BOAHEN, Albert Adu ed. – *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2.<sup>a</sup> ed.. rev.. vol. VII. Brasília: UNESCO, 2010.
- BRAGANÇA, Carlos de – *Catalogo Illustrado das aves de Portugal (Sedentarias, de arribação e accidentaes)*. 2 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903 e 1907.
- BRAGANÇA, Carlos de – *Bulletin des campagnes scientifiques accomplies sur le yacht "Amelia"* [em linha]. vol. I - Rapport préliminaire sur les Campagnes de 1896 à 1900. Lisbonne: Imprimerie Nationale, 1902. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2774-a/res-2774-a\\_PDF/res-2774-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2774-a/res-2774-a_PDF/res-2774-a_0000.pdf)>.
- BRAGANÇA, Carlos de – *Diário Náutico do yacht "Amélia": campanha oceanográfica realizada em 1897*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 1980.
- BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: pescas marítimas* [em linha]. vol. I. – A pesca do atum no Algarve em 1898. Lisboa: Imp. Nacional, 1899. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2774-a/res-2774-a\\_PDF/res-2774-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2774-a/res-2774-a_PDF/res-2774-a_0000.pdf)>.
- BRAGANÇA, Carlos de – *Resultados das investigações científicas feitas a bordo do yacht "Amelia" e sob a direcção de D. Carlos de Bragança: ichthyologia* [em linha]. vol. II. – Esqualos obtidos nas costas de Portugal durante as camapnhas de 1896 a 1903. Lisboa: Imp. Nacional, 1904. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://purl.pt/31498/res-2774-a\\_2\\_master/res-2775-a/res-2775-a\\_PDF/res-2775-a\\_0000.pdf](https://purl.pt/31498/res-2774-a_2_master/res-2775-a/res-2775-a_PDF/res-2775-a_0000.pdf)>.

- BRAGANÇA, Carlos de – *Yacht Amélia: campanha oceanográfica de 1896*. Lisboa: Imp. Nacional, 1897. [Consult. 14/11/2020]. Disponível na internet: <URL: <https://archive.org/details/yachtameliacampa00lisb>>.
- BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. I. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.].
- BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. II. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.].
- BRANDÃO, Raul – *Memórias*. vol. III. Lisboa: Perspectivas & Realidades, [S.d.].
- BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1902-1904*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2005.
- BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1905-1907*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2003.
- BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: 1908-1910*. 2.<sup>a</sup> ed., Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2004.
- BREYNER, Thomaz de Mello – *Diário de um Monárquico: Viagens entre 1898-1909 a bordo Yatch Real «Amélia». Campanhas oceanográficas de el-rei D. Carlos I de Portugal*. Transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen. [S.n.], [S.l.], [1996].
- BUESCU, Ana Isabel – D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: diplomacia e conflito. In: MACÁRIO, Rui ed. - *D. Miguel da Silva: a Obra ao Tempo*. Viseu: Museu de Grão Vasco/Projecto Património, 2015. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/23909551/D Miguel da Silva e a Coroe portugu esa diplomacia e conflito](https://www.academia.edu/23909551/D_Miguel_da_Silva_e_a_Coroe_portugu esa_diplomacia_e_conflito)>.
- CABRAL, António – *Cartas d'el-Rei D. Carlos a José Luciano de Castro: Um grande rei – Um notável estadista – memórias políticas*. Lisboa: Soc. Ed. Portugal-Brasil, [S.d.].
- CABRAL, António – *Os culpados da queda da monarquia*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1945.
- CADBURY, William A. – *Os serviços de S. Thomé: relatório d'uma visita às ilhas de S. Thomé e Príncipe e a Angola, feita em 1908, para observar as condições*

*da mão d'obra empregada nas roças de cacau da África portuguesa*. Lisboa: Bertrand; Porto: Chardron, 1910.

CAMACHO, Brito – *D. Carlos, íntimo*. Lisboa: Guimarães, 1912.

CAMÕES, Luís de – *Os Lusíadas*. Edição nacional. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda – Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Vol. 1, n.º 17, (1999).

CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário - Um príncipe real em trânsito: a viagem de D. Luís Filipe pelo Mediterrâneo (1903). *“Entre-margens: a eterna «torna-viagem». Vivendo no limite dos recursos costeiros e marinhos?” Tomo XI da Rede BRASPOR*. (out. de 2022).

CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – *Nhô Dom Luiz Filipe: um príncipe real em terras africanas* [em linha]. "Gestão das zonas costeiras: a influência continental na qualidade ambiental", XII encontro da Rede BRASPOR. João Pessoa: 8 a 11 de novembro de 2022. Disponível em WWW:< <https://www.youtube.com/watch?v=Qlzbw7r-y7k&t=12499s>>.

CANHOTA, Tiago; PEREIRA, Olegário Nelson Azevedo; BASTOS, Maria Rosário – “O socorro aos desgraçados”: medidas de mitigação e de auxílio aos naufragos ao largo da costa portuguesa no século XIX. *Sociedade, ambiente e tecnologia: Mar afora, costa adentro Tomo X da Rede BRASPOR*. (set. de 2021).

CARNEIRO, Ricardo Jorge Dória – *A WebQuest na aula de Estudo do Meio: Um estudo de caso com alunos do 4.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Porto: Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado em Multimédia. [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/74407/2/32227.pdf>>.

CARROMEU, Francisco – *Do 28 de Janeiro de 1908 ao 5 de Outubro de 1910. Documentos* (jan. 2008). [em linha]. [Consult. 02/08/2022]. Disponível na

internet: <URL: <https://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2008/02/carromeu-2008-02.pdf>>.

CARVALHO, Mariano de – *Os planos financeiros do sr. Marianno de Carvalho*. Lisboa: Typ. da companhia nacional editora, 1893.

CARVALHO, Rodrigues pref. – *Cartas de sua majestade a rainha senhora D. Amélia a D. Manuel de Bastos Pina bispo-conde de Coimbra*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1948.

CASTELLO-BRANCO, João Franco – *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu ultimo presidente do conselho*. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.

CASTRO, Luís Vieira de – *D. Carlos I (elementos de história diplomática)*. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Editorial Império Limitada, 1941.

CASTRO, Manuel de Oliveira Chaves e – *Julio Marques de Vilhena e o seu livro Antes da Republica*. Coimbra: Livraria França & Armenio, 1918.

CAVALHEIRO, António Rodrigues – Júlio de Castilho: Mestre de príncipes in *Academia Portuguesa de História*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. vol. 18, 2.<sup>a</sup> série (1969).

CEITA, Maria Nazaré de – *A Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos (S. Tomé e Príncipe 1875/1926)*. Coleção Nexus. Famalicão: Editorial Novembro, 2021.

CHRISTO, Homem – *Notas da minha vida e do meu tempo*. vol. II. Lisboa: Ed. Guimarães, 1936.

COLLAÇO, Jorge; PALHARES, António; TORRALBA, Roiz – *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua obra artística e científica*. Lisboa: António Palhares, 1908.

CORBIN, Alain – *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORPECHOT, Lucien – *Memories of Queen Amélie of Portugal*. London: Eveleigh Nash, 1915.

CORREA, António Mendes coord. [et al.] – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XVI. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [S.d.].

- CORREA, António Mendes coord. [et al.] – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XVII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [S.d.].
- COSTA, Fernando – *Portugal e a guerra anglo-boer: política externa e opinião pública (1899-1902)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.
- CROLET, João – *Oração fúnebre de S. M. F. D. Carlos I, Rei de Portugal e de S. A. D. Luiz Felipe, Príncipe Real e Duque de Bragança*. Pará: Typ. Gutenberg, 1908.
- CUNHA, Amadeu – *Mousinho. A sua obra e a sua época*. Lisboa: Agência geral das colónias, 1964.
- DIAS, Pedro – *Arte portuguesa: a arquitectura manuelina*. vol. 5. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009.
- D'ORNELLAS, Ayres – *Cartas d'Africa: viagem do principe real, Julho-Setembro 1907*. Lisboa: Escola tipográfica das oficinas de S. José, 1928.
- FANGUEIRO, Óscar – Naufrágios Poveiros, desde o século XVIII. *Póvoa do Varzim – Boletim Cultural* [em linha]. vol. XXV, n.º 2 (1987). [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim\\_cultural/bc\\_xxv\\_2\\_355\\_391.pdf](http://web.cm-pvarzim.pt/lanchapoveira/images/documentos/bibliografia/boletim_cultural/bc_xxv_2_355_391.pdf)>.
- FLORES, Jorge Manuel coord. – *O «Centenário da Índia» [1898] e a memória da viagem de Vasco de Gama*. Lisboa: CNCDP, 1998.
- FONSECA, João Abel – A Sociedade de Geografia de Lisboa e As Explorações Geográficas de Angola À Contra Costa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 133, n.º 1-12 (jan.- dez. 2015).
- FONSECA, João Abel da – A Sociedade de Geografia de Lisboa e As Explorações Geográficas de Angola À Contra Costa. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 133, n.º 1-12 (jan-dez 2015).
- FRANZINI, Marino Miguel – *Roteiro das costas de Portugal ou instruções nauticas: para intelligencia e uso da carta reduzida da mesma costa, e dos planos particulares dos seus principaes portos* [em linha]. Lisboa: Impressão Regia,

1812. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitalis.uc.pt/bookreader/eBookReader/index.php?id=87961#page/1/mode/2up>>.

FREITAS, Joana Gaspar de – *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências: os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2011. Tese de doutoramento. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/3004>>.

GALEGO, Carla; GOMES, Alberto – Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*. vol. 5, n.º 5 (2005), pp. 173-184. [em linha]. Disponível na internet: <URL: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1012>>.

GALLIS, Alfredo – *História de Portugal: um reinado trágico*. vol. I. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1908-1909.

GOMES, A. Luiz; SANTOS, Delfim – *D. Carlos I e D. Luís Filipe: Palavras de Evocação e Apreço Seguidas de psicografia de um rei: análise grafocaracterológica*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1958.

GOVERNO DE PORTUGAL – *Estratégia Nacional para o mar 2013-2020*. [Em linha]. Lisboa: Uzinabooks, 2014. [Consult. 01/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj\\_zdXHrMzyAhWnRUEAHebEBCMqFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.dgrm.mm.gov.pt%2Fdocuments%2F20143%2F43971%2FEstrategia%2BNacional%2BMar.pdf%2F9f8b9fc0-ab72-bbaf-0aa4-524d152ff9c3&usq=AOvVaw0Tv3vmkMt1P6dKoaXHifCA](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj_zdXHrMzyAhWnRUEAHebEBCMqFnoECA4QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.dgrm.mm.gov.pt%2Fdocuments%2F20143%2F43971%2FEstrategia%2BNacional%2BMar.pdf%2F9f8b9fc0-ab72-bbaf-0aa4-524d152ff9c3&usq=AOvVaw0Tv3vmkMt1P6dKoaXHifCA)>.

JOÃO, Maria Isabel da Conceição – *Memória e império: comemorações em Portugal: 1880-1960*. [em linha]. Lisboa: Universidade Aberta, 1999. Dissertação de Doutoramento em História. [Consult. 19/10/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2466>>.

- JUNQUEIRO, Guerra – *Finis Patriae* [em linha]. Porto: Empreza Litteraria e Typográfica, 1891. [Consult. 06/07/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://books.google.pt/books/about/Finis\\_patriae.html?id=6q5LAQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=hp\\_read\\_button&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books/about/Finis_patriae.html?id=6q5LAQAAMAAJ&printsec=frontcover&source=hp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>.
- LE GOFF, Jacques – A história nova. In *A nova História*, LE GOFF, Jacques dir. Coimbra: Almedina, 1990.
- LEAL, Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. vol. 3. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.
- LEAL, Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. vol. 7. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1876.
- LEITE, Carlos – *A Educação do Príncipe Real D. Luís Filipe*. Porto: Tipografia Bloco Grafico, 1967.
- LEME, Paulo; et al. – *Tirée par...: A Rainha D. Amélia e a fotografia*. 1.<sup>a</sup> ed.. Vila Viçosa: Fundação Casa de Bragança, 2016.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1907.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.
- LOUREIRO, Adolfo Ferreira de – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910.

- MACHUQUEIRO, Pedro Urbano da Gama – *Nos bastidores da Corte: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908* [em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento em História. [Consult. 07/04/2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/12317>>.
- MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- MARQUES, A. H. de Oliveira coord. – *Nova História de Portugal: Portugal e a Instauração do Liberalismo*. vol. IX. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. III. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal: Do Renascimento às Revoluções Liberais*. 13.<sup>a</sup> ed., vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- MARTINEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Verbo, 1992.
- MARTINS, Rocha – *D. Carlos: História do seu reinado*. Estoril: Oficinas do ABC, 1926 [i.e. 1927].
- MARTINS, Rocha – *João Franco e o seu tempo*. Edição de autor. Lisboa: oficina Gráficas do «ABC», [S.d.].
- MATOS, Rui Manuel Carneiro de Campos – *A Arquitectura do Turismo Terapêutico: Madeira e Canárias, 1800-1914* [em linha]. Lisboa: Universidade de Arquitectura, 2016. Tese de doutoramento [Consult. 16/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11481/1/A%20Arquitectura%20do%20Turismo%20Terapeutico.pdf>>.

- MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - A Segunda Fundação (1890-1926)*. vol. VI, [S.l.]: Editorial Estampa, 1993, p. 283.
- MATTOSO, José dir. – *História de Portugal - O Liberalismo (1807-1890)*. vol. V, [S.l.]: Editorial Estampa, 1993.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – *Continental Shelf Submission of Portugal: Executive summary*. [Em linha]. Portugal: EMEPC, 2009. [Consult. 01/01/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/prt44\\_09/prt2009executivesummary.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/prt44_09/prt2009executivesummary.pdf)>.
- MOOREHEAD, Alan – *Darwin: La expedición en el Beagle (1831-1836)*. Barcelona: Reseña, 1991.
- MONGE, Maria de Jesus coord. – *A educação dos príncipes, nas colecções do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança Museu-Biblioteca, 2017.
- MÓNICA, Maria Filomena – *Negócios e política: os tabacos (1800-1890)*. *Revista Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp. 461-469.
- MÓNICA, Maria Filomena org. – *Isabel, Condessa de Rio Maior. Correspondência Para Seus Filhos, 1852-1865*. Lisboa: Quetzal Editores, 2004.
- MONNIER, Jean – *História Universal*. vol. 8. Lisboa/Cacém: Gris Impressores, 1968.
- MORAIS, Jorge – *Regicídio: a contagem decrescente - 100 anos 1908-2008*. Sintra: edições Zéfiro, 2007.
- MOTTA, Carlos C. Lima da Silva – *Continuidades e Rupturas da Política Externa Portuguesa em Matéria Colonial (1870-1890)*. In SANTOS, Maria Emília Madeira org., *Actas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989.
- MOURA, Carneiro de – *Historia económica de Portugal*. Lisboa: Typ. Anuario Commercial, 1913.

- NETO, Maria da Conceição – De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*. 2017, n.º 33.
- NOBRE, Eduardo – *Casa Real: fotografias, documentos, manuscritos, memorabilia*. Lisboa: Quimera, 2003.
- NUNES, José Maria – *A bomba explosiva (28 de janeiro de 1908 a 5 de outubro de 1910)*. Edição fac-símile. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- OGOT, Bethwell Allan ed. – *História geral da África: África do século XVI ao XVIII*. vol. V, Brasília: UNESCO, 2010.
- OLIVEIRA, Marta Maria Peters Arriscado de – *Porto, São Miguel o Anjo: uma torre-farol e capela. Memória para uma intervenção na obra* [em linha]. Porto: FAUP, 2005. Relatório Técnico. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70155?mode=full>>.
- ORTIGÃO, Ramalho – *As Praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*. Ed. fac-símile da 1.ª edição. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.
- ORTIGÃO, Ramalho – *Rei D. Carlos: O martyrisado*. Lisboa: Typografia A Editora, 1908.
- ORTIGÃO, Ramalho; GIRARD, Alberto – *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua Obra artística e científica*. Lisboa: [S.n.], 1908.
- PAIS, António da Silva – *Ports, phares et navigation commerciale: Colonie de Moçambique*. Lourenço Marques: Impr. Nationale, 1931.
- PALMA-FERREIRA, João – *Naufrágios, Viagens, Fantasias & Batalhas: Selecção prefácio, leitura de texto e notas de*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- PAULO, Jorge Silva – Contributos para a história institucional da Autoridade Marítima. *Revista Eletrónica de Direito* [em linha]. N.º 3 (out. 2016). [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5\\_656.pdf](https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5_656.pdf)>.

- PEDRAS, Miguel Ribeiro – A Imprensa e o Império na Viagem do Príncipe D. Luís Filipe a África. *Revista Brasileira da História da Mídia*. Vol. 5, n.º 1, (jan.-jul. 2016). [em linha]. [Consult. 19/04/2019]. Disponível na internet: <URL: <http://ihc.fcsb.unl.pt/miguel-ribeiro-pedras/>>.
- PEDRAS, Miguel Ribeiro – O Príncipe D. Luís Filipe a África e os escravos de São Tomé. In CRUZ, Ana Rosa dir., *O ideário patrimonial* [em linha]. Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar, 2013, pp. 72-86. [Consult. 25/08/2023]. Disponível na internet: <URL: [http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n3\\_dezembro\\_2014/ideario-patrimonial-dez-2014.pdf](http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/n3_dezembro_2014/ideario-patrimonial-dez-2014.pdf)>.
- PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas: 1845-1941*. Histórias de Portugal, n.º 50. vol. I. Lisboa: Imprensa universitária/Editorial Estampa, 1986.
- PÉLISSIER, René – *História das campanhas de Angola: resistência e revoltas: 1845-1941*. Histórias de Portugal, n.º 51. vol. II. Lisboa: Imprensa universitária/Editorial Estampa, 1986.
- PÉLISSIER, René – *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Histórias de Portugal, n.º 31. 2.ª ed.. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- PÉLISSIER, René – *História da Guiné. Portugueses e Africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Histórias de Portugal, n.º 31. 2.ª ed.. vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- PÉLISSIER, René – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Histórias de Portugal, n.º 10. 3.ª ed.. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- PÉLISSIER, René – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Histórias de Portugal, n.º 11. 3.ª ed.. vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- PEREIRA, Paulo dir. – *História da Arte Portuguesa*. vol. 2. Lisboa: Temas e Debates, 1995.
- PERES, Damião dir. – *História de Portugal*. Edição monumental. vol. VI. Barcelos: Portucalense Editora, 1934.

- PERES, Damião dir. – *História de Portugal*. Edição monumental. vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935.
- PERES, Damião; CRUZ, António – *História da cidade do Porto*. vol. III. Porto: Portucalense Editora, 1965.
- PESSOA, Fernando Pessoa – *Mensagem*. Lisboa: ed. Planeta de Agostini, 2006.
- PINA, Madalena Esperança – A Rainha D. Amélia, a Assistência e a Saúde em Portugal [em linha]. In *Actas da XVIII Colóquio de História Militar - Política diplomática, militar e social do reinado de D. Carlos no centenário da sua morte*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2008. [Consult. 26/12/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/4861/1/Coloquio%20Militar%20D.%20Amelia.pdf>>.
- PINTO, António Cerqueira – *História da prodigiosa imagem de Christo crucificado* [em linha]. Lisboa ocidental: Officina de António Isidoro da Fonseca, 1737. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://archive.org/details/historiadaprodig00pint>>.
- PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo coord. – *História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000*. 1.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Objectiva, 2019.
- PINTO, Rui Miguel da Costa – Das Raízes do Mapa Cor de Rosa ao *Ultimatum*. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série 129, n.ºs 1-12 (jan-dez 2011).
- PONTE, Nunes da – Casa De Asilo Dos Naufragados. *Revista Tripeiro*. Série IV, ano 4, n.º 9, (set. de 1964).
- PORFÍRIO, José Luís; BARREIROS, Maria Helena – *Arte portuguesa: da expressão romântica à estética naturalista*. vol. 15. Vila Nova de Gaia: Fubu, 2009.
- PORTO, António Francisco Ferreira da Silva – *Silva Porto e Livingstone: manuscripto de Silva Porto encontrado no seu espólio*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias/ Sociedade de Geographia de Lisboa, 1891.

- PORTO, António Francisco Ferreira da Silva – *Viagens e apontamentos de um portuense em África: diário de António Francisco Ferreira da Silva Porto. Leitura com introdução e notas por Maria Emília Madeira Santos*. Coimbra: Bibl. Geral da Universidade, 1986.
- PRATA, Ana Filipa da Conceição – *Atlas Portuário Nacional: Contributos Metodológicos para a sua elaboração* [em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012. Dissertação de Mestrado. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://run.unl.pt/handle/10362/7619?locale=en>>.
- PROENÇA, Maria Cândida – *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- RAMALHO, Margarida Magalhães – *1908: Um olhar sobre o regicídio*. Lisboa: Sextante Editora, 2008.
- RAMOS, Rui – D. Amélia, a Grande. *Revista Análise Social*, vol. 36, n.º 160, (2001). [Consult. 14/04/2021]. Disponível na internet: <URL: <http://www.jstor.org/stable/41011558>>.
- RAMOS, Rui – *D. Carlos, 1863-1908*. vol. XXXIII. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2006.
- RAMOS, Rui coord.– *História de Portugal*. vol. V. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- RAMOS, Rui coord.– *História de Portugal*. vol. VI. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- REIS, Cleber da Silva – *De sinalizador a atractivo cultural: faróis portugueses numa perspectiva turística* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2008. Dissertação de Mestrado. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1757>>.
- RIBEIRO, Aquilino – *Um escritor confessa-se*. Lisboa: Bertrand Editora, 2006.
- RIBEIRO, José Alberto – *Rainha D. Amélia: uma biografia*. 2.ª ed.. Lisboa: Esfera dos Livros, 2013.
- RIBEIRO, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia* [em linha]. vol. XVIII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1892. [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/173/4/hg-7152-v/hg-7152->

[v\\_item4/hg-7152-v PDF/hg-7152-v PDF 24-C-R0150/hg-7152-v 0000 capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](#)>.

RODRIGO, António Fernando Lino Gonçalves – *Museu Colonial de Luanda, 1907-1910: Sustentáculo de Reprodução e Apologia de Soberania Imperial* [em linha]. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018. Tese de Doutoramento em História. [Consult. 06/04/2021]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/lino\\_rodrigo.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/lino_rodrigo.pdf)>.

RODRIGUES, António Simões coord.– *História de Portugal em datas*. [S.l.]: Círculo de Leitores, 1994.

ROQUE, Ana Cristina – O sul de Moçambique na viragem do século XIX: Território, exploração científica e desenvolvimento. *Africana Studia*. N.º 17, 2011.

ROQUE, Ana Cristina – Cartografar fronteiras nos finais do século XIX: questões em torno da demarcação e delimitação da fronteira entre Moçambique e o Transvaal. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica* [em linha]. Porto: Universidade do Porto, 2008. [Consult. 16/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/19.pdf>>.

ROMANO, Ruggiero dir. – *Enciclopédia Einaudi: Método-Teoria/modelo*. vol. 21. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

ROSA, Francisco Delgado – As expedições científicas. *Visão História*. N.º 31, (out. 2015).

SÁ, Ayres de – *Príncipe Real D. Luiz Filipe*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929.

SALGUEIRO, Valéria – Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. *Revista Brasileira de História*, vol. 22, n.º 44 (2002).

SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui – *O regicídio*. 2.ª ed.. Lisboa: Tinta da China, 2008.

SANTOS, Filipe dos – Suspensões do Quotidiano: Manifestações Públicas de Pesar, no Funchal, pelos Falecimentos de D. Luís (1889) e de D. Carlos e do

Príncipe D. Luís Filipe (1908)”. In *República e Republicanos na Madeira - 1880-1926*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. Coleção: Debates, n.º 3, 2010. [em linha]. [Consult. 10/12/2020]. Disponível na internet: <URL: [https://www.academia.edu/469774/SANTOS Filipe dos 2010 Suspens%C3%B5es do Quotidiano Manifesta%C3%A7%C3%B5es P%C3%ABlicas de Pesar no Funchal pelos Falecimentos de D Lu%C3%ADs 1889 e de D Carlos e do Pr%C3%ADncipe D Lu%C3%ADs Filipe 1908 in Rep%C3%ABlica e Republicanos na Madeira 1880 1926 Semin%C3%A1rio Funchal CEHA pp 605 626](https://www.academia.edu/469774/SANTOS_Filipe_dos_2010_Suspens%C3%B5es_do_Quotidiano_Manifesta%C3%A7%C3%B5es_P%C3%ABlicas_de_Pesar_no_Funchal_pelos_Falecimentos_de_D_Lu%C3%ADs_1889_e_de_D_Carlos_e_do_Pr%C3%ADncipe_D_Lu%C3%ADs_Filipe_1908_in_Rep%C3%ABlica_e_Republicanos_na_Madeira_1880_1926_Semin%C3%A1rio_Funchal_CEHA_pp_605_626)>.

SANTOS, Maria Emília Madeira org. – *I Reunião internacional de história de África: Relação Europa-África no 3º quartel do Séc. XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical - Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989.

SARDICA, José Miguel – Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas). *Revista Análise Social*, vol. 32, n.º 142, (1997).

SEBESTYÉN, Evá., & VANSINA, Jan – Angola's Eastern Hinterlands in the 1750s: A Text Edition and Translation of Manoel Correia Leitão's "Voyage" (1755–1756). *History in Africa* [em linha]. Vol. 26 (1999). [Consult. 20/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridge-core/content/view/D9915F1CBAC51428C9EA927F8C6AD1FB/S036154130002722a.pdf/angolas-eastern-hinterlands-in-the-1750s-a-text-edition-and-translation-of-manoel-correia-leitaos-voyage-17551756.pdf>>.

SECRETARIA-GERAL de Educação e Ciência – *Resenha de Legislação* [Em linha]. Repositório Digital da História da Educação. Lisboa: [S.n.], [S.d]. [Consult. 28/07/2023]. Disponível na Internet: <URL: <http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/museu-virtual/exposicoes/escolaridade-obrigatoria/resenha-de-legislacao/>>.

SEIXAS, Miguel Metelo de – *Quinas e castelos: sinais de Portugal*. Coleção: Retratos da Fundação. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Estado, pátria e nação (1080-1415)*. 3ª ed.. vol. I. [S.l.]: Editorial Verbo, 1979.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O Despotismo Esclarecido (1750-1807)*. vol. VI. [S.l.]: Editorial Verbo, 1982.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. vol. VIII. [S.l.]: Editorial Verbo, 1986.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: O terceiro liberalismo (1851-1890)*. vol. IX. [S.l.]: Editorial Verbo, 1986.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal: A queda da monarquia (1890-1910)*. vol. X. [S.l.]: Editorial Verbo, 1988.
- SERRÃO, Joel dir. – *Dicionário de História de Portugal*. vol. IV. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da coord. – *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro 1750-1822*. vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- SILVEIRA, Luís Espinha da – Aspectos da evolução das finanças públicas nas primeiras décadas do século XIX (1800-27) [em linha]. *Revista Análise Social*. Vol. 23, n.º 97, (1987). [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.jstor.org/stable/41010637?seq=1>>.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge – *D. Luís*. vol. XXXII. [S.l.]: Círculo de Leitores, 2006.
- SOUSA, Fernando de – *O Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro: Real Companhia Velha*. Porto: CEPESE, 2003.
- SOUZA, Maria Luiza Zanatta de - D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e o seu destacado papel na eclosão de um novo repertório artístico e cultural renascentista em Portugal em meados do século XVI [em linha]. *Revista Diálogos Mediterrânicos - Dossiê "Renascimento e renascimentos"*. N.º 8, (jun. 2015). [Consult. 16/08/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/148>>.

- TAVARES, Maria da Conceição da Silva – *Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico. Albert I do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a Meteorologia nos Açores* [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia das Ciências. [Consult. 20/07/2023]. Disponível na Internet: <URL: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1264/2/19072\\_ULFC091292\\_TM\\_TES\\_Epdf.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1264/2/19072_ULFC091292_TM_TES_Epdf.pdf)>.
- TRIGUEIROS, Luiz; SAT, Claudio; OLIVEIRA, Cristina ed. – *Lisboa Expo 98: Arquitectura*. Lisboa: Editorial Blau, 1998.
- VALENTIM, Carlos Manuel Batista – A revolta do cruzador “D. Carlos” (1906). Uma marinha republicana? *XVIII colóquio de História Militar*. IV edição. Lisboa, [S.n.], 2008.
- VENTURA, António – *Batalhas da História de Portugal – Campanhas coloniais: 1850-1925*. vol. 17. Matosinhos: QuidNovi, 2006.
- VERDE, Filipe – Portugueses em África: defender as cores do mapa. *Visão História*. N.º 65, (jun. 2021).
- VICENTE, Ana; VICENTE António Pedro – *O príncipe real Luiz Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: Ed. INAPA, 1998.
- VIEIRA, Joaquim; MÓNICO, Reto; RAMOS, Rui pref. – *Mataram o rei! O regicídio na imprensa internacional*. Almoçageme: Pedra da Lua, 2017.
- VOLTAIRE – *Cândido, ou o Optimismo*. Tradução, notas e posfácio: Rui Tavares. 1.ª ed.. Lisboa: Tinta da China, 2015.

### 3. WEBGRAFIA

- CÂMARA de Comércio e Indústria Portuguesa – *História* [em linha]. [Consult. 29/01/2021]. Disponível na internet: <URL: [www.ccip.pt/pt/quem-somos/historia](http://www.ccip.pt/pt/quem-somos/historia)>.

FUNERAIS RÉGIOS [em linha]. [S.a.]. Lisboa: [S. n.], 1908. [Consult. 30/09/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=X7qPcgjnfCE&t=258s>>.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO – *Funeral de El Rey D. Carlos* [em linha]. [Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbCIsInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmVhbCJd>>.

LAXNESS, Halldór – *citador* [em linha]. [Consult. 15/12/2022]. Disponível na internet: <URL: <http://www.citador.pt/frases/a-historia-e-sempre-completamente-diferente-do-qu-halldor-laxness-25121>>.

LUGAR DO REAL [em linha] [Consult. 23/09/2023]. Disponível na internet: <URL: <http://lugardoreal.com/imaxe/o-principe-d-luis-filipe-em-monco>>.

OPORTUNITY LEILÕES. [Consult. 04/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://oportunyleiloes.auctionserver.net/view-auctions/catalog/id/1366/lot/446146/Lote-8-J-ias-da-Vitolfilia-S-rie-de-16-cintas-de-charuto-D-Carlos-D-Am-lia-pr-ncipe-D-Lu-s-Filipe-e-D-Manuel-II-Republicanos-Portugueses-Afonso-Costa-Alexandre-Braga-Jo-o-de-Menezes-e-Ant-nio-Jos-de-Almeida-A-Tabaqueira-Luctadores-Lisboa-4-cintas-Companhia-de-Tabacos-de-Portugal-Proveni-ncia-cole-o-particular>>.

PARLAMENTO – *Manuel Fernandes Tomás* [em linha]. [Consult. 15/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/manuel-fernandes-tomas.aspx>>.

ROYAL GUESTS AT THE CORONATION OF EDWARD VII. [Consult. 10/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.chatsworth.org/news-media/news-blogs-press-releases/blogs-from-the-archives/royal-guests-at-the-coronation-of-edward-vii/>>.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de – *citador* [em linha]. [Consult. 01/01/2023].

Disponível na internet: <URL: <https://www.citador.pt/frases/aqueles-que-passam-por-nos-nao-vao-sos-nao-nos-antoine-de-saintexupery-15366>>.

THE LIGHTHOUSE Directory [em linha]. [Consult. 29/11/2022]. Disponível na

internet: <URL: <http://www.ibiblio.org/lighthouse/>>.

## **ANEXOS**

**Anexo I – D. Luís Filipe usando um boné com o símbolo Real Club Naval de Lisboa**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo II – A Família Real no lançamento da canhoneira Pátria**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo III – D. Luís Filipe por altura do seu reconhecimento como príncipe real**



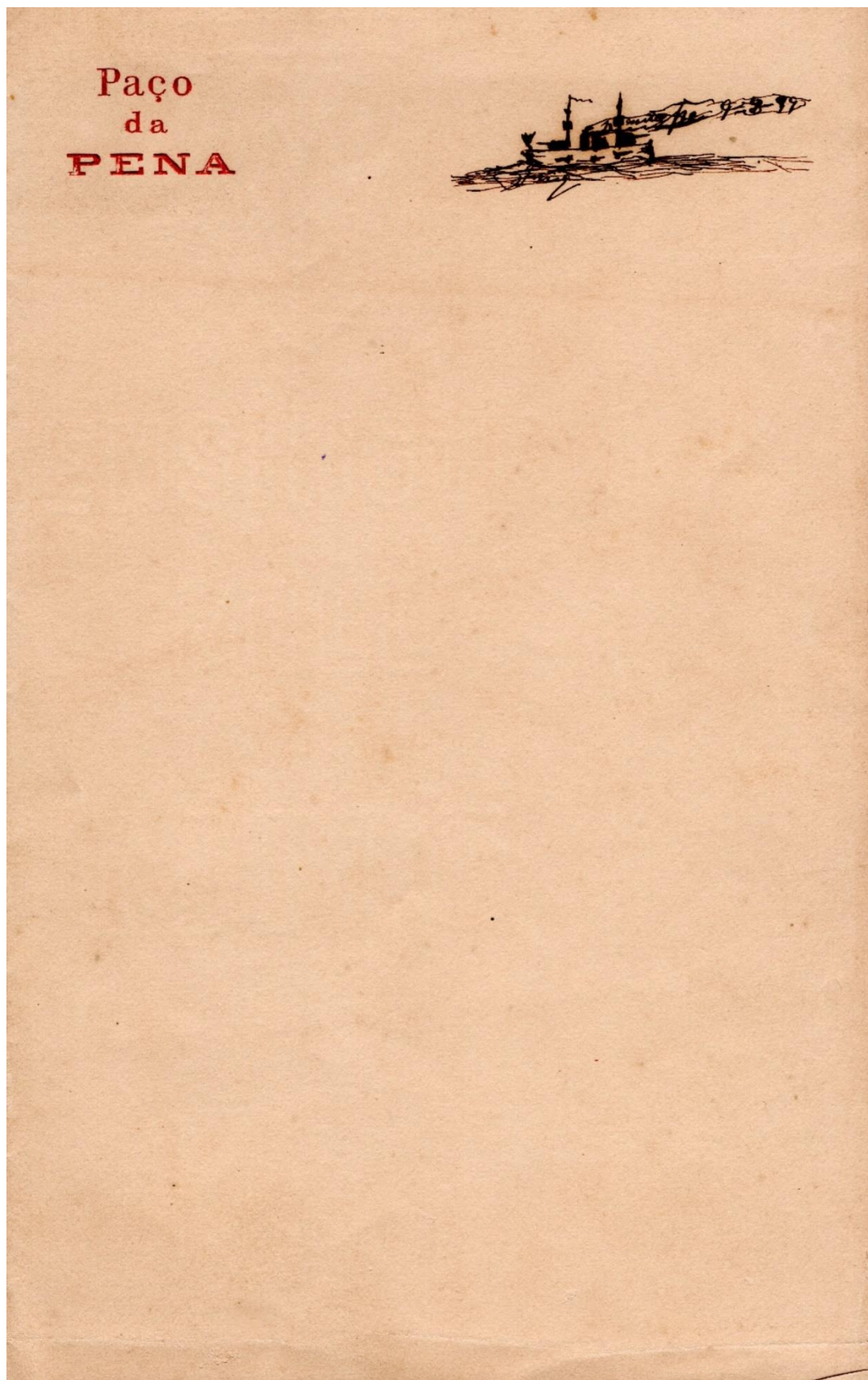
Fonte: arquivo do autor.

**Anexo IV – Carta remetida por D. Isabel Saldanha da Gama para D. Luís Filipe  
(excerto)**

Paço das  
Necessidades

Meu queridissimo  
Principe da minha alma  
que q' se gosto me dê =  
ram as Suas duas car =  
tas, tão boas, tão bem  
escriptas. Mas onde foi  
o meu amor de Princi =  
pe desobediencia tanta ga =  
taria? faz-me curio =  
sidade: mas nunca é bom  
atirar as gatas mesendo =  
lhos nos filhos pequ =  
rinos. Mas, coitadas jul =  
gam que th'os queim  
tirar e zangam-se,  
pudera?! Ah vou me =

**Anexo V – Desenho de D. Luís Filipe retratando um navio de guerra**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo VI – Reportagem sobre a viagem pelo Mediterrâneo**



**Anexo VII – Postal da série Collection Félix Potin**



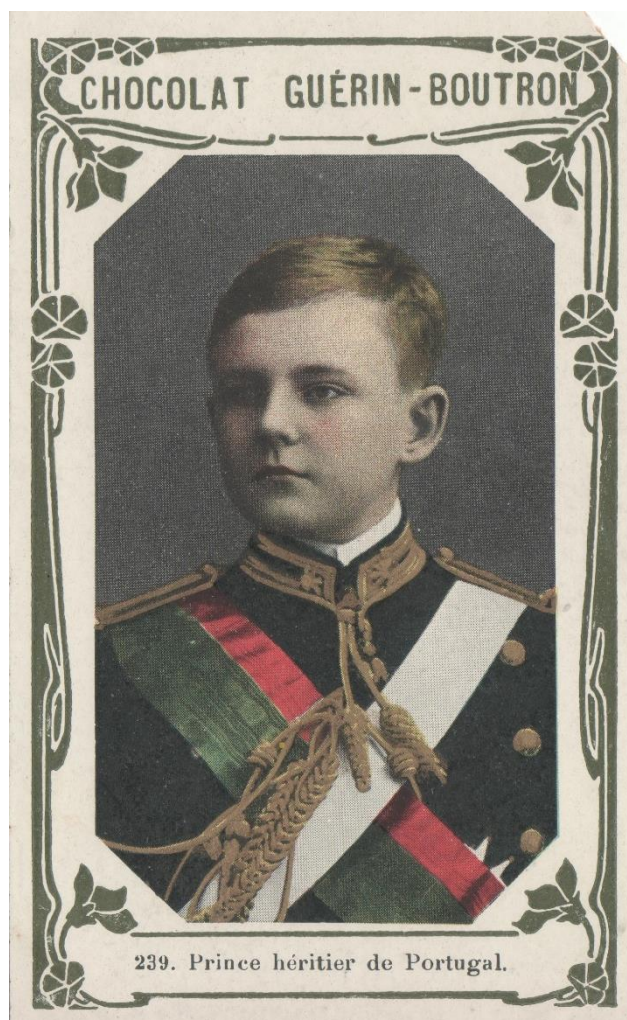
Fonte: arquivo do autor.

**Anexo VIII – D. Luís Filipe retratado, numa sessão fotográfica, como um gentleman**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo IX – Ilustração publicitária ao chocolate Guérin-Boutron**



Médailles à Toutes les Expositions

140 **Chocolat de Qualité Supérieure**

**GUÉRIN - BOUTRON**

Usine Spéciale  
pour la Fabrication des Chocolats  
23 & 25, Rue du Maroc

MAGASINS DE DÉTAIL  
29, Boul. Poissonnière  
28, Rue S. Sulpice  
**PARIS**

MÉDAILLES D'OR AUX EXPOSITIONS UNIVERSELLES DE 1889 & 1900

**QUALITÉ RECOMMANDÉE**  
**Chocolat Vanillé vente 2<sup>e</sup> le ½ Kilo**

Album Livre d'Or des Célébrités  
Contemporaines 500 Sujets  
Edités pour la M<sup>o</sup> GUÉRIN - BOUTRON

Imp. Delmasure. 78, Boul. Garibaldi. Paris.

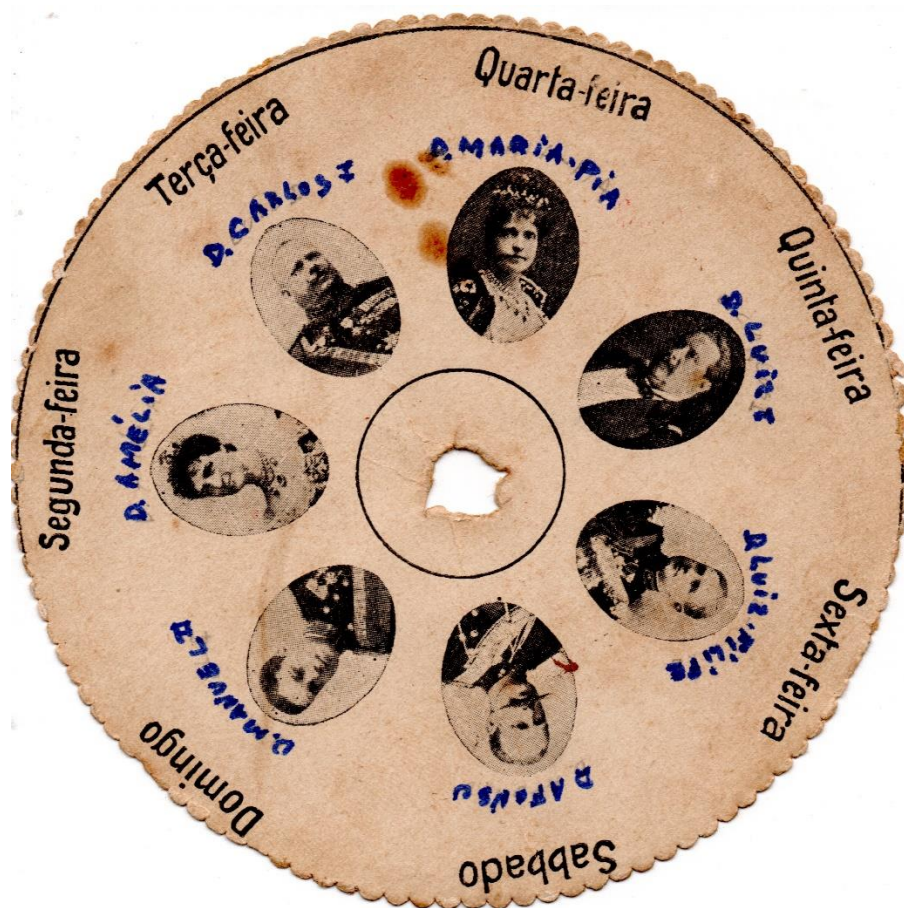
Fonte: arquivo do autor.

**Anexo X – Os retratos do príncipe real e do rei usados em cintas dos  
charutos (vitofilia)**



Fonte: OPORTUNITY LEILÕES. [Consult. 04/08/2023]. Disponível na internet:  
<URL: <https://oportunityleiloes.auctionserver.net/view-auctions/catalog/id/1366/lot/446146/Lote-8-J-ias-da-Vitofilia-S-rie-de-16-cintas-de-charuto-D-Carlos-D-Am-lia-pr-ncipe-D-Lu-s-Filipe-e-D-Manuel-II-Republicanos-Portugueses-Afonso-Costa-Alexandre-Braga-Jo-o-de-Menezes-e-Ant-nio-Jos-de-Almeida-A-Tabaqueira-Luctadores-Lisboa-4-cintas-Companhia-de-Tabacos-de-Portugal-Proveni-ncia-cole-o-particular>>.

**Anexo XI – Calendário semanal com as fotografias dos membros da Família  
Real (incompleto)**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XII – Composição fúnebre alusiva às vítimas do regicídio**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XIII – Cortejo fúnebre dirigindo-se para o Mosteiro de São Vicente de  
Fora**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XIV – O príncipe real D. Luís Filipe usando a farda dos Pupilos do  
Exército**

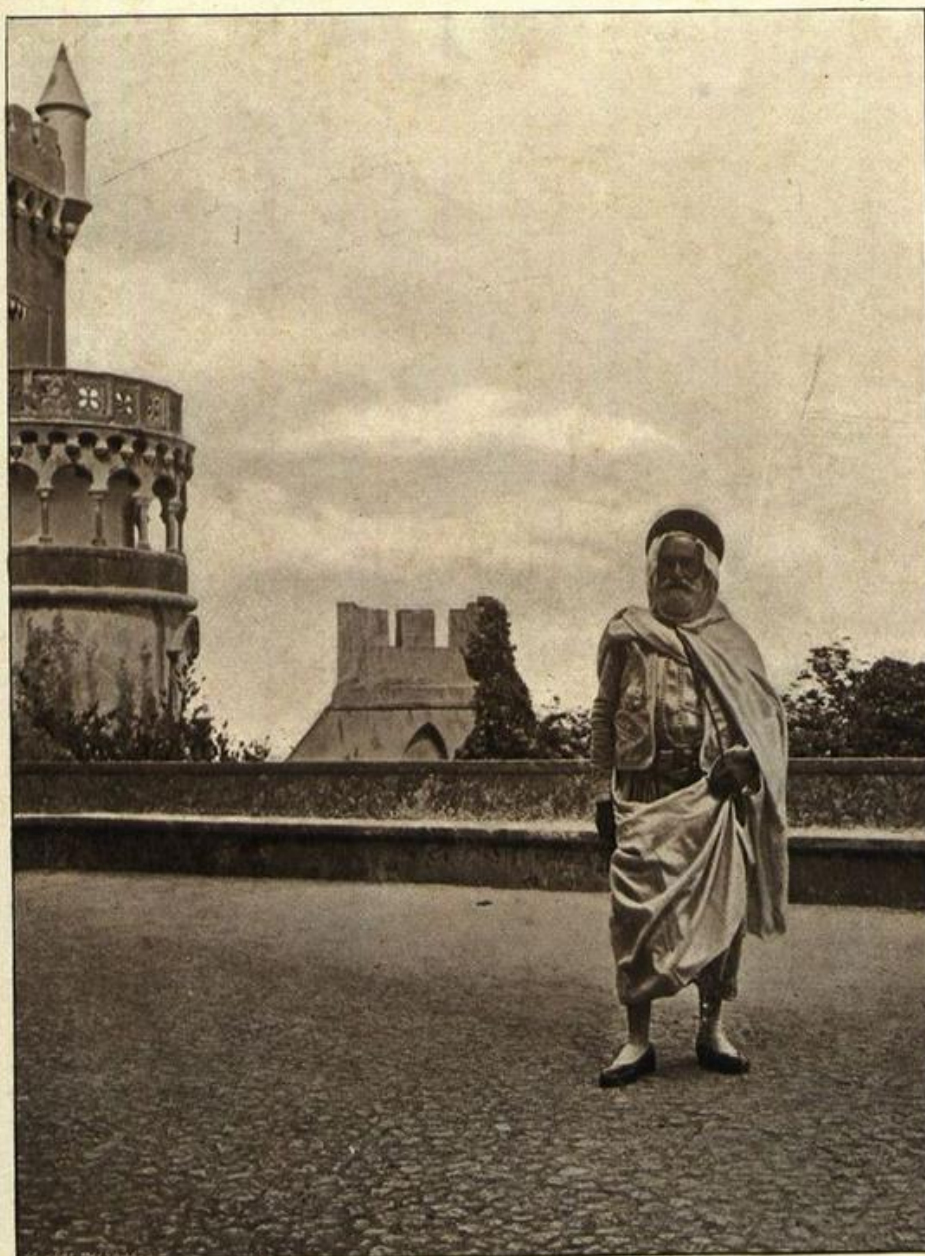


Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XV – Fotografia tirada por D. Luís Filipe ao coronel Ben Dauod**

BOLETIM PHOTOGRAPHICO

N.º 61



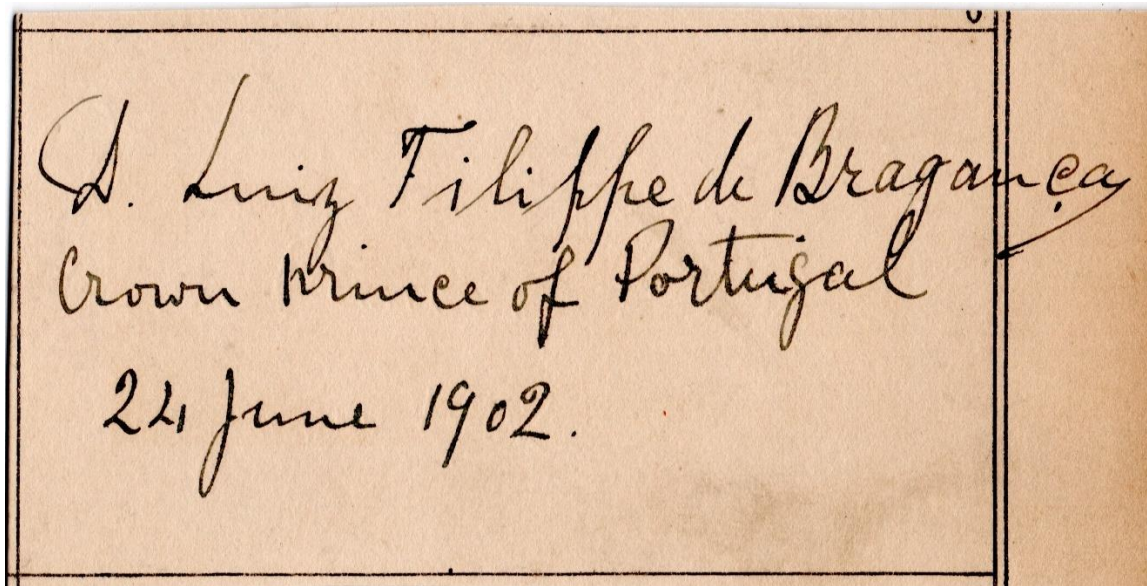
Cliché de S. A. o Príncipe D. Luiz Filipe

O CORONEL BEN-DAOUD NA PENA

Fonte: *Boletim Photographico: Revista Mensal Illustrada de Photographia.*

Lisboa, 1905, vol. 6, n.º 61, p. 7

**Anexo XVI – Assinatura (em livro de presenças?) na coroação de Eduardo  
VII**



D. Luiz Filippe de Bragança  
Crown Prince of Portugal  
21 June 1902.

Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XVII – Lista de convidados presentes na coroação de Eduardo VII  
(excerto)**

Lord Chamberlain's Office  
St James's Palace, S.W.1

List of Royal Guests for the Coronation received at the  
Lord Chamberlain's Office up to the 17th March 1902

---

Austria-Hungary	H.I.&K.H. The Archduke Francis Ferdinand
Bavaria	H.R.H. The Prince Leopold of Bavaria
Belgium.	H.R.H. The Prince Albert of Belgium
China.	H.I.H. Tsai-Chen, Prince Chen
Denmark.	H.R.H. The Crown Prince of Denmark
Egypt.	H.H. The Prince Mohamed Ali Pasha
Germany.	H.R.H. The Prince Henry of Prussia
Greece	H.R.H. The Duke of Sparta
Hesse.	H.R.H. The Grand Duke of Hesse 7.
Italy.	H.R.H. The Duke d'Aosta
Japan.	H.I.H. The Prince Akihito Konatsu
Luxemburg.	H.R.H. The Hereditary Grand Duke of Luxemburg.
Mecklenburg Strélitz.	H.R.H. The Hereditary Grand Duke of Mecklenburg Strélitz
Persia.	H.M.H. Mouzad-ed-Douleh
Portugal	H.R.H. The Crown Prince of Portugal
Roumania.	H.R.H. The Crown Prince of Roumania
Russia.	H.I.H. The Hereditary Grand Duke Michael
Saxe Coburg & Gotha	H.R.H. The Duke of Saxe Coburg & Gotha
Saxony	H.R.H. The Prince George, Duke of Saxony
Siam.	H.R.H. The Crown Prince of Siam
Spain.	H.R.H. Don Carlos de Bourbon, Prince of Asturias
Sweden & Norway.	H.R.H. The Crown Prince of Sweden & Norway
Wurtemberg.	H.R.H. The Duke Robert

---

Brazil.	M Joaquin Nabuco (Minister at this Court)
Chile	Senor Don Domingo Gana (Minister at this Court)
Costa Rica	M.H.de Peralta
Ecuador	Senor Don Marcos Morla (Minister at this Court)

Fonte: ROYAL GUESTS AT THE CORONATION OF EDWARD VII. [Consult. 10/08/2023]. Disponível na internet: <URL: <https://www.chatsworth.org/news-media/news-blogs-press-releases/blogs-from-the-archives/royal-guests-at-the-coronation-of-edward-vii/>>.

**Anexo XVIII – D. Carlos com vários oficiais à entrada do museu de Artilharia  
esperando a chegada de Afonso XIII**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XIX – Retrato da princesa Margarida Vitória**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XX – Auto de reconhecimento da regência de 1905**

SUPPLEMENTO

AO

DIARIO DO GOVERNO N.º 263

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Na ausencia de Sua Magestade El-Rei, Meu muito respeitado e amado Paes, que hoje partiu para fora do Reino, como lhe permite o artigo 8.º da carta de lei de 24 de julho de 1885: Assumo a Regencia, que Me incumbem as leis da Monarchia, em cuja conformidade juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade do Reino, observar e fazer observar a constituição politica da Nação Portuguesa e mais leis do Reino, e prover ao bem geral da Nação, quanto em Mim couber; e bem assim guardar fidelidade a El-Rei o Senhor D. Carlos I, e entregar-lhe o governo logo que regressar ao Reino. Prometto formalmente reiterar este juramento perante as Côrtes Geraes da Nação reunidas no prazo legal; e para os devidos effeitos declaro que Me apraz conservar os actuaes Ministros e Secretarios de Estado no exercicio de suas funções.

Em Nome de El-Rei determino que o Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros e Secretarios de Estado das diversas Repartições assim o tenham entendido e façam executar, publicando-se esta proclamação. Paço, em 20 de novembro de 1905.—PRINCIPE REGENTE.— José Luciano de Castro — Eduardo José Coelho — Arthur Pinto de Miranda Montenegro — Manoel Affonso de Espregueira — Sebastião Custodio de Sousa Telles — Manoel Antonio Moreira Junior — Antonio Eduardo Villaça — D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osorio.

Sendo indispensavel estabelecer o formulario com que durante a Minha Regencia, em Nome de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Carlos I, Rei de Portugal e dos Algarves, etc., devem ser expedidos os diplomas e actos do Governo e das autoridades que mandam em Nome do Mesmo Augusto Senhor: hei por bem, tendo em vista a constituição politica da Monarchia e a carta de lei de 12 de fevereiro de 1862, decretar, em Nome de El-Rei, o seguinte:

1.º

A promulgação das leis será feita sob esta formula: «D. Luis Filippe, Principe Real, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em Nome de El-Rei, fazemos saber a todos os subditos de Sua Magestade, que as Côrtes Geraes decretaram e Nós queremos a lei seguinte».

2.º

A formula de cartas patentes e quaesquer outros diplomas do Governo, ou cartas e titulos dos tribunaes que se costumam expedir em Nome expresso do Rei, será: «D. Luis Filippe, Principe Real, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em Nome de El-Rei».

3.º

A formula dos alvarás será: «Eu, Principe Real, Regente, em Nome do Rei, faço saber».

4.º

As cartas regias para subditos portuguezes dirão no logar competente: «Eu, Principe Real, D. Luis Filippe, Regente, em Nome do Rei», e para estrangeiros dirão: «Eu, Principe Real, D. Luis Filippe, Regente de Portugal e dos Algarves, em Nome de El-Rei».

5.º

Os decretos terão a formula ordinaria, acrescentando-se á expressão preceptiva as palavras: «Em nome de El-Rei».

6.º

As portarias do Governo terão o formulario: «Manda o Principe Real, Regente, em Nome de El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios, etc.»; e nas expedidas pelos tribunaes, nos casos do estylo, se usará a formula: «Manda o Principe Real, Regente, em Nome do Rei, pelo tribunal, etc.»

7.º

As supplicas, representações e mais papeis que me forem dirigidos, ou immediatamente ou pelos tribunaes, empregarão o tratamento de «Alteza Real» e principiarão: «Senhor»; a direcção externa será: «A Sua Alteza Real o Principe Regente, em Nome do Rei».

Toda a correspondencia official será expedida sob o titulo: «Serviço Nacional e Real».

O Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros e Secretarios de Estado de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 20 de novembro de 1905.—PRINCIPE REGENTE.— José Luciano de Castro — Eduardo José Coelho — Arthur Pinto de Miranda Montenegro — Manoel Affonso de Espregueira — Sebastião Custodio de Sousa Telles — Manoel Antonio Moreira Junior — Antonio Eduardo Villaça — D. João de Alarcão Velasques Sarmiento Osorio.

Fonte: DIARIO do Governo: suplemento [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905. Sessão n.º 263 (20/11/1905), [s.p.]. [Consult. 08/10/2021]. Disponível na internet: <URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1905&mes=11&tip o=a-diario&filename=1905/11/20/D\\_0263\\_1905-11-20&pag=17&txt=>](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1905&mes=11&tip o=a-diario&filename=1905/11/20/D_0263_1905-11-20&pag=17&txt=>).

**Anexo XXI – Assinaturas de D. Carlos (1903) e de D. Luís Filipe (1906)**

com recursos  
Bach

ous revoir sur  
Luis

Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XXII – Auto de reconhecimento da regência de 1906 (excerto)**

<p><b>MINISTERIO DA MARINHA:</b>                      Despachos pela 1.ª Repartição da Direcção Geral da Marinha.                      Despachos pela 2.ª Repartição da Direcção Geral do Ultramar.                      Annuncios, programmas e condições de concurso para aforamento de terrenos situados no districto de Lourenço Marques.</p> <p><b>MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS:</b>                      Decretos de 1 de março:                      Mandando incluir uma estrada no numero das estradas municipais do districto de Aveiro.                      Mandando proceder á construcção de um lanço de estrada no districto de Beja.                      Alvará de 22 de julho de 1905, approvando os estatutos da Associação de Soccorros Mutuos Funebre Familiar, do Porto.                      Estatutos a que se refere o alvará supracitado.                      Balançetes de bancos e companhias.                      Notificação de registos de marcas effectuados em Berne.                      Nova publicação, rectificada, da relação de avisos de pedido de registo de nomes inserta nos n.ºs 51 a 53 do <i>Diario</i>.                      Relação de pedidos de registo de patentes de invenção.                      Aviso acêrca do indeferimento de um pedido de patente de invenção para fabrico de sacos de papel.                      Despachos pela 1.ª Repartição da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos.                      Portaria de 9 de março, approvando as modificações á tarifa geral dos caminhos de ferro do Estado propostas pela respectiva administração.                      Portaria de 10 de março, approvando o projecto e orçamento da estação de Machede, da linha ferrea de Evora.</p> <p><b>TRIBUNAES:</b>                      Supremo Tribunal de Justiça, tabella dos feitos que hão de ser julgados na sessão de 13 de março.                      Tribunal de Contas, accordãos julgando as contas de responsaveis.</p> <p><b>AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:</b>                      Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos.                      Imprensa Nacional, annuncio de concurso para preenchimento do lugar de ajudante de electricista.                      Juizo de direito da comarca de Almeida, editos para citação de refractarios.                      Juizo de direito da comarca dos Arcos de Valle de Vez, idem.                      Juizo de direito da comarca de Arganil, idem.                      Juizo de direito da comarca de Boticas, idem.                      Juizo de direito da comarca de Soure, idem.                      Corpo de marinheiros da armada, annuncio de concurso para admissão de doze segundos conductores de machinas.                      Instituto de Agronomia e Veterinaria, concurso para provimento de um lugar de chefe de serviço do 1.º grupo.                      Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.                      Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.                      Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.</p> <p><b>AVISOS DE ASSOCIAÇÕES.</b>  <b>ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.</b></p> <p><b>SUMMARIO DOS APPENDICES</b>                      N.º 78 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto em 8 de março.</p>	<p>1.º                      A promulgação das leis será feita com esta formula: «D. Luis Filipe, Principe Real, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em Nome de El-Rei, fazemos saber a todos os subditos de Sua Majestade, que as Côrtes Gerais decretaram e Nós queremos a lei seguinte».</p> <p>2.º                      A formula das cartas patentes e de quaesquer outros diplomas do Governo, ou cartas e titulos dos tribunaes, que se costumam expedir em Nome expresso do Rei, será: «D. Luis Filipe, Principe Real, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em Nome de El-Rei».</p> <p>3.º                      A formula dos alvarás será: «Eu, Principe Real, Regente, em Nome de El-Rei, faço saber».</p> <p>4.º                      As cartas regias para subditos portuguezes dirão no lugar competente: «Eu, Principe Real, D. Luis Filipe, Regente, em Nome do Rei»; e para estrangeiros dirão: «Eu, Principe Real, D. Luis Filipe, Regente de Portugal e dos Algarves, etc., em Nome do Rei».</p> <p>5.º                      Os decretos terão a formula ordinaria, acrescentando-se á expressão perceptiva as palavras: «Em nome de El-Rei».</p> <p>6.º                      As portarias do Governo terão esta formula: «Manda Sua Alteza o Principe Real, Regente, em Nome do Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios, etc.». Nas portarias expedidas pelos tribunaes, nos casos do estilo, se usará da formula: «Manda Sua Alteza o Principe Real, Regente, em Nome do Rei, pelo tribunal, etc.»</p> <p>7.º                      As supplicas, representações e mais papeis, que Me forem dirigidos, ou immediatamente ou pelos tribunaes, empregarão o tratamento de «Alteza Real» e principiarão: «Senhor»; a direcção externa será: «A Sua Alteza Real o Principe Regente, em Nome do Rei».</p> <p>Toda a correspondencia official deve ser expedida sob o titulo: «Serviço Nacional e Real».</p> <p>O Presidente do Conselho de Ministros e os Ministros e Secretarios de Estado de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 11 de março de 1906. — PRINCIPE REGENTE. — José Luciano de Castro — Eduardo José Coelho — Arthur Pinto de Miranda Montenegro — Conde de Penha Garcia — José Mathias Nunes — Manoel Antonio Moreira Junior — Antonio Eduardo Villaça — Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral.</p>
<p><b>PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b></p> <p>Na ausencia de Sua Majestade El-Rei, Meu muito respeitado e amado Pae, que hoje partiu para fora do Reino, como lhe permite o artigo 8.º da carta de lei de 24 de julho de 1885: Assumo a Regencia, que Me incumbem as leis da Monarchia, em cuja conformidade juro manter a Religião Catholica Apostolica Romana, a integridade do Reino, observar e fazer observar a constituição politica da Nação Portuguesa e mais leis do Reino, e prover ao bem geral da Nação, quanto em mim couber; e bem assim guardar fidelidade a El-Rei o Senhor D. Carlos I, e entregar-lhe o governo, logo que regresso ao Reino. Pro-</p>	<p><b>MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO</b>  <b>Direcção Geral de Administração Política e Civil</b>                      2.ª Repartição</p> <p>Para os devidos effeitos se publicam os seguintes despachos:                      Março 10                      Conselheiro Albano de Mello Ribeiro Pinto — exonerado, a seu pedido, do cargo de governador civil do districto de Aveiro, que serviu com zelo e intelligencia.</p>

Fonte: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906. Sessão n.º 56 (12/03/1906), p. 897. [Consult. 08/10/2021]. Disponível na internet: <URL: <https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyearmonthday?ano=1906&mes=3&tipo=a-diario&pm=&res=>>>.

**Anexo XXIII – Camisa usada por D. Luís Filipe**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XXIV – Camisa usada por D. Luís Filipe (pormenor)**



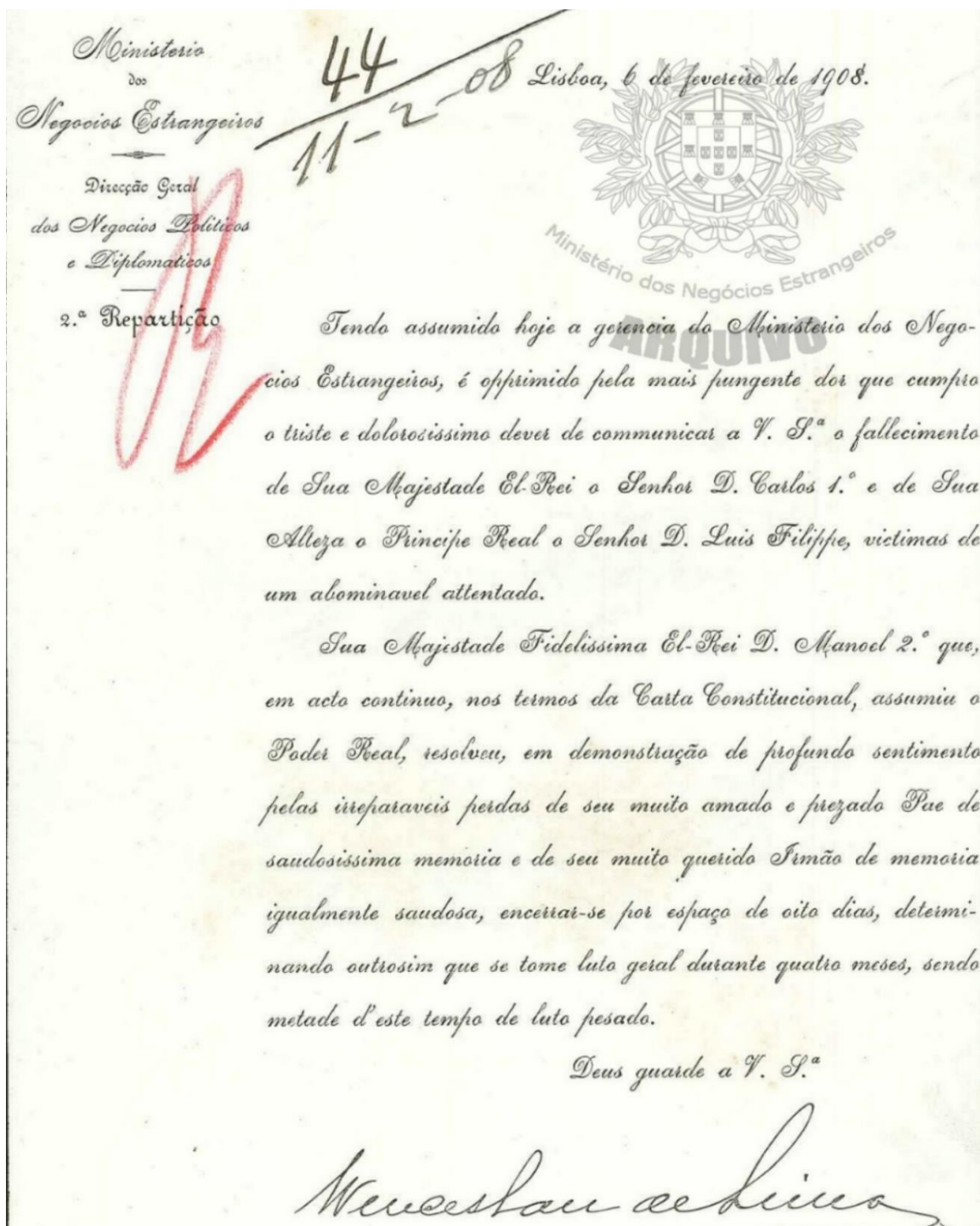
Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XXV – Notícia do regicídio e da aclamação do novo monarca na  
cidade do Porto**

15  
Luzo do Porto. D. Par do Porto  
Cumprido o desejo de ver de participar a 4.ª de 8.ª de 1887.  
que no dia 1.º do corrente mês, houve o nome da tarde,  
segundo de 1.ª de 1.ª e do atravesar o terreno  
do Porto em carruagem aberta, para a primeira dum  
abominável atestado, ficando morto, sua esposa  
de D. Pe. Dom Carlos e sua filha - ~~Princesa~~ Pe. Pe.  
Dom Luiz Filipe.  
D. D. do Porto, em cumprimento ao seu d.º 25.  
publia a publicação do novo Pei - Senhor Dom  
Manuel I.  
D. D. 3 de Fevereiro de 1888.  
D. Lou. Civil. João Saraiva.

Fonte: ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – Correspondência expedida a diversas autoridades. [Consult. 04/06/2023]. Disponível na internet: <URL: Disponível em: <https://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=413121>>.

**Anexo XXVI – Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o  
regicídio e a subida ao trono do novo monarca**



Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – Funeral de El Rey D. Carlos [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmlwVhbCJd>>.

**Anexo XXVII– Comunicado aos habitantes de Hong-Kong sobre o regicídio e a subida ao trono de D. Manuel II**



Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – *Funeral de El Rey D. Carlos* [em linha].  
[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:  
<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClslInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmVhbCJd>>.

**Anexo XXVIII – Cartão de recordações enviado por parte da rainha, e assinado pelo conde de Figueiró, ao comandante do iate Amélia João Agnelo Vélez Caldeira Castelo-Branco**



**Anexo XXIX – *Requiem* por D. Carlos I e D. Luís Filipe em Goa**

## Homage To His Majesty The Late King And Crown Prince of Portugal.

At the special general meeting held in the Goan Institute Hall on 4th instant, amongst others, the following resolutions were unanimously passed:—

- (1) That on Saturday next, the 8th instant, 8 a.m. a **SOLEMN PONTIFICAL RE-QUIEM MASS** be celebrated in the Catholic Church, followed by the chanting of the **Libera** and the **Absolution** for the repose of the souls of the assassinated King and Crown Prince of Portugal. The new Rector of the Church shall address the Congregation.
- (2) That the Goan Institute close on the same day and the Institute Flag be kept lowered half mast.

All the Portuguese subjects and sympathisers are cordially requested to attend the service in the Church.

A. F. BRAGANZA  
*Honorary Secretary,*  
GOAN INSTITUTE.

GOAN INSTITUTE.  
*February 6th, 1908.*

Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – *Funeral de El Rey D. Carlos* [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClIsInByXHUwMGVkbmNpcGUqcmVhbCJd>>.

**Anexo XXX – Pagela fúnebre de Zanzibar**



## Ad memoriam



Sua Majestade Fidelíssima  
**El Rei Senhor Dom Carlos I.**

nascido aos 28 de Setembro de 1863;

e de

Sua Alteza Real  
**Senhor Dom Luiz Filipe,  
Duque de Bragança,**

nascido aos 21 de Março de 1887.

vítimas do horreroso e fatal atentado, que, no dia 1.º de Fevereiro de 1908,  
entulou os Corações de todos os bons Portugueses

offerecem, dedicam e consagram este memento de profunda saudade  
os devotados e fieis subditos de

**Sua Majestade Fidelíssima**

residentes em Zanzibar.

Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – *Funeral de El Rey D. Carlos* [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClslInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmlwcmVhbCJd>>.

**Anexo XXXI – O atentado visto em França**



Fonte: *Le Petit Journal. Supplément illustré*. Paris, 1908, 66<sup>e</sup> année, n.º 900.

**Anexo XXXII – Programa fúnebre (Diário do Governo)**

**DIARIO DO GOVERNO N.º 26**

**MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO**

**DIRECCÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO POLITICA E CIVIL**

**1.ª Repartição**

Sua Magestade El-Rei ha por bem ordenar que nos actos funebres para os enterros de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I, Seu muito amado e prezado Pae, e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filippe, Seu muito querido Irmão, os Quaes Deus Tem em Gloria, se observe o ceremonial regulado no seguinte:

**PROGRAMMA**

**1.º**  
Os reaes cadaveres de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I, de saudosissima e nunca assaz deplorada memoria, e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filippe, de memoria igualmente chorada e saudosa, depois de embalsamados, vestidos, encerrados nos seus ataudes, e conduzidos para a Capella do Real Paço das Necessidades, e collocados nas respectivas eças pelos officiaes-mores da Casa Real com a coadjuvação dos reposteiros para isso necessarios, serão velados pelos mesmos officiaes-mores e pelos officiaes da casa militar de El-Rei, tomando logar uns e outros, na forma do estilo, á direita e á esquerda dos ataudes, cujas chaves serão entregues ao mordomo-mor.

Para esse fim e para os mais actos e solemnidades funebres do estilo ficam avisados, pela publicação do presente programma, os officiaes-mores, as outras pessoas da Corte e as mais que a ellas tiverem de concorrer.

**2.º**  
Estes solemnes enterros hão de effectuar-se no dia 8 do corrente na Real Igreja de S. Vicente de Fora, devendo o acompanhamento funebre sair, pelas dez horas da manhã d'esse dia, do Palacio das Necessidades.

**3.º**  
O prestito funebre será precedido de uma força de cavallaria, indo após ella seis porteiros da cama vestidos de capa e volta, seguindo-se as corporações e pessoas particulares que, em memoria das excelsas qualidades do Soberano e Principe fallecidos, quizerem acompanhar os restos mortaes de tão saudosos Monarcha e seu augusto Filho.

**4.º**  
Seguir-se-hão as carruagens dos presidentes e membros dos tribunaes, os da commissão municipal de Lisboa, e bem assim as de todas as pessoas que formarem a Corte e os dos representantes de soberanos estrangeiros, que concorram a esta solemnidade, guardando-se a ordem e a precedencia devidas ás respectivas categorias.

**5.º**  
Segundo a mesma precedencia tomarão depois logar as carruagens da deputação da Camara dos Dignos Pares do Reino, dos Conselheiros de Estado e dos Ministros e Secretarios de Estado.

**6.º**  
Em seguida irão os coches da Casa Real conduzindo:  
1.º O porteiro da Real Camara e moços do guarda-roupa;  
2.º Os gentis-homens da Real Camara de Sua Magestade El-Rei, os ajudantes de campo do mesmo augusto Senhor, os gentis-homens, ajudantes de campo e officiaes ás ordens de Sua Magestade o Rei fallecido e os officiaes ás ordens que foram de Sua Alteza o Principe Real D. Luis Filippe.  
3.º O mordomo-mor da Casa Real, levando a sua insignia, com as chaves dos caixões; o mestre-sala, o reposteiro-mor e o porteiro-mor;  
4.º A coroa, acompanhada por um official da Casa Real;  
5.º As pessoas ecclesiasticas que forem designadas para o acompanhamento dos cadaveres de Sua Magestade e de Sua Alteza Real, os fallecidos Monarcha e Principe;  
6.º Os coches de respeito e dos ataudes dos finados Rei e Principe, uns e outros armados em camarim com panos e cortinas de velludo preto e galões de ouro.

**7.º**  
A cada um dos lados dos coches que conduzirem o Real cadaver e o de Sua Alteza Real irão seis moços da Real Camara com tochas acesas, e por fora d'estes tomarão logar os moços de estribeira, devendo uns e outros caminhar a pé e descobertos entre duas alas de soldados da guarda real, occupando o duque estribeiro-mor, seguido do estribeiro-menor e o commandante da guarda real, todos a cavallo, os logares lateraes que lhes competem.

**8.º**  
Depois do ultimo coche ha de ir formada a guarda real dos archeiros e a casa militar de El-Rei e demais officiaes que forem a cavallo, fechando o prestito uma brigada de cavallaria. A infantaria que estiver postada em alas pelas ruas do transitto tomará a forma devida atrás do prestito, para o acompanhar até o templo de S. Vicente de Fora e dar opportunamente as descargas do estilo.

**9.º**  
O prestito seguirá do Palacio das Necessidades á Travessa do Sacramento, Pampulha, Janellas Verdes, Aterro da Boa Vista, Corpo Santo, Arsenal, Terreiro do Paço, Jardim do Tabaco, Fundição, Paraíso, Campo de Santa Clara e Arco Grande de S. Vicente de Fora.

**10.º**  
O duque estribeiro-mor, encarregado da direcção do acompanhamento, dará as providencias necessarias para serem collocados no logar que lhes competir todos os elementos do prestito, sendo coadjuvado neste serviço pelos empregados da sua dependencia, pelos soldados da guarda real e pelos da guarda municipal, que para isso forem indispensaveis.

**11.º**  
Assim que o prestito chegar a S. Vicente de Fora serão os caixões tirados dos respectivos coches e collocados em pouso pelos dignitarios competentes, de onde serão depois conduzidos em esquifes pela irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde o adro até as primeiras eças, onde a collegiada da mesma Santa Casa ha de cantar os responsorios da sua competencia, devendo ser levados d'ali pelos dignitarios ás segundas eças no centro da quadratura patriarchal.

**12.º**  
No templo, devidamente armado para as orações funebres, haverá tambem preparadas duas tribunas para serem nellas recebidos o corpo diplomatico e os membros do legislativo, bem como os assentos para a Corte, para os tribunaes e commissão municipal de Lisboa, dignitarios e mais pessoas, que concorrerem a esta solemnidade. Ao mestre sala incumbe a direcção do ceremonial da Corte dentro do templo, devendo indicar a cada individuo o logar que lhe competir, e prover á regularidade do serviço a seu cargo.

**13.º**  
O Reverendissimo Prelado diocesano, assistindo com o Cabido da Santa Sé Patriarchal á recepção dos cadaveres dos finados Soberano e Principe, e logo que os caixões estejam collocados sobre as segundas eças, mandará rezar as orações que forem proprias e deverem ter logar por esta occasião.

**14.º**  
Acabados os actos religiosos serão os cadaveres dos mesmos Augusto Senhor e Real Principe depositados no Real jazigo, devendo os dignitarios, que os levarem assinar depois, como testemunhas, juntamente com as mais pessoas competentes, os dois termos da entrega dos caixões e de uma das respectivas chaves ao dito prelado.

**15.º**  
No acto da entrega, feita pelo mordomo-mor, ha de este prestar juramento de se acharem encerrados nos caixões os restos mortaes de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filippe, e de terem sido por elle vistos e reconhecidos antes de encerrados, havendo depois d'isso acompanhado os mesmos caixões fechados com as chaves de que é portador. A segunda chave de cada um d'elles e um dos termos da entrega devem ser depositados no Real Archivo da Torre do Tombo; o outro termo ha de guardar-se no Ministerio do Reino.

**16.º**  
Todas as pessoas que concorrerem aos actos funebres irão vestidas com os seus uniformes e de luto pesado.

**17.º**  
No que não esteja expresso ou previsto neste programma os dignitarios, autoridades e mais pessoas, a quem incumba a sua execução, devem tomar as providencias convenientes para o seu bom e devido cumprimento.

Paço das Necessidades, em 3 de fevreiro de 1908. — João Ferreira Franco Pinto Castello Branco.

Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – Funeral de El Rey D. Carlos [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmlVhbCJd>>.

**Anexo XXXIII – Documento com orientações sobre as cerimónias fúnebres**

Ministerio  
dos  
Negocios Estrangeiros Em cumprimento das Determinações de Sua  
Direcção Geral Excellencia o Ministro devem os correios: Fernão  
dos Negocios Politicos Mello e Alfredo Villaiva achar-se amanha 25 do  
e Diplomaticos 2ª Repartição corrente por occasião das Exequias que hão de celebrar  
se na Igreja de Santa Maria de Belem, com a devida  
antecedencia, a porta da sacristia d'este templo  
afim de reconhecerem os senhores do corpo Diplo-  
matico e lhes indicarem o caminho para a Tribu-  
na que lhes está reservada.  
Direcção Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos  
em 24 de Abril de 1908

Servindo de Secretario Geral

entre os  
Filippe  
24 Abril 1908  
me aug

Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – Funeral de El Rey D. Carlos [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbClIsInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmVhbCJd>>.

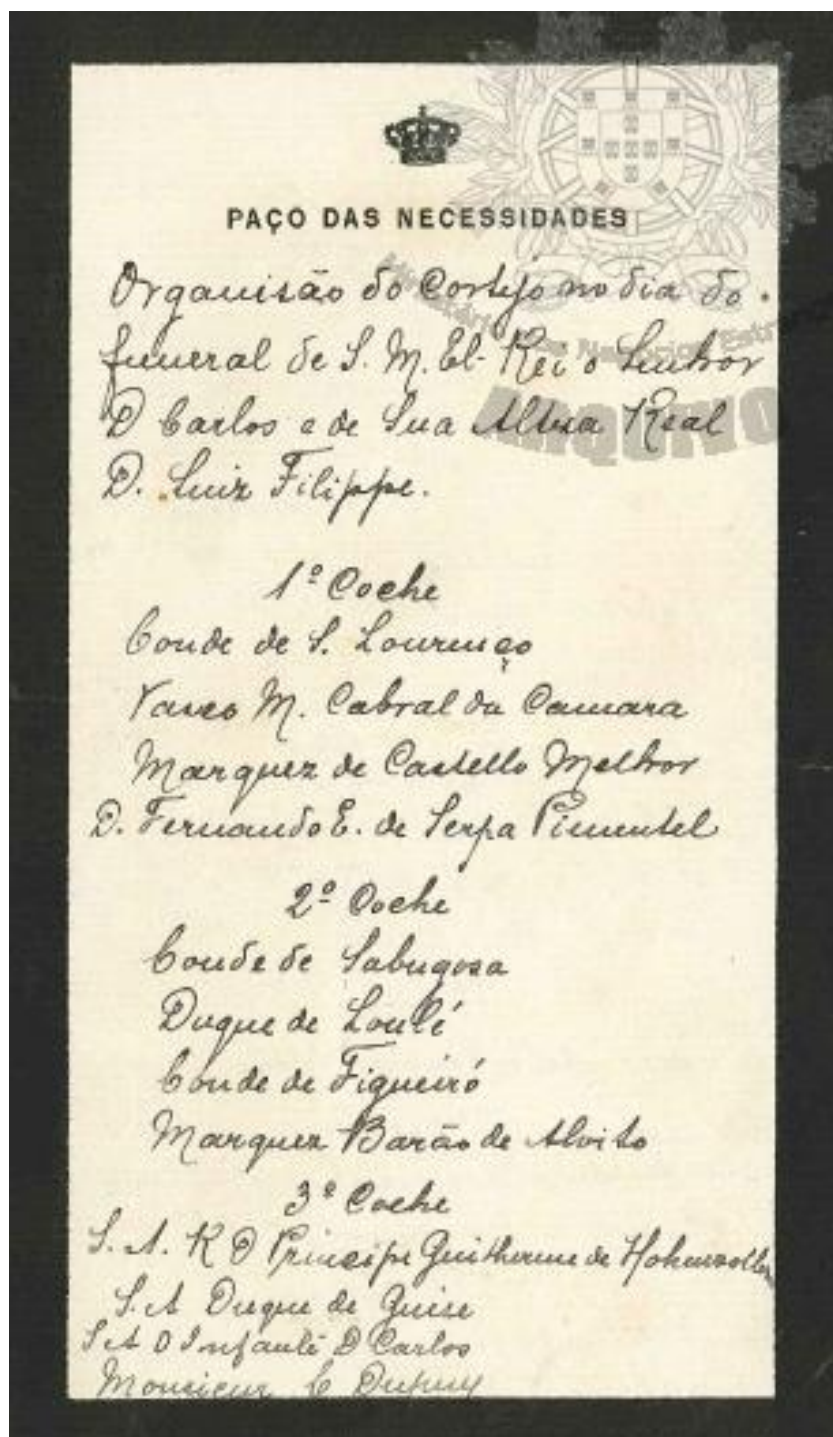
**Anexo XXXIV – Espada e capacete de D. Carlos e D. Luís Filipe durante o cortejo fúnebre**



*Funerais de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real. Em S. Vicente, aguardando os reais féretros: O Visconde de Asseca, General Charters de Azevedo, D. Fernando Serpa e Marquês de Lavradio, com os capacetes e espadas de El-Rei e do Príncipe*

Fonte: ALMEIDA, José Luíz de coord. – *Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*.  
Lisboa: Edições Ática, 1947, [S.p.].

**Anexo XXXV – Funeral de D. Carlos e D. Luís Filipe: precedência dos coches  
cortejo fúnebre**

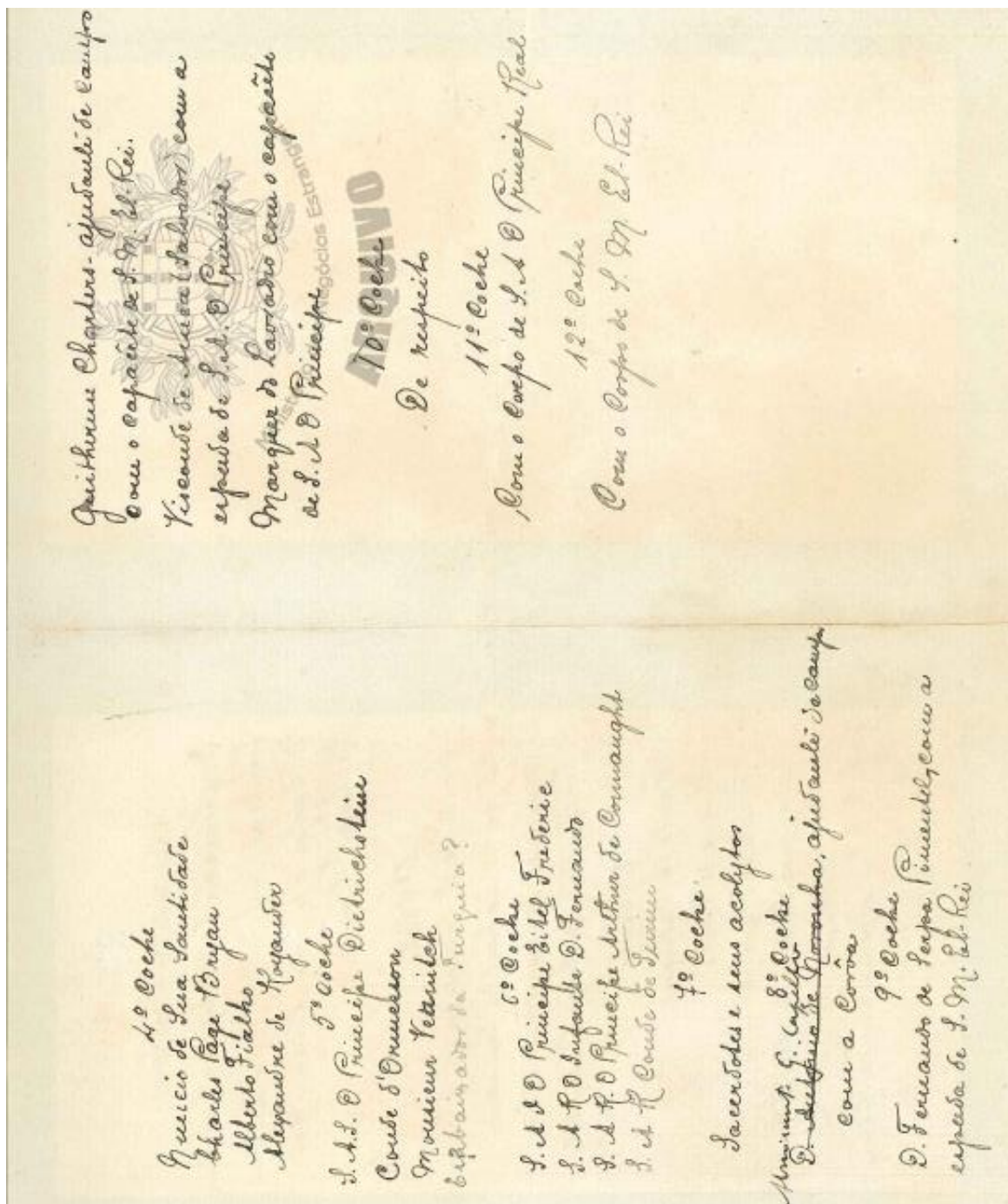


Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – Funeral de El Rey D. Carlos [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliwicmVhbCIsInByXHUwMGVkbmNpcGUgcmlwVhbCJd>>.

**Anexo XXXV – Funeral de D. Carlos e D. Luís Filipe: precedência dos coches  
cortejo fúnebre (cont.)**



Fonte: INSTITUTO DIPLOMÁTICO – Funeral de El Rey D. Carlos [em linha].

[Consult. 15/09/2023]. Disponível na internet: <URL:

<https://idi.mne.gov.pt/pt/arquivo-e-biblioteca/documentos-e-efemerides/funeral-de-el-rey-d-carlos?highlight=WyJwclx1MDBIZG5jaXBlliicmVhbClInByXHUwMGVkbmNpcGUqcmVhbCJd>>.

**Anexo XXXVI – Pagela *In Memoriam* (capas e miolo)**



O' Mãe Compassiva dos Pecadores!  
Rogae por Nós.

PREITO DE SAÚDE E AMOR

1-2-908 ——— 1-2-932



O' Morte Amara do Meu Jesus!  
O' Sangue Derramado na Cruz!  
O' Paixão Dolorosa do Redemptor!  
O' Vida e Anceio do Meu Amor!

1-2-908      **IN MEMÓRIAM**      1-2-932

**À Memoria Sagrada e Veneranda de S. M. o Rei, o Senhór D. Carlos, e de seu Augusto Filho, o Príncipe Real, o Senhór D. Luiz Filipe, No 24.º Anniversario de suas Mortes.**

**MARTYRES DA PATRIA**

O **Dia 1 de Fevereiro** de cada Anno que passa em **Portugal**, põe diante dos olhos de todos os Portuguezes em todo o seu horrór trágico, o espectáculo de um crime sem nome—e talvez, irreparavel, que victimou um **Bom, Sabio e Prestigioso Rei, sinceramente devotado à Causa Nacional** e um **Príncipe Gentil**, flór que mal desabrochava na adolescencia promettedora de um auspicioso futuro.

Quem vivia então, e vive hoje ainda, não pode negar que esta **data tragica**, marca a separação de duas maneiras de ser d'esta Nossa Terra Portuguesa, que tenta sofrendo as consequencias do Regicídio, limpar as mãos do Sangue Innocente, vertido iniquamente no **Altar da Patria**.

Recordar que a este **Crime nefando**, fóra preparado ambiente favoravel, que por assim dizer, o tornava **colectivo**, é dizer a verdade.

E como, disse alguém, o cronómetro porque se medem as vicissitudes da vida das Nações, não é o mesmo que regula as febricitantes existências individuos, nada surpreendeu que a Justiça viesse lenta, mas infalivel, impôr com a verdade a expiação que oxalá nos redima e salve.

Elevêmos, pois, a **Deus**, n'este grande **Dia de luto**, as nossas Orações pelos **Martyres da Patria**.

Que a nossa **Alma contrita**, sob a mais profunda humildade, **Lhes** peça Perdão e Auxilio.

**Perdão para o Crime sem nome.**  
**Auxilio para as dificuldades da Patria.**

**REZEMOS POR ELLES:**

Já que não podemos restituir-Lhes a **Vida** que **Lhes** roubaram, ao menos saibámos levár ás **Suas Almas** purificadas no sangue do **Seu Martyrio**, as **flôres** mais viçosas e belas da nossa piedosa e comovida **Saudade** e a afirmação mais forte do **Nosso Arrependimento** nas **Preces Publicas** e particulares que em honra d'Elles dirigimos a **Deus**, n'este **Dia, 24.º Aniversario de Suas Mortes**.

\* \* \* \* \*

*"Concedei, ó Divino Jesus, ás Almas dos Martyres que sufragámos, a Paz Serena da Vossa Gloria e fazei que Descansem em Páz.,"*

P. N. A. M.

---

**Para as Imponentissimas Homenagens de Fé, de Caridade e Amor do proximo Dia 1 de Fevereiro em honra dos Nossos Queridos Martyres recebe qualquer Donativo, que lhe pode ser entregue ou enviado à**

**R. Augusta, 175, (Maison S. Joseph) Lisboa**

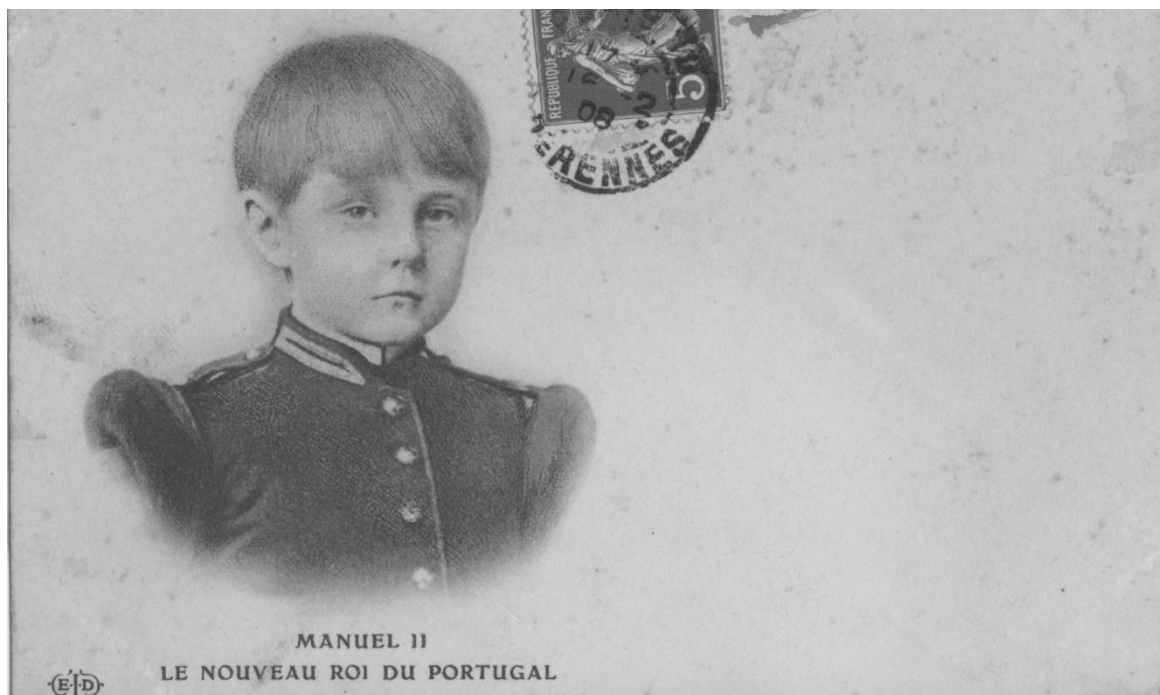
**O que tem a subida honra de se subscrever com toda a consideração**

**de V. Ex.<sup>a</sup> m.to att.º V.dor**  
**m.to grato e reconhecido**

LISBOA      P.e Duacte Netto  
1-2-1932

Bertrand (Irmãos), Ltd.

**Anexo XXXVII – D. Manuel II: o novo rei de Portugal (com fotografia de D.  
Luís Filipe)**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XXXVIII – Suas Majestades nos Açores**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo XXXIX – Farol da Guia**



Fonte: FERNANDES, Carla Varela [et al.] – *Mar! Obra artística do rei D. Carlos*.  
Estoril: Sete Mares, 2007, p. 94.

**Anexo XL – Exportação de Portugal para o Brasil (1796-1831)**

#### D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

Anos	Vinho	Produtos Industriais
1796	308,3	2534,6
1797	411,9	2897,9
1798	536,5	4202,3
1799	436,7	5609,7
1800	358,8	3810,8
1801	601,6	4029,3
1802	466,6	3546,8
1803	599,8	2864,3
1804	1035,5	3433,8
1805	933,3	2641,4
1806	1024,6	1973,6
1807	965,4	1603,7
1808	(f)	220
1809	452	979,8
1810	433,7	881,4
1811	280,8	1228,8
1812	338,4	924,4
1813	976,7	1096,6
1814	911,2	1244,2
1815	1312,7	1552,1
1816	1830,2	1869,3
1817	1581,9	1878,9
1818	1617	2415,2
1819	2188	1904,8
1820	2016,5	1531,3
1821	1423,4	1722,9
1822	1373,7	1274,9
1823	1171,3	994,4
1824	947,1	1046
1825	1082,8	1364,5
1826	1326,7	1034,8
1827	1336,3	923,8
1828	1395,2	897,5
1829	1187,6	1180,2
1830	970,2	1098,2
1831	411,8	456

Fonte: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. vol. 4. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 40.

**Anexo XLI – Exportações das manufaturas nacionais para o Brasil e  
domínios (1796-1830)**

D. Luís Filipe, Portugal e o mar (1887-1908): relações e importância.

	Tecidos					Chapéus	Ferragens <sup>(a)</sup>	Diversos	Total
	Algodão	Lanifícios	Linhos	Sedas	Ouro e Prata				
1796	(536,0) <sup>(b)</sup>	(244,5)	(691,6)	380,8	(43,4)	(c)	119,2	546,4 <sup>(d)</sup>	2 561,9
1797	(1136,0)	(242,0)	(1817,0)	397,2	(87,2)	(c)	105,1	411,4 <sup>(d)</sup>	2 969,4
1798	1 609,8	317,4	1 046,2	528,8	94,8	242,1	133,9	292,5	4 265,5
1799	(1 952,1)	(480,4)	1 318,2	668,0	(87,9)	393,7	108,8	690,3 <sup>(e)</sup>	5 741,1
1800	(1 004,8)	(373,0)	1 028,7	434,4	(59,7)	308,6	95,3	633,3 <sup>(e)</sup>	3 937,8
1801	947,3	295,3	1 873,3	257,3	65,3	298,8	111,6	275,0	4 123,9
1802	1 233,0	223,1	1 018,0	262,2	70,4	444,7	226,3	219,2	3 696,9
1803	1 097,0	215,3	711,2	288,6	60,1	230,4	170,4	172,0	2 945,0
1804	1 434,0	223,2	782,8	305,7	54,4	338,3	166,9	241,3	3 546,6
1805	1 039,0	107,6	800,9	185,5	41,0	197,9	148,1	177,5	2 697,5
1806	735,9	123,1	556,8	133,8	41,5	181,8	116,8	163,9	2 053,6
1807	633,8	119,2	460,5	97,7	20,0	134,5	71,6	143,6	1 680,9
1808	95,6	24,0	4,0	41,4	4,9	(c)	(c)	57,4 <sup>(d)</sup>	227,3 <sup>(f)</sup>
1809	186,7	33,8	486,6	89,6	10,5	105,5	52,6	25,6	990,9
1810	131,8	11,4	365,1	95,8	26,7	124,5	99,5	40,1	894,9
1811	40,7	3,4	712,3	115,3	23,6	177,2	122,5	27,3	1 222,3
1812	40,2	40,5	363,0	84,4	22,0	176,2	181,3	33,8	941,4
1813	149,2	2,9	370,9	162,8	19,7	166,7	179,8	54,3	1 106,3
1814	264,9	14,4	388,7	151,5	28,2	187,7	157,0	90,3	1 282,7
1815	342,0	16,4	448,7	180,8	49,5	223,9	222,1	120,3	1 603,7
1816	467,4	10,7	493,4	258,4	80,5	268,3	257,6	64,1	1 890,4
1817	509,5	13,6	497,0	211,4	65,2	218,8	315,5	108,2	1 939,2
1818	608,4	43,1	803,7	228,6	60,1	207,1	343,4	184,7	2 479,1
1819	456,3	40,6	419,7	250,4	72,2	219,3	313,5	194,1	1 966,1
1820	311,2	23,9	383,0	258,9	74,0	243,6	185,9	115,5	1 596,0
1821	406,1	6,3	372,7	311,0	36,1	298,9	251,5	81,5	1 764,1
1822	379,7	7,9	288,0	145,7	17,8	212,4	161,4	96,2	1 309,1
1823	251,9	2,4	361,1	73,3	8,7	181,1	132,1	44,1	1 054,7
1824	257,6	2,1	328,2	121,7	28,2	225,0	113,5	46,7	1 123,0
1825	368,9	5,1	301,1	183,9	41,1	316,7	152,0	130,9	1 499,7
1826	258,9	1,8	217,7	113,1	32,0	241,7	192,1	99,4	1 156,6
1827	333,9	1,7	169,5	92,9	24,7	130,7	196,8	90,3	1 040,5
1828	278,9	2,7	118,5	73,4	24,2	145,0	274,3	48,7	965,8
1829	317,2	0,3	212,3	97,4	26,8	216,5	252,3	111,8	1 234,6
1830	256,4	4,6	193,0	99,8	45,6	207,3	248,4	106,3	1 161,4

Fonte: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti dir. – *História da Expansão Portuguesa: do Brasil para África (1808-1930)*. vol. 4. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 218.

**Anexo XLII – Revista *A parodia* – “A grande mão”**



Fonte: A grande mão. *A paródia*. Ano 2, n.º 101, (dez. de 1901), capa.

**Anexo XLIII – O *Ultimatum* Inglês e a resposta portuguesa (excerto)**

**Memorandum apresentado pelo ministro de Inglaterra  
mr. Petre, em 11 de janeiro de 1890**  
(Tradução)

O governo de Sua Magestade não pôde aceitar como satisfactorias ou sufficientes as seguranças dadas pelo governo portuguez taes como as interpreta. O consul interino de Sua Magestade em Moçambique telegraphou citando o proprio major Serpa Pinto, que a expedição estava ainda occupando o Chire, e que Katunga e outros logares mais no territorio dos makololos iam ser fortificados e receberiam guarnições. O que o governo de Sua Magestade deseja e em que insiste é no seguinte:

Que se enviem ao governador de Moçambique instrucções telegraphicas immediatas, para que todas e quaesquer forças militares portuguezas actualmente no Chire e nos paizes dos makololos e mashonas se retirem. O governo de Sua Magestade entende que sem isto as seguranças dadas pelo governo portuguez são illusorias.

Mr. Petre ver-se-ha obrigado, á vista das suas instrucções, a deixar immediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação, se uma resposta satisfactoria á precedente intimação não for por elle recebida esta tarde; e o navio de Sua Magestade *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens.

Legação britannica, 11 de janeiro de 1890.

**O sr. Henrique de Barros Gomes ao sr. George G. Petre**  
Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.—O governo portuguez julgava, e julga, haver, com a sua nota de 8 do corrente, satisfeito por inteiro quanto d'elle reclamava o de Sua Magestade Britannica. Antecipando-se á segurança de uma justa reciprocidade, que deveria constituir o natural preliminar das suas resoluções, apressou-se a enviar para Moçambique as ordens mais terminantes no sentido de fazer respeitar desde logo, em toda a provincia, o compromisso que tomára, no intuito de facilitar a realisação de um accordo com a Gran-Bretanha, pelo qual o governo portuguez sempre pugnou.

O governo de Sua Magestade mantem igualmente o pleno direito que lhe assiste, quando a sua resposta não lograsse satisfazer a Inglaterra, de collocar-se ao abrigo do que preceitua o artigo 12.<sup>o</sup> do acto geral da conferencia de Berlim, recente e solemne compromisso em que a Gran-Bretanha, como todas as potencias signatarias, se obrigou a aceitar a mediação, e a recorrer facultativamente á arbitragem, como meio de resolver pendencias da natureza d'aquella que inesperadamente se levantou com Portugal.

Pelo memorandum que v. ex.<sup>a</sup> me entregou em 10 do corrente formula-se, porém, a titulo de explicação, o que o governo de Sua Magestade reputa uma exigencia inteiramente nova, que, pela sua extrema gravidade, não poderia ter deixado de vir expressa e claramente formulada em a nota de v. ex.<sup>a</sup> de 5 do corrente, se então estivesse na mente do governo de Sua Magestade Britannica realisal-a. Refiro-me á retirada para o sul do Ruô, fronteira que não pôde ser reconhecida por Portugal, de quaesquer forças portuguezas que se conservassem ainda hoje no paiz dos makololos, e até á retirada de quaesquer postos militares, estabelecidos pacificamente, com a plena e inteira acquiescencia dos naturaes, nos territorios que a Inglaterra chama dos Matebele e Mashona.

Ainda mesmo antes de conhecida a resposta do governo portuguez a esta nova exigencia, era-me por v. ex.<sup>a</sup> entregue um outro memorandum em 11 do corrente, no qual, sobre a base de declarações attribuidas ao major Serpa Pinto (que aliás desde muito saíra do Chire com toda a

que recebera propostas em carta fechada, de se meter em de 27 do corrente mez de janeiro, para o fornecimento de 6:000 kilogrammas de soda caustica (lexivia dos saboeiros), destinada ao serviço da officina de fusão de sebo no matadouro municipal d'esta cidade.

As respectivas condições estão patentes na secretaria da mesma camara.

Faços do concelho, 13 de janeiro de 1890. — O secretario da camara, *João Augusto Marques*.

**ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE CASTELLO DE VIDE**  
**Edital**

João Juzarte de Barros Moraes Sarmento, administrador do concelho de Castello de Vide, por mercê de Sua Magestade Fidelissima, que Deus guarde, etc.

Faço saber que a esta administração baixou, a fim de ser intimado, o accordão do tribunal de contas n.º 25:376 do teor seguinte:

«Accordam os do conselho no tribunal de contas:  
Visto o relatorio de fl. ... e o ajustamento de fl. ..., organizado em presença dos documentos justificativos da responsabilidade do chefe da estação telegraphica de Castello de Vide Henrique Carlos de Sá, no periodo decorrido desde 8 de setembro de 1883 até 30 de junho de 1885;  
Vistas as leis e mais disposições em vigor;  
Considerando achar-se provado que o debito do mencionado responsavel importa em 200\$319 réis, o credito em 177\$394 réis e o saldo em 19\$970 réis; alcance do responsavel 2\$955 réis nas especies designadas no referido ajustamento, que depois de devidamente rubricado pelo signatario relator fica fazendo parte integrante d'este accordão:

Julgam devedor á fazenda Henrique Carlos de Sá na quantia de 2\$955 réis e juros da móra na fórma da lei, pela sua gerencia de chefe da estação telegraphica de Castello de Vide desde 8 de setembro de 1883 até 30 de junho de 1885, devendo responder na conta immediata pelo saldo (a) de 19\$970 réis, que n'esta se abona.

Lisboa, 3 de dezembro de 1889. — *Thomás Ribeiro* — *Correia Barata* — *Gama Barros*. — Fui presente, *Carvalho*.»

(a) Este saldo compõe-se das seguintes especies:	
Dinheiro de deposito e adiantamentos .....	4\$000
Dinheiro de rendimento telegraphico .....	15\$970
Total — Réis .....	19\$970

•Está conforme. — Segunda repartição da direcção geral do tribunal de contas, 14 de dezembro de 1889. — *Antonio Bernardo de Carvalho*.»

E porque seja ausente em parte incerta Henrique Carlos de Sá, pelo presente edital é intimado para no prazo de trinta dias, contados da segunda e ultima publicação na folha official, apresentar quesquer reclamações para o tribunal de contas.

E para constar se faz publico a fim de que o interessado não allegue ignorancia.

Administração do concelho de Castello de Vide, 3 de janeiro de 1890. — O administrador do concelho, *João Juzarte de Barros Moraes Sarmento*.

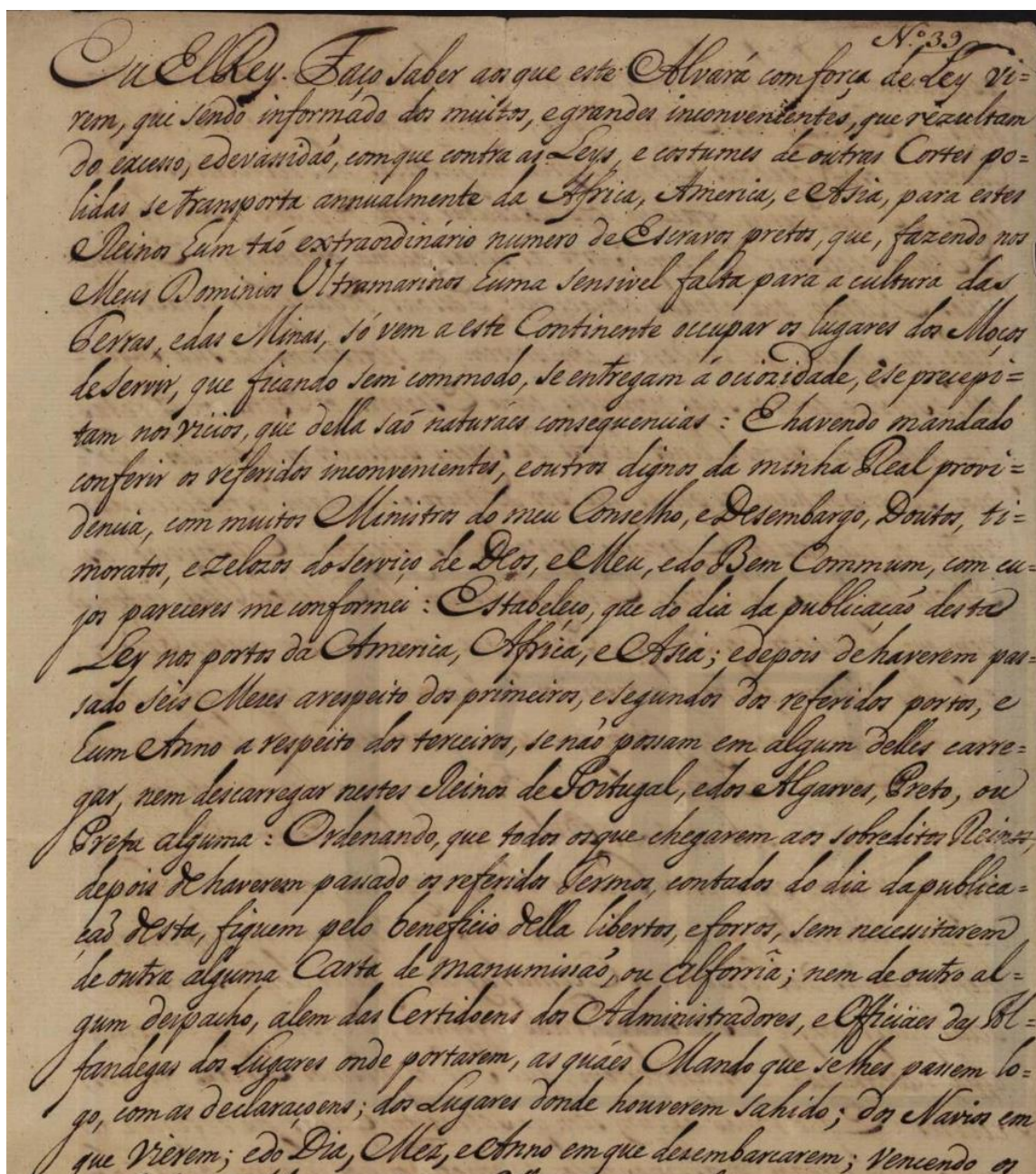
**PROCURADORIA REGIA DA RELAÇÃO DE LISBOA**

Pela procuradoria regia da relação de Lisboa se faz publico achar-se a concurso os seguintes fornecimentos:

Para as cadeias civis — 20 leitos de ferro, 100 lençoes de algodão crú, 50 fronhas para travesseiro, 50 toalhas de mãos, 50 toalhas de mesa, 4 toalhas de mesa grandes.

Fonte: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Sessão n.º 10 (14/01/1890), p. 85. [Consult. 25/09/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=1&tipo=a-diario&filename=1890/01/14/D\\_0010\\_1890-01-14&pag=10&txt=salisbury](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1890&mes=1&tipo=a-diario&filename=1890/01/14/D_0010_1890-01-14&pag=10&txt=salisbury)>.

**Anexo XLIV – Alvará com força de lei determinando que os escravos pretos que forem trazidos da América, África e Ásia... (excerto)**

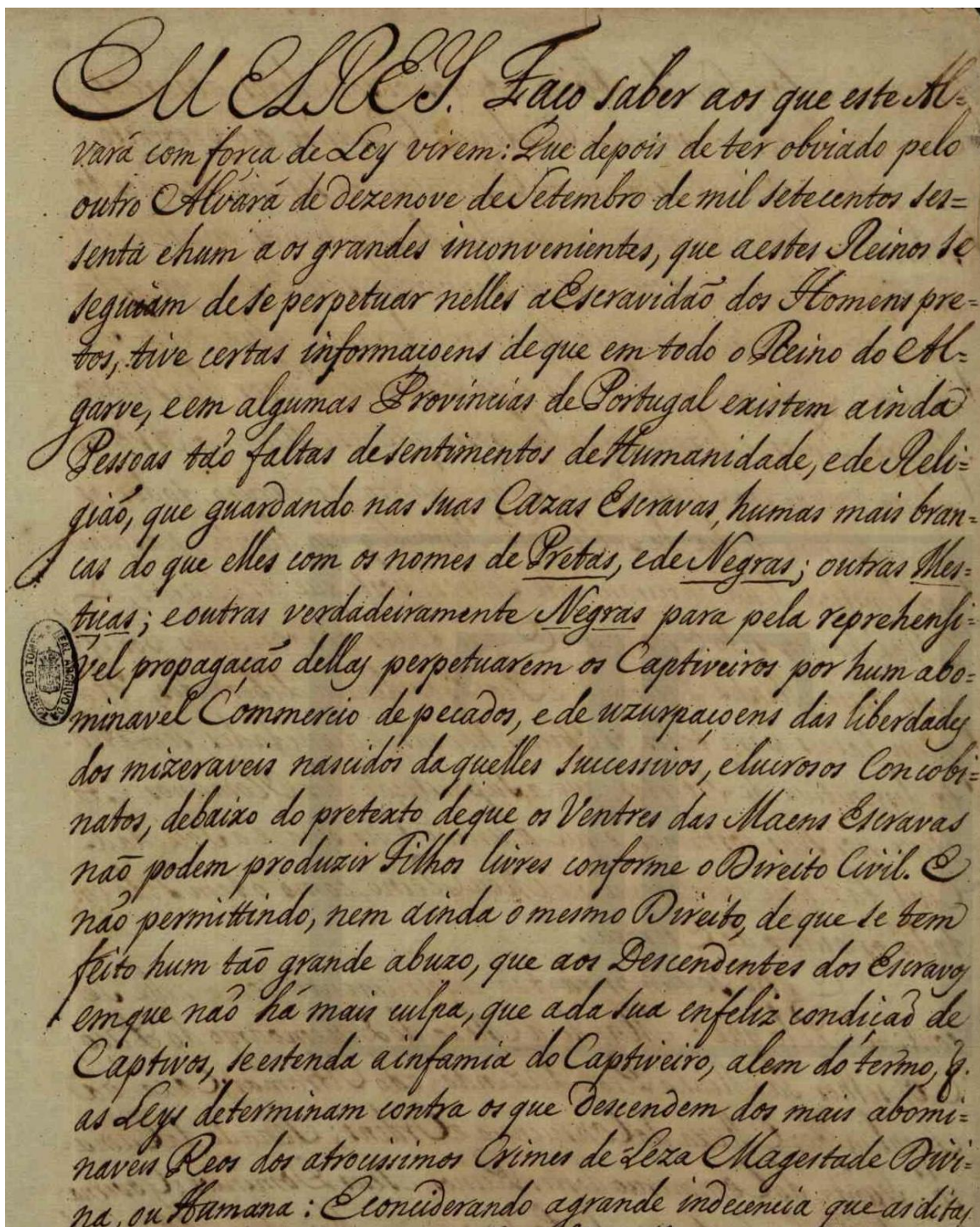


N.º 33  
Em El Rey. Fazo saber aos que este Alvará com força de Ley vi-  
rem, que sendo informados dos muitos, e grandes inconvenientes, que resultam  
do caueo, e devianças, com que contra as Leys, e costumes de outras Cortes po-  
tidas se transporta anualmente da Africa, America, e Asia, para estes  
Reinos um tão extraordinário numero de Escravos pretos, que, fazendo nos  
Meus Dominios Ultramarinos uma sensivel falta para a cultura das  
Terras, e das Minas, se vem a este Continente occupar os lugares dos Moços  
de servir, que ficando sem commodos, se entregam á ociosidade, e se procepo-  
tam nos vícios, que della são naturaes consequencias: E havendo mandado  
conferir os referidos inconvenientes, e outros dignos da minha Real provi-  
dença, com muitos Ministros do meu Conselho, e Desembargo, Douctos, ti-  
moratos, e de laços do serviço de Deus, e Meu, e do Bem Commum, com cu-  
jos pareceres me conformei: Estabeleço, que do dia da publicação desta  
Ley nos portos da America, Africa, e Asia; e depois de haverem pas-  
sado seis Mezes arripaço dos primeiros, e segundos dos referidos portos, e  
um Anno a respeito dos terceiros, se não porem em algum dells carre-  
gas, nem descarregar nestes Reinos de Portugal, e dos Algarves, Preto, ou  
Preto alguma: Ordenando, que todos os que chegarem aos sobreditos Reinos,  
depois de haverem passado os referidos termos, contados do dia da publica-  
ção desta, fiquem pelo beneficio della libertos, e forros, sem necessitarem  
de outra alguma Carta de manumissão, ou Alforria; nem de outro al-  
gum despacho, alem das Certidões dos Administradores, e Officiaes das Al-  
fândegas dos lugares onde portarem, as quaes Mando que se lhes porem lo-  
go, com as declarações; dos lugares donde houverem sahido; dos Navios em  
que vierem; do Dia, Mes, e Anno em que desembarcarem; vencendo os

Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Alvará com força de lei  
determinando que os escravos pretos que forem trazidos da América, África e  
Ásia, passando o tempo que menciona, sejam considerados livres logo que  
cheguem aos portos deste reino, sem outra formalidade mais que passarem-lhes  
nas respectivas alfândegas, a competente certidão de terem nelas entrado [em  
linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e Ordenações, Leis, mç. 6, n.º 40.2. [Consult.  
19/10/2022]. Disponível na internet: <URL:

<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4662332>>.

**Anexo XLV – Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal... (excerto)**

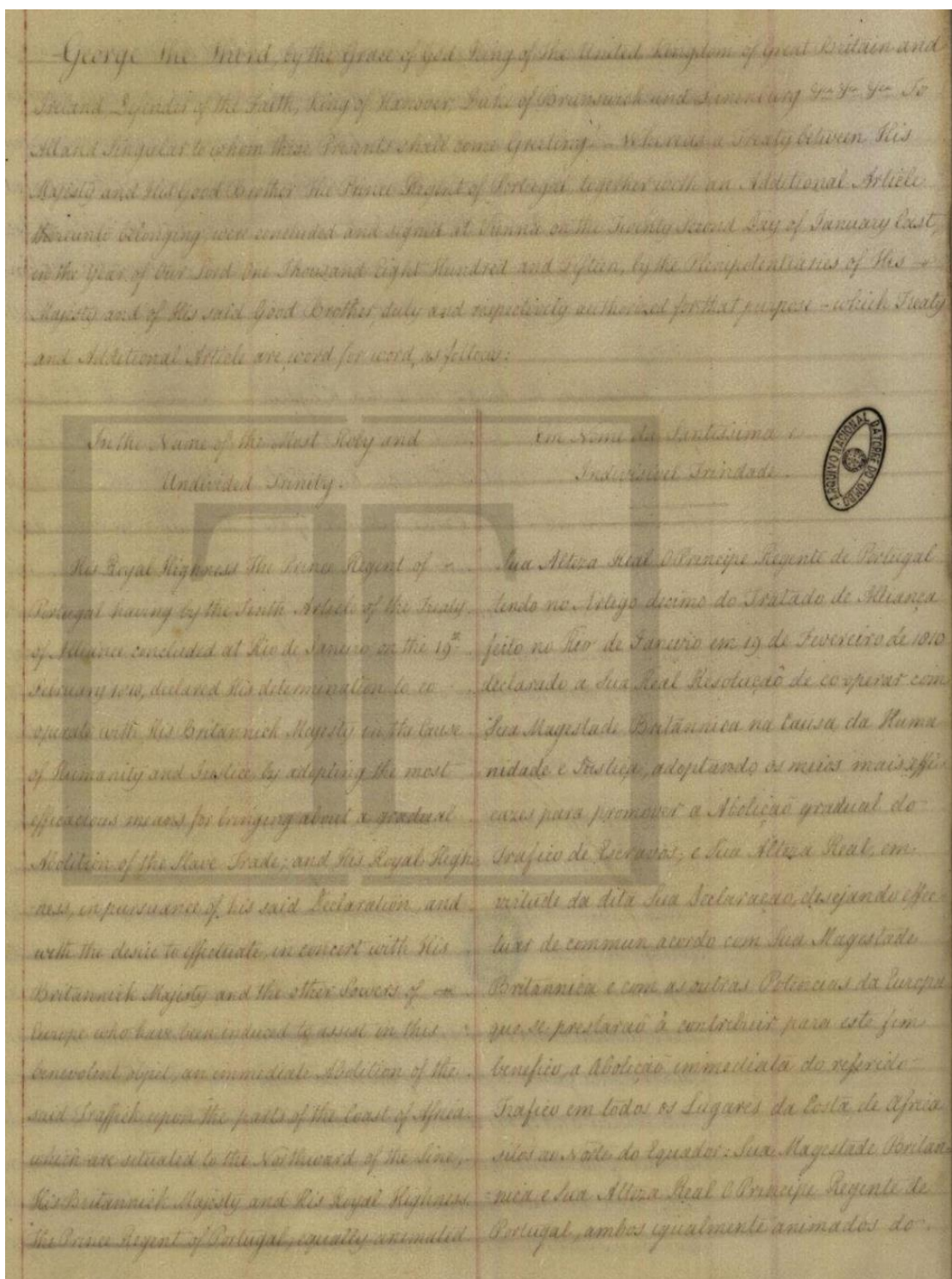


EU REY. Faço saber aos que este Alvará com forza de Ley virem: Que depois de ter obviado pelo outro Alvará de dezenove de Setembro de mil setecentos sessenta e hum a os grandes inconvenientes, que a estes Reinos se seguissem de se perpetuar nellas a Escravidão dos Homens pretos, tive certas informaçoes de que em todo o Reino do Algarve, e em algumas Provincias de Portugal existem ainda Pessoas tão faltas de sentimentos de Humanidade, e de Religião, que guardando nas suas Casas Escravas, humas mais brancas do que ellas com os nomes de Pretas, e de Negras; outras Mestiças; e outras verdadeiramente Negras para pela reprehensivel propagação dellas perpetuarem os Captiveiros por hum abominavel Commercio de peccados, e de usurpacoes das liberdades dos miseraveis nascidos daquelles successivos, e suerosos Concubinos, debaixo do pretexto de que os Ventres das Maens Escravas não podem produzir Filhos livres conforme o Direito Civil. E não permitindo, nem ainda o mesmo Direito, de que se tem feito hum tão grande abuso, que aos Descendentes dos Escravos em que não há mais culpa, que a da sua infeliz condição de Captivos, se estenda a infamia do Captiveiro, alem do termo, q. as Leys determinam contra os que Descendem dos mais abominaveis Reos dos atrocissimos Crimes de Lesa Magestade Divina, ou Humana: E considerando a grande indecencia que as ditas

Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – Alvará determinando as providências precisas para pôr termo à escravidão em que, no reino do Algarve e em outras províncias de Portugal, vive ainda uma grande quantidade de negros e mestiços [em linha]. Lisboa: [S.n.], Leis e ordenações, Leis, mç. 7, n.º 108.

[Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL:  
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4662389>>.

**Anexo XLVI – *Ratificação pelo rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ao tratado com D. João... (excerto)***



Fonte: ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO – *Ratificação pelo rei Jorge III, do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, ao tratado com D. João, príncipe regente de Portugal* [em linha]. Lisboa: [S.n.], *Tratados, Inglaterra*, cx. 7, n.º 5. [Consult. 19/10/2022]. Disponível na internet: <URL: <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4615132>>.

**Anexo XLVII – Decreto de Abolição da Escravatura (excerto)**

<p><b>T</b>OMANDO em consideração o Relatório dos Secretarios d'Estado das differentes Repartições, Hei por bem Decretar o seguinte:</p> <p>Artigo 1.º Fica prohibida a exportação de escravos, seja por mar ou por terra, em todos os Dominios Portuguezes, sem excepção, quer sejam situados ao norte, quer ao sul do equador, desde o dia em que na Capital de cada um dos ditos Dominios for publicado o presente Decreto.</p> <p>Art. 2.º E' do mesmo modo prohibida a importação de escravos feita por mar, sob qualquer pretexto que se pretenda fazer.</p> <p>§. unico. Todo o escravo que for importado por terra deverá ser competentemente manifestado á sua chegada ao Territorio Portuguez.</p> <p>Art. 3.º E' exceptuada das regras estabelecidas nos Artigos 1.º, e 2.º a exportação e importação dos escravos feita por um Colono, quer nacional, quer estrangeiro, que de uma parte dos Dominios Portuguezes em Africa for estabelecer-se em outra parte dos mesmos Dominios no Continente, ou Ilhas Africanas.</p> <p>§. unico. E' do mesmo modo exceptuada da regra estabelecida no Artigo 2.º a importação de escravos por mar feita por um Colono, quer nacional, quer estrangeiro, que de qualquer paiz não sujeito á Minha Corôa vier estabelecer-se em algum dos Dominios della em Africa.</p> <p>Art. 4.º A faculdade concedida pelo Artigo 3.º <i>in principio</i> deste Decreto será regulada pela maneira seguinte:</p> <p>§. 1.º O numero de escravos exportados, ou importados, segundo a permissão excepcional de que trata o referido Artigo 3.º <i>in principio</i>, nunca poderá ser mais de dez.</p> <p>§. 2.º Antes da exportação declarará o senhor dos escravos, perante a Authoridade superior da Alfandega do porto em que embarca, o numero de escravos que leva, prestando fiança idonea, e correspondente ao duplo do valor dos escravos que pretende exportar, de como effectivamente os ha de desembarcar no logar a que declarou destinar-se.</p>	<p>Reinos, e Ilhas adjacentes, e mais portos da Monarchia, para navegarem para a Africa ao sul do paralelo do vigesimo grão de latitude septentrional, serão visitados no dia da sua saída pela Authoridade civil do porto, acompanhada de um dos principaes Empregados da Alfandega, ou na falta destes por um Official de fé, os quaes sob sua responsabilidade examinarão com o maior escrupulo e vigilancia o Navio; e não achando cousa que cause suspeita, o deixarão partir livremente.</p> <p>§. 1.º Encontrando porém objectos que indiquem que o dito Navio vai empregar-se no trafico de escravos, serão estes objectos tomados como contrabando, ficando incursos os interessados no Navio, o Capitão, ou Mestre, os Pilotos, e os Carregadores d'elle, nas penas abaixo declaradas (Artigo 17.º).</p> <p>§. 2.º Depois da visita nada poderá ser recebido a bordo do Navio.</p> <p>§. 3.º No caso de o Navio não ser condemnado; deixando com tudo suspeitas de que se destina ao trafico de escravos, poderá a Authoridade competente exigir fiança sufficiente dos interessados no mesmo Navio, de que não farão o dito trafico.</p> <p>§. 4.º Se no espaço de 18 mezes não houver denuncia ou accusação contra o affiançado, ser-lhe-ha levantada a fiança; e do mesmo modo lhe será levantada a fiança, ainda quando dentro do referido praso seja accusado, se depois for absolvido.</p> <p>Art. 8.º Os objectos que se consideram indicar o projecto de o Navio se destinar ao trafico de escravos, vão mencionados na Relação annexa a este Decreto, que d'elle faz parte; e vai assignada na data de hoje pelo Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, Presidente do Conselho de Ministros.</p> <p>Art. 9.º Nos Passaportes que se derem aos Navios mercantes para os mencionados Territorios Africanos, irá sempre expressa a clausula, de que sendo encontrados em contravenção a este Decreto pelas Embarcações de guerra Portuguezas, poderão ser por ellas apresadas.</p>
---	--

Fonte: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Sessão n.º 302 (21/12/1836), p. 1416. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet:

<URL:

[https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1836&mes=12&tip\\_o=a-diario&filename=1836/12/21/D\\_0302\\_1836-12-21&pag=2&txt=Aboli%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1836&mes=12&tip_o=a-diario&filename=1836/12/21/D_0302_1836-12-21&pag=2&txt=Aboli%C3%A7%C3%A3o)>.

**Anexo XLVIII – Decreto de abolição da escravatura em todos os domínios portugueses (excerto)**

1.ª O decreto de 14 de dezembro de 1854, que ordenou o registo de todos os escravos;

2.ª A lei de 24 de julho de 1856, que determinou que fossem de condição livre todos os filhos de mulheres escravas, nascidos depois da publicação da mesma lei;

3.ª O decreto de 29 de abril de 1858, que mandou que sejam de condição livre todos os individuos escravos existentes em territorio portuguez no dia em que se completarem vinte annos contados da data do mesmo decreto.

Tambem cumpre lembrar aquellas que aboliram a escravidão na cidade de Macau, na ilha de S. Vicente de Cabo Verde, e em todo o territorio da provincia de Angola, situado ao norte do rio Lifune, no qual existem as povoações e fortes do Ambriz, Bembe, S. Salvador do Congo e outros.

Para se poder apreciar a importancia das disposições do decreto que estabeleceu o registo bastará apontar as seguintes:

1.ª A que declarou livres todos os escravos pertencentes ao estado;

2.ª A que determinou que nenhum individuo possa ser considerado legalmente como escravo, sem que se prove que elle fôra registado dentro do praso marcado no mesmo decreto;

3.ª A que concedeu aos escravos o direito de obterem a sua alforria, independentemente da vontade de seus senhores, comtanto que paguem a estes uma indemnisação fixada por arbitros;

4.ª A que tirou aos senhores o direito de infligir a seus escravos castigos corporaes;

5.ª A que lhes prohibiu separar, em caso de venda de escravos, as mulheres de seus maridos e os filhos menores de suas mães.

Quanto á lei que ordenou que todos os filhos de mulheres escravas nascessem de condição livre, o seu alcance é tal que pelo simples effeito d'esta disposição havia de acabar o estado de escravidão, ainda quando nenhuma outra medida fosse tomada para esse fim.

E pelo que respeita ao decreto de 29 de abril de 1858, para se avaliar a sua importancia, será sufficiente lembrar que elle fixou o dia 29 de abril de 1878 como ultimo da existencia da escravidão em toda a monarchia.

Estas medidas tomadas no curto espaço de quarenta mezes em favor da infeliz classe a que se referem, foram grandes passos dados no caminho que conduz ao fim que se queria conseguir — a abolição da escravidão.

Cumpre pois que n'elle continuemos a progredir com prudencia igual á que até agora se empregou, e isto se alcançará attendendo com espirito de equidade os interesses dos individuos que presentemente são escravos, os interesses dos seus senhores, a utilidade do estado, e as indicações da civilisação christã.

Parece-nos que se poderá obter este resultado se for approvedo o projecto de decreto que temos a honra de apresentar a Vossa Magestade, e no qual se estabelece que o estado de escravidão ficará abolido em toda a monarchia desde a publicação da lei, e que todos os individuos escravos passarão ao estado de libertos. N'esse estado e com as condições estabelecidas no decreto de 14 de dezembro de 1854, hão de permanecer até ao dia designado pelo decreto de 29 de abril de 1858 para a total extincção da escravidão em toda a monarchia.

Como os libertos de que trata o mencionado decreto de 1854, os actuaes escravos ficam sendo considerados livres e em circumstancias muito semelhantes ás dos chinas ou dos trabalhadores da India, que por contratos voluntarios se

Artigo 1.º Fica abolido o estado de escravidão em todos os territorios da monarchia portugueza desde o dia da publicação do presente decreto.

Art. 2.º Todos os individuos dos dois sexos, sem excepção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos, passarão á de libertos, e gosarão de todos os direitos, e ficarão sujeitos a todos os deveres concedidos e impostos aos libertos pelo decreto de 14 de dezembro de 1854.

Art. 3.º Os serviços a que os mencionados libertos ficam obrigados, em conformidade com o referido decreto, pertencerão ás pessoas de quem elles no mesmo dia tiverem sido escravos.

§ 1.º O direito a estes serviços cessará no dia 29 de abril do anno de 1878, dia em que teria de acabar inteiramente o estado de escravidão, em virtude do decreto de 29 de abril de 1858.

§ 2.º No referido dia 29 de abril de 1878 cessará para todos os individuos que forem libertos a obrigação que pelo presente decreto lhes é imposta.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Os ministros e secretarios d'estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço, em 25 de fevereiro de 1869.—REI.—*Marquez de Sá da Bandeira*—*Antonio, Bispo de Vizeu*—*Antonio Pequito Seixas de Andrade*—*Conde de Samodães*—*José Maria Latino Coelho*—*Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes.*

CIRCULAR

Tendo a experiencia mostrado a necessidade de reorganisar as companhias de enfermeiros dos hospitaes militares das provincias ultramarinas, de modo que sejam convenientemente attendidas as exigencias do respectivo serviço e a recompensa devida aos empregados que o desempenham; manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o governador geral da provincia de Angola, ouvindo a junta de saude publica, informe:

1.º Se o numero de enfermeiros que, segundo o artigo 14.º do decreto de 23 de julho de 1862, compete á dita provincia é sufficiente;

2.º Se julga conveniente que os serventes e outros empregados menores dos hospitaes militares pertençam á companhia de saude;

3.º Quaes as graduações e vencimentos que devem ter as diversas praças da companhia;

4.º Se alem do pret se lhes ha de abonar uma ração pelo hospital, e se estes vencimentos devem ser augmentados em circumstancias ordinarias ou extraordinarias com alguma gratificação, indicando o *quantum* d'essas gratificações e os casos em que hajam de ser abonadas.

Determina outrosim o mesmo augusto senhor que o dito governador geral proponha um projecto de organisação da companhia de saude, tendo presentes aquellas considerações.

Paço, aos 26 de fevereiro de 1869.—*José Maria Latino Coelho.*

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,  
COMMERCIO E INDUSTRIA

Direcção geral das obras publicas e minas

Repartição de obras publicas

Propondo o chefe interino da 10.ª divisão de obras publicas que, para construcção do lanço da estrada litoral do Algarve, comprehendido entre Lagos e Porches, seja ex-

Fonte: DIARIO do Governo [em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869. Sessão n.º 45 (27/02/1869), p. 252. [Consult. 18/10/2022]. Disponível na internet: <URL: [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1869&mes=2&tipo=a-diario&filename=1869/02/27/D\\_0045\\_1869-02-27&pag=1&txt=aboli%C3%A7%C3%A3o](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1869&mes=2&tipo=a-diario&filename=1869/02/27/D_0045_1869-02-27&pag=1&txt=aboli%C3%A7%C3%A3o)>.

**Anexo XLIX – Despesas da viagem a África (excerto)**

## NOTA III.

*Conta da despesa da viagem de Sua Alteza o Príncipe Real á Africa, acompanhado de S. Ex.<sup>a</sup> o ministro da Marinha e Ultramar, paga pelo Ministerio da Marinha e Ultramar.*

Donativos a estabelecimentos de beneficencia e outros, etc., gratificações a creados e pessoal de comboios nas nossas colonias e nas estrangeiras . . . . .	4:849\$470
Pago ao medico Dr. Barros da Fonseca . . . . .	2.000\$000
Despesas cambiaes pagas ao Banco Nacional Ultramarino. . . . .	169\$715
	<u>7:019\$185</u>

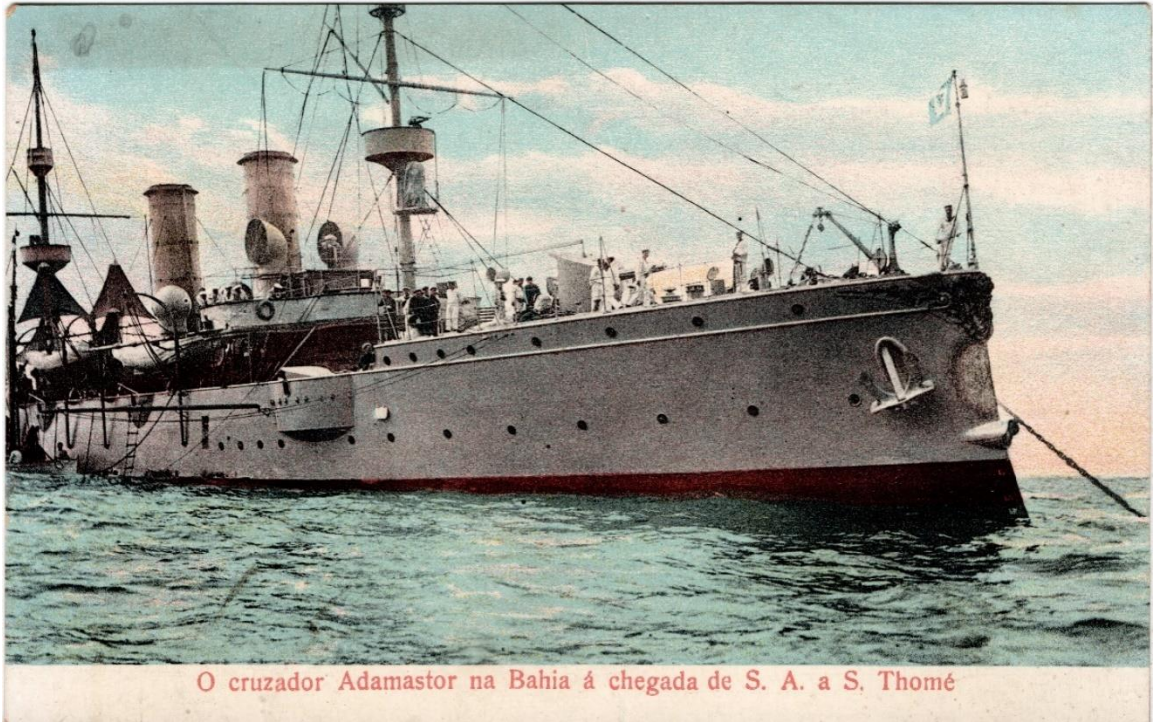
Despesas com as passagens pagas á Empresa Nacional de Navegação:

Passagens de Sua Alteza o Príncipe Real, dois ajudantes, medico e um particular, de Lisboa ás provincias de Africa e vice-versa, em alojamento especial . . . . .	9:000\$000
Passagem de um capelão, ida e volta. . . . .	470\$000
Quatro criados, ida e volta a 314\$000 reis . . . . .	1:256\$000
15 por cento de abatimento de ida e volta. . . . .	188\$400
10 por cento de abatimento por passagem do Estado. . . . .	106\$760
	960\$840
Passagens de S. Ex. <sup>a</sup> o Ministro, do Chefe do gabinete, do Ajudante e do Secretario, ida e volta, a 470\$000 reis . . . . .	1:880\$000
15 por cento de abatimento de ida e volta, incluindo a passagem do capellão 352\$500	1:527\$500
10 por cento de abatimento por passagem do Estado. . . . .	152\$750
	<u>1:374\$500</u>
Total da despesa	<u>18:777\$775</u>

Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar, em 14 de Outubro de 1907.

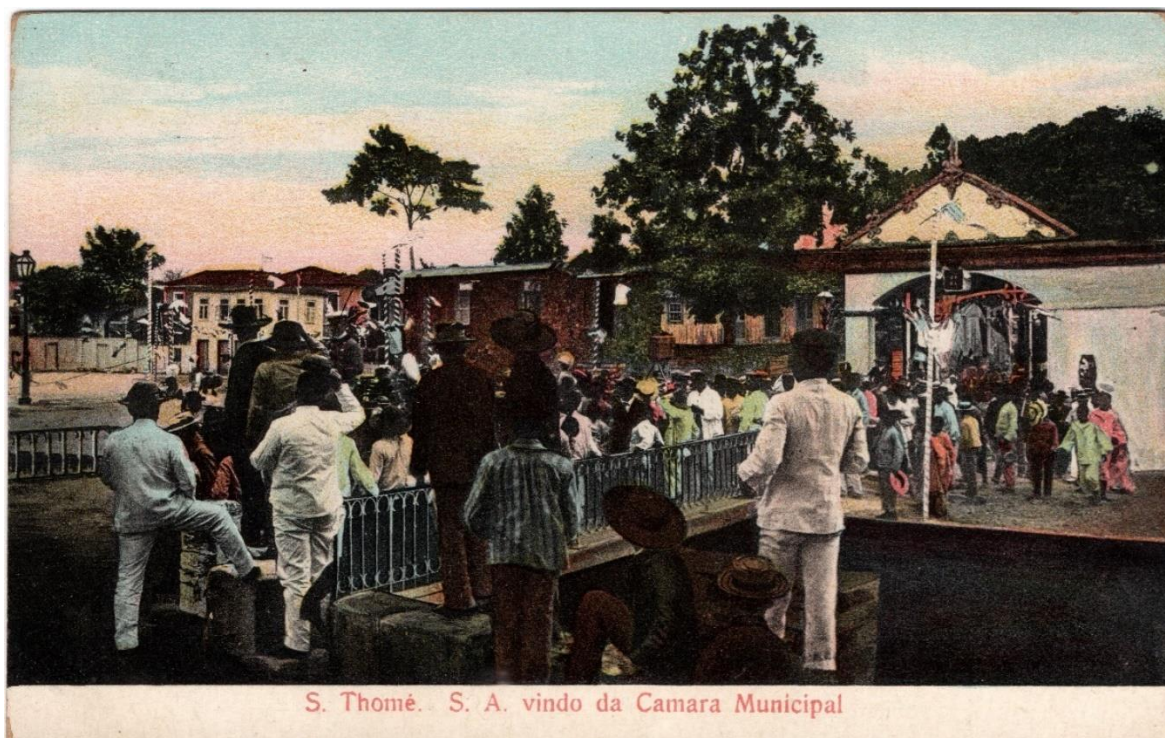
O Inspector geral, José Navarro de Andrade.

**Anexo L – O cruzador *Adamastor* na baía à chegada de D. Luís Filipe**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LI – Populares saúdam o príncipe na rua, vindo da Câmara Municipal**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LII – Casa Lima & Gama decorada**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LIII – Panorâmica sobre os terreiros de secagem do cacau**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LIV – Trecho da roça com os serviços em formatura**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LV – D. Luís Filipe acompanhado por uma comitiva na estação  
ferroviária de Cassoalala**



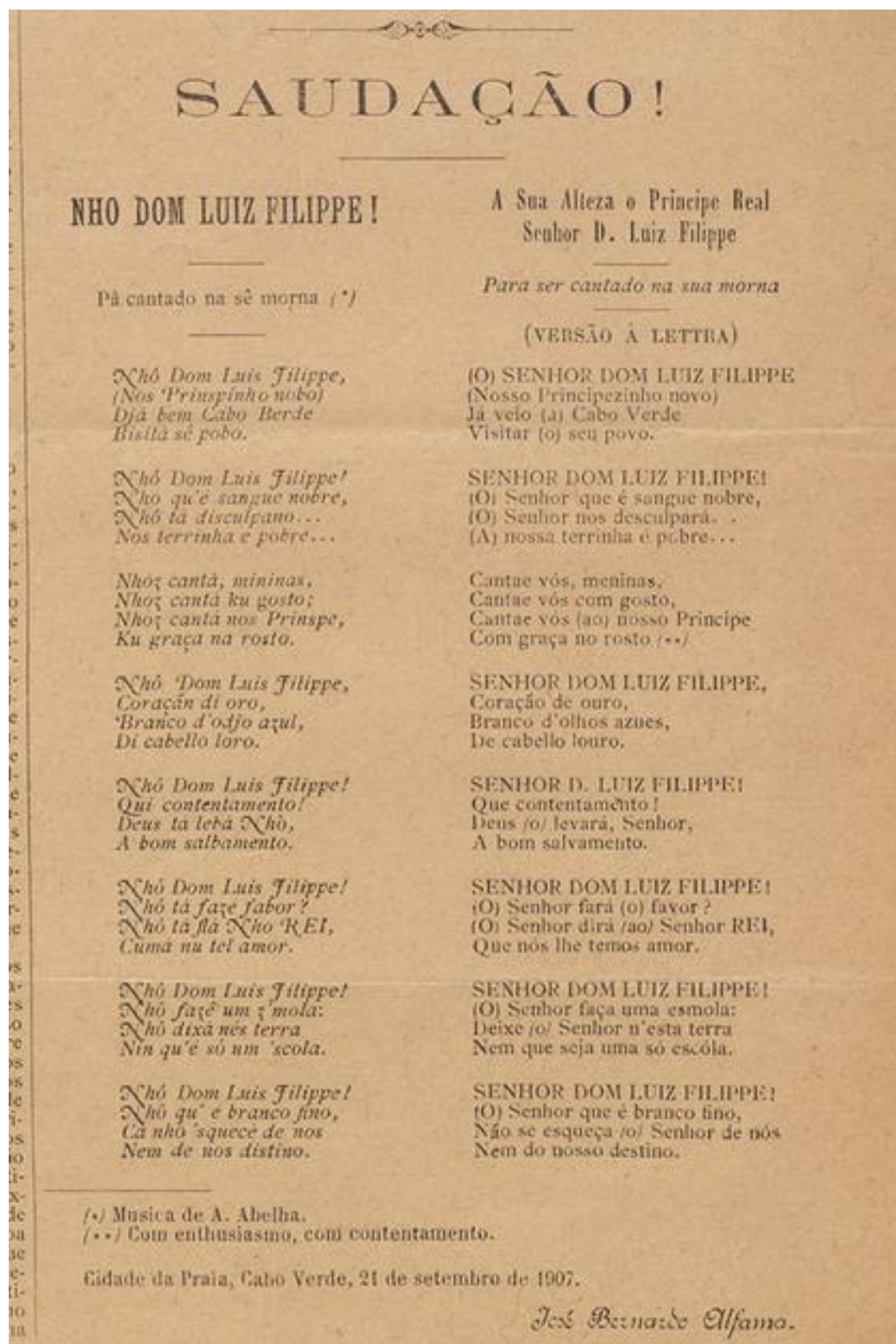
Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LVI – Grupo de guerreiros indígenas empunhando uma bandeira de  
Portugal**



Fonte: arquivo do autor.

**Anexo LVII – Jornal editado em Cabo Verde (excerto)**



Fonte: Cabo Verde: numero commemorativo da passagem por esta provincia de Sua Alteza o Principe Real Senhor Dom Luiz Filipe [em linha]. [Consult. 04/03/2021] Cidade da Praia, 1907, n.º único, p. 2. Disponível na internet: <URL: <https://purl.pt/38713/2/>>.